ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 195

Brasília - DF, segunda-feira, 10 de outubro de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 16
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 27
Ministério da Justiça e Cidadania 33
Ministério da Saúde 37
Ministério das Cidades 65
Ministério de Minas e Energia 74
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 85
Ministério do Esporte 93
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 93
Ministério do Trabalho 93
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 97
Ministério Público da União 99
Tribunal de Contas da União 102
Poder Judiciário 113
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 113

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 43 (1)

ORIGEM : ADC - 43 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO (4107/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PUBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA
ADV.(A/S) : AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO NETO (0206575/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM
ADV.(A/S) : THIAGO BOTTINO DO AMARAL (102312/RJ)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : INSTITUTO IBERO AMERICANO DE DIREITO PÚBLICO - CAPÍTULO BRASILEIRO - IADP
ADV.(A/S) : FREDERICO GUILHERME DIAS SANCHES (0128604/RJ)
ADV.(A/S) : VANESSA PALOMANES SANCHES (00124364/RJ)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO - IASP
ADV.(A/S) : JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO (131193/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - AASP
ADV.(A/S) : LEONARDO SICA (0146104/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ADVOGADOS CRIMINALISTAS - ABRACRIM
ADV.(A/S) : ALEXANDRE SALOMÃO (35252/PR)

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), deferindo a cautelar, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Falaram, pelo requerente Partido Ecológico Nacional - PEN, o Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Gustavo Zortéa; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Dra. Thaís dos Santos Lima; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro De Ciências Criminais - IBCCRIM, o Dr. Thiago Bottino; pelo *amicus curiae* Associação dos Advogados de São Paulo - AASP, o Dr. Leonardo Sica; pelo *amicus curiae* Instituto de Defesa do Direito de Defesa, o Dr. Fábio Tofic Simantob; pelo *amicus curiae* Instituto dos Advogados de São Paulo, o Dr. José Horácio Ribeiro; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas - ABRACRIM, o Dr. Elias Mattar Assad; pelo *amicus curiae* Instituto Ibero Americano de Direito Público Capítulo Brasileiro - IADP, a Dra. Vanessa Palomanes, e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 01.09.2016.

Decisão: O Tribunal, por maioria, indeferiu a cautelar, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello, e, em parte, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 05.10.2016.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 44 (2)

ORIGEM : ADC - 44 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : LENIO LUIZ STRECK (14439/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA
ADV.(A/S) : AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO NETO E OUTRO(S) (SP206575/)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM
ADV.(A/S) : THIAGO BOTTINO DO AMARAL (102312/RJ)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE. : INSTITUTO IBERO AMERICANO DE DIREITO PÚBLICO - CAPÍTULO BRASILEIRO - IADP
ADV.(A/S) : FREDERICO GUILHERME DIAS SANCHES (RJ128604/) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS - IAB
ADV.(A/S) : TÉCIO LINS E SILVA (016165/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ADVOGADOS CRIMINALISTAS - ABRACRIM
ADV.(A/S) : ALEXANDRE SALOMÃO (35252/PR) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - AASP
ADV.(A/S) : DANIEL NUNES VIEIRA PINHEIRO DE CASTRO (223677/SP)
ADV.(A/S) : LEONARDO SICA (146104/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO (131193/SP)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), deferindo a cautelar, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Juliano Breda; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Gustavo Zortéa; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Dr. Rafael Muneratti; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro De Ciências Criminais - IBCCRIM, o Dr. Thiago Bottino; pelo *amicus curiae* Associação dos Advogados de São Paulo - AASP, o Dr. Leonardo Sica; pelo *amicus curiae* Instituto de Defesa do Direito de Defesa, o Dr. Fábio Tofic Simantob; pelo *amicus curiae* Instituto dos Advogados de São Paulo, o Dr. José Horácio Ribeiro; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas - ABRACRIM, o Dr. Elias Mattar Assad; pelo *amicus curiae* Instituto Ibero Americano de Direito Público Capítulo Brasileiro - IADP, a Dra. Vanessa Palomanes; pelo *amicus curiae* Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, o Dr. Técio Lins e Silva, e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 01.09.2016.

Decisão: O Tribunal, por maioria, indeferiu a cautelar, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello, e, em parte, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 05.10.2016.

Acórdãos

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.549 (3)

ORIGEM : ADI - 128224 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), rejeitou os embargos de declaração. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 01.07.2016.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DESPACHO. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL NA EMENTA DO ACÓRDÃO. SUPRESSÃO DE ITEM. PROPÓSITO MODIFICATIVO COM INTENÇÃO DE MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DE DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

I - Embargos de declaração opostos de despacho que corrigiu erro material contido na ementa do acórdão proferido pelo Plenário desta Corte, tendo-se deliberado por não modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - Ausência de conteúdo decisório da ementa, na medida em que serve tão somente para fins de pesquisa jurisprudencial, permitindo ao interessado acesso ao conteúdo resumido da matéria tratada no acórdão.

III - O despacho recorrido não padece de contradição, obscuridade ou omissão.

IV - Aclaratórios manejados com a finalidade clara e deliberada de alterar o que foi decidido, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão.

V - Embargos de declaração rejeitados.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador, ALBERT LOUIS SACHS, ex-juiz da Corte Constitucional da República da África do Sul.

Brasília, 7 de outubro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
José Serra

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 530, de 7 de outubro de 2016. Encaminhamento ao Senado Federal da Programação Monetária destinada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. (4º trimestre de 2016).

Nº 531, de 7 de outubro de 2016. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 33, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.391, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, na Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, no art. 1º do Decreto nº 8.803, de 6 de julho de 2016, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 00030.005054/2016-80, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, o aumento do capital destinado à filial da sociedade estrangeira SOMAGUE ENGENHARIA S.A., autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 37, de 12 de março de 2002, publicada no D.O.U., de 14 de março de 2002, de R$ R$ 22.155.779,69 (vinte dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos) para R$ 24.957.137,60 (vinte e quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos), conforme consta da Ata nº 605, de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

PORTARIA Nº 34, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.391, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, na Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, no art. 1º do Decreto nº 8.803, de 6 de julho de 2016, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 00030.001352/2016-09, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, as deliberações constantes da Certificação de Ata de Reunião do Conselho de Administração, da sociedade estrangeira STADLER RAIL VALENCIA, S.A. UNIPESSOAL, anteriormente denominada VOSSLOH ESPAÑA, S.A. UNIPESSOAL, autorizada a funcionar no Brasil por meio da Portaria nº 10, de 28 de maio de 2014, publicada no D.O.U., de 29 de maio de 2014, concernente à alteração da denominação da sucursal brasileira de VOSSLOH ESPAÑA, S.A. UNIPESSOAL DO BRASIL para STADLER RAIL VALENCIA, S.A. UNIPESSOAL DO BRASIL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

PORTARIA Nº 35, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.391, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, na Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, no art. 1º do Decreto nº 8.803, de 6 de julho de 2016, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 00030.003612/2016-72, resolve:

Art. 1º Fica a DEKRA CERTIFICATION B.V., com sede na Cidade de Arhnhem, em Meander 1051, 6825 MJ, Arnhem, Holanda, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, representada pelo Senhor Rafael de Figueiredo Silva Pinheiro, com a denominação social de DEKRA CERTIFICATION B.V., tendo sido destacado o capital de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para o desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá em realizar atividades de realização de testes de produto e certificação dentro e para o território brasileiro, conforme consta da Resolução do Acionista Dekra Netherlands Holding B.V., de 19 de maio de 2016.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a DEKRA CERTIFICATION B.V., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil;

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 6 de outubro de 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.392, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e de acordo com o inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, DECIDE, acolher a Nota SAJ nº 2447/2016-NLMC, de 19 de setembro de 2016, para DAR CONHECIMENTO E PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência:Processo nº 52700.007301/2012-12 e Processo JUCESP nº 995036/11-1
Recorrente:MAS Construtora e Incorporadora Ltda.
Recorrido:Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (M.A.S. Construções e Empreendimentos Ltda.)

Em 7 de outubro de 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.392, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e de acordo com o inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, DECIDE, acolher a Nota SAJ nº 2.156/2016-CMAM, de 2 de setembro de 2016, para DAR CONHECIMENTO E PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processos SMPE nºs 00095.002400/2015-32; 00095.002398/2015-00; 00095.002397/2015-57; 00095.002401/2015-87; 00095.002395/2015-68; 00095.002396/2015-11; 00095.002394/2015-13; 00095.002392/2015-24; 00095.002393/2015-79; 00095.002402/2015-21; 00095.002403/2015-76; 00095.002404/2015-11; 00095.002405/2015-65; 00095.002406/2015-18; 00095.002407/2015-54; 00095.002408/2015-07; 00095.002409/2015-43; 00095.002410/2015-78; 00095.002411/2015-12; 00095.002399/2015-46; e Processos JUCESP nºs 995019/14-9; 995020/14-0; 995021/14-4; 995022/14-8; 995003/14-2; 995004/14-6; 995005/14-0; 995006/14-3; 995007/14-7; 995008/14-0; 995009/14-4; 995010/14-6; 995011/14-0; 995012/14-3; 995013/14-7; 995014/14-0; 995015/14-4; 995016/14-8; 995017/14-1; 995018/14-5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrentes: 1) Centerleste Empreendimentos Comerciais Ltda.; 2) Comercial Relu Ltda.; 3) Hulusa Comercial e Imóveis Ltda.; 4) Inimo Participações Ltda.; 5) Interlagos Comercial e Imóveis Ltda.; 6) Interlagos Shopping Center Comercial Ltda.; 7) Intershopping Comercial e Serviços Ltda.; 8) Luhusa Comercial e Imóveis Ltda.; 9) Nevas Comercial e Imóveis Ltda.; 10) Novo Centro Comercial R.P. Ltda.; 11) Relusa Comercial e Imóveis Ltda.; 12) Sahuglio Comercial e Locadora Ltda.; 13) SAMU - Sociedade de Administração, Melhoramentos Urbanos e Comércio Ltda.; 14) Sandim Imobiliária Comercial Ltda.; 15) Saven Comercial e Imóveis Ltda.; 16) Savimovel Comercial e Imóveis Ltda.; 17) Savolido Comercial e Imóveis Ltda.; 18) Savoy Imobiliária e Construtora Ltda.; 19) Sociedade Agrícola Cachoeira Ltda.; 20) Yovas Empreendimentos Comerciais Ltda.
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Hugo Enéas Salomone Filho e Hugo André Salomone)

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.392, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e de acordo com o inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, DECIDE, acolher a Nota SAJ nº 2462/2016-CMAN, de 28 de setembro de 2016, para NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

Referência:Processo nº 00030.003561/2016-89 e Processo JUCEPE nº 16/898007-0
Recorrente:Ozias Ferreira de Souza
Recorrido:Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco (Fedex Brasil Logística e Transporte S.A.)

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.392, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e de acordo com o inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, DECIDE, acolher o Parecer nº 17/2016/AMS/CGN/DREI, de 15 de abril de 2016 bem como a Nota SAJ nº 2284/2016-NLMC, de 31 de agosto de 2016, para DAR CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Referência: Processo nº 00095.012251/2015-10 e Processo JUCERGS nº 15/057424-0
Recorrente: CMPC Celulose Riograndense Ltda.
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 201, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, no Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, a Portaria nº 147, de 5 de agosto de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.035019/2016-12, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os apêndices I e II, enquanto parte integrante da Portaria nº 147, de 5 de agosto de 2016, que aprovou o Anexo - Regulamento e Critérios de Seleção de Candidatos a Postos de Adidos Agrícolas junto a Missões Diplomáticas Brasileiras no Exterior.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Ministerial nº 148, de 8 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

APÊNDICE I
CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO CURRICULAR

QUESITOS PARA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Pós-Graduação (1) (Especialização, com carga horária mínima de 360 horas)	0,5 pontos
Mestrado (1)	1 ponto
Doutorado (1)	2 pontos
Proficiência em idioma não obrigatório (2)	0,5 ponto por idioma, até o máximo de 3 certificados
Auditor Fiscal Federal Agropecuário	2,0 pontos
Experiência profissional em organismos nacionais ou internacionais no exterior	0,1 pontos para cada mês de exercício no exterior, até o máximo de 24 meses
Participação, no Brasil, nos últimos 5 anos, em seminários, congressos, fóruns, workshops, painéis e encontros relacionados a temas do agronegócio	0,1 pontos por evento, até o máximo de 5 eventos
Viagens oficiais ao exterior, aprovadas pelo Ministro de Estado, para participar de reuniões/missões de negociações internacionais nos últimos 5 (cinco) anos	0.25 pontos por viagem, até o máximo de 6 viagens
Exercício de cargo de direção, cargo em comissão ou função de confiança no MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO nos últimos 20 (vinte) anos (3)	0,1 pontos para cada mês completo de cargo, até o máximo de 100 meses
Exercício de cargo efetivo no MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO nos últimos 20 (vinte) anos	0,05 pontos por mês trabalhado, até o máximo de 140 meses

Para efeito da Avaliação Curricular prevista no Art. 30 da Portaria nº 147/MAPA, de 05 de agosto de 2016, os profissionais que exerceram os cargos de adidos agrícolas, integrantes do Quadro de Acesso, pontuarão adicionalmente com 2,0 pontos a cada ano de exercício no cargo, até o limite máximo de 10 anos.

(1). Será pontuado apenas um diploma ou certificado de conclusão por item. Não haverá cumulatividade na contagem de pontos destes 3 (três) itens, sendo computado apenas o de maior pontuação.

(2). Serão considerados apenas os idiomas relacionados no Art. 15 da Portaria nº 147/MAPA/2016, de 05 de agosto de 2016.

(3). Na pontuação destes cargos serão aplicados os seguintes multiplicadores:

CARGO OCUPADO	MULTIPLICADOR
DAS 101.6 ou NE	1,2
DAS 101/102.5	1
DAS 101/102-4 ou FCPE-4	0,8
DAS 101/102.3 ou FCPE-3	0,6
DAS 101/102.2 ou FCPE-2	0,4
DAS 101/102.1 ou FCPE-1 ou FG (4)	0,2

(4). Para FG concedida a Chefe de Serviços de Unidades Descentralizadas do MAPA.

APÊNDICE II - DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO
(Conforme disposto no Parágrafo único do Art. 5º deste Regulamento)
Nome do Candidato(a)

RG:	CPF:
ORGÃO / LOTAÇÃO:	UF:

Eu, , acima identificado(a), candidato(a) inscrito(a) no processo seletivo para a função de adido agrícola, DECLARO, por meio deste instrumento, que:

(a) não possuo antecedentes criminais nos últimos 5 (cinco) anos; e

(b) não fui responsabilizado nos últimos 5 (cinco) anos, em processo disciplinar de que trata o Título V, Capítulo III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; ou normativos equivalentes de empresa pública ou sociedade de economia mista de que o candidato seja ou tenha sido empregado nesse período.

Local:
Data:
Assinatura do (a) candidato (a)

PORTARIA Nº 208, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o constante aprimoramento, no âmbito desta Pasta, dos ajustes de interesse comum e recíproco, enquanto instrumentos de política pública voltados a apoiar o produtor rural, e o que consta do Processo nº 21000.004054/2015-17, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas e critérios para elaboração de proposta e análise técnica da viabilidade de celebração de convênio que tenha por objeto a aquisição, distribuição, aplicação e incorporação de calcário para fins de correção de solo.

Art. 2º Os órgãos públicos e as entidades interessadas na celebração de convênio que tenha por objeto a aquisição, distribuição, aplicação e incorporação de calcário para fins de correção de solo, devem apresentar proposta na forma definida nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 3º A análise técnica da viabilidade da celebração de convênio que tenha por objeto a aquisição, distribuição, aplicação e incorporação de calcário para fins de correção de solo, deve conter, no mínimo, os elementos constantes do Anexo III desta Portaria, sendo permitida a solicitação de documentos e informações necessárias à regular instrução processual.

4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO I

Normas de elaboração de propostas para celebração de convênios para aquisição e distribuição de calcári

1. Da proposta

As propostas de projetos para aquisição de calcário por meio de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devem ser apresentadas no Sistema de Gestão de Convênios - SICONV, devendo ser observadas as normas específicas de sua utilização.

As propostas devem ser cadastradas em programas para os quais esteja prevista a realização de ações de fornecimento de calcário.

2. Objeto

Descrever de forma clara e sucinta o objeto a ser executado na proposta.

3. Justificativa

3.1 Objetivo geral:

Deve ser descrito de forma clara o objetivo geral da aquisição de calcário, contendo informações como:

a) Necessidade e oportunidade da proposta;

b) Características dos solos da região;

c) Número de produtores que serão atendidos;

d) Objetivos que devem ser alcançados; e

e) Práticas conservacionistas de solo que serão implantadas na área objeto do convênio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.1 Descrição da proposta:

Devem ser descritas todas as etapas da execução do objeto da proposta:

a) Aquisição;

b) Transporte;

c) Distribuição;

d) Incorporação.

4. Capacidade instalada

Descrever de forma clara as máquinas, implementos agrícolas e a mão-de-obra que a entidade proponente dispõe para assegurar a distribuição, aplicação e incorporação do calcário nas propriedades dos produtores beneficiários.

5. Dados agronômicos e financeiros

Informar no formulário constante do Anexo II, que deverá ser anexado à proposta SICONV, os dados agronômicos e financeiros essenciais à análise da viabilidade da proposta apresentada, com os seguintes dados:

5.1 Dados agropecuários do município

a) Informar a microrregião em que se localiza o município, e descrever as características produtivas da região.

b) Caracterizar as principais atividades agropecuárias do município;

c) Preencher o quadro 1 com dados sobre as principais culturas exploradas no município, citando o ano do levantamento.

5.2 Especificações técnicas do calcário e mercado local

a) Caracterização do produto;

b) Caracterização do mercado local:

- PRNT médio;
- Teores de cálcio e magnésio;
- Preço médio de aquisição do produto no município;
- Preço médio do frete na região;
- Localização e distância média da localização das jazidas fornecedoras para o município.

5.3 Análise de solo

a) Informar a metodologia para determinação de calagem;

b) Informar a metodologia utilizada para a realização de amostragem de solo, contendo os seguintes dados:

- Número de amostras coletadas por gleba/produtor;
- Profundidade das amostras;
- Responsável pela coleta de amostras;
- Responsável pelo encaminhamento e custos das análises;
- Dados complementares relevantes.

c) Apresentar a análise física e química do solo das áreas beneficiadas;

- Informar as análises realizadas (macronutrientes, micronutrientes, granulometria, etc);

d) Mencionar as práticas conservacionistas do solo necessárias nas áreas beneficiadas.

5.4 Culturas exploradas

Descrever quais culturas serão exploradas nas áreas corrigidas pela aplicação do calcário, apresentando a estimativa de área cultivada e a produtividade para cada cultura.

5.5 Identificação do público e localidade dos beneficiários

Descrever o público-alvo informando:

a) Localidade que será beneficiada com a distribuição e a aplicação do calcário;

b) Número de famílias de produtores rurais que serão beneficiadas com a distribuição e a aplicação do calcário.

5.6 Seleção de produtores beneficiados

Descrever como será feita a seleção dos agricultores beneficiados e os contatos com as cooperativas, associações de produtores ou entidades de classes envolvidas.

5.7 Transporte, distribuição, aplicação e incorporação do calcário.

Descrever como será o transporte, a distribuição, a aplicação e a incorporação do calcário, e como ocorrerá a participação da entidade proponente nesta etapa.

5.8 Assistência técnica

Apontar o técnico ou órgão que será responsável por fornecer orientação técnica aos agricultores beneficiados antes, durante e depois da aplicação e incorporação do calcário no solo. Descrever quais ações serão desempenhadas.

5.9 Prazo previsto para conclusão

Informar prazo previsto para a realização dos trabalhos de distribuição e aplicação dos insumos constantes da proposta.

5.10 Responsável técnico pelo projeto

O responsável técnico deverá ser profissional da área agronômica (nível superior ou técnico) devidamente habilitado.

ANEXO II

DADOS AGRONÔMICOS E FINANCEIROS PARA PROJETOS DE AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO

DADOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO			
Preencher o quadro abaixo, somente com as principais culturas exploradas no município.			
Quadro 1 - Área colhida, produção e produtividade das principais culturas exploradas no município Ano:_____.			
Cultura	Área Colhida (ha)	Produção (kg)	Produtividade (kg/ha)
Culturas anuais			
Culturas perenes			
Pastagens			
Silvicultura			
Outros (especificar: Floricultura; Horticultura; etc)			
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CALCÁRIO E MERCADO LOCAL			
CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO			
Calcítico ( )	Dolomítico ( )	Cal ( )	Escória ( ) Outros ( )
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO LOCAL			
Preço médio do produto no mercado local (R$/t):		Custo médio do frete (R$/t):	
Localização de jazidas:		Distância das jazidas até o município:	
PRNT médio:		Teores de CaO e MgO:	
ANÁLISE DE SOLO			
METODOLOGIA PARA DETERMINAÇÃO DA NECESSIDADE DE CALAGEM			
Método da neutralização do Al e da elevação dos teores de Ca e Mg ( )		Método da saturação por bases; ou outro método. ( )	
Outro ( ). Especificar:			
METODOLOGIA DE AMOSTRAGEM DE SOLO			
PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS DO SOLO ADOTADAS			
CULTURAS EXPLORADAS			

IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO E LOCALIDADE DOS BENEFICIÁRIOS
SELEÇÃO DOS PRODUTORES BENEFICIADOS
TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO, APLICAÇÃO E INCORPORAÇÃO DO CALCÁRIO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PRAZO PREVISTO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS PROPOSTOS
RESPONSÁVEL TÉCNICO
Local e data
Responsável pela proposta:

ANEXO III

ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DE PROJETOS PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO

Item 1

- Identificar a proposta apresentada;
- Em caso de chamamento público, observar se a proposta foi encaminhada para análise em tempo hábil, segundo estipulado em edital.

Item 2

- Verificar a compatibilidade do Programa SICONV com a proposta apresentada;
- Observar se os valores propostos estão compatíveis com a disponibilidade orçamentária, devendo ser confrontados com os valores apresentados no item 5.2;

Item 3

- Avaliar se a justificativa condiz com a condição da prefeitura e se os dados apresentados são coerentes com o do objeto;
- Avaliar se o objetivo da proposta está alinhado com os objetivos do programa.

Item 4

- Avaliar se a prefeitura tem capacidade de execução do projeto objeto da proposta. Os dados devem ser coerentes com aqueles apresentados no item 5.7.

Item 5

5.1 Dados agropecuários do município

- Verificar a coerência dos dados agronômicos apresentados na proposta com a situação real do município (consultar pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), Tabela 1612 (Lavouras Temporárias), e Tabela 1613 (Lavouras Permanentes) de ano mais recente disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/

5.2 Especificações técnicas do calcário e mercado local

- Verificar se as especificações técnicas do calcário apresentadas são condizentes com os materiais classificados como corretivos de acidez. De acordo com a Instrução Normativa n.º 35, de 04 de julho de 2006, da Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que normatiza o Decreto n.º 4.954/2004, ficam estabelecidas as especificações que os produtos devem atender para serem classificados como corretivos de acidez (Tabela 1).

Tabela 1. Parâmetros de classificação de corretivos de acidez dos solos. (Adaptado de: PARAHYBA - 2009)

Material corretivo de acidez	PN (%E $CaCO_3$) Mínimo	Soma %CaO + %MgO	PRNT Mínimo
Calcário agrícola	67	38	45
Calcário calcinado agrícola	80	43	54
Cal hidratada agrícola	94	50	90
Cal virgem agrícola	125	68	120
Outros corretivos	67	38	45

Em que: PN = Poder de Neutralização;

%E $CaCO_3$ = Porcentagem equivalente de carbonato de cálcio;

PRNT = Poder relativo de neutralização total.

- Verificar a compatibilidade dos preços praticados com a referência de cálculo para o valor do projeto e sua adequação em função da localização de jazidas e distância até o município.

5.3 Análise de solo

- Verificar se a metodologia de amostragem é adequada para análise de solos para fins de fertilidade.

5.4 Culturas exploradas

- Verificar se as culturas a serem exploradas são passíveis de apoio pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e são as tradicionalmente cultivadas, em caso de exploração de novas culturas, avaliar a justificativa.

5.5 Identificação do público e localidade dos beneficiários

- Verificar se o público beneficiado é o público-alvo do programa e se a localidade é condizente com a descrição do município. Para esta verificação, pode ser apresentada uma lista dos agricultores a serem beneficiados. No caso específico de um programa voltado a Agricultores Familiares pode ser exigida que a lista de beneficiários seja acompanhada pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada agricultor.

5.6Seleção dos produtores beneficiados

- Avaliar se os critérios do processo de seleção dos beneficiários são satisfatórios diante da necessidade de atendimento à comunidade rural local.

5.7Transporte, distribuição, aplicação e incorporação do calcário

- Avaliar se o proponente apresenta subsídios para execução das ações de transporte, distribuição e incorporação do calcário (maquinário e pessoal disponível).

5.8Assistência técnica

- Avaliar se a assistência técnica oferecida aos produtores permite a correta aplicação dos insumos fornecidos, de modo que os produtores obtenham resultados agronômicos satisfatórios.

5.9Prazo previsto para conclusão

- Avaliar se o prazo proposto é compatível com o esperado para a distribuição e aplicação dos insumos constantes da proposta.

5.10 Responsável técnico

Avaliar se o responsável técnico possui formação técnica compatível com os conhecimentos exigidos para a apresentação do projeto.

[1]Poder de Neutralização (PN) é a capacidade que o corretivo de acidez (calcário ou subproduto) apresenta. Trata-se da capacidade potencial teórica do produto em neutralizar a acidez do solo, determinada analiticamente em laboratório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 6 de outubro de 2016

Nº 2.055/2016/SEI - Torno sem efeito o Despacho n.º 1.604/2016/SEI, datado em 4 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 6 de outubro de 2016, em razão de erro material.

Acolho a Nota Técnica n.º 20.287/2016/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para retificar o termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Rádio Paranapanema Ltda., objetivando a adaptação da outorga, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Piraju, estado de São Paulo, passando a cláusula 1ª a vigorar com a seguinte redação: " Cláusula 1ª. Fica outorgado à Rádio Paranapanema Ltda., o canal 293 (duzentos e noventa e três), correspondente à frequência 106,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013."

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 3.975, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequências à RADIO JOVEM BARRA LTDA, CNPJ nº 31.494.677/0001-57 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

ATO Nº 4.015, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

Expede autorização à ROPETECH - INSPECOES E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.978.140/0001-92 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Nº 4.100 - Expede autorização à TATICO FOZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 25.260.539/0001-00 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 4.101 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ROTILDO SLAVIERO JUNIOR, CPF nº 222.195.609-53 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 3.844, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-D, CNPJ nº 08.467.115/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 3.931, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ASSOCIACAO COMUNITARIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE NOVA ALVORADA - ACODESNA, CNPJ nº 09.354.177/0001-60 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 3.955, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ASS. COMUN. DE DESENVOLV. CULTURAL E ARTIST. DE NOVA PRATA , CNPJ nº 03.693.928/0001-97 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 4.040, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CARAZINHO VEÍCULOS LTDA, CNPJ n.º 88.446.778/0001-70 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 3.826, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53548001687/2016-55. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço 019 - Limitado Privado, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE, CNPJ/CPF, FISTEL, VALIDADE / ADAO PARIZOTTO, 20395396034, 50402894308, 02/02/2016 / ADEMIR RICCI, 84696460878, 50402951204, 19/04/2016 / ADILTON BOFF CARDOSO, 02768666904, 50402895290, 11/05/2016 / ADOLFO CASADO FILHO, 39058514153, 50402893832, 11/05/2016 / ADRIANO CARLOS PIASSESKI, 81108354904, 50403312744, 19/07/2016 / AFONSO GEREMIAS FIGUEIREDO, 17124310130, 50402900634, 30/03/2016 / AFRANIO GUSMAO JACQUES, 14240394104, 50500006881, 20/04/2016 / AGRO PECUARIA CASAGRANDE LTDA, 79073508000170, 50402538773, 04/01/2016 / AGROPECUÁRIA DA NOVA FRONTEIRA LTDA, 15543176000167, 50402958985, 27/03/2016 / AGROPECUARIA DIVINO ESPIRITO SANTO, 53350229000112, 50403035481, 26/04/2016 / AGROPECUARIA JORGE FERREIRA LTDA, 16024481000105, 50402456530, 04/01/2016 / AGROPECUARIA LOBO LTDA, 29302601000726, 50403253802, 11/05/2016 / AGUINALDO GOTTARDI, 01317326849, 50402892607, 19/04/2016 / AKIRA MATSUO, 00651751829, 50402893166, 30/03/2016 / ALAIDE PEREIRA DOS SANTOS, 00773190015, 50402951549, 20/04/2016 / ALDRIN HAMMERSCHMIDT, 12814722808, 50402624858, 04/01/2016 / ALZIR VICENTE SOARES BERTONE, 01269283804, 50402903145, 30/03/2016 / ANA CRISTINA MUSA DA CUNHA, 03249535699, 50402993896, 20/04/2016 / ANTONIO ARANHA, 17346517849, 50402964101, 19/04/2016 / ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, 00385476191, 50403100569, 27/03/2016 / ANTONIO BINDILATI, 51692635891, 50403258197, 09/06/2016 / ANTONIO JOSE TORMENA, 07450117991, 50402940008, 30/03/2016 / APARECIDO ASSIS DE ALENCAR, 24648479000135, 50403285321, 21/06/2016 / ARANY GARCIA DE LIMA, 08068615172, 50403088410, 09/06/2016 / ARI GARCEZ PAIM, 00646466100, 50403013402, 30/03/2016 / ARMANDO ARAUJO, 00703567934, 50403072506, 09/06/2016 / AVANIZA GARCIA DE LIMA DUTRA, 36834939172, 50402996801, 04/04/2016 / BELIZARIO NATAL BORGES, 40369757815, 50403244722, 15/05/2016 / BENEDITA JANETTE RIOS ABUD, 40334457149, 50402962230, 04/04/2016 / CARLOS ALBERTO LACERDA CARVALHO, 51385945753, 50403038073, 15/03/2016 / CARLOS OLIVEIRA CARNEIRO, 29841259168, 50403255686, 06/07/2016 / CECÍLIA TEIXEIRA DE AGUIAR, 92355366853, 50403179211, 11/04/2016 / CELSO LUIZ VILLANI, 10420363149, 50402972627, 15/05/2016 / CELSO ORACY RIBEIRO, 03719226824, 50403015294, 27/03/2016 / CESAR CIAMPOLINI NETO, 66813565834, 50402561325, 04/01/2016 / CIRCE JUNQUEIRA VALIAS, 88419207934, 50403296447, 14/06/2016 / CLAUDINE GONCALVES COSTA, 31820484815, 50402901010, 14/03/2016 / CLAUDIO FRANCO, 63000288872, 50402902254, 25/05/2016 / CLEITON REZENDE DE ALMEIDA, 07176597804, 50403371910, 14/06/2016 / DALTON DE LUCCA PERES, 09120182830, 50402953592, 16/05/2016 / DEMETRIO SALOMAO ABUD, 04141466115, 50403243912, 15/05/2016 / DESTILARIA CENTRO OESTE IGUATEMI LTDA, 51025340000142, 50402485718, 25/01/2016 / DILCAR ANTONIO DURIGON, 31216838100, 50403112656, 14/06/2016 / DIMAS CANDIDO BARBOSA, 03000095187, 50402902173, 15/05/2016 / DJANIRA ALVES LIMA, 11723038865, 50403033942, 14/06/2016 / DONATIL CANDIDO GODOY, 00551872187, 50402953240, 14/03/2016 / DORNELES REOLON, 19369352015, 50402898630, 15/05/2016 / DUARTE DA SILVA LATTA JUNIOR, 20554583100, 50403250617, 14/06/2016 / EDER TSUNEZO AGUENA, 29428815187, 50402959795, 15/05/2016 / EDERCO DE OLIVEIRA FURTADO, 82547572168, 50403041880, 15/05/2016 / EDSON QUEIROZ BORBA, 10447920944, 50402141628, 02/02/2016 / EDSON WANDERLEY COPPO, 72744596949, 50403243831, 16/06/2016 / EDUARDO AUGUSTO DE LIMA GIULIANI, 13308163829, 50402640381, 21/02/2016 / EDUARDO CALIL OTOBONI, 07863670837, 50403017319, 15/05/2016 / ERNESTO LUIZ MINEIRO BARBANTI, 41754301800, 50402885902, 03/03/2016 / ERNESTO STEFANELLO CARGNIN, 13097741020, 50402886895, 22/05/2016 / ESMAR DE JESUS MORTENSEN, 05579545843, 50402902688, 15/05/2016 / ETTORE CASORIA, 06292461815, 50402892941, 25/05/2016 / EVANGELINO LADISLAU DA SILVA, 00665991134, 50402890655, 15/05/2016 / EWALDO STAUDT, 02020238004, 50403041708, 03/03/2016 / FELIPE PERES, 00391522949, 50403036704, 20/02/2016 / FLAVIO BONONI, 55094309820, 50403001668, 25/05/2016 / FLÁVIO DUÍLIO EUGÊNIO BOTTINI, 06904351853, 50402823036, 03/03/2016 / FRANCISCO MORAES DE SOUZA, 01322842868, 50402890221, 20/02/2016 / GABRIEL INTROVINI, 33876517915, 50402945140, 27/03/2016 / GENASIO DUARTE DE OLIVEIRA, 00554812134, 50402892003, 25/05/2016 / GILDA MARIA GOMES DOS SANTOS, 13931547191, 50403042429, 25/05/2016 / GIULIANO CUEL, 22663193020, 50402967542, 25/05/2016 / Hans Karl Paul Nagel, 03027422120, 50403001315, 11/05/2016 / HEMOPROT INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FRIGORIFICOS, 2525961000226, 50402958047, 25/05/2016 / HILDO JOSE FLENGLER, 01893785068, 50402902769, 07/04/2016 / HORACIO GODOY, 00650650182, 50403250102, 20/06/2016 / ILSON DELFIM DA SILVA, 77405358853, 50402990870, 25/05/2016 / INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, 3659166001265, 50403192153, 27/03/2016 / ITARARE - ADMINISTRACAO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA,679022000200, 50402994868, 25/05/2016 / IVAN AMADEU SECHS, 00526427809, 50403247403, 20/06/2016 / IVAN PAZ BOSSAY, 06985122191, 50403043158, 07/04/2016 / IVO ZOLLER, 08510008949, 50402994787, 25/05/2016 / IZABEL CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA, 43684777153, 50402999827, 25/05/2016 / JAIR NOGUEIRA, 00627070191, 50403027543, 20/06/2016 / JAIRO LEMES DE SOUZA, 07382103153, 50403013917, 25/05/2016 / JAVA EMPRESA AGRÍCOLA S/A, 53257796000714, 50403327008, 21/07/2016 / JEAN LUC PAQUEREAU, 03007660840, 50402972465, 16/05/2016 / JOAO AGUILAR MARTINS, 09116052153, 50403255171, 21/06/2016 / JOAO BOSCO DE CASTRO MARTINS, 02053887877, 50403034752, 07/04/2016 / JOAO JOSE JALLAD, 00413011100, 50403035058, 16/05/2016 / JOAO MARIA STEFANES, 10566295920, 50403022665, 14/03/2016 / JOAO RENATO BARBOSA CEOLIN, 33747130178, 50402889487, 16/05/2016 / JOAO SERGIO CERVONI, 17290031172, 50402902416, 16/05/2016 / JOAQUIM CECILIO DE LIMA, 14476070825, 50403013755, 25/05/2016 / JOSE ALBERTO MARTINS, 06961622887, 50402994604, 14/03/2016 / JOSÉ CARLOS ZANARDI, 97064572834, 50403021693, 16/05/2016 / JOSE IRINEU ANTONIO, 32716095949, 50403255252, 21/06/2016 / KENSAKU OUCHI, 00557366887, 50402991095, 07/03/2016 / LAMIR BARBOSA, 27842452849, 50403245613, 16/06/2016 / LAZARO SEBASTIÃO VIANA, 01360973915, 50402640209, 08/03/2016 / LEANDRO GOLDONI, 37257331120, 50403214149, 16/05/2016 / LEONEL VELASCO DE OLIVEIRA, 00254959172, 50402995406, 20/04/2016 / LICIBETY PAES FREIRE FAKIANI, 17142004851, 50403000696, 20/04/2016 / LISANGELA ZAMBONI, 74578359034, 50403320410, 21/07/2016 / LOURENCO TENORIO CAVALCANTI, 00957992904, 50403255414, 16/05/2016 / LUCAS CHAVES DA SILVA, 02828375153, 50403022231, 27/04/2016 / LUIS ANTONIO MORILA GUERRA, 00255181191, 50403330300, 21/07/2016 / LUIS MARCIO GONCALVES, 03992156893, 50403006201, 20/04/2016 / LUÍS OTÁVIO ARTIGAS GIORGI, 03278615840, 50402955374, 27/04/2016 / LUIZ ANTONIO MARIN, 96932813815, 50403001072, 02/05/2016 / LUIZ ANTONIO STRAGLIOTTO, 25036378172, 50403317207, 21/07/2016 / LUIZ MIGUEL PEZZINI, 33750670110, 50402949307, 02/05/2016 / MAGALI FREIRE BARCELLOS, 66855853153, 50403214572, 21/07/2016 / MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, 24960217120, 50402999908, 21/06/2016 / MARIO LUIZ CARNEIRO COSTA, 84715324849, 50402951468, 16/05/2016 / MARIO SHIROAKI IWASSI, 17052092620, 50402966651, 16/05/2016 / MAURA MARIA GOMES BARBOSA, 39048608104, 50403037930, 16/05/2016 / MAX BERNHARD MATTER, 97005959868, 50402761170, 30/06/2016 / MILTON STAUT, 07294883815, 50403049431, 06/03/2016 / MITSURU SUMIOKA, 00865877149, 50402966490, 16/06/2016 / MOACIR BARBOSA DE DEUS, 05059500144, 50403033608, 15/05/2016 / MUNICIPIO DE DOURADOS, 3155926000144, 50000801062, 24/07/2016 / NEIVOR ROQUE FEDERLE, 15035239004, 50402945220, 14/03/2016 / NELSON TREVIZAN, 17327822100, 50403285240, 06/07/2016 / NEY AGILSON PADILHA, 00193847850, 50402653106, 25/01/2016 / NEY AZAMBUJA, 00619663120, 50402949803, 17/05/2016 / NEY BATISTA ROSAS, 75517752853, 50402970764, 17/05/2016 / NICOLAU JACOB NETO, 00662887891, 50403016932, 14/03/2016 / NILO ANTONIO POZZOLO, 24274356949, 50403212790, 31/03/2016 / NUNES & CIA LTDA.,857680000164, 50403371830, 21/07/2016 / OCIDIO PAVAO FLORES, 00494852100, 50403078881, 14/03/2016 / OSVALDO COSTA JUNIOR, 25522085843, 50402948084, 14/03/2016 / OTÍLIA BOEIRA, 39660001134, 50402666348, 23/01/2016 / PAULO ROBERTO MENEGHEL, 00206401884, 50402991508, 06/07/2016 / PINESSO AGROPASTORIL LTDA., 1933902000224, 50402989945, 17/05/2016 / QUEIROZ & CERVELATTI LTDA - EPP, 1917093000186, 50402411358, 04/01/2016 / RAFAEL LUIZ BRA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GA, 31022968823, 50403312582, 06/07/2016 / RAFAEL PALMA LIMA E SILVA, 83553746149, 50403368880, 13/07/2016 / RAUL BARBOSA, 00655619100, 50402640896, 23/01/2016 / REINALDO GERBI, 14723867872, 50402992229, 24/04/2016 / RITA MARIA CARNEIRO DE CARVALHO, 60724439153, 50403356440, 19/07/2016 / ROBERTO BENEDITO SILVA, 01331140820, 50403027624, 17/05/2016 / ROBERTO SIQUEIRA ROSA, 02804816834, 50402992652, 22/05/2016 / ROBERTO VOLPE, 24611212815, 50403295807, 13/07/2016 / ROMIRDES GARCIA RODRIGUES, 42178428134, 50403356520, 06/07/2016 / ROSAMARIA COX DE MOURA LEITE, 69704775172, 50403023203, 26/04/2016 / RUBENS FERNANDES PINTO, 11108452191, 50403102693, 06/07/2016 / SAMUEL SCHLATTER, 32575939968, 50403074118, 02/05/2016 / SANTA AMELIA SOCIEDADE AGRICOLA LTDA., 3704194000102, 50403372054, 19/07/2016 / SAULO ALVES DE OLIVEIRA, 01523155868, 50403116643, 06/07/2016 / SEBASTIAO AFONSO FLORIANI RAFAELI, 32776896972, 50402958128, 11/05/2016 / SERGIO GRACIA, 05774895858, 50402953169, 01/03/2016 / SHOZI KASAI, 16853865804, 50402953320, 11/05/2016 / SIDNEI ZANARDI, 54445167800, 50402972031, 15/03/2016 / SIMON CORNELIS MARIA SPEKKEN, 06445625878, 50408834633, 22/02/2016 / SIZENANDO BRAZ, 11224096134, 50403034086, 14/03/2016 / SUELI TRAMBUCH, 65304110110, 50403087449, 21/03/2016 / UBIRAJARA VENDRAMINI, 00553581104, 50403042690, 06/07/2016 / UBIRATAN VENDRAMINI, 00553573187, 50403297257, 19/07/2016 / VALDECIR GALENDE, 65528840953, 50403320178, 13/07/2016 / VILDETE APARECIDA DE PAULA BARBOSA, 25707779191, 50402617720, 11/01/2016 / WALDEMAR MENDONÇA DE SOUZA, 08950512149, 50403041538, 04/04/2016 / WANDERLEY FRANÇA DA SILVA, 16488016172, 50402648447, 25/01/2016 / WILIAN MARTINS SPENCE, 79217940178, 50402960882, 02/02/2016 / ZENILDA APARECIDA FERREIRA GOULART, 00859362604, 50403213177, 21/06/2016.

JOSE AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.827, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53548001684/2016-11. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida

NOME DA ENTIDADE, CNPJ/CPF, FISTEL, VALIDADE / ADÃO APARECIDO GUIMARÃES DE FREITAS, 38990636191, 80105334677, 29/05/2016 / ADERBAL WEILER BRANCO, 58745696934, 80105108901, 10/01/2016 / ADILSON ARROIO LOPES, 65395670149, 80105139548, 22/02/2016 / ALEX SANDRE RODRIGO PEREIRA CAZELLI, 86983385187, 80105521949, 14/07/2016 / AMARAL RODRIGUES FREITAS, 52794202120, 80105277690, 05/05/2016 / ANDRÉ FURTADO ALVIM, 40330990187, 80105525855, 27/07/2016 / ANDRY JEANNY CAVALHEIRO RIBEIRO, 51864762187, 80104452900, 09/01/2016 / ANTONIO BARBOSA DE LIMA, 32249845115, 80105250651, 08/05/2016 / ANTONIO CAIÇARA DE MENEZES, 20042264120, 80105344206, 05/06/2016 / ANTONIO CARLOS DE ARAUJO SAMPAIO, 60075120100, 80105460621, 13/07/2016 / ANTONIO DOS ANJOS BRANCO FILHO, 80818552115, 80105163686, 20/03/2016 / ANTONIO MARCOS DE ARAUJO, 42092540106, 80105417106, 13/07/2016 / ANTONIO MARIA ZACARIAS, 29755298720, 80105158925, 06/04/2016 / ANTONIO VIEIRA DE SOUZA, 23828625134, 80105208965, 12/04/2016 / APARECIDA VILLALBA QUINTANA, 17448620100, 80105333190, 26/06/2016 / APARECIDO DE LIMA ANDRADE, 590674897, 80105327034, 17/05/2016 / ARLINDO SPAZZINI, 19814402915, 80105422100, 26/06/2016 / ARNALDO LOURENCO MACHADO, 6329411115, 80105327549, 09/06/2016 / ARONDES DOS SANTOS PEREIRA, 10494197153, 80105197823, 11/05/2016 / ASTON MARQUES DA SILVA JUNIOR, 37909258100, 80105286338, 05/05/2016 / AURO LARREA MARTINS, 10590935100, 80105459615, 10/07/2016 / AURY LIMA MARQUES, 7819757191, 80105279552, 08/05/2016 / BATISTA DIAS DE OLIVEIRA, 35642360159, 80105319600, 26/06/2016 / BRUNO MAX MATTER, 141833157, 80105174530, 12/04/2016 / CAIO ANDRADE TEIXEIRA DE REZENDE, 73092762134, 80105334839, 29/05/2016 / CARLOS ALVES DA SILVA, 65370112134, 80105380008, 09/06/2016 / CARLOS AUGUSTO MARKS, 42137098172, 80105419583, 26/06/2016 / CARLOS NUNES PEREIRA, 89873190163, 80105422371, 26/06/2016 / CARLOS PESUSKI, 42134382104, 80105461512, 13/07/2016 / CÁSSIO LUIZ GUIMARÃES HONORIO CUNHA, 76384896168, 80105335487, 17/05/2016 / CELSO RIBEIRO ABRANTES, 92993222953, 80105198714, 25/04/2016 / CIRO CELSO MENDES VAREIRO, 14276844134, 80105202843, 11/04/2016 / CLAUDINEI FERREIRA FORTES, 51125072172, 80105219576, 28/04/2016 / CLAUDIO FRAGA DA SILVA, 48939951115, 80105379182, 26/06/2016 / CLAUDIONOR APARECIDO DOS SANTOS, 25454753866, 80105150860, 08/03/2016 / CLELSON ESPESSOTO DE CASTRO, 90314689168, 80105379263, 29/05/2016 / CLOVIS ALEXANDRE SALDANHA TSCHINKEL, 01242097180, 80105523216, 31/07/2016 / CRISTIANO DA COSTA PRADO, 84538937134, 80105324795, 17/05/2016 / CRISTIANO FERREIRA DA SILVA, 85522384115, 80105306118, 17/05/2016 / DAMIEN GONÇALEZ DE OLIVEIRA, 72816406172, 80105294438, 10/05/2016 / DANIEL D´OLIVEIRA VIEIRA, 60754001172, 80105301582, 15/05/2016 / DARCY BORDIN DE SOUZA, 5144590187, 80105208108, 18/04/2016 / DIMAS MACARIO ARAUJO, 25706853134, 80105382990, 09/06/2016 / DIOGENES DOS SANTOS SILVA, 579372146, 80105158259, 20/03/2016 / DIRCEU DE LARA, 7858809172, 80105229539, 19/04/2016 / DONALDO DIAS RUIZ, 40377105104, 80104531029, 13/07/2016 / DORIVAL MEDINA, 28022874949, 80105282006, 05/05/2016 / DOUGLAS BUQUIO VIEIRA DA SILVA, 96831715168, 80105286419, 16/05/2016 / EDER SOARES ROCHA, 60855100125, 80105286607, 09/06/2016 / EDERVAL TAVARES DE ARAUJO, 51985942100, 80105416800, 23/06/2016 / EDILSON INACIO DA SILVA, 70055270115, 80104259078, 19/07/2016 / EDIMAR FAUSTINO DE MENEZES, 33820139168, 80105281107, 09/06/2016 / EDMILSON CELESTINO ROSA, 48145408172, 80105275484, 05/05/2016 / EDSON PEREIRA, 47558326834, 80105418501, 09/06/2016 / EDUARDO TEIXEIRA TERENTIN, 71212485149, 80105290874, 09/06/2016 / EDUARDO TERRA, 17375606153, 80105321699, 29/05/2016 / ELENILDO ANIZIO DA SILVA, 39047784120, 80105416215, 16/06/2016 / ELIANDRO ALEX MARIN, 83003649191, 80105419079, 23/06/2016 / ELSON ROCHA GUIMARAES, 36778559187, 80105195537, 25/04/2016 / ELVIO BORGES GARCEZ, 97929808149, 80105278076, 03/05/2016 / EMERSON APARECIDO DE SOUZA, 78750822187, 80105420409, 13/07/2016 / EMERSON DE MATTEUS LEMOS, 73090670020, 80105460540, 23/06/2016 / EMERSON LOPES DA SILVEIRA, 133991105, 80105461199, 23/06/2016 / ENOQUE MENDOÇA DA SILVA, 81963459172, 80105242802, 17/05/2016 / FABRICIO ALBUQUERQUE YOUSSEF, 605316147, 80105443700, 14/06/2016 / FELIX LUIZ DUREX DUARTE, 83543228153, 80105249726, 05/05/2016 / FERNANDO AJALA CORRÊA, 36977110, 80105327468, 17/05/2016 / FLAVIO APARECIDO DE AZEVEDO MARTINS, 20660518880, 80105279471, 08/05/2016 / FLAVIO HERBERTO LEICHTWEIS, 14836157153, 80105326658, 16/05/2016 / FLAVIO RODRIGO VALLÉR, 71658025172, 80105430633, 09/06/2016, 09/06/2016 / GEVALDO DE ALCANTARA, 42155304153, 80105194301, 13/04/2016 / GILSON MENDES BATISTA, 93698399172, 80105493988, 13/07/2016 / IDALMIR GIRODE, 37274716115, 80105185736, 25/04/2016 / ILDO DA CRUZ, 29756596953, 80105229458, 25/04/2016 / IVAN APARECIDO DE OLIVEIRA, 83107509191, 80105180181, 31/03/2016 / IZAIAS MARIM DE ROMA, 91553997115, 80105177717, 04/04/2016 / IZALTO JOSE DA ROCHA, 6760272889, 80105334596, 09/06/2016 / JADIR MENDES, 60066954134, 80105317586, 16/05/2016 / JAIR APARECIDO PEREIRA, 74214900863, 80105139114, 02/03/2016 / JANIO LOLLI GHETTIR, 19740113800, 80104880465, 17/05/2016 / JEAN ANDERSON DE SOUZA, 79137849115, 80105099147, 19/01/2016, 19/01/2016 / JEREMIAS NASCIMENTO BEZERRA, 36537390125, 80105313831, 08/05/2016 / JESUSMAR VOLPE, 29429609149, 80105418854, 23/06/2016 / JOABES MAURINDO DE MIRANDA, 44847742168, 80105277851, 17/05/2016 / JOÃO PEDRO JACQUES TEIXEIRA, 58351574104, 80105266817, 27/04/2016 / JOÃO RAMÃO MONFORT VILLAR, 46599827187, 80105278319, 09/06/2016 / JOAO SANTOS PEREIRA BASTOS, 37390783168, 50003568024, 10/01/2016 / JOEL BRAGA DOS SANTOS, 58278931100, 80105290440, 09/06/2016 / JOEL MARTINS DE ALMEIDA, 15576418115, 80104734728, 17/01/2016 / JORCELINO ROSA DA CUNHA, 39094073153, 80105462080, 28/06/2016 / JORGE DOS SANTOS, 18530001915, 80105152218, 08/03/2016 / JORGE RADEKE, 10439234115, 80105158682, 25/04/2016 / JOSÉ ALEXANDRE BATISTA, 32804547434, 80105161470, 21/03/2016 / JOSÉ APARECIDO GUEDES CAVALCANTE, 57253080149, 80105379930, 29/05/2016 / JOSÉ ARMINDO MACENA FRANCO, 54180015153, 80105295167, 26/05/2016 / JOSE CARLOS CORDOBA DA SILVA, 32271867134, 80105211249, 11/04/2016 / JOSE CARLOS REZENDE, 55751830920, 80105331309, 09/06/2016 / JOSE CIRILO RODRIGUES DE ARAUJO, 14009250100, 80105460117, 13/07/2016 / JOSE DE OLIVEIRA SILVA, 16936914187, 80105158178, 17/03/2016 / JOSE EVERALDO ALBERTO, 82015341153, 80105332895, 23/06/2016 / JOSE IVAN RODRIGUES SILVA, 81626525153, 80105278742, 08/05/2016 / JOSÉ JOMAR PUCHALSKI, 3548193994, 80105492230, 17/07/2016 / JOSÉ JORGE DOS SANTOS, 48936685104, 80105198803, 13/04/2016 / JOSE LAERCIO POLLI, 36551503187, 80105236403, 19/04/2016 / JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, 17205050120, 80105420085, 23/06/2016 / JOSE MARIA FERREIRA DA CUNHA, 88615723168, 80105379506, 17/07/2016 / JOSE MILTON PADILHA, 36823422904, 80104545917, 17/07/2016 / JOSE SILVA CARREIRO, 27031446104, 80105175420, 11/04/2016 / JOVELINO ORTEGA GUTIERRE, 46456961149, 80105459453, 17/07/2016 / LAURO TAKAHIRO HIGA, 35665181153, 80105098922, 19/01/2016 / LEONEL ANTONIO NEGRI, 38564092972, 80105422614, 13/07/2016 / LORI NEGRI, 57936463968, 80105324604, 23/06/2016 / LUCIANO RIBEIRO DA COSTA, 65507100144, 80105250309, 05/05/2016, 05/05/2016 / LUIS EDUARDO DA SILVA SANTOS, 59443880210, 80105149004, 06/04/2016 / LUIZ ANTONIO PEREIRA DE MORAIS, 2378691874, 80105459291, 11/07/2016 / LUIZ EDVALDO OLIVETTE, 36812978191, 80105374466, 30/05/2016 / LUIZ ORLANDO BUZZATTA, 23896469991, 80105416568, 23/06/2016 / LUIZ VOUNEI GAUNA, 66312744191, 80105150789, 08/03/2016 / MANOEL PEREIRA DE ANDRADE, 7349890168, 80105308838, 17/05/2016 / MARCELO CARVALHO NOGUEIRA, 90024397172, 80105417882, 23/06/2016 / MARCELO MACHINSKI BRANDAO, 82245355172, 80105149187, 07/03/2016 / MARCILIO LINO DA SILVA, 23718153149, 80105416053, 23/06/2016 / MÁRCIO ROBERTO TADANO MIGUITA, 65245881187, 80105525260, 26/07/2016 / MARCO ANTONIO COLANERI, 40647250853, 80105308404, 20/06/2016 / MARCOS LOUREIRO CAMPONEZ, 79255574191, 80105136360, 16/02/2016 / MARCOS RODRIGUES MARQUES, 10932941168, 80105307351, 17/05/2016 / MARCOS ROGÉRIO KOLLER, 94523657149, 80105279200, 17/05/2016 / MARIO ANTONIO FIGUEIREDO CRISTALDO, 75956357134, 80105335800, 09/06/2016 / MAURICIO CARRILHO OLIVEIRA LIMA, 17489920159, 80105265098, 25/04/2016 / MILTON CESAR FERREIRA MENEZES, 54224314134, 80105336963, 09/06/2016 / MILTON LEMOS DE SA, 54193257134, 80160002826, 17/05/2016 / NELCI ALBERTO MARIN, 17668697934, 80105419230, 23/06/2016 / NELSON PORTO ALEGRE FILHO, 1627679863, 80105547662, 26/07/2016 / NERALDO MARQUES JUNIOR, 54294991100, 80105334081, 29/05/2016 / NILSON BARROSO PIRES, 49028286187, 80105418269, 20/07/2016 / NIVALDO SOUZA, 32249365172, 80105321770, 25/05/2016 / ODAIR FERREIRA DA SILVA, 28546709149, 80105305227, 29/05/2016 / ORIODANTAS ANTUNES TEODORO, 29389640130, 80105205354, 05/04/2016 / ORLANDO FRANCISCO DO CARMO, 44754752104, 80105459968, 17/07/2016 / OSMAR DENIZ CREPALDI, 87395622120, 80105136875, 08/03/2016 / OSVALDO FERNANDES CIRINO, 14322781187, 80105281298, 15/05/2016 / PAULO CESAR RADEKE, 32518250115, 80105161128, 06/04/2016 / PAULO CORTEZ, 30681987987, 80105137928, 21/03/2016 / PAULO ROBERTO NUNES DE OLIVEIRA, 58248927172, 80105461431, 17/07/2016 / PEDRO LEINAT FILHO, 4506863968, 80105416991, 09/06/2016 / PEDRO TARGINO DA CRUZ, 26239566187, 80105337420, 29/05/2016 / RODRIGO SPAGNOLO, 316914126, 80105419311, 23/06/2016 / ROGERIO BERBET, 81874979120, 80105460702, 17/07/2016 / ROGÉRIO SILVA CARREIRO, 80171397134, 80105175340, 25/04/2016 / ROGÉRIO VENTURINI FISCH, 50062360191, 80105181587, 31/03/2016 / ROMEU SPAGNOLO, 16335198053, 80105419400, 23/06/2016 / SALIM CAFURE NETO, 95113959120, 80105416304, 17/07/2016 / SALVADOR FERREIRA DE OLIVEIRA, 33880204187, 80105420670, 23/06/2016 / SERGIO LEANDRO SOTO, 11219637149, 80105196851, 25/04/2016 / THIAGO NANTES MARINHO, 69378690106, 80104650974, 23/02/2016 / TIAGO CORTEZ, 1072902192, 80105333433, 23/06/2016 / UDENIR TERRA, 20397771134, 80105320960, 29/05/2016 / VALDELINO RODRIGUES DA SILVA, 65296184149, 80105250147, 29/05/2016 / VALDENIR PORCEL DOS SANTOS, 12103291824, 80105461008, 17/07/2016 / VALDINEI RODRIGUES PEREIRA, 19297050182, 80105321001, 23/06/2016 / VALTER LUIZ PARRON MOLINA, 81653590106, 80105325333, 23/06/2016 / WALID AIDAMUS RASSLAN, 17135664191, 80105308595, 17/05/2016 / WELLINGTON SILLAS VARELLA, 1006936106, 80105265500, 05/05/2016.

JOSE AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.828, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53548001685/2016-66. Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença, as autorizações do Serviço de Radioamador, expedidas à entidade DIEGO COSTA BUENO, CPF nº 354.310.938-35, Fistel nº 504.035.068-67, com validade expirada em 13 de junho de 2016, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

JOSE AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.829, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53548001686/2016-19. Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença, as autorizações do Serviço Móvel Marítimo, expedida à entidade FENIX TOUR LTDA, CNPJ nº 005.085.383/0001-61, Fistel nº 504.035.418-59, com validade expirada em 26 de junho de 2016, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

JOSE AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Nº 4.090 - Expede autorização à PRADARIA AGROFLORESTAL LTDA, CNPJ nº 08.859.609/0004-75 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 4.091 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS S.A, CNPJ nº 03.237.583/0048-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 3.832, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) PROTATICA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI-ME, CNPJ nº 24.413.557/0001-12 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 3.998, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) ETECON LTDA, CNPJ nº 14.505.945/0001-70 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 4.070, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) SALOBO METAIS S/A, CNPJ nº 33.931.478/0002-75 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 4.106, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Expede autorização à GERA MARANHÃO-GERADORA DE ENERGIA DO MARANHÃO SA, CNPJ nº 09.110.880/0001-23 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados do Pará Maranhão e Amapá, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos). (53569000144/2012-49, 53569000549/2015-20, 53569003665/2012-58, 53569003654/2012-78, 53569000660/2012-73, 53575000526/2012-93, 53569001515/2013-91, 53569000983/2013-48, 53569001501/2013-77, 53569000916/2015-95, 53000033216/2010-06, 53569000506/2013-82, 53569003084/2012-16, 53569000621/2014-38, 53569002059/2013-04, 53575000357/2012-91, 53569000171/2012-11, 53569001312/2012-13, 53569003147/2013-15, 53569001618/2015-12, 53569000899/2015-96, 53569002802/2013-18, 53569003961/2012-59, 53504015184/2014-10, 53569002285/2014-68, 53569001757/2015-46, 53569001435/2015-05, 53569001762/2015-59, 53569000472/2012-45, 53504018182/2014-74, 53569001877/2015-43, 53569001736/2015-21, 53575000151/2015-12, 53569001940/2015-41, 53504006442/2014-69, 53504007964/2014-88, 53569002551/2015-33, 53504018034/2014-50, 53569003619/2012-59, 53504019568/2014-01, 53569002558/2015-21, 53569002176/2015-21, 53569002180/2015-90, 53569001752/2015-13, 53569002328/2015-96).

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 3.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, de Atribuição de Canais de Televisão em UHF - PBTVA, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadcom, considerando o resultado das Consultas Públicas nº 06/2016, 11/2016 e 12/2016 e 21/2016. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. Sua íntegra estará disponível no portal da Anatel na parte de Publicações Eletrônicas.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 24 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.848 - Processo nº 53500.015490/2016-40. Expede autorização à MEGA NET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 21.859.969/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.849 - Processo nº 53500.021079/2016-11. Expede autorização à JOSE CRISTIANO VIEIRA BARROS, CNPJ/MF nº 14.830.618/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.850 - Processo nº 53500.021281/2016-35. Expede autorização à FRANCISCO MARQUES VIEIRA GONCALVES - ME, CNPJ/MF nº 01.707.122/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.851 - Processo nº 53500.018844/2016-16. Expede autorização à IVO TEIXEIRA DE MACEDO - ME, CNPJ/MF nº 25.008.220/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.852 - Processo nº 53500.021939/2016-17. Expede autorização à LINK CARIRI SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 08.435.682/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.853 - Processo nº 53500.019647/2016-14. Expede autorização à NORTE.NET TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 22.729.872/0001-28, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.854 - Processo nº 53500.022602/2016-19. Expede autorização à ENTRE RIOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.781.564/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.855 - Processo nº 53500.019257/2016-36. Expede autorização à EDSON MARTINS ASSIS - ME, CNPJ/MF nº 13.401.921/0001-08, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.918 - Processo nº 53500.022683/2016-57. Expede autorização à FABIO M. LIMA - ME, CNPJ/MF nº 24.474.388/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.922 - Processo nº 53500.021056/2016-07. Expede autorização à ACT INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 02.948.795/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.923 - Processo nº 53500.020667/2016-20. Expede autorização à FRIZZO SOLU ES EM TI E TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 21.780.865/0001-98, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.924 - Processo nº 53500.022326/2016-99. Expede autorização à LETICIA KELLER DE SOUZA - ME, CNPJ/MF nº 19.936.217/0001-36, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.925 - Processo nº 53500.022305/2016-73. Expede autorização à CARLOS DEMETRIO DE CARVALHO MACEDO - ME, CNPJ/MF nº 09.404.402/0001-26, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.926 - Processo nº 53500.022960/2016-21. Expede autorização à CONNECT MINAS LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 22.307.653/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.927 - Processo nº 53500.023231/2016-92. Expede autorização à G L F DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 17.557.553/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.928 - Processo nº 53500.023382/2016-41. Expede autorização à CLEITON CORREIA DE SOUZA - ME, CNPJ/MF nº 11.849.397/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.929 - Processo nº 53500.023440/2016-36. Expede autorização à ALITA ROHWEDDER REIS - ME, CNPJ/MF nº 22.016.219/0001-11, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.930 - Processo nº 53500.022755/2016-66. Expede autorização à SMART6 TECNOLOGIA EM INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 03.562.161/0001-67, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.932 - Processo nº 53500.023302/2016-57. Expede autorização à CARLOS HENRIQUE PAIVA DE ASSIS 08958282606, CNPJ/MF nº 24.837.388/0001-48, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.935 - Processo nº 53500.018225/2016-13. Expede autorização à MEGABIT TELECOM EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 24.122.280/0001-79, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.936 - Processo nº 53500.022045/2016-36. Expede autorização à CINTHIA CRISTINA DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 21.294.944/0001-99, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.938 - Processo nº 53500.021967/2016-26. Expede autorização à IBEXNET TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.412.039/0001-84, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.940 - Processo nº 53500.022285/2016-31. Expede autorização à PAULO FABIANO DA SILVA PONTES - ME, CNPJ/MF nº 23.080.114/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.942 - Processo nº 53500.022400/2016-77. Expede autorização à VPM SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.962.049/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.944 - Processo nº 53500.022179/2016-57. Expede autorização à CONNECTX SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 25.217.427/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.946 - Processo nº 53500.020854/2016-11. Expede autorização à LUCIANA GONCALVES DE SOUZA FERNANDES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.262.050/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.950 - Processo nº 53500.021397/2016-74. Expede autorização à G. H. VASCONCELOS TECNOLOGIA - ME, CNPJ/MF nº 24.489.330/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.953 - Processo nº 53500.020486/2016-01. Expede autorização à GASPARNET TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 25.134.318/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 4.050, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Autorizar RICALLRADIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 06.072.154/0001-75 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 05/10/2016 a 07/10/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Nº 4.079 - Autorizar SPRINT - SERVIÇOS DE ENGENHARIA MECÂNICA LTDA, CNPJ Nº 04.285.527/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.080 - Autorizar DOSSENA E VASCONCELOS SERV AUTOM LTDA ME, CNPJ Nº 16.796.265/0001-88 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.081 - Autorizar FABIANA TROGENI SOARES DE AZEVEDO - ME, CNPJ Nº 07.824.098/0001-40 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.082 - Autorizar MOTTIN RACING LTDA, CNPJ Nº 03.406.065/0001-20 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.083 - Autorizar JOSE ANTONIO MIRO DE CORDOVA - ME, CNPJ Nº 14.140.838/0001-95 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.084 - Autorizar LUIS DARLAN MACHADO BANDEIRA, CNPJ Nº 08.695.429/0001-52 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.085 - Autorizar COMERCIAL SAMBAIBA DE VIATURAS LTDA, CNPJ Nº 03.013.854/0002-81 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.086 - Autorizar BLAU FARMACEUTICA S.A., CNPJ Nº 58.430.828/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.087 - Autorizar WILLIAM CURVELO LUBE , CPF Nº 011.974.177-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.088 - Autorizar HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 67.345.587/0001-41 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

Nº 4.089 - Autorizar A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ Nº 00.472.205/0001-70 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 14/10/2016 a 16/10/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.221/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 196ª Reunião Ordinária, ocorrida em 6 de outubro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005751/2015-13
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
CQB: 03/96
Endereço: Avenida Nações Unidas, nº 12901, 3º, 7º, 8º, 9º e 19º andares, São Paulo (SP)
Assunto: Liberação comercial de milho geneticamente modificado
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial de milho geneticamente modificado, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A Monsanto do Brasil Ltda. solicitou à CTNBio parecer técnico relativo à biossegurança do milho geneticamente modificado - MON 87427 tolerante ao herbicida glifosato, para efeito de sua liberação no meio ambiente, seu uso comercial e quaisquer ouras atividades relacionadas a esse OGM e quaisquer progênies dele derivadas. O uso proposto é a liberação comercial do milho MON 87427 bem como suas progênies, nas modalidades de cultivo, consumo animal e humano, manipulação, transporte, descarte, importação e exportação, bem como quaisquer outras atividades relacionadas. O milho MON 87427 possui uma combinação de promotor e íntron que fazem com que a expressão da proteína 5-enolpiruvilchiquimato-3-fosfato sintase (CP4 EPSPS) ocorra em vários tecidos da planta e não ocorra nos tecidos reprodutivos masculinos. A expressão da proteína é dirigida para o cloroplasto. Como esses tecidos reprodutivos masculinos não são tolerantes ao herbicida glifosato, o uso dessa linhagem de planta como parental feminino facilita a produção de sementes híbridas. Considerando que a variedade de milho MON 87427 pertence a espécie bem caracterizada e com sólido histórico de segurança para consumo humano; considerando que a proteína CP4 EPSPS, que confere tolerância ao herbicida glifosato, é expressa em vários eventos de diferentes culturas agrícolas já submetidos à avaliação de risco e aprovados para uso comercial em diversos países; considerando que os milhos tolerantes ao herbicida Roundup pela expressão da proteína CP4 EPSPS, bem como combinações de outros eventos em milho, já foram submetidos à análise da avaliação de risco pela CTNBio e obtiveram parecer favorável para sua liberação comercial; considerando a caracterização molecular, os dados apresentados sobre o evento MON 87427 e o Parecer da CIBio que corroboram a afirmativa sobre a segurança dos genes inseridos e proteínas expressas nesse evento, no âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que o Milho MON 87427 é tão seguro quanto seu equivalente convencional e o pedido atende às normas e às legislações vigentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A avaliação de segurança apoia a conclusão de que a exposição dietária à proteína CP4 EPSPS derivada do milho MON 87427 não confere risco significativo para a saúde humana ou animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.222/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 196ª. Reunião Ordinária ocorrida em 06/10/2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000845/2016-87
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901 - Torre Norte - 7º e 8º andares - CEP: 04578-000 - São Paulo -SP
Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente e importação de sementes (RN08)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido de parecer técnico para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho tolerante a herbicidas e resistente a insetos (milho MON 87427 × MON 89034 × MIR162 × MON 87411 × MON 87419 e milho MON 87427 × MON 87419 × NK603), concluiu pelo DEFERIMENTO. Esta liberação planejada no meio ambiente será conduzida nas Estações Experimentais da Monsanto do Brasil Ltda. localizadas em Cachoeira Dourada (MG), Luis Eduardo Magalhães (BA), Não-Me-Toque (RS), Rolândia (PR), Santa Cruz das Palmeiras (SP) e Sorriso (MT). Fica autorizada a importação de 25,86 Kg de sementes dos Estados Unidos com quarentena prevista para o CENARGEN ou IAC.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.223/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 196ª. Reunião Ordinária ocorrida em 06/10/2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004567/2013-94
Requerente: GDM Genética do Brasil Ltda.
CNPJ: 07.007.165/0001-34
Endereço: Av. Ayrton Senna da Silva, 550 - 13º. Andar - Ed. Torre Montello - Londrina/PR.
Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Decisão: DEFERIMENTO

A CTNBio, após analisar solicitação de extensão do CQB (CQB nº 367/13) para o ambiente do secador de plantas e sementes, localizado na Unidade Operativa de Porto Nacional/TO e Casa de Apoio (composta por câmara fria, sala de abertura e preparação de amostra, depósito), localizado na Unidade Operativa de Cambé/PR, para as atividades de pesquisa em regime de contenção, avaliação de produto e armazenamento de plantas geneticamente modificadas da classe de risco 1, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.224/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 196ª. Reunião Ordinária ocorrida em 06/10/2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI: 01200.702479/2016-02
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
CQB: 003/96
Assunto: Liberação comercial de milho geneticamente modificado para uso na alimentação humana e animal.
Extrato Prévio: 5273/2016 publicado no DOU em25 de agosto de 2016.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial do milho geneticamente modificado contendo o evento MON 87460 para as finalidades de manipulação, transporte, transferência, comercialização, importação, exportação, armazenamento, consumo e descarte deste milho GM e de seus derivados, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. O uso proposto do Milho MON 87460 é exclusivo para alimentação humana e animal. As medidas específicas para impedir a dispersão desse milho no ambiente estão detalhadas no parecer técnico completo desse processo. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 5 de outubro de 2016

2ª Relação de Distribuição de Cota Para Importação - Lei 8.010/90.

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0001/1990	Universidade de São Paulo	200.000,00
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	1.078.532,64
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	55.317,05
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	27.294,42
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	333.928,46
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	738.138,43
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	14.800,00
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	228.405,64
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	281.815,59
0017/1990	Universidade Federal do Pará	145.176,43
0018/1990	Fundação Universidade de Brasília	54.054,00
0019/1990	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	182.278,94
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	739.989,75
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco	287.804,71
0026/1990	Fundação de Ciência e Tecnologia	4.922,51
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	233.747,97
0028/1990	Universidade Federal de Santa Catarina	23.345,04
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	384.998,72
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	32.754,03
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	283.182,20
0057/1990	Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	6.504,88
0064/1990	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	89.078,63
0066/1990	Fundação da UFPR para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura	35.534,38
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	27.955,34
0071/1990	Universidade Federal do Amazonas	44.976,87
0080/1990	Universidade Federal do Ceará	350,00
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	392.546,50
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	300.069,07
0097/1990	Universidade Federal de Uberlândia	14.945,51
0101/1990	Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	150.001,70
0102/1990	Fundação Norte Riograndense de Pesquisa e Cultura	289.846,51
0103/1990	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	32.933,90
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	405.729,64
0105/1990	Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações/Inst. Nac.de Telecomunicações	660,83
0106/1990	Universidade Federal da Bahia	165.123,31
0109/1990	Universidade Federal de Viçosa	91.480,00
0111/1990	Universidade Federal de Pernambuco	12.200,00
0120/1990	Universidade Federal de Goiás	5.195,00
0121/1990	Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	524,50
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	29.661,40
0131/1990	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	6.169,00
0135/1990	Fundação Butantan	985.499,85
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	53.931,60
0143/1990	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	48.013,97
0144/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	14.100,00
0154/1990	Sociedade Mineira de Cultura /Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	20.631,20
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	92.426,84
0187/1991	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	12.173,08
0192/1991	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	62.000,00
0207/1991	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	45.358,66
0219/1991	Fundação Antônio Prudente	5.876,32
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	53.112,43
0227/1991	Universidade Estadual de Ponta Grossa	21.019,11
0231/1991	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	481.054,08
0247/1991	Fundação Universidade do Vale do Itajaí / Universidade do Vale do Itajaí	21.190,00
0280/1991	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura / Universidade Católica de Pelotas	28.843,72
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	7.079,40
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	17.858,38
0298/1992	Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba	10.256,52
0302/1992	Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	8.164,00
0311/1992	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	6.750,00
0331/1992	Universidade Federal Rural de Pernambuco	5.450,00
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	121.655,14
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	81.402,79
0359/1992	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	13.300,00
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	250.763,53
0534/1993	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	1.094.412,23
0568/1994	Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini	99.000,00
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	53.795,44
0585/1994	Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	17.296,75
0589/1994	USP/Instituto de Física de São Carlos	25.499,97
0602/1994	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	40.413,50
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	13.039,40
0653/1995	Universidade Federal do Espírito Santo	19.163,14
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas	28.383,00
0659/1996	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	270.995,96
0674/1996	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	41.222,60
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	314.591,85
0693/1997	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	2.007.576,82
0697/1997	Instituto de Física	191.396,25
0698/1997	USP/Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	72.941,77
0701/1997	Faculdade de Ciências Farmacêuticas	25.950,31
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	6.239,00
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	8.626,26
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	35.351,90
0726/1998	Fundação de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTFPR	8.677,00
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	1.450.231,12
0737/1998	Instituto Presbiteriano Mackenzie/Universidade Presbiteriana	14.660,00
0740/1998	Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	62.400,99
0742/1998	Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera	65.970,35
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	101.231,13
0750/1998	Faculdades Católicas / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	104.305,65
0760/1999	Fundação para o Desenvolvimento Científicio e Tecnológico em Saúde	236.998,50
0769/1999	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento	96.367,05
0772/2000	Fundação Espírito-Santense de Tecnologia	50.449,21
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	404.866,04
0785/2000	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura	198.747,54
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Pará	112.420,88
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	383.466,04
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	16.286,80
0838/2001	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	19.850,00
0853/2002	Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas	2.447,36
0858/2002	Fundação de Apoio Universitário à UFPEL	24.489,71
0860/2002	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto	18.360,00
0873/2002	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso	9.174,43
0885/2003	Fundação Ricardo Franco	4.521,27
0908/2004	Fundação Escola Politécnica da Bahia	129.789,00
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	89.824,91
0963/2005	Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica	5.429,61
0968/2005	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins	129.631,99
0981/2006	Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão	10.922,00
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	31.904,01
1006/2006	Associação Antônio Vieira / Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2.480,00
1008/2006	Fundação Universidade Federal do ABC	171,80
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	31.163,38
1013/2007	Fundação de Apoio à Pesquisa,Desenvolvimento e Inovação-Exercito Brasileiro	87.896,76
1057/2008	Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	8.233,86
1063/2008	Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à Pesquisas	105.350,07
1071/2008	Fundação Universidade Federal do Pampa	17.767,56
1073/2008	Instituto Mato-Grossense do Algodão	46.000,00
1080/2009	Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - SP	37.535,87
1087/2009	Instituto de Tecnologia e Pesquisa	92.000,00
1089/2009	Fundação Pio XII	4.270,00
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	12.538,61
1123/2010	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	13.022,76
1150/2011	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del Rei	19.110,01
1151/2011	Instituto Tecnológico Vale	459.436,07
1183/2012	Fundação Empresa Escola de Engenharia da UFRGS	1.041,00
1211/2014	Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino	52.688,80
1223/2014	SENAI/ Centro de Inovação e Tecnologia SENAI - Campus CETEC	170.000,00

HUGO PAULO DO NASCIMENTO LEITÃO VIEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 3.925, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.032098/2016-52, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOSEFA ALVARES, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE, o canal 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 14 de setembro de 2016

Nº 1.294/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.052984/2013-01, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de JUNDIAÍ, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 42 (quarenta e dois), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 16923/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.671/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.018724/2013-07, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de IGARAPAVA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 19 (dezenove), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 21635/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.675/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.012349/2016-82, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TV UMBU LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SOLEDADE, estado do RIO GRANDE DO SUL, utilizando o canal digital nº 33 (trinta e três), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 21686/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.747/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.005492/2009-32, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TV RECORD DE FRANCA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Ra-

diodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de ITIRAPINA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal 29 (vinte e nove), em conformidade com a Nota Técnica nº 22591/2016/SEI-MCTIC e em conformidade com o anexo ao presente Despacho.

Nº 1.830/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.024232/2016-41, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO TUIUTI S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SANTA VITÓRIA DO PALMAR, estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal digital nº 24 (vinte e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 23465/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.840/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.027537/2015-24, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de ALPINÓPOLIS, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 57 (cinquenta e sete), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 23642/2016/SEI-MCTIC.

Em 26 de setembro de 2016

Nº 1.864/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53524.003198/2015-25, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SANTA VITÓRIA, estado de MINAS GERAIS, utilizando o canal digital nº 28 (vinte e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 24203/2016/SEI-MCTIC.

Em 27 de setembro de 2016

Nº 1.935/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.057560/2015-43, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da AGÊNCIA BRASIL CENTRAL, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de ITUMBIARA, estado de Goiás, utilizando o canal digital nº 46 (quarenta e seis), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 25086/2016/SEI-MCTIC.

Em 30 de setembro de 2016

Nº 1.988/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.042232/2016-23, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da REDE JARY DE COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SANTANA, estado do Amapá, utilizando o canal digital 43 (quarenta e três), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 25666/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS



Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 298, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 29, de 06 de abril de 2016 e suas atualizações, que estabelece, no âmbito das Unidades Administrativas e Vinculadas do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para a concessão de diárias e passagens no exercício de 2016.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, INTERINA, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto n.º 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo da Portaria nº 29 de 06 de abril de 2016, na forma do quadro anexo.

Art. 2º Os limites do referido Anexo contemplam o disposto no Parágrafo Único do Artigo 2º da Portaria nº 119, de 08 de agosto de 2016, que estabelece o montante de até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos do crédito extraordinário aberto pela Lei nº 13.268, de 12 de abril de 2016, em favor Ministério da Cultura e outros órgãos para a promoção da cultura brasileira nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO

R$ 1,00

Unidades Administrativas e Vinculadas	Limite Autorizado
Ministério da Cultura - Ad. Direta	9.108.000
Representações Regionais	128.000
Representação Regional do RJ e ES	11.000
Representação Regional do Nordeste	23.000
Representação Regional de Minas Gerais	11.000
Representação Regional de São Paulo	14.000
Representação Regional do MinC - Região Sul	22.000
Representação Regional do Norte	25.000
Representação Regional da Bahia e Sergipe	11.000
Representação Regional do Centro Oeste	11.000
Secretaria Executiva	1.600.000
Gabinete do Ministro	1.550.000
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	150.000
Subsecretaria de Gestão Estratégica	60.000
Secretaria do Audiovisual	500.000
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	900.000
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural	1.300.000
Secretaria da Economia da Cultura	770.000
Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional	2.000.000
Secretaria de Infraestrutura Cultural	150.000
Entidades Vinculadas	7.222.000
Fundação Casa de Rui Barbosa	150.000
Fundação Biblioteca Nacional	180.000
Fundação Cultural Palmares	1.049.000
Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional	3.500.000
Fundação Nacional de Artes	693.000
Agencia Nacional do Cinema	1.050.000
Instituto Brasileiro de Museus	600.000
TOTAL MINC	16.330.000

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de outubro de 2016

Nº 282 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0636 - ESTILO SEM IDADE
Processo: 01416.007259/2016-38
Proponente: ESTAÇÃO ELÉTRICA PRODUÇÃO DE CINEMA E VÍDEO LTDA.
Cidade/UF: PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 04791421000139
Valor total aprovado: R$ 250.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 237.500,00
Banco: 001- agência: 1899-6 conta corrente: 56098-7
16-0637 - História da Moda
Processo: 01416.007275/2016-21
Proponente: ESTAÇÃO ELÉTRICA PRODUÇÃO DE CINEMA E VÍDEO LTDA.
Cidade/UF: PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 04791421000139
Valor total aprovado: 150.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 142.500,00
Banco: 001- agência: 1899-6 conta corrente: 56099-5
16-0639 - Dragão de Aço - A Série de TV
Processo: 01416.007256/2016-02
Proponente: CORSÁRIO FILMES LTDA.
Cidade/UF: CURITIBA/PR
CNPJ: 07.752.214/0001-63
Valor total aprovado: 2.200.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.090.000,00
Banco: 001- agência: 1519-9 conta corrente: 61196-4
16-0642 - Reabilitação Social
Processo: 01416.006728/2016-00
Proponente: ARTEFÍCIO FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 10.355.128/0001-21
Valor total aprovado: R$ 1.097.745,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 121.428,87
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2374-4
16-0644 - O CEMITÉRIO DAS ALMAS PERDIDAS
Processo: 01416.007247/2016-11
Proponente: FÁBULAS NEGRAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 09.369.796/0001-29
Valor total aprovado: R$ 2.234.501,35
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.198.870,00
Banco: 001- agência: 0924-5 conta corrente: 51896-4
16-0646 - O Comedy Clube
Processo: 01416.006731/2016-15
Proponente: ANDRE NASCIMENTO ARAÚJO
Cidade/UF: PALMAS/
CNPJ: 12.743.129/0001-79
Valor total aprovado: R$ 1.387.600,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 2477-5 conta corrente: 35784-7

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2020.

16-0641 - UMA NOVA CHANCE
Processo: 01416.007099/2016-27
Proponente: DIANE PEIXOTO MAIA - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 07.419.227/0001-15
Valor total aprovado: 5.718.961,90
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23180-0
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23181-9

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS MAURICIO LOPES BORTOLOTI
Substituto

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 54, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

V - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VI - Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01506.004208/2016-45
Projeto: Redes secundárias de distribuição de gás natural de Lenções Paulista. Indicação de pontos para monitoramento arqueológico em área urbana e educação patrimonial
Arqueóloga Coordenadora: Valdirene do Carmo Ambiel
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de Goiás, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
02-Processo n.º 01516.001793/2016-11
Projeto: Monitoramento e Resgate Arqueológico da Restauração do casarão da Sede da Prefeitura da Cidade de Goiás
Arqueóloga Coordenadora: Cristiane Loriza Dantas
Apoio Institucional: Superintendência do Iphan no Estado de Goiás
Área de Abrangência: Município de Goiás, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

03-Processo n.º 01500.002530/2016-90
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial dos Terminais Ponta Negra (TPN)
Arqueólogo Coordenador: Fernando Alexandre Soltys
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB
Área de Abrangência: Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
04- Processo n.º 01514.006922/2013-26
Projeto: Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para implantação de Pilha Esteril e Rejeitos - processo DNPM n° 809536/1976 - mineração Serra da Moeda
Arqueólogo Coordenador: Leandro Elias Canaan Mageste
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Municípios de Ouro Preto e Itabirito, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
05-Processo n.º 01512.000428/2008-19
Projeto: Programa de Vistoria e Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico de Obras no Centro Histórico de Santo Ângelo, Área do Sítio arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio
Arqueólogo Coordenador: Thalis Daiani Paz Garcia
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Santo Ângelo - Museu Municipal Dr. José Olavo Machado - Núcleo de Arqueologia
Área de Abrangência: Município de Santo Ângelo, Estado de Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
06-Processo n.º 01450.005512/2014-31
Projeto: Salvamento Arqueológico dos sítios Mantega 1, 2 e 3, Oficina 1 e 2, Sete Quedas 1, Jerusalém 1 e 2, Cipó 1, Estrada 1, Paredão1 e 2, Torre 20-1, Antinha 1 e 2, e Babaçu 1 nas áreas de Intervenção da UHE São Manoel
Arqueólogo Coordenadores: Solange Bezerra Caldarelli e Renato Kipnis
Apoio Institucional: Museu de Pré-História Casa Dom Aquino - Centro de Pesquisa e Laboratório de Arqueologia
Área de Abrangência: Município de Paranaíta no Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Jacareacanga no Estado do Pará
Prazo de Validade: 11 (onze) meses

ANEXO II

01- Processo n.º 01450.013202/2012-28
Projeto: rospecção Intensiva nas Áreas de Implantação da Linha de Transmissão 500 kV Manaus - Boa Vista, Subestação Lechuga (AM), Subestação Equador (RR) e Subestação Boa vista (RR)
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Apoio Institucional: Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas
Área de Abrangência: Municípios de Manaus, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, estado do Amazonas; municípios de São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Mucajaí, Caracaraí, Cantá e Boa Vista, Estado de Roraima
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Solatio Gestão de Projetos Solares Ltda - ME
Empreendimento: Linha de Transmissão 138 kV Usina Solar Fotovoltaica Pirapora 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10
Processo n.º 01514.003847/2016-94
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 138 kV Usina Solar Fotovoltaica Pirapora 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10
Arqueólogo Coordenador: Carla Janayna de Sousa Costa
Arqueólogo de Campo: Carla Janayna de Sousa Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
02-Enquadramento IN: III
Empreendedor: Central Eólica São Raimundo LTDA.
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kv SE Santo Inácio/ICG Mossoró IV
Processo nº. 01450.011045/2015-69
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Linha de Transmissão 230 kv SE Santo Inácio/ICG Mossoró IV
Arqueólogo coordenador: Luzia Maria de Sousa Carvalho
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará (Instituto Tembetá)
Área de Abrangência: Município de Icapuí, Estado do Ceará e Tibau Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 1 (um) mês
03- Enquadramento IN: IV
Empreendedor: Colgua Investimentos S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar
Processo n.º 01506.004159/2016-41
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Monte Mor - Museu Municipal Elisabeth Aytai
Área de Abrangência: Município de Suzanápolis e Aparecida do Oeste, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 01 (um) mês
04- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.
Empreendimento: Fazenda Catuaí Norte
Processo n.º 01494.000293/2015-78
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Fazenda Catuaí Norte
Arqueólogo Coordenador: Jessiane Montenegro Barboza dos Santos
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Município de Tasso Fragoso, Balsas e Alto Parnaíba, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
05-Processo n.º 01514.005745/2013-61
Projeto: Prospecção Sistemática Fazenda Serra Verde e Resgate Arqueológico de Áreas com Vestígios em situação de Risco dentro das poligonais 830.661/1992 e 831.863/1992, Mina da Cabeceira do Piabanha II/Serra Verde II
Arqueóloga Coordenadora: Eliany Salaroli La Salvia
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município Salto da Divisa, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Casa & Terra Imobiliária e Engenharia Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Greenville II
Processo n° 01425.000737/2016-70
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Área do Empreendimento Residencial Greenville II
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Campo Verde, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07-Enquadramento IN: III
Empreendedor: Buriti Nordeste Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Jardim Comendador Antônio Coutinho II
Processo n. 01403.000696/2012-70
Projeto: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Loteamento Jardim Comendador Antônio Coutinho II
Arqueólogo coordenador: Paloma Almeida Martins
Apoio Institucional: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL
Área de Abrangência: Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas
Prazo de Validade: 03 (Três) meses
08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS - Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas
Empreendimento: Levantamento Sísmico 3D Rio Betume
Processo n.º 01504.000814/2014-40
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Influência do Levantamento Sísmico 3D Rio Betume, Blocos SEAL-T-345-T346, SEAL-T-359, SEAL-T-360, SEAL-T-372, SEAL-T-383 e SEAL-T-384.
Arqueólogo Coordenador: Thiago Rodrigo da Conceição Santos
Apoio Institucional: Superintendência do Iphan no Estado de Sergipe
Área de Abrangência: Município de Brejo Grande, Ilha das Flores, Japaratuba, Japoatã, Neópolis, Pacatuba e Pirambu, Estado de Sergipe
Prazo de Validade: 09 (Nove) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário
Empreendimento: Opportunity Vila Velha
Processo n.º 01409.000369/2016-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Empreendimento Opportunity Vila Velha
Arqueóloga Coordenadora: Daiane Pereira
Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Porto Canoa Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Residencial Porto Canoa
Processo n.º 01409.000494/2016-78
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Porto Canoa
Arqueólogo Coordenador: Letícia Moura Simões de Souza
Arqueólogo de Campo: Fernando Walter da Silva Costa
Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Serra, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Minerita - Minérios Itaúna Ltda
Empreendimento: Lavra de minério de ferro na região do Quéias
Processo n.º 01514.006153/2015-28
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Lavra de minério de ferro na região do Quéias
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo de Oliveira Enéas
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Municípios de Itatiaiuçu e Brumadinho, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CETEEP
Empreendimento: LT 138 kV - Morro Agudo - SE Humaitá - SE Caiçara
Processo n.º 01506.004859/2015-54
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico das LT´s 138KV / SE Morro Agudo - SE Humaitá / SE Caiçara
Arqueólogo Coordenador: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Pitangueiras, Morro Agudo e Viradouro, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 622, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:
Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, conforme anexo.
Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
13-0547	13ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto	FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO	Realizar a 13ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, de 06 a 16 de junho de 2013, com exposição e venda de livros; recitais de música erudita; apresentação de peças teatrais; lançamento de obras literárias e intercâmbio entre autores; organização de Cafés Filosóficos e Salões de Ideias;mostras de artes visuais;	Humanidades	1.919.180,00	1.891.380,00	764.205,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			exibição de filmes;montagem de palcos para atividades musicais, de dança e arte dramática, além de auditórios para debates sobre o acesso ao livro e a formação de leitores no Brasil.				
09-8350	SISTEMA SALTO - TRAJETÓRIAS E CONQUISTAS	SOMA 3 - COMERCIO, REPRESENTACOES, CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	O projeto propõe a publicação de um livro a fim de promover a preservação documental e histórica da construção das Usinas Hidroelétricas de Canela e São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul, analisando a importância política, econômica, social, cultural e ambiental, além de identificar quem foram os operários que trabalharam nestas obras, seu perfil, cotidiano, dificuldades e destino pós construção.	Humanidades	74.250,00	61.985,00	20.000,00

PORTARIA Nº 623, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
161722 - ERA UMA VEZ EU CONTO PRA VOCÊ
Amauri de Carvalho Martineli
CNPJ/CPF: 642.680.559-91
Processo: 01400202402201672
Cidade: Paranavaí - PR;
Valor Aprovado: R$ 36.050,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Circulação para apresentação e difusão do espetáculo infantil "Era uma vez eu conto pra você", em 10 cidades diferentes, próximas a Paranavaí, totalizando 10 apresentações em Bibliotecas e/ou Praças Públicas de cada Município.

161623 - O CASAMENTO SUSPEITOSO DE ARIANO SUASSUNA
L.W. Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.575.048/0001-30
Processo: 01400201346201659
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 338.160,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 30/12/2016
Resumo do Projeto: MONTAGEM E TEMPORADA DA PEÇA "O CASAMENTO SUSPEITOSO" DE ARIANO SUASSUNA, COM DIREÇÃO DE SIDNEI CRUZ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COMEMORANDO OS 25 ANOS DA CIA LIMITE 151.

161674 - O FANTÁSTICO CORAÇÃO SUBTERRÂNEO - Temporada São Paulo/SP
Diego Fortes Ribas / A Armadilha Cia. de Teatro
CNPJ/CPF: 08.181.694/0001-12
Processo: 01400201896201678
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 688.845,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto "O Fantástico Coração Subterrâneo" promove a adaptação e apresentações de um espetáculo teatro original. Obra com dramaturgia e direção de Diego Fortes, acompanhado de artistas de vasta experiência cênica. Serão cerca de 24 apresentações no total, na cidade de São Paulo.

161585 - Saga de Virgulino Ferreira - O Lampião
Silvana Leite Morais
CNPJ/CPF: 994.392.044-00
Processo: 01400201294201611
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 458.040,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto "Saga de Virgulino Ferreira - O Lampião" foi modelado para realizarum musical cênico com 10 apresentações por 5 capitais de Estados do Brasil. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando caráter internacional ao projeto. Ao final do projeto, terá sido estimulada a cultura nacional através da releitura da vida de Virgulino Ferreira, divulgando a cultura deixada pelo Cangaço no Nordeste.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
161468 - Orquestra de Câmara Solistas de Londrina - Mostra de Música de Câmara - "do erudito ao popular"
Apolônia Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 03.266.184/0001-24
Processo: 01400027172201656
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 388.010,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A Mostra de Música de Câmara - "do erudito ao popular" apresenta uma série de concertos e máster classes que buscam agregar conhecimento e valorização da cultura musical brasileira e universal. A Mostra chega na sua 6a edição com renovação e ampliação da sua programação. Acreditando na união entre o Erudito e o Popular a programação prevê ainda espetáculos inéditos com renomados músicos da cena cultural brasileira universal. A programação será dividida em 8 (oito) apresentações e 3(três) master classes nos espaços de teatros,igrejas e nos auditorios de algumas escolas públicas .A ideia é que a música brasileira conquiste o reconhecimento de novas plateias.O projeto prevê apresentações em várias cidades paranaenses, como Londrina, Apucarana, Arapongás , Maringá,Cianorte e Campo Mourão. Os eventos contam com a participação de alguns dos principais interpretes da musica instrumental brasileira de atualidade, internacionalmente reconhecidos.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
161604 - Graffiti Cidadão
Rafael Fortuna Barão
CNPJ/CPF: 117.074.787-67
Processo: 01400201322201608
Cidade: Teresópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 86.520,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Fazer um grande painel de aproximadamente 50m² com pintura realista do rosto de uma ou mais pessoas que se tornaram relevantes na cidade pelo seu carisma, importância ou conhecimento, e também um registro audiovisual para que estas pessoas homenageadas possam compartilhar com a população suas experiências de vida.

161592 - Memórias da Alma: a obra de Daisy Nasser em perspectiva
Daysy Nasser
CNPJ/CPF: 033.026.578-46
Processo: 01400201303201673
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 505.340,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização da exposição da artista plástica Daisy Nasser. A mostra apresentará uma retrospectiva da intensa e importante produção de esculturas da artista, ao longo dos últimos 40 anos. Daisy dividiu sua carreia em 4 principais fases, nas quais trabalhou com materiais como bronze, fribra de vidro, metal e mármore. Daisy Nasser é uma importante artista representante da produção de esculturas brasileira. A exposição será formada por aproximadamente 80 esculturas e prevê-se a publicação de um catálogo (2000 exemplares)

161759 - UMBERTO FRANÇA - Ao TAPETEVERMELHO
Roberto F. Padilla - ME
CNPJ/CPF: 31.559.693/0001-80
Processo: 01400202841201685
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 351.802,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Apresentar uma exposição de obras de autoria do artista plástico UMBERTO FRANÇA intitulada "Ao TAPETEVERMELHO" no Centro Cultural Justiça federal, no Rio de Janeiro, do hall até o 2* andar, ocupando 3 salas com instalações criadas especificamente para os espaços expositivos.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
161816 - DVD - DABLIO & PHILLIPE
MCOSTA PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 21.482.863/0001-12
Processo: 01400203044201615
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 335.885,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: - Gravar um DVD da dupla - DABLIO E PHILLIPE com 10 músicas; Prensar 2.000 cópias. - Valorizar a música popular brasileira no Estado de Goiás e no Brasil. - Fortalecer a diversidade musical brasileira;

161734 - TURNÊ INTERNACIONAL DJ DIRTYLOUD
MARCUS VINICIUS GONÇALVES CAMPOS
CNPJ/CPF: 080.432.716-58
Processo: 01400202504201698
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 487.762,00
Prazo de Captação: 10/10/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Dirtyloud, o projeto encabeçado por Marcus Vinícius Campos é uma das maiores referências da cena eletrônica brasileira, sendo um dos projetos que mais circulam o país. O jovem produtor e DJ mineiro de apenas 26 anos desponta Brasil afora como revelação na nova safra da boa música. Longe de rótulos, Marcus Vinícius vai além: com turnês já realizadas em todos os estados do Brasil, em suas produções pode-se encontrar remixes de fenômenos como Calvin Harris, Shakira, Deadmau5, Yoko Ono, a banda Fresno e outros tantos artistas de renome que dividem os méritos de seus hits com o projeto e seus quase oito anos de existência. Agora este projeto propõe a Turnê na Costa Leste dos EUA, do artista, por 12 cidades dos EUA, a saber: Miami, Boca Raton, Orlando, Jacksonville, Savannah, Charleston, Myrthe Beach, Durham, Norfolk, Newport News, Atlantic City e Nova York. Além das cidades americas, Dirtyloud fará um show na cidade de Belo Horizonte-MG.

PORTARIA Nº 624, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
15 2352 - Brasileirinho - Dança para Crianças
OSCAR SIMCH PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.432.857/0001-92
RS - Maratá
Período de captação: 02/07/2016 a 31/12/2016
ÁREA: 3 MUSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)
15 11152 - Violino na Roda
Guilherme Pimenta e Almeida 07238429659
CNPJ/CPF: 22.009.119/0001-68
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 31/08/2016 a 31/12/2016
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
14 12280 - Exposição de Artes Preto no Branco
Raphael Oliveira Vitali
CNPJ/CPF: 847.842.611-68
DF - Brasília
Período de captação: 20/09/2016 a 31/12/2016

PORTARIA Nº 625, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
142003 - Restauração e Adaptação do Pavilhão das Culturas ? Parque Ibirapuera
Instituto Pedra
CNPJ/CPF: 17.643.364/0001-92
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 2.171.392,56
Valor total atual: R$ 22.438.750,22
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
1410714 - LÊ PRA MIM?
Associação Cultural Somar Idéias
CNPJ/CPF: 12.078.777/0001-58
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 292.440,00
Valor total atual: R$ 433.560,00

PORTARIA Nº 626, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO	NÍVEL
LETICIA DE CASSIA COSTA DE OLIVEIRA	92166423000	Audiovisual	Produção Cinematográfica de curta metragem - Produção Cinematográfica de média metragem - Exibição Cinematográfica - Produção Videofonográfica de curta metragem - Produção Videofonográfica de média metragem - Formação Audiovisual - Projetos Audiovisuais Transmidiáticos	Nível III
PAULA GORINI OLIVEIRA	09418872781	Artes Cênicas	Dança	Nível II

PORTARIA Nº 627, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação de alguns dos projetos publicados na Portaria 474, de 09/08/2016, no DOU nº 153, de 10/08/2016, Seção 1, pág. 43/44 e listados no anexo, em função da edição da portaria nº 126 de 30 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado
06 3468	Festival da Cultura Gaúcha, Alemã, Israelita, Italiana e Polonesa (1º)	FUNDAÇÃO POLO DE CULTURA DE ERECHIM - RS	07.770.991/0001-30	Pretende-se fazer com que as pessoas conheçam, preservem e valorizem suas raízes, através do envolvimento e da vivência cultural das diversas atividades desenvolvidas durante os cinco dias do festival. O festival será realizado no Parque de Exposições e no Pólo de Cultur do Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul. Em cada um dos dias do evento, serão utilizados elementos de culturalização que vão desde oficinas a grupos dirigidos, até apresentações disponibilizadas a todos os visitantes.	657.639,27	603.356,10	115.750,00
03-0295	Coro Masculino do Rio de Janeiro	KALIMBA PRODUCOES S C LTDA - ME	03.351.015/0001-92	Viabilizar a gravação do primeiro CD do Coro Masculino do Rio de Janeiro, com tiragem de 2.000 cópias, composto por 20 vozes, formado basicamente por artistas efetivos do corpo do Coro do Theatro Municipal/RJ. O projeto prevê a realização de show de lançament na Sala Cecilia Meireles a preços populares (R$ 10,00 e R$15,00), com estimativa de aproximadamente 10.000 pessoas.	99.280,00	93.780,00	93.780,00
05-0288	Ipatinga in concert	Marcelo da Conceição Melo	002.108.107-77	O projeto tem como objetivo trazer a emoção de vários períodos da história da música, nas mais diversas interpretações orquestrais. Desenvolvimento do projeto: 1.º) realização de 04 concertos no teatro do centro cultural Usiminas em Ipatinga; 2.º) realização de 01 concerto no Parque Ipanema, também em Ipatinga; 3.º) ensaio aberto a músicos da região com as orquestra/grupos contratados.	220.600,00	210.850,00	95.000,00
04-2369	Plano Anual de Atividades - 2004	Associação Cultural dos Amigos dos Museus Castro Maya	40.221.343/0001-09	Apoiar a realização de atividades dos Museus Castro Maya, que compreende o Museu do Açude, no Alto da Boa Vista e a Chácara do Céu, em Santa Teresa, ambos no Rio de Janeiro, no exercício de 2004. Exposição, conservação, publicação, educação. "Amigos da Gravura" conta com gravuras inéditas e exposição temporárias dos artistas lote de Freitas, Germana Monte-Mor e Manfredo Souzanetto (3 tiragens de 61 exemplares). A mostra "Espaços para Modernidade" apresentará obras emprestadas emprestadas ou adquiridas por Castro Maya no contexto das Bienais e dos Museus de Arte Moderna, complementada por fotografias, material bibliográfico e peças documentais. A mostra "Erotismo e Arte na Biblioteca Castro Maya" enfatiza o valor estético e artístico das ilustrações com projeto museográfico específico. Ambas com edição de catálogo com tiragem de 1000 pessoas.	207.175,00	187.375,00	100.000,00
05-4967	Portinari - Arte e Meio Ambiente	Associação Cultural Candido Portinari	35.798.198/0001-85	O projeto Portinari - Arte e Meio Ambiente tem como objetivo a realização das seguintes ações: exposição de réplicas, visitas monitoradas e oficinas de capacitação a serem desenvolvidas nos seguintes locais: Rio de Janeiro (Centro Cultural da Saúde/ Ministério da Saúde), Barra Mansa (Fazenda da Posse/Prefeitura Municipal de Barra Mansa), Petrópolis ou Teresópolis, Resende e Duque de Caxias.	443.509,00	389.202,00	100.000,00
05-0362	Banda São João tem Tradição	Associação dos Componentes da Banda Marcial São João	05.072.899/0001-71	Resgatar a tradição do uniforme da mais antiga, tradicional e vitoriosa Banda Marcial do Estado do Rio Grande do Sul - Banda Marcial de São João; oferecer condições técnicas (uniformidade) para que a banda represente Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul em apresentações, festivais e campeonatos de bandas.	44.116,86	44.116,86	24.000,00
08-8250	Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens (11º)	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil	33.996.604/0001-99	Realizar, através da 11ª edição do Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens, o 11º Seminário de Literatura Infantil e Juvenil, série de concursos de leitura e 35ª edição do Prêmio FNLIJ. O evento acontecerá nos Jardins do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM, em um período de 12 dias. A distribuição gratuita será destinada a professores da rede pública do Rio de Janeiro, instituições comunitárias e sociais não-governamentais, dentre outros.	1.044.914,00	947.414,00	371.000,00
06-4139	Estação Arte Amergente - Outono, Inverno e Primavera	Decio Hugo Presser	130.686.790-87	Visa realizar na Arte & Fato Galeira de Porto Alegre, seis exposições individuais de artistas emergentes gaúchos, mostrando variadas técnicas como pintura, gravura, escultura, fotografia, design e objeto	142.593,50	142.593,50	34.900,00
10-1977	Concurso de Bandas de Garagem	CMP Canal de MArketing Promocional Associados Ltda	05.747.981/0001-59	O Projeto se propõe a ofertar um Concurso de Bandas Amadoras na Cidade de Curitiba, tendo em vista o incentivo músico-cultural e a oferta de entretenimento à demanda local. Com base em metodologia descrita adiante, 50 (cinqüenta) bandas serão selecionadas para etapas eliminatórias, num total de 12 (doze) dias, culminando com a premiação das três melhores de acordo com os critérios implementados por um corpo de jurados com expertise na área.	759.600,00	665.900,00	450.000,00
059375	CCBB Centro de Expressão e Construção	KAVANTAN & ASSOCIADOS - PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA - ME	56.568.884/0001-30	Cultural Banco do Brasil; organizar eventos que arregimentem a população freqüentadora do C. C. do Banco do Brasil e demais interessados para, além do desfrute e lazer, através da vivência e da intervenção, estabelecer interpretações e reflexões sobre nossas vivências e perplexidade cotidianas; 419.971,75 356.915,00 257.547,00 ampliar a freqüência aos programas de arte-educação; oferecer possibilidade de reflexão artística frente ao mundo em que vivemos para pessoas, notadamente crianças, jovens e 3ª idade com pouco hábito de freqüência a espaços artísticos. Público alvo: alunos da rede pública e privada, portadores de deficiências, visitantes espontâneos etc. Período: 01/02/2006 a 31/01/2007.	419.971,75	356.915,00	257.547,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

051481	Canto Brasileiro Mundo Afora (O	Sibila Fuchs Schelin	026.703.499-78	O objetivo do projeto é a obtenção de 21 passagens aéreas Curitiba/Stuttgart/Curitiba, visando à participação no 4º Festival de Música Sacra de Rottenburg, Alemanha, de 210 a 24 de julho de 2005, constando de um concerto sacro de 50 minutos participação musical em serviço litúrgico, apresentação de programas folclóricos, musical e cênico, intitulado "Cantos de Trabalho", no palco Festa das Nações, no dia 23 de junho de 2005, concerto na Cidade de Stuttgart após o festival.	98.406,00	98.406,00	42.400,00
052910	Circuito Teatral	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansuor	03.124.410/0001-32	Este projeto tem como objetivo formar platéias e promover a cultura artística do Acre, formar a criação de novos talentos, formar a criação de novos públicos de teatro, fomentar a criação de novos mercados consumidores para as produções da capital, promover um intercâmbio entre artistas da capital e interior do estado, proporcionar as populações dos municípios beneficiados pelo projeto alternativas de lazer e entretenimento, promover a cultura artístico- cultural do Acre, através do teatro.	146.073,04	146.073,04	30.000,00
059579	Artorquato	ZUCCA PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA.	02.303.114/0001-36	Montagem de musical 'Artorquato" escrito e dirigido por Antônio Quinet, com temporada de 03 meses no Teatro do Centro Cultural Telemar no Rio de Janeiro durante o 2º semestre de 2006. Há previsão de realização de debates com venda de ingressos.	220.890,38	220.890,38	150.000,00
03 0298	3º Festival Ritmus de Dança	Centro de Treinamento de Danças Ritmu's Ltda. ME	03.782.892/0001-18	Realização do " 3º Festival Rítmus Danças ", que tem como objetivo a divulgação de valores culturais das regiões Sudoeste do Paraná, Meio Oeste, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul	9.507,00	9.507,00	4.389,89
05 9965	Concertos Fundação Maria Luisa e Oscar Americano - 2006	INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP	54.223.482/0001-78	A temporada de concertos em 2006, com as mesmas bases apresentadas em 2002, 2003, 2004 e 2005, apresenta no ano de 2006, homenagem a dois grandes nomes da história da música de todos os tempos: Wolgang Amadeus Mozart e Robert Schumann. Os concertos serão no domingo de manhã, no Auditório da Fundação Maria Luisa e Oscar Americano.	730.613,77	730.613,77	275.000,00
05 0906	Cantando a história do samba 2005	Elzelina Doris dos Santos	359.194.006-25	O objetivo do projeto é valorizar a memória musical do samba tradicional (samba de raiz) com a fusão de estilos musicais mais contemporâneos como o samba-reggae, contribuindo assim para a formação cultural dos cidadões com a divulgação musical do samba, valorizando a identidade cultural, atrvés de atividades prazerosas, lúdicas e educativas, voltadas para a integração, o desenvolvimento da sociabiliade, o bem estar a construção de uma cultura da paz nas escolas e comunidades.	50.954,00	50.954,00	50.954,00
06 3750	Turnê especial Pink Floyd	CODA S/C	03.326.647/0001-04	O projeto tem por objetivo promover a turnê do espetáculo "Especial Pink Floyd" para as principais cidades da região Sul e algumas da região Sudeste do Brasil.	185.040,00	185.040,00	37.100,00
03 1445	Contadores de Histórias	Mariela Del Nero Pires	875.142.739-72	O projeto " Contadores de História ", visa à socialização, recreação, informação, formação de opiniões e enriquecimento da linguagem. Estão previstas 12 apresentações com temas voltados ao folclore nacional, em cenário que lembra a casa da vovó. A entrada para assistir a apresentação será um um livro que será enviado a bibliotecas de bairros carentes do município de Curitiba/PR.	98.745,00	95.745,00	90.000,00
05 9306	Colheitas do Brasil por Luiz Mendes	Fare Arte Serviços de Eventos Culturais Ltda.	68.159.532/0001-00	A quinta edição do Festival de Música Prelúdios da Primavera,récentemente contemplado em edital público pela Petrobrás, contará com a realização de performances, oficinas música em diversas áreas - improvisação, análise musical, canto difônico, etnomusicologia, construção de instrumento, regência e harmonia - e masterclass com os músicos convidados oportunizando a atualização e capacitação dos músicos da região contribuindo sobremaneira com a sua formação.	329.966,00	326.548,00	90.000,00
07 5802	Maria Leontina	Sergio Laks Papel e Tinta	40.158.669/0001-20	Trata-se da edição de livro sobre a vida e a obra da artista Maria Leontina, com textos de Paulo Herkenhoff. Além da publicação, o projeto conta também com um documentário em DVD, com duração de 12 minutos, produto anexo ao livro.	496.628,89	369.848,69	369.848,69

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 628, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, conforme anexo.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
09-0315	About Angels	Centro de Dança Gestus Ltda	O projeto About Angels, do Grupo Gestus, pretende realizar a produção e circulação de um espetáculo de dança contemporânea acerca de um tema proeminente do mundo contemporâneo-CRIANÇAS, num modo de cooperação artística entre 4 profissionais da dança. Serão realizadas, no mínimo, 15 apresentações gratuitas do projeto em cidades do Sul, Sudeste e Nordeste, a fim de dar visibilidade ao trabalho realizado pelo Grupo Gestus, promover formação de público e promover discussão/reflexão sobre o tema.	Artes Cênicas	285.286,00	285.286,00	285.286,00

PORTARIA Nº 629, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do projeto 100 anos de Ramos de Azevedo, Severo & Villares em São Paulo (título provisório) - PRONAC 15 4471, publicado na portaria n.º 627 de 26/10/2015, no D.O.U. n. 205 de 27/10/2015:

Onde se lê: Via das Artes Assessoria Projetos e Marketing Cultural Ltda.

CNPJ/CPF: 06.045.303/0002-98

Leia-se: Via das Artes Assessoria Projetos e Marketing Cultural Ltda.

CNPJ/CPF: 06.045.303/0001-07

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 616 de 05/10/2016, publicada no D.O.U. em 06/10/2016, Seção 1, referente ao Projeto INTERCENA ? FITBH ATIVO - Pronac: 14 11702

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 30/09/2016

Leia-se: Prazo de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016

Na portaria nº 616 de 05/10/2016, publicada no D.O.U. em 06/10/2016, Seção 1, referente ao Projeto NOITE DE REIS - Pronac: 14 13034

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 30/09/2016

Leia-se: Prazo de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016

Na portaria nº 616 de 05/10/2016, publicada no D.O.U. em 06/10/2016, Seção 1, referente ao Projeto Rogério Soares - Sambas e Canções Para Meu Amor Cantar - Pronac: 15 4613

Onde se lê: Prazo de captação: 01/04/2016 a 30/09/2016

Leia-se: Prazo de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016

Na portaria nº 616 de 05/10/2016, publicada no D.O.U. em 06/10/2016, Seção 1, referente ao Projeto Viva Música - Ano III O - Pronac: 14 8430

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 30/09/2016

Leia-se: Prazo de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016

Na portaria nº 616 de 05/10/2016, publicada no D.O.U. em 06/10/2016, Seção 1, referente ao Projeto TUDO DEPENDE - Pronac: 14 8707

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 30/09/2016

Leia-se: Prazo de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016

Na portaria nº 616 de 05/10/2016, publicada no D.O.U. em 06/10/2016, Seção 1, referente ao Projeto SANTO ANGELO EM LETRAS- Pronac: 15 2819

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 30/09/2016

Leia-se: Prazo de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO DO CHEFE
Em 6 de outubro de 2016

Nº 23/EMA - Processo nº: 61074.006769/2016-38.
Interessado: Embaixada da Colômbia no Brasil.
Objetivo: Trânsito, pelos rios Içá e Solimões, dos Navios-Patrulhas COTHUE e MIGUEL SILVA, pertencentes à Armada da República da Colômbia, em translado entre as cidades colombianas de Letícia e Tarapaca, no período de 8 a 13OUT2016.
Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015, e Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015, do Comandante da Marinha.

Almirante de Esquadra AIRTON TEIXEIRA PINHO FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.114, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera dispositivos da Portaria MEC nº 1.095, de 27 de agosto de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto no art. 62-A, § 1º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 1.095, de 27 de agosto de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. O ciclo da avaliação de desempenho terá duração de 12 (doze) meses, à exceção do primeiro ciclo, que terá duração inferior, e do sétimo ciclo, que terá duração superior à estabelecida neste artigo.

.....

§ 4º O sétimo ciclo de avaliação, excepcionalmente, encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2016.

§ 5º O oitavo ciclo de avaliação terá início em 1º de janeiro de 2017.

§ 6º Os efeitos financeiros do sexto ciclo de avaliação serão estendidos até o mês anterior ao do início dos efeitos financeiros do sétimo ciclo, os quais se darão em 1º de janeiro de 2017." (NR)

"Art. 12. .....

Parágrafo único. Excepcionalmente, os servidores a que se refere o caput deste artigo que tiverem permanecido em exercício nas atividades relacionadas ao plano de trabalho, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do sétimo ciclo, até 30 de setembro de 2016, receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 100 (cem) pontos, a partir de 1º de outubro de 2016, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior no mês subsequente ao do processamento do resultado da avaliação do sétimo ciclo." (NR)

"Art. 35. Para fins de incorporação da GDIAE ou da GDINEP a que se refere o art. 1º desta Portaria aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 62-F da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, além do Capítulo IV da Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6, 7, 8 E 9 DE JUNHO/2016

(Complementar à publicada no DOU em 22/7/2016, Seção 1, pp. 139-143)

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201359740 Parecer: CNE/CES 309/2016 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: União Rondonense de Ensino e Cultura Ltda. - Marechal Cândido Rondon/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, com sede no município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, instalada na R. Sete de Setembro, nº 2.341, ISEPE, Centro, no município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme estabelece a Portaria Normativa nº 2/2016, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

e-MEC: 201406686 Parecer: CNE/CES 310/2016 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Centro de Ensino Superior Nilton Lins - Manaus/AM Assunto: Recredenciamento da Universidade Nilton Lins, com sede no município de Manaus, no estado do Amazonas, para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, da Universidade Nilton Lins, com sede na Av. Prof. Nilton Lins, nº 3.259, bairro Parque das Laranjeiras, no município de Manaus, no estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo de 10 (dez) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 2/2016, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000111/2007-96 Parecer: CNE/CES 335/2016 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Revisão do Parecer CNE/CES nº 224/2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Oceanografia, bacharelado Voto do relator: Voto favoravelmente à revisão do item 5. Carga horária do Parecer CNE/CES nº 224/2012, que passa a ter a seguinte redação, mantidos todos os seus demais termos: 5. Carga horária A carga horária mínima para os cursos de graduação em Oceanografia será de 3.000 horas. Os cursos deverão obedecer, ainda, aos procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação de bacharelado previstos no Parecer CNE/CES nº 8/2007 e na Resolução CNE/CES nº 2/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000503/2016-46 Parecer: CNE/CES 362/2016 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (Relator), Arthur Roquete de Macedo (Membro), José Eustáquio Romão (Membro), Yugo Okida (Membro) e Sérgio Roberto Kieling Franco (Membro) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior

- Brasília/DF Assunto: Supressão do inciso IV do art. 3º da Resolução CNE/CES nº 3/2010, que regulamenta o art. 52 da Lei nº 9.394/1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Universidades Voto do relator: Votamos favoravelmente à aprovação dos termos deste Parecer e do Projeto de Resolução que o acompanha Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201116906 Parecer: CNE/CES 363/2016 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Comunidade Evangélica Batista Kurios - Maranguape/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 404, de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2015, indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Kurios, com sede no município de Maranguape, no estado do Ceará Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 404, de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2015, indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, pela Faculdade Kurios, com sede no município de Maranguape, no estado do Ceará, para autorizar o seu funcionamento, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201109585 Parecer: CNE/CES 364/2016 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Sociedade Porvir Científico - Porto Alegre/RS Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, publicada no DOU em 1º de junho de 2015, indeferiu pedido de autorização do curso superior de Direito, bacharelado, da Faculdade La Salle, com sede no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 404, de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2015, indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, pela Faculdade La Salle, com sede na Av. Dom Pedro I, nº 151, bairro Dom Pedro, no município de Manaus, no estado do Amazonas, para autorizar o seu funcionamento, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 7 de outubro de 2016.
HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO
Secretário Executivo

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 8, 9, 10 E 11 DE AGOSTO/2016

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201366195 Parecer: CNE/CES 374/2016 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação Família de Maria - Curitiba/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade Sagrada Família (FASF), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Sagrada Família (FASF), com sede na Avenida Visconde de Taunay, nº 101, bairro Centro, no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201307695 Parecer: CNE/CES 375/2016 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação Rivail - Taguatinga/DF Assunto: Recredenciamento da Faculdade Michelangelo, com sede em Taguatinga, no Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Michelangelo, com sede na Quadra QI 3, nº 1 a 4, Avenida Sandu, Setor Industrial, Região Administrativa III - Taguatinga, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201406659 Parecer: CNE/CES 376/2016 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação Educacional Paschoal Dantas - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Paschoal Dantas, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Paschoal Dantas, com sede na Avenida Afonso de Sampaio e Sousa, nº 495, bairro Parque do Carmo, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201364647 Parecer: CNE/CES 377/2016 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Aracaju/SE Assunto: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, com sede no município de Aracaju, estado de Sergipe Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, situado à Avenida Engenheiro Gentil Tavares, nº 1.166, bairro Getúlio Vargas, no município de Aracaju, no estado de Sergipe, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, como a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201408314 Parecer: CNE/CES 378/2016 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Associação Centro Evangélico de Educação, Cultura e Assistência Social - CEEDUC - Joinville/SC Assunto: Recredenciamento da Faculdade Refidim, com sede no município de Joinville, estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Refidim, situada na Rua Cerro Azul, nº 888, bairro Nova Brasília, município de Joinville, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201359734 Parecer: CNE/CES 379/2016. Revogado, com fulcro no Artigo 53 da Lei nº 9.784, de 29 de junho de 1999.

e-MEC: 201406738 Parecer: CNE/CES 380/2016 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM), com sede na Rua do Rosário, nº 90, bairro Centro, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073433 Parecer: CNE/CES 381/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: União Social Camiliana (USC) - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade São Camilo (FASC), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade São Camilo (FASC), situada na Rua Doutor Satamini, nº 245, bairro Tijuca, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e-MEC: 20076425 Parecer: CNE/CES 382/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (Unisulma) - Imperatriz/MA Assunto: Recredenciamento do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (Iesma), com sede no município de Imperatriz, no estado do Maranhão Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (Iesma), com sede na Rua São Pedro, s/n, Jardim Cristo Rei, bairro Nova Imperatriz, no município de Imperatriz, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20076902 Parecer: CNE/CES 383/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI de Belo Horizonte, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI de Belo Horizonte, situada na Avenida Afonso Pena, nº 1.500, bairro Centro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200803516 Parecer: CNE/CES 384/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Organização Cultural Educacional Filantrópica - Goiânia/GO Assunto: Recredenciamento da Faculdade da Igreja Ministério Fama (FAIFA), com sede no município de Goiânia, no estado de Goiás Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade da Igreja Ministério Fama (FAIFA), situada na Rua Florianópolis, nº 220, Qd. 11, lote 6, bairro Vila Paraíso, no município de Goiânia, estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200806279 Parecer: CNE/CES 385/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Associação Região Tocantina de Educação e Cultura Ltda. (Artec) - Imperatriz/MA Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Imperatriz (FACIMP), com sede no município de Imperatriz, no estado do Maranhão Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Imperatriz (FACIMP), com sede na Avenida Prudente de Moraes, s/n, bairro Residencial Jk, no município de Imperatriz, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200912846 Parecer: CNE/CES 386/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Santana Instituto de Educação Superior Ltda. - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento da Faculdade LS (FACELS), com sede em Brasília, Distrito Federal Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade LS (FACELS), com sede no Setor D Sul, lote 5, Ed. Taguasul, salas 1 a 9; 101, 103 a 107; 109, 111, 112, 114 a 118; 201 a 218, bairro Taguatinga Sul - Região Administrativa III, Brasília, Distrito Federal, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201014348 Parecer: CNE/CES 387/2016 Relator: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: EAF Decision Empreendimentos S.A. - Porto Alegre/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade Decision de Negócios, com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Decision de Negócios, situada na Avenida Praia de Belas, nº 1.510, bairro Menino Deus, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201103166 Parecer: CNE/CES 388/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Instituição Dom Bosco de Ensino e Cultura Ltda. - Tupã/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade da Alta Paulista (FAP), com sede no município de Tupã, estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade da Alta Paulista (FAP), situada na Rua Mandaguaris, nº 1.010, Centro, no município de Tupã, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201106359 Parecer: CNE/CES 389/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Sociedade Educacional Unifas S/C Ltda. - ME - Sinop/MT Assunto: Recredenciamento da Faculdade SINOP (FASIP), com sede no município de Sinop, no estado de Mato Grosso Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Sinop (FASIP), com sede na Avenida Magda Cassia Pissinatti, nº 69, bairro Residencial Florença, no município de Sinop, no estado de Mato Grosso, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201115202 Parecer: CNE/CES 390/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Taubaté/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Felix Guisard, com sede no município de Taubaté, estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Felix Guisard, situada na Avenida Independência, nº 846, bairro Independência, município de Taubaté, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201116049 Parecer: CNE/CES 391/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Fundação Educacional de Andradina (FEA) - Andradina/SP Assunto: Recredenciamento das Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina (Fisma), com sede no município de Andradina, no estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento das Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina (Fisma), com sede na Rua Amazonas, nº 571, bairro Stella Maris, no município de Andradina, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201203322 Parecer: CNE/CES 392/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Fundação Fausto Pinto da Fonseca - Nova Serrana/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Nova Serrana (FANS), com sede no município de Nova Serrana, no estado de Minas Gerais Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Nova Serrana (FANS), com sede na Rua João Martins do Espírito Santo, nº 24, Parque Gurmecinda Martins, no município de Nova Serrana, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201204170 Parecer: CNE/CES 393/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Instituto de Teologia e Pastoral (ITEPA) - Passo Fundo/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (ITEPA Faculdades), com sede no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (ITEPA Faculdades), situada na Rua Senador Pinheiro, nº 350, bairro Vila Rodrigues, no município de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201204794 Parecer: CNE/CES 394/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: União Educacional Meta Ltda. - ME - Rio Branco/AC Assunto: Recredenciamento da Faculdade Meta (FAMETA), com sede no município de Rio Branco, no estado do Acre Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Meta (FAMETA), situada na Estrada Alberto Torres, nº 947, Conjunto Mariana, bairro da Paz, município de Rio Branco, estado do Acre, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201205086 Parecer: CNE/CES 395/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: União das Instituições Educacionais da Alta Paulista (Unialpa) - Junqueirópolis/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Junqueirópolis (ISEJ), com sede no município de Junqueirópolis, no estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Junqueirópolis (ISEJ), com sede na Rua Piauí, nº 801, bairro Distrito Comercial e Industrial, no município de Junqueirópolis, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201206142 Parecer: CNE/CES 396/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Associação Piauiense de Cultura Superior (SOCULTURAS) - Teresina/PI Assunto: Recredenciamento do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI), com sede no município de Teresina, estado do Piauí Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI), situado na Rodovia Palmeirais PI 130, Km 8, nº 13.524, bairro Angelim, no município de Teresina, estado do Piauí, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201359792 Parecer: CNE/CES 397/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Complexo de Ensino Superior de São Paulo Ltda. (CESUSP) - Cotia/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Mário Schenberg (FMS), com sede no município de Cotia, estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Mário Schenberg (FMS), situada na Estrada Municipal do Espigão, nº 1.413, Bloco 2 - Térreo, bairro Granja Viana, município de Cotia, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201408203 Parecer: CNE/CES 398/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Sociedade Pimentense de Educação e Cultura Ltda. - Pimenta Bueno/RO Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Pimenta Bueno (FAP), com sede no município de Pimenta Bueno, no estado de Rondônia Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Pimenta Bueno (FAP), com sede na Avenida Castelo Branco, nº 780, sala 5, bairro Pioneiros, no município de Pimenta Bueno, no estado de Rondônia, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200804864 Parecer: CNE/CES 399/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Fundação São Miguel Arcanjo - Anápolis/GO Assunto: Recredenciamento da Faculdade Católica de Anápolis, com sede no município de Anápolis, estado de Goiás Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Católica de Anápolis, situada à Rua B-10, Qd. 10, lts. 13, 14, 15 e 16, número 580 esq. c/Rua 5 - Cidade Jardim, no município de Anápolis, estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201112496 Parecer: CNE/CES 400/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda. - Caxias do Sul/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha - Caxias do Sul (FTSG), com sede no município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha - Caxias do Sul (FTSG), situada à Rua Os Dezoito do Forte, nº 2.366, bairro São Pelegrino, com sede no município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201364721 Parecer: CNE/CES 401/2016 Relator: Yugo Okida Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense - Pelotas/RS Assunto: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), com sede no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), com sede na Rua Gonçalves Chaves, nº 3.218, bairro Centro, no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, como a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201307894 Parecer: CNE/CES 402/2016 Relator: Yugo Okida Interessada: Fundação Santa Teresinha de Mossoró (FUNDASTEM) - Mossoró/RN Assunto: Recredenciamento da Faculdade Diocesana de Mossoró - FDM, com sede no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Diocesana de Mossoró, com sede na Praça Dom João Costa, nº 511, Santo Antônio, município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, observados tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, como a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201408318 Parecer: CNE/CES 403/2016 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Sistema de Ensino Superior Cidade de Betim Ltda. - ME - Betim/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade ISEIB de Betim (Fisbe), com sede no município de Betim, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Iseib de Betim (Fisbe), com sede na Avenida Edmeia Matos Lazzarotti, nº 3.519, bairro Ingá, no município de Betim, no estado de Minas Gerais, observando-se

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200903458 Parecer: CNE/CES 404/2016 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo - Pedro Leopoldo/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Pedro Leopoldo (FPL), com sede no município de Pedro Leopoldo, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Pedro Leopoldo (FPL), com sede na Avenida Lincoln Diogo Viana, nº 830, bairro Dr. Lund, no município de Pedro Leopoldo, no estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201364706 Parecer: CNE/CES 405/2016 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Instituto de Ensino Superior de Garça S/C Ltda. - EPP - Garça/SP Assunto: Recredenciamento do Instituto Superior de Educação de Garça - ISEG, com sede no município de Garça, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Superior de Educação de Garça - ISEG, situado na Rua América, nº 281, bairro Labienópolis, município de Garça, estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201117867 Parecer: CNE/CES 407/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai Ltda. - IDEAU - Getúlio Vargas/RS Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES n° 294/2015, que trata do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 1º de junho de 2015, indeferiu o pedido de autorização do curso superior de Direito, bacharelado, da Faculdade de Getúlio Vargas, com sede no município de Getúlio Vargas, estado do Rio Grande do Sul Voto da relatora: Ratifico os termos do Parecer CNE/CES nº 294/2015, no sentido de reformar a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2015, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Getúlio Vargas, instalada no Campus II, na Rua Jacob Gremmelmaier, nº 215, bairro Centro, no município de Getúlio Vargas, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201307844 Parecer: CNE/CES 408/2016 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação Educacional Nove de Julho - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Universidade Nove de Julho - Uninove, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Universidade Nove de Julho, com sede na Rua Vergueiro, nº 235, Liberdade, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201416496 Parecer: CNE/CES 409/2016 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: APCD - Instituição de Ensino Superior e Pesquisa Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Odontologia da APCD, a ser instalada no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Odontologia da APCD, a ser instalada na Rua Voluntários da Pátria, nº 547, bairro Santana, município de São Paulo, estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de graduação em Odontologia, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201012030 Parecer: CNE/CES 410/2016 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. - Maringá/PR Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede no município de Maringá, estado do Paraná Voto da relatora: Por estar em consonância com os requisitos do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e nos termos da Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 5.622/2005, voto favoravelmente ao recredenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar), com sede na Avenida Guedner, nº 1.610, bairro Jardim Aclimação, no município de Maringá, no estado do Paraná, com atividades presenciais obrigatórias na sede da instituição e nos polos localizados nos endereços abaixo listados: 1. Avenida Curitiba, nº 868, sala 1, Centro, Apucarana, Paraná; 2. Rua Falcão, nº 768, Centro, Arapongas, Paraná; 3. Rua Bahia, nº 165, Centro, Astorga, Paraná; 4. Avenida do Estado, nº 3.847, Centro, Balneário Camboriú, Santa Catarina; 5. Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 398, Centro, Barbosa Ferraz, Paraná; 6. Avenida Governador José Malcher, nº 1.094, Nazaré, Belém, Pará; 7. Rua Areado, nº 230, Carlos Prates, Belo Horizonte, Minas Gerais; 8. Rua Rio de Janeiro, nº 515, Centro, Betim, Minas Gerais; 9. Rua Sete de Setembro, nº 1.315, Centro, Blumenau, Santa Catarina; 10. Quadra CRS 502, Bloco B, nº 29, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal; 11. Avenida Doutor Moraes Salles, nº 1.181, Centro, Campinas, São Paulo; 12. Rua Euclides da Cunha, nº 877, Jardim dos Estados, Campo Grande, Mato Grosso do Sul; 13. Rua São Josafat, nº 1.457, Centro, Campo Mourão, Paraná; 14. Avenida Brasil, nº 3.732, São Cristóvão, Cascavel, Paraná; 15. Rua Tiradentes, nº 3.202, Industrial, Contagem, Minas Gerais; 16. Avenida Alberto Carazzai, nº 573, Centro, Cornélio Procópio, Paraná; 17. Rua Doutor Pedrosa, nº 55, Centro, Curitiba, Paraná; 18. Avenida República Argentina, nº 5.098, Novo Mundo, Curitiba, Paraná; 19. Rua Belo Horizonte, nº 49, Caixa Postal 31, Centro, Eldorado dos Carajás, Pará; 20. Rua João Rouver, nº 289, Centro, Foz do Iguaçu, Paraná; 21. Avenida Brasília, nº 1.133, Jardim Colina Verde, Goioerê, Paraná; 22. Avenida XV de Novembro, nº 6.198, Bonsucesso, Guarapuava, Paraná; 23. Rua Miguel Braga, nº 330, Boa Vista, Itajubá, Minas Gerais; 24. Travessa Jacob Sens, nº 145, Centro, Ituporanga, Santa Catarina; 25. Rua João Piccoli, nº 109, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina; 26. Rua Hercílio Luz, nº 420, 1º andar, Centro, Lages, Santa Catarina; 27. Avenida Celso Garcia Cid, nº 1.523, Vila Ipiranga, Londrina, Paraná; 28. Avenida Guedner, nº 1.610, Bloco 4, Jardim Aclimação, Maringá, Paraná; 29. Rua Sergipe, nº 1.903, Centro, Medianeira, Paraná; 30. Rua SO-05, lote 13, 103 Sul, s/n, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins; 31. Rua Professor Hugo Machado da Silveira, nº 520, Distrito Industrial, Patrocínio, Minas Gerais; 32. Rua Junqueiras, nº 150, Centro, Poços de Caldas, Minas Gerais; 33. Praça Padre Calógero Gaziano, nº 336, Centro, Porecatu, Paraná; 34. Rua Paraná, nº 826, Centro, Roncador, Paraná; 35. Avenida Doutor Vicente Machado, nº 585, Centro, Ponta Grossa, Paraná; 36. Rua José Carlos Machado, nº 163, Central Park Residence, Presidente Prudente, São Paulo, CEP 19061-520; 37. Rua Curitiba, nº 866, Centro, Primavera do Leste, Mato Grosso; 38. Rua Barão de Mesquita, nº 159, Tijuca, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; 39. Rua Marechal Deodoro, nº 204, Cidade Nova, Rio Grande, Rio Grande do Sul; 40. Rua João Pessoa, nº 1.063, Centro, Rondonópolis, Mato Grosso; 41. Praça Conselheiro Almeida Couto, nº 374 - até 374/375, Nazaré, Salvador, Bahia; 42. Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 2.166, Centro, Santa Maria, Rio Grande do Sul; 43. Avenida José Bonifácio, nº 1.350, Bloco A, Vila Ramires, Santo Anastácio, São Paulo; 44. Rua Antônio Kaesemodel, nº 55, Rio Negro, São Bento do Sul, Santa Catarina; 45. Rua Victor Meirelles, nº 3, Centro, Florianópolis, Santa Catarina; 46. Rua Genebra, nº 180, 4º andar, Bela Vista, São Paulo, São Paulo; 47. Avenida Presidente Wilson, nº 1.437, Centro, São Vicente, São Paulo; 48. Avenida Getúlio Vargas, nº 627, Ed. Buriti Center, Centro, Sete Lagoas, Minas Gerais; 49. Rua dos Cajueiros, nº 1.040, Centro, Sinop, Mato Grosso; 50. Rua Dr. Felício de Camargo, nº 461, sobreloja, Centro, Suzano, São Paulo; 51. Rua Ricardo Fogarolli, nº 440, Rancho Alegrette, Vila Sampaio, Teodoro Sampaio, São Paulo; 52. Rua Bruno Garcia, nº 46, Centro, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul; 53. Rua Júlia Alvim, nº 84, Centro, Ubá, Minas Gerais; 54. Rua Clotário Portugal, nº 289, Centro, União da Vitória, Paraná; 55. Rua Santa Cruz, nº 604, Centro, Varginha, Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201305056 Parecer: CNE/CES 411/2016 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Florianópolis/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAC Concórdia, a ser instalada no município de Concórdia, estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Senac Concórdia - Senac Concórdia, a ser instalada na Rua João Zanardi, nº 330, bairro Salete, no município de Concórdia, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa nº 2, de 4/1/2016, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (código: 1208775; processo: 201305057), com previsão de oferta de 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201114596 Parecer: CNE/CES 412/2016 Relator: Yugo Okida Interessada: Associação Educacional Luterana do Brasil (AELBRA) - Canoas/RS Assunto: Recredenciamento da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, com sede no município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, situada na Avenida Farroupilha, nº 8.001, bairro São José, no município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul, observados tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, como a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos polos de apoio presencial constantes do processo e deste Parecer. Os momentos presenciais obrigatórios dos cursos superiores a distância, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622/2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, serão realizados na sede da Universidade Luterana do Brasil e nos polos de apoio presencial que constam neste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 7 de outubro de 2016.
HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO
Secretário Executivo

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 170, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Outorga do Prêmio Capes de Tese - Edição 2016, teses defendidas em 2015.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Edital nº 17/2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de junho de 2016, Seção III, página 25, que disciplina a edição 2016 do Prêmio Capes de Tese, e considerando as decisões tomadas pelas comissões de avaliação do Prêmio Capes de Tese, resolve:

Art. 1º - Outorgar o Prêmio Capes de Tese Edição 2016 aos autores das melhores teses de doutorado defendidas em 2015 e dar distinção aos respectivos orientadores, coorientadores e Programas de Pós-Graduação, conforme a área de conhecimento:

ABILIO A. BAETA NEVES

ANEXO

Área	Autor	Orientador	Coorientador	Tese	Programa	IES
Administração, Ciências Contábeis	Paulo Ricardo Da Costa Reis	Sandro Cabral		Desempenho Nos Contratos De Compras Públicas: Evidências Empíricas Das Mudanças Institucionais No Brasil	Administração	UFBA
Antropologia E Arqueologia	Laura Rodrigues Santonieri	Mauro William Barbosa De Almeida		Agrobiodiversidade E Conservação Ex Situ: Reflexões Sobre Conceitos E Práticas A Partir Do Caso Da Embrapa/Brasil	Antropologia Social	UNICAMP
Arquitetura E Urbanismo	Claudia Seldin	Lilian Fessler Vaz		Da Capital De Cultura À Cidade Criativa: Resistências A Paradigmas Urbanos Sob A Inspiração De Berlim	Urbanismo	UFRJ
Artes E Música	Carolina Junqueira Dos Santos	Stéphane Denis Albert Rene Philippe Huchet	David Le Breton	O Corpo, A Morte, A Imagem: A Invenção De Uma Presença Nas Fotografias Memoriais E Post-Mortem	Artes	UFMG
Astronomia E Física	Wilton Júnior De Melo Kort-Kamp	Carlos Farina De Souza	Felipe Arruda De Araújo Pinheiro	Novel Approaches To Tailor And Tune Light-Matter Interactions At The Nanoscale	Física	UFRJ
Biodiversidade	Diogo Soares Menezes Samia	Robert Knight Colwell	Thiago Fernando Lopes Valle De Britto Rangel	Escapando De Predadores: Múltiplas Abordagens Para A Compreensão Das Decisões Econômicas De Fuga	Ecologia E Evolução	UFG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Biotecnologia	Priscila Da Silva Delabona	Cristiane Sanchez Farinas E José Geraldo Da Cruz Pradella		Produção De Glicosil Hidrolases Por *Trichoderma Harzianum* Para O Processo De Sacarificação Da Biomassa Vegetal	Biotecnologia	UFSCAR
Ciência Da Computação	Edans Flávius De Oliveira Sandes	Alba Cristina Magalhaes Alves De Melo		Algoritmos Paralelos Exatos E Otimizações Para Alinhamento De Sequências Biológicas Longas Em Plataformas De Alto Desempenho	Informática	UNB
Ciência De Alimentos	Giovani Leone Zabot	Maria Angela De Almeida Meireles		Obtenção De Compostos Bioativos De Cravo-Da-Índia E Alecrim Utilizando Tecnologia Supercrítica: Influência Da Geometria Do Leito, Intensificação De Processos De Extração E Custo De Manufatura Dos Extratos	Engenharia De Alimentos	UNICAMP
Ciências Políticas E Relações Internacionais	Fernando Santomauro	Clodoaldo Bueno		A United States Information Agency E Sua Ação No Brasil De 1953 A 1964	Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp E Puc-Sp)	UNESP/MARÍLIA
Ciências Agrárias I	Teotonio Soares De Carvalho	Fatima Maria De Souza Moreira; Jos Barlow	Ederson Da Conceição Jesus E James M Tiedje	Land-Use Change And Soil Bacterial Communities In The Eastern Amazon: Implications For Biodiversity Conservation And Ecosystem Function	Ciência Do Solo	UFLA
Ciências Ambientais	Jair Schmitt	Fernando Paiva Scardua		Crime Sem Castigo: A Efetividade Da Fiscalização Ambiental Para O Controle Do Desmatamento Ilegal Na Amazônia	Desenvolvimento Sustentável	UNB
Ciências Biológicas I	Daniel Mendes Pereira Ardisson-Araújo	Bergmann Morais Ribeiro E Rollie J. Clem	Fernando Lucas Melo	Genômica, Evolução E Caracterização Funcional De Genes De Baculovírus	Ciências Biológicas (Biologia Molecular)	UNB
Ciências Biológicas Ii	Eduardo Rigon Zimmer	Luiz Valmor Cruz Portela		O Envolvimento Da Proteína Fosfatase 2a E Do Sistema Glutamatérgico Em Processos Neurodegenerativos Relacionados À Doença De Alzheimer: Mecanismos E Biomarcadores De Imagem	Ciências Biológicas (Bioquímica)	UFRGS
Ciências Biológicas Iii	Anderson Messias Rodrigues	Zoilo Pires De Camargo	G. Sybren De Hoog	Patógenos Emergentes No Gênero Sporothrix E A Evolução Global Da Patogenicidade	Microbiologia E Imunologia	UNIFESP
Ciências Sociais Aplicadas I	Solange Maria Dos Santos	Daisy Pires Noronha		O Desempenho Das Universidades Brasileiras Nos Rankings Internacionais: Áreas De Destaque Da Produção Científica Brasileira	Ciência Da Informação	USP
Direito	Sílvia Maria Da Silveira Loureiro	Bethânia De Albuquerque Assy	Antônio Augusto Cancado Trindade	A Reconstrução Da Subjetividade Coletiva Dos Povos Indígenas No Direito Internacional Dos Direitos Humanos: O Resgate Do Pensamento Da Escola Ibérica Da Paz (Séculos Xvi E Xvii) Em Prol De Um Novo Jus Gentium Para O Século Xxi	Direito	PUC-RIO
Economia	Olívia Maria Bullio Mattos	Simone Silva De Deos		Bancos, *"Shadow Banks"* E Moeda Endógena: Desafios À Política Monetária Do Federal Reserve No Século Xxi	Ciências Econômicas	UNICAMP
Educação	Juarez José Tuchinski Dos Anjos	Gizele De Souza		Pais E Filhos Na Província Do Paraná: Uma História Da Educação De Criança Pela Família	Educação	UFPR
Educação Física	Wladimir Rafael Beck	Claudio Alexandre Gobatto		Resposta Ergongênica Da Melatonina no Nadir e Acrofase da atividade espontânea e suas consequencias na atividade da Via Ikk Nf Kb e Dano tecidual muscular	Educação Física	UNICAMP
Enfermagem	Camila Takáo Lopes	Alba Lucia Bottura Leite De Barros	Juliana De Lima Lopes	Incidência De Sangramento Excessivo E Preditores No Pós-Operatório Imediato De Cirurgia Cardíaca	Enfermagem	UNIFESP
Engenharias I	Priscila Rosseto Camiloti	Marcelo Zaiat E David Jeison Núñes		Recuperação De Enxofre Elementar A Partir De Águas Residuárias Em Reatores Anaeróbio/Microaerado	Engenharia Hidráulica E Saneamento	USP/SC
Engenharias Ii	Gabriel Paiva Fonseca	Hélio Yoriyaz; Frank Verhaegen; Brigitte Reniers		Monte Carlo Modelling Of The Patient And Treatment Delivery Complexities For High Dose Rate Brachytherapy	Tecnologia Nuclear	USP
Engenharias Iii	Jaime Andrés Lozano Cadena	Jader Riso Barbosa Junior	Alvaro Toubes Prata	Desenvolvimento De Um Sistema De Refrigeração Magnética Do Tipo Rotativo	Engenharia Mecânica	UFSC
Engenharias Iv	Gianni Masaki Tanaka Portela	Victor Alexandrovich Dmitriev		Dispositivos De Controle Não Recíprocos Baseados Em Cristais Fotônicos Para Utilização Na Faixa De Frequências Óptica	Engenharia Elétrica	UFPA
Ensino	Cristiano Natal Tonéis	Janete Bolite Frant		A Experiência Matemática No Universo Dos Jogos Digitais O Processo Do Jogar E O Raciocínio Lógico E Matemático	Educação Matemática	UNIAN-SP
Farmácia	Caroline Maria Marcos	Ana Marisa Fusco Almeida	Maria José Soares Mendes Giannini	Funcionalidade Das Proteínas Ef-Tu E 14-3-3 Na Virulência De *Paracoccidioides Brasiliensis*	Biociências E Biotecnologia Aplicadas À Farmácia	UNESP/ARAR
Filosofia/Teologia	Amaro De Oliveira Fleck	Alessandro Pinzani		Theodor W. Adorno: Um Crítico Na Era Dourada Do Capitalismo	Filosofia	UFSC
Geociências	Ângela Machado Dos Santos Valentim	Mangalathayil Ali Abdu; Jonas Rodrigues De Souza; José Humberto Andrade Sobral		Campos Elétricos E Derivas Do Plasma Na Ionosfera Equatorial Do Setor Americano Durante Tempestades Magnéticas	Geofísica Espacial	INPE
Geografia	Luis Henrique Leandro Ribeiro	Márcio Antonio Cataia		Território E Macrossistema De Saúde: *Os Programas De Fitoterapia No Sistema Único De Saúde (Sus)*	Geografia	UNICAMP
História	Tâmis Peixoto Parron	Rafael De Bivar Marquese		A Política Da Escravidão Na Era Da Liberdade: Estados Unidos, Brasil E Cuba, 1787-1846	História Social	USP
Interdisciplinar	Antonio Claudio Michejevs Padilha	Gustavo Martini Dalpian	Alexandre Reily Rocha	Computational Simulation Of Tio2-Based Memristive Systems: From The Raw Material To The Device	Nanociências E Materiais Avançados	UFABC
Letras/Linguística	Fabricio Vaz Nunes	Patricia Da Silva Cardoso		Texto E Imagem: A Ilustração Literária De Poty Lazzarotto	Letras	UFPR
Matemática/Probabilidade E Estatística	Rafael Montezuma Pinheiro Cabral	Fernando Codá Dos Santos Cavalcanti Marques		Min-Max Theory For Noncompact Manifolds And Three-Spheres With Unbounded Widths	Matemática	IMPA
Materiais	Fernanda Fiegenbaum	Emilse Maria Agostini Martini; Roberto Fernando De Souza		Novos Líquidos Iônicos Para A Produção De Hidrogênio Via Eletrólise Da Água	Ciência Dos Materiais	UFRGS
Medicina I	Marina Weiler	Marcio Luiz Figueredo Balthazar		Avaliação Por Ressonância Magnética Das Conectividades Funcional E Estrutural Das Redes Neurofuncionais Na Demência Da Doença De Alzheimer Leve E Comprometimento Cognitivo Leve Amnéstico	Ciências Médicas	UNICAMP
Medicina Ii	Nívea Farias Luz	Valéria De Matos Borges		Ativação Da Heme Oxigenase-1 E Via Da Necroptose Como Mecanismos Imunopatogênicos Na Infecçãode Macrófagos Por *Leishmania Infantum*	Patologia Humana	UFBA
Medicina Iii	Eduardo Atsushi Osawa	Ludhmila Abrahão Hajjar		Estudo Randomizado Para Avaliação Da Terapia Guiada Por Metas Em Cirurgia Cardíaca De Alto Risco.	Anestesiologia	USP
Medicina Veterinária	Elaine Maria Seles Dorneles	Andrey Pereira Lage	Andréa Teixeira Carvalho; Márcio Sobreira Silva Araújo	Immune Response Of Calves Vaccinatedwith *Brucella Abortus* S19 Or Rb51 And Revaccinatedwith Rb51	Ciência Animal	UFMG
Nutrição	Ana Amélia Freitas Vilela	Gilberto Kac	Maria Beatriz Trindade Castro	Padrões Alimentares E Saúde Mental Materna E Desenvolvimento Neuropsicológico Infantil: Resultados De Estudos De Coorte Prospectiva Do Rio De Janeiro E Bristol/Reino Unido	Nutrição	UFRJ
Odontologia	Gustavo Giacomelli Nascimento	Flávio Fernando Demarco	Marco Aurélio Peres; Marcos Britto Corrêa	Impacto De Sobrepeso E Obesidade Ao Longo Da Vida Na Ocorrência De Doença Periodontal: Evidências De Revisões Sistemáticas E De Estudos Transversais E Longitudinais	Odontologia	UFPEL
Planejamento Urbano E Regional/ Demografia	Diana Helene Ramos	Soraya Silveira Simões; Ana Clara Torres Ribeiro (*In Memoriam)*		"Preta, Pobre E Puta": A Segregação Urbana Da Prostituição Em Campinas - Jardim Itatinga	Planejamento Urbano E Regional	UFRJ
Psicologia	Reinalda Melo Da Matta	Denise Gimenez Ramos		Trauma Em Crianças E Acolhimento Institucional: Avaliação E Transformação Por Meio Do Processo Psicoterapêutico Da Terapia Do Sandplay	Psicologia (Psicologia Clínica)	PUC/SP
Química	Caio Costa Oliveira	Carlos Roque Duarte Correia		Reações De Heck Intermoleculares Com Olefinas Nãoativadas. Processos Direcionados Pelo Substrato E Formação Enantiosseletiva De Centros Terciários E Quaternários Na Presença De Ligantes Nitrogenados	Química	UNICAMP
Saúde Coletiva	Francisco Rogerlândio Martins De Melo	Jorg Heukelbach	Alberto Novaes Ramos Júnior	Mortalidade Relacionada Às Doenças Tropicais Negligenciadas No Brasil, 2000-2011: Magnitude, Padrões Espaço-Temporais E Fatores Associados	Saúde Coletiva	UFC
Serviço Social	Jaime Hillesheim	Beatriz Augusto De Paiva		Conciliação Trabalhista: Ofensiva Sobre Os Direitos Dos Trabalhadores Na Periferia Do Capitalismo	Serviço Social	UFSC
Sociologia	Márcio Barcelos	Soraya Maria Vargas Côrtes		Ideias, Agendas E Políticas Públicas: Um Estudo Sobre A Área De Biocombustíveis No Brasil	Sociologia	UFRGS
Zootecnia/Recursos Pesqueiros	Paula Kern Novelli	Luciana Francisco Fleuri	Margarida Maria Barros	Produção De Fitases E Proteases Fúngicas, Aplicação Em Rações E Valores Digestíveis Pela Tilápia-Do-Nilo	Zootecnia	UNESP/BOT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§1° Os orientadores farão jus aos auxílios enunciados nos incisos I, II e IV, do Artigo 7°, do Edital n°17/2016.
§2° Os coorientadores e Programas de Pós-Graduação receberão certificado.
Art. 2° - Outorgar Menção Honrosa, no âmbito do Prêmio Capes de Tese Edição 2016, aos seguintes autores, conforme sua área de conhecimento:

Área	Autor	Orientador	Coorientador	Tese	Programa De Pós Graduação	INSTITUIÇÃO
Administração, Ciências Contábeis	Giuliana Isabella	José Afonso Mazzon		Compra Hedônica Utilitária E Construal Level Theory Na Percepção De Justiça E De Justiça De Preço: Perspectivas Comportamentais E Fisiológicas	Administração	USP
Administração, Ciências Contábeis	Chen Yen-Tsang	Ely Laureano Paiva	Zhao Xiande	Is What You Say What You Do? Analyzing And Comparing The Effect Of Buyer Supplier Relationship In The Brazilian And Chinese Supplier Selection Criteria	Administração De Empresas	FGV/SP
Antropologia/ Arqueologia	Fabiano José Alves De Souza	Felipe Ferreira Vander Velden		Os Pataxó Em Morros Brutos E Terras Fanosas: Descortinando O Movimento Das Puxadas De Rama.	Antropologia Social	UFSCAR
Antropologia/ Arqueologia	Ari Ghiggi Junior	Esther Jean Langdon		Uma Abordagem Relacional Da Atenção À Saúde A Partir Da Terra Indígena Xapecó	Antropologia Social	UFSC
Arquitetura E Urbanismo	Roseli Maria Martins Delboux	Maria Cristina Da Silva Leme		Joseph-Antoine Bouvard No Brasil. Os Melhoramentos De São Paulo E A Criação Da Companhia City: Ações Interligadas	Arquitetura E Urbanismo	USP
Arquitetura E Urbanismo	Carlos Alberto Batista Maciel	Maria Lúcia Malard		Arquitetura Como Infraestrutura	Arquitetura E Urbanismo	UFMG
Artes E Música	Josani Keunecke Pimenta	Martha Herr		As Canções De Camargo Guarnieri E Suzanna De Campos: Um Estudo Para A Interpretação	Música	UNESP
Artes E Música	Marcus Vinicius Fritsch De Almeida	Nara Waldemar Keiserman	Maria Thaís Lima Santos	A Pedagogia Metafísica De Anatóli Vassíliev: Uma Formação Do Ator Através Da Ação Verbal E Dialética - Platão E Homero	Artes Cênicas	UNIRIO
Astronomia E Física	Ingrid David Barcelos	Ângelo Malachias De Souza	Rodrigo Gribel Lacerda; Christoph Deneke	Estudo De Propriedades Estruturais E Óticas De Heteroestruturas Formadas Com Materiais Bidimensionais	Física	UFMG
Astronomia E Física	Caio Filipe Bezerra Macedo	Luís Carlos Bassalo Crispino		Compact Objects In General Relativity And Beyond	Física	UFPA
Biodiversidade	Elâine Maria Dos Santos Ribeiro	Inara Roberta Leal	Bráulio Almeida Santos; Víctor Arroyo-Rodríguez	Efeito De Perturbações Antrópicas Crônicas Sobre A Diversidade Da Flora Lenhosa Da Caatinga	Biologia Vegetal	UFPE
Biodiversidade	Pietro Kiyoshi Maruyama Mendonça	Marlies Sazima	Bo Dalsgaard	Interações Entre Plantas E Beija-Flores: História Natural E Redes Ecológicas	Ecologia	UNICAMP
Biotecnologia	Thalita Cristina Figueiredo Cunha	Silvana Cristina Dos Santos		Investigação Genética De Casos De Deficiência Intelectual Em Populações Consanguíneas Do Sertão Paraibano	Biotecnologia - Rede Renorbio	UFPB/J.P.
Biotecnologia	Esteban Nicolás Lorenzón	Eduardo Maffud Cilli		Efeitos Da Dimerização Na Estrutura E Atividade Biológica Dos Peptídeos Antimicrobianos Aureína 1.2 E Magainina 2.	Biotecnologia	UNESP/ARAR
Ciência Da Computação	Carlos Eduardo De Andrade	Flávio Keidi Miyazawa	Mauricio Guilherme De Carvalho Resende	Evolutionary Algorithms For Some Problems In Telecommunications	Ciência Da Computação	UNICAMP
Ciência Da Computação	Adenilton José Da Silva	Teresa Bernarda Ludermir	Wilson Rosa De Oliveira	Artificial Neural Network Architecture Selection In A Quantum Computer	Ciências Da Computação	UFPE
Ciência De Alimentos	Miriam Mabel Selani	Solange Guidolin Canniatti Brazaca		Caracterização E Aplicação De Subprodutos De Frutas No Desenvolvimento De Hambúrguer Bovino E Extrusado De Milho	Ciência E Tecnologia De Alimentos	USP/ESALQ
Ciência De Alimentos	Eliane Pereira Cipolatti	Jorge Luiz Ninow	Débora De Oliveira	Imobilização De Lipases Em Suportes Poliméricos	Engenharia De Alimentos	UFSC
Ciências Agrárias I	Gabriel Moura Mascarin	Italo Delalibera Junior	Mark Alan Jackson	Production By Solid-State And Liquid Fermentation And Formulation Of Virulent Strains Of The Fungal Entomopathogens Beauveria Bassiana And Isaria Fumosorosea Against Whiteflies	Entomologia	USP/ESALQ
Ciências Agrárias I	João Paulo Batista Machado	Elizabeth Pacheco Batista Fontes	Anésia Aparecida Dos Santos; Maximiller Dal-Bianco Lamas Costa	Insights Into Regulatory Mechanisms Of The Nik-Mediated Antiviral Defense: New Components And The Molecular Bases Of The Defense	Bioquímica Aplicada	UFV
Ciências Ambientais	Greyce Bernardes De Mello	Sérgio Murilo Santos De Araújo		As Cidades E As Águas: Uma Abordagem Metodológica Das Vulnerabilidades Socioambientais Dos Rios Araguaia E Das Garças, Nos Municípios De Barra Do Garças, Pontal Do Araguaia E Aragarças.	Recursos Naturais	UFCG
Ciências Ambientais	Rafael Eduardo Chiodi	Paulo Eduardo Moruzzi Marques		Pagamento Por Serviços Ambientais: A Produção De Água Como Uma Nova Função Da Agricultura Familiar Na Mata Atlântica Do Sudeste Brasileiro	Ecologia Aplicada	USP/ESALQ
Ciências Biológicas I	Tiago Antônio De Oliveira Mendes	Daniella Castanheira Bartholomeu		Genômica Evolutiva E O Estudo De Mecanismos De Adaptação Do Metabolismo De *Leishmania* Ao Parasitismo Intracelular	Bioinformática	UFMG
Ciências Biológicas I	Danilo Grünig Humberto Da Silva	Claudia Regina Bonini Domingos	Eduardo Alves De Almeida	Estresse Oxidativo Na Anemia Falciforme: Antioxidantes Endógenos Como Possíveis Alvos Terapêuticos	Biociências	UNESP/SJRP
Ciências Biológicas Ii	Isabela Resende Pereira	Joseli Lannes-Vieira		Regulação Da Resposta Imune Como Alvo De Intervenção Terapêutica Na Cardiomiopatia Chagásica Crônica Experimental	Biologia Celular E Molecular	FIOCRUZ
Ciências Biológicas Ii	Estefania Pereira Cardoso Azevedo	Débora Foguel	Fernando Palhano	Papel Da Imunidade Inata No Desenvolvimento E Progressão Das Amiloidoses	Química Biológica	UFRJ
Ciências Biológicas Iii	Alexandre Teixeira Vessoni	Carlos Frederico Martins Menck		Mecanismos De Resistência À Cloroquina Em Células De Glioma Humano E O Uso De Neurônios Humanos Derivados De Células-Tronco Pluripotentes Induzidas Como Modelo De Estudo Da Síndrome De Cockayne	Ciências Biológicas (Microbiologia)	USP
Ciências Biológicas Iii	Eduardo Pinheiro Amaral	Maria Regina D'império Lima		Intervenção Em Vias De Sinalização Associadas Ao Reconhecimento De Dano Celular Visando Reduzir A Imunopatologia Das Formas Graves De Tuberculose	Imunologia	USP
Ciência Política E Relações Internacionais	Leon Victor De Queiroz Barbosa	Ernani Rodrigues De Carvalho Neto	Magna Inácio	O Silêncio Dos Incumbentes: Fragmentação Partidária E Empoderamento Judicial No Brasil	Ciência Política	UFPE
Ciências Sociais Aplicadas I	Marcia Veiga Da Silva	Virginia Pradelina Da Silveira Fonseca		Saberes Para A Profissão, Sujeitos Possíveis: Um Olhar Sobre A Formação Universitária Dos Jornalistas E As Implicações Dos Regimes De Poder-Saber Nas Possibilidades De Encontro Com A Alteridade	Comunicação E Informação	UFRGS
Ciências Sociais Aplicadas I	Eurípedes Gomes Da Cruz Junior	Lena Vania Ribeiro Pinheiro		Do Asilo Ao Museu: Ciência E Arte Nas Coleções Da Loucura	Museologia E Patrimônio	UNIRIO
Direito	Ana Luisa Zago De Moraes	José Carlos Moreira Da Silva Filho		Crimigração: A Relação Entre Política Migratória E Política Criminal No Brasil	Ciências Criminais	PUC/RS
Direito	Breno Baía Magalhães	Antonio Gomes Moreira Maués		Pluralismo Constitucional Interamericano: A Leitura Plural Da Constituição De 1988 E O Diálogo Entre O Supremo Tribunal Federal E A Corte Interamericana De Direitos Humanos	Direito	UFPA
Economia	Rodrigo Augusto Silva De Andrade	Klênio De Souza Barbosa		Creditor's Protection And Bank Loans: Lack Of Competition Hampers Bankruptcy Reform's Effects	Economia De Empresas	FGV/SP
Educação	Ana Cristina Prado De Oliveira	Cynthia Paes De Carvalho	Fátima Cristina De Mendonça Alves	As Relações Entre Direção, Liderança E Clima Escolar Em Escolas Municipais Do Rio De Janeiro	Educação	PUC-RIO
Educação	Maria Cristina Schefer	Gelsa Knijnik		Na Periferia Das Periferias: O Não-Lugar Escolar E A Pedagogia Do Destino	Educação	UNISINOS
Educação Física	Marizete Ilha Ceron	Márcia Keske-Soares		Instrumento De Avaliação Fonológica (Infono): Desenvolvimento E Estudos Psicométricos	Distúrbios Da Comunicação Humana	UFSM
Educação Física	Luanda André Collange Grecco	Claudia Santos Oliveira	Felipe Fregni	Estimulação Transcraniana Por Corrente Contínua Associada Ao Treino De Marcha Sobre A Funcionalidade E A Excitabilidade Cortical De Crianças Com Paralisia Cerebral: Ensaio Clínico Controlado, Aleatorizado E Duplo Cego	Ciências Da Reabilitação	UNINOVE
Enfermagem	Rarianne Carvalho Peruhype	Pedro Fredemir Palha		O Planejamento E A Execução Da Transferência Da Política Do Tratamento Diretamente Observado Da Tuberculose No Município De Porto Alegre - Rs	Enfermagem Em Saúde Pública	USP/RP
Enfermagem	Juliana Reale Caçapava Rodolpho	Luiza Akiko Komura Hoga		É Tempo De Se Cuidar Mais": Pesquisa-Ação Para Promover A Saúde Da Mulher No Climatério	Enfermagem	USP
Engenharias I	Patricia Carolina Alejandra Rodríguez Saavedra	Tarcísio Barreto Celestino		Análise Do Microfissuramento Em Rochas No Ensaio De Compressão Diametral Por Meio Da Técnica De Emissão Acústica.	Geotecnia	USP/SC
Engenharias I	Jean Rodrigo Garcia	Paulo José Rocha De Albuquerque		Análise Experimental E Numérica De Radiers Estaqueados Executados Em Solo Da Região De Campinas-Sp	Engenharia Civil	UNICAMP
Engenharias Ii	Kahl Dick Zilnyk	Hugo Ricardo Zschommler Sandim		Avaliação Da Estabilidade Microestrutural Do Aço Ods-Eurofer	Engenharia De Materiais	USP/EEL
Engenharias Iii	Roberta De Queiroz Lima	Rubens Sampaio Filho	Christian Soize	Modeling And Simulation In Nonlinear Stochastic Dynamics Of Coupled Systems And Impacts	Engenharia Mecânica	PUC-RIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Engenharias Iii	Francisco José Profito	Demetrio Cornilios Zachariadis		On The Development Of Advanced Techniques For Mixed-Elastohydrodynamic Lubrication Modelling Of Journal And Sliding Bearing Systems	Engenharia Mecânica	USP
Engenharias Iv	Carlos Andres Cifuentes Garcia	Anselmo Frizera Neto	Teodiano Freire Bastos Filho; Ricardo Carelli	Human-Robot Interaction Strategies For Walker-Assisted Locomotion	Engenharia Elétrica	UFES
Engenharias Iv	Sergio Luis Varricchio	Francisco Damasceno Freitas	Nelson Martins	Modelagem E Análise De Redes Elétricas E Métodos De Redução Da Ordem De Modelos Dinâmicos De Baixa E Alta Frequência	Engenharia Elétrica	UNB
Ensino	Juliano Camillo	Cristiano Rodrigues De Mattos		Contribuições Iniciais Para Uma Filosofia Da Educação Em Ciências	Ensino De Ciências (Modalidades Física, Química E Biologia)	USP
Ensino	Edson Roberto De Souza	Denise De La Corte Bacci; David Brusi Belmonte	Maria Amélia Calonge Gracia	O Potencial Didático Das Imagens Geocientíficas Em Livros De Textos Do Ensino Secundário: Representações Gráficas Da Dinâmica Interna Da Terra	Ensino E História De Ciências Da Terra	UNICAMP
Farmácia	Edson Mendes De Oliveira	Ana Campa	Ricardo Ambrósio Fock	Novas Perspectivas Para O Papel De _Miloide Sérica A (Saa) Na Obesidade E Resistência À Insulina	Farmácia (Fisiopatologia E Toxicologia)	USP
Farmácia	Diego Dos Santos Ferreira	Mônica Cristina De Oliveira	Ricardo José Alves	Desenvolvimento De Lipossomas Ph-Sensíveis De Superfície Modificada Com Alendronato Contendo Doxorrubicina Para A Aplicação No Tratamento De Metástases Ósseas Em Modelo Animal Experimental	Ciências Farmacêuticas	UFMG
Filosofia / Teologia	Carlos Alberto Motta Cunha	Geraldo Luiz De Mori		O Contributo Do Método Da Correlação De Paul Tillich À Epistemologia Da Teologia Pública No Brasil No Contexto Do Pensamento Complexo E Transdisciplinar	Teologia	FAJE
Filosofia / Teologia	Gabriel Ferreira Da Silva	Álvaro Luiz Montenegro Valls		Em Busca De Uma Existentiel-Videnskab: Kierkegaard E A Ontologia Do Inter-Esse	Filosofia	UNISINOS
Geociências	Eliane Barbosa Santos	Paulo Sérgio Lucio	Cláudio Moisés Santos E Silva	Modelagem Estatística E Atribuições Dos Eventos De Precipitação Extrema Na Amazônia Brasileira	Ciências Climáticas	UFRN
Geociências	Nicolás Misailidis Stríkis	Francisco William Da Cruz Júnior		Atividade Do Sistema De Monção Sul-Americana Na Porção Central Do Brasil Durante O Último Período Glacial A Partir Da Aplicação De Isótopos De Oxigênio Em Espeleotemas.	Geociências (Geoquímica E Geotectônica)	USP
Geografia	Samuel Steiner Dos Santos	Elson Manoel Pereira		Entre Transformações E Permanências: Os Institutos De Planejamento Urbano De Florianópolis E Joinville	Geografia	UFSC
Geografia	Regina Helena Tunes	Sandra Lencioni		Geografia Da Inovação Território E Inovação No Brasil No Século Xxi	Geografia (Geografia Humana)	USP
História	Thiago Campos Pessoa	Hebe Maria Da Costa Mattos		A Indiscrição Como Ofício: O Complexo Cafeeiro Revisitado (Rio De Janeiro, C.1830-C.1888)	História	UFF
História	Pedro Felipe Neves De Muñoz	Cristiana Facchinetti	Stefan Rinke	À Luz Do Biológico: Psiquiatria, Neurologia E Eugenia Nas Relações Brasil-Alemanha (1900-1942)	História Das Ciências E Da Saúde	FIOCRUZ
Interdisciplinar	Cristiane Caldeira Da Silva	Isabella Fernandes Delgado; Aurea Maria Lages De Moraes		Avaliação Da Contaminação Pirogênica Em Soros Hiperimunes E Ambientes Sujeitos A Vigilância Sanitária: Comparação Dos Métodos In Vitro E In Vivo Aplicados Ao Controle Da Qualidade	Vigilância Sanitária	FIOCRUZ
Interdisciplinar	William Edgar Machado Comfort	Yossi Zana		Viewing Face Detection And Individuation In The Context Of Spatial Frequency And Schizophrenia	Neurociência E Cognição	UFABC
Letras/ Linguística	Thiago Oliveira Da Motta Sampaio	Aniela Improta França	Marcus Antônio Rezende Maia	Coerção Aspectual: Uma Abordagem Linguística Da Percepção Do Tempo.	Linguística	UFRJ
Letras/ Linguística	Raquel Cristina De Souza E Souza	Rosa Maria De Carvalho Gens		A Ficção Juvenil Brasileira Em Busca De Identidade: A Formação Do Campo E Do Leitor	Letras (Letras Vernáculas)	UFRJ
Matemática/ Probabilidade E Estatística	José Edson Sampaio	Alexandre Cesar Gurgel Fernandes	Lev Birbrair	Regularidade Lipschitz, Invariância Da Multiplicidade E A Geometria Dos Cones Tangentes De Conjuntos Analíticos	Matemática	UFC
Matemática/ Probabilidade E Estatística	André Pierro De Camargo	Walter Figueiredo Mascarenhas		Estabilidade Numérica De Fórmulas Baricêntricas Para Interpolação	Matemática Aplicada	USP
Materiais	Flávio Camargo Cabrera	Aldo Eloizo Job		Dispositivo Microfluídico De Borracha Natural (Lab-On-A-Chip)	Ciência E Tecnologia De Materiais	UNESP/PP
Medicina I	Susan Chow Lindsey	Magnus Régios Dias Da Silva	Rui Monteiro De Barros Maciel	Diagnóstico Clínico-Molecular, Prognóstico E Avaliação Da Expressão Gênica De Vias De Tumorigênese Para Individualização Do Seguimento Clínico De Pacientes Com Carcinoma Medular Da Tiroide	Medicina (Endocrinologia Clínica)	UNIFESP
Medicina I	Marcelo Haertel Miglioranza	Tiago Luiz Luz Leiria	Renato Abdala Karam Kalil; Luigi Paolo Badano	Ultrassonografia Pulmonar Na Predição De Eventos Adversos Em Pacientes Ambulatoriais Com Insuficiência Cardíaca Moderada A Grave	Ciências Da Saúde (Cardiologia)	FUC
Medicina Ii	Ricardo Miguel Costa De Freitas	José Guilherme Mendes Pereira Caldas	Celi Dos Santos Andrade	Desenvolvimento De Um Modelo Experimental De Crioablação Vertebral Em Suínos Guiada Por Tomografia Computadorizada De Feixe Cônico	Radiologia	USP
Medicina Ii	Éder José Guidelli	Oswaldo Baffa Filho		Luminescência Opticamente Estimulada Em Condições De Ressonância Plasmônica	Física Aplicada À Medicina E Biologia	USP/RP
Medicina Iii	Daniel Araujo Ferraz	Walter Yukihiko Takahashi		Estudo Comparativo De Fotocoagulação Panretiniana Com E Sem Ranibizumabe Intravítreo No Tratamento Da Retinopatia Diabética Proliferativa	Oftalmologia	USP
Medicina Veterinária	Roney Dos Santos Ramos	Mario Binelli		Efeito Do Ambiente Endócrino Peri-Ovulatório Na Qualidade Do Ambiente Uterino Em Vacas De Corte: Regulação No Metabolismo Das Poliaminas, Estresse Oxidativo E Proliferação Celular	Reprodução Animal	USP
Medicina Veterinária	Ana Liza Paz Souza	Alexandre Rodrigues Silva		Otimização De Protocolos De Criopreservação Do Sêmen De Catetos (Pecari Tajacu Linneaus, 1758)	Ciência Animal	UFERSA
Nutrição	Daniela Lopes Gomes	Kênia Mara Baiocchi De Carvalho		Efeitos Metabólicos E Nutricionais Da Suplementação Proteica Em Mulheres Com Reganho De Peso Após 24 Meses De Cirurgia Bariátrica: Um Ensaio Clínico Randomizado	Nutrição Humana	UNB
Nutrição	Marion Schneider Meireles	Lilian Cuppari Valle	Maria Ayako	Efeito Da Suplementação Com Colecalciferol Sobre As Proteínas Reguladoras Do Metabolismo Da Vitamina D Em Monócitos E Sobre Os Marcadores De Inflamação De Pacientes Em Diálise	Nutrição	UNIFESP
Odontologia	Lucas Guimarães Abreu	Saul Martins De Paiva	Elizabeth Maria Bastos Lages	Impacto Da Má Oclusão E Do Tratamento Ortodôntico Na Qualidade De Vida De Adolescentes	Odontologia	UFMG
Odontologia	Maria Tereza Pedrosa De Albuquerque	Marcia Carneiro Valera	Marco Cicero Bottino	Efeito De Scaffolds De Nanofibras Incorporados Com Antibióticos Sobre Biofilmes Formados Por Bactérias Presentes Nos Canais Radiculares	Odontologia Restauradora	UNESP/SJC
Planejamento Urbano E Regional/ Demografia	Alcione Talaska	Virginia Elisabeta Etges		O Espaço Agrário Brasileiro Na Perspectiva Conceitual: Dos Aspectos Legais Às Implicações Territoriais	Desenvolvimento Regional	UNISC
Planejamento Urbano E Regional/ Demografia	Alane Siqueira Rocha	Cássio Maldonado Turra		Custos Com Benefícios Para O Financiamento De Cuidados De Longa Duração Para Idosos Com Dependência: Estimativas E Projeções Para O Brasil	Demografia	UFMG
Psicologia	Priscila Benitez Afonso	Camila Domeniconi		Capacitação De Pais E Professores Para Ações Integradas De Ensino De Leitura E Escrita Para Aprendizes Com Autismo E Deficiência Intelectual	Psicologia	UFSCAR
Química	Vinícius Vieira Costa	Elena Vitalievna Gusevskaya	Kelly Alessandra Da Silva Rocha	Transformações De Compostos Terpênicos Via Reações Catalíticas: Valorização De Matéria-Prima De Origem Natural	Química	UFMG
Química	Flávio Cesar Bedatty Fernandes	Paulo Roberto Bueno	Márcio De Sousa Góes	Superfícies Capacitivas E Impedimétricas Como Plataforma Eletroquímica Para Determinação De Biomarcadores Clinicamente Relevantes	Química	UNESP/ARAR
Saúde Coletiva	Maria Leticia Santos Cruz	Simone Souza Monteiro	Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro Bastos	Crianças E Adolescentes Vivendo Com Hiv Em Acompanhamento Em Serviços Brasileiros: Análise Dos Fatores De Vulnerabilidade Na Adesão Ao Tratamento Antirretroviral	Saúde Pública	FIOCRUZ
Saúde Coletiva	Aline Silva-Costa	Rosane Härter Griep	Lúcia Rotenberg	Trabalho Noturno E Diabetes Tipo 2: Resultados Da Linha De Base Do Estudo Longitudinal De Saúde Do Adulto Elsa-Brasil	Epidemiologia Em Saúde Pública	FIOCRUZ
Serviço Social	Mônica Santos Barison	Rafael Soares Gonçalves		Judicialização Da Questão Social: Um Estudo A Partir Dos Processos De Interdição Das Pessoas Com Transtornos Mentais	Serviço Social	PUC-RIO
Serviço Social	Cátia Corrêa Guimarães	Mauro Iasi		Jornalismo E Luta De Classes: Desvendando A Ideologia Do Modelo Informativo Na Busca Da Contra-Hegemonia	Serviço Social	UFRJ
Sociologia	Deivison Mendes Faustino	Valter Roberto Silvério		"Por Que Fanon, Por Que Agora?": Frantz Fanon E Os Fanonismos No Brasil	Sociologia	UFSCAR
Zootecnia/ Recursos Pesqueiros	Gregório Miguel Ferreira De Camargo	Humberto Tonhati	Fernando Sebástian Baldi Rey; Luciana Correia De Almeida Regitano	Mutações Putativo-Causais Em Genes Candidatos Associadas À Fertilidade De Bovinos De Corte E Bubalinos	Genética E Melhoramento Animal	UNESP/JAB
Zootecnia/ Recursos Pesqueiros	Viviane De Souza Morita	Isabel Cristina Boleli		Programação Térmica Fetal: Efeitos Sobre A Temperatura De Preferência E Características Morfofisiológicas De Frangos De Corte	Zootecnia	UNESP/JAB

Art. 3º - A cerimônia de entrega dos prêmios deverá ocorrer na sede da Capes, Brasília, no dia 14 de dezembro de 2016.
Art. 4º - O resultado do Grande Prêmio Capes de Tese - Edição 2016 será divulgado na cerimônia de entrega dos prêmios.
Parágrafo único. Para os autores premiados, a outorga do Grande Prêmio Capes de Tese se fará apenas para fins de registro.

ABILIO A. BAETA NEVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016101000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

PORTARIA Nº 860, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A Reitora do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO, no uso da competência que lhe foi delegada por Decreto Presidencial de 12/04/2016, publicado no D.O.U. de 13/04/2016, Seção 2, e a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de Tecnologia da Informação para assegurar o cumprimento do propósito e das políticas institucionais do IF Sertão-PE, resolve:

1. Instituir, no âmbito do IF Sertão-PE, o CGTI, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa e de caráter estratégico e permanente, com as seguintes finalidades: aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos e ações em Tecnologia da Informação (TI) com os objetivos estratégicos do IF Sertão-PE, além de priorizar os projetos nessa área, recomendando, sempre que necessário, atualizações e ajustes nos projetos de Tecnologia da Informação.

MARIA LEOPOLDINA VERAS CAMELO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 18, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga resultado preliminar da etapa de pré-análise da avaliação pedagógica das obras inscritas no Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2018, conforme Edital CGPLI nº 04/2015.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da etapa de pré-análise no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático, conforme Edital de Convocação 04/2015 - CGPLI - Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018.

Art. 2º Em atendimento ao Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010, e ao subitem 6.3.3 do Edital referido no Art.1º desta Portaria:

Parágrafo único. O resultado da etapa de pré-análise será publicado na imprensa oficial e no portal do MEC e os pareceres de pré-análise disponibilizados aos editores participantes no sistema informatizado, assegurados os direitos de recurso previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Art. 3º Todos os pareceres estarão disponíveis no dia subsequente à publicação desta Portaria, no endereço simec.mec.gov.br, Módulo PNLD.

§ 1° Os pareceres poderão ser acessados apenas pelo detentor de direito autoral nomeado como representante legal pela editora.

§ 2° O detentor de direito autoral deverá solicitar, no Módulo PNLD do SIMEC, cadastro e senha à Secretaria de Educação Básica pelo endereço simec.mec.gov.br.

§ 3° Caso o detentor de direito autoral já tenha cadastro no módulo PNLD, somente será necessário solicitar atribuição de perfil. A solicitação deverá ser feita pelo e-mail cogeam@mec.gov.br informando nome completo e CPF.

Art. 4º Caso a obra tenha sido reprovada ou aprovada condicionada a correções, o parecer poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do detentor de direito autoral, no prazo de 5 dias úteis a contar da publicação desta Portaria, vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação.

§ 1º A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação receberá recursos em formato PDF, que deverão ser anexados em campo próprio no endereço simec.mec.gov.br, Módulo PNLD.

§ 2° O detentor de direito autoral poderá interpor somente 1 (um) recurso por obra/coleção.

§ 3° O recurso apresentado em formato PDF deverá conter obrigatoriamente o papel timbrado da editora e a assinatura eletrônica do detentor de direito autoral cadastrado no SIMAD.

§ 4º A SEB proferirá decisão sobre os recursos apresentados pelos detentores de direito autoral em até 30 dias, conforme rege o Edital de Convocação 04/2015 - CGPLI PNLD 2018, no endereço simec.mec.gov.br, Módulo PNLD e, posteriormente, divulgará o resultado final do processo de pré-análise do PNLD 2018 no Diário Oficial da União e nos sítios do MEC e do FNDE.

§ 5° A SEB não analisará recurso impresso ou encaminhado em formato incompatível ao disposto nesta Portaria.

Art. 5° A SEB não se responsabilizará por cadastramentos, acessos e inserção de documentos que não forem concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

Art. 6º Seguem anexas a Relação das Obras Aprovadas (Anexo I), a Relação das Obras Aprovadas condicionadas a Correções (Anexo II) e a Relação das Obras Reprovadas (Anexo III).

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO I

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO
PNLD 2017
OBRAS APROVADAS

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
ARTE	0028P18063
ARTE	0040P18063
ARTE	0052P18063
ARTE	0067P18063
ARTE	0089P18063
ARTE	0125P18063
ARTE	0130P18063
ARTE	0147P18063
ARTE	0163P18063
ARTE	0183P18063
ARTE	0201P18063
BIOLOGIA	0022P18113
BIOLOGIA	0058P18113
BIOLOGIA	0072P18113
BIOLOGIA	0107P18113
BIOLOGIA	0109P18113
BIOLOGIA	0158P18113
BIOLOGIA	0166P18113
BIOLOGIA	0182P18113
BIOLOGIA	0196P18113
BIOLOGIA	0198P18113
BIOLOGIA	0199P18113
BIOLOGIA	0208P18113
FILOSOFIA	0014P18153
FILOSOFIA	0042P18153
FILOSOFIA	0054P18153
FILOSOFIA	0076P18153
FILOSOFIA	0095P18153
FILOSOFIA	0114P18153
FILOSOFIA	0138P18153
FILOSOFIA	0168P18153
FILOSOFIA	0173P18153
FILOSOFIA	0179P18153
FILOSOFIA	0192P18153
FILOSOFIA	0212P18153
FÍSICA	0021P18133
FÍSICA	0025P18133
FÍSICA	0045P18133
FÍSICA	0069P18133
FÍSICA	0071P18133
FÍSICA	0092P18133
FÍSICA	0100P18133
FÍSICA	0101P18133
FÍSICA	0118P18133
FÍSICA	0129P18133
FÍSICA	0131P18133
FÍSICA	0154P18133
FÍSICA	0167P18133
FÍSICA	0188P18133
FÍSICA	0200P18133
FÍSICA	0207P18133
GEOGRAFIA	0026P18053
GEOGRAFIA	0046P18053
GEOGRAFIA	0059P18053
GEOGRAFIA	0075P18053
GEOGRAFIA	0103P18053
GEOGRAFIA	0113P18053
GEOGRAFIA	0117P18053
GEOGRAFIA	0120P18053
GEOGRAFIA	0123P18053
GEOGRAFIA	0132P18053
GEOGRAFIA	0145P18053
GEOGRAFIA	0150P18053
GEOGRAFIA	0174P18053
GEOGRAFIA	0186P18053
GEOGRAFIA	0191P18053
GEOGRAFIA	0202P18053
GEOGRAFIA	0203P18053
HISTÓRIA	0027P18043
HISTÓRIA	0056P18043
HISTÓRIA	0065P18043
HISTÓRIA	0091P18043
HISTÓRIA	0104P18043
HISTÓRIA	0105P18043
HISTÓRIA	0108P18043
HISTÓRIA	0119P18043
HISTÓRIA	0122P18043
HISTÓRIA	0124P18043
HISTÓRIA	0137P18043
HISTÓRIA	0146P18043
HISTÓRIA	0161P18043
HISTÓRIA	0162P18043
HISTÓRIA	0169P18043
HISTÓRIA	0187P18043
HISTÓRIA	0189P18043
HISTÓRIA	0190P18043
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0024P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0030P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0037P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0051P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0062P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0066P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0068P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0087P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0094P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0116P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0121P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0126P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0133P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0134P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0142P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0151P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0157P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0159P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0170P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0171P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0172P18103
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0176P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0197P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0209P18093
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	0210P18103
LÍNGUA PORTUGUESA	0019PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0034PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0063PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0079PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0080PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0081PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0106PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0112PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0135PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0144PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0152PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0175PI8013
LÍNGUA PORTUGUESA	0194PI8013
MATEMÁTICA	0008P18023
MATEMÁTICA	0064P18023
MATEMÁTICA	0070P18023
MATEMÁTICA	0082P18023
MATEMÁTICA	0086P18023
MATEMÁTICA	0096P18023
MATEMÁTICA	0110P18023

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MATEMÁTICA	0127P18023
MATEMÁTICA	0128P18023
MATEMÁTICA	0148P18023
MATEMÁTICA	0155P18023
MATEMÁTICA	0177P18023
MATEMÁTICA	0180P18023
MATEMÁTICA	0195P18023
MATEMÁTICA	0205P18023
QUÍMICA	0020P18123
QUÍMICA	0041P18123
QUÍMICA	0074P18123
QUÍMICA	0078P18123
QUÍMICA	0098P18123
QUÍMICA	0099P18123
QUÍMICA	0140P18123
QUÍMICA	0153P18123
QUÍMICA	0160P18123
QUÍMICA	0164P18123
QUÍMICA	0181P18123
QUÍMICA	0185P18123
QUÍMICA	0206P18123
SOCIOLOGIA	0043P18143
SOCIOLOGIA	0073P18143
SOCIOLOGIA	0093P18143
SOCIOLOGIA	0097P18143
SOCIOLOGIA	0102P18143
SOCIOLOGIA	0115P18143
SOCIOLOGIA	0139P18143
SOCIOLOGIA	0178P18143
SOCIOLOGIA	0184P18143
SOCIOLOGIA	0193P18143
SOCIOLOGIA	0204P18143
SOCIOLOGIA	0211P18143

ANEXO II

OBRAS APROVADAS CONDICIONADAS A CORREÇÕES

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
HISTÓRIA	0047P18043

ANEXO III

OBRAS REPROVADAS

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
FILOSOFIA	0077P18153

PORTARIA Nº 19, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga as instituições de educação superior responsáveis pela avaliação pedagógica do PNLD 2018 e resultado preliminar da Chamada Pública Edital nº 42/2016.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, em atendimento aos procedimentos previstos na Chamada Pública Edital nº 42/2016, de 22 de abril de 2016, e ao Art. 14 do Decreto nº 7.084/2010 resolve:

Art. 1º Tornar pública as Instituições de Educação Superior que coordenarão a avaliação pedagógica de obras inscritas no PNLD 2018, conforme tabela abaixo:

Componente Curricular	Instituição Pública Selecionada
Arte	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Biologia	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Filosofia	Universidade de Brasília - UnB
Física	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Geografia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
História	Universidade Federal de Sergipe - UFS
Língua Estrangeira Moderna - Espanhol	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Língua Estrangeira Moderna - Inglês	Colégio Pedro II
Língua Portuguesa	Universidade Federal da Bahia - UFBA
Matemática	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Química	Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Sociologia	Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Guia do Livro Didático	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Art. 2° As instituições proponentes da Chamada Pública nº 42/2016 poderão interpor recurso contra os resultados conforme previsto no respectivo edital, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º As instituições poderão solicitar vistas ao parecer sobre sua candidatura por meio do endereço eletrônico cogeam@mec.gov.br.

Art. 4º O recurso deverá ser interposto exclusivamente pelo mesmo e-mail, identificando o assunto como "Chamada Pública nº 42/2016 - Recurso ao resultado preliminar".

Art. 5º Interposto o recurso, a Comissão de Avaliação o analisará no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo submetê-lo a autoridade superior, que no prazo de até 30 (trinta) dias, proferirá sua decisão final.

Art. 6º Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 36, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre o Repasse de Recursos Financeiros destinados às Instituições de Ensino, para a Execução da Bolsa-Formação, no âmbito do Pronatec.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, Anexo I, do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, e considerando o disposto no art. 214 da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011, na Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, no Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, na Lei nº 12.919 de 24 de dezembro de 2013, na Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013, na Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, RESOLVE tornar público que:

Art. 1º As instituições relacionadas no quadro abaixo, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, estão aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com os créditos orçamentários obedecendo à classificação funcional programática: 12.363.2031.20RW.0001 - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica - Plano Interno LFP05P1903N Bolsa-Formação/Pronatec - Estados e DF, e LFP05P1904N Bolsa-Formação/Pronatec - Municípios, e nos termos da Nota Técnica nº 214/2016/DIR/SETEC/MEC, SEI 23000.012876/2016-70:

UF	OFERTANTE	CNPJ	VALOR TOTAL
AC	AC-DOM MOACIR	07.827.773/0001-95	R$ 1.500.000,00
GO	GO-SEDUC	01.409.705/0001-20	R$ 1.000.000,00
AM	AM-CETAM	05.846.254/0001-49	R$ 1.000.000,00
AP	AP-SEDUC	00.394.577/0001-25	R$ 1.000.000,00
MT	MT-SECITEC	03.507.415/0024-30	R$ 2.000.000,00
MG	MG-SECTES	19.377.514/0001-99	R$ 2.500.000,00
MG	MG-FUNEC	16.694.465/0001-20	R$ 500.000,00
RJ	RJ-FAETEC	31.608.763/0001-43	R$ 500.000,00

Art. 2º - As instituições relacionadas no quadro abaixo, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, estão aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 71.000.000,00 (setenta e um milhões), com os créditos orçamentários obedecendo à classificação funcional programática: 12.363.2031.20RW.0001 - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica - Plano Interno LFP05P1902N Bolsa-Formação PRONATEC/Sistema S, e nos termos da Nota Técnica nº 214/2016/DIR/SETEC/MEC, SEI 23000.012876/2016-70:

UF	OFERTANTE	CNPJ	VALOR TOTAL
NAC	SENAR	37.138.245/0001-90	R$ 7.000.000,00
NAC	SENAC	33.469.172/0001-68	R$ 27.000.000,00
NAC	SENAI	33.564.543/0001-90	R$ 37.000.000,00

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MAURÍCIO ESTEVÃO DE AZEVEDO
Substituto

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 580, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201414740	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RUA RANGEL PESTANA, 762, , CENTRO, PIRACICABA/SP
2.	201501096	RADIOLOGIA (Tecnológico)	48 (quarenta e oito)	FACULDADE TECNOLÓGICA DENTAL CEEO	DENTAL DIAGNOSTICO E TRATAMENTO LTDA - ME	RUA DA INDEPENDENCIA, 290, , CENTRO, IGREJINHA/RS
3.	201501572	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ACRE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO ACRE LTDA	BR 364, KM 2, ALAMEDA HUNGRIA, 200, JARDIM EUROPA II, RIO BRANCO/AC
4.	201501535	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.290, , CENTRO, LONDRINA/PR
5.	201501272	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC	RODOVIA RAPOSO TAVARES KM 572, KM 572, LIMOEIRO, PRESIDENTE PRUDENTE/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.	201414423	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE EVOLUÇÃO ALTO OESTE POTIGUAR	FACEP-FACULDADE EVOLUCAO ALTO OESTE POTIGUAR LTDA - ME	RUA JOSE PAULINO, 45, PISO 2, JOÃO XXIII, PAU DOS FERROS/RN
7.	201501651	LOGÍSTICA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	RODOVIA DUQUE DE CAXIAS, S/N, KM 6 - SC 415, IPERÓBA, SÃO FRANCISCO DO SUL/SC
8.	201500803	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	ASSOCIACAO JABOTICABALENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA FLORIANO PEIXOTO, 839/873, CENTRO, JABOTICABAL/SP
9.	201502755	ENFERMAGEM (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	AV. GOVERNADOR MARCELO DEDA, 330, , SÃO JOSÉ, LAGARTO/SE
10.	201502190	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE BRASILEIRA	EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S.A. - EMBRAE	RUA JOSÉ ALVES, 301, GOIABEIRAS, VITÓRIA/ES
11.	201501549	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DO CENTRO LESTE	U.C.L. - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO DO CENTRO LESTE	RODOVIA ES-10, KM, 6, , CAMARÁ, SERRA/ES
12.	201501924	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO (Bacharelado)	460 (quatrocentas e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA RANGEL PESTANA, 147, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
13.	201501595	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	125 (cento e vinte e cinco)	FACULDADE DE ENGENHARIA DE SOROCABA	ASSOCIACAO CULTURAL DE RENOVACAO TECNOLOGICA SOROCABANA	RODOVIA SENADOR JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES, KM 1,5, 1425, , ALTO DA BOA VISTA, SOROCABA/SP
14.	201502334	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PERUIBE	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	AVENIDA LUCIANO DE BONNA, 7515, RUA 15 (FUNDOS), BALNEÁRIO JOSEDY, PERUÍBE/SP
15.	201502707	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE OLINDA	ASSOCIACAO INSTRUTORA MISSIONARIA	RODOVIA PE 15, KM 3,6, S/N, , OURO PRETO, OLINDA/PE
16.	201501247	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - UFERSA	BR 110 - KM 47, S/N, , PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN
17.	201403327	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
18.	201501944	COMÉRCIO EXTERIOR (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ALVES FARIA	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 4.129, , VILA JOÃO VAZ, GOIÂNIA/GO
19.	201105104	SEGURANÇA PÚBLICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	BR 364, KM 9,5, ZONA RURAL, S/N, PORTO VELHO/RO
20.	201502312	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE CONTAGEM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AV. TOM JOBIM, 2820, 2840,2860,2880 E 2890, CIDADE INDUSTRIAL, CONTAGEM/MG
21.	201502931	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	UNIAO SOCIAL CAMILIANA	RUA SÃO CAMILO DE LELLIS, 01, PARAISO, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
22.	201405451	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	AV. PAULISTA, 2000, , BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
23.	201501945	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALVES FARIA	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 4.129, , VILA JOÃO VAZ, GOIÂNIA/GO
24.	201501954	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	AV. PEDRO ANUNCIAÇÃO, 111, , VILA BATISTA, CAÇAPAVA DO SUL/RS
25.	201500839	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	RUA PAESE, 198, CX. P.: 187, TORRES, VIDEIRA/SC
26.	201501511	FARMÁCIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE NOSSA CIDADE	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA CIDADE LTDA.	AV. FRANCISCO PIGNATARI, 630, , VILA GUSTAVO CORREIA, CARAPICUÍBA/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 581, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201407597	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	FACULDADE DA ALDEIA DE CARAPICUÍBA	CEALCA-CENTRO DE ENSINO ALDEIA DE CARAPICUIBA LTDA - EPP	ESTRADA DA ALDEINHA, 245, , JARDIM MARILU, CARAPICUÍBA/SP
2.	201352114	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DE CACOAL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA	RUA DOS ESPORTES, 1038, , INCRA, CACOAL/RO
3.	201411339	TEOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE MISSIONEIRA DO PARANÁ	CENTRO INTERDIOCESANO DE TEOLOGIA DE CASCAVEL	AVENIDA GUAÍRA, 510, , JARDIM SEMINÁRIO, CASCAVEL/PR
4.	201402760	DIREITO (Bacharelado)	320 (trezentas e vinte)	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO	FUNDACAO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS	RODOVIA MG 179 - KM 0, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, ALFENAS/MG

5.	201407744	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	500 (quinhentas)	FACULDADE BRASIL NORTE	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA TUPINAMBÁ DE ALMEIDA, S/N, , LAGUINHO, MACAPÁ/AP
6.	201412211	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE	ASSOCIACAO DE ENSINO E PESQUISA GRACCHO CARDOSO S/C LTDA - ME	TRAVESSA SARGENTO DUQUE, 85, , INDUSTRIAL, ARACAJU/SE
7.	201411426	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE	ASSOCIACAO DE ENSINO E PESQUISA GRACCHO CARDOSO S/C LTDA - ME	TRAVESSA SARGENTO DUQUE, 85, , INDUSTRIAL, ARACAJU/SE
8.	201408132	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS SANTA RITA DE CÁSSIA	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SANTA RITA DE CASSIA	AVENIDA JAÇANÃ, 648, JAÇANÃ, SÃO PAULO/SP
9.	201411268	GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PADRE DOURADO FORTALEZA	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR PADRE DOURADO LTDA - EPP	AVENIDA HERÁCLITO GRAÇA, 400, CENTRO, FORTALEZA/CE
10.	201117229	ENFERMAGEM (Bacharelado)	113 (cento e treze)	FACULDADES INTEGRADAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, SAÚDE E EDUCAÇÃO DE GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL PRESIDENTE KENNEDY	RUA BARÃO DE MAUÁ, 95, CENTRO, GUARULHOS/SP
11.	201348930	HISTÓRIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ	ASSOCIACAO EDUCACIONAL SAO JOSE	AVENIDA ANCHIETA, , N°634/N°898, ZONA 1, MARINGÁ/PR
12.	201402382	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS CAMPOS SALLES	ASSOCIACAO EDUCATIVA CAMPOS SALLES	RUA NOSSA SENHORA DA LAPA, 284, LAPA, SÃO PAULO/SP
13.	201402786	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SUDAMÉRICA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR SOUSA BORGES LTDA - EPP	AV. EUDALDO LESSA, 627, , POPULAR, CATAGUASES/MG
14.	201301372	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ROSEIRA	CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS DO VALE DO PARAIBA - CEAVAP - ME	RODOVIA PRESIDENTE DUTRA - KM 77, S/N, ROSEIRA VELHA, ROSEIRA/SP
15.	201411802	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MACHADO DE ASSIS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS	PRAÇA MARQUÊS DE HERVAL, 4, SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO/RJ
16.	201301637	PEDAGOGIA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO	FUNDACAO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS	RODOVIA MG 179 - KM 0, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, ALFENAS/MG
17.	201117144	MEDICINA (Bacharelado)	87 (oitenta e sete)	FACULDADE DE MEDICINA DE ITAJUBÁ	ASSOCIACAO DE INTEGRACAO SOCIAL DE ITAJUBA	AV. RENNO JUNIOR, 368, SÃO VICENTE, ITAJUBÁ/MG
18.	201412136	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	FACULDADE CNEC CAMPO LARGO	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA RUI BARBOSA, 541, PRÉDIO ESCOLAR, CENTRO, CAMPO LARGO/PR
19.	201408016	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE MONTES BELOS	CENTRO EDUCACIONAL MONTES BELOS LTDA	AVENIDA HERMÓGENES COELHO, 340, SETOR UNIVERSITÁRIO, SÃO LUÍS DE MONTES BELOS/GO
20.	201408141	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	600 (seiscentas)	FACULDADE NATALENSE DE ENSINO E CULTURA	ASSOCIACAO PARAIBANA DE ENSINO RENOVADO-ASPER	RUA ANFILÓQUIO PAIVA CÂMARA, 16, , LAGOA NOVA, NATAL/RN
21.	201402672	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SÃO GERALDO	ESCOLA SAO GERALDO LTDA	RUA 13 DE MAIO, 40, SÃO GERALDO, CARIACICA/ES
22.	201417727	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AV. MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
23.	201412193	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADE EDUCACIONAL DE ARAPOTI	CENTRO DE ENSINO TECNOLOGICO E SUPERIOR SS LTDA - EPP	RUA DAS ROSAS, 001, RESIDENCIAL INPACEL, ARAPOTI/PR
24.	201349403	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE VALE DO GORUTUBA	ASSOCIACAO DE ENSINO VALE DO GORUTUBA S/S LTDA	AVENIDA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 302, CENTRO, NOVA PORTEIRINHA/MG
25.	201410841	TEOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FAJOPA - FACULDADE JOÃO PAULO II	ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL INTERDIOCESANA	RUA BARTOLOMEU DE GUSMÃO, 531, JARDIM AMÉRICA, MARÍLIA/SP
26.	201350425	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	400 (quatrocentas)	UNIÃO DAS FACULDADES DOS GRANDES LAGOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR	RUA EDUARDO NIELSEN, 960, , JARDIM AEROPORTO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
27.	201217219	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE CNEC UNAÍ	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA CELINA LISBOA FREDERICO, 142, CENTRO, UNAÍ/MG
28.	201349876	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS	ASSOCIACAO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA PONTA PORÃ, 2750, DISTRITO INDUSTRIAL, TRÊS LAGOAS/MS
29.	201103145	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTERAMERICANA DE PORTO VELHO	UNIRON - UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDONIA LTDA.	AVENIDA MAMORÉ, 1.520, CASCALHEIRA, PORTO VELHO/RO
30.	201402560	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE SÃO ROQUE	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE SAO ROQUE	RUA PADRE MARÇAL, 30, CENTRO, SÃO ROQUE/SP
31.	201409902	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	450 (quatrocentas e cinquenta)	FACULDADE CENECISTA DE JOINVILLE - FACE	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA CORONEL FRANCISCO GOMES, 1290, ANITA GARIBALDI, JOINVILLE/SC
32.	201412732	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE NOSSA CIDADE	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA CIDADE LTDA.	AV. FRANCISCO PIGNATARI, 630, , VILA GUSTAVO CORREIA, CARAPICUÍBA/SP
33.	201402708	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO	FUNDACAO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS	ALAMEDA ROBERTO ASSUNÇÃO, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, ELDORADO, CAMPO BELO/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 582, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Ficam definitivamente revogadas as medidas cautelares impostas pelos Despachos nº 282 e 283, de 18 de dezembro de 2014, aos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016101000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201418281	RADIOLOGIA (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO - ASSUPERO	AVENIDA MÁRIO YPIRANGA, Nº 4.390, PARQUE 10 DE NOVEMBRO, MANAUS/AM
2	201418349	BIOMEDICINA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO	AVENIDA SANTA CRUZ, Nº 1.631, REALENGO, RIO DE JANEIRO/RJ
3	201418232	AGRONOMIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 2501, TERRA FIRME, BELÉM/PA
4	201418324	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	AVENIDA JUIZ DE FORA, Nº 1.100, GRANJAS BETÂNIA, JUIZ DE FORA/MG
5	201418287	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA 201, PARQUE UNIVERSITÁRIO, FRANCA/SP
6	201418329	AGRONOMIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA DE MACHADO	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MACHADO	AVENIDA DR. ATHAYDE PEREIRA DE SOUZA, Nº 730, CENTRO, MACHADO/MG
7	201418294	RADIOLOGIA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE IPEMED DE CIÊNCIAS MÉDICAS	INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - EPP	AVENIDA CONTORNO 2073 E 2075, SANTA TEREZA, BELO HORIZONTE/MG
8	201418292	BIOMEDICINA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO	FUNDAÇÃO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS	RUA TEDINHO ALVIM, Nº 1.000, LIBERDADE, DIVINÓPOLIS/MG
9	201418310	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE NITERÓI	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, Nº 123, CENTRO, NITERÓI/RJ
10	201418295	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	FUNDAÇÃO PERCIVAL FARQUHAR	RUA ISRAEL PINHEIRO 2000, BAIRRO UNIVERSITÁRIO, GOVERNADOR VALADARES/MG
11	201418342	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	CAMPUS 1, BR 285, KM 171, S/N, SÃO JOSÉ, PASSO FUNDO/RS
12	201418336	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, Nº 1321, EDSON QUEIROZ, FORTALEZA/CE
13	201418262	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO ABEU	RUA ITAIARA, Nº 301, CENTRO, BELFORD ROXO/RJ
14	201418274	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO AMAPÁ	PIRES & CIA LTDA - EPP	RUA PEDRO SIQUEIRA, Nº 333, JARDIM MARCO ZERO, MACAPÁ/AP
15	201418345	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DE CACOAL	SOCIEDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	AVENIDA CUIABÁ, Nº 3.087, JARDIM CLODOALDO, CACOAL/RO
16	201418265	MEDICINA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	AVENIDA RAMIRO BARCELOS, Nº 2400, SANTANA, PORTO ALEGRE/RS
18	201418338	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	100 (cem)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA 1440, SETOR UNIVERSITÁRIO - GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 583, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica n° 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC n° 078731.2012-11, e o Despacho nº 89/2014 - SERES/MEC resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Ficam definitivamente revogadas as medidas cautelares impostas pelos Despachos nºs 191 e 192, de 18 de dezembro de 2012, aos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201217020	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, nº 6.637, BR 364, km 04, DISTRITO INDUSTRIAL, RIO BRANCO/AC
2	201217047	HISTÓRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	INSTITUTO MINEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNI-BH S/A	CAMPUS ANTÔNIO CARLOS- RUA DIAMANTINA, 567 LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
3	201216966	LETRAS - PORTUGUÊS E JAPONÊS (Bacharelado)	6 (seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA BRIGADEIRO TROMPOWSKY, S/N, ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO/RJ
4	201216523	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA MÁRIO YPIRANGA 4.390, PARQUE 10 DE NOVEMBRO, MANAUS/AM
5	201216499	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	270 (duzentas e setenta)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, Nº 1.325, VILA CAMPESINA, OSASCO/SP
6	201216957	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS	ASSOCIACAO GOIANA DE ENSINO	AVENIDA JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, 115, CIDADE JARDIM, GOIÂNIA/GO
7	201217098	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA INDUSTRIAL 3330, CAMPESTRE - SANTO ANDRÉ/SP
8	201217088	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	AVENIDA 28 DE MARÇO, Nº 423, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 584, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o Despacho SERES nº 215, de 20 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Ficam definitivamente revogadas as medidas cautelares impostas pelos Despachos nºs 206 e/ou 209, de 5 de dezembro de 2013, aos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201360096	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CASA DO ESTUDANTE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE ARACRUZ LTDA - EPP	RUA FLOR DE ESTUDANTE, 213, JARDINS, ARACRUZ/ES
2	201360178	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PADRÃO	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÂNIA LTDA	AVENIDA ANHANGUERA, ESQ. COM RUA DO ALGODÃO, Nº 105, QD. 16 A, SETOR RODOVIÁRIO, GOIÂNIA/GO
3	201360137	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MARANHENSE SÃO JOSÉ DOS COCAIS	SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA 1, Nº 290, LOTEAMENTO BOA VISTA, TIMON/MA
4	201360200	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE CARUARU	ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE ENSINO E CULTURA DE CARUARU	RUA AZEVEDO COUTINHO, S/N, PETRÓPOLIS, CARUARU/PE
5	201360082	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	RUA DA CONCEIÇÃO, Nº 131, 2º AO 14º ANDAR, LOJAS 101 E 102, CENTRO, NITERÓI/RJ
6	201360209	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS ECONÔMICAS E CONTÁBEIS DE GUARATINGUETÁ	ORGANIZAÇÃO GUARÁ DE ENSINO	AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, Nº 195, VILA PARAÍBA, GUARATINGUETÁ/SP
7	201360227	SECRETARIADO EXECUTIVO	60 (sessenta)	FACULDADE CECAP DO LAGO NORTE	ASSOCIACAO PENINSULA NORTE DE EDUCACAO CIENCIA E CULTURA	AV. PARANOÁ, QUADRA 10, CONJUNTO 04, LOTES 10 E 11, PARANOÁ, BRASÍLIA/DF

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.493, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 29/10/2016, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2014, DOU de 20/11/2014, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1301, DOU de 29/10/2015.

ESCOLA DE ENFERMAGEM

Área de Conhecimento: Gestão em Saúde e Enfermagem

Classe: TITULAR-LIVRE

Regime de Trabalho: DE

GISELIA SANTANA SOUZA
Substituta

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 369, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Considerando o que consta no Processo n.º23075.147461/2016-42, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº104/2012, resolve:

Art.1º Aplicar à empresa HABITUAL GESTÃO DE MÃO DE OBRAS LTDA, CNPJ nº 07.592.889/0001-92, com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e nos artigos 86 a 88 da Lei nº8666/93 as seguintes sanções: a) Promover o ressarcimento à UFPR do valor de R$6.618,71 (seis mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e um centavos), referente as multas de trânsito; b) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 05(cinco) anos, conforme previsto na Cláusula Décima Terceira, letra "g" do Contrato nº01/2013. §1º Conforme determina o Item 6.6 da IN-MARE nº05/95 e ainda o § 1º do Art. 109 da Lei 8.666/93 será providenciado o registro em DOU e no SICAF. Art.3 Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO NADOLNY
Em exercício

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL
DEPARTAMENTO DE CONTROLE E ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS
GERÊNCIA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 22, DE 18 DE MAIO DE 2016

O Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos, Gerência Técnica no Rio de Janeiro, resolve:

Tornar público o ARQUIVAMENTO do Processo 1501609901 para a indiciada TECNA BRASIL LTDA., CNPJ 03.611.554/0001-13.

PLÍNIO DA COSTA E SILVA
Gerente

ÁREA DE REGULAÇÃO
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.785, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Carta Circular nº 3.492, de 11 de março de 2011, que esclarece sobre procedimentos para a prestação de informações relativas ao direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, de que trata a Resolução nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010.

A Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor) e o Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), no uso da atribuição que lhes confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.526, de 29 de setembro de 2016, resolvem:

Art. 1º A Carta Circular nº 3.492, de 11 de março de 2011, fica acrescida dos parágrafos 42-A e 110-A, com a seguinte redação:

"42-A. O valor informado no CodItem '6176 - SFH.FIN.VLR.AVAL.ATE.1.5 MI- ART2-XXIX RES3932' deve corresponder ao saldo devedor bruto dos financiamentos para a aquisição de imóveis residenciais novos, com valor de avaliação de até R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), contratados entre 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2017, de que trata o art. 2º, inciso XXIX, do Regulamento anexo à Resolução nº 3.932, de 2010, não podendo ser informado, concomitantemente, em outro CodItem."

"110-A. O valor informado no CodItem a que se refere o parágrafo 42-A não pode exceder 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do limite previsto no art. 1º, inciso I, alínea 'a', do Regulamento anexo à Resolução nº 3.932, de 2010."

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA
Chefe do Denor

FLÁVIO TÚLIO VILELA
Chefe do Deban

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

RETIFICAÇÃO

Pauta de Julgamentos, Abertos Ao Público, de Processos Administrativos Sancionadores - CVM.

Adiamento da Sessão de Julgamento - PAS CVM nº RJ2015/3387 - Ativos Brasileiros S.A.

No âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2015/3387 - Ativos Brasileiros S.A., reportamo-nos à Pauta de Julgamento publicada no D.O.U. de sexta-feira, 30 de setembro de 2016, Seção 1, páginas 56 e 57, para informar que a Sessão de Julgamento do Processo em tela foi remarcada para o dia 13 de dezembro de 2016, às 15h00min.

Dessa forma:

Onde se lê:

PAS CVM Nº RJ2015/3387 - ATIVOS BRASILEIROS S.A.

Data: 25.10.2016 - terça-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Gustavo Borba

Procuradora: Danielle Oliveira Barbosa

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Objeto do processo: apurar a responsabilidade de Luiz Alberto Bassetto, José Carlos Pereira, Walid Nicolas Assad e Alexandre Souza de Azambuja, na qualidade de membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Ativos Brasileiros S.A., por infração ao art. 21, II, IV e V da Instrução CVM nº 480/09, art. 176 da Lei nº 6.404/76; e artigos 132 e 142, IV, da Lei nº 6.404/76.

Acusados	Advogados
Luiz Alberto Bassetto	Não constituiu advogado
José Carlos Pereira	Não constituiu advogado
Walid Nicolas Assad	Não constituiu advogado
Alexandre Souza de Azambuja	Não constituiu advogado

Leia-se:

PAS CVM Nº RJ2015/3387 - ATIVOS BRASILEIROS S.A.

Data: 13.12.2016 - terça-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Gustavo Borba

Procuradora: Danielle Oliveira Barbosa

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a responsabilidade de Luiz Alberto Bassetto, José Carlos Pereira, Walid Nicolas Assad e Alexandre Souza de Azambuja, na qualidade de membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Ativos Brasileiros S.A., por infração ao art. 21, II, IV e V da Instrução CVM nº 480/09, art. 176 da Lei nº 6.404/76; e artigos 132 e 142, IV, da Lei nº 6.404/76.

Acusados	Advogados
Luiz Alberto Bassetto	Não constituiu advogado
José Carlos Pereira	Não constituiu advogado
Walid Nicolas Assad	Não constituiu advogado
Alexandre Souza de Azambuja	Não constituiu advogado

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 15.291, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que, nesta data, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 591, de 11 de agosto de 2009, e com fundamento no artigo 9º, §1º, incisos III e IV, combinado com os artigos 15° e 16° da Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, e considerando que:

a. restou evidenciada a existência de indícios de que a empresa "FXOpen Markets Limited", por meio da página "http://www.fxopen.com.br" na rede mundial de computadores, efetua a captação irregular de clientes para a realização de operações no denominado mercado Forex (Foreign Exchange);

b. as operações realizadas no mercado Forex envolvem negociações com pares de moedas estrangeiras, revelando a existência de instrumentos financeiros por meio dos quais são transacionadas taxas de câmbio;

c. as características acima referidas amoldam-se à definição de contrato derivativo e, por conseguinte, ao conceito legal de valor mobiliário, conforme disposto no inciso VIII do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; declarou:

I - aos participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral que a empresa "FXOpen Markets Limited" não está autorizada por esta Autarquia a captar clientes residentes no Brasil, por não integrar o sistema de distribuição previsto no art. 15° da Lei nº 6.385, de 1976, e determina à referida empresa a imediata suspensão da veiculação de qualquer oferta pública de oportunidades de investimento no denominado mercado Forex, de forma direta ou indireta, inclusive por meio da página "http://www.fxopen.com.br" ou de qualquer outra forma de conexão à rede mundial de computadores, alertando que a não observância da presente determinação a sujeitará à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação deste Ato Declaratório, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11° da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

II - que este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 19, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e considerando o disposto nos Convênios ICMS 138/06, de 15 de dezembro de 2006 e 110/07, de 28 de setembro de 2007, respectivamente, divulga que as unidades federadas indicadas na tabela a seguir adotarão, a partir de 16 de outubro de 2016, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos nos convênios supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC (R$/ litro)	GAP (R$/ litro)	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/ kg)	GLP (R$/ kg)	QAV (R$/ litro)	AEHC (R$/ litro)	GNV (R$/ m³)	GNI (R$/ m³)	ÓLEO COMBUSTÍVEL (R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	4,0976	4,0976	3,6488	3,5618	4,5307	4,5307	-	3,3382	-	-	-	-
*AL	3,7940	3,7940	3,1500	3,0070	-	3,8990	2,3200	3,1970	2,3900	-	-	-
AM	3,8802	3,8802	3,2660	3,1531	-	3,9816	-	3,2570	-	-	-	-
AP	3,6990	3,6990	4,0420	3,6000	5,1277	5,1277	-	3,7200	-	-	-	-
BA	3,8000	3,9400	3,3600	3,1600	3,8500	4,3900	-	3,2010	2,4400	-	-	-
CE	3,8300	3,8300	3,1700	3,1300	3,9880	3,9880	-	3,1500	-	-	-	-
*DF	3,5540	4,9030	3,2810	3,1140	4,6708	4,6708	-	2,9430	3,2900	-	-	-
ES	3,6367	3,6367	2,9911	2,9911	3,8587	3,8587	2,3997	3,0798	2,0622	-	-	-
*GO	3,7958	5,1308	3,1860	3,0034	4,2692	4,2692	-	2,7035	-	-	-	-
MA	3,6140	3,7745	3,1880	3,0860	-	4,1815	-	3,3630	-	-	-	-
MG	3,9058	4,9519	3,1765	3,0712	2,8485	2,8485	4,1900	3,0618	-	-	-	-
MS	3,5533	4,8708	3,3886	3,2072	4,8233	4,8233	2,2026	2,6975	2,3605	-	-	-
*MT	3,8369	4,8792	3,5006	3,3281	5,8254	5,8254	2,5005	2,5866	2,5281	2,1300	-	-
PA	3,9720	3,9720	3,3450	3,2740	-	3,8915	-	3,5610	-	-	-	-
PB	3,8378	5,8050	3,1613	3,0477	-	3,5714	1,8742	3,1770	2,5460	-	0,8928	0,8928
PE	3,7710	3,7710	3,0430	3,0170	3,5123	3,5123	-	2,9710	-	-	-	-
PI	3,6818	3,6818	3,3014	3,1897	4,1851	4,1851	2,4910	3,0376	-	-	-	-
*PR	3,6600	4,7800	2,9800	2,8700	4,4000	4,4000	-	2,6300	-	-	-	-
*RJ	3,9130	4,2262	3,2550	3,0800	-	4,2326	1,5960	3,0960	2,1050	-	-	-
RN	3,8290	5,5700	3,2900	3,1010	4,3384	4,3384	-	3,2630	2,5400	-	1,6900	1,6900
RO	3,8650	3,8650	3,3970	3,2990	-	4,5046	-	3,4610	-	-	2,9656	-
RR	3,9300	3,9500	3,3500	3,2600	4,5800	5,1000	7,3950	3,6900	-	-	-	-
RS	3,8599	5,0000	3,1171	2,9504	4,1917	4,3357	-	3,2914	2,6563	-	-	-
SC	3,5500	4,6400	3,0500	2,9500	4,0300	4,0300	-	2,9800	2,1400	-	-	-
SE	3,5591	3,9293	3,1582	2,9874	4,3470	4,3470	2,4076	3,1075	2,3350	-	-	-
*SP	3,4630	3,4630	3,0630	2,8980	4,0808	4,2360	-	2,3880	-	-	-	-
TO	3,9150	5,5000	3,0600	2,9600	5,0400	5,0400	3,7300	3,0700	-	-	-	-

* PMPF alterados pelo presente ATO COTEPE.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/MVA Nº 21, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, torna público que o Estado de São Paulo, a partir de 16 de outubro de 2016, adotará as margens de valor agregado, a seguir indicadas nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do Ato COTEPE/ICMS 42/13, de 20 de setembro de 2013.

TABELA I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
						Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	75,39%	133,85%	75,39%	133,85%	17,06%	25,87%	33,02%	21,94%	10,48%	34,73%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TABELA II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Comum Automotiva		Gasolina Premium Automotiva		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais
*SP	75,39%	133,85%	75,39%	133,85%	32,51%	50,57%	33,84%	52,09%	200,76%	241,77%	83,93%	109,01%	-	-	-	-

UF	Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado				
	Internas	Interes-taduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais			
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%	
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%	21,48%	30,62%	38,04%	26,54%	

TABELA III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS

UF	Gasolina Comum Automotiva		Gasolina Premium Automotiva		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais
*SP	75,39%	133,85%	75,39%	133,85%	32,51%	50,57%	33,84%	52,09%	200,76%	241,77%	83,93%	109,01%	40,76%	87,69%	17,06%	21,94%

TABELA IV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,48%	145,97%	84,48%	145,97%	18,73%	44,80%

TABELA V - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEL

UF	Gasolina Automotiva Co-mum		Gasolina Automotiva Pre-mium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,48%	145,97%	84,48%	145,97%	35,79%	54,30%	37,00%	55,69%	200,76%	241,77%	83,93%	109,01%	-	-

TABELA VI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,02%	188,03%	116,02%	188,03%	19,11%	45,25%

TABELA VII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEL

UF	Gasolina Automotiva Co-mum		Gasolina Automotiva Pre-mium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,02%	188,03%	116,02%	188,03%	50,55%	71,07%	51,15%	71,76%	249,91%	241,77%	100,52%	127,87%	-	-

TABELA VIII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	129,99%	206,65%	129,99%	206,65%	24,26%	51,54%

TABELA IX - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEL

UF	Gasolina Automotiva Co-mum		Gasolina Automotiva Pre-mium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	129,99%	206,65%	129,99%	206,65%	54,80%	75,90%	55,20%	76,36%	249,91%	241,77%	100,52%	127,87%	-	-

TABELA X - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Comum Automotiva		Gasolina Premium Automotiva		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais
*SP	84,48%	145,97%	84,48%	145,97%	35,79%	54,30%	37,00%	55,69%	200,76%	241,77%	83,93%	109,01%	47,69%	96,92%	17,06%	21,94%

TABELA XI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Comum Automotiva		Gasolina Premium Automotiva		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais
*SP	116,02%	188,03%	116,02%	188,03%	50,55%	71,07%	51,15%	71,76%	249,91%	241,77%	100,52%	127,87%	47,97%	97,29%	17,06%	21,94%

TABELA XII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Comum Automotiva		Gasolina Premium Automotiva		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais
*SP	129,99%	206,65%	129,99%	206,65%	54,80%	75,90%	55,20%	76,36%	249,91%	241,77%	100,52%	127,87%	55,25%	107,00%	17,06%	21,94%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA XIII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS

	Álcool hidratado			
UF	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	17,06%	-	33,02%	-

TABELA XIV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES OU IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

*MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera o Ato Declaratório Executivo Coana nº 19, de 24 de dezembro de 2008, que dispõe sobre os pedidos de retificação de declaração de importação nos casos em que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 45 e 46 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, declara:

Art. 1º A ementa e o inciso II do art. 1º do Ato Declaratório Executivo Coana nº 19, de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre os pedidos de retificação em lote de declaração de importação." (NR)

"Art. 1º .....

.....

II - em quantidades iguais ou superiores a cinquenta declarações, quando protocolados por importadores certificados como Operador Econômico Autorizado (OEA), na modalidade OEA Conformidade, nível 1 ou 2, ou na modalidade OEA Pleno.

....." (NR)

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre a não obrigatoriedade de utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO da atribuição que lhe confere o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento industrial envasador de bebidas, abaixo relacionado, a partir de 6 de outubro de 2016, desobrigado da utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008.

Nome Empresarial	CNPJ	Cidade	UF
Companhia de Bebidas Brasil Kirin	02.864.417/0001-28	Cachoeiras de Macacu	RJ

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento industrial envasador de bebidas, abaixo identificado, obrigado à utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) a partir de 6 de outubro de 2016.

Nome Empresarial	CNPJ	Cidade	UF
Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda.	24.627.201/0001-81	Cachoeiras de Macacu	RJ

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 662, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre a subdelegação de competências do Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Receita Federal do Brasil aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil para prática de atos relativos a remoção e vacância, nos casos em que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL no uso das atribuições que lhe confere o art. 186 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e das competências delegadas pelo art. 7º da Portaria RFB nº 268 de 06 de março de 2012, com as alterações promovidas pela Portaria RFB nº 1.473, de 29 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 6º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil para, no âmbito de suas respectivas circunscrições, observada a legislação pertinente, praticar os seguintes atos:

I - remoção a pedido, dos servidores integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), de que tratam os incisos I a V, VII, VIII, XI e XII do art. 3º e os incisos I e II do art. 4º da Portaria RFB nº 3.300, de 29 de agosto de 2011;

II - remoção de ofício e a pedido, dos servidores integrantes da Carreira do Seguro Social, do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz), do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e do Plano de Classificação de Cargos (PCC); e

III - vacância decorrente dos casos a que se referem os incisos I, VII e IX do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Não estão abrangidas pela subdelegação prevista no caput as remoções previstas no inciso VII do art. 3º e no parágrafo 10 da Portaria nº 3.300, de 2011, quando esta envolver unidade de origem de outra região fiscal.

§ 2º Caberá à Cogep disciplinar sobre os procedimentos relativos à operacionalização da subdelegação de competência prevista nesta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Cogep nº 148 de 16 de março de 2012, publicada no DOU de 19 de março de 2012.

ANTONIO MÁRCIO DE OLIVEIRA AGUIAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 494, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721461/2016-91 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Ford, modelo Explorer Base 3.4L, ano 2012, cor branca, chassi 1FMHK8B83CGA10396, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 12/1259897-2, de 10/07/2012, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial, CNPJ 03.641.550/0001-88.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

PORTARIA Nº 219, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA-GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 303 e 314, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, resolve:

Art. 1º - APROVAR o Termo de Cooperação Técnica, de 18 de agosto de 2016, que entre si celebram a União Federal, por meio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO, e o Centro Educacional Alves Faria (Faculdade Alves Faria), para prestação de assistência técnica ao Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da Faculdade Alves Faria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 18 de agosto de 2016, data na qual ocorreu a assinatura do referido Termo de Cooperação Técnica.

SIMONE GUIMARÃES DE LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016101000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Declara INAPTA a inscrição nº 22.931.471/0001-56, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa denominada OYAMOTA DO BRASIL.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 302, inciso III, e 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, com as alterações promovidas pela Portaria MF 512, de 02 de outubro de 2013, publicado no DOU de 04/10/2013, e com fundamento nos artigos 40, inciso I, e 41, §2º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 30/05/2016, considerando ainda o apurado no dossiê nº 10010.028334/0916-15, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição nº 22.931.471/0001-56, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do contribuinte OYAMOTA DO BRASIL.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela empresa supracitada, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU) deste Ato Declaratório Executivo.Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARMANDO FARHAT

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Declara nula inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 302-IX e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF de nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e com base no que consta do Dossiê nº 10010.011936/0616-45, resolve:

Art. 1º Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de JOSÉ DAMIÃO TEIXEIRA, CPF nº 015.527.904-10, com efeito retroativo a partir de 13/07/2006, por falsidade ideológica constatada pela Justiça Eleitoral.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUMERCINDO PEREIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Declara nula inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 302-IX e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF de nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e com base no que consta do Dossiê nº 10010.011888/0616-95, resolve:

Art. 1º Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de IZAÍAS JOSÉ DA SILVA, CPF nº 098.770.434-67, com efeito retroativo a partir de 03/12/2008, por falsidade ideológica constatada pela Justiça Eleitoral.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUMERCINDO PEREIRA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a nulidade de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 238 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n. 95, de 30 de abril de 2007, publicado no DOU de 02 de maio de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 35 da IN RFB n. 1634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Declarar NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Microempresa Individual abaixo identificada, com base no inciso II, art. 35, da IN 1634/2016, pelos motivos expostos no processo administrativo mencionado:

INTERESSADO	CNPJ	PROCESSO
ADEMILTON COSTA MARQUES 03171978431	15.546.152/0001-61	10410.724767/2014-63

Efeitos a partir da publicação.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

Cancela certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX e XII do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, alterada pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no DOU de 04 de outubro de 2013, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, publicada no DOU de 03 de outubro de 2014, declara:

Art. 1º Cancelada a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros expedida em favor de JOSE SANCHES, CEI 51.200.05073/67 , sob o nº 002302016 - 88888073, desde a sua emissão em 05/09/2016, em razão de emissão indevida, conforme demonstrado no dossiê digital 10010.008778/0916-34.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO LUIZ ALVES

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos VI e VII da Portaria DRF/SJR nº 68, de 03/12/2013, publicada no DOU de 05/12/2013, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 20.478.401/0001-69, pertencente a ELIANE FERNANDES 98890883987, por ter sido constatado VICIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 360/2016 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 10850.723357/2016-88.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (21/06/2014).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos VI e VII da Portaria DRF/SJR nº 68, de 03/12/2013, publicada no DOU de 05/12/2013, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 20.518.147/0001-85, pertencente a MARIA AUTA DE SOUZA 96310430459, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 363/2016 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 13409.720232/2016-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (28/06/2014).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, ABAIXO IDENTIFICADO, EM EXERCÍCIO NA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, no uso das atribuições delegadas pela Portaria DRF/CVL nº 33 de 07 de julho de 2016 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 76.091.677/0001-44, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Cascavel - PR, no endereço: Rua Rio Grande do Sul, 1289, Centro, Cep 85.801-901, Cascavel - PR.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CLAIR MARCOS LARSEN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

PORTARIA Nº 65, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, da pessoa jurídica RESSOLEX ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA - ME, CNPJ: 80.218.498/0001-00 , com efeitos a partir de 01/11/2016, conforme respectivo processo administrativo de número 10940.721.188/2016-32.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO LUIS HORN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Processo
Amanda Perez Marta	039.776.350-69	11050.721606/2016-89
Ana Lúcia dos Santos Carvalho Damascena	924.179.650-20	11050.721497/2016-08
Ana Luíza Duarte de Souza Soares	015.247.790-08	11050.721589/2016-80
Bernardo da Silva Menezes	026.538.170-39	11050.721605/2016-34
Cláudio Luis Silva dos Santos	413.518.780-34	11050.721696/2016-16
Danúbia Ribeiro Soares Negreira	696.513.700-25	11050.721537/2016-11
Henry Fabras de Sá	029.486.310-92	11050.721597/2016-26

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

PAULO FRANCISCO MIRANDA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa:

NOME	CPF	PROCESSO
Luiz Fabiano Nogueira Soares	900.187.700-10	11050.721729/2016-10

2. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, da seguinte pessoa:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.02.497	Luiz Fabiano Nogueira Soares	900.187.700-10

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

PAULO FRANCISCO MIRANDA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Atualiza relação dos produtos constantes do Registro Especial - Bebidas Alcoólicas nº 10107/0014.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial - Bebidas Alcoólicas, sob o nº 10107/0014, na atividade de engarrafador, o estabelecimento de CNPJ nº 89.719.173/0001-78 da empresa H WEBER CIA LTDA, situada na localidade de Picada 48 Alta, no município de Ivoti - RS.

Art. 2º O estabelecimento supra identificado está autorizado a engarrafar os produtos discriminados a seguir:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECEPIENTE
Aguardente	48 Alta	600 e 900 ml
Aguardente Composta (7 sabores diferentes)	48 Alta	900 ml
Aguardente Composta	Da Chica	500 ml
Aguardente Composta	Weber Haus	50 ml (7 sabores diferentes) 500 ml (8 sabores diferentes)
Batidas (4 sabores diferentes)	Lundu	700 e 750 ml
Bebidas Alcoólicas Mistas (12 sabores diferentes)	Da Chica	50 e 500 ml
Bebidas Alcoólicas Mistas (9 sabores diferentes)	Lundu	700 e 750 ml
Bebidas Alcoólicas Mistas (7 sabores diferentes)	Weber Haus	500 ml
Cachaça	Da Chica	500 ml
Cachaça	Lundu	1000 ml
Cachaça	Lundu Gold	1000 ml
Cachaça	Alambiques Gaúchos Prata	700 ml
Cachaça Branca	Bhar Moema	700 ml
Cachaça Envelhecida	Bhar Moema	700 ml
Cachaça Envelhecida	Da Chica	500 ml
Cachaça Envelhecida	Fogo de Chão	1000 ml
Cachaça Envelhecida	São Miguel	700 ml
Cachaça Envelhecida	Weber Haus	700 ml
Cachaça Prata	Fogo de Chão	1000 ml
Cachaça Prata	Weber Haus	50, 160, 670, 700 e 1000 ml
Cachaça Prata Orgânica	Weber Haus	700, 750 e 1000 ml
Cachaça Premium	Weber Haus	50, 160, 670 e 700 ml
Cachaça Premium	Alambiques Gaúchos	700 ml
Cachaça Extra Premium	Da Chica	500, 700 e 750 ml
Cachaça Extra Premium	Weber Haus	160 e 700 ml
Cachaça Extra Premium - 6 anos	Weber Haus Lote 48	700 e 750 ml
Cachaça Extra Premium - 12 anos	Weber Haus Lote 48	700 e 750 ml
Cachaça Premium Orgânica	Weber Haus	700 e 750 ml
Caipirinha	Lundu	200, 700 e 750 ml
Coquetel Fermentado de Maçã e Suco (4 sabores diferentes)	49 Pipas	900 ml
Licor	Weber Haus	375 ml (10 sabores diferentes) 50 e 160 ml (2 sabores diferentes) 500 ml (5 sabores diferentes)
Licor (2 sabores diferentes)	Scutellata	375 ml
Licor com Amburana	Weber Haus	500 ml
Cachaça Envelhecida em Barris de Amburana	Weber Haus	50, 670 e 750 ml
Cachaça Extra Premium	Fogo de Chão	700 e 750 ml
Cachaça Envelhecida	Rota Romântica	160 e 670 ml
Cachaça Envelhecida	Weber Haus Sassafrás	670 ml
Cachaça	Brazilian Passion	750 ml
Cachaça	Velho Pescador Prata	750 ml
Cachaça Envelhecida	Velho Pescador	750 ml
Cachaça Extra Premium	Velho Pescador	700 ml
Cachaça Envelhecida	Santa Marta	670 ml
Cachaça Premium Black	Weber Haus	750 ml
Cachaça	Santa Marta Prata	670 ml
Cachaça Premium	30 Luas	500 ml
Cachaça	Mais Amor	1000 ml
Cachaça Premium	Playboy	700 e 750 ml
Cachaça	Playboy	700 e 750 ml
Cachaça	Yaguara Orgânica	200, 700, 750 e 1000 ml
Cachaça	Yaguara	200, 700, 750 e 1000 ml
Cachaça Envelhecida	Yaguara	700 e 750 ml
Cachaça Prata	Da Chica	1000 ml
Cachaça Prata	Latina	1000 ml
Cachaça	Lundu Gold Orgânica	700 e 750 ml
Cachaça	Lundu Orgânica	700 e 750 ml

Art. 3º O presente registro poderá ser cancelado a qualquer tempo em caso de desatendimento ou inobservância, pelo estabelecimento, dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/NHO Nº 27, de 19 de agosto de 2016.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRCIO NESTOR DE LIMA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JAGUARÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Inscreve no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a pessoa que especifica.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JAGUARÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010 e tendo em vista o disposto no artigo 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, publicada no DOU de 8 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1° Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

Nº DO PROCESSO	NOME	CPF	Nº DO REGISTRO
11042.720.221/2016-01	Marcio Rodrigues Nascente	005.819.390-18	005.819.390-18

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBER FERNANDES BARBOSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Justiça e Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 896, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Homologa o resultado final do "Prêmio Antonieta de Barros - Jovens Comunicadores Negros e Negras".

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no subitem 10.7.2 do Edital Concurso nº 01/2016 - "Prêmio Antonieta de Barros - Jovens Comunicadores Negros e Negras", resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Edital Concurso nº 01/2016 - "Prêmio Antonieta de Barros - Jovens Comunicadores Negros e Negras", conforme relação constante no Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DE MORAES

ANEXO I

Ordem de Classificação	Nome da Ação de Comunicação	Proponente	Município	Unidade da Federação	Nota
1	Arte TV - Rádio TV Web Comunicação Livre	Mario Renato Lima Marques	Porto Alegre	RS	81
2	Pretxs - uma Reflexão sobre o não lugar do jovem negro LGBTT na cidade de São Paulo	Janaína Viegas Siqueira	São Paulo	SP	80
3	Cine Pivete	Thassio Vinicius Oliveira Ramos	Ilhéus	BA	80
4	Biblioteca Escolar : O negro em destaque	Helena Vitória Nascimento dos Santos	Salvador	BA	78
5	Inforádio A voz da Terra - Comunicultura do Mar	Mirele Freitas da Silva	Vera Cruz	BA	78
6	Blog Cultural: Aventuras na Amazônia	Queiteane Cintia Martins Rodrigues	Vilhena	RO	78
7	Ouriçado Produções - Vídeos de humor e peças teatrais	Shirlei Santos de Jesus silva	Salvador	BA	75
8	Escritoras Mulheres da Bahia - Escritoras Negras	Calila das Mercês Oliveira	Conceição do Jacuipe	BA	75
9	Ah, branco! Da um tempo!	Lorena Monique	Brasília	DF	72
10	Agência de notícias da Vaéria	Fabiana Braz Morón	Salvador	BA	71
11	Comunica - Ação pelo Quilombo Suaçuí	Isac dos Santos Lopes	Coluna	MG	71
12	Empoderamento das pretas: Construção e resgate da identidade afro-brasileira para jovens mulheres e crianças.	Paula Karine de Assis Ferreira	Uberaba	MG	71
13	Palavra Negra	Daiana Santos Rocha	Vila Velha	ES	70
14	Canal Negra	Simone Ferreira Nascimento	São Paulo	SP	70
15	Paleta de Cores	Diego Paulino	São Paulo	SP	68
16	Desabafo Social	Monique Evelle Nascimento Costa	Salvador	BA	67
17	Dona Filmes	Alice da Silva Cruz	Recanto das Emas	DF	67
18	Documentário " O corpo é meu"	Luciana Oliveira Vieira	Nossa Senhora do Socorro	SE	67
19	Imagens...Palavras e Movimento!	Carla Silva de Santana	Caravelas	BA	67
20	Documentário - A memória viva da Saramambaia	Lúcio Vinícius Oliveira Lima	Salvador	BA	66
21	Adeola Princesas e Guerreiras	Denise de Oliveira Teófilo	Sorocaba	SP	65
22	Revista digital Afro em foco	Érica Nayara Paulino Melo	Samambaia	DF	65
23	Vídeo Black Mix	Karina Chagas Vieira	Taguatinga	DF	65
24	Jornal a Merdra!	Ricardo Henrique Gonzaga Raulino	Fortaleza	CE	65
25	Sexta-Feira Preta	Ramonna Soares Pessoa	João Pessoa	PB	64
26	La Frida - Empoderamento feminino na mobilidade poética	Lívia Moreira Soares de Souza	Salvador	BA	64
27	Coletivo Nós, Mulheres da periferia	Semayat Silva e Oliveira	São Paulo	SP	64
28	KMT - Terra dos Pretos	Tiago Cagnotto Ferreia	Itapevi	SP	64
29	Graciosa Quilombola Graciosa: construindo o empoderamento no contexto da rede social.	Danila Guimarães dos Santos	Taperoá	BA	63
30	Programa Fortaleceu (Web Série)	Samuel da Silva Lima	Rio de Janeiro	RJ	63
31	O Dia que Passei a Amar Beyoncé	Yan Allen Silva Santos	Salvador	BA	63
32	África Aparece: Linguagem, Ensino Debates sobre a Cultura Afro-Brasileira	Denizá Barbosa Rodrigeus	Recife	PE	63
33	Nufac News	Adriano Pereira de Castro Pacheco	Campo Grande	MS	63
34	Comunica Oju Oya	Wesley Máximo da Silva	Recife	PE	63
35	(Des)construção social do corpo negro: juventudes negras estigmatizadas è mira da violência policial legitimada	Ana Clara Gomes Costa	Aparecida de Goiânia	GO	62
36	Papo DePretas	Gabriela de Oliveira Ferreira	Niterói	RJ	62
37	Afro Educom	Cristina Cordeiro	Curitiba	PR	62
38	Muro Pequeno	Murilo Silva de Araujo	Rio de Janeiro	RJ	62
39	Kilomgagem Midias, formação e mapeamento do genocídio da juventude negra	Bruno Santos Oliveira	Campinas	SP	62
40	Ewé: O conto das folhas sagradas	Thais Cristine Prado Martins	São Paulo	SP	61
41	Sentido na pele: Um estudo dos afro-brasileiros para a superação do preconceito racial na escola	Mikaela dos Santos Cardoso	Iracema	CE	61
42	O livro e o axé, o erê com Ganga Zumba: representações afro-brasileiras na produção didática voltada à Lei 10639/2003 e a apropriação dos professores de SP e do RS	Fernanda de Araújo Patrocínio	Mogi das Cruzes	SP	61
43	Projeto Rap Brasilidade	Marjan Sodré da Fonseca Rosa	Rio de Janeiro	RJ	61
44	Desenvolvimento do Jovem Negro	Lucas Bernardo Furtado	Rio de Janeiro	RJ	61
45	Negros: Suas cores, formas e histórias.	Redaviqui Davilli de Maria	Biguaçu	SC	61
46	Nem tenta argumentar	Moara Correa Saboia	Contagem	MG	60
47	Site TNM: Todos Negros no Mundo	André Jesus da Silva	São Paulo	SP	60
48	Negra sou: Série de perfis sobrea a ascensão da melher negra no mercado de trabalho.	Jaqueline Ferreira Fraga	Recife	PE	60
49	Oficina de Jongo	Taissol Roberta da Silva	Embu das Artes	SP	60
50	Anastácias Contemporâneas	Jéssica Cerqueira dos Santos	São Paulo	SP	60
51	Documentário "Tô na Beca"'	Milena Santana dos Santos	Salvador	BA	60
52	Negro na Mídia no Meu Porto Seguro	Lucas Nicácio do Nascimento	Porto Seguro	BA	59
53	Tinha que ser preto	João Gomes de Oliveira Neto	Taguatinga	DF	59
54	CulinAFRO	Debora Silva do Nascimento Lima	Macaé	RJ	54
55	Sementes que germinam: a auto representação da Mulher Negra na luta contra a discriminação de raça e gênero	Ialodê Charmite Souza Andrade de Silva	Nova Iguaçu	RJ	48
56	Somos todos Humanos: Um novo grito pela Igualdade Racial	Edinéia Gonçalves de Brito	Cavalcante	GO	47

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

57	Negros (In)visíveis	Marcelo Moreira de Jesus	São Paulo	SP	46
58	Teu Cabelo tá Pro Alto	Tayná de Souza Serur Pacheco	Rio de Janeiro	RJ	30
59	Breaking Arte do Movimento	Laerte de Souza Rodrigues	São Bernardo do Campo	SP	29
60	Não estamos bem - A Saúde Mental da pessoa negra	Naira Evine Pereira Soares	Maceió	AL	27
61	Território Negro - Espaço Antonieta de Barros	Branda Inara Bernadino	Joinville	SC	27
62	A cor da igualdade nas ondas do rádio	Levi Silva de Almeida	Maranguape	CE	22
63	Incidência de Bullyng em ambiente escolar - Por uma cultura de paz, num convívio social com dignidade.	Robson Ferreira Fernandes	Palhoça	SC	18
64	FanZine ContraCultura	Ucristefam da Silva Oliveira	Serra	ES	16
65	Perolas Negras	Edinamar Gonçalves de Brito	Goiânia	GO	11
66	Curta-metragem "O Banheiro"	Marcéu Rosário Nogueira	Vila Velha	ES	8
67	Exposição fotográfica africanicidade: Empoderamento da mulher negra.	Uildnei Souza Oliveira	Porto Seguro	BA	4

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 7 de outubro de 2016

Nº 15 - Inquérito Administrativo nº 08700.003132/2014-11. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica "ex officio". Representado: Universal Music Brasil Ltda. Advogados: Leonardo Maniglia Duarte e Rodrigo Alves dos Santos.

Acolho a Nota Técnica nº 41/2016/CGAA2/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento do presente feito pela insubsistência dos indícios de infração à ordem econômica constante dos autos.

Nº 1.216 - Ato de Concentração nº 08700.006516/2016-58. Requerentes: Duran, Inc., Duran Group GmbH, Duran Life Science Holding GmbH, Kimble Chase Life Science and Research Products LLC. Advogados: Barbara Rosenberg, Camilla Paoletti e outros.

Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.222 - Inquérito Administrativo nº 08012.008859/2009-86. Representante: José Antonio Machado Reguffe. Representados: Cascol Combustíveis para Veículos Ltda; Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Automotivos e de Lubrificantes do Distrito Federal - Sindicombustíveis-DF; Petrobrás Distribuidora S/A.; Raízen Combustíveis S/A (sucessora de Shell Brasil Ltda. e Cosan Combustíveis e Lubrificantes S/A); Ipiranga Produtos de Petróleo S/A.; Alesat Combustíveis S/A e as seguintes redes de postos: Autoshopping; Brasal; Gasolline, Igrejinha, Ilson, Iticar; Karserv; Mizuno Kay; Passarela; Serv Car; Arrochela; JB; JPC; Disbrave e Rede Z+Z. Advogados: Marcelo Luiz Ávila de Bessa e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 77/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Nos termos do artigo 13, inciso XI, c/c o art. 84, ambos da Lei 12.529/2011, determino: i) que seja declarado o cumprimento do primeiro período de vigência de 180 (cento e oitenta) dias da Medida Preventiva adotada por meio do Despacho nº 112/2016; ii) que seja prorrogada a vigência da Medida Preventiva, nos mesmos moldes, por mais 180 (cento e oitenta) dias, mantendo-se como Administrador Provisório o atual ocupante do cargo, Wladimir Eustáquio Costa; iii) que a Cascol Combustíveis para Veículos Ltda. e/ou o Administrador Provisório efetuem o protocolo nos autos do instrumento contratual firmado entre eles para o novo período de vigência da Medida Preventiva; iv) que os relatórios gerenciais apresentados pelo Administrador Provisório, bem como outros dados obtidos no mercado sejam encaminhados ao Departamento de Estudos Econômicos do CADE, de modo a avaliar em maior profundidade a situação no mercado de revenda e de distribuição de combustíveis no Distrito Federal.

Nº 1.225 - Processo Administrativo nº 08700.002632/2015-17. Representante: CADE "Ex-officio". Representados: Carlos Edwiges Junqueira Fagundes, Neida Gomes Fagundes, José Magalhães Landin Neto, Ivonete de Oliveira Magalhães, Maitê Dias de Magalhães, Rafael Bernardo Taniguche Andrade Araújo de Magalhães, Vera Lúcia Silva Santos, Marciano de Almeida Filho, Gésika Rodrigues de Almeida, Gabriel Marcos Rodrigues de Almeida, Rosivaldo Pinto Lopes, Ronaldo Faria, Hildete Machado Freitas, Carlos Verre Neto, Marco Antônio Freitas Ribeiro, Larissa de Oliveira Freitas Ribeiro, A. A. A Nortear - o Marco Na Sinalização. Advogados: Maria de Lourdes de Araújo de Almeida; Waligno Silva Perez; João Daniel Jacobina; Danilo Mendes Sady e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 78/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na referida Nota Técnica, (i) pela rejeição das preliminares suscitadas pelos Representados por Hildete Machado Freitas, Carlos Verre Neto, Larissa de Oliveira Freitas Ribeiro, Marco Antônio Freitas Ribeiro, por ausência de fundamento legal; (ii) pela intimação de todos Representados para que apresentem todos os Contratos Sociais de suas empresas e respectivos instrumentos de alteração contratual, tendo por referência os anos de 2003 a 2011, bem como que seja reiterada a apresentação da qualificação completa (contendo nome completo, naturalidade, estado civil, número do CPF, número da CI/RG, filiação e endereço completo) dos responsáveis pela administração das empresas A. A. A Nortear O Marco da Sinalização, Comercial de Placas Fagundes Ltda. - ME, Siplar Serviços de Recuperação e Comércio Ltda., Pituba Sinalização e Serviços Ltda., Comércio de Placas Salvador Ltda., R. Placas, Aky Tudo Comércio e Serviços Ltda.-ME, Replac Inovação Ltda. e MaxPlacas que atuaram nesse interstício; (iii) pela intimação de Rosivaldo Pinto Lopes; Gesika Rodrigues De Almeida; Gabriel Marcos Rodrigues De Almeida; Bartomoleu De Magalhães Angelim; Maitê Dias De Magalhães; Rafael Bernardo Taniguche A. A. De Magalhães; Marciano De Almeida Filho; Vera Lúcia dos Santos; Marco Antônio Freitas Ribeiro; Larissa de Oliveira Freitas Ribeiro; Hildete Machado Freitas; e Carlos Verre Neto para que justifiquem o motivo pelo qual requerem a produção de prova testemunhal, devendo, ainda, qualificar de forma completa cada testemunha, ressaltando-se que a falta de alguma das informações exigidas em Lei, bem como de justificativa para a necessidade de produção de prova testemunhal, resultará no indeferimento da produção desse tipo de prova. Alternativamente, os Representados podem, facultativamente, no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos declarações escritas assinadas pelas pessoas arroladas como testemunhas, contendo as informações fáticas que estas conhecem acerca do mérito do presente Processo Administrativo, com a advertência que a prova passará a ter caráter documental; (iv) pela intimação de Marco Antônio Freitas Ribeiro, Larissa de Oliveira Freitas Ribeiro, Hildete Machado Freitas e Carlos Verre Neto para que apresentem as informações de faturamento de suas empresas, referentes ao ano de 2014; e (v) pela notificação de Vera Lúcia Silva Santos para que apresente o instrumento de procuração de seu Advogado.

Nº 1.227 - Ato de Concentração nº 08700.006551/2016-77. Requerentes: Hidrovias do Brasil S/A e Log-In Logística Intermodal S/A. Advogados: Lauro Celidonio Neto e Gláucia Gomes Menato.

Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.228 - Ato de Concentração nº 08700.006539/2016-62. Requerentes: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S.A. e Vonpar S/A. Advogados: Renê Guilherme da Silva Medrado, Daniel Oliveira Andreoli e outros.

Decido pela aprovação, sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.395, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/61448 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PAMIRO AGRO-INDUSTRIA S/A, CNPJ nº 43.470.384/0001-19 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.517, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67178 - DPF/LGE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FERA FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.844.081/0001-55, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Espoletas calibre 12
1000 (um mil) Estojos calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.525, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/68576 - DPF/UGA/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0061-76, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
30 (trinta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.530, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23522 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO DO AGUAS CLARAS SHOPPING & OFFICE, CNPJ nº 07.961.375/0001-67, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1987/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.565, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67787 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MULTI FORMATO DISTRIBUIDORA SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ nº 10.319.375/0001-72, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
12 (doze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.566, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67792 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COMERCIAL DAHANA LIMITADA, CNPJ nº 00.070.509/0028-20, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.568, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/68621 - DPF/PCA/SP, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHEARER DO BRASIL AGROPECUARIA E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 54.484.407/0001-60 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.569, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/68716 - DPF/UGA/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0071-48, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.582, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/59090 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER JARDINS, CNPJ nº 02.296.771/0001-01 para atuar em Sergipe.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.600, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/62233 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASILI SEGURANCA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 07.249.612/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2112/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.610, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/40300 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEFRA SEGURANÇA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 04.658.002/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2117/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.616, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/61040 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SECURITY- ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 40.928.202/0001-12, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

1272 (uma mil e duzentas e setenta e duas) Munições calibre .380

776 (setecentas e setenta e seis) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

15991 (quinze mil e novecentos e noventa e um) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

1692 (uma mil e seiscentas e noventa e duas) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

1692 (um mil e seiscentos e noventa e dois) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.620, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/66576 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 4484, publicado no D.O.U. de 28/09/2016;

b) CONCEDER autorização à empresa GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.634.013/0001-76, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente RHEMA SEGURANÇA UNIVERSAL LTDA., CNPJ nº 05.913.326/0001-23:

12 (doze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.627, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/45925 - DPF/BRU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MULT SERVICE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 57.273.211/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1902/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.640, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/56296 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MANDACARU VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.591.143/0001-03, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA, CNPJ nº 00.621.158/0001-89:

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

134 (cento e trinta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.646, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/68277 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CFA CONTRUCOES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA, CNPJ nº 83.318.022/0001-21, para atuar no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.647, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/68643 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NORTE FORTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 17.337.530/0001-22, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

17289 (dezessete mil e duzentas e oitenta e nove) Espoletas calibre 38

7000 (sete mil) Gramas de pólvora

14194 (quatorze mil e cento e noventa e quatro) Projéteis calibre 38

4000 (quatro mil) Espoletas calibre .380

4000 (quatro mil) Projéteis calibre .380

2720 (duas mil e setecentas e vinte) Buchas calibre 12

65 (sessenta e cinco) Quilos de chumbo calibre 12

3078 (três mil e setenta e oito) Espoletas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.651, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/54020 - DPF/CAC/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MATEUS SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 10.304.032/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2038/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.656, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/63273 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MJR SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.434.777/0001-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2054/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.666, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/71858 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa JOSÉ MARCOS AMORIM DE CASTRO VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA -ME, CNPJ nº 09.420.322/0001-64, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.669, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/70413 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 37.162.435/0006-57, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3090 (três mil e noventa) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 487, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Regulamenta o pagamento de serviços em atividades e ações educacionais da Escola Nacional de Serviços Penais, no âmbito do Departamento Penitenciário - DEPEN.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no exercício das atribuições delegadas pelo art. 2º, caput, inciso XVIII, da Portaria SE nº 501, de 29 de maio de 2014, resolve:

CONSIDERANDO que o parágrafo 1º do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, impõe a regulamentação dos critérios de concessão e os limites da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, no âmbito do Poder Executivo Federal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, apenas regulamenta os valores máximos para o pagamento da GECC, restando aos órgãos da administração pública federal estabelecer as especificidades de cada ação educacional,

CONSIDERANDO a necessidade de complementar a Portaria nº 77, de 26 de fevereiro de 2016, adequando-a às particularidades das ações educacionais desenvolvidas pela Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao limite máximo de cento e vinte horas de trabalho anuais, para o exercício de atividade de encargo de curso ou concurso, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade executora, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o pagamento dos serviços previstos pelo art. 4º, incisos VI, VII e XVI
alíneas "a", "b" e "c" da Portaria nº 77, de 26 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, serão considerados profissionais em ações educacionais da Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN, os seguintes:

I - responsável logístico, paioleiro e armeiro;

II - responsável técnico;

III - gestor de curso;

IV - coordenador; e

V - supervisor de curso.

Parágrafo único. A descrição dos serviços prestados pelos profissionais de que trata esta Portaria e os limites de atribuição correspondente de Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso - GECC, de que trata o Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, ou remuneração equivalente, encontram-se no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Fica vedada a acumulação de qualquer dos serviços prestados e a remuneração a eles correspondentes, pelos profissionais previstos no caput do art. 2º, com os serviços previstos no art. 4º da Portaria nº 77, de 26 de fevereiro de 2016.

§ 1º Excetua-se da vedação de que trata o caput o acúmulo de serviços prestados por responsável técnico e professor.

§ 2º Poderá ser autorizada a acumulação excepcional de serviços e a remuneração a eles correspondentes, por meio de ato motivado do Diretor da ESPEN.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo gera a impossibilidade de pagamento de remuneração, sem prejuízo de eventual responsabilização civil, administrativa e penal, conforme o caso.

Art. 4º Nas disciplinas que exijam acompanhamento, controle e observação é permitida a presença de dois ou mais professores e monitores, na forma prevista pelo Plano de Ação Educacional correspondente.

Art. 5º Os pagamentos aos supervisores e aos coordenadores vinculam-se à conferência, correção e entrega tempestiva da documentação exigível.

§ 1º O prazo para entrega será de trinta dias, contados da data de término do curso.

§ 2º O prazo previsto para entrega dos documentos será reduzido para quinze dias, quando o curso se encerrar nos meses de novembro e dezembro.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo implicará o não-pagamento pela atividade de supervisão, a designação de outro servidor para conclusão do processo de curso e a adoção das medidas disciplinares pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA

ANEXO

REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM AÇÕES EDUCACIONAIS DA ESPEN

PROFISSIONAIS EDUCACIONAIS		GECC correspondente às ações educacionais da ESPEN ou remuneração equivalente
Nomenclatura	Descrição	
Responsável logístico / Paioleiro / Armeiro	Responsável pelas atividades de guarda, manutenção e disponibilização de equipamentos específicos em ações de desenvolvimento.	3 (três) horas-aula por dia da ação educacional trabalhado.
Responsável Técnico	Responsável pela elaboração e revisão de material didático e de conteúdo de ações de desenvolvimento, em conformidade com as orientações da Coordenação de Educação (CEDUC).	a) 30 (trinta) horas-aula, no caso de curso de formação; ou b) 1/3 (um terço) da quantidade total de horas-aula nas demais ações de desenvolvimento.
Gestor de Curso	Responsável por gerenciar e acompanhar pessoalmente as ações educacionais e as atividades de todos os profissionais envolvidos no curso, dirimindo possíveis questões que se apresentem no cotidiano das atividades letivas.	3,5 (três e meia) horas-aula por dia da ação educacional trabalhado.
Coordenador	Responsável por coordenar as atividades dos demais profissionais para realização do curso, dirimindo dúvidas e corrigindo ações, a fim de garantir os valores organizacionais do DEPEN, em três especialidades: Pedagógico (coordenação de atividades pedagógicas e curriculares), Logístico (coordenação da produção documental e gestão das demandas provisionais e materiais do curso) e Administrativo (articulação entre todos os profissionais do curso e solução de eventuais problemas e correção de eventuais falhas do corpo de profissionais e discentes).	3,5 (três e meia) horas-aula por dia da ação educacional trabalhado.
Supervisor de Curso	Servidor designado como elo entre os participantes das atividades educacionais e a ESPEN, e que executa as atividades administrativas, didáticas e disciplinares das ações de desenvolvimento, além de dar publicidade às orientações da ESPEN, solicitar o apoio logístico para o desenvolvimento da ação educacional, realizar o controle de discentes e docentes e subsidiar o processo da ação educacional com todos os documentos necessários.	a) 3 (três) horas-aula por dia trabalhado nos Cursos de Formação Profissional ou nas ações de desenvolvimento em que houver mais de 20 (vinte) alunos matriculados; ou b) 2 (duas) horas-aula por dia trabalhado, nas demais ações educacionais.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.033819/2016-31 - DANIEL ALEJANDRO GONZALEZ LUQUE, WILLMAR ANDREINA MENDOZA RAMOS

Processo Nº 08000.033732/2016-63 - ROBERT BEDO, DANIELA SIGNORETTI, ELIAS GIOVANNI ATTILA BEDO, SOFIA FRANCESCA MARIA BEDO

Processo Nº 08000.033505/2016-38 - GONZALO PEREZ DE CAVEDA

Processo Nº 08000.024818/2016-03 - CHARLOTTE JULIE ANNE HIPPOLYTE, EMMANUEL CEDRIC GUILLAUME DORNE, ELISE MARIE DORNE, SIMON LOUIS DORNE

Processo Nº 08000.022734/2016-27 - RAFFAELE FIORENTINO

Processo Nº 08000.022360/2016-40 - VICTOR ALEXANDRE DAVID,

Processo Nº 08000.022266/2016-91 - JONATHAN ROBERT SPENGLER

Processo Nº 08000.019566/2016-92 - HERVE FERNAND ALAIN LESEIGNEUR

Processo Nº 08505.044237/2016-07 - SUSUMU MOTOYOSHI, MASAYO MOTOYOSHI

Processo Nº 08458.005261/2013-82 - ANTONIO JACINTO MARTINS TAVARES,

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 01/1997 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08297.300655/2016-84 ARACELIA JOSE PAMPHILE ADRIAN

Defiro os pedidos de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08354.300645/2016-17 - BISHWAS RAJ

Processo Nº 08432.300109/2016-41 - SANDRA LORENA FLOREZ GUZMA

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto, tendo em vista que a estrangeira já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08000.013063/2016-11.

Processo Nº 08000.030887/2016-48 - CANDIDA HELENA LOPES ALVES

Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.

Processo Nº 08000.014723/2014-10 - SEBASTIANO ROSARIO PATTI

Considerando a informação prestada pela Policia Federal de que o estrangeiro se desligou da empresa chamante e que o mesmo não tem interesse em retornar ao Brasil (pag. 307-pdf), DETERMINO o arquivamento do presente processo.

Processo Nº 08089.004996/2014-15 - CARLOS ANDRES CASTILLO CHAVES, EREIKA GIOVANNINI MURILLO.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/04/2016, Seção 1, pág. 42, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.041184/2014-83 - PETER ROENN CHRISTENSEN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a alteração promovida pelo Decreto 8.757, de 10 de maio de 2016, publicado no DOU de 11.05.2016, na redação do art. 64, par. único, do Decreto 86.715/1981, que transfere o início do pedido de prorrogação de estada temporária - item V - para o Ministério do Trabalho, DETERMINO o arquivamento do presente processo, facultando-se à parte interessada a apresentação de novo pedido perante aquele Ministério, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no pedido original.

Processo Nº 08505.044638/2016-59 - SUSAN ALILE ANDERSON

INDEFIRO os pedidos abaixo relacionado, tendo em vista, que os requerentes não preenchem os requisitos previstos no art. 1º, da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08495.300246/2016-41 - NABIL YOUSSEF

Processo Nº 08495.300245/2016-05 - CHOUKRIEH MOUSA

Processo Nº 08495.300274/2016-69 - NABILA YOUSIF

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.780, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS) para o período de 1º de outubro de 2016 a 31 de março de 2017, para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 30 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS) no âmbito do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS/SGEP/MS);

Considerando o Decreto nº 6.552, de 1º de setembro de 2008, que regulamenta a GDASUS; e

Considerando a Portaria nº 465/GM/MS, de 26 de março de 2013, que fixa as regras e os critérios para a avaliação de desempenho individual e institucional para fins de percepção da GDASUS, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS/SGEP/MS) para o período de 1º de outubro de 2016 a 31 de março de 2017, para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS).

Art. 2º As metas de desempenho institucional serão contabilizadas mediante pontuação das atividades de controle interno e cooperação técnica estabelecidas para cada unidade desconcentrada e para a unidade central do DENASUS, no termo do Anexo I, desde que as atividades sejam desenvolvidas dentro dos prazos fixados no art. 6º.

Parágrafo único. A atividade de auditoria terá pontuação correspondente, no mínimo, a 40% (quarenta por cento) da pontuação total da meta de ações de controle interno estabelecida no Anexo.

Art. 3º Para fins de cumprimento das metas de avaliação de desempenho institucional serão consideradas as seguintes atividades:

I - cooperação técnica, priorizando o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e a interação com os Conselhos de Saúde; e

II - atividades de controle interno:

a) auditoria;

b) visita técnica; e

c) verificação do cumprimento do Termo de Ajuste Sanitário (TAS).

Art. 4º Para o cumprimento das metas relacionadas às atividades de controle interno serão consideradas as atividades previstas no Plano Anual de Atividades do DENASUS - PAA, definidas conforme arts. 2º e 5º da Portaria nº 761/GM/MS, de 19 de abril de 2016.

Parágrafo único. Os programas, ações e serviços descritos neste artigo não excluem outros que venham a ser demandados ou planejados pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º As metas de desempenho institucional definidas no Anexo I serão contabilizadas da seguinte forma:

I - cooperação técnica: 1 (um) ponto;

II - auditoria: 1 (um) ponto;

III - visita técnica: 0,25 (vinte e cinco centésimos) pontos; e

IV - verificação do cumprimento do TAS: 0,50 (cinquenta centésimos) pontos.

Art. 6º Para aferição do cumprimento de metas, as atividades definidas no art. 3º deverão ser encerradas nos seguintes prazos, contados a partir da data programada para finalização do relatório preliminar:

I - auditoria: até 60 (sessenta) dias; e

II - cooperação e visita técnica: até 30 (trinta) dias.

§ 1º Havendo concessão de prorrogação de prazo para apresentação de justificativa, renotificação ou nova notificação, os dias prorrogados limitar-se-ão a 30 (trinta) dias para auditoria e 15 (quinze) para as demais atividades, acrescidos ao prazo inicial previsto nos incisos I e II do "caput".

§ 2º O período de permanência da auditoria e das demais atividades no âmbito da unidade central do DENASUS/SGEP/MS, para fins de análise e encerramento, limita-se a 15 (quinze) dias, não sendo computado nos prazos previstos no "caput".

§ 3º A reprogramação da fase de relatório deverá ser utilizada em casos excepcionais, devidamente justificados no SISAUD/SUS.

Art. 7º Caberá ao Diretor do DENASUS/SGEP/MS homologar o resultado da avaliação de desempenho institucional.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas sobre o cumprimento das metas de desempenho institucional serão resolvidos pelo Diretor do DENASUS/SGEP/MS.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Ciclos	2º ciclo - 1º de outubro de 2016 a 31 de março 2017	
UF	Pontos Cooperação Técnica	Pontos atividade de controle
AC	2	5
AL	2	12
AM	2	4
AP	2	5
BA	2	25
CE	2	25
DF	2	5
ES	2	15
GO	2	25
MA	2	25
MG	2	20
MS	2	15
MT	2	10
PA	2	16
PB	2	15
PE	2	10
PI	2	10
PR	2	22
RJ	2	30
RN	2	10
RO	2	5
RR	2	4
RS	2	25
SC	2	25
SE	2	13
SP	2	25
TO	2	5
Total	54	406
Total pontos/ciclo	460	

PORTARIA Nº 1.782, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Desabilita e habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de São Paulo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias n° 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados denominados Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) e suas formas de financiamento;

Considerando o Ofício nº 94/2016/SMS que solicita a transferência de habilitação dos Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) do Município de São Paulo (SP); e

Considerando a alteração promovida pelos gestores Municipais no cadastro dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde, conforme descrito no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde, conforme descrito no Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
SP	355030	SÃO PAULO	HOSPITAL DIA DA REDE HORA CERTA BUTANTA	2027240	Municipal	I
			UBS JOAQUIM ANTONIO EIRADO	2027631		II
			UBS AE CEO NISA DR WALTER ELIAS	2091712		II
			UBS MARIA CECILIA DONNANGELO	2788071		II
			AMA UBS INTEGRADA ANHANGUERA	2788241		II
			AMA UBS INTEGRADA PQ STO ANTONIO	2788454		II
			AMB ESPEC DR MILTON ALDRED	2751909		II
			UBS PQ ARARIBA	2788268		II
			AMB ESPEC V PARANAGUA CEO	2751836		II
			NIR CIDADE TIRADENTES	5468094		II
			AE SAO CARLOS	4050312		II
			AMA UBS INTEGRADA JD SAO FRANCISCO II	2788527		II
			AMB ESPEC JOSE BONIFACIO IV CEO	2751895		I
			HOSPITAL DIA DA REDE HORA CERTA SAO MIGUEL TITO LOPES	2751976		I
			HD DA REDE HORA CERTA IPIRANGA FLAVIO GIANNOTTI CEO II	2751860		II
			UBS V BERTIOGA DOMINGOS DELASCIO CEO TIPO II	2752344		II
			AMA UBS INTEGRADA V CARRAO DR ADHEMAR MONTEIRO PACHECO	2752352		II
			AMA UBS INTEGRADA DR GERALDO DA SILVA FERREIRA CEO II	2042991		II
			AMB ESPEC DR ALEXANDRE K YASBECK CECI CEO TIPO I	2751844		I
			AMBULATORIO ESPECIALIDADES SAPOPEMBA CEO TIPO I	2751968		II

ANEXO II

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
SP	355030	SÃO PAULO	CEO II BUTANTA	9010211	Municipal	I
			CEO SANTANA	7988176		II
			CEO CASA VERDE	9010238		II
			CEO II FREGUESIA DO O BRASILANDIA	9014721		II
			CEO PIRITUBA	7999100		II
			CEO II M BOI MIRIM	9008438		II
			CEO II CAPELA DO SOCORRO	7975465		II

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			CEO II CAMPO LIMPO	7975457		II
			CEO II ERMELINO MATARAZZO	7979363		II
			CEO II CIDADE TIRADENTES	7975430		II
			CEO II GUAIANASES	7975449		II
			CEO II SAO MATEUS	7979355		II
			CEO II ITAQUERA	7975414		I
			CEO II SAO MIGUEL	7975473		I
			CEO II IPIRANGA	7987846		II
			CEO II VILA BERTIOGA	7988141		II
			CEO II VILA CARRAO	9021752		II
			CEO II JABAQUARA	9026517		II
			CEO TIPO I VILA MARIANA	9026525		I
			CEO II VILA PRUDENTE	9021701		II

PORTARIA Nº 1.783, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base de cadastral para o SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira de julho de 2016, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	120038	PLÁCIDO DE CASTRO	0	0	0	1	0	0
AL	270030	ARAPIRACA	1	0	0	1	0	6
AL	270230	CORURIPE	1	0	0	1	0	8
AL	270660	PAULO JACINTO	1	0	0	1	0	9
AM	130353	PRESIDENTE FIGUEIREDO	0	0	0	1	0	0
AM	130420	TEFÉ	0	0	0	0	0	1
AP	160030	MACAPÁ	1	0	0	0	0	5
AP	160060	SANTANA	1	0	0	1	0	5
BA	290040	AGUA FRIA	1	0	0	1	0	8
BA	290270	BARRA	1	0	0	0	0	10
BA	290340	BELMONTE	1	0	0	1	0	2
BA	290570	CAMAÇARI	0	0	0	1	0	0
BA	290650	CANDEIAS	0	0	0	1	0	0
BA	290710	CARINHANHA	1	0	0	1	0	6
BA	290860	CONDE	2	0	0	0	0	15
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2	0	0	2	0	10
BA	291100	FLORESTA AZUL	1	0	0	1	0	7
BA	291700	ITIUBA	1	0	0	0	0	5
BA	291840	JUAZEIRO	0	0	0	2	0	0
BA	291845	JUCURUÇU	0	0	0	1	0	0
BA	291955	LUIS EDUARDO MAGALHÃES	1	0	0	0	0	6
BA	292030	MALHADA DE PEDRAS	1	0	0	1	0	5
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0	0	0	1	0	0
BA	292150	MONTE SANTO	0	0	0	1	0	0
BA	292250	NAZARÉ	1	0	0	0	0	4
BA	292525	PONTO NOVO	0	0	0	1	0	0
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0	0	0	1	0	0
BA	292740	SALVADOR	1	0	0	3	0	7
BA	292910	SÃO FELIPE	0	0	0	0	0	1
BA	293170	TERRA NOVA	0	0	0	1	0	0
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	0	0	1	0	10
CE	230090	APUIARÉS	1	0	0	1	0	5
CE	230190	BARBALHA	1	0	0	1	0	6
CE	230350	CASCAVEL	1	0	0	1	0	7
CE	230370	CAUCAIA	1	0	0	0	0	10
CE	230660	ITATIRA	1	0	0	1	0	5
CE	230710	JARDIM	1	0	0	1	0	8
CE	230840	MISSÃO VELHA	1	0	0	1	0	4
CE	231070	PENTECOSTE	0	0	0	1	0	0
CE	231190	SABOEIRO	1	0	0	0	0	6
CE	231290	SOBRAL	0	0	0	1	0	0
CE	231350	TRAIRI	0	0	0	1	0	0
CE	231380	URUBURETAMA	0	0	0	2	0	0
CE	231390	URUOCA	0	0	0	1	0	0
CE	231395	VARJOTA	0	0	0	1	0	0
ES	320050	APIACÁ	1	0	0	1	0	7
ES	320140	CASTELO	0	0	0	1	0	0
ES	320320	LINHARES	1	0	0	0	0	6
ES	320530	VITÓRIA	1	0	0	0	0	3
GO	520430	CAÇU	1	0	0	1	0	3
GO	520870	GOIÂNIA	0	0	0	0	0	1
GO	521000	INHUMAS	0	0	0	0	0	1
GO	521150	ITUMBIARA	1	0	0	0	1	8
GO	521460	NIQUELÂNDIA	0	0	0	0	1	0
GO	521910	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	1	0	0	0	1	6
GO	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS	1	0	0	0	0	6
MA	210015	AGUA DOCE DO MARANHÃO	0	0	0	0	1	0
MA	210083	APICUM-AÇU	1	0	0	0	0	3
MA	210220	BURITI	1	0	0	0	0	10
MA	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	1	0	0	1	0	10
MA	210530	IMPERATRIZ	1	0	0	1	0	8
MA	210805	PAULINO NEVES	0	0	0	1	0	0
MA	210945	RAPOSA	2	0	0	2	0	12
MA	210980	SANTA HELENA	0	0	0	1	0	0
MA	211060	SÃO BERNARDO	1	0	0	2	0	9
MA	211160	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	1	0	0	0	0	8
MG	310160	ALFENAS	1	0	0	1	0	6
MG	310370	ARAPONGA	1	0	0	1	0	4
MG	310500	BALDIM	1	0	0	0	1	4
MG	310620	BELO HORIZONTE	2	0	0	1	0	8
MG	310630	BELO ORIENTE	1	0	0	0	1	6
MG	310670	BETIM	1	0	0	0	0	6

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	310770	BOM JESUS DO AMPARO	1	0	0	0	0	6
MG	310870	BRÁS PIRES	1	0	0	0	0	3
MG	311300	CARAÍ	1	0	0	1	0	8
MG	311550	CAXAMBU	0	0	0	1	0	0
MG	311860	CONTAGEM	2	0	0	1	0	8
MG	312230	DIVINÓPOLIS	1	0	0	0	0	4
MG	313655	JOSÉ RAYDAN	1	0	0	0	1	7
MG	313750	LAGOA FORMOSA	1	0	0	1	0	5
MG	313810	LASSANCE	0	0	0	0	1	0
MG	314070	MATEUS LEME	1	0	0	0	0	4
MG	314110	MATOZINHOS	1	0	0	0	0	5
MG	314310	MONTE CARMELO	1	0	0	0	0	6
MG	314330	MONTES CLAROS	2	0	0	1	0	11
MG	314460	NEPOMUCENO	1	0	0	1	0	9
MG	314585	ORATÓRIOS	1	0	0	0	1	6
MG	314590	OURO BRANCO	1	0	0	1	0	3
MG	315217	PONTO DOS VOLANTES	1	0	0	0	1	6
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	1	0	0	0	0	7
MG	315560	RIO PARDO DE MINAS	1	0	0	1	0	7
MG	315850	SANTANA DE PIRAPAMA	0	0	0	0	0	1
MG	316270	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0	0	0	1	0	0
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	2	0	0	0	1	8
MG	316410	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	1	0	0	0	1	5
MG	317020	UBERLÂNDIA	1	0	0	1	0	6
MG	317052	URUCUIA	1	0	0	0	0	7
MG	317075	VARJÃO DE MINAS	1	0	0	0	0	6
MS	500440	INOCÊNCIA	0	0	0	1	1	0
MS	500470	IVINHEMA	0	0	0	1	0	0
MT	510340	CUIABÁ	1	0	0	0	0	7
MT	510675	PONTES E LACERDA	1	0	0	1	0	8
MT	510790	SINOP	1	0	0	0	0	5
PA	150080	ANANINDEUA	2	0	0	1	0	8
PA	150140	BELÉM	1	0	0	1	0	7
PA	150178	BREU BRANCO	0	0	0	1	0	0
PA	150230	CAPITÃO POÇO	0	0	0	0	0	30
PA	150295	ELDORADO DOS CARAJÁS	1	0	0	1	0	8
PA	150340	INHANGAPI	0	0	0	1	0	0
PA	150506	NOVO REPARTIMENTO	1	0	0	0	0	4
PA	150810	TUCURUÍ	0	0	0	0	1	0
PA	150815	URUARÁ	0	0	0	1	0	0
PB	250110	AREIA	0	0	0	1	0	0
PB	250320	CABEDELO	1	0	0	1	0	3
PB	250330	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	1	0	0	1	0	5
PB	250370	CAJAZEIRAS	1	0	0	1	0	9
PB	250690	ITABAIANA	1	0	0	1	0	6
PB	250890	MAMANGUAPE	0	0	0	1	0	0
PB	251140	PICUÍ	1	0	0	2	0	6
PB	251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	1	0	0	1	0	4
PB	251335	SANTA INÊS	1	0	0	1	0	4
PB	251370	SANTA RITA	3	0	0	3	0	20
PE	260160	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	0	0	0	0	0	13
PE	260460	CONDADO	1	0	0	1	0	5
PE	260630	GRANITO	0	0	0	1	0	0
PE	260640	GRAVATÁ	0	0	0	0	1	0
PE	260680	IGARASSU	0	0	0	1	0	0
PE	260780	ITAQUITINGA	1	0	0	1	0	7
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	3	0	0	2	0	16
PE	261000	PALMARES	1	0	0	1	0	4
PE	261070	PAULISTA	0	0	0	1	0	0
PE	261110	PETROLINA	1	0	0	0	0	5
PE	261160	RECIFE	1	0	0	0	0	7
PE	261200	SAIRÉ	0	0	0	1	0	0
PE	261410	SERTÂNIA	1	0	0	1	0	9
PE	261420	SIRINHAÉM	0	0	0	1	0	0
PI	220209	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	0	0	0	1	0	0
PI	220325	CURRALINHOS	1	0	0	1	0	6
PI	220540	JOAQUIM PIRES	1	0	0	1	0	4
PI	220600	MARCOS PARENTE	1	0	0	1	0	4
PI	220610	MATIAS OLÍMPIO	1	0	0	1	0	4
PI	220770	PARNAÍBA	1	0	0	1	0	8
PR	410330	BORRAZÓPOLIS	1	0	0	0	0	7
PR	410680	CRUZ MACHADO	1	0	0	0	0	8
PR	410845	FOZ DO JORDÃO	0	0	0	1	0	0
PR	410860	GOIOERÊ	1	0	0	2	0	8
PR	411520	MARINGÁ	1	0	0	1	0	6
PR	411820	PARANAGUÁ	0	0	0	0	0	7
PR	411850	PATO BRANCO	1	0	0	0	0	5
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0	0	0	0	0	12
PR	412150	REBOUÇAS	1	0	0	1	0	10
PR	412350	SANTA HELENA	0	0	0	1	0	0
PR	412480	SÃO JOÃO	0	0	0	1	0	0
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	1	0	0	0	0	5
RJ	330020	ARARUAMA	0	0	0	1	0	0
RJ	330080	CACHOEIRAS DE MACACU	1	0	0	0	0	6
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	1	0	0	1	0	4
RJ	330190	ITABORAÍ	1	0	0	0	0	5
RJ	330240	MACAÉ	1	0	0	0	0	23
RJ	330250	MAGÉ	2	0	0	2	0	14
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	1	0	0	1	0	6
RJ	330380	PARATI	1	0	0	0	0	8
RJ	330430	RIO BONITO	1	0	0	1	0	8
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	1	0	0	0	2	6
RJ	330490	SÃO GONÇALO	1	0	0	1	0	4
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	1	0	0	0	0	11
RJ	330580	TERESÓPOLIS	4	0	0	1	0	23
RN	240230	CARAÚBAS	0	0	0	1	0	0
RN	240360	EXTREMOZ	1	0	0	1	0	4
RN	240750	MAXARANGUAPE	1	0	0	1	0	8
RO	110040	ALTO PARAÍSO	2	0	0	1	0	14
RR	140020	CARACARAÍ	1	0	0	1	0	11
RS	430060	ALVORADA	1	0	0	1	0	5
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	1	0	0	1	0	6
RS	430420	CANDELÁRIA	1	0	0	1	0	5
RS	430460	CANOAS	2	0	0	1	0	11
RS	430535	CHARQUEADAS	1	0	0	0	0	4
RS	430693	ENTRE-IJUÍS	1	0	0	1	0	7
RS	430920	GRAVATAÍ	1	0	0	0	0	3
RS	431770	SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	2	0	0	0	0	12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	1	0	0	1	0	6
SC	420030	AGRONÔMICA	1	0	0	0	0	5
SC	420040	ÁGUA DOCE	0	0	0	0	0	1
SC	420425	COCAL DO SUL	0	0	0	1	0	0
SC	420500	DIONÍSIO CERQUEIRA	2	0	0	3	0	11
SC	420560	GALVÃO	1	0	0	0	0	4
SC	420590	GASPAR	1	0	0	0	0	5
SC	420670	HERVAL D'OESTE	1	0	0	1	0	2
SC	420700	IÇARA	1	0	0	0	0	5
SC	420750	INDAIAL	1	0	0	0	0	4
SC	420930	LAGES	1	0	0	1	0	4
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA	1	0	0	0	0	6
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	0	0	0	0	0	2
SC	421890	URUBICI	0	0	0	1	0	0
SC	421930	VIDEIRA	0	0	0	1	0	0
SE	280330	JAPARATUBA	1	0	0	1	0	8
SE	280550	POÇO VERDE	0	0	0	1	0	0
SP	350190	AMPARO	1	0	0	1	0	4
SP	350360	AREIÓPOLIS	1	0	0	1	0	5
SP	350570	BARUERI	1	0	0	0	1	3
SP	351000	CÂNDIDO MOTA	1	0	0	1	0	4
SP	351130	CEDRAL	1	0	0	0	0	6
SP	351620	FRANCA	1	0	0	0	0	6
SP	351870	GUARUJÁ	2	0	0	2	0	18
SP	351880	GUARULHOS	0	0	0	1	0	0
SP	352170	ITABERÁ	1	0	0	0	0	6
SP	354390	RIO CLARO	1	0	0	1	0	7
SP	354850	SANTOS	1	0	0	0	0	7
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1	0	0	0	0	4
SP	355030	SÃO PAULO	0	0	0	0	1	0
SP	355510	TUPI PAULISTA	1	0	0	1	0	7
TOTAL		211	170	0	0	147	19	1096

PORTARIA Nº 1.785, DE 7 DE SETEMBRO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Camaçari (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu Anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira agosto de 2016, a transferência do incentivo financeiro referente à equipe de Saúde da Família do Município de Camaçari (BA), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Ministério Público Federal, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 12 (doze) equipes de Saúde da Família e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 1.786, DE 7 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o prazo estabelecido na Portaria nº 2.415/GM/MS, de 7 de novembro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 2.415/GM/MS, de 7 de novembro de 2014, que inclui o procedimento Atendimento Multiprofissional para Atenção Integral às Pessoas em situação de Violência Sexual e todos os seus atributos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica alterado até maio de 2017, o prazo estabelecido no art. 2º da Portaria nº 2.415/GM/MS, de 7 de novembro de 2014, para o financiamento pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação dos procedimentos de que trata a referida Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 1.787, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base cadastral para o Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira de junho de 2016, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	120033	MÂNCIO LIMA	1	0	0	1	0	8
AC	120050	SENA MADUREIRA	1	0	0	1	0	3
AL	270230	CORURIPE	1	0	0	1	0	8
AL	270255	ESTRELA DE ALAGOAS	1	0	0	1	0	9
AL	270470	MARECHAL DEODORO	0	0	0	1	0	0
AL	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	1	0	0	1	0	7
AM	130100	CARAUARI	0	0	0	1	0	0
AM	130140	EIRUNEPÉ	0	0	0	1	0	0
AM	130280	MARAÃ	1	0	0	0	0	6
AM	130353	PRESIDENTE FIGUEIREDO	0	0	0	1	0	0
AM	130420	TEFÉ	0	0	0	0	0	1
AP	160030	MACAPÁ	1	0	0	0	0	5
BA	290040	ÁGUA FRIA	1	0	0	1	0	8
BA	290570	CAMAÇARI	1	0	0	2	0	10
BA	290650	CANDEIAS	0	0	0	1	0	0
BA	290840	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1	0	0	1	0	9
BA	290860	CONDE	2	0	0	0	0	15
BA	291005	DIAS D'ÁVILA	1	0	0	0	0	5
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2	0	0	2	0	10
BA	291100	FLORESTA AZUL	1	0	0	1	0	7
BA	291300	IBITIARA	0	0	0	1	0	0
BA	291630	ITAPEBI	0	0	0	1	0	0
BA	291700	ITIÚBA	1	0	0	0	0	3
BA	291840	JUAZEIRO	0	0	0	1	0	0
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	1	0	0	0	0	6
BA	292060	MARAGOGIPE	1	0	0	1	0	13
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0	0	0	1	0	0
BA	292150	MONTE SANTO	0	0	0	1	0	0
BA	292250	NAZARÉ	1	0	0	0	0	4
BA	292260	NILO PEÇANHA	0	0	0	1	0	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	292335	OUROLÂNDIA	0	0	0	1	0	0
BA	292430	PIATÃ	1	0	0	0	0	5
BA	292590	QUIJINGUE	1	0	0	0	0	8
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0	0	0	1	0	0
BA	292700	RIO REAL	1	0	0	1	0	9
BA	292860	SANTO AMARO	0	0	0	1	0	0
BA	292900	SÃO FÉLIX	1	0	0	0	1	9
BA	292960	SAPEAÇU	1	0	0	1	0	7
BA	293070	SIMÕES FILHO	1	0	0	1	0	10
BA	293110	TANQUINHO	1	0	0	0	0	4
BA	293250	UNA	1	0	0	1	0	7
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	0	0	1	0	10
CE	230040	AIUABA	1	0	0	1	0	5
CE	230100	AQUIRAZ	0	0	0	1	0	0
CE	230190	BARBALHA	1	0	0	1	0	6
CE	230280	CANINDÉ	0	0	0	1	0	0
CE	230370	CAUCAIA	1	0	0	0	0	10
CE	230420	CRATO	1	0	0	0	0	4
CE	230430	FARIAS BRITO	1	0	0	1	0	4
CE	230440	FORTALEZA	1	0	0	1	0	6
CE	230470	GRANJA	1	0	0	1	0	9
CE	230640	ITAPIPOCA	1	0	0	0	0	3
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	1	0	0	1	0	8
CE	230740	JUCÁS	1	0	0	1	0	5
CE	230770	MARANGUAPE	0	0	0	1	0	0
CE	230840	MISSÃO VELHA	1	0	0	1	0	4
CE	231070	PENTECOSTE	0	0	0	1	0	0
CE	231160	REDENÇÃO	0	0	0	0	1	0
CE	231350	TRAIRI	1	0	0	1	0	6
CE	231380	URUBURETAMA	0	0	0	1	0	0
CE	231390	URUOCA	0	0	0	1	0	0
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	1	0	0	1	0	8
ES	320070	ATÍLIO VIVACQUA	1	0	0	1	0	7
ES	320400	PANCAS	0	0	0	1	0	0
GO	520170	ARAGARÇAS	1	0	0	1	0	9
GO	520430	CAÇU	1	0	0	1	0	3
GO	520495	CAMPOS VERDES	1	0	0	1	0	9
GO	520993	INACIOLÂNDIA	0	0	0	1	0	0
GO	521000	INHUMAS	0	0	0	0	0	1
GO	521120	ITAPURANGA	1	0	0	1	0	6
GO	521220	JUSSARA	1	0	0	1	0	11
GO	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS	1	0	0	0	0	6
MA	210177	BELA VISTA DO MARANHÃO	1	0	0	1	0	7
MA	210197	BOA VISTA DO GURUPI	1	0	0	1	0	10
MA	210235	BURITIRANA	1	0	0	0	0	7
MA	210300	CAXIAS	1	0	0	1	0	5
MA	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	1	0	0	1	0	10
MA	210330	CODÓ	0	0	0	0	0	1
MA	210480	GRAJAÚ	1	0	0	0	0	6
MA	210860	PINHEIRO	1	0	0	1	0	7
MA	210980	SANTA HELENA	0	0	0	1	0	0
MA	211220	TIMON	1	0	0	1	0	5
MA	211280	VIANA	0	0	0	1	0	0
MG	310160	ALFENAS	1	0	0	1	0	6
MG	310500	BALDIM	1	0	0	0	1	4
MG	310620	BELO HORIZONTE	1	0	0	0	0	5
MG	310670	BETIM	1	0	0	0	0	6
MG	310870	BRÁS PIRES	1	0	0	0	0	3
MG	310860	BRASÍLIA DE MINAS	1	0	0	0	1	6
MG	311130	CAMPO DO MEIO	1	0	0	0	0	5
MG	311330	CARANGOLA	1	0	0	0	0	8
MG	311535	CATAS ALTAS	1	0	0	0	1	5
MG	311550	CAXAMBU	0	0	0	1	0	0
MG	311600	CHALÉ	1	0	0	1	0	6
MG	311860	CONTAGEM	4	0	0	1	0	15
MG	311950	CORONEL MURTA	0	0	0	0	1	0
MG	312080	CRUZÍLIA	0	0	0	1	0	0
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2	0	0	1	0	8
MG	313010	IGARAPÉ	1	0	0	1	0	5
MG	313330	ITAOBIM	1	0	0	1	0	6
MG	313750	LAGOA FORMOSA	1	0	0	0	0	7
MG	314053	MARTINS SOARES	1	0	0	1	0	6
MG	314110	MATOZINHOS	1	0	0	0	0	5
MG	314200	MIRABELA	2	0	0	0	0	10
MG	314330	MONTES CLAROS	1	0	0	0	0	7
MG	314460	NEPOMUCENO	2	0	0	1	0	17
MG	314585	ORATÓRIOS	1	0	0	0	1	6
MG	314675	PALMÓPOLIS	1	0	0	1	0	9
MG	314990	PERDÕES	1	0	0	1	0	6
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	2	0	0	0	0	13
MG	315550	RIO PARANAÍBA	1	0	0	0	1	6
MG	315600	RIO VERMELHO	0	0	0	0	1	0
MG	315780	SANTA LUZIA	1	0	0	0	0	5
MG	315850	SANTANA DE PIRAPAMA	1	0	0	0	0	7
MG	316100	SÃO DOMINGOS DO PRATA	1	0	0	0	0	6
MG	316257	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	0	0	0	1	0	0
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	1	0	0	0	0	4
MG	316410	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	1	0	0	0	1	5
MG	317020	UBERLÂNDIA	1	0	0	1	0	6
MG	317052	URUCUIA	1	0	0	0	0	7
MS	500470	IVINHEMA	0	0	0	1	0	0
MT	510780	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	1	0	0	1	0	10
MT	510790	SINOP	1	0	0	0	0	5
PA	150080	ANANINDEUA	1	0	0	1	0	3
PA	150140	BELÉM	1	0	0	1	0	7
PA	150178	BREU BRANCO	0	0	0	1	0	0
PA	150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1	0	0	0	0	4
PA	150340	INHANGAPI	1	0	0	2	0	5
PA	150360	ITAITUBA	0	0	0	0	1	0
PA	150370	ITUPIRANGA	0	0	0	1	0	0
PA	150442	MARITUBA	1	0	0	0	0	8
PA	150495	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	0	0	0	1	0	0
PA	150506	NOVO REPARTIMENTO	1	0	0	0	0	4
PA	150613	REDENÇÃO	0	0	0	0	1	0

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PA	150655	SANTA LUZIA DO PARÁ	1	0	0	0	0	7
PA	150680	SANTAREM	1	0	0	0	0	8
PA	150810	TUCURUI	0	0	0	0	1	0
PA	150815	URUARA	0	0	0	1	0	0
PB	250110	AREIA	0	0	0	1	0	0
PB	250140	BAIA DA TRAIÇÃO	1	0	0	1	0	6
PB	250180	BAYEUX	0	0	0	1	0	0
PB	250400	CAMPINA GRANDE	1	0	0	1	0	5
PB	250690	ITABAIANA	1	0	0	1	0	6
PB	250750	JOAO PESSOA	2	0	0	1	0	12
PB	250770	JUAZEIRINHO	1	0	0	1	0	7
PB	251080	PATOS	1	0	0	1	0	5
PB	251140	PICUI	1	0	0	1	0	6
PB	251150	PILAR	0	0	0	1	0	0
PB	251274	RIACHÃO	1	0	0	1	0	5
PB	251370	SANTA RITA	4	0	0	4	0	29
PB	251530	SAPÉ	2	0	0	3	0	10
PB	251620	SOUSA	0	0	0	1	0	0
PB	251670	TEIXEIRA	1	0	0	1	0	6
PE	260005	ABREU E LIMA	1	0	0	1	0	6
PE	260360	CAMUTANGA	1	0	0	1	0	6
PE	260610	GLORIA DO GOITÁ	1	0	0	1	0	4
PE	260640	GRAVATÁ	0	0	0	0	1	0
PE	260690	IGUARACI	0	0	0	1	0	0
PE	260780	ITAQUITINGA	1	0	0	1	0	7
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2	0	0	0	0	10
PE	260805	JATOBÁ	1	0	0	1	0	5
PE	260900	MACAPARANA	1	0	0	1	0	3
PE	261070	PAULISTA	1	0	0	1	0	11
PE	261090	PESQUEIRA	1	0	0	1	0	12
PE	261110	PETROLINA	1	0	0	0	0	6
PE	261160	RECIFE	1	0	0	1	0	6
PE	261170	RIACHO DAS ALMAS	1	0	0	1	0	7
PE	261190	RIO FORMOSO	1	0	0	1	0	5
PE	261230	SALOÁ	1	0	0	1	0	6
PE	261245	SANTA CRUZ	1	0	0	1	0	6
PE	261370	SÃO LOURENÇO DA MATA	1	0	0	1	0	5
PE	261410	SERTÂNIA	1	0	0	1	0	9
PE	261485	TAMANDARÉ	0	0	0	1	0	0
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1	0	0	2	0	7
PI	220209	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	0	0	0	1	0	0
PI	220390	FLORIANO	1	0	0	1	0	9
PI	220600	MARCOS PARENTE	1	0	0	1	0	4
PR	410030	AGUDOS DO SUL	2	0	0	0	0	10
PR	410105	ANAHY	0	0	0	0	1	0
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA	1	0	0	0	1	5
PR	410550	CIANORTE	1	0	0	1	0	6
PR	411520	MARINGÁ	1	0	0	1	0	4
PR	411580	MEDIANEIRA	0	0	0	0	0	1
PR	411820	PARANAGUÁ	1	0	0	0	0	7
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0	0	0	0	0	12
PR	412350	SANTA HELENA	0	0	0	1	0	0
PR	412820	UNIÃO DA VITÓRIA	1	0	0	0	0	4
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0	0	0	1	0	0
RJ	330020	ARARUAMA	0	0	0	1	0	0
RJ	330040	BARRA MANSA	1	0	0	0	0	7
RJ	330190	ITABORAÍ	1	0	0	0	0	5
RJ	330240	MACAÉ	0	0	0	0	0	16
RJ	330250	MAGÉ	2	0	0	1	0	12
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	1	0	0	1	0	6
RJ	330380	PARATI	1	0	0	0	0	8
RJ	330430	RIO BONITO	1	0	0	2	0	6
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	1	0	0	0	1	6
RJ	330490	SÃO GONÇALO	1	0	0	1	0	4
RJ	330560	SILVA JARDIM	1	0	0	1	0	8
RJ	330580	TERESÓPOLIS	4	0	0	1	0	23
RJ	330630	VOLTA REDONDA	1	0	0	1	0	4
RN	240200	CAICÓ	1	0	0	1	0	5
RN	240260	CEARÁ-MIRIM	1	0	0	1	0	3
RN	240375	FERNANDO PEDROZA	0	0	0	1	0	0
RN	240500	JAÇANÃ	1	0	0	1	0	8
RN	240800	MOSSORÓ	0	0	0	1	0	0
RN	241140	SANTANA DO MATOS	2	0	0	2	0	9
RO	110040	ALTO PARAÍSO	1	0	0	0	0	8
RR	140020	CARACARAÍ	1	0	0	1	0	6
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	1	0	0	1	0	6
RS	430400	CAMPO NOVO	1	0	0	0	0	6
RS	430535	CHARQUEADAS	1	0	0	0	0	4
RS	430640	DOIS IRMÃOS	1	0	0	0	0	4
RS	431490	PORTO ALEGRE	1	0	0	0	0	4
RS	432240	URUGUAIANA	1	0	0	0	0	11
SC	420040	ÁGUA DOCE	0	0	0	0	0	1
SC	420460	CRICIÚMA	0	0	0	1	0	0
SC	420560	GALVÃO	1	0	0	0	0	4
SC	420590	GASPAR	1	0	0	0	0	5
SC	420700	IÇARA	1	0	0	0	0	5
SC	420750	INDAIAL	1	0	0	0	0	4
SC	420940	LAGUNA	1	0	0	1	0	7
SC	420960	LAURO MULLER	1	0	0	1	0	4
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA	1	0	0	0	0	6
SC	421220	PAPANDUVA	0	0	0	1	0	0
SC	421300	PINHEIRO PRETO	1	0	0	0	0	4
SC	421470	RIO DOS CEDROS	1	0	0	0	0	8
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	0	0	0	0	0	1
SC	421710	SÃO MARTINHO	1	0	0	1	0	9
SC	421890	URUBICI	0	0	0	1	0	0
SE	280030	ARACAJU	0	0	0	0	0	1
SE	280330	JAPARATUBA	1	0	0	1	0	8
SE	280550	POÇO VERDE	0	0	0	1	0	0
SP	350240	ANHUMAS	1	0	0	0	0	5
SP	350360	AREIOPOLIS	1	0	0	1	0	5
SP	350570	BARUERI	1	0	0	0	1	3
SP	351130	CEDRAL	1	0	0	0	0	6
SP	351380	DIADEMA	0	0	0	0	0	1
SP	351740	GUAÍRA	1	0	0	1	0	6
SP	351760	GUAPIARA	1	0	0	1	0	4
SP	351870	GUARUJÁ	1	0	0	1	0	6
SP	351880	GUARULHOS	0	0	0	1	0	0
SP	352170	ITABERÁ	1	0	0	0	0	6
SP	354380	RINÓPOLIS	1	0	0	0	0	7
SP	354850	SANTOS	1	0	0	0	0	8
SP	354940	SÃO JOAQUIM DA BARRA	0	0	0	0	0	1
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1	0	0	0	0	4
SP	355030	SÃO PAULO	2	0	0	0	2	12
SP	355510	TUPI PAULISTA	1	0	0	1	0	12
TOTAL		249	203	0	0	166	20	1287

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.788, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera o art. 3º da Portaria nº 3.258/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 3.258/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 27 de dezembro de 2013, Seção 1, página 245, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Jaú (SP)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 1.810, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Paraná e Município de Londrina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando os Ofícios nº 2.641/2015, de 21 de outubro de 2015, nº 0405/2016, de 12 de maio de 2016, nº 405-a/2016, de 3 de junho de 2016, da Prefeitura do Município de Londrina, e nº 2.035, de 12 de setembro de 2016, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná; e

Considerando a Resolução CIB nº 130, de 12 de setembro de 2016, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná que aprova a recomposição do Limite Financeiro do Município de Londrina, Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado do Paraná e do Município de Londrina no montante anual de R$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no artigo 1º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2016.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 1.811, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Habilita os Municípios de Luziânia (GO) e São Gabriel do Oeste (MS) a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Municipais, após serem atendidas as condições previstas no § 1º e no § 8º do art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Plano Orçamentário - 0004 - Viver Sem Limite.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
GO	LUZIÂNIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZIÂNIA	07556.717000/1160-06	1.999.990,84	10.302.2015.8535.0001	0004
MS	SÃO GABRIEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GABRIEL DO OESTE	13659.627000/1160-02	749.125,00	10.302.2015.8535.0001	0004
TOTAL		02		2.749.115,84		

PORTARIA Nº 1.812, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Define os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde Bucal/Departamento de Atenção Básica, constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços, resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do Anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria nº 283/GM/MS, de 2005, pelos Municípios/Estados pleiteantes, implica, na devolução ao Fundo Nacional de Saúde dos recursos repassados.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos recursos de antecipação dos incentivos financeiros para os Fundos Municipais/Estaduais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objetos desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0000) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada, categoria de Gastos Capital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) IMPLANTAÇÃO
GO	522060	Silvânia	Municipal	II	R$ 75.000,00
PB	250910	Mari	Municipal	I	R$ 60.000,00
PI	220190	Bom Jesus	Estadual	III	R$ 120.000,00
PI	220230	Canto do Buriti	Municipal	I	R$ 60.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PI	220390	Floriano	Estadual	III	R$ 120.000,00
PI	220770	Parnaíba	Estadual	III	R$ 120.000,00
PI	220800	Picos	Estadual	III	R$ 120.000,00
SP	354940	São Joaquim da Barra	Municipal	II	R$ 75.000,00

PORTARIA Nº 1.813, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Habilita Municípios a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Municipais, após serem atendidas as condições previstas no §1º e no §8º do art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Plano Orçamentário - 0004 - Viver Sem Limite.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
MG	TRÊS CORAÇÕES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS CO-RAÇÕES	13759.512000/1160-12	349.700,00	10.302.2015.8535.0001	0004
RJ	MACAÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAÉ	11308.894000/1160-0,	348.940,00	10.302.2015.8535.0001	0004
RO	VILHENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILHENA	21467.008000/1160-02	350.000,00	10.302.2015.8535.0001	0004
TOTAL		03		1.048.640,00		

PORTARIA Nº 1.814, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Homologa a contratualização/recontratualização dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) ao segundo ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando o disposto na Portaria nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável;

Considerando o disposto na Portaria nº 261/GM/MS, de 21 de fevereiro de 2013, que institui, no âmbito da Política Nacional de Saúde Bucal, o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO) e o Incentivo Financeiro (PMAQ-CEO), denominado Componente de Qualidade da Atenção Especializada em Saúde Bucal;

Considerando o disposto na Portaria nº 1.063/GM/MS, de 3 de junho de 2013, que altera as regras de certificação das equipes participantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO);

Considerando o disposto na Portaria nº 1.234/GM/MS, de 20 de junho de 2013, que define o valor mensal integral do incentivo financeiro do PMAQ-CEO, denominado Componente de Qualidade da Atenção Especializada em Saúde Bucal; e

Considerando o disposto na Portaria nº 635/GM/MS, de 17 de abril de 2013, que homologa a adesão dos Municípios ao segundo ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), resolve:

Art. 1º Fica homologada a contratualização e recontratualização dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) ao segundo ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO), na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, o valor mensal do incentivo financeiro do PMAQ-CEO, denominado Componente de Qualidade da Atenção Especializada em Saúde Bucal, dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) participantes do segundo ciclo do Programa.

§ 1º Os valores mensais que se encontram no anexo a esta Portaria poderão sofrer redução caso o(s) Centro(s) de Especialidades Odontológicas (CEO) homologado(s) seja(m) descredenciado(s), altere(m) o tipo ou deixe(m) de atender aos requisitos mínimos previstos nas Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006.

§ 2º Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) que estão identificados como "Contratualização", conforme anexo a esta Portaria, receberão recursos novos, pois os mesmos estão participando pela primeira vez do PMAQ-CEO ou por terem sidos desclassificados do primeiro ciclo uma vez que não atingiram os requisitos mínimos para a permanência no Programa.

§ 3º Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) que estão identificados como "Recontratualização", conforme anexo a esta Portaria, não receberão recursos novos, pois os mesmos participaram do primeiro ciclo do PMAQ-CEO e já recebem recursos do Programa.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - PO - 0000 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2016.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO	TIPO DE HOMOLOGAÇÃO	INCENTIVO PMAQ-CEO
					CEO TIPO		VALOR (R$)
AC	120040	RIO BRANCO	7005105	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
AL	270030	ARAPIRACA	6288197	Municipal	2	Recontratualização	-
AL	270070	BATALHA	5333563	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
AL	270100	BOCA DA MATA	6382576	Municipal	1	Recontratualização	-
AL	270140	CAMPO ALEGRE	7698801	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	4020200	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
AL	270320	IGREJA NOVA	5673984	Municipal	2	Recontratualização	-
AL	270380	JOAQUIM GOMES	3730263	Municipal	2	Recontratualização	-
AL	270410	LAGOA DA CANOA	6455220	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
AL	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	6238114	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
AL	270520	MESSIAS	6033385	Municipal	1	Recontratualização	-
AL	270570	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	5621534	Municipal	1	Recontratualização	-
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	3732126	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AL	270670	PENEDO	2003597	Municipal	2	Recontratualização	-
AL	270760	QUEBRANGULO	2719592	Municipal	1	Recontratualização	-
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	7113773	Municipal	2	Recontratualização	-
AL	270810	SANTANA DO MUNDAÚ	6178200	Municipal	1	Recontratualização	-
AL	270850	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	5342252	Municipal	1	Recontratualização	-
AL	270880	SÃO SEBASTIÃO	3730271	Municipal	2	Recontratualização	-
AL	270915	TEOTÔNIO VILELA	6157483	Municipal	1	Recontratualização	-
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	3961737	Municipal	2	Recontratualização	-
AM	130070	BOCA DO ACRE	6399525	Municipal	2	Recontratualização	-
AM	130185	IRANDUBA	6776612	Municipal	2	Recontratualização	-
AM	130190	ITACOATIARA	5754771	Municipal	2	Recontratualização	-
AM	130240	LÁBREA	5853729	Municipal	1	Recontratualização	-
AM	130260	MANAUS	5405718	Municipal	2	Recontratualização	-
AM	130260	MANAUS	5356989	Municipal	3	Recontratualização	-
AM	130260	MANAUS	5377463	Municipal	3	Recontratualização	-
AM	130290	MAUÉS	3800601	Municipal	1	Recontratualização	-
AM	130340	PARINTINS	3443825	Municipal	2	Recontratualização	-
AM	130380	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	5548543	Municipal	2	Recontratualização	-
AM	130420	TEFÉ	3964671	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
AP	160060	SANTANA	2020947	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	290070	ALAGOINHAS	5646677	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	290070	ALAGOINHAS	6046274	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	290080	ALCOBAÇA	5021952	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	290100	AMARGOSA	5354889	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	290380	BOA VISTA DO TUPIM	5719488	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	5492068	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	290460	BRUMADO	5030536	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	290490	CACHOEIRA	7058381	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	290500	CACULÉ	5584051	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	290610	CANÁPOLIS	5634342	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
BA	290670	CÂNDIDO SALES	5434858	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	290687	CAPIM GROSSO	7175841	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	290750	CATU	3959368	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	290930	CORRENTINA	4024958	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291005	DIAS D'ÁVILA	5080959	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	291072	EUNÁPOLIS	3918777	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	4000137	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291170	GUANAMBI	5437709	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291190	IAÇU	5023114	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	291320	IBOTIRAMA	5313376	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	291340	IGAPORÃ	2413280	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
BA	291390	IPIAÚ	6015794	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291400	IPIRÁ	3947394	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291460	IRECÊ	5305578	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291465	ITABELA	5476380	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	291470	ITABERABA	3858758	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291480	ITABUNA	3289613	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291550	ITAJUÍPE	6015638	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
BA	291560	ITAMARAJU	6521754	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
BA	291600	ITANHÉM	2414031	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	291750	JACOBINA	5297737	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	291760	JAGUAQUARA	3663213	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291840	JUAZEIRO	2770709	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291840	JUAZEIRO	5103800	Municipal	3	Recontratualização	-
BA	291920	LAURO DE FREITAS	5670152	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291950	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	5381495	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	3486575	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	291992	MADRE DE DEUS	5947618	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	5295971	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	292110	MEDEIROS NETO	3782255	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
BA	292270	NOVA CANAÃ	5424925	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
BA	292465	PINTADAS	3985423	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	292520	POJUCA	6577938	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	292530	PORTO SEGURO	6963323	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	292550	PRADO	5060613	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	292720	RUY BARBOSA	5847516	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
BA	292740	SALVADOR	7034075	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	292740	SALVADOR	7660146	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	292740	SALVADOR	5929229	Municipal	3	Recontratualização	-
BA	292740	SALVADOR	5974941	Municipal	3	Recontratualização	-
BA	292740	SALVADOR	7660154	Municipal	3	Recontratualização	-
BA	292740	SALVADOR	7660162	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	5345359	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
BA	292840	SANTA RITA DE CÁSSIA	2514370	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	292870	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	5709644	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	6815618	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	292900	SÃO FÉLIX	3830446	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	292905	SÃO FÉLIX DO CORIBE	3873935	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	5087309	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	5924227	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	293250	UNA	5479487	Municipal	1	Recontratualização	-
BA	293320	VERA CRUZ	6211518	Municipal	2	Recontratualização	-
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	2487780	Municipal	3	Recontratualização	-
BA	293350	WENCESLAU GUIMARÃES	5655056	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230010	ABAIARA	2726319	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	230020	ACARAÚ	6405266	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230030	ACOPIARA	5088593	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	230100	AQUIRAZ	5316316	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230110	ARACATI	3668584	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230170	AURORA	7055412	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	230185	BANABUIÚ	3926540	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230210	BATURITÉ	6405258	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230250	BREJO SANTO	2480662	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	230250	BREJO SANTO	6714277	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230260	CAMOCIM	3748456	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230260	CAMOCIM	6714285	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230280	CANINDÉ	6714145	Estadual	3	Contratualização	R$ 3.850,00
CE	230320	CARIRIAÇU	5591953	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230330	CARIÚS	5859972	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230350	CASCAVEL	6714137	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230360	CATARINA	5437180	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230370	CAUCAIA	5278406	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230370	CAUCAIA	6714293	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230380	CEDRO	3691608	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230400	COREAÚ	5014735	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230410	CRATEÚS	2481022	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230410	CRATEÚS	6714161	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230420	CRATO	6935079	Municipal	2	Recontratualização	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	230420	CRATO	6376878	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230428	EUSÉBIO	3493849	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	230430	FARIAS BRITO	3266885	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230435	FORQUILHA	3691640	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230440	FORTALEZA	7532121	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	230440	FORTALEZA	5963222	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230440	FORTALEZA	2481464	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	230440	FORTALEZA	2651416	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	230440	FORTALEZA	2723174	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	230440	FORTALEZA	5963214	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	230480	GRANJEIRO	5626528	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230495	GUAIÚBA	6313418	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230500	GUARACIABA DO NORTE	5090601	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230523	HORIZONTE	3677052	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230540	ICÓ	5104688	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230540	ICÓ	6714153	Estadual	3	Contratualização	R$ 3.850,00
CE	230550	IGUATU	2675609	Estadual	3	Contratualização	R$ 3.850,00
CE	230625	ITAITINGA	2723662	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230640	ITAPIPOCA	6714250	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230720	JATI	2611171	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	5918774	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	2664658	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	6405223	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE	6714129	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	230765	MARACANAÚ	6052622	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	230765	MARACANAÚ	6714307	Estadual	3	Contratualização	R$ 3.850,00
CE	230770	MARANGUAPE	3292053	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	230800	MASSAPÊ	3694682	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230810	MAURITI	5504139	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230830	MILAGRES	6514413	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230840	MISSÃO VELHA	3975797	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230860	MONSENHOR TABOSA	3739694	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	230920	NOVA OLINDA	7066732	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230930	NOVA RUSSAS	5106621	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	230950	ORÓS	7130201	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	231020	PARACURU	3779777	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231030	PARAMBU	6252168	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
CE	231060	PENAFORTE	3684962	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	231110	PORTEIRAS	5438667	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231130	QUIXADÁ	5861969	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	231135	QUIXELÔ	3253244	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231140	QUIXERAMOBIM	6714102	Estadual	3	Contratualização	R$ 3.850,00
CE	231160	REDENÇÃO	3914127	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231180	RUSSAS	6405231	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	231195	SALITRE	5414741	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ	3208362	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231210	SANTANA DO CARIRI	5414695	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	7124279	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	231270	SENADOR POMPEU	3665135	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231290	SOBRAL	3294870	Municipal	3	Recontratualização	-
CE	231290	SOBRAL	6405207	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	231300	SOLONÓPOLE	5365813	Municipal	2	Recontratualização	-
CE	231330	TAUÁ	5091330	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	231360	UBAJARA	3249050	Estadual	3	Recontratualização	-
CE	231375	UMIRIM	3707172	Municipal	1	Recontratualização	-
CE	231380	URUBURETAMA	6259642	Municipal	1	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	0010480	Distrital	1	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	5717515	Distrital	1	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	0010464	Distrital	2	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	0010499	Distrital	2	Contratualização	R$ 2.200,00
DF	530010	BRASÍLIA	0010502	Distrital	2	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	0010510	Federal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
DF	530010	BRASÍLIA	0010529	Distrital	2	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	0010537	Distrital	2	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	0010588	Distrital	2	Recontratualização	-
DF	530010	BRASÍLIA	0010766	Distrital	2	Recontratualização	-
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2547619	Municipal	1	Recontratualização	-
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3239284	Municipal	2	Recontratualização	-
ES	320140	CASTELO	5285755	Municipal	1	Recontratualização	-
ES	320150	COLATINA	3845419	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
ES	320230	GUAÇUÍ	5503787	Municipal	1	Recontratualização	-
ES	320390	NOVA VENÉCIA	2484935	Municipal	1	Recontratualização	-
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	3878201	Municipal	1	Recontratualização	-
ES	320520	VILA VELHA	6744842	Municipal	1	Recontratualização	-
ES	320530	VITÓRIA	3038467	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	520110	ANÁPOLIS	2371553	Municipal	3	Recontratualização	-
GO	520110	ANÁPOLIS	2571471	Municipal	3	Recontratualização	-
GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	6803806	Municipal	1	Recontratualização	-
GO	520540	CERES	3791556	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	520620	CRISTALINA	2438321	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	520800	FORMOSA	2534967	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	520870	GOIÂNIA	6386342	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
GO	520870	GOIÂNIA	6386377	Municipal	1	Recontratualização	-
GO	520870	GOIÂNIA	6386385	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
GO	520870	GOIÂNIA	6386369	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	520870	GOIÂNIA	2339781	Estadual	3	Recontratualização	-
GO	520910	GOIATUBA	5014670	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	520970	HIDROLÂNDIA	7281757	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
GO	521020	IPORÁ	2382598	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	521150	ITUMBIARA	7012136	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	521190	JATAÍ	2535556	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	521220	JUSSARA	7001207	Municipal	1	Recontratualização	-
GO	521250	LUZIÂNIA	3492222	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	521310	MINEIROS	6155855	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	521460	NIQUELÂNDIA	6012639	Municipal	3	Recontratualização	-
GO	521710	PIRACANJUBA	7236530	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
GO	521740	PIRES DO RIO	7155697	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	521760	PLANALTINA	3834220	Municipal	1	Recontratualização	-
GO	521760	PLANALTINA	2440725	Municipal	3	Recontratualização	-
GO	521800	PORANGATU	2437392	Municipal	1	Recontratualização	-
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	6484743	Municipal	1	Recontratualização	-
GO	521880	RIO VERDE	3865894	Municipal	3	Recontratualização	-
GO	521890	RUBIATABA	7241283	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
GO	521930	SANTA HELENA DE GOIÁS	7190468	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
GO	521975	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	6486908	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
GO	522010	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	3049302	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	522020	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	7035926	Municipal	1	Recontratualização	-
GO	522045	SENADOR CANEDO	5681677	Municipal	2	Recontratualização	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GO	522160	URUAÇU	3447065	Municipal	2	Recontratualização	-
GO	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS	7293267	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210120	BACABAL	3875911	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210140	BALSAS	3698254	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210160	BARRA DO CORDA	3851265	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210300	CAXIAS	3725685	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MA	210330	CODÓ	3563715	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210340	COELHO NETO	5872774	Municipal	1	Recontratualização	-
MA	210350	COLINAS	5212170	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MA	210360	COROATÁ	6287115	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210370	CURURUPU	5679036	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210380	DOM PEDRO	5841305	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MA	210530	IMPERATRIZ	3883469	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210530	IMPERATRIZ	3927385	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210570	LAGO DA PEDRA	6531598	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MA	210750	PAÇO DO LUMIAR	5656435	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MA	210780	PARNARAMA	2454750	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210820	PEDREIRAS	2457660	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MA	210900	PORTO FRANCO	3460843	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA	5449820	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MA	210990	SANTA INÊS	5005388	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	211120	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	3733246	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	211130	SÃO LUÍS	6379575	Municipal	1	Recontratualização	-
MA	211130	SÃO LUÍS	6048544	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	211130	SÃO LUÍS	2308320	Municipal	3	Recontratualização	-
MA	211220	TIMON	3254445	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	211230	TUNTUM	3529150	Municipal	2	Recontratualização	-
MA	211300	VITORINO FREIRE	6058329	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	310090	ÁGUAS FORMOSAS	5451914	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	310150	ALÉM PARAÍBA	2122901	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	310400	ARAXÁ	2202735	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	310620	BELO HORIZONTE	6753108	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	5854903	Municipal	3	Recontratualização	-
MG	310620	BELO HORIZONTE	6753159	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
MG	310670	BETIM	2125919	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	310740	BOM DESPACHO	7267207	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	310860	BRASÍLIA DE MINAS	2113716	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	310900	BRUMADINHO	3866084	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	310940	BURITIZEIRO	5931010	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	311120	CAMPO BELO	3270580	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	311340	CARATINGA	4039734	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	311430	CARMO DO PARANAÍBA	2101327	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	311530	CATAGUASES	3975215	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	311800	CONGONHAS	7079516	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	3149641	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	311860	CONTAGEM	5855055	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS	2182971	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	2199416	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	312410	ESMERALDAS	2117010	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	312610	FORMIGA	2142392	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	312710	FRUTAL	3982297	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2219972	Municipal	3	Recontratualização	-
MG	312780	GRÃO MOGOL	2104881	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	312980	IBIRITÉ	2161273	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	313130	IPATINGA	2193183	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313170	ITABIRA	3654214	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313190	ITABIRITO	3843408	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313210	ITACARAMBI	3906302	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313300	ITAMONTE	3912973	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	313310	ITANHANDU	2794462	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	313380	ITAÚNA	2105578	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313490	JACUTINGA	2212439	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	313580	JEQUITINHONHA	2119870	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313620	JOÃO MONLEVADE	6625347	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153408	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	313670	JUIZ DE FORA	3742008	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	313670	JUIZ DE FORA	3291561	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313670	JUIZ DE FORA	3739767	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313670	JUIZ DE FORA	7099681	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	313720	LAGOA DA PRATA	3460304	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MG	313750	LAGOA FORMOSA	2101114	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	313760	LAGOA SANTA	7285078	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	313820	LAVRAS	6431011	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	313840	LEOPOLDINA	2122413	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	314180	MINAS NOVAS	2178494	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	314290	MONTE AZUL	5879728	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	314330	MONTES CLAROS	2219204	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	314390	MURIAÉ	7021240	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	314480	NOVA LIMA	2115956	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	314520	NOVA SERRANA	2160196	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	314560	OLIVEIRA	5591570	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	314590	OURO BRANCO	2207087	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	314790	PASSOS	6399126	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	314800	PATOS DE MINAS	5450357	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	314810	PATROCÍNIO	5240549	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	314820	PATROCÍNIO DO MURIAÉ	2195380	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	314930	PEDRO LEOPOLDO	2154501	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	315150	PIUMHI	6146813	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	315170	POÇO FUNDO	5360447	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	5701120	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	315210	PONTE NOVA	2216515	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	315220	PORTEIRINHA	2194201	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	2756714	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	315560	RIO PARDO DE MINAS	6418791	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	315670	SABARÁ	3058077	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	315690	SACRAMENTO	2098881	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	315700	SALINAS	2184850	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	315895	SANTANA DO PARAÍSO	5677394	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	316105	SÃO FÉLIX DE MINAS	7539533	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	316290	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	6235123	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	316370	SÃO LOURENÇO	2794578	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	316470	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	5096952	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	316553	SARZEDO	6365191	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
MG	316720	SETE LAGOAS	2204800	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	316800	TAIOBEIRAS	5498899	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	316860	TEÓFILO OTONI	6452906	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	316870	TIMÓTEO	2140500	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	6951449	Municipal	2	Recontratualização	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG	316940	TRÊS PONTAS	3534618	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	316960	TUPACIGUARA	2763060	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	316990	UBÁ	6796109	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	317010	UBERABA	2195585	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	317010	UBERABA	5120349	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	317010	UBERABA	5130794	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	317020	UBERLÂNDIA	2152940	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	317020	UBERLÂNDIA	2152959	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	317070	VARGINHA	3464806	Municipal	3	Recontratualização	-
MG	317080	VÁRZEA DA PALMA	2820471	Municipal	1	Recontratualização	-
MG	317120	VESPASIANO	5628555	Municipal	2	Recontratualização	-
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	7351976	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MS	500110	AQUIDAUANA	3918505	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500270	CAMPO GRANDE	0024368	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500270	CAMPO GRANDE	7262493	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	6576400	Municipal	3	Recontratualização	-
MS	500290	CASSILÂNDIA	5608767	Municipal	1	Recontratualização	-
MS	500320	CORUMBÁ	3733300	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500330	COXIM	2482703	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500370	DOURADOS	2710919	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500570	NAVIRAÍ	2374277	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500620	NOVA ANDRADINA	5611253	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500630	PARANAÍBA	2375893	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500660	PONTA PORÃ	3486761	Municipal	2	Recontratualização	-
MS	500769	SÃO GABRIEL DO OESTE	5814618	Municipal	1	Recontratualização	-
MS	500790	SIDROLÂNDIA	2371812	Municipal	1	Recontratualização	-
MS	500830	TRÊS LAGOAS	2756927	Municipal	2	Recontratualização	-
MT	510250	CÁCERES	7341946	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
MT	510340	CUIABÁ	2393468	Municipal	2	Recontratualização	-
MT	510340	CUIABÁ	3388158	Municipal	2	Recontratualização	-
MT	510340	CUIABÁ	3388182	Municipal	2	Recontratualização	-
MT	510340	CUIABÁ	3391922	Municipal	2	Recontratualização	-
MT	510340	CUIABÁ	2655055	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
MT	510340	CUIABÁ	3225267	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
MT	510675	PONTES E LACERDA	6291910	Municipal	1	Recontratualização	-
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397544	Municipal	2	Recontratualização	-
MT	510790	SINOP	3485986	Municipal	3	Recontratualização	-
MT	510792	SORRISO	7533071	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PA	150010	ABAETETUBA	6467881	Municipal	2	Recontratualização	-
PA	150034	ÁGUA AZUL DO NORTE	6246036	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150040	ALENQUER	6493955	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150060	ALTAMIRA	5022371	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150080	ANANINDEUA	6864120	Municipal	3	Recontratualização	-
PA	150140	BELÉM	2695219	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PA	150140	BELÉM	2332981	Federal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
PA	150140	BELÉM	2333120	Municipal	3	Recontratualização	-
PA	150140	BELÉM	5500885	Federal	3	Recontratualização	-
PA	150150	BENEVIDES	5579945	Municipal	2	Recontratualização	-
PA	150172	BRASIL NOVO	6823009	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150215	CANAÃ DOS CARAJÁS	5858844	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PA	150220	CAPANEMA	5856639	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PA	150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	7213816	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150442	MARITUBA	5714524	Municipal	2	Recontratualização	-
PA	150555	PAU D'ARCO	5653770	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150613	REDENÇÃO	5340934	Municipal	2	Recontratualização	-
PA	150620	SALINÓPOLIS	6591884	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	6360874	Municipal	2	Recontratualização	-
PA	150680	SANTARÉM	6688780	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150680	SANTARÉM	2330113	Municipal	3	Recontratualização	-
PA	150760	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	5328624	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150795	TAILÂNDIA	5844088	Municipal	2	Recontratualização	-
PA	150808	TUCUMÃ	5722594	Municipal	1	Recontratualização	-
PA	150810	TUCURUÍ	3946193	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250020	AGUIAR	7485700	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250030	ALAGOA GRANDE	6245897	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250040	ALAGOA NOVA	6931863	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250060	ALHANDRA	7441983	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250077	APARECIDA	7441924	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250100	ARARUNA	5330653	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250130	AROEIRAS	7179766	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250150	BANANEIRAS	6193366	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250180	BAYEUX	3549348	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250190	BELÉM	3937615	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250250	BOQUEIRÃO	6762336	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250300	CAAPORÃ	6519938	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250320	CABEDELO	6057772	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250330	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	7578261	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250370	CAJAZEIRAS	5477654	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2363062	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2362252	Municipal	3	Recontratualização	-
PB	250430	CATOLÉ DO ROCHA	2606364	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250440	CONCEIÇÃO	3973409	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250450	CONDADO	7446853	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250460	CONDE	5887402	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250480	COREMAS	6363083	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250510	CUITÉ	6408206	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250600	ESPERANÇA	5079306	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250630	GUARABIRA	3693309	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250260	IGARACY	5585511	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250680	INGÁ	7199600	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250690	ITABAIANA	5048583	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250700	ITAPORANGA	7213328	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250720	ITATUBA	2364050	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250750	JOÃO PESSOA	2398915	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250750	JOÃO PESSOA	3442063	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250750	JOÃO PESSOA	2399652	Estadual	3	Recontratualização	-
PB	250750	JOÃO PESSOA	3524566	Municipal	3	Recontratualização	-
PB	250750	JOÃO PESSOA	7038224	Municipal	3	Recontratualização	-
PB	250770	JUAZEIRINHO	5041554	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250790	JURIPIRANGA	6087809	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250830	LAGOA SECA	7354517	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PB	250890	MAMANGUAPE	3742679	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250915	MARIZÓPOLIS	7405537	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250920	MASSARANDUBA	6567452	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250950	MONTADAS	7408528	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	250970	MONTEIRO	3732509	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	250980	MULUNGU	6450512	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251080	PATOS	5010330	Municipal	2	Recontratualização	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PB	251090	PAULISTA	6806864	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251110	PEDRA LAVRADA	7599307	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251120	PEDRAS DE FOGO	3882683	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251130	PIANCÓ	3456153	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PB	251140	PICUÍ	5828279	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251150	PILAR	5979463	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251200	POCINHOS	6752586	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251210	POMBAL	3990931	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251220	PRATA	7295170	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251230	PRINCESA ISABEL	5860431	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251250	QUEIMADAS	7070632	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251270	REMÍGIO	7753608	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251290	RIO TINTO	2607786	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251320	SANTA CRUZ	5837790	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251340	SANTA LUZIA	3121976	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	251370	SANTA RITA	3718867	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	251390	SÃO BENTO	7015909	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	250070	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	5549884	Municipal	1	Recontratualização	-
PB	251410	SÃO JOÃO DO TIGRE	7592795	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251510	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	6395201	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	7574517	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251530	SAPÉ	6530583	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251600	SOLÂNEA	7355645	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PB	251610	SOLEDADE	3783006	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	251620	SOUSA	2680556	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	251630	SUMÉ	3738558	Municipal	2	Recontratualização	-
PB	251650	TAPEROÁ	5006651	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	5721709	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260030	AGRESTINA	6176321	Municipal	3	Recontratualização	-
PE	260040	ÁGUA PRETA	7155204	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PE	260120	ARCOVERDE	3728161	Municipal	3	Recontratualização	-
PE	260170	BELO JARDIM	2436272	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260190	BEZERROS	5654963	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260230	BONITO	3350487	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	3287440	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	5015464	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	3833801	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	7447493	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	260345	CAMARAGIBE	5481449	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260400	CARPINA	7572514	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	260410	CARUARU	3083748	Municipal	3	Recontratualização	-
PE	260410	CARUARU	8016348	Municipal	3	Recontratualização	-
PE	260430	CEDRO	6805825	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260460	CONDADO	2703335	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PE	260500	CUPIRA	6934323	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260530	EXU	6293670	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260600	GARANHUNS	5173892	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260620	GOIANA	6793029	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	260640	GRAVATÁ	6795781	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260660	IBIMIRIM	6083986	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260720	IPOJUCA	5685354	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	260765	ITAMBÉ	5457114	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2351471	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2432854	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	3284166	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	260860	LAGOA DO OURO	6870821	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	260890	LIMOEIRO	6240429	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	260940	MORENO	5081629	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PE	260960	OLINDA	2344653	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261000	PALMARES	3854248	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261030	PARANATAMA	7551606	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PE	261070	PAULISTA	5984157	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261080	PEDRA	2639106	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261090	PESQUEIRA	5130190	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	261110	PETROLINA	5126746	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261160	RECIFE	0000531	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261160	RECIFE	0000620	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261160	RECIFE	0000647	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PE	261160	RECIFE	6897029	Municipal	2	Recontratualização	-
PE	261160	RECIFE	0000590	Municipal	3	Recontratualização	-
PE	261170	RIACHO DAS ALMAS	5071593	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	261180	RIBEIRÃO	7260156	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	5459141	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	261390	SERRA TALHADA	6442277	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	261600	VENTUROSA	5672910	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	261630	VICÊNCIA	2355795	Municipal	1	Recontratualização	-
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	2638061	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	6901085	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220020	ÁGUA BRANCA	3866025	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220120	BARRAS	2405334	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220150	BATALHA	7522452	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PI	220190	BOM JESUS	5955726	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220200	BURITI DOS LOPES	5205514	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220220	CAMPO MAIOR	5370914	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PI	220290	CORRENTE	5193036	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220350	ELESBÃO VELOSO	6867774	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220390	FLORIANO	3991865	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220520	JAICÓS	5449278	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220550	JOSÉ DE FREITAS	6035442	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220570	LUÍS CORREIA	5677246	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220580	LUZILÂNDIA	5673720	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220620	MIGUEL ALVES	5584906	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220700	OEIRAS	5384834	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220770	PARNAÍBA	6425070	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220780	PAULISTANA	3985253	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	220790	PEDRO II	7433611	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PI	220830	PIRACURUCA	2315351	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	220840	PIRIPIRI	3721973	Municipal	3	Recontratualização	-
PI	220880	REGENERAÇÃO	6306640	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	221000	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	5616077	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	221050	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	3922952	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	7256981	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PI	221070	SIMÕES	5948819	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	221080	SIMPLÍCIO MENDES	5732085	Municipal	1	Recontratualização	-
PI	221100	TERESINA	2323494	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	221100	TERESINA	3985563	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PI	221110	UNIÃO	3009017	Municipal	2	Recontratualização	-
PI	221130	VALENÇA DO PIAUÍ	3181855	Municipal	1	Recontratualização	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	410140	APUCARANA	2439506	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	410140	APUCARANA	2439492	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
PR	410150	ARAPONGAS	2573369	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	410160	ARAPOTI	2683156	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PR	410370	CAMBÉ	2730790	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	410430	CAMPO MOURÃO	3451968	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	410442	CANDÓI	6036503	Municipal	1	Recontratualização	-
PR	410480	CASCAVEL	6391915	Estadual	3	Recontratualização	-
PR	410490	CASTRO	3718131	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	410550	CIANORTE	6360556	Municipal	1	Recontratualização	-
PR	410580	COLOMBO	3543919	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	410590	COLORADO	2774186	Estadual	1	Recontratualização	-
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	2568578	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	410650	CORONEL VIVIDA	6626815	Municipal	1	Recontratualização	-
PR	410690	CURITIBA	2639483	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	410690	CURITIBA	3453111	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	410690	CURITIBA	7619820	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
PR	410720	DOIS VIZINHOS	7084528	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	2593939	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	7405200	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PR	410940	GUARAPUAVA	2741687	Estadual	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PR	410940	GUARAPUAVA	2741555	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	410980	IBIPORÃ	3703908	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	411070	IRATI	3834271	Estadual	2	Recontratualização	-
PR	411180	JACAREZINHO	2780143	Estadual	3	Contratualização	R$ 3.850,00
PR	411330	LARANJEIRAS DO SUL	2741377	Estadual	1	Recontratualização	-
PR	411370	LONDRINA	2766728	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	411370	LONDRINA	3309819	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	411520	MARINGÁ	4054059	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	411520	MARINGÁ	5462304	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	411520	MARINGÁ	2586371	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	411580	MEDIANEIRA	2587718	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	411770	PALMEIRA	7444478	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PR	411840	PARANAVAÍ	2754266	Municipal	1	Recontratualização	-
PR	411840	PARANAVAÍ	7011318	Estadual	1	Recontratualização	-
PR	411850	PATO BRANCO	0017930	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PR	411990	PONTA GROSSA	6490808	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	412240	ROLÂNDIA	6398707	Municipal	3	Recontratualização	-
PR	412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	3893103	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	6608183	Municipal	1	Recontratualização	-
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	5416434	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	412570	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	5451795	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	412770	TOLEDO	5119731	Estadual	3	Contratualização	R$ 3.850,00
PR	412800	UBIRATÃ	6766560	Municipal	1	Recontratualização	-
PR	412810	UMUARAMA	2594501	Municipal	2	Recontratualização	-
PR	412810	UMUARAMA	2620952	Municipal	3	Recontratualização	-
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	7248636	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330025	ARRAIAL DO CABO	5490723	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330030	BARRA DO PIRAÍ	2287749	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330040	BARRA MANSA	6000630	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330040	BARRA MANSA	2296896	Municipal	3	Recontratualização	-
RJ	330045	BELFORD ROXO	2289598	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330045	BELFORD ROXO	2289601	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330050	BOM JARDIM	6551521	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	2282593	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330080	CACHOEIRAS DE MACACU	3890481	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330130	CASIMIRO DE ABREU	5435145	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	3807975	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	7680058	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	5061865	Municipal	3	Recontratualização	-
RJ	330187	IGUABA GRANDE	7324421	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RJ	330220	ITAPERUNA	3215229	Municipal	3	Recontratualização	-
RJ	330225	ITATIAIA	6361412	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330240	MACAÉ	2276941	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330250	MAGÉ	2278685	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330250	MAGÉ	2278405	Municipal	3	Recontratualização	-
RJ	330260	MANGARATIBA	2288109	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330270	MARICÁ	5874211	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330285	MESQUITA	5714508	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330310	NATIVIDADE	2704293	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330320	NILÓPOLIS	6982034	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	7085087	Municipal	3	Recontratualização	-
RJ	330370	PARAÍBA DO SUL	3386953	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330380	PARATY	6376568	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330390	PETRÓPOLIS	2275538	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330390	PETRÓPOLIS	6124798	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330395	PINHEIRAL	7081677	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330400	PIRAÍ	7228953	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330410	PORCIÚNCULA	3827216	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330411	PORTO REAL	3730107	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330420	RESENDE	2288613	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330420	RESENDE	6923046	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330430	RIO BONITO	6275613	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330440	RIO CLARO	6236936	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330450	RIO DAS FLORES	7525974	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2269937	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2270064	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2270471	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2273349	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2273489	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2277328	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280191	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280299	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2291266	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2295326	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2708159	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2708175	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6506232	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	3405427	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	6261450	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	5411750	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	2280604	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330550	SAQUAREMA	2274205	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330555	SEROPÉDICA	6030777	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330600	TRÊS RIOS	6144837	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330610	VALENÇA	2292769	Municipal	3	Recontratualização	-
RJ	330620	VASSOURAS	3893979	Municipal	2	Recontratualização	-
RJ	330630	VOLTA REDONDA	2270986	Municipal	1	Recontratualização	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RJ	330630	VOLTA REDONDA	3282767	Municipal	1	Recontratualização	-
RJ	330630	VOLTA REDONDA	5134153	Municipal	1	Recontratualização	-
RN	240020	AÇU	5072166	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240050	ALEXANDRIA	5839866	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240100	APODI	7131097	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RN	240220	CANGUARETAMA	3994228	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240230	CARAÚBAS	5522072	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240260	CEARÁ-MIRIM	2410648	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RN	240310	CURRAIS NOVOS	3736458	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240420	GOIANINHA	7276524	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RN	240580	JOÃO CÂMARA	5279542	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240690	LUCRÉCIA	7327919	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RN	240710	MACAÍBA	3895203	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240720	MACAU	5066522	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240800	MOSSORÓ	3734684	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240800	MOSSORÓ	2503522	Municipal	3	Recontratualização	-
RN	240810	NATAL	2653915	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
RN	240830	NOVA CRUZ	5121582	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240890	PARELHAS	6879985	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	240325	PARNAMIRIM	5177723	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RN	241150	SANTO ANTÔNIO	3895602	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	3554368	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	5068347	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	241230	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	5859441	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	241250	SÃO MIGUEL	6187803	Municipal	2	Recontratualização	-
RN	241260	SÃO PAULO DO POTENGI	5019834	Municipal	2	Recontratualização	-
RO	110002	ARIQUEMES	2494302	Municipal	2	Recontratualização	-
RO	110004	CACOAL	6872883	Municipal	3	Recontratualização	-
RO	110012	JI-PARANÁ	2360268	Municipal	2	Recontratualização	-
RO	110020	PORTO VELHO	5599245	Municipal	2	Recontratualização	-
RO	110020	PORTO VELHO	5599253	Municipal	2	Recontratualização	-
RO	110020	PORTO VELHO	5599334	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	430040	ALEGRETE	6466249	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	430060	ALVORADA	3473775	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	430160	BAGÉ	2261316	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	430310	CACHOEIRINHA	5109906	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	430450	CANGUÇU	3735400	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	430460	CANOAS	5526418	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	430510	CAXIAS DO SUL	3444457	Municipal	3	Recontratualização	-
RS	430700	ERECHIM	7427220	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RS	430920	GRAVATAÍ	6287670	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431020	IJUÍ	2260182	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431020	IJUÍ	2260492	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431020	IJUÍ	7592507	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RS	431140	LAJEADO	5272114	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431350	OSÓRIO	7427174	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RS	431390	PANAMBI	3056058	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431440	PELOTAS	6890016	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431440	PELOTAS	7478429	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237571	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	431490	PORTO ALEGRE	3908194	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	431490	PORTO ALEGRE	6883206	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	7031076	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	431490	PORTO ALEGRE	7031092	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	7214448	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	7305311	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
RS	431690	SANTA MARIA	2243482	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	431740	SANTIAGO	5732905	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RS	431750	SANTO ÂNGELO	2256460	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431800	SÃO BORJA	6013295	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	431880	SÃO LOURENÇO DO SUL	7534515	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	7504624	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
RS	431960	SÃO SEPÉ	6928447	Municipal	2	Recontratualização	-
RS	432140	TENENTE PORTELA	7011725	Municipal	1	Recontratualização	-
RS	432240	URUGUAIANA	3241408	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420140	ARARANGUÁ	5499356	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	3566080	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420230	BIGUAÇU	5545331	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420240	BLUMENAU	2512688	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420240	BLUMENAU	2552841	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420280	BRAÇO DO NORTE	7065108	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420290	BRUSQUE	6300960	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420300	CAÇADOR	3538125	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420380	CANOINHAS	3587762	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SC	420420	CHAPECÓ	2626071	Municipal	3	Recontratualização	-
SC	420430	CONCÓRDIA	2303957	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420460	CRICIÚMA	3600238	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420480	CURITIBANOS	5252741	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420500	DIONÍSIO CERQUEIRA	5354846	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0019313	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0019259	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	4059727	Federal	2	Recontratualização	-
SC	420590	GASPAR	5608031	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420690	IBIRAMA	5294738	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420700	IÇARA	7146418	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420730	IMBITUBA	5627206	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420820	ITAJAÍ	3941302	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420820	ITAJAÍ	5150248	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420830	ITAPEMA	5868890	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	420850	ITUPORANGA	7517793	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	5024234	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420910	JOINVILLE	5626781	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	420910	JOINVILLE	7205694	Municipal	3	Recontratualização	-
SC	420930	LAGES	7187815	Municipal	3	Recontratualização	-
SC	421010	MAFRA	5051665	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	421050	MARAVILHA	7791585	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SC	421130	NAVEGANTES	6381758	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	421190	PALHOÇA	5618282	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SC	421210	PALMITOS	5879825	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SC	421290	PINHALZINHO	5551013	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	421360	PORTO UNIÃO	7561628	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SC	421480	RIO DO SUL	6551165	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	7045042	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	6532187	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	421650	SÃO JOAQUIM	2300567	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	421660	SÃO JOSÉ	2663740	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	421690	SÃO LOURENÇO DO OESTE	2553120	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	2690969	Municipal	1	Recontratualização	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	421800	TIJUCAS	7270143	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SC	421870	TUBARÃO	2491389	Municipal	2	Recontratualização	-
SC	421930	VIDEIRA	6899234	Municipal	1	Recontratualização	-
SC	421950	XANXERÊ	7162340	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SE	280030	ARACAJU	0002240	Municipal	3	Recontratualização	-
SE	280067	BOQUIM	6449557	Estadual	2	Recontratualização	-
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	6086128	Municipal	2	Recontratualização	-
SE	280130	CAPELA	7620578	Estadual	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SE	280210	ESTÂNCIA	5440807	Municipal	3	Recontratualização	-
SE	280350	LAGARTO	3976149	Municipal	2	Recontratualização	-
SE	280360	LARANJEIRAS	6453880	Estadual	2	Recontratualização	-
SE	280450	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	7387237	Estadual	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	3419622	Municipal	2	Recontratualização	-
SE	280570	PROPRIÁ	6608787	Estadual	2	Recontratualização	-
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	6449549	Estadual	3	Recontratualização	-
SE	280740	TOBIAS BARRETO	6902073	Estadual	2	Recontratualização	-
SP	350170	AMÉRICO BRASILIENSE	7247028	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350190	AMPARO	2065584	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350250	APARECIDA	6144241	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350270	APIAÍ	3965252	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	350280	ARAÇATUBA	3421481	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350320	ARARAQUARA	7581114	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
SP	350370	ARIRANHA	5407737	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350410	ATIBAIA	2066629	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350450	AVARÉ	3915182	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	350520	BARIRI	2785617	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	350530	BARRA BONITA	7137613	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350550	BARRETOS	2064081	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350580	BASTOS	5933331	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350600	BAURU	5318572	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350750	BOTUCATU	2046296	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350760	BRAGANÇA PAULISTA	6714382	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350810	BURITAMA	6831990	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350850	CAÇAPAVA	2025000	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	350860	CACHOEIRA PAULISTA	6970796	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350940	CAJURU	2022486	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350950	CAMPINAS	2707462	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	350950	CAMPINAS	5994977	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351050	CARAGUATATUBA	2085801	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351060	CARAPICUÍBA	2067617	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351110	CATANDUVA	2025957	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	351240	CORDEIRÓPOLIS	6390099	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351340	CRUZEIRO	2024659	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351350	CUBATÃO	6418937	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	351370	DESCALVADO	2747170	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351380	DIADEMA	5851084	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	351500	EMBU DAS ARTES	2786397	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351500	EMBU DAS ARTES	6000614	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351510	EMBU-GUAÇU	2056402	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351550	FERNANDÓPOLIS	6325750	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	7092180	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	351670	GARÇA	3872106	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351740	GUAÍRA	3867277	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351770	GUARÁ	6094538	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	351840	GUARATINGUETÁ	3697908	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351860	GUARIBA	2024802	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351870	GUARUJÁ	3716333	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351880	GUARULHOS	2035987	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351880	GUARULHOS	2044951	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351880	GUARULHOS	2054507	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	351880	GUARULHOS	2084600	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352000	IGARAÇU DO TIETÊ	7049196	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	352010	IGARAPAVA	7200676	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	352050	INDAIATUBA	3182274	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352130	IPUÃ	6938698	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	352210	ITANHAÉM	7277997	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	352230	ITAPETININGA	5683742	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352240	ITAPEVA	2056267	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352260	ITAPIRA	5036429	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352340	ITATIBA	7037465	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352410	ITUVERAVA	3461955	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352430	JABOTICABAL	2025388	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	352440	JACAREÍ	2026147	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	352470	JAGUARIÚNA	7268483	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	352480	JALES	2716240	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	352500	JANDIRA	7167326	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	352530	JAÚ	3730190	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352590	JUNDIAÍ	6806449	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	6850308	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	352670	LEME	3746089	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352690	LIMEIRA	2060566	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	352700	LINDÓIA	5249937	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352710	LINS	5847508	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	352900	MARÍLIA	3922146	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352930	MATÃO	2091062	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	352940	MAUÁ	3482308	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	353030	MIRASSOL	5237823	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	353050	MOCOCA	2054906	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353070	MOGI GUAÇU	2751755	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353080	MOJI MIRIM	2025167	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353180	MONTE MOR	3365905	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	353340	NOVA ODESSA	7848862	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	353350	NOVO HORIZONTE	5402379	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	353390	OLÍMPIA	3957136	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353430	ORLÂNDIA	6514030	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	353460	OSVALDO CRUZ	7203268	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	353470	OURINHOS	2046482	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	2086557	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	353670	PEDERNEIRAS	2790335	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	353730	PENÁPOLIS	2717050	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353760	PERUÍBE	5057302	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353800	PINDAMONHANGABA	2755041	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353870	PIRACICABA	2696185	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	353870	PIRACICABA	6379281	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	353880	PIRAJU	5330319	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	353900	PIRANGI	7266561	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	353980	POÁ	5937914	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354000	POMPÉIA	5072174	Municipal	1	Recontratualização	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	354060	PORTO FELIZ	5879027	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354070	PORTO FERREIRA	6874150	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	5098742	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354190	QUELUZ	7102305	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354200	QUINTANA	5178517	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354260	REGISTRO	7025203	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354330	RIBEIRÃO PIRES	3800318	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	3594416	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354360	RIFAINA	7181809	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	354390	RIO CLARO	2033194	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354520	SALTO	7535856	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	3483126	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	354780	SANTO ANDRÉ	3739635	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354780	SANTO ANDRÉ	7368275	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	354850	SANTOS	5333466	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	2025566	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	7495978	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	7846347	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
SP	354880	SÃO CAETANO DO SUL	2706415	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	354890	SÃO CARLOS	5109124	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2040328	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	354970	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	7104812	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	7211228	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2027240	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2751844	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2751895	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2027631	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2042991	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2751836	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2751909	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2751968	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2752344	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2752352	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2786621	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2788071	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2788241	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2788268	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2788454	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2788527	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2788950	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	3257797	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	3382613	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	4050312	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	5380197	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	5468094	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	2072270	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	5012600	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355030	SÃO PAULO	7382413	Municipal	3	Contratualização	R$ 3.850,00
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	2766086	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355100	SÃO VICENTE	6050042	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355100	SÃO VICENTE	6755755	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355150	SERRANA	2083639	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	355170	SERTÃOZINHO	6223362	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355220	SOROCABA	2708760	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	355240	SUMARÉ	2057980	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355250	SUZANO	3996514	Municipal	2	Contratualização	R$ 2.200,00
SP	355260	TABAPUÃ	5589401	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	2052679	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355370	TAQUARITINGA	7142358	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355400	TATUÍ	2823012	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355410	TAUBATÉ	2061236	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355500	TUPÃ	2072580	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355580	URÂNIA	7184263	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355620	VALINHOS	5598567	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355630	VALPARAÍSO	2047756	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	6342027	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355650	VÁRZEA PAULISTA	5025621	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355670	VINHEDO	7231601	Municipal	1	Contratualização	R$ 1.650,00
SP	355700	VOTORANTIM	2087545	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355710	VOTUPORANGA	5974984	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	170210	ARAGUAÍNA	2467720	Municipal	3	Recontratualização	-
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	3921956	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	170700	DIANÓPOLIS	5070619	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	170950	GURUPI	5052289	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	2469030	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	171820	PORTO NACIONAL	2468395	Municipal	2	Recontratualização	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.815, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Define os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde Bucal/Departamento de Atenção Básica, constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços, resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria nº 283/GM/MS, de 2005, pelos Municípios/Estados pleiteantes, implica, na devolução ao Fundo Nacional de Saúde dos recursos repassados.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos recursos de antecipação dos incentivos financeiros para os Fundos Municipais/Estaduais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objetos desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0000) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada, categoria de Gastos Capital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO	INCENTIVO (R$)
				CEO TIPO	IMPLANTAÇÃO
MG	310620	Belo Horizonte	Municipal	II	R$ 75.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	Municipal	III	R$ 120.000,00
PB	250650	Gurjão	Municipal	I	R$ 60.000,00

PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	Municipal	II	R$ 75.000,00
RJ	330414	Queimados	Municipal	II	R$ 75.000,00
SE	280130	Capela	Municipal	II	R$ 75.000,00
SP	355030	São Paulo	Municipal	III	R$ 120.000,00
TO	172100	Palmas	Municipal	III	R$ 120.000,00

PORTARIA Nº 1.816, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 1.066/SAS/MS, de 2 de setembro de 2016, que habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, resolve:

Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/2006, nº 600/2006 e nº 1.464/2011, pelos Municípios e Estados pleiteantes, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento das Unidades de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os Fundos Municipais e Estaduais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0000) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
AL	270710	Piranhas	7724438	Municipal	I	8.250,00
AM	130260	Manaus	7741499	Municipal	III	19.250,00
CE	230850	Mombaça	7647875	Municipal	I	8.250,00
GO	520055	Alto Horizonte	6917666	Municipal	I	8.250,00
MG	310620	Belo Horizonte	6753108	Municipal	II	11.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	6753159	Municipal	III	19.250,00
MG	313750	Lagoa Formosa	2101114	Municipal	I	8.250,00
PA	150680	Santarém	7096992	Municipal	I	8.250,00
PB	250650	Gurjão	7873964	Municipal	I	8.250,00
PB	251270	Remígio	7753608	Municipal	I	8.250,00
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	7447493	Municipal	II	11.000,00
PE	260320	Caetés	7202717	Municipal	I	8.250,00
PE	260370	Canhotinho	7330057	Municipal	I	8.250,00
PR	410600	Congonhinhas	7773153	Municipal	I	8.250,00
PR	410690	Curitiba	7619820	Municipal	III	19.250,00
RJ	330414	Queimados	7609981	Municipal	II	11.000,00
SE	280130	Capela	7620578	Estadual	II	11.000,00
SP	353340	Nova Odessa	7848862	Municipal	I	8.250,00
SP	354520	Salto	7535856	Municipal	I	8.250,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	7846347	Municipal	III	19.250,00

PORTARIA Nº 1.818, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Habilita municípios no Programa "De Volta Pra Casa".

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003; que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações;

Considerando a Portaria nº 2.077/GM/MS, de 31 de outubro de 2003, que trata da regulamentação do Programa "De Volta para Casa", resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os municípios em anexo no Programa "De Volta Para Casa", conforme previsto na Portaria nº 2.077/GM/MS, de 31 de outubro de 2003.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, para formalizar a adesão dos Municípios ao Programa de Volta Pra Casa junto à Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde, conforme art. 3º da Portaria nº 2.077/GM/MS, de 31 de outubro de 2003.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	MUNICÍPIO
SP	RINOPOLIS
SP	PARAPUÃ
SP	HERCULÂNDIA
SP	PEDERNEIRAS
RS	CARAÁ
SP	TAPIRATIBA
PR	VERA CRUZ DO OESTE
SP	FLORIDA PAULISTA
SP	CAPÃO BONITO
SP	BIRIGUI
SP	MOGI GUAÇU
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
RJ	PATY DO ALFERES
SP	BASTOS
SP	OSVALDO CRUZ
SP	RIBEIRÃO GRANDE
SP	VARGEM GRANDE DO SUL
SP	MOGI MIRIM
RS	MANOEL VIANA
RS	ROSÁRIO DO SUL
SP	LUCÉLIA
SP	IBITINGA
MG	SÃO GONÇALO DO PARÁ
SP	PARDINHO

PORTARIA Nº 1.819, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS de 29, de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Redes de Atenção Psicossocial, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 1.093/SAS/MS, de 5 de setembro de 2016, que habilita os Serviços Hospitalares de Referência - SHR's e o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e Municípios para custeio de Serviços Hospitalares de Referência - SHR's e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III no montante anual de R$ 1.529.285,28 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no artigo 1º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos Municipais de Saúde dos municípios listados no Anexo.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Hospitalar - Plano Orçamentário 0002.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2016.

RICARDO BARROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

UF	Tipo	Plano Interno	CNES	CGC/CNPJ	Município	IBGE	Gestão	Valor anual (R$)
SP	CAPS AD III	RSM-CRACK	7811535	12.493.507/0001-03	Sorocaba	355220	Municipal	R$ 1.260.000,00

UF	Município	IBGE	Nº Leitos	Razão Social	CNES	Gestão	Habilitação	Valor de custeio anual
SP	Várzea Paulista	355650	4	PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA	3949621	Municipal	636	R$ 269.285,28

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 857, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Indefere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indefere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), das instituições abaixo relacionadas:

I - Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 08.560.973/0001-97, processo SIPAR 25000.160421/2015-12;

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araioses, CNPJ 01.869.653/0001-74, processo SIPAR 25000.150429/2015-62;

III - Associação de Balé de Cegos Fernanda Bianchini, CNPJ 06.207.479/0001-18, processo SIPAR 25000.130043/2015-34;

IV - Fundação Leonor de Barros Camargo, CNPJ 60.499.365/0002-15, processo SIPAR 25000.167778/2015-13;

V - Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima - FAENOL, CNPJ 12.924.456/0001-27, processo SIPAR 25000.173995/2015-42;

VI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Saudade do Iguaçu, CNPJ 01.392.357/0001-25, processo SIPAR 25000.187285/2015-08;

VII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Muqui, CNPJ 28.402.931/0001-35, processo SIPAR 25000.001784/2016-90;

VIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Niterói, CNPJ 30.131.205/0001-77, processo SIPAR 25000.011379/2016-80;

IX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Fidélis, CNPJ 02.384.016/0001-70, processo SIPAR 25000.012883/2016-05;

X - Instituto Remo Meu Rumo, CNPJ 20.057.732/0001-25, processo SIPAR 25000.015113/2015-14;

XI - CEREI - Centro de Reabilitação, Educação e Integração Social, CNPJ 27.766.534/0001-80, processo SIPAR 25000.014604/2016-30;

XII - Associação dos Protetores dos Pobres e Carentes, CNPJ 01.286.108/0001-55, processo SIPAR 25000.016744/2016-42;

XIII - A-X-FRA - Associação Catarinense do X-Frágil, CNPJ 04.530.617/0001-70, processo SIPAR 25000.016714/2016-36;

XIV - Associação Paranaense de Reabilitação, CNPJ 76.557.891/0001-43, processo SIPAR 25000.016662/2016-06;

XV - Centro de Pesquisas em Doenças Hepato Renais do Ceará, CNPJ 05.312.376/0001-55, processo SIPAR 25000.016722/2016-82;

XVI - Sociedade Beneficente São Camilo, CNPJ 60.975.737/0054-63, processo SIPAR 25000.016727/2016-13;

XVII - Sociedade Pestalozzi do Município de Jerônimo Monteiro, CNPJ 00.273.811/0001-66, processo SIPAR 25000.012443/2016-40;

XVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João del-Rei, CNPJ 17.750.092/0001-20, processo SIPAR 25000.014585/2016-41;

XIX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Niquelândia, CNPJ 33.330.929/0001-38, processo SIPAR 25000.016363/2016-63;

XX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cambuci, CNPJ 36.286.839/0001-85, processo SIPAR 25000.016373/2016-07;

XXI - I.N.C.L.U.I.R. - Instituto Nacional de Cultura, Lazer, União, Inclusão, Reeducacional Wilson Ferreira Gomes, CNPJ 13.397.453/0001-45, processo SIPAR 25000.018967/2016-44;

XXII - Associação Pró Desenvolvimento Humano Freeart, CNPJ 00.290.852/0001-60, processo SIPAR 25000.012645/2016-91; e

XXIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Parauapebas, CNPJ 01.454.464/0001-30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 858, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), das instituições abaixo relacionadas:

I - Instituto Compartilha, CNPJ 07.206.048/0001-08, Processo SIPAR nº 25000.017010/2016-81;

II - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, CNPJ 43.964.931/0001-12, Processo SIPAR nº 25000.086883/2016-33;

III - União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer (UOPECCAN Umuarama), CNPJ 81.270.548/0002-34, Processo SIPAR nº 25000.090641/2016-44;

IV - Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, CNPJ 49.797.293/0001-79, Processo SIPAR nº 25000.087578/2016-69;

V - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, CNPJ 61.699.567/0001-92, Processo SIPAR nº 25000.101568/2016-43;

VI - Sociedade Hospitalar Angelina Caron, CNPJ 07.088.017/0001-91, Processo SIPAR nº 25000.112666/2016-14; e

VII - Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, CNPJ 12.846.027/0001-89, Processo SIPAR nº 25000.112052/2016-24.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

446ª Reunião de Diretoria Colegiada, Realizada em 16 de junho de 2016.

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25782.004547/2013-88	Santa Rita Saúde S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.099649/2012-22	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.582944/2012-20	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art.57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

447ª Reunião de Diretoria Colegiada, Realizada em 29 de junho de 2016.

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.435489/2013-55	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIPRO	Clausulas de Garantias legais - Art. 66 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)

448ª Reunião de Diretoria Colegiada, Realizada em 13 de julho de 2016.

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25785.010939/2013-56	Pro Salute Serviços para a Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.225015/2014-88	Hospital São Marcos S/A	DIDES	Envio de informações periódicas - art. 35 da RN nº 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25782.009000/2013-79	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.128062/2010-51	Amil Assistência Médica Internacional S.A. (Incorporadora da Amico Saúde Ltda.)	DIDES	Produto diverso do registrado - art. 20 da RN nº 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25779.030788/2015-01	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.026975/2013-00	Amico Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.033480/2015-18	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.012110/2014-39	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato - art. 82 da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.329962/2012-85	Pame - Associação de Assistência Plena em Saúde	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.168391/2009-09	Golden Cross Assistência Internacional De Saúde Ltda	DIDES	Mudança de Faixa Etária - Art.57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.060971/2011-81	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Obrigação de Natureza Contratual - Art.78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.049519/2013-20	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art.82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)

449ª Reunião de Diretoria Colegiada, Realizada em 25 de julho de 2016.

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25782.002435/2010-40	Paraná Assistência Médica Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 c/c artigo 10, inciso II da RN 124/06.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.251130/2015-99	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco Do Brasil	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.007706/2014-17	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.069743/2012-57	Unimed de Londrina Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 c/c art. 10, inciso IV, ambos da RN nº 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.263580/2005-52	Serviço Social da Construção do Estado do Rio de Janeiro (Seconci-Rio)	DIDES	Autorização de Funcionamento - Art. 18 da RN n° 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
25789.057055/2011-63	Unimed Paulistana Soc. Coop. de Trabalho Médico - em Liq. Extrajudicial	DIGES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato individual - Art. 82 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.026915/2013-89	Unimed Paulistana Soc. Coop. de Trabalho Médico - em Liq. Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.094399/2013-15	Unimed Paulistana Soc. Coop. de Trabalho Médico - em Liq. Extrajudicial	DIGES	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/06	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.061129/2010-85	Unimed Paulistana Soc. Coop. de Trabalho Médico - em Liq. Extrajudicial	DIGES	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25789.057954/2014-17	Unimed de Caçapava - Coop. de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.011768/2013-11	Unimed Curitiba - Soc. Coop. de Médicos	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.013172/2013-47	Unimed Federação Interfederativa das Coop. Médicas do Centro Oeste e Tocantins	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)
25789.100245/2014-51	Unimed Uberlândia Coop. Regional de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25780.009286/2013-11	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIGES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato individual - Art. 82 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.071183/2011-10	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.021357/2012-34	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.009983/2012-01	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIGES	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.000057/2015-23	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liq. Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.004608/2015-28	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liq. Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25782.000198/2012-44	SAS Sistemas de Administração de Saúde Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 RN 124/06 Contrato Coletivo em Desacordo com a Regulamentação - Art. 20-C RN 124/06	760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais)
25789.099816/2012-35	Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.137286/2005-96	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	DIGES	Celebração de Instrumento Jurídico - Art. 4º, X RDC 24/00	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.065206/2013-19	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.079290/2012-77	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)
25789.089260/2012-79	Garantia de Saúde Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.030118/2012-75	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIGES	Ingresso de Consumidor em Plano - Art. 62 RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25773.018057/2011-14	Geap Autogestão em Saúde	DIDES	Art. 88 da RN 124/2006 - Redução de Rede Hospitalar	449.957,90 (quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos)
25789.078449/2011-55	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25773.018057/2011-14	Geap Autogestão em Saúde	DIDES	Art. 88 da RN 124/2006 - Redução de Rede Hospitalar	449.957,90 (quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos)

450ª Reunião de Diretoria Colegiada, Realizada em 29 de agosto de 2016.

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.786437/2011-82	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.013099/2011-51	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
25772.011804/2014-38	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIGES	Art. 79 da RN 124/2006 - Urgência e Emergência	110.000,00 (cento e dez mil reais)
33902.417680/2013-15	Golden Cross Assistência Internacional De Saúde Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25773.017236/2013-98	Associação Brasileira de Assistência Odontológica de Grupo - Dental Med Center	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais - art. 66 da RN 124/06	12.000,00 (doze mil reais)
25782.020669/2012-31	Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.058053/2014-34	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.329946/2012-92	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.023157/2015-93	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIGES	Mudança de Faixa Etária - art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.586610/2013-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIGES	Redução de Rede Hospitalar - art. 88 da RN 124/06	260.410,53 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e três centavos)
25789.025526/2013-36	Unimed Barra do Garças - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33902.389007/2014-69	Bradesco Saúde S/A	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.006818/2013-30	Unimed Curitiba Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.330995/2013-59	Associação dos funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso - AFFEMAT	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
33902.331058/2013-11	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae-Cac	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.330289/2013-15	Cooperativa de Serviços Odontológicos de Farroupilha Ltda.	DIPRO	Envio de Informações - art. 35 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25783.018242/2013-43	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.025994/2010-42	Austaclínicas Assistência Médica e Hospitalar Ltda.	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.841526/2011-07	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - art. 84 da RN 124/06.	30.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.052074/2013-65	Amil Assistência Médica Internacional S.A (Incorporadora da Amico Saúde Ltda.)	DIPRO	Reajuste de Plano Coletivo - art. 61-A da RN 124/06	45.270,00 (quarenta e cinco mil duzentos e setenta reais)
25779.022306/2015-31	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.329802/2013-17	Unimed de Adamantina - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Envio de Informações - art. 35 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
33902.630409/2013-73	Amhpla Cooperativa de Assistência Médica	DIPRO	Envio de Informações - art. 35 da RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
33903.030250.2013-82	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.013893/2014-97	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	DIDES	Urgência e Emergência - art. 79 c/c art. 10, inciso V e art. 7°, inciso III, da RN nº 124/2006.	110.000,00 (cento e dez mil reais)
33902.080030/2012-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Ingresso de beneficiário em plano coletivo - art. 20-D c/c art. 10, inciso V, da RN nº 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.012976/2013-29	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIDES	Ingresso de Beneficiário em Plano - art. 62 c/c art. 10, inciso V e art. 7°, inciso III, da RN nº 124/2006.	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25782.001833/2013-91	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III, da RN nº 124/2006.	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.011749/2014-05	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 7º, inciso III, e art. 10, inciso V, da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.049493/2012-39	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 10, inciso III, da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.007747/2012-11	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIGES	Negativa de Migração ou Adaptação dos Contratos - art. 67-C, c/c art. 10, inciso V, da RN 124/2006, por infração ao art. 25 da Lei 9.656/1998.	40.000,00 (quarenta mil reais)
25783.003595/2012-68	Excelsior Med S/A	DIGES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art. 82, c/c art. 10, inciso III, da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.045333/2013-86	Amico Saúde Ltda	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 10, inciso V, da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.016973/2011-92	Hapvida Assistência Medica Ltda	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 10, inciso V, da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25783.004608/2012-16	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 10, inciso V, da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.483300/2011-79	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIGES	Ingresso de beneficiário em plano coletivo e Envio de Informações - art. 20-D e art. 34, c/c art. 10, inciso V, da RN 124/2006.	75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
33902.080500/2012-54	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 10, inciso V, da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.000463/2013-84	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIGES	Incorreções e Omissões nas Informações, Reajuste de plano coletivo, Informações Devidas a Consumidores - art. 37, art. 61-A e art. 74, c/c art. 10, inciso V e art. 9º, inciso I, da RN 124/2006.	82.115,00 (oitenta e dois mil, cento e quinze reais)
33902.351836/2012-15	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 8º, inciso III, e art. 10, inciso V, da RN 124/2006.	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.007552/2011-71	Ops - Planos de Saúde S.A	DIGES	Ingresso de Beneficiário em Plano - art. 62, c/c art. 10, inciso IV, da RN 124/2006.	40.000,00 (quarenta mil reais)
25779.026356/2015-98	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77, c/c art. 10, inciso III, da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.015684/2012-76	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art. 82, c/c art. 10, inciso IV, da RN 124/2006.	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº 1.884, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, IX aliado ao que dispõem o art. 54, III, § 3º e o artigo 44, III do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 03 de fevereiro de 2016, considerando o Parágrafo único do art. 19 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Contrato de Gestão como instrumento de avaliação da atuação administrativa da Agência e de seu desempenho; considerando o disposto na Cláusula Quinta do Contrato de Gestão celebrado entre a União, por meio do Ministério da Saúde, e a Anvisa, assinado em 20 de maio de 2014 resolve:

Art.1º Designar a representação da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão e Desempenho celebrado entre o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com a seguinte composição:

I - Ministério da Saúde:
Secretaria Executiva - SE
Representante da SE (titular e suplente)
Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS
Representante da SVS (titular e suplente)
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE
Representante da SCTIE (titular e suplente)
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP
Representante da SGEP (titular e suplente)
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Representante da SAS (titular e suplente)
II - Agência Nacional de Vigilância Sanitária:
Diretoria de Gestão Institucional - Diges
Representante da Diges (titular e suplente)
Diretoria de Regulação Sanitária - Direg
Representante da Direg (titular e suplente)
Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário - Dimon
Representante da Dimon (titular e suplente)
Diretoria de Coordenação e Articulação do SNVS - DSNVS
Representante da DSNVS (titular e suplente)
Diretoria de Autorização e Registro Sanitário - Diare
Representante da Diare (titular e suplente)
Gabinete do Diretor-Presidente - Gadip
Representante do Gadip (titular e suplente)
Assessoria de Planejamento - Aplan
Representante do Aplan (titular e suplente)

Parágrafo único. A Comissão de Acompanhamento será coordenada pela Assessoria de Planejamento da Anvisa.

Art. 2º Componentes da Comissão: os representantes das Unidades Organizacionais definidas no Art.1º serão indicados pelos respectivos titulares.

§ 1º A lista dos representantes será atualizada sempre que houver alteração na representação das Secretarias, Diretorias ou Gabinete do Diretor-Presidente da Anvisa, podendo ser solicitada a qualquer tempo.

§ 2º A publicação da composição nominal na Comissão de Acompanhamento, bem como suas atualizações serão consignadas no Boletim de Serviços da Anvisa.

Art. 3º Caberá à Comissão:

I. acompanhar a execução do Contrato de Gestão no que se refere ao desempenho dos resultados pactuados no Plano de Trabalho, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

II. emitir parecer com análise conclusiva sobre a execução do Contrato de Gestão quanto ao alcance das metas pactuadas, com base nos relatórios gerenciais e em outras informações;

III. propor ações corretivas e outras sugestões, e/ou recomendações decorrentes do acompanhamento; e

IV. propor a revisão de metas e a alteração dos indicadores de desempenho, quando julgar necessário ou de acordo com as orientações e deliberações da Comissão de Avaliação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Anvisa Nº 1.378 de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 agosto de 2014.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE N° 2.698, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.699, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.700, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Cancelar os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.701, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.688, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.689, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.690, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.691, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.692, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 1.618, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 121, de 27 de junho de 2016, na Seção 1, pág. 25, e em Suplementos, página 7, referente ao processo 25351.615153/2015-96, onde se lê:

DANONE LTDA. 6.06577-2

FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL

Leia-se:

DANONE LTDA. 6.06577-2

FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E/OU ORAL

Na Resolução RE nº 2.011, de 10 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 133, de 15 de julho de 2015, na Seção 1, pág. 36, referente ao processo 25004.230255/2006-80,

Onde se lê:

ÓLEO DE PEIXE - SOROCABA SOROCABA/SP 25004.230255/2006-80 4.8627.0023.002-8

Leia-se:

ÓLEO DE PEIXE - INDAIATUBA/SP 25004.230255/2006-80 4.8627.0023.002-8

Na Resolução RE nº 2.126, de 03 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 151, de 8 de agosto de 2016, na Seção 1, pág. 22, e em Suplementos, página 16, referente ao processo 25016.907280/2009-09,

Onde se lê:

ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRI-

ÇÃO ENTERAL OU ORAL SABOR BAUNILHA - CASTRO/SP

Leia-se:

ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRI-

ÇÃO ENTERAL OU ORAL SABOR BAUNILHA - CASTRO/PR

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.702, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.703, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.704, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.705, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 1.501, de 15 de maio de 2015, única e exclusivamente quanto à Caducidade de Registro do Medicamento BÁLSAMO ALEMÃO DE NOHASCHECK, processo 25991.008695/78, referente à empresa LABORATÓRIO SAÚDE LTDA, publicada no Diário Oficial da União nº. 92, de 18 de maio de 2015, Seção 1, página 46 e Suplemento página 13.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.706, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da ANVISA.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os IFAs revalidados podem ser consultados no link: http://www.anvisa.gov.br/Datavisa/Consulta_IFA/index.asp

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.729, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 2.486, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016, resolução específica publicada para o cancelamento do registro do medicamento colistimetato de sódio, processo 25351.729399/2014-69, referente à empresa Opem Representação Importadora Exportadora e Distribuidora Ltda, publicada no Diário Oficial da União nº. 180, de 19 de setembro de 2016, Seção 1, página 24 e Suplemento página 18.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.679, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de mandioca na modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência da cultura, com LMR de 0,01 mg/Kg e IS não determinado devido a modalidade de emprego; uva na modalidade de emprego (aplicação) pós-emergência da cultura, com LMR de 0,01 mg/Kg e IS de 07 dias na monografia do ingrediente ativo S13 - S-METOLACLORO, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.680, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de arroz na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS de 14 dias na monografia do ingrediente ativo N09 - NOVALUROM, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.681, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR de 3,0 mg/kg para 6,0 mg/kg e manter o IS de 03 dias para as culturas de couve, brócolis e couve-flor, na modalidade de emprego (aplicação) foliar; alterar o LMR de 0,10 mg/kg para 2,0 mg/kg e manter o IS de 01 dia para a cultura do mamão, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo M45 - MANDIPROPAMIDA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.682, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR de 0,2 mg/kg para 0,5 mg/kg e mantém o IS de 14 dias para a cultura de maçã, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo M32 - METOXIFENOZIDA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO-RE N° 2.683, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do café na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 14 dias e a cultura da maçã na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 3 dias na monografia do ingrediente ativo C73 - CIFLUMETOFEM, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE N° 2.684, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 51297-41.2015.4.01.3400, 5ª Vara Federal - DF, que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto DIFENOCONAZOLE TÉCNICO AVGUST.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.685, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação toxicológica preliminar não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.686, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.687, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.253, DE 19 DE AGOSTO DE 2016 (*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando os arts. 21, 23 e 56 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de1969;

considerando o inciso XXVI do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 4.3 da Resolução Anvisa nº 16, de 30 de abril de 1999;

considerando o item 3.5 da Resolução Anvisa n° 18, de 30 de abril de 1999;

considerando o item 3.1, alíneas b, e, f e g da Resolução - RDC n° 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando as informações apresentadas nos Recursos Administrativos (Expedientes nº 246564/16-7; 286725/16-7; e 326468/16-8) feitos pela empresa PHOTON NEGÓCIOS DE SAÚDE E BEM ESTAR LTDA, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades, em qualquer mídia, que atribuam propriedades de saúde, terapêuticas, ou funcionais não autorizadas, aos produtos divulgados ou comercializados pela empresa PHOTON NEGÓCIOS DE SAÚDE E BEM ESTAR LTDA (CNPJ 16.960.794/0001-75), nome Fantasia HEALWHEEL COMÉRCIO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES DO BRASIL sito à Rua Luis Anhaia, 77, Vila Madalena, São Paulo/SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Republicada por ter saído no DOU de 22 /8/ 2016, Seção 1, pág. 61, com incorreção no original.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.707, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.708, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.710, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.711, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE N° 2.712, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.713, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.714, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.715, DE 7 DE OUTUVRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.716, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.717, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.718, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.719, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.720, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.721, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.722, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.723, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.724, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.725, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE N° 2.726, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.727, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.728, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.730, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica comprimidos na certificação da empresa Pfizer PGM, solicitada pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 61.072.393/0001-33, publicado pela Resolução RE nº 4.800, de 12 de dezembro de 2014, no Diário Oficial da União nº 242, de 15 de dezembro de 2014, Seção 01, pág. 52 e em suplemento págs. 158 e 159, conforme expedientes nº 0495956/14-6 e 2146158/16-9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE N° 2.731, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.732, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.733, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.734, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.735, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 3.227, de 20 de novembro de 2015, no Diário Oficial da União nº 223, de 23 de novembro de 2015, Seção 1, pág. 106, e suplemento, págs. 239 e 240 conforme expediente 2230120/16-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.736, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 1.661, de 23 de junho de 2016, no Diário Oficial da União nº 121, de 27 de junho de 2016, Seção 1, pág. 29, e em suplemento da Seção 1, pág. 39, conforme expediente 2218845/16-2.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.737, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Banner Pharmacaps Europe B. V. na certificação solicitada pela empresa Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda., CNPJ nº 59.557.124/0001-15, publicado pela Resolução RE nº 3.990, de 9 de outubro de 2014, no Diário Oficial da União nº 197, de 13 de outubro de 2014, Seção 01, pág. 667 e em suplemento pág. 171, para Patheon Softgels B.V., conforme expedientes nº 0279194/14-3 e 2144202/16-9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RETIFICAÇÕES

Na resolução - RE N.º 2.414, de 03 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 127, de 07 de julho de 2014, Seção 01 Pag. 22 e Suplemento Págs. 151 e 153.

Onde se lê:

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A

ENDEREÇO: R DOUTOR CIRO PALMERSTON, 50 - QUADRA016

LOTE 011-B

BAIRRO: Centro CEP: 75690000 - CALDAS NOVAS/GO

CNPJ: 06.626.253/0571-88

PROCESSO: 25351.340917/2014-07 AUTORIZ/MS: 7.21326.6

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE

ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A

ENDEREÇO: R DOUTOR CIRO PALMERSTON, 50 - QUADRA 016 LOTE 011-B

BAIRRO: Centro CEP: 75690000 - CALDAS NOVAS/GO

CNPJ: 06.626.253/0571-88

PROCESSO: 25351.340917/2014-07

AUTORIZ/MS: 7.21326-6

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Na Resolução - RE n° 2.858, de 31 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 147, de 4 de agosto de 2014, Seção 1 pág. 75 Suplemento págs. 83 e 95.

Onde se lê:

EMPRESA: A.A. GODOI DROGARIA ME

ENDEREÇO: Av Pedro Paulo Soares de Oliveira, 402

BAIRRO: Nuc Hab Universitarias CEP: 79071320 - CAMPO GRANDE/MS

CNPJ: 14.511.974/0001-44

PROCESSO: 25351.421005/2014-27 AUTORIZ/MS: 7.24162.8

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: A.A. GODOI DROGARIA ME

ENDEREÇO: Av Pedro Paulo Soares de Oliveira, 402

BAIRRO: Nuc Hab Universitarias CEP: 79071320 - CAMPO GRANDE/MS

CNPJ: 14.511.974/0001-44

PROCESSO: 25351.421005/2014-27

AUTORIZ/MS: 7.24162-8

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL-

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

DIRETORIA DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.738, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art.135, VIII e o art. 54, I, §1°do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 2 de agosto de 2016 e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 12, de 16 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Habilitar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), os laboratórios abaixo relacionados:

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Nº do Processo de hab ilitação na REBLAS
REBLAS 132	CASCARDI Saneamento Básico Ltda - EPP	Rua Guaira, 132	Guarulhos/SP	66.657.891/0001-61	25351.951817/2016-64
REBLAS 133	Laboratório de Alimentos, Assessoria M Mattos Ltda EPP	Rua Euzébio de Queiroz, 45, Centro	Niterói/RJ	01.519.348/0001-52	25351.365774/2016-86

Art. 2º Os ensaios e/ou estudos analíticos habilitados para os laboratórios descritos na tabela do art. 1º serão publicados no sítio eletrônico da ANVISA (portal.anvisa.gov.br).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DA COORDENADOR
Em 7 de outubro de 2016

Nº 89 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BUFFET LILIAN FORTUNA LTDA CNPJ/CPF: 03.847.769/0001-38

25752.664663/2013-41 - AIS:0951906/13-8 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

AUTUADO: COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA CNPJ/CPF: 03.816.532/0003-51

25743.757556/2015-20 - AIS:1079001/15-2 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)

AUTUADO: COLOPLAST DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.794.555/0001-88

25752.565614/2011-79 - AIS:794053/11-0 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: COMISSARIA AEREA RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ/CPF: 42.454.330/0001-05

25752.682209/2008-71 - AIS:877810/08-8 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: COMISSARIA AEREA RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ/CPF: 42.454.330/0001-05

25752.682165/2008-80 - AIS:877754/08-3 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA

ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: COMISSARIA AEREA RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ/CPF: 42.454.330/0001-05

25752.682117/2008-91 - AIS:877700/08-4 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0003-82 - 25752.592658/2013-57 - AIS:0848179/13-2 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO CNPJ/CPF: 00.352.294/0015-16 - 25742.486769/2013-71 - AIS:0693876/13-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: J. F. LUCAS - ME CNPJ/CPF: 09.207.496/0001-43

25763.255405/2013-99 - AIS:0358715/13-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

AUTUADO: MAGISTRIS DO BRASIL LABORATÓRIO DERMOCOSMÉTICO LTDA - EPP CNPJ/CPF: 03.758.957/0001-90 - 25759.033499/2012-28 - AIS:0047928/12-4 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91 - 25743.527794/2013-02 - AIS:0754212/13-7 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: BONOTEL ADMINISTRAÇÃO DE HOTEIS LTDA. CNPJ/CPF: 05.266.391/0002-95

25752.635233/2012-16 - AIS:0911626/12-5 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: DSND CONSUB S/A CNPJ/CPF: 27.596.568/0011-45

25765.546670/2012-33 - AIS:0783631/12-7 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0061-51 - 25752.401627/2012-11 - AIS:0572881/12-9 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ/CPF: 15.559.082/0001-86 - 25351.054244/2013-22 - AIS:0076778/13-6 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ/CPF: 15.559.082/0001-86 - 25351.710332/2012-15 - AIS:1015711/12-5 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: ISS MARINE SERVICES LTDA CNPJ/CPF: 05.429.268/0001-67

25752.544983/2012-87 - AIS:0781011/12-3 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 02.378.779/0005-32

25752.557937/2012-96 - AIS:0799541/12-5 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA. CNPJ/CPF: 92.691.609/0003-34

25751.669380/2012-36 - AIS:0958791/12-8 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: NORTH STAR SERVIÇOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 13.781.648/0001-94

25757.115073/2013-12 - AIS:0163817/13-3 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55

25743.659561/2012-33 - AIS:0945353/12-9 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA CNPJ/CPF: 60.856.937/0001-95

25759.290355/2013-18 - AIS:0407228/13-6 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0017-27

25745.029474/2013-71 - AIS:0042192/13-8 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 00.317.929/0001-49

25351.236397/2013-93 - AIS:0333623/13-9 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: TUGBRASIL APOIO PORTUÁRIO S/A. CNPJ/CPF: 04.735.952/0001-04

25741.656697/2013-83 - AIS:0940328/13-1 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72 - 25759.552226/2010-69 - AIS:728116/10-1 - GPROP/ANVISA

ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72 - 25759.497343/2010-10 - AIS:653541/10-1 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72 - 25759.552206/2010-25 - AIS:728088/10-2 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72 - 25759.552179/2010-21 - AIS:728028/10-9 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Coordenador nº 61, de 15 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 157, de 16 de agosto de 2016, Seção 1, pág. 83-84.

Onde se lê:

AUTUADO: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 43.426.626/0001-77

25351.631959/2010-97 AIS:833929/10-5 - GFIMP1/ANVISA

Arquivamento Por Insubsistência

Leia-se:

AUTUADO: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 43.426.626/0001-77

25351.631959/2010-97 - AIS:833929/10-5 - GFIMP1/ANVISA

Penalidade de Advertência

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO- RE N° 2.693, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO- RE N° 2.694, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.695, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.696, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.697, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 2.072 de 3 de agosto de 2016, única e exclusivamente quanto ao Cancelamento de Registro ou Cadastro a pedido da Empresa, referente à empresa EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME, PROCESSO 25351.005194/2015-12, publicada no Diário Oficial da União nº. 151 de 8 de agosto de 2016, Seção 1, página 28 e em Suplemento, página 90.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

CÂMARA DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA-EXECUTIVA

DECISÃO Nº 11, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

A SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 10.742/2003, no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução CMED n.º 3/2003, decide:

Acolher o Relatório n. 074/2016/SCMED, de 08 de agosto de 2016, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.076108/2011-31, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa CASULA & VASCONCELOS IND. FARMACÊUTICA E COMÉRCIO LTDA. ME. CNPJ: n° 05.155.425/0001-93, a multa no valor de R$ 105.556,44 (Cento e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), pela oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido, de acordo com Relatório de Comercialização de 2014, em desacordo com o Art. 6º, inciso II e 8° da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Resolução CMED n° 1, de 08 de março de 2013 e Resolução n° 2, de 03 de abril de 2013. Orientação Interpretativa n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Acolher o Relatório n. 083/2016/SCMED, de 16 de setembro de 2016, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.678314/2013-82, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para absolver a empresa NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S/A, CNPJ: 56.994.502/0001-30, por não se ter comprovado a existência de infração ao Preço Fábrica (PF).

Acolher o Relatório n. 084/2016/SCMED, de 16 de setembro de 2016, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.268116/2014-69, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa FRESENIUS KABI BRASIL LTDA., CNPJ N° 49.324.221/0008-80, ao pagamento de multa no valor de R$ 7.202,55 (Sete mil duzentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), pela não entrega do relatório de comercialização referente à Resolução CMED n. 02, de 12 de março de 2014.

Acolher o Relatório n. 085/2016/SCMED, de 16 de setembro de 2016, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.026120/2014-96, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa JP INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A., CNPJ N° 55.972.087/0001-50, ao pagamento de multa no valor de R$ 965.726,48 (Novecentos e sessenta e cinco mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos), pela oferta e/ou comercialização de produtos sem aprovação de preço pela CMED.

MARIA ILCA DA SILVA MOITINHO
Substituta

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.355, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

Habilita, no âmbito da Rede Cegonha, o Centro de Parto Normal Peri-hospitalar (Casa de Parto da Unidade Mista de São Sebastião).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011 que institui a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 650/GM/MS, de 5 de outubro de 2011 que dispõe sobre os Planos de Ação regional e municipal da Rede Cegonha;

Considerando a Deliberação do Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal nº 3, de 24 de janeiro de 2014, que aprova o credenciamento da Casa de Parto da Unidade Mista de São Sebastião de acordo com os critérios da Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 11/GM/MS, de 07 de fevereiro de 2015, que estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação Geral da Saúde das Mulheres/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o Centro de Parto Normal Peri-hospitalar (Casa de Parto da Unidade Mista de São Sebastião), com 3 (três) quartos PPP, pertencente à Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal, vinculado ao Hospital Regional do Paranoá para retaguarda assistencial:

CNPJ	00394700/0018-56
CNES	2650355
CPN	Casa de Parto de São Sebastião
HOSPITAL DE REFERÊNCIA/CNPJ	Hospital Regional do Paranoá/00394.700/0003-70
TIPO DE CPN	Peri-hospitalar
Nº QUARTOS PPP	3
CÓDIGO SCNES - HABILITAÇÃO	14.17
CUSTEIO MENSAL	R$60.000,00 (sessenta mil reais)
MUNICÍPIO/UF	São Sebastião/DF

Art. 2º Os recursos destinados ao custeio da habilitação foram estabelecidos na Portaria nº 1.625/GM/MS, de 1º de outubro de 2015.

Art. 3º O Ministério da Saúde acompanhará as informações sobre as ações executadas pelo Centro de Parto Normal, podendo suspender a habilitação do CPN a qualquer momento, caso constatado o não cumprimento dos requisitos de constituição e habilitação estabelecidos na Portaria nº 11/GM/MS, de 07 de fevereiro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos desde 1º de outubro de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.373, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimentos de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que define em seu Anexo XVII o Regulamento Técnico dos Laboratórios de Histocompatibilidade e Imunogenética - LHI;

Considerando a Portaria nº 844/GM/MS, de 02 de maio de 2012, que estabelece a manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) e que define em seu art. 4º que todos os laboratórios de Imunologia e Histocompatibilidade autorizados pela CGSNT/DAET/SAS/MS deverão realizar recadastramento junto à referida Coordenação-Geral; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam renovadas as autorizações e habilitações dos estabelecimentos de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

RIO GRANDE DO NORTE

RAZÃO SOCIAL	
Hemovida/Serviços de Hemoterapia - LTDA	CNPJ: 40.997.322/0001-71 CNES: 2766639

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - Laboratório de Histocompatibilidade	CNPJ: 60.255.791/0001-22 CNES: 2047438

Art. 2º Ficam recadastrados os estabelecimentos de saúde abaixo relacionados, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

RIO GRANDE DO NORTE

RAZÃO SOCIAL	
Hemovida/Serviços de Hemoterapia - LTDA	CNPJ: 40.997.322/0001-71 CNES: 2766639

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - Laboratório de Histocompatibilidade	CNPJ: 60.255.791/0001-22 CNES: 2047438

Art. 3º As renovações de autorização e os recadastramentos concedidos por meio desta portaria terão validade de dois anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.371, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a habilitação da Santa Casa de Alfenas/Casa de Caridade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON para UNACON com Serviço de Hematologia e Radioterapia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria nº 775/SAS/MS, de 30 de dezembro de 2008, que habilita a Casa de Caridade de Alfenas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro/Alfenas-MG como Unidade de Assistência de Alta Complexidade (UNACON);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Resolução CIB nº 033, de 17 de setembro de 2015; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a habilitação da Casa de Caridade/Santa Casa, localizada no município de Alfenas/MG de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON para UNACON com Serviço de Hematologia e Radioterapia (código 17.07 e 17.08).

Estabelecimento - Município/UF	CNES	Habilitação	CNPJ
Santa Casa de Alfenas/Casa de Caridade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	2171945	UNACON com Serviço de Hematologia e Radioterapia	16.650.756/0001-16

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 508, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Portaria SGTES/MS nº 501, de 29 de setembro de 2016, que divulga o resultado de obtenção de conceito referente às Avaliações Somativas do Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), para fins de utilização da bonificação pontuação adicional de 10% nos processos seletivos para Programas de Residência Médica de 2017.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º O art. 7º, da Portaria SGTES/MS nº 501, de 29 de setembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os profissionais do 8º ciclo, que ingressaram no Programa por meio da chamada pública regida pelo Edital SGTES/MS nº 16, de 2 de outubro de 2015, deverão desenvolver as atividades de ensino serviço até completarem os doze meses de carga horária total do PROVAB, observando a data de início das atividades nos Municípios. (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES

PORTARIA Nº 509, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga parcialmente o Edital SGTES/MS nº. 12, de 10 de maio de 2016 em relação aos médicos estrangeiros com habilitação para o exercício da medicina no exterior.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando o disposto no item 15.3 do Edital SGTES/MS nº. 12, de 10 de maio de 2016, as motivações constantes do processo registrado sob SIPAR nº 25000.188237/2015-29 e a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º Determinar, por razoes de conveniência e oportunidade, a revogação parcial do Edital SGTES/MS nº. 12, de 10 de maio de 2016, apenas em relação ao chamamento público de médicos estrangeiros com habilitação para o exercício da medicina no exterior para adesão aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde.

Art. 2º Em razão da revogação parcial do chamamento público, tornam-se sem efeito, apenas no que se refere aos médicos estrangeiros com habilitação para o exercício da medicina no exterior os dispositivos indicados nos subitens 3.1.3, 3.5, 3.6, 5.1.8, 5.1.9, 5.2.10, 5.2.10.1, 5.2.10.2, 5.2.10.3, 5.2.10.4, 5.2.10.5, 5.2.11, 5.2.12, 5.2.13, 5.2.14, 6.6, 7.3, 8.3, 8.3.1, 9.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5, 9.3.6, 9.3.7, 9.3.8, do Edital SGTES/MS nº. 12, de 10 de maio de 2016.

Art. 3º O Edital SGTES/MS nº. 12, de 10 de maio de 2016 mantem-se vigente quanto as primeira e segunda fases, já ocorridas e no que concerne aos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, e médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da medicina no exterior.

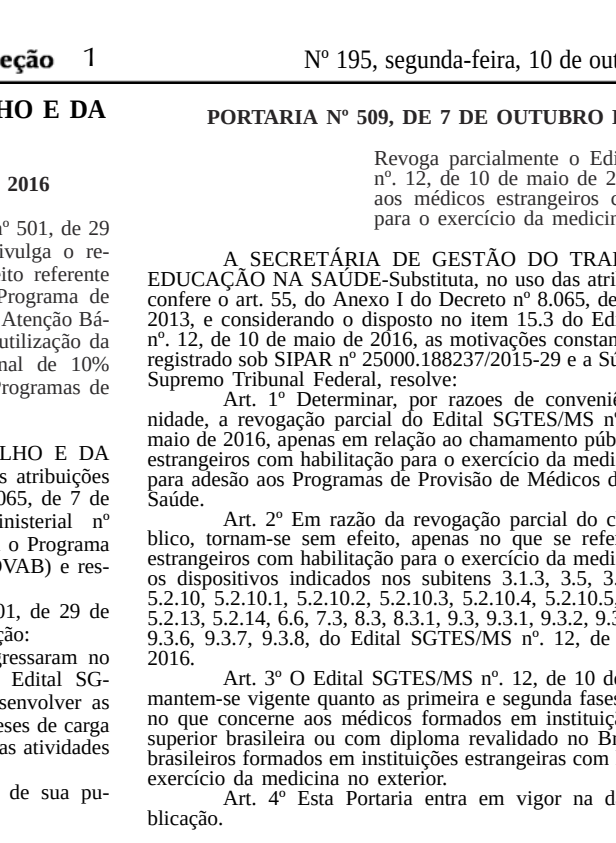
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 199, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.112303/2016-89, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CATA - INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 05.580.434/0001-21, situada no Município de São Paulo - SP, Rua Barra do Turvo, nº 153, Bairro da Mooca, CEP: 03.162-120 para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA DA 148ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2016

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se no Gabinete do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco H, Sala 501, Brasília-DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da Justiça e Cidadania; das Cidades; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Educação; da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, sob a Presidência do Senhor Alberto Angerami, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: após a confirmação da existência de quórum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) Aprovação da Ata da 147ª Reunião Ordinária de 2016. 2) Estiveram presentes nesta reunião para auxiliar na apresentação dos Processos: Ronaldo Camargo, Vice Presidente do CONTRAN e Diretor do DENATRAN Substituto; Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF; Juliana Lopes Nunes, Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT; Rita Ferreira da Cunha, Coordenadora-Geral Substituta de Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT; Carlos Magno da Silva Oliveira, Coordenador-Geral de Planejamento Operacional - CGPO; Antoniony Lopes Alves da Silva, Coordenador-Geral de Informatização e Estatística; José Renato Guimarães, Coordenador-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico - CGPNE; Luiz Massao Kita, Assessor do DENATRAN e Marilene Santos da Silva, Assistente do DENATRAN. Como convidados os representantes das Câmaras Temática de Assuntos Veiculares, Mario Rinaldi, e o representante da Câmara Temática de Engenharia de Tráfego, de Sinalização e da Via, o Senhor Rui Correa Vieira. 3) O Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF efetuou a leitura da Nota Técnica nº 193/2016, que trata da recomendação do Ministério Público ao Conselho Nacional de Trânsito para suspender os efeitos da Resolução CONTRAN nº 543/2015 - obrigatoriedade do simulador de direção para obtenção da CNH, pelas razões expostas no Parecer. O Conselho decidiu que o Processo nº 80000.007070/2016-01 deve ser arquivado. 4) A Coordenadora-Geral Substituta de Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT efetuou a leitura da Nota Técnica nº 11/2016/CGQFHT, informando que ao conhecer a campanha lançada pelo Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, nota-se sua coerência com ações e projetos do DENATRAN. Assim, propõe ao Conselho o tema usado pelo Observatório: "Década Mundial de Ações para a Segurança no Trânsito - 2011/20020: Eu sou + 1 por um trânsito + seguro". O Conselho aprovou a sugestão. III - ORDEM DO DIA: 1) Processo: 80000.018845/2012-32; Interessado: DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução que estabelece o sistema de placas de identificação de veículos no padrão estabelecido para o MERCOSUL. Após as considerações do Coordenador-Geral de Planejamento Operacional - CGPO, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 590/2016, cuja ementa é: "Estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº. 33/14". 2) Processo: 80000.002030/2016-65; Interessado: DENATRAN; Assunto: Altera a Resolução CONTRAN nº 293/2008, que fixa requisitos de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos, e dá outras providências. Após as considerações do Representante da Câmara Temática de Assuntos Veiculares, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 591/2016, cuja ementa é: "Altera a Resolução CONTRAN nº 293, de 29 de setembro de 2008". 3) Processo: 80020.001167/2015-83; Interessados: Departamento de Policia Rodoviária Federal - DPRF e Rômulo Duldrini Filogônio; Assunto: Estabelece as especificações técnicas para a fabricação e a instalação de para-choque traseiro. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT, o Conselho decidiu aprovar as Resoluções CONTRAN que receberam os nºs 592/2016, cuja ementa é: "Incluir o inciso VII no art. 2º da Resolução n° 14, de 06 de fevereiro de 1998, do CONTRAN", e 593/2016, cuja ementa é: "Estabelece as especificações técnicas para a fabricação e a instalação de para-choques traseiros nos veículos de fabricação nacional ou importados das categorias N2, N3, O3 e O4". 4) Processos: 80000.052815/2013-36, 80000.023986/2014, 80050.001447/2014, 80000.037364/2014 e 80000.003306/2015; Interessado: Wake Indústria e Comércio de Veículos Ltda.; Assunto: Minuta para alterar as Resoluções CONTRAN nº 63/1998, nº 221/2007, nº 311/2009 e nº 380/2011, que dispõem sobre a obrigatoriedade do uso do sistema antitravamento das rodas - ABS. Após a manifestação de concordância com as minutas de resoluções pelo Representante do Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços, em razão da apresentação de vista, e as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT, o Conselho decidiu aprovar as Resoluções CONTRAN que receberam os nºs 594/2016, que "Altera a Resolução CONTRAN nº 63, de 21 de maio de 1998, que dispõe sobre o licenciamento e o registro de veículos de fabricação artesanal"; 595/2016, que "Altera a Resolução CONTRAN nº 221, de 11 de janeiro de 2007, que estabelece requisitos de proteção aos ocupantes e integridade do sistema de combustível decorrente de impacto nos veículos"; 596/2016, que "Altera a Resolução CONTRAN nº 380, de 28 de abril de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do Sistema Antitravamento das Rodas (ABS)"; e 597/2016, que "Altera a Resolução CONTRAN nº 311, de 03 de abril de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva - Air Bag, na parte frontal dos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e importados". 5) Processo: 80000.031542/2014-77; Interessado: DENATRAN; Assunto: Procedimentos administrativos quanto ao Leilão de Veículos. O Representante do Ministério da Justiça solicitou prazo maior para apresentar o seu pedido de vista. 6) Processo: 80000.015736/2012-63; Interessado: DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução que altera os modelos e as especificações do Certificado de Registro de Veículo - CRV, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV e Carteira Nacional de Habilitação - CNH, sua produção e expedição. Após as considerações do Coordenador-Geral de Informatização e Estatística, o Conselho decidiu aprovar as Resoluções CONTRAN que receberam os nºs 598/2016, cuja ementa é: "Regulamenta a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação, com novo leiaute e requisitos de segurança"; e a 599/2016, cuja ementa é: "Altera os modelos e especificações do Certificado de Registro de Veículo - CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV e sua produção e expedição". 7) Processo: 80000.023220/2009-97; Interessado: Prefeitura Municipal de Maringá; Assunto: Minutas de Resoluções que estabelecem os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas, disciplinada pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro; proíbem a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via pública; e estabelecem os critérios e padrões para a instalação de sonorizador nas vias públicas, disciplinados pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Após as considerações do Representante da Câmara Temática de Engenharia da Via, o Conselho decidiu aprovar as Resoluções CONTRAN que receberam os nºs 600/2016, cuja ementa é: "Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas, disciplinada pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro, e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via pública"; e 601/2016, que "Estabelece os critérios e padrões para a instalação de sonorizador nas vias públicas, disciplinados pelo Parágrafo Único do Artigo 94 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB". 8) Processo: 80000.017734/2009-11; Interessado: DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução que dispõe sobre notificação e cobrança de multa por infração de trânsito praticada com veículo licenciado no exterior em trânsito no território nacional. Após as considerações do Coordenador Geral de Planejamento Operacional - CGPO, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 602/2016, cuja ementa é: "Dispõe sobre notificação e cobrança de multa por infração de trânsito praticada com veículo licenciado no exterior em trânsito no território nacional". 9) Processos: 80000.045840/2013-63; 80000.038870/2011-51; 80000.045047/2012-83; 80000.053726/2011-45 e 80000.010028/2011-55; Interessado: Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; Assunto: Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte de presos e outras providências. Após as considerações apresentadas pelo Coordenador da CGIT, o representante do Ministério da Justiça pediu vistas do processo, o que lhe foi concedido. 10) Processo: 80000.021874/2015-24; Interessado: DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução que altera o art. 1º e acrescenta o parágrafo 7º da Resolução CONTRAN nº 305, de 06 de março de 2009, que estabelece requisitos de segurança necessários à circulação de Combinações para Transporte de Veículos - CTV e Combinações de Transporte de Veículos e Cargas Paletizadas - CTV. Após as considerações apresentadas pelo Coordenador da CGPO, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 603/2016, cuja ementa é: "Altera o Art. 1º e acrescenta o parágrafo 7º ao mesmo artigo, da Resolução CONTRAN nº 305, de 06 de março de 2009". 11) Processo: 80000.004315/2015-50; Interessado: Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística - NTC; Assunto: Minuta de Resolução que altera a Resolução CONTRAN nº 258/2007, a qual regulamenta os artigos 231, X e 323 do Código de Trânsito Brasileiro, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 604/2016, cuja ementa é: "Altera a Resolução CONTRAN nº 258, de 30 de novembro de 2007". 12) Processo: 80000.006757/2016-11; Interessado: DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução que altera a Resolução CONTRAN nº 402, que estabelece requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 605/2016, cuja ementa é: "Substitui os Anexos I e II da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012". 13) Processo: 80000.002997/2015-66; Interessado: Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO; Assunto: Minuta de Resolução que acrescenta o parágrafo único ao art. 3º da Resolução CONTRAN nº 509, de 27 de novembro de 2014, a fim de permitir a aplicação do sistema antitravamento das rodas (ABS) em uma ou mais rodas nas motocicletas, motonetas, triciclos e quadriciclos com cilindrada inferior a 300 cc ou, no caso de elétricos, com potência abaixo de 22 kW. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 606/2016, cuja ementa é: "Acrescenta o Parágrafo único ao Art. 3º da Resolução CONTRAN nº 509, de 27 de novembro de 2014, a fim de permitir a aplicação do sistema antitravamento das rodas (ABS) em uma ou mais rodas nas motocicletas, motonetas, triciclos e quadriciclos com cilindrada inferior a 300 cc ou, no caso de elétricos, com potência abaixo de 22 kW". 14) Processo: 80000.105228/2016-08; Interessado: DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução que estabelece o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito - RENAEST e dá outras providências. Após as considerações do Coordenador-Geral de Informatização e Estatística - CGIE, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 607/2016, cuja ementa é: "Estabelece o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito - RENAEST e dá outras providências". 15) Processo: 80000.100108/2016-14; Interessados: 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco, DNIT e DPRF; Assunto: Minuta de Resolução que acrescenta o art. 12 e parágrafo único à Resolução CONTRAN nº 210, de 13 de novembro de 2006, que estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres, e dá outras providências. Após as considerações do Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 608/2016, cuja ementa é: "Acrescenta o Art. 12-A e parágrafo único à Resolução nº 210, de 13 de novembro de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitam por vias terrestres e dá outras providências". 16) Processo: 80000.057985/2010-64; Interessado: Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros - ABRATI; Assunto: Minuta de Resolução que estabelece período de transição para os sistemas de registros de acidentes dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. Referenda a Deliberação nº 148/2016. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 609/2016, cuja ementa é: "Estabelece período de transição para os sistemas de registros de acidentes dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito". 17) Processos: 80000.030711/2015-32, 80000.010766/2015-26, 80000.021634/2014-49 e 80000.024027/2015-11; Interessado: Coordenação Geral de Operações do Ministério da Justiça; Assunto: Minuta de Resolução que altera os artigos 6º e 8º, os Anexos I, II, II e IV, e acrescenta o Anexo V à Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 610/2016, cuja ementa é: "Altera os artigos 6º e 8º, os Anexos I, II, III e IV, e acrescenta o Anexo V à Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015". 18) Processo: 80000.038299/2014-18; Interessado: DENATRAN; Assunto: Regulamenta a Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 4º do artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998, e dá outras providências. Após as considerações do Coordenador-Geral de Planejamento Operacional - CGPO, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 611/2016, cuja ementa é: "Regulamenta a Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 4º do artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998, e dá outras providências". IV - JULGAMENTO DE RECURSOS: 01) Processo: 08.658.011.819/2013-11; Interessado: Leandro Antônio Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 573/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 02) Processo: 08.675.001.154/2013-11; Interessado: SITTRATER-DF; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/DF; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 574/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 03) Processo: 08.675.000.804/2013-19; Interessado: Stella Costa dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/DF; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 575/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 04) Processo: 08.662.001.093/2013-31; Interessado: Cleuton Ângelo Ribeiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 576/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 05) Processo:

VERSÃO DE IMPRENSA NACIONAL

08.662.000.848/2013-80; Interessado: Raquel Monteiro dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 577/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 06) Processo: 08.662.001.977/2013-95; Interessado: Viação Nova Integração Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 578/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 07) Processo: 08.662.008.080/2013-92; Interessado: Dafonte Transporte Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 579/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 08) Processo: 08.675.003.365/2012-15; Interessado: Andre Santos da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/DF; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 580/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 09) Processo: 08.657.009.416/2009-27; Interessado: Luiz Jose Batista; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 581/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 10) Processo: 08.654.003.957/2006-29; Interessado: Juci Zeinbi Barbosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 582/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 11) Processo: 08.659.010.664/2007-39; Interessado: Marcelo do Amaral Tigre; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 583/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 12) Processo: 08.659.000.202/2013-51; Interessado: Valdivar de Almeida Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 584/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 13) Processo: 08.659.000.094/2010-74; Interessado: José Augusto Alves Ribas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 585/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 14) Processo: 08.659.011.329/2010-53; Interessado: Valdair Prestes de Faria; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 586//2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 15) Processo: 08.659.015.746/2011-56; Interessado: Rogério Bufrem Riva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 587/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 16) Processo: 08.659.003.920/2010-37; Interessado: Nery Braz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 588/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 17) Processo: 08.659.015.740/2009-64; Interessado: Lucas Piccinini; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 589/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 18) Processo: 08.659.021.777/2010-65; Interessado: Ericson Ricardo do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 590/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 19) Processo: 08.659.001.388/2010-13; Interessado: Aparecido José dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 591/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 20)Processo: 08.659.004.772/2009-34; Interessado: Leonel Anjos de Bonfim; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 592/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 21) Processo: 08.659.009.864/2010-44; Interessado: Marcos Antonio Moreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 593/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 22) Processo: 08.659.025.806/2010-68; Interessado: Alessandro de Jesus Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 594/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 23) Processo: 08.659.024.978/2010-14; Interessado: Guilherme Turri da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 595/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 24) Processo: 08.659.021.121/2009-17; Interessado: Julio Cesar J. W. Martignago; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 596/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 25) Processo: 08.657.009.096/2011-20; Interessado: Ana Maria Marins Alvim Gama; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 597/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 26) Processo: 08.656.009.313/2012-40; Interessado: Camilo Cuquejo Suarez; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 598/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 27) Processo: 08.674.001.068/2013-18; Interessado: Elias Lima Dourado Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SRPRF/TO; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 599/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 28) Processo: 08.662.003.749/2014-31; Interessado: Erivaldo Sousa dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 600/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 29) Processo: 08.652.004.647/2012-90; Interessado: Edney Nascimento da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 601/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 30) Processo: 08.657.028.950/2010-76; Interessado: Eduardo Queiroz de Freitas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 602/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 31) Processo: 08.658.008.521/2014-04; Interessado: Roni Klein Dimer; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 603/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 32) Processo: 08.657.003.890/2009-45; Interessado: Paulo Mauricio Bastos Moreno; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 604/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 33) Processo: 08.669.010.638/2013-30; Interessado: Rodoprince Transportes Rodoviários Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SRPRF/MS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 605/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 34) Processo: 08.658.018.902/2013-11; Interessado: Juliana Bueno Macedo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 606/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 35) Processo: 08.656.007.298/2012-28; Interessado: Rosana Martins da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 607/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 36) Processo: 08.656.021.633/2009-03; Interessado: Geraldo Buitrago Aquino; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 608/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 37) Processo: 08.666.002.437/2012-16; Interessado: Rodrigo Ribeiro dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 609/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 38) Processo: 08.666.003.335/2011-29; Interessado: Sebastião Alves de Siqueira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 610/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 39) Processo: 08.660.015.511/2010-44; Interessado: José Doraci da Rosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 611/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 40) Processo: 50.600.065.763/2014-19 e 50.622.002.700/2013-12; Interessado: Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 22ª SRE/RO-AC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 612/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 41) Processo: 08.659.016.575/2010-00; Interessado: Jose Aranildo de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 613/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 42) Processo: 08.657.020.468/2010-98; Interessado: Ricardo Ferreira Camara; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 614/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 43) Processo: 08.659.003.407/2010-46; Interessado: Johannes Mattheus Albertus Verhoeven; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 615/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 44) Processo: 08.666.013.584/2010-41 e 08.666.013.654/2010-61; Interessado: Paulo Henrique Vieira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 616/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 45) Processo: 08.666.001.946/2010-51; Interessado: Cristiano Alves Ribeiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 617/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 46) Processo: 08.666.000.160/2010-17; Interessado: Felipe Petersen Reimer; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parece0r/CONTRAN nº 618/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 47) Processo: 08.666.004.450/2012-00; Interessado: Jaime Luiz Mallman; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 619/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 48) Processo: 08.666.010.092/2011-85; Interessado: Carlos Alexandre Will; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 620/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 49) Processo: 08.666.016.993/2014-23; Interessado: Neudi Luiz Provinelli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 621/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 50) Processo: 08.666.005.452/2011-27; Interessado: Silvano Gelsleichter; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SR-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 622/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 51) Processo: 08.666.012.276/2009-65; Interessado: Jucelia de Carvalho Arceno; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 623/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 52) Processo: 08.666.009.728/2010-65; Interessado: Juliano de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 624/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 624/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo o conhecimento. 53) Processo: 08.666.011.303/2012-88; Interessado: Saibrita Mineração e Construção Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 625/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 54) Processo: 08.666.008.912/2006-10; Interessado: Reinoldo Paulo da Silveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 626/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 55) Processo: 08.666.011.586/2010-04; Interessado: Jeferson Carlos Rodrigues; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 627/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 56) Processo: 08.666.004.372/2013-16; Interessado: Paulo Sergio Domingos Pacheco Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 628/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 57) Processo: 08.659.007.160/2010-37; Interessado: Noel Gulmini; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 629/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 58) Processo: 08.656.016.776/2012-91; Interessado: Centro de Formação de Condutores Braga Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 630/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 59) Processo: 08.656.001.698/2011-57; Interessado: Vagner dos Reis Gloria; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 631/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 60) Processo: 08.656.003.888/2015-24; Interessado: Rosemeire da Silva Pinto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 632/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 61) Processo: 08.666.011.300/2013-25; Interessado: Raquel Canabarro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 633/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 62) Processo: 08.667.001.506/2013-37; Interessado: Marcio Lira Fernandes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF/ES; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 634/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 63) Processo: 08.667.001.830/2013-55; Interessado: Jose Bichner Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF/ES; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 635/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 64) Processo: 08.656.000.166/2012-75; Interessado: Armando Moreira Freitas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 636/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 65) Processo: 08.664.001.631/2014-58; Interessado: Raimundo Soares de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF/RN; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 637/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 66) Processo: 08.659.009.362/2011-02; Interessado: Jaison Souza Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 638/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 67) Processo: 08.667.005.281/2013-98; Interessado: Joseni Pajari; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF/ES; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 639/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 68) Processo: 08.658.003.073/2009-87; Interessado: Miguel Henrique Tejos Saldivia; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidade. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 640/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 69) Processo: 08.658.021.318/2012-53; Interessado: Eduardo Mangabeira Albermaz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 641/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 70) Processo: 08.658.020.869/2013-81; Interessado: Fernando Joaquim Xavier; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 642/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 71) Processo: 08.666.008.383/2013-75; Interessado: Rafael Savariz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 643/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 72) Processo: 08.669.010.640/2013-17; Interessado: Rodoprince Transportes Rodoviários; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SRPRF/MS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 644/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 73) Processo: 08.657.015.301/2011-96; Interessado: Orlando Tonn; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 645/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 74) Processo: 08.658.010.157/2014-34; Interessado: Monica Gimenez Rodrigues; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 646/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 75) Processo: 08.671.002.269/2012-81; Interessado: Cildo Jose Costa Felis; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 21ª SRPRF/RO-AC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 647/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 76) Processo: 08.671.000.094/2012-78; Interessado: Thiago Rodrigues Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 21ª SRPRF/RO-AC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 648/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 77) Processo: 08.669.010.637/2013-95; Interessado: Rodoprince Transportes Rodoviários Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SRPRF/MS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 649/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 78) Processo: 08.659.027.511/2010-26; Interessado: Silvio Ramos Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 650/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 79) Processo: 08.674.000.633/2014-19; Interessado: Fernando de Sousa Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SRPRF/TO; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 651/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 80) Processo: 08.660.006.155/2011-59; Interessado: Luciano da Silva Leivas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 652/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 81) Processo: 08.660.007.497/2011-96; Interessado: Maria Solange Ramos Stahl; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 653/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 82) Processo: 08.660.017.191/2013-18; Interessado: Leandro Macedo Cozza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 654/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 83) Processo: 08.657.014.109/2010-00; Interessado: Ernandes Teles da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 655/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 84) Processo: 08.657.012.909/2010-88; Interessado: José Marcos de Oliveira Maciel; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 656/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 85) Processo: 08.657.016.574/2010-77; Interessado: Jorge Felipe da Conceição Ribeiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 657/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 86) Processo: 08.657.025.346/2010-98; Interessado: Raquel Monteiro dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 658/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 87) Processo: 08.657.010.279/2009-73; Interessado: José Olimpio Martins de Carvalho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 658/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 88) Processo: 08.663.002.987/2012-57 e 08.663.002.067/2014-09; Interessado: João Gomes da Silva Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 659/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 89) Processo: 08.663.001.345/2013-11; Interessado: Mayse Gomes Carneiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 660/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo nãoconhecimento. 90) Processo: 08.663.001.250/2013-06; Interessado: Rodrigo Lins Guedes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 661/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 91) Processo: 08.663.002.026/2013-23; Interessado: Lúcio Fabio Queiros Albino; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 662/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 92) Processo: 08.663.000.242/2013-34; Interessado: Joacil da Silva Cambum; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 663/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 93) Processo: 08.656.003.278/2011-05; Interessado: Sergio Higino dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 664/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 94) Processo: 08.657.018.459/2011-18; Interessado: Dinister Peres de Freitas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 665/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 95) Processo: 08.657.001.879/2011-65; Interessado: Aroldo Pereira Pardinho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 666/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 96) Processo: 08.657.019.507/2011-95; Interessado: Jackson Alves dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 667/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 97) Processo: 08.657.017.144/2010-72; Interessado: Valdair Delfino do Carmo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 668/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 98) Processo: 08.657.019.651/2011-21; Interessado: Edilson Medeiros dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 669/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 99) Processo: 08.660.004.168/2012-74; Interessado: Rogério Santos dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 670/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 100) Processo: 08.657.017.143/2010-28; Interessado: Valdair Delfino do Carmo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 671/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 101) Processo: 08.660.003.101/2011-31; Interessado: Herta Silva de Lemos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 672/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 102) Processo: 08.660.007.700/2012-13; Interessado: Marcelo Dias Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 673/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 103) Processo: 08.660.001.313/2010-01; Interessado: Izaquieu Camargo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 674/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 104) Processo: 08.660.014.901/2013-40; Interessado: Andre Cassio dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 675/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 105) Processo: 08.660.000.313/2009-42; Interessado: Juliano dos Santos Seger; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 676/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 106) Processo: 08.660.008.267/2010-63; Interessado: Arnaldo Omar Beskow; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 677/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 107) Processo: 08.656.002.466/2010-27; Interessado: Carlos Alberto Balmant de Paula; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 678/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 108) Processo: 08.660.017.079/2009-92; Interessado: Gustavo Rodrigues Neumann; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 679/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 109) Processo: 08.657.001.320/2011-35; Interessado: Antonio Cícero Duarte de Abreu; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 680/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 110) Processo: 08.657.002.401/2011-52; Interessado: Wilson Vidal de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 681/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 111) Processo: 08.657.018.946/2011-81; Interessado: William de Freitas Evaristo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 682/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 112) Processo: 08.657.001.862/2011-16; Interessado: Armando Luiz Teixeira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 683/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 113) Processo: 50.606.011.576/2006-55 e 50.606.028.482/2004-53; Interessado: Luciana Coelho Pessoa Rosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRE/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 684/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 114) Processo: 08.656.017.141/2013-91; Interessado: Jose Aparecido Fernandes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 685/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 115) Processo: 08.656.012.439/2011-43; Interessado: Rosa Maria Barreto Huguete; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 686/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 116) Processo: 08.653.002.161/2013-98; Interessado: Marcos Antonio do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 687/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 117) Processo: 08.652.000.813/2013-60; Interessado: Iraneth de Oliveira Feitosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 688/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 118) Processo: 08.653.000.163/2014-67; Interessado: Rejane Vieira Marques Soares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 689/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 119) Processo: 08.653.000.166/2014-67; Interessado: Rejane Vieira Marques Soares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 690/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 120) Processo: 08.665.002.356/2011-37; Interessado: Valquimar Alves Leão; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 18ª SRPRF/MA; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 691/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 121) Processo: 08.665.002.199/2011-60 e 08.665.000.578/2012-04; Interessado: José Barroso de Sousa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 18ª SRPRF/MA; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 692/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 122) Processo: 08.658.009.581/2012-74; Interessado: Albino Bertholini Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 693/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 123) Processo: 08.658.003.502/2013-01; Interessado: Marcelo Vianna Leite; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 694/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 124) Processo: 08.658.019.449/2013-51; Interessado: Maria Berenice de Macedo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 695/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 125) Processo: 08.659.008.155/2009-16; Interessado: Marcos Roberto Pisarski; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 696/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 126) Processo: 08.654.002.314/2012-14; Interessado: Janeide Maria da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 697/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 127) Processo: 50.604.002.459/2012-69 e 50.604.000.994/2007-18; Interessado: Leonardo Germano Souza Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRE/PE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 698/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 128) Processo: 08.654.001.720/2012-51; Interessado: Ruben Rodrigues da Cruz Ribeiro Bisneto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 699/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 129) Processo: 08.654.001.753/2013-82; Interessado: Antonio Lisboa Aurélio; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 700/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 130) Processo: 08.666.010.310/2009-67; Interessado: Ederaldo Alves Gonçalves; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 701/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 131) Processo: 08.666.013.022/2010-06; Interessado: Anderson Artur Albanaes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 702/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 132) Processo: 08.666.019.593/2012-16; Interessado: Everson Hilleshein; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 703/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 133) Processo: 08.666.000.058/2011-01; Interessado: Kleber Roberto Rios Stahelin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 704/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 134) Processo: 08.666.015.259/2011-02; Interessado: Horivaldo Martins Me; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 705/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 135) Processo: 08.656.018.127/2011-43; Interessado: Pedro Rodrigues de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 706/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 136) Processo: 08.656.010.413/2011-61; Interessado: Ackel Goyaz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 707/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 137) Processo: 08.658.011.372/2013-71; Interessado: Edite Gomes de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 708/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 138) Processo: 08.653.007.090/2014-09; Interessado: Raimundo Rodrigues Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 709/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 139) Processo: 08.659.001.087/2009-56; Interessado: Andre Avelino Perrout; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 710/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 140) Processo: 08.659.002.341/2009-33; In-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

teressado: Zacarias Moreira Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 711/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 141) Processo: 08.659.016.994/2009-08; Interessado: Benedito Sergio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 712/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 142) Processo: 08.666.011.438/2011-62; Interessado: Berto Agrinfo de Moraes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 713/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 143) Processo: 08.666.017.572/2012-58; Interessado: Jose Noel Correa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 714/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 144) Processo: 08.666.007.014/2008-06; Interessado: Djonatan Adalberto da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 715/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 145) Processo: 08.660.016.231/2013-04; Interessado: João Prestes dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 716/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 146) Processo: 08.660.023.484/2011-64; Interessado: Fernando Pinheiro Machado Ferrari; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 717/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 147) Processo: 08.660.022.226/2011-61; Interessado: Paulo Ricardo Silveira da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 718/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 148) Processo: 08.660.011.694/2012-91; Interessado: Jair Beck Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 719/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 149) Processo: 08.660.003.600/2011-29; Interessado: Carlos Derli Garcia D'Avila; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 720/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 150) Processo: 08.660.002.046/2009-48; Interessado: Nelson Guilherme Pitrez Nogueira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 720/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 151) Processo: 08.660.015.968/2009-15; Interessado: Lauryci Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 721/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 152) Processo: 08.660.023.131/2011-64; Interessado: Pablo Mariotti Werlang; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 722/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 153) Processo: 08.660.003.918/2012-91; Interessado: Cenemar Tonin da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 723/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 154) Processo: 08.660.017.932/2009-76; Interessado: Alvacir Ribeiro da Rocha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 724/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 155) Processo: 08.660.003.662/2012-11; Interessado: Atalibio dos Santos Leal; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 725/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 156) Processo: 08.660.011.276/2009-06; Interessado: Antonio Jorge Amaral Lopes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 726/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 157) Processo: 50.606.036.851/2004-81; Interessado: Maria Dolores Renda Nunes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRE/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 727/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 158) Processo: 08.660.004.541/2012-97; Interessado: Igor Padilha Tondorf; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 728/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 159) Processo: 08.660.023.839/2009-09; Interessado: Carlos Alberto Borges Loss; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 729/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 160) Processo: 08.660.007.665/2013-13; Interessado: Roque Vanzetta; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 730/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 161) Processo: 08.660.020.933/2011-12; Interessado: Jair Carlos Schepp; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 731/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 162) Processo: 08.658.003.039/2013-99; Interessado: Donizete Carlos Sobral; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 732/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 163) Processo: 08.658.017.630/2013-23; Interessado: Anderson Ribeiro Barreto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 733/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 164) Processo: 08.658.024.428/2013-58; Interessado: Adair Antonio Mondadori; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 734/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 165) Processo: 08.666.000.893/2011-32 e 08.666.000.896/2011-76; Interessado: Adriana Kenia Cabral; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 735/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 166) Processo: 08.659.020.837/2009-99; Interessado: Maciel Rodrigo Oliveira Bassi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 736/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 167) Processo: 08.659.024.747/2009-05; Interessado: Ednei dos Santos Barbosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 737/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 168) Processo: 08.653.002.371/2007-38 e 08.653.005.690/2009-67; Interessado: Francisco Bezerra de Castro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 738/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 169) Processo: 08.657.010.015/2011-34; Interessado: Milton Pinto de Jesus; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 739/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 170) Processo: 08.659.010.151/2009-90; Interessado: Elisamara Mattos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 740/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 171) Processo: 08.659.013.345/2009-47; Interessado: Rodrigo Otavio Torres da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 741/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 172) Processo: 08.659.002.306/2010-58; Interessado: Marlus Heriberto Arns de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer 742/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 173) Processo: 08.666.007.516/2010-43; Interessado: Orley Ismar Puchalski; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 743/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 174) Processo: 08.659.002.584/2010-13; Interessado: Alan Rodrigo Fava; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 744/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 175) Processo: 08.666.003.359/2013-40; Interessado: Jonas Feder; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 745/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 176) Processo: 08.652.006.906/2013-06; Interessado: Luciane da Silva Coelho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 746/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 177) Processo: 08.657.012.349/2010-61; Interessado: Antonio Cesar Fernandes Martins; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 747/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 178) Processo: 08.653.005.212/2013-33 e 08.653.000.608/2014-75; Interessado: Josefa Pereira Neta Barreto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 748/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 179) Processo: 08.658.015.821/2013-51; Interessado: Fernando da Silva Ortis; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 749/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 180) Processo: 08.659.009.269/2010-17; Interessado: Eduardo Lampreia Courrege da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 750/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 181) Processo: 08.656.017.723/2010-25; Interessado: Raimundo de Fátima Costa Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 751/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 180) Processo: 08.663.00.914/2013-10; Interessado: Ayrton Morato Rossister Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 752/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 181) Processo: 08.659.009.953/2010-91; Interessado: Mauricio Borges Bueno; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 753/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 182) Processo: 08.657.013.827/2009-17; Interessado: Jose Leocadio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 754/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 183) Processo: 08.666.008.432/2010-27; In-

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA

teressado: Marnio Rodrigo Rubick; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 755/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 184) Processo: 08.669.003.012/2014-58; Interessado: Antenor Michel Gasparelli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SRPRF/MS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 756/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 185) Processo: 08.666.006.350/2011-29; Interessado: Jorge Aurélio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 757/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 186) Processo: 08.666.003.599/2011-82; Interessado: José Gonzaga de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 758/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 187) Processo: 08.666.004.911/2011-55; Interessado: Neide Lavandoski Zortea; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 759/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 188) Processo: 08.656.016.198/2010-21; Interessado: Rodny Kien Hwa Oei; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 760/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 189) Processo: 08.666.001.265/2008-79; Interessado: Adilson Garcia; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 761/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 190) Processo: 08.666.000.761/2013-72; Interessado: Aur Ramos Correa Cordeiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 762/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 191) Processo: 08.653.005.213/2013-88 e 08.653.000.610/2014-44; Interessado: Josefa Pereira Neta Barreto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 763/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 192) Processo: 50.600.068.262/2014-94 e 50.606.005.856/2013-53; Interessado: Empresa Gontijo de Transportes Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRE/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 764/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 193) Processo: 08.659.005.268/2005-28; Interessado: Roque Araujo Brandão; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 765/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 194) Processo: 08.653.005.847/2014-11; Interessado: Joaquim Cavalcante de Carvalho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 766/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 195) Processo: 08.662.005.439/2014-51; Interessado: Cleide dos Santos Gabriel Boanerges; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 767/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 196) Processo: 08.656.026.096/2009-80; Interessado: Vanderly Loungue; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 768/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 197) Processo: 08.655.006.463/2010-72; Interessado: Reinaldo dos Santos Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SRPRF/BA; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 769/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 198) Processo: 08.662.001.090/2013-05; Interessado: Cleuton Ângelo Ribeiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 770/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 199) Processo: 08.656.015.779/2010-45; Interessado: Dirlei Silva de Almeida; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 771/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 200) Processo: 08.656.014.538/2013-21; Interessado: Alexandre Túlio Paixão; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 772/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 201) Processo: 08.659.008.781/2009-02; Interessado: Fernando Francisco Baron; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 773/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 202) Processo: 08.666.019.672/2012-19; Interessado: Davi Ricardo Behnke; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 774/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 203) Processo: 08.662.000.129/2014-40; Interessado: Vander Marques Diniz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 775/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 204) Processo: 08.660.007.164/2009-42; Interessado: Cristian Zanol; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 776/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 205) Processo: 08.660.023.858/2001-70; Interessado: Antônio Espindola Brenner; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 777/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 206) Processo:08.656.004.576/2013-76; Interessado: Antonio Marcos Faria; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 778/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 207) Processo: 08.656.016.604/2011-36; Interessado: Valfrido Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 779/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 208) Processo: 08.659.020.930/2011-18; Interessado: Fabiano de Souza Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 780/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 209) Processo: 08.660.013.725/2012-48; Interessado: Cedinir Rigoti; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 781/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 210) Processo: 08.662.007.098/2013-77; Interessado: Enis Geremias Rocha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 782/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 211) Processo: 08.659.000.272/2011-48; Interessado: Fabio José Soar; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 783/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 212) Processo: 08.659.007.715/2011-21; Interessado: José Nildo Ferreira de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 784/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 213) Processo: 08.658.011.076/2013-71; Interessado: Renata Aparecida dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 785/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 214) Processo: 08.658.018.259/2013-17; Interessado: Lusinete Francisca da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 786/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 215) Processo: 08.659.028.004/2011-91; Interessado: José Carlos Ribeiro da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 787/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 216) Processo: 08.654.006.451/2012-10; Interessado: Sandro José de Albuquerque; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 788/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 217) Processo: 08.660.013.137/2012-12; Interessado: Evanir Barroso Sisti; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 789/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 218) Processo: 08.658.015.652/2012-78; Interessado: Fernando Lobato Salles Moulin Louzada; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 790/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 219) Processo: 08.660.018.612/2012-39; Interessado: Rodrigo Brandão Amaral; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 791/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 220) Processo: 08.659.000.607/20110-47; Interessado: Antonio Barbosa de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 792/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 221) Processo: 08.660.016.536/2012-27; Interessado: Marcelo Santos de Vargas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 793/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 222) Processo: 08.654.006.226/2012-83; Interessado: Antonio Mendes dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 794/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 223) Processo: 08.666.017.063/2012-25; Interessado: Marcos Roberto Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 795/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 224) Processo: 08.666.009.119/2014-30; Interessado: Alvonir Weber; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 796/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 225) Processo: 08.663.003.214/2013-79; Interessado: João Batista de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 797/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 226) Processo:08.660.003.526/2013-11; Interessado: Justimiano Augusto de Araújo Trein; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 798/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 227) Processo: 08.654.006.170/2012-67; Interessado: Marcelo Felix dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 799/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 228) Processo: 08.660.004.572/2013-29; Interessado: Éderson Francisco da Silva Lorca; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parecer/CONTRAN nº 800/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 229) Processo: 08.660.002.309/2011-33; Interessado: Maria Josélia Souto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 801/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 230) Processo: 08.659.003.730/2010-10; Interessado: Rosinei Blum; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 802/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 231) Processo: 08.666.004.854/2010-23; Interessado: Felipe João Abreu; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 803/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 232) Processo: 08.660.007.118/2011-68; Interessado: Mario Airton Garcia Menna; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 804/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 233) Processo: 08.666.001.234/2013-85; Interessado: Márcia Farias Wolf; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 805/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 234) Processo: 08.660.007.333/2013-21; Interessado: Julio Cesar Boelter Paulo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 806/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 235) Processo: 08.657.018.945/2011-36; Interessado: Charliney da Costa Porto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 807/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 236) Processo: 08.657.017.319/2011-22; Interessado: Jeová Ferreira Cardoso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 808/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 237) Processo: 08.657.011.268/2012-06;: Viação Progresso e Turismo S/A; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 809/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 238) Processo: 08.666.013.201/2012-05; Interessado: Valdir Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 810/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 239) Processo: 08.659.009.829/2010-25; Interessado: Valdecir Luckmann; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 811/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 240) Processo: 08.659.011.441/2010-94; Interessado: Elza Conceição de Morais; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 812/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 241) Processo: 08.659.024.543/2010-70; Interessado: Reinaldo Jesus da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 813/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 242) Processo: 08.657.000.455/2011-83; Interessado: Maria Auxiliadora de Paula Torres; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 814/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 243) Processo: 08.659.014.957/2010-91; Interessado: Antônio Espindola Brenner ; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 815/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 244) Processo: 08.666.002.012/2013-80; Interessado: Antonio Otavio Alves; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 816/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 245) Processo: 08.659.018.831/2010-95; Interessado: Alexsandro de Araujo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 817/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 246) Processo: 08.666.012.565/2013-41; Interessado: João Carlos da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 818/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 247) Processo: 08.660.013.569/2013-04; Interessado: Leri Garcia da Rosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 819/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 248) Processo: 08.657.019.846/2011-71; Interessado: Roberto Ribeiro Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 820/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 249) Processo: 08.660.008207/2013-93; Interessado: Jaines Aguilar Porciuncula; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 821/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 250) Processo: 08.660.015.245/2013-01; Interessado: Reginaldo da Silva Beneri; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 822/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 251) Processo: 08.666.013.396/2014-47; Interessado: Oscar Mendes Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 823/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 252) Processo: 08.667.001.458/2005-77 e 08.667.006.688/2007-94; Interessado: Luiza Lourenço da Costa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF/ES; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 824/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 253) Processo: 08.666.017.227/2012-14; Interessado: Ronaldo Reuter; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 825/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 254) Processo: 08.663.001.245/2013-95; Interessado: Mil Milhas Transportes Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 826/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 255) Processo: 08.659.017.037/2010-24; Interessado: Fabio Henrique Borges Mulero; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 827/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 256) Processo: 08.666.018.202/2013-19; Interessado: Norberto Risson dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 828/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 257) Processo: 08.666.000.033/2010-18; Interessado: Álvaro da Silva e Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 829/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 258) Processo: 08.660.011.980/2012-56; Interessado: Marcos Leandro Maciel Klipel; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 830/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 259) Processo: 08.666.008.159/2013-83; Interessado: Jofre Garcia Barros; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 831/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 260) Processo: 08.652.001.468/2014-62; Interessado: Raimundo Coutinho Lira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 832/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 261) Processo: 08.657.018.712/2011-33; Interessado: Manoel Gomes Moreira Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 833/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 262) Processo: 08.658.011.476/2013-86; Interessado: Thiago Silva Soares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 834/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 263) Processo: 08.658.011.475/2013-31; Interessado: Thiago Silva Soares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 835/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 264) Processo: 08.666.002.072/2012-11; Interessado: Rafael Medeiros Frutuoso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 836/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 265) Processo: 08.666.017.753/2013-65; Interessado: Renato Tofoli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 837/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 266) Processo: 08.666.008.760/2010-23; Interessado: Waldirio Hoffmann Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 838/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 267) Processo: 08.666.004.441/2010-49; Interessado: Rodrigo de Souza Candido; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 839/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 268) Processo: 08.666.010.917/2012-42; Interessado: Noailton Otavio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 840/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 269) Processo: 08.660.005.889/2011-11; Interessado: Alexandre Ricardo de Jesus Costa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 841/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 270) Processo: 08.666.004.205/2012-94; Interessado: Jose Nazario; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 842/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 271) Processo: 08.666.007.073/2013-33; Interessado: José Carlos do Carmo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 843/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 272) Processo: 08.663.001.869/2013-11 e 08.663.001.970/2014-44; Interessado: Carlos Antonio Dantas de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 844/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 273) Processo: 08.658.004.892/2013-28; Interessado: Agnaldo Kupper; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 845/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 274) Processo: 08.654.005.489/2011-94; Interessado:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Roberval Paz Bezerra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 846/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 275) Processo: 08.666.016.025/2012-55; Interessado: Cesar Alberto Martini Toledo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 847/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 276) Processo: 08.656.007.152/2010-11; Interessado: Maria do Carmo Costa Placido; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 848/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 277) Processo: 08.652.002.193/2014-84; Interessado: Raimundo Menezes Abreu; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 849/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 278) Processo: 08.660.008.254/2013-37; Interessado: Ana Luiza Wagner; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 850/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 279) Processo: 08.671.001.178/2015-71; Interessado: Fernando Elias Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 21ª SRPRF/RO-AC; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 851/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 280) Processo: 08.659.001.322/2010-23; Interessado: Francisco Bezerra de Castro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 852/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 281) Processo: 08.659.004.368/2011-85; Interessado: Miguel Gapski Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 853/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 282) Processo: 08.659.003.571/2011-34; Interessado: Eliane Yurie Yassuda Iwamoto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 854/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 283) Processo: 08.659.006.866/2011-62; Interessado: Luis Renato Berteli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 855/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 284) Processo: 08.659.000.295/2011-52; Interessado: Luiz Fernando da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 856/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 285) Processo: 08.659.002.406/2010-84; Interessado: Milton Pinto de Jesus ; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 857/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 286) Processo: 08.659.003.079/2012-40; Interessado: Marcio Cesar Gerard; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Jose Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 858/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 287) Processo: 08.660.009.522/2010-95; Interessado: Comercial de Tabacos Brasileiros Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 859/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 288) Processo: 08.660.008.560/2010-21; Interessado: Luiz Carlos Busin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 860/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 289) Processo: 08.660..008.826/2010-35; Interessado: Lucas Feksa Ramos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 861/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo conhecimento. 290) Processo: 08.660.006.314/2010-34; Interessado: Nelson Sodre; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 862/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 291) Processo: 08.660.015.065/2010-78; Interessado: Juarez Henrique Suzin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 863/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 292) Processo: 08.660.011.589/2012-51; Interessado: Jaques Andre Albarello; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 864/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 293) Processo: 08.660.008.262/2012-01; Interessado: Edison da Cunha Soares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 865/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 294) Processo: 08.660.006.573/2012-27; Interessado: Marlene Maria Zir Bothomé; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 866/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 295) Processo: 08.660.003.165/2013-02; Interessado: Celso Dhein; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 867/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 296) Processo: 08.660.004.531/2012-68; Interessado: Luiz Leonardo Dall Alba; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 868/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 297) Processo: 08.660.006.436/2012-92; Interessado: Fabiana Fernanda Pacheco Jeremias; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 869/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 298) Processo: 08.660.010.446/2012-22; Interessado: Rodrigo Mezza de Bem; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 870/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 299) Processo: 08.660.003.784/2012-16; Interessado: Rafael Borges; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 871/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 300) Processo: 08.660.025.165/2012-74; Interessado: Vagner dos Reis Gloria ; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 872/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 301) Processo: 08.660.009.101/2011-45; Interessado: Dilton Luis Nicoli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 873/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 302) Processo: 08.660.018.103/2011-25; Interessado: Nelson Pereira da Cunha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 874/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 303) Processo: 08.660.017.483/2009-66; Interessado: Ronaldo Martins Dutra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 875/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 304) Processo: 08.660.007.695/2012-31; Interessado: Eusébio Lorenzini; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 876/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 305) Processo: 08.660.013.319/2012-85; Interessado: Valdir Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 877/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 306) Processo; 08.660.010.317/2011-53; Interessado: Julio Cesar Menegon; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 878/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 307) Processo: 08.658.006.477/2013-17; Interessado: David Eduardo Juarez; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 879/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 308) Processo: 08.660.003.333/2009-75; Interessado: Diego Cruz de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 880/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 309) Processo: 08.660.008.299/2010-69; Interessado: Adriano Stangarlin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 881/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 310) Processo: 08.660.015.138/2011-11; Interessado: Adriano Alves Scapin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 882/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 311) Processo: 08.660.007.496/2011-41; Interessado: Maria Solange Ramos Stahl; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 883/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 312) Processo: 08.656.018.361/2011-71; Interessado: João das Chagas Sobrinho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 884/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento, mantendo a penalidade. 313) Processo: 08.660.007.504/2010-79; Interessado: Deivide Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 885/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento, mantendo a penalidade. 314) Processo: 50.606.002.903/2011-45 e 50.606.018.535/2007-71; Interessado: Paulo Emilio Muniz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRE/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidade. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 886/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 315) Processo: 08.669.001.682/2014-30; Interessado: Osvaldo Marques Barroso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SRPRF/MS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 887/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 316). Processo: 08.656.007.270/2012-91; Interessado: José Roberto Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 888/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 317) Processo: 08.658.011.057/2012-63; Interessado: Anacleto do Rosário Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 8892016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 318) Processo: 08.658.015.822/2013-03; Interessado: Fernando da Silva Ortis; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 890/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 319) Processo: 08.658.004.455/2014-95; Interessado: Maria Julia Rose Pessoa Hoffmann; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 891/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 320) Processo: 08.658.013.487/2013-09; Interessado: Antonio Fernandes Mellaci; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 892/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 321) Processo: 08.658.023.750/2013-60; Interessado: João Batista Trevine; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 893/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 322) Processo: 08.660.013.862/2010-11; Interessado: Julio Eduardo Piva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 894/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 323) Processo: 08.660.022.589/2011-04; Interessado: José Alberto Correia de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 895/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 324) Processo: 08.660.022.314/2012-43; Interessado: Luis Carlos Morschel; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 896/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 325) Processo: 08.660.017.742/2013-35; Interessado: Ivete Justina Toigo Girotto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 897/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 326) Processo: 08.660.016.232/2013-41; Interessado: Renato Nunes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 898/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 327) Processo: 08.656.003.447/2012-80; Interessado: Donizetti Silveira de Azevedo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 899/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 328) Processo: 08.656.001.964/2012-14; Interessado: Cecília Maria dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 900/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 329) Processo: 08.656.015.190/2012-17; Interessado: Eurípedes Rodrigues da Cunha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 901/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 330) Processo: 08.656.005.406/2012-28; Interessado: Leandro Teles dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 902/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 331) Processo: 08.656.005.866/2012-56; Interessado: Carlos Roberto de Oliveira Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 903/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 332) Processo: 08.656.003.631/2012-20; Interessado: PP Transporte Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 904/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 333) Processo: 08.656.006.901/2012-54; Interessado: Marlon Pierre Pereira de Almeida; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 905/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 334) Processo: 08.656.012.108/2012-94; Interessado: Del Pozo Transportes Rodoviários Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 906/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 335) Processo: 08.660.013.138/2010-97; Interessado: Carlos Alberto Borre; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 907/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 336) Processo: 08.660.002.525/2011-89; Interessado: Carlos de Camargo Alves; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 908/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 337) Processo: 08.666.011.0302/2012-33; Interessado: Saibrita Mineração e Construção Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 909/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 338) Processo: 08.671.001.209/2013-22; Interessado: Andre José da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 21ª SRPRF/RO-AC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 910/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 339) Processo: 08.664.003.830/2014-09; Interessado: Santana Autolocadora de Veículos, Máquinas e Equipamentos Eireli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF/RN; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 911/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 340) Processo: 08.663.000.594/2013-90; Interessado: Maria do Socorro Fernandes Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 912/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 351) Processo: 08.657.011.504/2010-22; Interessado: Ronan Leandro Barcellos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 913/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 352) Processo: 08.663.002.099/2014-04; Interessado: Vicente de Paula Silveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 914/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 353) Processo: 08.653.005.210/2013-44 e 08.653.000.609/2014-10; Interessado: Josefa Pereira Neta Barreto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 915/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 354) Processo: 50.600.068.269/2014-14 e 50.606.022.800/2013-74; Interessado: Empresa Gontijo de Transportes Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRE/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 916/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 355) Processo: 08.665.001.892/2012-04; Interessado: Antonio Penha de Jesus; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 18ª SRPRF/MA; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 917/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 356) Processo: 08.657.019.851/2011-84; Interessado: Marcus Vinicius de Carvalho Martins; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 918/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 357) Processo: 08.658.010.158/2014-89; Interessado: Paulo Roberto Rodrigues Alves; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 919/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 358) Processo: 08.659.004.666/2009-51; Interessado: Renato Lopes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 920/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 359) Processo: 08.659.016.074/2009-81; Interessado: Rafael Fernando Rodrigues de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 921/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 360) Processo: 08.659.017.187/2008-13; Interessado: Antonio Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 922/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 361) Processo: 08.657.000.105/2010-36; Interessado: Elizabete de Souza Sobral Hamaguchi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 923/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 362) Processo: 08.659.020.120/2005-13; Interessado: Aloísio Clemente Narcizo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades . Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 924/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 363) Processo: 08.657.012.251/2011-95; Interessado: Milton Pinto de Jesus; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 925/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 364) Processo: 08.656.019.150/2010-74; Interessado: Leandro de Oliveira Cunha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 926/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 365) Processo: 08.656.007.362/2012-71; Interessado: Vicente Sathler Delgado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 927/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 366) Processo: 08.658.024.139/2013-59; Interessado: Ana Paula Franco Calissi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 928/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 367) Processo: 08.656.009.471/2012-22; Interessado: José Henrique Barbosa Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 929/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 368) Processo: 08.660.016.895/2009-89; Interessado: Maria de Fátima Pereira Britto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 930/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 370) Processo: 08.652.006.904/2013-17; Interessado: Luciane da Silva Coelho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: Edilson dos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 931/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 371) Processo: 08.657.004.583/2009-81; Interessado: Maria do Carmo Lima Tavares da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 932/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 372) Processo: 08.660.006.898/2010-48; Interessado: Juliano Otavio da Rosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 933/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 373) Processo: 08.658.000.704/2012-10; Interessado: Mario Sergio Martins da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 934/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. 374) Processo: 50.606.000.595/2012-02 e 50.606.021.749/2007-24; Interessado: Edson Antonio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SER/MG; Relator: Edilson dos Santos Macedo - Ministério das Cidades. Após a apresentação do Parecer/CONTRAN nº 935/2016, o mesmo foi aprovado a unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento, mantendo a penalidade. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES REGO
p/ Ministério da Justiça e Cidadania

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

RAFAEL SILVA MENEZES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 490, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição da República, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001428/2016-71, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, o documento "Diretrizes Estratégicas para o Desenho de Novo Mercado de Gás Natural no Brasil", disponibilizado na internet, no sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia - www.mme.gov.br, com objetivo de receber comentários e sugestões, no âmbito da iniciativa Gás para Crescer, sobre as diretrizes para a criação dos fundamentos desse novo mercado de gás natural, com diversidade de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, e que contribua para o crescimento do País.

Art. 2º As contribuições dos agentes da indústria do gás natural e demais interessados para o aprimoramento das diretrizes de que trata o art. 1º serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia até o dia 7 de novembro de 2016, por meio do seu portal de Consulta Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 13 de setembro de 2016

Nº 2.442 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002602/2016-62, decide: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao Requerimento Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Iracema Transmissora de Energia S.A., para não realização dos descontos de PVA indicados pelo ONS; (ii) manter os descontos contidos na Apuração Mensal de Serviços e Encargos - AMSE, realizada pelo ONS, referente ao mês de fevereiro de 2016, relacionados à Parcela Variável por Atraso (PVA) na entrada em operação comercial do empreendimento objeto do Contrato de Concessão nº 002/2008; e, (iii) determinar à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE que efetue ação de fiscalização no Operador Nacional do Sistema - ONS com o objetivo de verificar e apurar o cumprimento da aplicação descontos relacionados à Parcela Variável por Atraso (PVA) na entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão, conforme disposições da Resolução Normativa nº 729/2016.

Em 4 de outubro de 2016

Nº 2.650 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.001803/2016-42, decide conhecer e negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Brasrafia Indústria Comércio de Embalagens Ltda. em face do Despacho n. 1.851, de 12/7/2016, resultando mantida a decisão do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que indeferiu o pedido de adesão retroativa do agente.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE
Em 7 de outubro de 2016

Nº 2.697 - O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 4.177, de 13 de setembro de 2016, considerando o que consta do Processo nº 48500.003580/2015-77 e em cumprimento ao Edital da Segunda Etapa do Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL, decide conhecer, por tempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte contra o Despacho nº 2.587, de 27 de setembro de 2016, que tornou público o não atendimento ao requisito de habilitação técnica de que trata o subitem 10.9.6 do Edital e, no mérito, dar-lhe provimento para permitir a participação da Eletronorte nesse Leilão.

ANDRÉ LUIZ TIBURTINO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de outubro de 2016

Nº 2.679. Processo nº 48500.001357/2015-95. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda, Frigorífico Nutribrás Ltda., Da Luz Energia Ltda., Nelson Francisco Martini e Danilo Martini. Decisão: Incluir Nelson Francisco Martini e Danilo Martini na titularidade do registro para realização dos estudos de projeto básico objeto do Despacho nº 1.053, de 14 de abril de 2015, referente à PCH Criciúma. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 6 de outubro de 2016

Nº 2.691 Processo nº 48500.006978/2005-31. Interessado: Três Leões Participações S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Barra do Leão, objeto da Resolução Autorizativa nº 5.053, de 03 de fevereiro de 2015, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.032162-1.01, localizada no município de Campos Novos, no estado de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.696. Processo nº 48500.007376/2009-87. Interessado: CPFL Energias Renováveis S.A. Decisão: (i) conferir o registro para realização dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica referentes à UHE Saudade, cadastrada sob o CEG UHE.PH.SC.035328-0.01, localizada no rio Chapecó, no estado de Santa Catarina, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do art. 7º da Resolução nº 395/1998; e (ii) estabelecer que os mencionados estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até o dia 10/10/2018. A íntegra destes Despachos constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de outubro de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 8 de outubro de 2016.

Nº 2.698. Processo nº 48500.003984/2008-31. Interessados: Santo Antônio Energia S.A. Usina: UHE Santo Antônio. Unidades Geradoras: UG45 e UG47, de 69.590 kW cada, totalizando 139.180 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Nº 2.699. Processo nº 48500.001800/2014-47. Interessados: Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de São Martinho. Unidades Geradoras: UG1 a UG7, de 2.100 kW cada, totalizando 14.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de outubro de 2016

Nº 2.700. Processo nº: 48500.003233/2015-44. Interessado: Usina Termelétrica Xavantes Aruanã (código CEG: UTE.PE.GO.028654 - 0.01). Resolve: homologar o reajuste da parcela Ccomb do CVU da usina considerando: (i) aumento de 1,78%, no período de 01/03/2011 a 17/07/2013; (ii) aumento de 1,82% a partir de 18/07/2013; (iii) reajuste complementar conforme tabela do Anexo I. A íntegra deste Despacho e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 319, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 e Portaria nº 69, de 06 de abril de 2011, e considerando a Resolução de Diretoria nº 793 , de 28 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos no Anexo I da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem aumento de despesa, conforme quadro anexo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria ANP nº 288, de 12 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO I

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo em Comissão	Valor Unitário de Remuneração do Cargo (R$)	Quantitativo
CD I	R$ 15.166,71	1
CD II	R$ 14.408,37	4
CGE I	R$ 13.650,03	20
CGE II	R$ 12.133,36	4
CGE III	R$ 11.375,02	30
CGE IV	R$ 7.583,34	22
CA I	R$ 12.133,36	11
CA II	R$ 11.375,02	9
CA III	R$ 3.166,81	11
CAS I	R$ 2.395,59	18
CAS II	R$ 2.076,18	17
CCT V	R$ 2.883,58	42
CCT IV	R$ 2.107,20	59
CCT III	R$ 1.069,23	95
CCT II	R$ 942,59	27
CCT I	R$ 834,62	34

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 7 de outubro de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 1189	PETROLEU MINERALE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 73.300.949/0001-80					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001806/2016 - 58	NEUTRON MLCL EP 2	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5327
	48600.001804/2016 - 69	NÊUTRON CL SINT GRM 2	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5328
	48600.001805/2016 - 11	NÊUTRON CA ZN 2	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5326

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de outubro de 2016

Nº 1.186 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/AP0177066	A. A. C. FARIAS COMERCIO LTDA	24.883.158/0001-15	LARANJAL DO JARI	AP	48610.009467/2016-39
PRRS0177645	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS NACOES LTDA	22.047.481/0001-23	PAROBE	RS	48610.010670/2016-58
PR/CE0172390	AUTO POSTO FALPEL IPU CENTRO LTDA	22.841.110/0001-19	IPU	CE	48610.010100/2015-87
PR/PR0177670	AUTO POSTO KADOSH LTDA - EPP	18.112.179/0001-34	IMBITUVA	PR	48610.011223/2016-16
PR/AC0177666	AUTO POSTO LEBLON LTDA - EPP	23.191.101/0001-92	RIO BRANCO	AC	48610.011218/2016-11
PR/RS77647	AUTO POSTO MAREVE LTDA	21.372.790/0001-06	DOIS IRMAOS	RS	48610.011147/2016-49
PR/PE0177675	AVANTE POSTOS E SERVIÇOS LTDA	21.354.457/0001-74	PAUDALHO	PE	48610.011212/2016-36
PRSC0177633	CANYONS BEACH COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	24.979.330/0001-39	SAO JOAO DO SUL	SC	48610.011268/2016-91
PR/RO77629	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EXTREMA LTDA - EPP	21.406.717/0001-08	PORTO VELHO	RO	48610.011203/2016-45
PRSP0177632	COOPERATIVA DE CONSUMO DE INUBIA PAULISTA	51.832.046/0007-01	ADAMANTINA	SP	48610.011267/2016-46
PRES0177649	C.R.B. DEZAN - EPP	24.145.665/0001-51	CARIACICA	ES	48610.002119/2016-31
PR/CE0177674	DOMINGOS DE CASTRO CARDOSO NETO	09.156.657/0001-17	RERIUTABA	CE	48610.011216/2016-14
PRPR0177630	JHEMISON & ANDERSON LTDA - ME	24.336.567/0001-00	PEROLA	PR	48610.008744/2016-96
PR/MG0177665	LUCAS COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	24.603.620/0001-83	JUIZ DE FORA	MG	48610.011225/2016-13
PR/SP0177126	MALHEIRO & TOZZI LTDA - EPP	19.188.243/0001-23	IRACEMAPOLIS	SP	48610.009739/2016-09
PRBA0177627	MARCAL ALVES DOS SANTOS DE IBOTIRAMA - ME	19.851.487/0001-44	IBOTIRAMA	BA	48610.011148/2016-93
PRRN0177634	MENDES & FONSECA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.495.443/0001-69	NATAL	RN	48610.011037/2016-87
PR/CE0177673	P ALVES DE OLIVEIRA NETO EIRELI - ME	21.970.477/0001-70	PARACURU	CE	48610.011215/2016-70
PR/PE0177669	POSTO CANCUN LTDA	01.912.250/0001-60	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.011214/2016-25
PRSP0177628	POSTO DE SERVICOS CENTRAL DE PIRACICABA LTDA	24.864.269/0001-84	PIRACICABA	SP	48610.010766/2016-16
PRMG0177631	POSTO UNIAO DE SAO JOAO DA PONTE LTDA	25.525.915/0001-41	SAO JOAO DA PONTE	MG	48610.010943/2016-64
PRSC0177626	RIZZOTTO & CIA LTDA	05.298.376/0007-33	ARARANGUA	SC	48610.009432/2016-08
PRPR0177625	ROSELENE LUCIA CAVINA DE FIGUEIREDO - EIRELI	24.614.718/0001-36	PONTA GROSSA	PR	48610.010668/2016-89
PR/MT0177668	S DO REIS CAMARGO & CIA LTDA - ME	24.450.544/0001-13	BARRA DO GARCAS	MT	48610.011207/2016-23
PRBA0177646	S N FREITAS DERIVADOS DE PETROLEO ME - ME	17.587.342/0001-52	ILHEUS	BA	48610.010791/2016-08
PR/SP0153262	SUPERMECADO TRÊS JOTA EIRELI	04.306.315/0006-27	BRODOWSKI	SP	48610.002506/2014-13
PR/PA0177679	T. OLIVEIRA DE ARAUJO & D. R. DA PAZ LTDA - EPP	20.282.565/0001-16	CANAA DOS CARAJAS	PA	48610.011211/2016-91
PRRS0177648	TIGRE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.392.778/0001-51	ELDORADO DO SUL	RS	48610.010944/2016-17
PR/RS0177672	VILARINHO E TESTON LTDA	25.024.874/0001-00	ESPUMOSO	RS	48610.011217/2016-69

Nº 1.187 -O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0236646	ABEDIAS R FERREIRA - ME	19.942.519/0001-17	BARRETOS	SP	48610.011309/2016-49
GLP/MG0236647	ANDRE DOS SANTOS DE MATOS ME	24.671.953/0001-40	CARAI	MG	48610.011262/2016-13
GLP/PR0236648	ANGELICA CASSIANO BARRETO SANTOS	24.487.444/0001-61	LONDRINA	PR	48610.011254/2016-77
GLP/PR0236649	ANTOGAS COMERCIO DE GAS LTDA ME	24.752.913/0001-22	JARDIM ALEGRE	PR	48610.011168/2016-64
GLP/SP0236650	ASK AUTO POSTO - EIRELI	22.988.477/0001-60	COTIA	SP	48610.011185/2016-00
GLP/SP0236651	CARINA MARTINEZ PIM - ME	11.372.272/0001-39	JABOTICABAL	SP	48610.011249/2016-64
GLP/MG0236652	CELIO ROBERTO FERNANDES RIBEIRO	22.075.389/0002-58	CARBONITA	MG	48610.011260/2016-24
GLP/PB0236653	CREUDILENE DE FREITAS SANTOS SILVA	12.250.109/0001-66	AROEIRAS	PB	48610.011247/2016-75
GLP/RO0236654	CRISTY JUNIOR DUTRA DA LUZ 00779322266	25.131.534/0001-88	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	RO	48610.011297/2016-52
GLP/BA0236655	DAMERA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	19.529.909/0003-21	IPIAU	BA	48610.011169/2016-17
GLP/MS0236656	DAYANNE LOURENÇO MONTEIRO	25.033.596/0001-57	CAMPO GRANDE	MS	48610.011256/2016-66
GLP/MG0236657	DENIS REVENDEDORA DE GAS EIRELI - ME	24.894.383/0001-57	BELO HORIZONTE	MG	48610.011320/2016-17
GLP/BA0236658	DIDICO GAS E AGUA LTDA - ME	22.575.909/0001-00	TEOFILANDIA	BA	48610.011322/2016-06
GLP/CE0236659	EDIGLEISON FURTADO DA COSTA 05114285297	24.149.612/0001-09	TRAIRI	CE	48610.011318/2016-30
GLP/AL0236660	EUDSON LUCIO FERREIRA DE LIMA 05449504454	17.656.150/0001-50	MACEIO	AL	48610.011251/2016-33
GLP/RN0236661	F A DO REGO FONSECA	24.724.442/0001-49	SAO MIGUEL	RN	48610.010400/2016-47
GLP/GO0236662	FELIPE DOS SANTOS SILVA - ME	23.748.447/0001-49	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	GO	48610.011319/2016-84
GLP/PR0236663	FERNEDA & CIA LTDA - ME	07.768.382/0001-47	NOVA LARANJEIRAS	PR	48610.009264/2016-42
GLP/SP0236664	FRANCIMAR FERREIRA DA COSTA 33736086865	25.269.280/0001-69	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.010534/2016-68
GLP/MA0236665	FT DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	12.509.736/0005-00	RIACHAO	MA	48610.010519/2016-10
GLP/GO0236666	GAS ANDRADE LTDA - ME	21.773.795/0002-21	INACIOLANDIA	GO	48610.009654/2016-12
GLP/SC0236667	GÁS FAMILIA COMERCIO DE GLP ME	10.327.212/0001-31	FLORIANOPOLIS	SC	48610.010568/2016-52
GLP/MA0236668	GASMAIS COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA.	11.739.502/0002-36	IMPERATRIZ	MA	48610.011181/2016-13
GLP/MG0236669	GILSON RUAS SOUZA 11396231684	25.112.159/0001-29	MONTES CLAROS	MG	48610.011315/2016-04
GLP/PA0236670	HEDILENE CORREA DE ARAUJO 75832208234	22.766.693/0001-60	BELEM	PA	48610.011370/2016-96
GLP/RN0236671	HELIO ALVES SOARES SOBRINHO 03514665419	23.523.586/0001-74	PARNAMIRIM	RN	48610.010067/2016-76
GLP/PI0236672	J J COMÉRCIO DE GÁS LTDA	24.394.903/0001-62	RIBEIRA DO PIAUI	PI	48610.011302/2016-27
GLP/PR0236673	J S SCHRAN COMERCIO ME	25.343.037/0001-43	CRUZ MACHADO	PR	48610.011187/2016-91
GLP/SP0236674	JATOBA DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA - ME	67.082.321/0001-53	PIRAJU	SP	48610.011303/2016-71
GLP/PR0236675	J.C. DOS SANTOS - GAS - ME	16.593.720/0001-48	MARINGA	PR	48610.013381/2015-20
GLP/MG0236676	JEROGE CORREIA DE BRITO	21.498.512/0001-08	SAO JOAO DA PONTE	MG	48610.011180/2016-79
GLP/MG0236677	JOELMA JOSEFA DE LIMA PEREIRA ME	25.184.517/0001-09	BELO HORIZONTE	MG	48610.011259/2016-08
GLP/MG0236678	JOSE ALVES DA CUNHA 03107862665	24.790.934/0001-32	SALINAS	MG	48610.009730/2016-90
GLP/RJ0236679	JR BARCELOS COMERCIO DE GÁS LTDA - ME	14.734.043/0002-96	GUAPIMIRIM	RJ	48610.010898/2016-48
GLP/CE0236680	JW DISTRIBUIDORA DE GAS E TRANSPORTE LTDA - ME	23.241.555/0001-20	CAUCAIA	CE	48610.011299/2016-41
GLP/AP0236681	L M DOS SANTOS EIRELI ME	26.051.355/0001-01	FERREIRA GOMES	AP	48610.011178/2016-08
GLP/SP0236682	LUCIANO CAETANO	24.976.636/0001-31	DESCALVADO	SP	48610.010908/2016-45
GLP/GO0236683	MAGNA CRISTINA DA SILVA SOUSA 55292291153	24.320.410/0001-88	VIANOPOLIS	GO	48610.011313/2016-15
GLP/ES0236684	MANOEL CARLOS AMORIM DISTRIBUIDORA N & F ME	25.162.323/0001-02	VILA VELHA	ES	48610.011365/2016-83
GLP/GO0236685	MARCILENE MACHADO DE SOUSA 01780625103	25.039.661/0001-51	GOIANIA	GO	48610.011300/2016-38
GLP/MG0236686	MARCOS JOSE ARAUJO	25.096.044/0001-98	JANAUBA	MG	48610.011258/2016-55
GLP/SP0236687	MARIA CRISTINA FERREIRA DELOSPITAL ME	01.272.410/0001-54	SAO SIMAO	SP	48610.011373/2016-20
GLP/AM0236688	MARIA DE FATIMA RODRIGUES DANTAS ARAUJO - ME	03.000.936/0002-91	ITACOATIARA	AM	48610.011170/2016-33
GLP/PI0236689	MARIA NERIS MACHADO VERAS ME	22.986.091/0001-19	CAXINGO	PI	48610.003042/2016-16
GLP/RS0236690	M.I.L. KAEFER ME	00.905.767/0002-40	PAROBE	RS	48610.011374/2016-74
GLP/SP0236691	MOHAMAD E SALEH COMÉRCIO DE GÁS LTDA	13.748.887/0002-23	SAO PAULO	SP	48610.011172/2016-22
GLP/RJ0236692	MORRO AZUL DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI EPP	25.178.923/0001-69	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	RJ	48610.010899/2016-92
GLP/RS0236693	MULLER & MULLER DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	06.129.164/0003-61	TERRA DE AREIA	RS	48610.011372/2016-85
GLP/SP0236694	NATANAEL ROSA DA SILVA 31239449801	26.088.940/0001-78	PIRACAIA	SP	48610.011353/2016-59
GLP/PR0236695	NELSON MATTANO RODRIGUES GAS ME	00.744.589/0001-32	SARANDI	PR	48610.011253/2016-22
GLP/ES0236696	NERCILIA NUNES MUCELIN NATAL 07184863747	24.550.306/0001-80	ALFREDO CHAVES	ES	48610.011367/2016-72
GLP/SP0236697	OLEVI DOMINGOS DA CUNHA 07850110803	26.037.401/0001-00	BURITAMA	SP	48610.011248/2016-10
GLP/SP0236698	P. N. DE OLIVEIRA PEDRINHO GAS - ME.	18.234.685/0001-04	JUNDIAI	SP	48610.003750/2014-95
GLP/MG0236699	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA 04989955692	23.780.437/0001-90	VIRGINIA	MG	48610.011368/2016-17
GLP/RS0236700	POSTO DE GAS AÇORIANOS LTDA.	01.290.640/0002-27	PORTO ALEGRE	RS	48610.010646/2016-19
GLP/GO0236701	PRISCILA BICALHO	23.121.207/0001-10	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.010566/2016-63
GLP/PR0236702	R S NEVES GAS - ME	24.840.774/0001-99	PARANAVAI	PR	48610.010583/2016-09
GLP/MG0236703	RAMON SOARES DOS ASNTOS	24.925.934/0001-00	MONTES CLAROS	MG	48610.011301/2016-82
GLP/MG0236704	ROSIMAR DE FATIMA SOUZA NEVES ME	25.021.352/0001-54	LIBERDADE	MG	48610.011364/2016-39
GLP/RO0236705	SEBASTIÃO ERAMIL SPIGUEL EIRELI	05.790.860/0001-90	CACOAL	RO	48610.010342/2016-51
GLP/MG0236706	SEBASTIAO SERGIO RODRIGUES 11429313668	16.686.056/0001-81	ARGIRITA	MG	48610.006308/2016-82

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/SP0236707	SERGIO L. ASTOLFI DOS SANTOS FILHO EPP	25.290.063/0001-50	SAO JOAO DA BOA VISTA	SP	48610.011366/2016-28
GLP/MT0236708	SHISLAINE S SILVA COSTA VICENTE ME	23.928.307/0001-52	CASTANHEIRA	MT	48610.011171/2016-88
GLP/AL0236709	THIAGO EMANUEL FERREIRA GONÇALVES	24.317.301/0001-01	CORURIPE	AL	48610.010565/2016-19
GLP/SP0236710	V S T RIBEIRO ME	24.965.219/0001-93	MATAO	SP	48610.010883/2016-80
GLP/BA0236711	VASCO COMERCIO DE GAS EIRELI- ME	26.208.171/0001-02	SALVADOR	BA	48610.011358/2016-81
GLP/GO0236712	ZAQUEU DA SILVA CARDOSO 73565822104	24.033.275/0001-90	TRINDADE	GO	48610.011316/2016-41

Nº 1.188 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, tendo em vista a decisão que antecipou os efeitos da tutela na ação nº 5000194-58.2016.4.03.6102, que tramita perante a 4ª Vara Federal de Ribeirão Preto em São Paulo, torna pública a suspensão dos efeitos do Despacho ANP nº 1.571, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2015, com o restabelecimento da autorização da PETROWORLD COMBUSTÍVEIS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.957/0001-06, para o exercício da atividade de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 507, DE 7 DE OUTUBRO DE 16 DE 2016

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016,

Considerando a Resolução ANP nº 50/2015 e o Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do(s) processo(s) de nº 48610.009417/2016-51, 48610.009778/2016-06, 48610.009779/2016-42, 48610.009780/2016-77, 48610.010172/2016-13, 48610.010179/2016-27, 48610.010188/2016-18, 48610.010187/2016-73, 48610.010177/2016-38, 48610.010173/2016-50, 48610.010176/2016-93, 48610.010178/2016-82, 48610.010180/2016-51, 48610.010181/2016-04, 48610.010183/2016-95 e 48610.010185/2016-84 torna público o seguinte ato:

Art. 1ºConceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos das disposições transitórias estabelecidas no Capítulo 7 do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do(s) plano(s) de trabalho do(s) projeto(s) caracterizado(s) em Anexo.

Art. 2ºA presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3ºAs receitas auferidas em aplicações financeiras feitas com os recursos repassados no âmbito do projeto contratado devem ser revertidas para uso em atividades coerentes com o respectivo plano de trabalho, fazendo parte da prestação de contas e estando sujeitas a fiscalização por parte da ANP.

Art. 4ºTodo o material produzido no âmbito do projeto ou programa executado, assim como a infraestrutura relativa a edificações e equipamentos adquiridos, deve exibir, em lugar de destaque, a logomarca da ANP, ficando a critério da Empresa Petrolífera que aportou os recursos a exibição de sua respectiva marca.

Art. 5ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

ANEXO

Nº do Projeto	Título	Executor(es) (Instituição/Unidade de Pesquisa)	Valor Autorizado (R$)	Item do Regulamento 5/2005
2016/00017-9	Estudo e desenvolvimento de sistemas para avaliação da interação rocha fluido.	UFRRJ / LABORATÓRIO DE ESCOAMENTO DE FLUIDOS GIULIO MASSARANI - LEF	816.270,00	8.2.3
2015/00431-7	Otimização da produção de biossurfactantes lipopeptídeos e de um biossurfactante recombinante que têm propriedades de interesse para aplicações na indústria do petróleo.	UFC / LABORATÓRIO DE ECOLOGIA MICROBIANA E BIOTECNOLOGIA	167.790,00	8.2.3
2015/00350-7	Desenvolvimento de tecnologia de separação de CO2 do gás natural baseado em velocidades supersônicas.	UFRJ / LABORATÓRIO DE FLUIDODINÂMICA COMPUTACIONAL - LAB CFD	2.168.250,00	8.2.3
2016/00082-5	Modelagem Centrífuga do Comportamento de Dutos sob Carga Lateral de Deslizamentos Submarinos.	UENF / LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL	884.005,55	8.2.3
2015/00503-8	Remoção dos Contaminantes H2S e CO2 de Gás Natural do Pré-sal por Adsorção - Modelagem de Leito Fixo com Experimentos em Unidade Dinâmica.	UEM / LABORATÓRIO DE ADSORÇÃO E TROCA IÔNICA - LATI	314.606,25	8.2.3
2015/00522-2	Desenvolvimento de bombas centrífugas de baixo cisalhamento.	UNIFEI / NÚCLEO DE SEPARADORES COMPACTOS - NUSEC	378.560,23	8.2.3
2016/00118-0	Desenvolvimento de Técnicas e Algoritmos para Análise de Dados de Monitoramento da Construção de Poços.	UFF / LABORATÓRIO DE METROLOGIA DIMENSIONAL E COMPUTACIONAL	161.732,00	8.2.3
2016/00135-1	Desenvolvimento de ferramentas e metodologias de inspeção e avaliação de integridade de vasos de pressão em material compósito PRFV.	UFRGS / LAMEF - LABORATÓRIO DE METALURGIA FÍSICA	411.840,00	8.2.3
2015/00452-4	Desenvolvimento, projeto, construção e avaliação de um dispositivo protótipo com tecnologia proprietária para posicionar e alinhar tubos na etapa de soldagem para a construção de dutovias e tubulações em geral.	UFRGS / LAMEF - LABORATÓRIO DE METALURGIA FÍSICA	686.271,47	8.2.3
2015/00517-9	Estudos experimentais para determinação do comportamento geomecânico de rochas carbonáticas.	PUC-RIO / GRUPO DE GEOANÁLISE	4.492.566,75	8.2.3
2015/00497-8	Coeficientes de transportes e cálculo de equilíbrio multifásico de misturas complexas contendo água/CO2/hidrocarbonetos	UFRJ / LABORATÓRIO DE TERMODINÂMICA APLICADA E SIMULAÇÃO MOLECULAR - ATOMS	437.605,07	8.2.3
2015/00434-6	Estudo ecológico de longa duração de fragmentos de várzea e de floresta aluvial submetidos a derramamento de petróleo no município de Araucária, Paraná.	UFPR / UEPG / LABORATÓRIO DE DENDROLOGIA / LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR MICROBIANA - LABMOM	522.126,56	8.2.3
2015/00515-6	Monitoramento Sismológico e Oceanográfico de um Segmento na Margem Sudeste do Brasil: Norte da Bacia de Santos ao Sul da Bacia do Espírito Santo	ON/ UFSC / LABORATÓRIO DE GEOFÍSICA APLICADA/ LABORATÓRIO DE OCEANOGRAFIA COSTEIRA	2.265.474,44	8.2.3
2016/00134-5	Projeto de Avaliação das Técnicas de Permeabilidade Relativa em Regimes Transiente e Permanente na PUC-RS.	PUC/RS / INSTITUTO DO PETRÓLEO E DOS RECURSOS NATURAIS	5.299.894,19	8.2.3
2016/00142-8	Investigação geofísica da relação mecânica entre o arcabouço estrutural da Bacia de Volta Redonda e do seu embasamento e implicações para reativações de estruturas cronocorrelatas nas bacias de Santos e Campos.	UFF / GRUPO DE IMAGEAMENTO SÍSMICO E INVERSÃO SÍSMICA (ISIS)	914.299,19	8.2.3
2016/00138-0	Avaliação da velocidade de resposta das técnicas de monitoração da corrosão intrusivas e não intrusivas em condições dinâmicas considerando fluidos contendo CO2, H2S, salinidade e inibidor de corrosão.	IPT / INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO SA	1.948.842,33	8.2.3

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
880.142/2015-MARIA LUCIA SILVA ZANCHETTA-MANAUS/AM - Guia n° 01/2016-50toneladas-Areia- Validade:21/06/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
881.026/2008-KALAMAZON ESTUDOS GEOLÓGICOS LTDA -Alvará N°11637/2009
880.071/2009-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO RIO MADEIRA COOGARIMA -Alvará N°7102/2009
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
880.047/2014-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
880.083/2014-LAFARGI INDUSTRIA DE CIMENTO DA AMAZONIA LTDA-ALVARÁ N°7693/2014
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
880.040/2001-MAMOUD AMED NETO-OF. N°0768/2016
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.044/2008-CERAMICA RIO NEGRO LTDA- Registro de Licença N°:382/2009 - Vencimento em 31/08/2017
880.289/2011-ITACAL ITACOATIARA CACÁRIOS LTDA- Registro de Licença N°:54/2011 - Vencimento em 21/07/2017
880.082/2013-BENEVENUTO DE MESQUITA- Registro de Licença N°:24/2013 - Vencimento em 16/08/2017
880.207/2013-RAIMUNDO NONATO GOMES- Registro de Licença N°:22/2014 - Vencimento em 03/08/2017
880.007/2014-MINASA MINERAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N°:06/2014 - Vencimento em 06/05/2017
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
880.008/2008-ALVARO MARQUES DOS SANTOS
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
880.107/2016-FRANCISCO PEREIRA DA SILVA-Registro de Licença N°07/2016 de 01/09/2016-Vencimento em 23/05/2017
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
880.048/2008-LINO PINHEIRO DA PAIXÃO BADER
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
880.006/2013-ML.F. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Fase de Registro de Extração
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do Registro de Extração(938)
880.383/2009-6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 127/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.319/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.391/2012-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP-OF. N°1472/2016
800.733/2012-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1497/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.197/2015-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA- Cessionário:EXCELLENCE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA ME- CPF ou CNPJ 22.341.402/0001-92- Alvará n°5.941/2015
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
801.035/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3.738/2016
801.036/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3.739/2016
801.037/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3.740/2016
801.038/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3.741/2016
801.040/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3.742/2016
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
800.553/2014-ISAQUES LUZIA NEVES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.494/1994-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°1.400/2016
800.024/2002-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°1402/2016
800.625/2015-ITAPISSUMA S A-OF. N°1402/2016
800.309/2016-ITAPISSUMA S A-OF. N°1400/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

800.057/2001-D 7 EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°1491/2016-60 dias
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
800.594/2012-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME- AI N°532/2016 e 531/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.322/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°1424/2016
800.323/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°1423/2016
Não conhece requerimento protocolizado(1057)
801.074/2010-MDN MINERIOS DO NORDESTE LTDA ME
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
800.136/2005-ARVOREDO AGUAS MINERAIS LTDA- AI N° 533/2016
800.283/2009-MINERAÇÃO ITAPECURU LTDA- AI N° 531/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.091/2003-ITAMIL ITAOCA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1419/2016, 1420/2016 e 1421/2016
800.136/2005-ARVOREDO AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1468/2016, 1469/2016, 1470/2016 e 1471/2016
800.283/2009-MINERAÇÃO ITAPECURU LTDA-OF. N°1410/2016, 1411/2016 e 1412/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.399/2014-L & M MINERADORA E CONSTRUÇÕES LTDA ME-Registro de Licença N°63/2016 de 21/09/2016-Vencimento em 31/12/2048
800.329/2016-TAIRAN CARNEIRO DE CASTRO ME-Registro de Licença N°61/2016 de 21/09/2016-Vencimento em 02/06/2019

RELAÇÃO Nº 129/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
800.428/2012-HSAK MINERAÇÃO LTDA- AI N°418/2016
800.158/2015-MCF CERÂMICA LTDA.- AI N°391/2016
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
800.953/2012-FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA DA SILVA ME- AI N°516/2016
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
800.698/2012-RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA BARROSO ME- NOT. N°210/2016
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
800.771/2012-BRITAFORT COMERCIO E SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA-AI N°237/2016
Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
800.264/1999-MINERADORA DE ÁGUA LÍMPIDA LTDA. - Publicado DOU de 19/08/2016, Relação n° 103/2016, Seção I, pág. 185- Onde se lê:... Processo de Cobrança nº 901.667/2010, leia-se: ...Processo de Cobrança nº 900.170/2011.

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 546/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Aralco S.A. Indústria e Comércio - 830031/05 - A.I. 1994/16
Areia Ouro de Minas Ltda Epp - 831543/14 - A.I. 1293/16
Brasilandia Granitos Ltda Epp - 830670/14 - A.I. 1313/16
Brito & Martins Empreendimentos Imobiliários Ltda - 833323/14 - A.I. 1287/16
Daniel Eduardo Barbosa Sousa me - 832491/14 - A.I. 1305/16
Danilo f Martins me - 830953/15 - A.I. 1315/16
Empresa Brasileira de Produção Mineral - 833616/13 - A.I. 1316/16
Espindula Terraplanagem Ltda me - 830039/15 - A.I. 1311/16
Extração de Areia Souza e Silva Ltda me - 833849/13 - A.I. 1292/16
Gedeon Souza Oliveira - 830735/15 - A.I. 1314/16
Gold Mineração, Participações e Empreendimentos s a - 834264/08 - A.I. 1304/16, 834266/08 - A.I. 1298/16
Jadir Moreira Barbosa - 833588/04 - A.I. 1302/16
Jardel Leone Queiroz de Freitas - 833065/13 - A.I. 1285/16
Jesuilson Jose Braga Santos - 834453/11 - A.I. 1284/16
José Raimundo Silva - 831000/12 - A.I. 1297/16
Leonardo Bessa Fabricante da Silva - 832554/13 - A.I. 1295/16
Lucielio Coimbra Borges 05279975605 - 833733/11 - A.I. 1303/16
Luis Antônio da Silva - 833150/13 - A.I. 1294/16
Maquesuel Francisco de Araujo Dias - 831007/15 - A.I. 1308/16
Marcelo Pereira Machado - 833493/12 - A.I. 1299/16, 833496/12 - A.I. 1300/16
Maria Lucia Glueck Vaz - 833568/12 - A.I. 1301/16
Mineração Beira Rio Ltda - 831201/13 - A.I. 1286/16
Mineração Lopas Ltda - 832464/14 - A.I. 1306/16
Mineração Peixe Bravo S.A. - 834691/07 - A.I. 1289/16
Osper Participaçoes e Empreendimentos Ltda - 833257/13 - A.I. 1290/16
Ralison Airan Silveira Pereira - 830050/15 - A.I. 1312/16
Sharon Torelly Azulay - 831230/13 - A.I. 1309/16
Silvino Braga Neto - 833860/13 - A.I. 1296/16
Thiago de Castro Sousa - 833267/13 - A.I. 1291/16
Vicente Pimentel Rhodes me - 832439/14 - A.I. 1307/16

RELAÇÃO Nº 547/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Antonio Ferreira da Silva - 831128/14
Aralco S.A. Indústria e Comércio - 830031/05
Cide Campos Sales - 833036/11
Coelho Comércio de Minerais e Serviços de Máquinas Ltda - 833774/13
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - 833548/11
Eduardo Branco Rodrigues - 831154/14, 831155/14
Etgran Mineração Ltda - 830670/11
Georges Mikhael Kallas - 832102/06
Josué Euzébio da Silva - 831886/13
Mineração Vale de Minas Ltda - 831776/14
Sada Bioenergia e Agricultura Ltda - 832467/13, 832468/13, 832469/13, 832470/13
Sebastião Antônio Pereira - 835034/11
Sérgio Márcio Mendes Campos - 831343/15

RELAÇÃO Nº 548/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Dn.edr Extrativismo, Mineração e Plantio Ltda - 831085/13 - Not.1574/2016 - R$ 3.292,54
Granmar Granitos e Mármores Ltda - 831715/14 - Not.1572/2016 - R$ 3.179,44
Gregório Vassilive Ferreira - 830994/14 - Not.1586/2016 - R$ 2.122,22
Jpf Empreendimentos e Participações Ltda - 834451/11 - Not.1578/2016 - R$ 5.804,44, 834450/11 - Not.1580/2016 - R$ 6.545,21
Mineração Minerminas Ltda me - 833407/11 - Not.1576/2016 - R$ 542,83
Uniao Mineração e Comercio Ltda Epp - 830185/12 - Not.1588/2016 - R$ 6.571,06
Vmm Gran Industria de Rochas Ltda - 831717/13 - Not.1582/2016 - R$ 2.931,07
Wanderson Macedo Piantamar Geotork Geofísica Hidrogeologia - 833543/11 - Not.1584/2016 - R$ 2.682,14

RELAÇÃO Nº 549/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alessandra Rodrigues de Faria - 833553/07 - Not.1602/2016 - R$ 3.876,85, 833554/07 - Not.1613/2016 - R$ 1.418,87
Alvaro Jorge Honorio de Freitas - 831227/06 - Not.1538/2016 - R$ 374,73
Bahmex Bahia Mineral Exploration Ltda - 831433/10 - Not.1508/2016 - R$ 6.493,23
Brazminco Ltda - 832447/06 - Not.1600/2016 - R$ 5.851,39
Carlos Cezar Santos - 830257/10 - Not.1497/2016 - R$ 3.216,26, 832631/10 - Not.1499/2016 - R$ 1.691,46, 831382/07 - Not.1487/2016 - R$ 731,67, 834431/08 - Not.1488/2016 - R$ 650,38
Cidef do Brasil sa - 830074/09 - Not.1550/2016 - R$ 66,74, 830075/09 - Not.1551/2016 - R$ 2.073,67, 830077/09 - Not.1552/2016 - R$ 5.364,53, 830078/09 - Not.1553/2016 - R$ 4.949,70, 830079/09 - Not.1554/2016 - R$ 3.191,89, 830080/09 - Not.1555/2016 - R$ 5.432,90, 830081/09 - Not.1556/2016 - R$ 3.793,63, 830958/09 - Not.1557/2016 - R$ 3.695,32, 832616/08 - Not.1558/2016 - R$ 1.762,02, 832760/06 - Not.1559/2016 - R$ 356,81, 833853/08 - Not.1560/2016 - R$ 3.963,74
Comercial de Areia Palmares Ltda - 831460/13 - Not.1501/2016 - R$ 154,53
Construtora Ápia LTDA. - 834877/08 - Not.1503/2016 - R$ 159,84
Dn.edr Extrativismo, Mineração e Plantio Ltda - 831085/13 - Not.1575/2016 - R$ 3.573,32
Dragagem Pioneira Ltda - 830186/12 - Not.1500/2016 - R$ 24,19
Fortaleza Mineração Ltda - 832142/09 - Not.1564/2016 - R$ 1.133,95, 833876/08 - Not.1565/2016 - R$ 3.827,24, 833878/08 - Not.1566/2016 - R$ 2.595,58, 834123/08 - Not.1567/2016 - R$ 5.924,91, 834126/08 - Not.1568/2016 - R$ 6.234,55, 834128/08 - Not.1569/2016 - R$ 5.605,99, 834129/08 - Not.1570/2016 - R$ 5.999,88, 834130/08 - Not.1571/2016 - R$ 5.483,78
Gar Mineração, Comércio, Importação e Exportação s. a. - 834815/07 - Not.1603/2016 - R$ 6.234,00, 834816/07 - Not.1604/2016 - R$ 6.229,64, 834817/07 - Not.1605/2016 - R$ 6.241,18, 834818/07 - Not.1606/2016 - R$ 6.231,91, 834821/07 - Not.1607/2016 - R$ 5.449,99, 834822/07 - Not.1608/2016 - R$ 6.152,46, 834824/07 - Not.1610/2016 - R$ 6.218,68, 834825/07 - Not.1611/2016 - R$ 6.154,90, 834826/07 - Not.1612/2016 - R$ 6.208,38
Gérson Vieira - 831770/09 - Not.1495/2016 - R$ 539,62
Granmar Granitos e Mármores Ltda - 830226/12 - Not.1512/2016 - R$ 3.075,87, 831715/14 - Not.1573/2016 - R$ 3.573,32
Gregório Vassilive Ferreira - 830994/14 - Not.1587/2016 - R$ 3.804,03
Hélio Pimenta do Amaral - 831745/12 - Not.1597/2016 - R$ 3.594,64
Jpf Empreendimentos e Participações Ltda - 834451/11 - Not.1579/2016 - R$ 3.573,32, 834450/11 - Not.1581/2016 - R$ 3.573,32
Marcos Geraldo de Carvalho - 831672/07 - Not.1601/2016 - R$ 162,28
mg Iron Consultoria em Mineração Ltda - 831425/10 - Not.1505/2016 - R$ 6.490,42, 831428/10 - Not.1506/2016 - R$ 6.492,74, 831429/10 - Not.1507/2016 - R$ 6.493,12
Minas Minerais Industriais LTDA. - 834717/10 - Not.1511/2016 - R$ 204,16
Minera Pesquisa Geológica LTDA. - 830404/04 - Not.1484/2016 - R$ 796,00, 830405/04 - Not.1485/2016 - R$ 137,43, 831913/03 - Not.1486/2016 - R$ 380,70
Mineração Calfenix Ltda - 834538/10 - Not.1509/2016 - R$ 539,33, 834539/10 - Not.1510/2016 - R$ 186,63, 830126/09 - Not.1504/2016 - R$ 3.121,49, 832378/06 - Not.1502/2016 - R$ 2.939,23
Mineração Minerminas Ltda me - 833407/11 - Not.1577/2016 - R$ 3.573,32
Ramiro Julio Ferreira Junior - 830414/09 - Not.1491/2016 - R$ 6.078,90, 830415/09 - Not.1492/2016 - R$ 4.565,13, 830601/09 - Not.1493/2016 - R$ 6.492,68, 830769/09 - Not.1494/2016 - R$ 4.006,14
rj Mineração Ltda - 830043/10 - Not.1496/2016 - R$ 4.370,93, 834818/08 - Not.1489/2016 - R$ 6.292,72, 834819/08 - Not.1490/2016 - R$ 6.467,41, 830402/10 - Not.1498/2016 - R$ 5.130,70
Rnw Mineração Ltda - 831867/06 - Not.1599/2016 - R$ 598,83
Teixeira Dos Anjos Material de Construção Ltda-me - 832858/05 - Not.1548/2016 - R$ 351,30
Temay Comercial, Importadora e Exportadora Ltda - 834804/08 - Not.1477/2016 - R$ 3.185,60, 834803/08 - Not.1478/2016 - R$ 3.200,00, 834802/08 - Not.1479/2016 - R$ 3.190,83
Uniao Mineração e Comercio Ltda Epp - 830185/12 - Not.1589/2016 - R$ 3.804,03
Vetor Sul Mineração Ltda - 833626/07 - Not.1480/2016 - R$ 5.134,08, 833625/07 - Not.1481/2016 - R$ 4.292,46, 833624/07 - Not.1482/2016 - R$ 6.049,67
Vmm Gran Industria de Rochas Ltda - 831717/13 - Not.1583/2016 - R$ 3.245,20
w t Junior - 830831/12 - Not.1483/2016 - R$ 623,30
Wanderson Macedo Piantamar Geotork Geofísica Hidrogeologia - 833543/11 - Not.1585/2016 - R$ 3.804,03

RELAÇÃO Nº 590/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Abratel Mineração Eireli me - 833049/06 - Not.1517/2016 - R$ 702,31
Acj Mineração Ltda me - 834850/07 - Not.1529/2016 - R$ 673,13
Cláudio Dornelas Gonçalves - 832683/10 - Not.1618/2016 - R$ 675,95
Cleider Yoshio Aikawa - 830522/08 - Not.1621/2016 - R$ 691,68
Empresa de Mineração Ouro Novo LTDA. - 832762/04 - Not.1540/2016 - R$ 456,19
Espraiado Energia S.A. - 831317/09 - Not.1518/2016 - R$ 648,25
Gdib Empreendimentos LTDA. - 831140/00 - Not.1614/2016 - R$ 728,35
Genadir Gomes Roberto - 833167/05 - Not.1528/2016 - R$ 692,12
Granitos Rocha Branca Ltda Epp - 831769/09 - Not.1531/2016 - R$ 470,28, 831769/09 - Not.1534/2016 - R$ 461,43
Ideal Granitos do Brasil LTDA. - 832135/00 - Not.1533/2016 - R$ 717,35
in And Out Exportadora e Mineradora Ltda - 830662/98 - Not.1514/2016 - R$ 724,81
Jacir de Moraes Cardoso - 831861/98 - Not.1543/2016 - R$ 733,45
João de Oliveira Júnior me - 832852/06 - Not.1521/2016 - R$ 692,12
José Vilas Boas - Firma Individual - 831213/84 - Not.1519/2016 - R$ 714,63
Marmoraria Minas Elevar LTDA. Epp - 831518/05 - Not.1530/2016 - R$ 664,87
Mauricio Mansur - 830113/81 - Not.1609/2016 - R$ 728,35
Mbs Mineração Barbosa Santos Ltda me - 833721/10 - Not.1622/2016 - R$ 476,44

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Minas Minig Mineração e Comercio Ltda - 831582/08 - Not.1593/2016 - R$ 691,68

Mineração Areado Abaeté Ltda - 830753/01 - Not.1594/2016 - R$ 720,11, 830753/01 - Not.1595/2016 - R$ 721,56, 831350/93 - Not.1591/2016 - R$ 695,26, 831350/93 - Not.1592/2016 - R$ 721,56

Mineração Atlântica LTDA. - 832458/00 - Not.1539/2016 - R$ 738,19

Mineração Expresso Ltda - 832000/05 - Not.1619/2016 - R$ 721,56

Mineraçao Forte Minas Extraçao de Granitos Ltda - 833290/13 - Not.1525/2016 - R$ 728,35

Mineração Peg Ltda me - 830545/08 - Not.1545/2016 - R$ 714,63

Mineração Urucum Ltda me - 832892/10 - Not.1526/2016 - R$ 472,42

Nilson Oliveira - 831500/01 - Not.1520/2016 - R$ 691,68

Pedramar Mármores e Granitos LTDA. - 832009/05 - Not.1532/2016 - R$ 717,35

Sérgio Lamounier - 831547/88 - Not.1615/2016 - R$ 728,35

Servicos de Mineração e Comércio Ltda - 4324/57 - Not.1516/2016 - R$ 721,56

Teixeira Dos Anjos Material de Construção Ltda-me - 832858/05 - Not.1523/2016 - R$ 702,18, 830186/04 - Not.1535/2016 - R$ 702,18

Terra Minas Terraplanagem LTDA. Epp - 834835/10 - Not.1598/2016 - R$ 721,56

Thermo Vilela Monteiro - 832209/89 - Not.1616/2016 - R$ 728,35

Tra Mineração Ltda - 831277/09 - Not.1542/2016 - R$ 695,26

Véritas Mineração Ltda me - 832804/07 - Not.1527/2016 - R$ 715,63

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 134/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

850.421/2009-MINERAÇÃO MARAVAIA LTDA.-CURIONÓPOLIS/PA - Guia n° 003/2016-4.000toneladas-Minério de Ouro-Validade:19/09/2017

850.264/2010-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA-ITAITUBA/PA - Guia n° 004/2016 e 005/2016-50.000toneladas/ano-Minério de Ouro e Minério de Diamante- Validade:13/06/2017

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

850.332/2007-IPAR PARTICIPACOES LTDA-ALVARÁ N°17.387/2011

850.327/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-ALVARÁ N°6.264/2011

851.077/2011-IPAR PARTICIPACOES LTDA-ALVARÁ N°1.417/2012

851.078/2011-IPAR PARTICIPACOES LTDA-ALVARÁ N°1.418/2012

851.079/2011-IPAR PARTICIPACOES LTDA-ALVARÁ N°1.419/2012

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

850.490/1986-VALE FERTILIZANTES S A-ALVARÁ N°11.440/2007

850.825/2004-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA.-ALVARÁ N°13.311/2011

850.561/2005-MINERAÇÃO REGENT BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°7.390/2010

850.308/2006-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-ALVARÁ N°4.536/2011

850.359/2006-CMGM MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°6.260/2011

851.126/2007-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°6.471/2008

850.226/2009-VALE DOURADO MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°5.949/2010

850.653/2009-MINERAÇÃO VILA PORTO RICO LTDA.-ALVARÁ N°14.041/2010

850.654/2009-MINERAÇÃO VILA PORTO RICO LTDA.-ALVARÁ N°14.042/2010

850.314/2010-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15.239/2011

850.800/2010-VALE METAIS BÁSICOS S A-ALVARÁ N°16.349/2010

850.575/2011-ARAGUAIA NÍQUEL MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°8.689/2011

850.576/2011-ARAGUAIA NÍQUEL MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°8.690/2011

850.696/2011-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11.285/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

850.072/2016-JORGE DOHARA-Registro de Licença N°57/2016 de 20/09/2016-Vencimento em 14/12/2017

850.400/2016-H. M. Q. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES ME-Registro de Licença N°53/2016 de 23/09/2016-Vencimento em 14/04/2017

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

850.105/2015-OSCAR LUÍZ DE MORAIS- Registro de Licença N°:28/2015 - Vencimento em 03/01/2021

Declara a nulidade do Registro de Licença(1288)

850.219/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP- Registro de Licença N°12- Publicado no DOU de 2014

850.220/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP- Registro de Licença N°11- Publicado no DOU de 2014

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

803.137/2016-LUCAS FEITOSA LIRA

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

803.269/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.270/2015-PIAUÍ AGREGADOS LTDA.

803.271/2015-PIAUÍ AGREGADOS LTDA.

803.272/2015-PIAUÍ AGREGADOS LTDA.

803.273/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.274/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.275/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.276/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.277/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.278/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.279/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.280/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.281/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.282/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.283/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

803.284/2015-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)

803.307/2014-CONSTRUTORA SUCESSO S A- Cessionário:803.269/2015, 803.270/2015, 803.271/2015, 803.272/2015, 803.273/2015, 803.274/2015, 803.275/2015, 803.276/2015, 803.277/2015, 803.278/2015, 803.279/2015, 803.280/2015, 803.281/2015, 803.282/2015, 803.283/2015 e 803.284/2015.-Remanso Mineradora e Construtora Ltda. e Piauí Agregados Ltda.

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

803.135/2012-NELSON FARIAS SANTOS- AI N°218/2016 (inobservância ao parágrafo único, art. 31, do RCM)

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

803.017/2010-BRITAPLAN MINERACAO LTDA-AI N°219/2016

803.076/2010-CORCOVADO GRANITOS LTDA-AI N°220/2016

803.307/2013-COMERCIAL GONZAGA E FRANÇA LTDA ME-AI N°98/2016

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

803.039/2009-FRANCISCO FERNANDES DOS SANTOS ME - AI N°49/2016

803.072/2009-ALCEU FREIRE DE ANDRADE - AI N°228/2015

803.080/2009-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA - AI N°229/2015

803.120/2009-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°50/2016

803.121/2009-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°51/2016

803.122/2009-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°52/2016

803.147/2009-ADRIANA PAULA VISGUEIRA MOTA ME - AI N°233/2015

803.160/2009-SIMPLÍCIO FERREIRA DE CARVALHO NETO - AI N°234/2015

803.199/2009-ERGGEO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - AI N°235/2015

803.215/2009-GM ROCHA IND. COM. SERV. LTDA - AI N°237/2015

803.216/2009-TIGRE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA - AI N°238/2015

803.217/2009-TIGRE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA - AI N°239/2015

803.218/2009-TIGRE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA - AI N°240/2015

803.219/2009-TIGRE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA - AI N°241/2015

803.220/2009-TIGRE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA - AI N°242/2015

803.221/2009-ERGGEO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - AI N°243/2015

803.222/2009-ERGGEO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - AI N°244/2015

803.226/2009-ERGGEO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - AI N°246/2015

803.228/2009-SALINAS MINERAÇÃO E PESQUISA LTDA. - AI N°248/2015

803.234/2009-EDNEI MODESTO AMORIM - AI N°205/2015

803.239/2009-TIGRE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA - AI N°207/2015

803.243/2009-EDNEI MODESTO AMORIM - AI N°208/2015

803.257/2009-ANTONIO DE PAIVA RIBEIRO - AI N°210/2015

803.008/2010-LUIS COELHO DA LUZ FILHO - AI N°74/2016

803.016/2010-CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ - AI N°77/2016

803.020/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°57/2016

803.021/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°58/2016

803.022/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°59/2016

803.023/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°60/2016

803.024/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, - AI N°61/2016

803.536/2010-EJOVEL CONTRUÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - AI N°1/2016

803.053/2011-A. NETO ALMEIDA DE ANDRADE - AI N°215/2016

803.188/2011-ADRIANO MEDEIROS NETTO RIBEIRO - AI N°4/2016

803.416/2012-MINERA BRITAGEM E ENERGIA RENOVAVEL LTDA - AI N°255/2015

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

803.208/2015-MANOEL RIBEIRO & CARVALHO LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

803.156/2016-MANOEL RIBEIRO & CARVALHO LTDA-Registro de Licença N°28/2016 de 04/10/2016-Vencimento em 20/04/2017

803.166/2016-CONAGRO LTDA-Registro de Licença N°27/2016 de 30/09/2016-Vencimento em 27/07/2017

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

803.116/2014-ANTONIO JOSÉ FERREIRA LIMA- Registro de Licença N°:29/2014 - Vencimento em 21/02/2017

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 153/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Britador e Caieira Capixaba Ltda me - 848015/14 - Not.188/2016 - R$ 3.171,11

RELAÇÃO Nº 154/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Britador e Caieira Capixaba Ltda me - 848015/14 - Not.189/2016 - R$ 3.678,05

OCTAVIO SANTIAGO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 183/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Ademir Raguso - 815720/12

Adilson Roveda Demétrio - 815197/13, 815198/13

Alcides Waldow - 815545/12

Alegranza Mineração s a - 815752/12

Cerâmica Elizabeth Sul Ltda - 815786/12

Cerâmica Mastelotto Ltda - 815151/13

Edegar Lazarek - 815819/12

Edemilso Luiz Venson - 815631/12, 815632/12, 815630/12

Édio Acácio Jordão me - 815882/12

Eduardo Barni - 815753/12

Emerson Alves Couto - 815606/12

Emerson Baggio - 815779/12

Gedson Martini - 815724/12

Genoval Antunes de Liz - 815836/12

Maicon Sergio Poffo - 815553/12

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815878/12
Mineração Miranda Ltda.epp - 815233/13
Mineração Rio do Moura Ltda - 815076/13, 815070/13, 815343/12
Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda me - 815172/13
Minerocha Catarinense LTDA. - 815758/12
Montaine Participações Ltda - 815610/12
Neuro Gasparotto - 815668/12
Rogério Francisco Faesser de Souza - 815004/13
Rolando Arnold - 815515/12, 815509/12, 815513/12, 815514/12, 815508/12, 815511/12, 815510/12
Sol Mineração Ltda me - 815549/12
Solares Terraplenagem Ltda me - 815660/12
Terraplenagem Azza LTDA. - 815780/12, 815147/13
Transportes Freccia LTDA. EPP. - 815796/12
Viapav Construtora Ltda - 815586/12
Week Geo Mineração Ltda - 815626/12

RELAÇÃO Nº 185/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
A.j.e Terraplanagem Ltda me - 815357/13
Abelardo Benigno & Costa Empreendimentos Ltda - 815688/13
Adriana Boza - 815404/13, 815397/13, 815409/13
Agostinho Cipriani - 815565/13
André Simas - 815582/13
Areal Prata Ltda me - 815791/13
Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815241/13, 815395/13
Brazil Resources Holding Limitada - 815415/13, 815414/13, 815416/13
Carlos Sell - 815490/13
Construpav Obras e Pavimentação Ltda me - 815396/13
Edegar Lazarek - 815882/13
Edemilso Luiz Venson - 815322/13, 815457/13, 815403/13
Eduardo Schmidt - 815606/13
Fabio Berndt Slonczewski - 815643/13
Fonte Água Mineral Barra do Norte Ltda - 815308/13
Miguel Sommariva Junior - 815583/13
Mineração Parnagua Ltda me - 815878/13
Mival Mineração Vale do Rio Tijucas Ltda - 815834/13
Oliveira Cultivo e Comércio de Gramas Ltda me - 815257/13
Raquel da Silva Tormena - 815242/13
Santos Imbituba Locação de Equipamentos Ltda Epp - 815663/13
Trainotti Dadam Extracao de Areia e Argila Ltda Epp - 815590/13
Transportes Freccia LTDA. EPP. - 815258/13
Werner Oscar Kunze - 815244/13

RELAÇÃO Nº 188/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Agro Industria Evaldo Frederico Heyse Ltda - 815911/13
Água da Serra Industrial de Bebidas LTDA. - 815070/14
Alberto Gustavo Hahn Junior - 816014/13
Alegranza Mineração s a - 815993/13, 815994/13, 815995/13, 815996/13
Altair Nasario - 815378/14
Andre Francisco da Silva - 815665/14
Areal Prata Ltda me - 815948/13
Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815655/12, 815192/14
Aterplan Serviços e Construções LTDA. - 815120/14
Disk Material COM. e TRNSP. Ltda - 815339/11
Edegar Lazarek - 815221/11
Eduardo Furtado - 815240/11
João Batista Becker - 815776/14
Mineração Rio do Moura Ltda - 815830/13, 816109/13, 815582/14, 816042/13, 816041/13
mv Pedras e Materiais de Construção Ltda Epp - 815326/11
Sol Mineração Ltda me - 815707/14
Volnei Moreira & Cia Ltda - 815449/14

RELAÇÃO Nº 190/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Adriana Boza - 815458/13
Antônio Celso Bardini - 815120/13
Cornelio Wiggers - 815419/12
Fornecedora de Materiais de Construção Maravilha Ltda - 815445/00
Mineração Rio do Moura Ltda - 815448/12, 815454/12, 815453/12
Rafael Moschen de Oliveira - 815272/12
Sol Mineração Ltda me - 815669/14
Terra Mater Participações e Empreendimentos LTDA. - 815222/11
Transmac Comércio e Transportes Ltda me - 815937/11
Week Geo Mineração Ltda - 815472/14

RELAÇÃO Nº 194/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
815.492/2012-DALCI MASIERO -AI N°733/2016
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
815.403/2003-RUDNICK MINÉRIOS LTDA- AI Nº 788/2016

RELAÇÃO Nº 196/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Anfa Comércio de Saibro e Serviços Ltda - 815200/13
Célio Bruno Apolinario - 815023/13
Cerâmica Rainha Ltda - 816062/13
Cesar Pereira - 815658/13
Cetarb Comércio de Minérios Ltda - 816024/13
Edegar Lazarek - 816026/13
Edemilso Luiz Venson - 815974/13, 815315/13, 815448/13
Elizabeth Dos Santo Felicio - 815656/11
Empreiteira Fortunato Ltda - 815893/13
Empreiteira jp Basalto Ltda - 815755/13
Incorporadora Miami Eireli Ltda - 815533/13
Jorge Luiz de Souza - 815061/14
José Mário Pires me - 816011/13
Jose Severiano da Silva - 816103/13
Leomar Sasse - 815025/14
Lzk Construtora Ltda - 815621/13
Marcelo Manfredine - 815069/14
Mário Nicolau Junior - 816064/13, 816065/13
Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815057/14, 815058/14, 815944/13, 815945/13
Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda me - 815584/11
Neunari Nicaro Fornari - 815731/13
Paraiso Comércio de Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda - 815101/13
Pedra Branca LTDA. - 815173/11
Pedreira Klein Ltda me - 816025/13
Primo Extração e Comercio de Areia e Materiais Construção Ltda me - 815021/14
Saibrita Mineração e Construção Ltda - 816101/13
Sávio Volnei Bertoldi - 815071/14
Sigma Mineração, Beneficiamento e Transportes Limitada me - 815926/13, 815108/13
Sol Mineração Ltda me - 815247/12, 815241/12, 815240/12
Stang Transporte e Comercio de Material de Construção LTDA. ME. - 816087/13
Terraplenagem Azza LTDA. - 815953/13
Vida Florestal Ltda - 815652/11

RELAÇÃO Nº 200/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Áurea Industria e Comércio Ltda - 815109/15
Cassiano Dalla Nora Martins - 815581/14
Ceaca - Cerâmica Canoinhas Ltda - 815553/14
cm Extração de Areia e Transportes Ltda me - 815822/13
Confer Construtora Fernandes Ltda - 815168/14
Corema Cia Revendedora de Motores e Automóveis - 815106/14, 815104/15
Edilson Nunes - 815063/15
Edson Luis Preis - 815415/14, 815476/14
Egídio de Farias - me - 815097/14
Empreiteira de Mão de Obra Adrimar LTDA. - 815461/14
Fabricio Sebastiao Marian me - 815145/14, 815146/14, 815144/14
Ghs Mineração LTDA. me - 815907/13
Impacto Engenharia Ltda me - 815029/15
José Maximo Cesa - 815605/14
Luciana Cirlene Reinert da Silva - 815657/14
Luiza Duarte Medeiros - 815560/14
Matheus Silva Goedert - 815098/15
Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815561/14, 815464/14
Paulo Nelson Simette - 815314/14
Pedreira Franceschini Ltda me - 815775/14
Pedro Luiz Venier - 815245/14
Raquel da Silva Tormena - 815052/11
rg Terraplanagem Ltda - 815194/15
Ricardo Garbeloto Teixeira - 815193/15
Rio do Morro Mineração Eireli EPP. - 815064/15
Salézio Zimermann - 815481/14
Samavi Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 815550/14
Sandra de Fatima Ferreira Stobiena - 815239/14
Sigma Mineração, Beneficiamento e Transportes Limitada me - 815183/14
Simone Aparecida Ohrt Galvão - 815202/15
Veloterra Terraplenagem Ltda Epp - 815615/14

RELAÇÃO Nº 202/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
815.398/2016-MOISES RAMOS- OF. N° 4846/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.398/2016-MOISES RAMOS-OF. N°3396/2016
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.657/2012-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-Areia
815.658/2012-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.640/2011-AREAL MORO LTDA. ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
816.181/1995-TERRAPLENAGEM GOLL LTDA-OF. N°4893/2016
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
815.759/2008-E A W EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA-OF. N°419/2015
Reitera exigência(366)
815.235/2010-INDUGRAMAR LTDA EPP-OF. N°4914/2016-60 dias dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.261/1993-EMPRESA DE AGUA MINERAL CRISTAL BLUMENAU LTDA- Alvará n° 3063/1993 - Cessionário: BEBIDAS MAX WILHELM LTDA- CNPJ 84429869/0001-46
815.425/2004-MINERADORA PORTO LTDA ME- Alvará n° 7879/2004 - Cessionário: MLR MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- CNPJ 16542525/0001-99
815.182/2014-ALSIDES DOMINGOS HECK- Nenhum título associado n° - Cessionário: CERÂMICA CONSTULAR LTDA- CNPJ 76323500/0001-26
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.883/1995-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-OF. N°4909/2016
815.424/2006-TECMICER - MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°4902/2016
815.745/2006-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-OF. N°4913/2016
815.845/2009-DIRCE DOS ANJOS JUNIOR-OF. N°4909/2016
815.383/2012-MINERAÇÃO MONTE VERDE LTDA ME-OF. N°4910/2016
815.575/2016-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°4908/2016
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2024)
816.181/1995-TERRAPLENAGEM GOLL LTDA-OF. N°4893/2016
815.678/2007-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-OF. N°4900/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.449/2011-SUL BRITAS LTDA ME-OF. N°4894/2016
815.780/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°4895/2016
815.780/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°4897/2016
815.782/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°4895/2016
815.782/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°4897/2016
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.079/2002-KLABIN SA- Registro de Licença N°:960/2002 - Vencimento em 12/08/2018
815.562/2012-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA- Registro de Licença N°:1640/2014 - Vencimento em 02/09/2020
815.140/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME- Registro de Licença N°:2008//2016 - Vencimento em 20/12/2020
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.780/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°4896/2016
815.782/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°4896/2016
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.619/2016-RIO DOS CEDROS PREFEITURA-OF. N°4903/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
815.289/2012-ZUNICAL CALÇADOS LTDA

RELAÇÃO Nº 203/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Adilson José Otto - 815898/15, 815897/15
Afonso Luiz Gelosa - 815865/15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Agostinho Cipriani - 815760/15
Agromaza Indústria e Comercio de Cerais LTDA. - 815756/15
André Simas - 815754/15
Angela Maria Nunes Cristiano - 815758/15
Antônio Carlos Ferreira - 815757/15, 815759/15, 815227/15
Antonio Gilmar Dissenha - 815375/15
Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815785/15
Britador Oliveira Ltda - 815787/15
Cambirela EXT. COM. de Sílex Ltda Epp - 815654/15
Cerâmica Rainha Ltda - 815823/15
cm Extração de Areia e Transportes Ltda me - 815576/15, 815800/15
Construtora Viseu LTDA. - 815481/15
Cornelio Wiggers - 815818/15
Cristiano g. Costa Milan - 815590/15
Disk Grama Comercial Ltda me - 815502/15
Fonte Água Mineral Barra do Norte Ltda - 815507/15
Geo Castro Consultoria Ltda - 815826/15, 815827/15
Humberto José Goulart - 815301/15
Jcp Construções e Incorporações Ltda - 815723/15
João Schiptoski - 815713/15
Joelso Eller - 815533/15
Luciana Cirlene Reinert da Silva - 815212/15, 815211/15
Lzk Construtora Ltda - 815524/15
Marcio Luiz Martins - 815715/15
Miguel Sommariva Junior - 815753/15
Minas Minerais Industriais LTDA. - 815768/15, 815832/15, 815767/15
Mineração lk Ltda - 815882/15
Mirian Cabral - 815268/12
Pedras Cotovelo Ltda me - 815210/15
Robson Bernardo de Souza - 815557/15
Rubens Jose Fontanive - 815566/15
Santiago Aguiar - 815710/15
Tecnoclay Min Ind Comercio Ltda - 815829/15, 815896/15, 815761/15
Terraplenagem Hosang LTDA. - 815892/15
Transpézia Ambiental Ltda Epp - 815815/15
Transportes a. Maiochi LTDA. - 815824/15
Vitor Hugo Antonelli - 815240/15

RELAÇÃO Nº 204/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
815.867/1994-BRITADOR HÜBENER LTDA - Publicado DOU de 19/09/2016, Relação n° 189/2016, Seção I, pág. 43- Onde se lê: "Prazo: Até 31/08/2016", Leia-se: "Prazo: Até 31/08/2017"

RELAÇÃO Nº 207/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.557/2011-CAMILO CARVALHO DAMAZIO-OF. N°5005/2016
815.568/2013-ALECSANDRO SCHARDOSIM KLEIN-OF. N°5006/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
816.169/1995-BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA ME-OF. N°5001/2016
815.101/2002-CERÂMICA JHENIFFER LTDA ME-OF. N°5009/2016
815.101/2002-CERÂMICA JHENIFFER LTDA ME-OF. N°5009/2016
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.442/2006-MINERAÇÃO MIRANDA LTDA.EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.556/1986-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°5011/2016
815.383/2006-CUBATÃO PESQUISAS LTDA.-OF. N°5004/2016
815.813/2007-PERENA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°5003/2016
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.310/2008-CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA-OF. N°5008
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
814.465/1970-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS-Argila
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.152/2014-CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA-OF. N°5008/2016
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.109/1997-ANDRÉA DA SILVA ME- Registro de Licença N°:582/1997 - Vencimento em 24/08/2018
815.226/1997-ANDRÉA DA SILVA ME- Registro de Licença N°:591/1997 - Vencimento em 24/08/2018
815.597/2013-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP- Registro de Licença N°:1575/2013 - Vencimento em 06/09/2020
815.078/2015-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP- Registro de Licença N°:1672/2015 - Vencimento em 06/09/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.153/2016-EWR TRANSPORTES LTDA ME-Registro de Licença N°2041/2016 de 23/09/2016-Vencimento em 15/01/2021
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.628/2016-MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL-OF. N°5007/2016

RELAÇÃO Nº 209/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
A.j.e Terraplanagem Ltda me - 815215/15, 815063/16
Agro Industria Evaldo Frederico Heyse Ltda - 815911/13
Agropastoril Serramar Ltda - 815204/16, 815354/16
Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815249/16
Asl América do Sul Logística LTDA. - 815167/14
Auptag Mineração e Participações Ltda - 815251/16, 815262/16
Carbonifera Criciuma S.A. - 815289/14
Cerâmica Verde Vale Ltda me - 815927/15
Edemilso Luiz Venson - 815214/15, 815021/16
Genésio Rohden - 815788/14
Gervásio Ramos - 815228/14, 815229/14, 815183/15
Getulio Baumgartner - 815933/15, 815159/15
Helio José da Costa - 815188/15
Iris de Aguiar - 815071/15
Junckes Mineração e Transporte Ltda Epp - 815118/15
Levi Cezar Pacheco Dos Santos Lima - 815179/14
Maico Zamboni - 815160/16
Miguel Mario Napoli - 815010/16
Minérios Azambuja Ltda - 815128/16, 815169/16
Mirian Cabral - 815268/12
Paulo Afonso Dos Santos Junior - 815536/11, 815660/11, 815661/11
Pedras Cotovelo Ltda me - 815210/15
Pedro Luiz Venier - 815245/14
Raquel da Silva Tormena - 815002/15, 815196/15
Seluma Serviços de Limpeza Urbana de Mafra Ltda - 815903/15
Terraplenagem Azza LTDA. - 815953/13
Terraplenagem Baumgartner Ltda - 815175/15, 815261/15
Vitor Hugo Antonelli - 815240/15
Week Geo Mineração Ltda - 815338/11
Znt Britagem e Comércio de Pedras Ltda - 815127/15

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 90/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.532/2006-GEOMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1.004/2016 - DNPM/TO
864.235/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO FLORESTA NEGRA LTDA.-OF. N°884/2016 - DNPM/TO
864.753/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°1.003/2016 - DNPM/TO
864.817/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°1.003/2016 - DNPM/TO
864.818/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°1.003/2016 - DNPM/TO
864.836/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°1.003/2016 - DNPM/TO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
864.286/2012-CONSTRUPORTO INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°377/2016 - DNPM/TO
Indefere pedido de reconsideração(263)
864.801/2008-EVANDINO ANTONIO ENEIAS
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
864.301/2009-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-PALMAS/TO - Guia n° 06/2016-50.000TONELADAS-GRANITO (BRITA)- Validade:24/05/2018
864.194/2015-D.A.S SOLUÇÕES LTDA-ALMAS/TO - Guia n° 05/2016-50.000TONELADAS-TONALITO (BRITA)- Validade:27/01/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.782/2011-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA EPP - Alvará N°803/2011
864.783/2011-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA EPP - Alvará N°9.669/2015
864.014/2012-MURILLO CHATER VIEGAS -Alvará N°804/2016
864.093/2012-PISOFORT CONSTRUÇÕES LTDA -Alvará N°7.603/2015
864.156/2012-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA EPP - Alvará N°7.619/2015
864.294/2012-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°15.722/2015
864.296/2012-DYOGO CANDIDO DE OLIVEIRA -Alvará N°863/2016
864.384/2012-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA EPP - Alvará N°1.698/2016
864.136/2014-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO -Alvará N°7.469/2016
864.138/2014-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO -Alvará N°7.470/2016
864.139/2014-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO -Alvará N°7.471/2016
864.214/2014-JOSÉ WAGNER PRAXEDES -Alvará N°9.083/2014
864.318/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°3.232/2015
864.319/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°3.233/2015
864.320/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°3.234/2014
864.321/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°2.064/2015
864.322/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°2.065/2015
864.323/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°3.235/2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.200/2012-ELBA CALCÁRIO LTDA.
864.201/2012-ELBA CALCÁRIO LTDA.
864.203/2012-ELBA CALCÁRIO LTDA.
864.204/2012-ELBA CALCÁRIO LTDA.
864.045/2013-RODRIGO MEIRELES MATTOS RODRIGUES
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
864.225/2010-DI CASTRO´S CONSTRUTORA LTDA ME-ALVARÁ N°13.661/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2024)
864.426/2010-GEOMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1.004/2016 - DNPM/TO

FABIANO PINEIRO MIRANDA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 341, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.751/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Anglo American Níquel Brasil Ltda., concessão para lavrar Minério de Níquel, no Município de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 39,90 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°04'35,067"S / 48°57'40,701"W; 15°04'38,156"S / 48°57'40,701"W; 15°04'38,156"S/48°57'49,233"W; 15°04'36,295"S/48°57'49,233"W; 15°04'36,295"S/48°57'50,233"W; 15°04'16,563"S/48°57'50,237"W; 15°04'16,558"S/48°57'24,267"W; 15°04'22,071"S/48°57'24,267"W; 15°04'22,071"S/48°57'27,464"W; 15°04'28,566"S/48°57'27,464"W; 15°04'28,566"S/48°57'30,632"W; 15°04'31,766"S/48°57'30,632"W; 15°04'31,766"S/48°57'34,084"W; 15°04'35,067"S/48°57'34,084"W; 15°04'35,067"S/48°57'40,701"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°04'35,067"S e Long. 48°57'40,701"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 94,9m-S; 254,8m-W; 57,2m-N; 29,9m-W; 606,6m-N; 775,5m-E; 169,4m-S; 95,5m-W; 199,6m-S; 94,6m-W; 98,4m-S; 103,1m-W; 101,5m-S; 197,6m-W.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa Anglo American Níquel Brasil Ltda., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Níquel, no Município de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 39,90 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°04'35,067"S/48°57'40,701"W; 15°04'38,156"S/48°57'40,701"W; 15°04'38,156"S/48°57'49,233"W; 15°04'36,295"S/48°57'49,233"W; 15°04'36,295"S/48°57'50,233"W; 15°04'16,563"S/48°57'50,237"W; 15°04'16,558"S/48°57'24,267"W; 15°04'22,071"S/48°57'24,267"W; 15°04'22,071"S/48°57'27,464"W; 15°04'28,566"S/48°57'27,464"W; 15°04'28,566"S/48°57'30,632"W; 15°04'31,766"S/48°57'30,632"W; 15°04'31,766"S/48°57'34,084"W; 15°04'35,067"S/48°57'34,084"W; 15°04'35,067"S/48°57'40,701"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°04'35,067"S e Long. 48°57'40,701"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 94,9m-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

S; 254,8m-W; 57,2m-N; 29,9m-W; 606,6m-N; 775,5m-E; 169,4m-S; 95,5m-W; 199,6m-S; 94,6m-W; 98,4m-S; 103,1m-W; 101,5m-S; 197,6m-W, conforme consta do Processo DNPM nº 860.751/2005, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 1.045.000 toneladas de minério bruto (ROM) e à produção média de 40.000 toneladas/ano (ROM) do 1° ao 17° ano do projeto e 365.000 toneladas/ano (ROM) no último ano, considerando a vida útil de 18 anos, conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

PORTARIA Nº 342, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.168/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Anglo American Níquel Brasil Ltda., concessão para lavrar Minério de Níquel, no Município de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 59,66 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°02'59,872"S/48°56'46,891"W; 15°04'05,032"S/48°56'46,889"W; 15°04'05,032"S/48°56'56,954"W; 15°04'04,957"S/48°56'56,954"W; 15°04'04,958"S/48°57'20,068"W; 15°04'04,977"S/48°57'20,068"W; 15°04'04,977"S/48°57'20,104"W; 15°04'04,946"S/48°57'20,104"W; 15°04'04,944"S/48°56'56,856"W; 15°02'59,873"S/48°56'56,863"W; 15°02'59,872"S/48°56'46,891"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°02'59,872"S e Long. 48°56'46,891"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2002,7m-S; 300,6m-W; 2,3m-N; 690,4m-W; 0,6m-S; 1,1m-W; 1,0m-N; 694,3m-E; 2000,0m-N; 297,8m-E.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa Anglo American Níquel Brasil Ltda., concessão para lavrar Minério de Níquel, no Município de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 59,66 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°02'59,872"S/48°56'46,891"W; 15°04'05,032"S/48°56'46,889"W; 15°04'05,032"S/48°56'56,954"W; 15°04'04,957"S/48°56'56,954"W; 15°04'04,958"S/48°57'20,068"W; 15°04'04,977"S/48°57'20,068"W; 15°04'04,977"S/48°57'20,104"W; 15°04'04,946"S/48°57'20,104"W; 15°04'04,944"S/48°56'56,856"W; 15°02'59,873"S/48°56'56,863"W; 15°02'59,872"S/48°56'46,891"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°02'59,872"S e Long. 48°56'46,891"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2002,7m-S; 300,6m-W; 2,3m-N; 690,4m-W; 0,6m-S; 1,1m-W; 1,0m-N; 694,3m-E; 2000,0m-N; 297,8m-E, conforme consta do Processo DNPM nº 861.168/2005, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 112.500 toneladas de minério bruto (ROM), a ser lavrada em 01 (hum) ano, conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

PORTARIA Nº 343, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 831.415/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à MBL MATERIAIS BÁSICOS LTDA, concessão para lavrar MINÉRIO DE FERRO, no(s) Município(s) de ITATIAIUÇU/MG, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°10'29,799"S/44°28'35,205"W; 20°10'29,799"S/44°28'28,317"W; 20°10'39,489"S/44°28'28,317"W; 20°10'39,489"S/44°28'21,051"W; 20°10'49,244"S/44°28'21,050"W; 20°10'49,245"S/44°28'24,494"W; 20°10'52,496"S/44°28'24,494"W; 20°10'52,496"S/44°28'29,660"W; 20°10'55,748"S/44°28'29,660"W; 20°10'55,748"S/44°28'34,827"W; 20°10'57,374"S/44°28'34,827"W; 20°10'57,374"S/44°28'36,549"W; 20°10'59,000"S/44°28'36,549"W; 20°10'59,000"S/44°28'38,271"W; 20°11'00,626"S/44°28'38,271"W; 20°11'00,626"S/44°28'39,993"W; 20°11'02,252"S/44°28'39,993"W; 20°11'02,252"S/44°28'41,715"W; 20°11'03,878"S/44°28'41,715"W; 20°11'03,878"S/44°28'43,437"W; 20°11'06,479"S/44°28'43,437"W; 20°11'06,479"S/44°28'45,159"W; 20°11'12,333"S/44°28'45,159"W; 20°11'12,332"S/44°28'50,326"W; 20°11'13,958"S/44°28'50,326"W; 20°11'13,958"S/44°28'53,770"W; 20°11'12,332"S/44°28'53,770"W; 20°11'12,332"S/44°28'58,936"W; 20°11'10,706"S/44°28'58,936"W; 20°11'10,706"S/44°29'00,658"W; 20°11'09,080"S/44°29'00,658"W; 20°11'09,080"S/44°29'04,102"W; 20°11'06,804"S/44°29'04,102"W; 20°11'06,804"S/44°29'08,717"W; 20°11'03,552"S/44°29'08,717"W; 20°11'03,552"S/44°29'00,658"W; 20°11'05,828"S/44°29'00,658"W; 20°11'05,829"S/44°28'55,492"W; 20°11'07,455"S/44°28'55,492"W; 20°11'07,455"S/44°28'48,603"W; 20°11'05,699"S/44°28'48,603"W; 20°11'05,699"S/44°28'47,122"W; 20°11'01,699"S/44°28'47,122"W; 20°11'01,699"S/44°28'45,641"W; 20°10'57,699"S/44°28'45,641"W; 20°10'57,699"S/44°28'44,160"W; 20°10'53,732"S/44°28'44,160"W; 20°10'53,732"S/44°28'42,645"W; 20°10'49,732"S/44°28'42,645"W; 20°10'49,732"S/44°28'41,164"W; 20°10'45,765"S/44°28'41,164"W; 20°10'45,765"S/44°28'39,683"W; 20°10'41,765"S/44°28'39,683"W; 20°10'41,765"S/44°28'38,167"W; 20°10'37,766"S/44°28'38,167"W; 20°10'37,766"S/44°28'36,686"W; 20°10'33,798"S/44°28'36,686"W; 20°10'33,798"S/44°28'35,205"W; 20°10'29,799"S/44°28'35,205"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1710,0m, no rumo verdadeiro de 88°41'00"531 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°10'28,524"S e Long. 44°27'36,329"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 200,0m-E; 298,0m-S; 211,0m-E; 300,0m-S; 100,0m-W; 100,0m-S; 150,0m-W; 100,0m-S; 150,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 80,0m-S; 50,0m-W; 180,0m-S; 150,0m-W; 50,0m-S; 100,0m-W; 50,0m-N; 150,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 100,0m-W; 70,0m-N; 134,0m-W; 100,0m-N; 234,0m-E; 70,0m-S; 150,0m-E; 50,0m-S; 200,0m-E; 54,0m-N; 43,0m-E; 123,0m-N; 43,0m-E; 123,0m-N; 43,0m-E; 122,0m-N; 44,0m-E; 123,0m-N; 43,0m-E; 122,0m-N; 43,0m-E; 123,0m-N; 44,0m-E; 123,0m-N; 43,0m-E; 122,0m-N; 43,0m-E; 123,0m-N, conforme consta do Processo DNPM nº 831.415/2007, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 13.158.885 toneladas de minério bruto (ROM) e à produção anual média 1.315.888 toneladas (ROM), conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

PORTARIA Nº 344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 871.263/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Caraíba S.A., concessão para lavrar Minério de Cobre, no Município de Jaguarari, Estado da Bahia, numa área de 342,21 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 09°58'44,731"S/39°54'10,637"W; 09°58'44,860"S/39°53'22,466"W; 10°00'00,876"S/39°53'22,673"W; 10°00'00,874"S/39°54'10,641"W; 09°58'44,731"S/39°54'10,637"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09°58'44,731"S e Long. 39°54'10,637"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1464,0m-E; 2337,5m-S; 1464,0m-W; 2337,5m-N.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa Mineração Caraíba S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Cobre, no Município de Jaguarari, Estado da Bahia, numa área de 342,21 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 09°58'44,731"S/39°54'10,637"W; 09°58'44,860"S/39°53'22,466"W; 10°00'00,876"S/39°53'22,673"W; 10°00'00,874"S/39°54'10,641"W; 09°58'44,731"S/39°54'10,637"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09°58'44,731"S e Long. 39°54'10,637"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1464,0m-E; 2337,5m-S; 1464,0m-W; 2337,5m-N, conforme consta do Processo DNPM nº 871.263/2011, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 2.278.061 toneladas de minério bruto (ROM) e à produção anual média 1.139.030 toneladas (ROM), conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

PORTARIA Nº 345, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 825.969/1972, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Curimbaba Ltda., concessão para lavrar Bauxita, no Município de Águas da Prata, Estado de São Paulo, numa área de 314,79 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°50'40,949"S/46°41'10,778"W; 21°50'50,052"S/46°41'10,778"W; 21°50'50,052"S/46°41'21,922"W; 21°51'24,190"S/46°41'21,923"W; 21°51'24,189"S/46°41'42,820"W; 21°51'12,810"S/46°41'42,819"W; 21°51'12,805"S/46°42'28,095"W; 21°50'17,210"S/46°42'28,086"W; 21°50'17,214"S/46°41'38,637"W; 21°50'40,948"S/46°41'38,638"W; 21°50'40,948"S/46°41'30,907"W; 21°50'42,216"S/46°41'30,907"W; 21°50'42,216"S/46°41'30,211"W; 21°50'44,102"S/46°41'30,211"W; 21°50'44,102"S/46°41'28,574"W; 21°50'46,378"S/46°41'28,574"W; 21°50'46,378"S/46°41'27,216"W; 21°50'48,231"S/46°41'27,216"W; 21°50'48,231"S/46°41'20,599"W; 21°50'43,972"S/46°41'20,599"W; 21°50'43,972"S/46°41'22,131"W; 21°50'40,948"S/46°41'22,131"W; 21°50'40,949"S/46°41'10,778"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 520,0m, no rumo verdadeiro de 85°58'59"374 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°50'42,133"S e Long. 46°40'52,714"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 280,0m-S; 320,0m-W; 1050,0m-S; 600,0m-W; 350,0m-N; 1300,0m-W; 1710,0m-N; 1420,0m-E; 730,0m-S; 222,0m-E; 39,0m-S; 20,0m-E; 58,0m-S; 47,0m-E; 70,0m-S; 39,0m-E; 57,0m-S; 190,0m-E; 131,0m-N; 44,0m-W; 93,0m-N; 326,0m-E.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa Mineração Curimbaba Ltda., interessada na outorga da concessão para lavrar Bauxita, no Município de Águas da Prata, Estado de São Paulo, numa área de 314,79 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°50'40,949"S/46°41'10,778"W; 21°50'50,052"S/46°41'10,778"W; 21°50'50,052"S/46°41'21,922"W; 21°51'24,190"S/46°41'21,923"W; 21°51'24,189"S/46°41'42,820"W; 21°51'12,810"S/46°41'42,819"W; 21°51'12,805"S/46°42'28,095"W; 21°50'17,210"S/46°42'28,086"W; 21°50'17,214"S/46°41'38,637"W; 21°50'40,948"S/46°41'38,638"W; 21°50'40,948"S/46°41'30,907"W; 21°50'42,216"S/46°41'30,907"W; 21°50'42,216"S/46°41'30,211"W; 21°50'44,102"S/46°41'30,211"W; 21°50'44,102"S/46°41'28,574"W; 21°50'46,378"S/46°41'28,574"W; 21°50'46,378"S/46°41'27,216"W; 21°50'48,231"S/46°41'27,216"W; 21°50'48,231"S/46°41'20,599"W; 21°50'43,972"S/46°41'20,599"W; 21°50'43,972"S/46°41'22,131"W; 21°50'40,948"S/46°41'22,131"W; 21°50'40,949"S/46°41'10,778"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 520,0m, no rumo verdadeiro de 85°58'59"374 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°50'42,133"S e Long. 46°40'52,714"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 280,0m-S; 320,0m-W; 1050,0m-S; 600,0m-W; 350,0m-N; 1300,0m-W; 1710,0m-N; 1420,0m-E; 730,0m-S; 222,0m-E; 39,0m-S; 20,0m-E; 58,0m-S; 47,0m-E; 70,0m-S; 39,0m-E; 57,0m-S; 190,0m-E; 131,0m-N; 44,0m-W; 93,0m-N; 326,0m-E, conforme consta do Processo DNPM nº 825.969/1972, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 35.000 toneladas de minério bruto (ROM) e à produção anual média 5.000 toneladas (ROM), conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

PORTARIA Nº 346, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 862.207/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Anglo American Níquel Brasil Ltda., concessão para lavrar Minério de Níquel, no(s) Município(s) de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 175,06 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°03'39,417"S/48°58'41,768"W; 15°03'43,898"S/48°58'41,767"W; 15°03'43,898"S/48°58'43,935"W; 15°04'16,433"S/48°58'43,936"W; 15°04'16,431"S/48°59'14,072"W; 15°05'19,536"S/48°59'14,076"W; 15°05'19,537"S/48°59'47,823"W; 15°05'02,280"S/48°59'47,823"W; 15°05'02,280"S/48°59'37,796"W; 15°05'02,073"S/48°59'37,796"W; 15°05'02,073"S/48°59'37,778"W; 15°04'52,519"S/48°59'37,778"W; 15°04'52,519"S/48°59'23,230"W; 15°04'52,311"S/48°59'23,230"W; 15°04'52,311"S/48°59'23,212"W; 15°04'08,625"S/48°59'23,215"W; 15°04'08,625"S/48°58'59,482"W; 15°04'08,455"S/48°58'59,482"W; 15°04'08,455"S/48°58'59,245"W; 15°03'39,418"S/48°58'59,247"W; 15°03'39,417"S/48°58'41,768"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°03'39,417"S e Long. 48°58'41,768"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 137,7m-S; 64,8m-W; 1000,0m-S; 900,1m-W; 1939,6m-S; 1007,9m-W; 530,4m-N; 299,4m-E; 6,4m-N; 0,6m-E; 293,6m-N; 434,4m-E; 6,4m-N; 0,5m-E; 1342,8m-N; 708,7m-E; 5,2m-N; 7,1m-E; 892,5m-N; 522,0m-E.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa Anglo American Níquel Brasil Ltda., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Níquel, no Município de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 175,06 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°03'39,417"S/48°58'41,768"W; 15°03'43,898"S/48°58'41,767"W; 15°03'43,898"S/48°58'43,935"W; 15°04'16,433"S/48°58'43,936"W; 15°04'16,431"S/48°59'14,072"W; 15°05'19,536"S/48°59'14,076"W; 15°05'19,537"S/48°59'47,823"W; 15°05'02,280"S/48°59'47,823"W; 15°05'02,280"S/48°59'37,796"W; 15°05'02,073"S/48°59'37,796"W; 15°05'02,073"S/48°59'37,778"W; 15°04'52,519"S/48°59'37,778"W; 15°04'52,519"S/48°59'23,230"W; 15°04'52,311"S/48°59'23,230"W; 15°04'52,311"S/48°59'23,212"W; 15°04'08,625"S/48°59'23,215"W; 15°04'08,625"S/48°58'59,482"W; 15°04'08,455"S/48°58'59,482"W; 15°04'08,455"S/48°58'59,245"W; 15°03'39,418"S/48°58'59,247"W; 15°03'39,417"S/48°58'41,768"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°03'39,417"S e Long. 48°58'41,768"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 137,7m-S; 64,8m-W; 1000,0m-S; 900,1m-W; 1939,6m-S; 1007,9m-W; 530,4m-N; 299,4m-E; 6,4m-N; 0,6m-E; 293,6m-N; 434,4m-E; 6,4m-N; 0,5m-E; 1342,8m-N; 708,7m-E; 5,2m-N; 7,1m-E; 892,5m-N; 522,0m-E, conforme consta do Processo DNPM nº 862.207/2005, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 244.300 toneladas de minério bruto (ROM) e à produção anual média 24.430 toneladas (ROM), conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

PORTARIA Nº 347, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 862.208/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Anglo American Níquel Brasil Ltda., concessão para lavrar Minério de Níquel, no Município de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 478,64 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°05'21,833"S/48°58'35,618"W; 15°05'28,194"S/48°58'35,617"W; 15°05'28,193"S/48°58'25,635"W; 15°06'47,514"S/48°58'25,624"W; 15°06'47,520"S/49°00'08,942"W; 15°06'36,497"S/49°00'08,942"W; 15°06'36,497"S/48°59'52,459"W; 15°05'54,374"S/48°59'52,459"W; 15°05'54,369"S/48°58'40,463"W; 15°05'54,175"S/48°58'40,463"W; 15°05'54,175"S/48°58'40,451"W; 15°05'21,834"S/48°58'40,455"W; 15°05'21,833"S/48°58'35,618"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°05'21,833"S e Long. 48°58'35,618"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 195,5m-S; 298,1m-E; 2438,0m-S; 3085,0m-W; 338,8m-N; 492,2m-E; 1294,7m-N; 2149,9m-E; 6,0m-N; 0,4m-E; 994,0m-N; 144,4m-E.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa Anglo American Níquel Brasil Ltda., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Níquel, no Município de Barro Alto, Estado de Goiás, numa área de 478,64 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°05'21,833"S/48°58'35,618"W; 15°05'28,194"S/48°58'35,617"W; 15°05'28,193"S/48°58'25,635"W; 15°06'47,514"S/48°58'25,624"W; 15°06'47,520"S/49°00'08,942"W; 15°06'36,497"S/49°00'08,942"W; 15°06'36,497"S/48°59'52,459"W; 15°05'54,374"S/48°59'52,459"W; 15°05'54,369"S/48°58'40,463"W; 15°05'54,175"S/48°58'40,463"W; 15°05'54,175"S/48°58'40,451"W; 15°05'21,834"S/48°58'40,455"W; 15°05'21,833"S/48°58'35,618"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°05'21,833"S e Long. 48°58'35,618"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 195,5m-S; 298,1m-E; 2438,0m-S; 3085,0m-W; 338,8m-N; 492,2m-E; 1294,7m-N; 2149,9m-E; 6,0m-N; 0,4m-E; 994,0m-N; 144,4m-E, conforme consta do Processo DNPM nº 862.208/2005, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 140.900 toneladas de minério bruto (ROM), a ser lavrada em 01 (hum) ano, conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 348, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 848.107/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar FELDSPATO, no(s) Município(s) de PARELHAS/RN, numa área de 47,42ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°44'29,086"S / 36°33'24,342"W; 06°44'29,086"S / 36°33'08,507"W; 06°45'00,826"S / 36°33'08,506"W; 06°45'00,826"S /36°33'24,342"W; 06°44'29,086"S / 36°33'24,342"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 14410,1m, no rumo verdadeiro de 56°01'59"852 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°40'07,044"S e Long. 36°39'53,508"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 486,3m-E; 975,0m-S; 486,3m-W; 975,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 349, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.806/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à MB COMERCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA MEM, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ARAGUAPAZ/GO, FAINA/GO, numa área de 49,80ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°20'24,960"S/50°29'14,636"W; 15°20'24,960"S/50°29'15,931"W; 15°20'25,360"S/50°29'15,931"W; 15°20'25,360"S/50°29'18,731"W; 15°20'25,655"S/50°29'18,731"W; 15°20'25,655"S/50°29'31,513"W; 15°20'24,846"S/50°29'31,513"W; 15°20'24,846"S/50°29'33,065"W; 15°20'23,934"S/50°29'33,065"W; 15°20'23,934"S/50°29'34,295"W; 15°20'22,840"S/50°29'34,295"W; 15°20'22,840"S/50°29'35,540"W; 15°20'21,638"S/50°29'35,540"W; 15°20'21,638"S/50°29'36,345"W; 15°20'19,358"S/50°29'36,345"W; 15°20'19,358"S/50°29'37,041"W; 15°20'16,482"S/50°29'37,041"W; 15°20'16,482"S/50°29'41,192"W; 15°20'17,214"S/50°29'41,192"W; 15°20'17,214"S/50°29'42,253"W; 15°20'17,686"S/50°29'42,253"W; 15°20'17,686"S/50°29'47,839"W; 15°20'17,547"S/50°29'47,839"W; 15°20'17,547"S/50°29'49,965"W; 15°20'16,696"S/50°29'49,965"W; 15°20'16,696"S/50°29'51,679"W; 15°20'08,146"S/50°29'51,679"W; 15°20'08,146"S/50°29'50,512"W; 15°20'07,032"S/50°29'50,512"W; 15°20'07,032"S/50°29'49,770"W; 15°20'05,632"S/50°29'49,770"W; 15°20'05,632"S/50°29'48,959"W; 15°20'04,506"S/50°29'48,959"W; 15°20'04,506"S/50°29'47,471"W; 15°20'02,638"S/50°29'47,471"W; 15°20'02,638"S/50°29'47,986"W; 15°20'00,953"S/50°29'47,986"W; 15°20'00,953"S/50°29'49,249"W; 15°19'59,689"S/50°29'49,249"W; 15°19'59,689"S/50°29'59,993"W; 15°19'59,074"S/50°29'59,993"W; 15°19'59,074"S/50°30'00,934"W; 15°19'54,735"S/50°30'00,934"W; 15°19'54,735"S/50°30'01,471"W; 15°19'48,045"S/50°30'01,471"W; 15°19'48,045"S/50°30'01,083"W; 15°19'42,947"S/50°30'01,083"W; 15°19'42,947"S/50°30'02,285"W; 15°19'40,493"S/50°30'02,285"W; 15°19'40,493"S/50°30'03,615"W; 15°19'39,466"S/50°30'03,615"W; 15°19'39,466"S/50°30'04,833"W; 15°19'38,208"S/50°30'04,833"W; 15°19'38,208"S/50°30'09,171"W; 15°19'37,705"S/50°30'09,171"W; 15°19'37,705"S/50°30'10,953"W; 15°19'36,598"S/50°30'10,953"W; 15°19'36,598"S/50°30'11,783"W; 15°19'35,034"S/50°30'11,783"W; 15°19'35,034"S/50°30'12,245"W; 15°19'30,687"S/50°30'12,245"W; 15°19'30,687"S/50°30'11,523"W; 15°19'28,407"S/50°30'11,523"W; 15°19'28,407"S/50°30'10,698"W; 15°19'26,886"S/50°30'10,698"W; 15°19'26,886"S/50°30'08,520"W; 15°19'23,250"S/50°30'08,520"W; 15°19'23,250"S/50°30'09,619"W; 15°19'22,570"S/50°30'09,619"W; 15°19'22,570"S/50°30'10,892"W; 15°19'17,976"S/50°30'10,892"W; 15°19'17,976"S/50°30'12,407"W; 15°19'17,082"S/50°30'12,407"W; 15°19'17,082"S/50°30'13,587"W; 15°19'15,895"S/50°30'13,587"W; 15°19'15,895"S/50°30'20,076"W; 15°19'15,174"S/50°30'20,076"W; 15°19'15,174"S/50°30'21,597"W; 15°19'13,501"S/50°30'21,597"W; 15°19'13,501"S/50°30'22,886"W; 15°19'12,043"S/50°30'22,886"W; 15°19'12,043"S/50°30'30,059"W; 15°19'13,407"S/50°30'30,059"W; 15°19'13,407"S/50°30'36,786"W; 15°19'11,730"S/50°30'36,786"W; 15°19'11,730"S/50°30'38,115"W; 15°19'09,940"S/50°30'38,115"W; 15°19'09,940"S/50°30'38,551"W; 15°19'06,643"S/50°30'38,551"W; 15°19'06,643"S/50°30'40,337"W; 15°19'05,438"S/50°30'40,337"W; 15°19'05,438"S/50°30'41,566"W; 15°19'03,597"S/50°30'41,566"W; 15°19'03,597"S/50°30'42,607"W; 15°19'01,111"S/50°30'42,607"W; 15°19'01,111"S/50°30'40,612"W; 15°19'01,551"S/50°30'40,612"W; 15°19'01,551"S/50°30'39,522"W; 15°19'02,298"S/50°30'39,522"W; 15°19'02,298"S/50°30'38,540"W; 15°19'03,125"S/50°30'38,540"W; 15°19'03,125"S/50°30'37,931"W; 15°19'03,726"S/50°30'37,931"W; 15°19'03,726"S/50°30'36,978"W; 15°19'04,755"S/50°30'36,978"W; 15°19'04,755"S/50°30'36,131"W; 15°19'05,696"S/50°30'36,131"W; 15°19'05,696"S/50°30'35,480"W; 15°19'06,935"S/50°30'35,480"W; 15°19'06,935"S/50°30'35,060"W; 15°19'08,149"S/50°30'35,060"W; 15°19'08,149"S/50°30'34,697"W; 15°19'09,381"S/50°30'34,697"W; 15°19'09,381"S/50°30'34,044"W; 15°19'10,089"S/50°30'34,044"W; 15°19'10,089"S/50°30'30,898"W; 15°19'08,198"S/50°30'30,898"W; 15°19'08,198"S/50°30'23,988"W; 15°19'08,587"S/50°30'23,988"W; 15°19'08,587"S/50°30'22,399"W; 15°19'09,480"S/50°30'22,399"W; 15°19'09,480"S/50°30'21,304"W; 15°19'11,036"S/50°30'21,304"W; 15°19'11,036"S/50°30'20,390"W; 15°19'12,199"S/50°30'20,390"W; 15°19'12,199"S/50°30'19,573"W; 15°19'13,510"S/50°30'19,573"W; 15°19'13,510"S/50°30'12,322"W; 15°19'13,952"S/50°30'12,322"W; 15°19'13,952"S/50°30'10,743"W; 15°19'15,076"S/50°30'10,743"W; 15°19'15,076"S/50°30'08,728"W; 15°19'16,891"S/50°30'08,728"W; 15°19'16,891"S/50°30'07,910"W; 15°19'19,365"S/50°30'07,910"W; 15°19'19,365"S/50°30'07,199"W; 15°19'21,120"S/50°30'07,199"W; 15°19'21,120"S/50°30'06,160"W; 15°19'21,988"S/50°30'06,160"W; 15°19'21,988"S/50°30'04,819"W; 15°19'22,498"S/50°30'04,819"W; 15°19'22,498"S/50°30'04,004"W; 15°19'24,249"S/50°30'04,004"W; 15°19'24,249"S/50°30'02,317"W; 15°19'28,812"S/50°30'02,317"W; 15°19'28,812"S/50°30'03,189"W; 15°19'29,473"S/50°30'03,189"W; 15°19'29,473"S/50°30'05,436"W; 15°19'30,382"S/50°30'05,436"W; 15°19'30,382"S/50°30'07,128"W; 15°19'35,618"S/50°30'07,128"W; 15°19'35,618"S/50°30'04,221"W; 15°19'36,120"S/50°30'04,221"W; 15°19'36,120"S/50°30'02,053"W; 15°19'37,065"S/50°30'02,053"W; 15°19'37,065"S/50°30'01,289"W; 15°19'37,965"S/50°30'01,289"W; 15°19'37,965"S/50°30'00,567"W; 15°19'40,228"S/50°30'00,567"W; 15°19'40,228"S/50°29'58,975"W; 15°19'41,081"S/50°29'58,975"W; 15°19'41,081"S/50°29'58,490"W; 15°19'42,070"S/50°29'58,490"W; 15°19'42,070"S/50°29'57,866"W; 15°19'46,262"S/50°29'57,866"W; 15°19'46,262"S/50°29'58,228"W; 15°19'47,614"S/50°29'58,228"W; 15°19'47,614"S/50°29'58,708"W; 15°19'48,759"S/50°29'58,708"W; 15°19'48,759"S/50°29'59,270"W; 15°19'52,766"S/50°29'59,270"W; 15°19'52,766"S/50°29'58,915"W; 15°19'56,974"S/50°29'58,916"W; 15°19'56,974"S/50°29'52,199"W; 15°19'57,311"S/50°29'52,199"W; 15°19'57,311"S/50°29'47,570"W; 15°19'57,769"S/50°29'47,570"W; 15°19'57,769"S/50°29'46,382"W; 15°19'58,730"S/50°29'46,382"W; 15°19'58,730"S/50°29'45,358"W; 15°19'59,464"S/50°29'45,358"W; 15°19'59,464"S/50°29'44,750"W; 15°20'05,204"S/50°29'44,750"W; 15°20'05,204"S/50°29'45,068"W; 15°20'05,904"S/50°29'45,068"W; 15°20'05,904"S/50°29'45,604"W; 15°20'06,614"S/50°29'45,604"W; 15°20'06,614"S/50°29'46,251"W; 15°20'07,328"S/50°29'46,251"W; 15°20'07,328"S/50°29'47,091"W; 15°20'08,093"S/50°29'47,091"W; 15°20'08,093"S/50°29'47,724"W; 15°20'08,710"S/50°29'47,724"W; 15°20'08,710"S/50°29'48,440"W; 15°20'09,621"S/50°29'48,440"W; 15°20'09,621"S/50°29'48,879"W; 15°20'12,363"S/50°29'48,879"W; 15°20'12,363"S/50°29'48,169"W; 15°20'12,990"S/50°29'48,169"W; 15°20'12,990"S/50°29'47,698"W; 15°20'13,591"S/50°29'47,698"W; 15°20'13,591"S/50°29'47,117"W; 15°20'14,098"S/50°29'47,117"W; 15°20'14,098"S/50°29'46,605"W; 15°20'14,397"S/50°29'46,605"W; 15°20'14,397"S/50°29'45,130"W; 15°20'13,960"S/50°29'45,130"W; 15°20'13,960"S/50°29'44,153"W; 15°20'13,544"S/50°29'44,153"W; 15°20'13,544"S/50°29'43,147"W; 15°20'13,100"S/50°29'43,147"W; 15°20'13,100"S/50°29'42,210"W; 15°20'12,798"S/50°29'42,210"W; 15°20'12,798"S/50°29'38,142"W; 15°20'13,091"S/50°29'38,142"W; 15°20'13,091"S/50°29'36,693"W; 15°20'13,636"S/50°29'36,693"W; 15°20'13,636"S/50°29'35,918"W; 15°20'14,464"S/50°29'35,918"W; 15°20'14,464"S/50°29'35,276"W; 15°20'15,655"S/50°29'35,276"W; 15°20'15,655"S/50°29'34,425"W; 15°20'17,183"S/50°29'34,425"W; 15°20'17,183"S/50°29'33,366"W; 15°20'18,498"S/50°29'33,366"W; 15°20'18,498"S/50°29'32,637"W; 15°20'19,783"S/50°29'32,637"W; 15°20'19,783"S/50°29'31,858"W; 15°20'21,069"S/50°29'31,858"W; 15°20'21,069"S/50°29'30,878"W; 15°20'21,989"S/50°29'30,878"W; 15°20'21,989"S/50°29'30,150"W; 15°20'22,522"S/50°29'30,150"W; 15°20'22,522"S/50°29'24,154"W; 15°20'21,949"S/50°29'24,154"W; 15°20'21,949"S/50°29'14,636"W; 15°20'24,960"S/50°29'14,636"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°20'24,960"S e Long. 50°29'14,636"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 38,6m-W; 12,3m-S; 83,5m-W; 9,1m-S; 381,3m-W; 24,9m-N; 46,3m-W; 28,0m-N; 36,7m-W; 33,6m-N; 37,1m-W; 37,0m-N; 24,0m-W; 70,1m-N; 20,8m-W; 88,4m-N; 123,8m-W; 22,5m-S; 31,7m-W; 14,5m-S; 166,6m-W; 4,3m-N; 63,4m-W; 26,2m-N; 51,1m-W; 262,8m-N; 34,8m-E; 34,2m-N; 22,1m-E; 43,0m-N; 24,2m-E; 34,6m-N; 44,4m-E; 57,4m-N; 15,4m-W; 51,8m-N; 37,7m-W; 38,9m-N; 320,4m-W; 18,9m-N; 28,1m-W; 133,4m-N; 16,0m-W; 205,6m-N; 11,5m-E; 156,7m-N; 35,9m-W; 75,4m-N; 39,7m-W; 31,6m-N; 36,3m-W; 38,7m-N; 129,4m-W; 15,5m-N; 53,2m-W; 34,0m-N; 24,8m-W; 48,1m-N; 13,8m-W; 133,6m-N; 21,5m-E; 70,1m-N; 24,6m-E; 46,8m-N; 65,0m-E; 111,8m-N; 32,8m-W; 20,9m-N; 38,0m-W; 141,2m-N; 45,2m-W; 27,5m-N; 35,2m-W; 36,5m-N; 193,6m-W; 22,2m-N; 45,4m-W; 51,4m-N; 38,5m-W; 44,8m-N; 214,0m-W; 41,9m-S; 200,7m-W; 51,6m-N; 39,6m-W; 55,0m-N; 13,0m-W; 101,3m-N; 53,3m-W; 37,0m-N; 36,7m-W; 56,6m-N; 31,1m-W; 76,4m-N; 59,5m-E; 13,5m-S; 32,5m-E; 23,0m-S; 29,3m-E; 25,4m-S; 18,2m-E; 18,5m-S; 28,4m-E; 31,6m-S; 25,3m-E; 28,9m-S; 19,4m-E; 38,1m-S; 12,5m-E; 37,3m-S; 10,8m-E; 37,9m-S; 19,5m-E; 21,8m-S; 93,9m-E; 58,1m-N; 206,1m-E; 12,0m-S; 47,4m-E; 27,4m-S; 32,7m-E; 47,8m-S; 27,3m-E; 35,7m-S; 24,4m-E; 40,3m-S; 216,3m-E; 13,6m-S; 47,1m-E; 34,6m-S; 60,1m-E; 55,8m-S; 24,4m-E; 76,1m-S; 21,2m-E; 54,0m-S; 31,0m-E; 26,7m-S; 40,0m-E; 15,7m-S; 24,3m-E; 53,8m-S; 50,3m-E; 140,2m-S; 26,0m-W; 20,3m-S; 67,0m-W; 27,9m-S; 50,4m-W; 160,9m-S; 86,7m-E; 15,4m-S; 64,7m-E; 29,0m-S; 22,8m-E; 27,7m-S; 21,5m-E; 69,6m-S; 47,5m-E; 26,2m-S; 14,5m-E; 30,4m-S; 18,6m-E; 128,8m-S; 10,8m-W; 41,6m-S; 14,3m-W; 35,2m-S; 16,8m-W; 123,2m-S; 10,6m-E; 129,3m-S; 200,3m-E; 10,4m-S; 138,1m-E; 14,1m-S; 35,4m-E; 29,5m-S; 30,6m-E; 22,6m-S; 18,1m-E; 176,4m-S; 9,5m-W; 21,5m-S; 16,0m-W; 21,8m-S; 19,3m-W; 22,0m-S; 25,1m-W; 23,5m-S; 18,9m-W; 19,0m-S; 21,4m-W; 28,0m-S; 13,1m-W; 84,3m-S; 21,2m-E; 19,3m-S; 14,1m-E; 18,5m-S; 17,3m-E; 15,6m-S; 15,3m-E; 9,2m-S; 44,0m-E; 13,4m-N; 29,2m-E; 12,8m-N; 30,0m-E; 13,7m-N; 28,0m-E; 9,3m-N; 121,3m-E; 9,0m-S; 43,2m-E; 16,8m-S; 23,1m-E; 25,5m-S; 19,2m-E; 36,6m-S; 25,4m-E; 47,0m-S; 31,6m-E; 40,4m-S; 21,8m-E; 39,5m-S; 23,2m-E; 39,5m-S; 29,2m-E; 28,3m-S; 21,7m-E; 16,4m-S; 178,9m-E; 17,6m-N; 283,9m-E; 92,5m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 350, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.342/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à CMIX MINERAÇÃO LTDA ME, concessão para lavrar BASALTO, no(s) Município(s) de TOLEDO/PR, numa área de 35,35ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°44'59,470"S / 53°46'18,225"W; 24°45'14,030"S / 53°46'18,225"W; 24°45'14,030"S / 53°46'09,363"W; 24°45'11,885"S / 53°46'09,363"W; 24°45'11,885"S / 53°46'09,185"W; 24°45'18,970"S/53°46'09,185"W; 24°45'18,969"S / 53°45'54,948"W; 24°44'59,469"S / 53°45'54,949"W; 24°44'59,470"S / 53°46'18,225"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 6278,0m, no rumo verdadeiro de 05°51'00"776 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°41'36,497"S e Long. 53°45'55,451"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 448,0m-S; 249,0m-E; 66,0m-N; 5,0m-E; 218,0m-S; 400,0m-E; 600,0m-N; 654,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 351, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 896.132/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA., concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de NOVA VENÉCIA/ES, numa área de 49,71ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 18°42'48,689"S/40°42'05,053"W; 18°42'49,990"S/40°42'05,053"W; 18°42'49,990"S/40°42'03,346"W; 18°42'51,616"S/40°42'03,346"W; 18°42'51,616"S/40°42'01,878"W; 18°43'24,790"S/40°42'01,878"W; 18°43'24,790"S/40°42'17,013"W; 18°42'56,669"S/40°42'17,013"W; 18°42'56,669"S/40°42'17,030"W; 18°42'56,646"S/40°42'17,030"W; 18°42'56,646"S/40°42'17,026"W; 18°42'49,880"S/40°42'17,026"W; 18°42'49,880"S/40°42'16,538"W; 18°42'48,819"S/40°42'16,538"W; 18°42'48,819"S/40°42'14,265"W; 18°42'47,066"S/40°42'14,265"W; 18°42'47,066"S/40°42'06,418"W; 18°42'48,689"S/40°42'06,418"W; 18°42'48,689"S/40°42'05,053"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 18°42'48,689"S e Long. 40°42'05,053"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 40,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 43,0m-E; 1020,0m-S; 443,4m-W; 864,6m-N; 0,5m-W; 0,7m-N; 0,1m-E; 208,0m-N; 14,3m-E; 32,6m-N; 66,6m-E; 53,9m-N; 229,9m-E; 49,9m-S; 40,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 352, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.934/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à KYMERA MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, concessão para lavrar AGALMATOLITO, no(s) Município(s) de VIANÓPOLIS/GO, numa área de 397,68ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°43'26,364"S/48°22'31,725"W; 16°42'43,316"S/48°22'31,724"W; 16°42'43,316"S/48°22'15,442"W; 16°42'14,803"S/48°22'15,442"W; 16°42'14,803"S/48°21'34,895"W; 16°42'27,810"S/48°21'34,895"W; 16°42'27,810"S/48°21'21,391"W; 16°42'44,073"S/48°21'21,391"W; 16°42'44,073"S/48°21'11,262"W; 16°42'51,879"S/48°21'11,262"W; 16°42'51,879"S/48°21'01,134"W; 16°43'04,239"S/48°21'01,134"W; 16°43'04,239"S/48°21'21,386"W; 16°43'00,013"S/48°21'21,386"W; 16°43'00,013"S/48°21'34,889"W; 16°43'26,364"S/48°21'34,889"W; 16°43'26,364"S/48°22'31,725"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coin-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°43'26,364"S e Long. 48°22'31,725"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1323,3m-N; 482,3m-E; 876,5m-N; 1201,2m-E; 399,8m-S; 400,1m-E; 499,9m-S; 300,1m-E; 240,0m-S; 300,0m-E; 380,0m-S; 600,0m-W; 129,9m-N; 400,0m-W; 810,1m-S; 1683,7m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 353, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 864.455/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à AGUA MINERAL SATISFAZ EIRELI EPP, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de PALMAS/TO, numa área de 30,27ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 10°11'11,493"S / 48°06'26,562"W; 10°11'11,493"S / 48°06'01,662"W; 10°11'24,493"S / 48°06'01,662"W; 10°11'24,493"S / 48°06'26,562"W; 10°11'11,493"S / 48°06'26,562"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 10°11'11,493"S e Long. 48°06'26,562"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 757,9m-E; 399,4m-S; 757,9m-W; 399,4m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 51,75 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 10°11'28,347"S / 48°06'43,804"W; 10°11'19,559"S / 48°06'43,804"W; 10°11'19,559"S / 48°06'29,020"W; 10°11'08,819"S / 48°06'29,020"W; 10°11'08,819"S / 48°06'07,337"W; 10°11'28,347"S / 48°06'07,337"W; 10°11'28,347"S / 48°06'43,804"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 10°11'28,347"S e Long. 48°06'43,804"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 270,0m-N; 450,0m-E; 330,0m-N; 660,0m-E; 600,0m-S; 1110,0m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 354, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.141/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO, concessão para lavrar ARENITO, no(s) Município(s) de UNIÃO DA VITÓRIA/PR, numa área de 24,19ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°14'51,404"S/51°08'02,170"W; 26°15'14,296"S/51°08'02,170"W; 26°15'14,296"S/51°08'06,700"W; 26°15'11,891"S/51°08'06,700"W; 26°15'11,891"S/51°08'05,979"W; 26°15'10,266"S/51°08'05,979"W; 26°15'10,266"S/51°08'04,873"W; 26°15'05,392"S/51°08'04,873"W; 26°15'05,392"S/51°08'05,594"W; 26°15'04,743"S/51°08'05,594"W; 26°15'04,743"S/51°08'06,314"W; 26°15'04,093"S/51°08'06,314"W; 26°15'04,093"S/51°08'09,918"W; 26°15'05,067"S/51°08'09,918"W; 26°15'05,067"S/51°08'10,638"W; 26°15'05,717"S/51°08'10,638"W; 26°15'05,717"S/51°08'11,359"W; 26°15'06,367"S/51°08'11,359"W; 26°15'06,367"S/51°08'17,845"W; 26°15'02,143"S/51°08'17,845"W; 26°15'02,143"S/51°08'18,926"W; 26°14'57,269"S/51°08'18,926"W; 26°14'57,269"S/51°08'22,529"W; 26°14'51,420"S/51°08'22,529"W; 26°14'51,404"S/51°08'02,170"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3653,0m, no rumo verdadeiro de 02°49'00"793 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°12'52,849"S e Long. 51°07'55,701"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 704,3m-S; 125,7m-W; 74,0m-N; 20,0m-E; 50,0m-N; 30,7m-E; 150,1m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 100,0m-W; 30,0m-S; 20,0m-W; 20,0m-S; 20,0m-W; 20,0m-S; 180,0m-W; 130,0m-N; 30,0m-W; 150,1m-N; 100,0m-W; 180,1m-N; 565,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 355, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 800.613/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à RAIMUNDO NONATO DE ANDRADE FI, concessão para lavrar CALCÁRIO DOLOMÍTICO, no(s) Município(s) de ACARAPE/CE, numa área de 9,85ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 04°15'54,323"S/38°41'09,356"W; 04°15'54,323"S/38°41'12,600"W; 04°15'54,618"S/38°41'12,600"W; 04°15'54,618"S/38°41'15,844"W; 04°15'54,945"S/38°41'15,844"W; 04°15'54,945"S/38°41'19,088"W; 04°15'55,337"S/38°41'19,088"W; 04°15'55,337"S/38°41'22,332"W; 04°15'55,729"S/38°41'22,332"W; 04°15'55,729"S/38°41'25,576"W; 04°15'56,154"S/38°41'25,576"W; 04°15'56,154"S/38°41'27,847"W; 04°15'56,415"S/38°41'27,847"W; 04°15'56,415"S/38°41'28,528"W; 04°15'54,917"S/38°41'28,528"W; 04°15'54,917"S/38°41'26,907"W; 04°15'54,754"S/38°41'26,907"W; 04°15'54,754"S/38°41'24,960"W; 04°15'54,525"S/38°41'24,960"W; 04°15'54,525"S/38°41'22,365"W; 04°15'54,231"S/38°41'22,365"W; 04°15'54,231"S/38°41'19,446"W; 04°15'53,904"S/38°41'19,446"W; 04°15'53,904"S/38°41'16,202"W; 04°15'53,545"S/38°41'16,202"W; 04°15'53,545"S/38°41'13,282"W; 04°15'53,218"S/38°41'13,282"W; 04°15'53,218"S/38°41'10,038"W; 04°15'52,891"S/38°41'10,038"W; 04°15'52,891"S/38°41'07,443"W; 04°15'52,401"S/38°41'07,443"W; 04°15'52,401"S/38°41'04,199"W; 04°15'51,879"S/38°41'04,199"W; 04°15'51,879"S/38°41'03,258"W; 04°15'50,738"S/38°41'03,258"W; 04°15'50,738"S/38°41'00,015"W; 04°15'50,379"S/38°41'00,015"W; 04°15'50,379"S/38°40'55,149"W; 04°15'49,823"S/38°40'55,149"W; 04°15'49,823"S/38°40'51,905"W; 04°15'49,431"S/38°40'51,905"W; 04°15'49,431"S/38°40'48,661"W; 04°15'49,006"S/38°40'48,661"W; 04°15'49,006"S/38°40'45,417"W; 04°15'48,582"S/38°40'45,417"W; 04°15'48,582"S/38°40'42,173"W; 04°15'48,157"S/38°40'42,173"W; 04°15'48,157"S/38°40'38,929"W; 04°15'47,732"S/38°40'38,929"W; 04°15'47,732"S/38°40'36,918"W; 04°15'50,662"S/38°40'36,918"W; 04°15'50,662"S/38°40'40,161"W; 04°15'51,087"S/38°40'40,161"W; 04°15'51,087"S/38°40'43,405"W; 04°15'51,479"S/38°40'43,405"W; 04°15'51,479"S/38°40'46,649"W; 04°15'51,904"S/38°40'46,649"W; 04°15'51,904"S/38°40'49,893"W; 04°15'52,329"S/38°40'49,893"W; 04°15'52,329"S/38°40'53,137"W; 04°15'52,721"S/38°40'53,137"W; 04°15'52,721"S/38°40'56,381"W; 04°15'53,146"S/38°40'56,381"W; 04°15'53,146"S/38°40'59,625"W; 04°15'53,507"S/38°40'59,625"W; 04°15'53,507"S/38°41'02,868"W; 04°15'53,768"S/38°41'02,868"W; 04°15'53,768"S/38°41'06,112"W; 04°15'54,063"S/38°41'06,112"W; 04°15'54,063"S/38°41'09,356"W; 04°15'54,323"S/38°41'09,356"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 04°15'54,323"S e Long. 38°41'09,356"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,0m-W; 9,1m-S; 100,0m-W; 10,0m-S; 100,0m-W; 12,0m-S; 100,0m-W; 12,0m-S; 100,0m-W; 13,1m-S; 70,0m-W; 8,0m-S; 21,0m-W; 46,0m-N; 50,0m-E; 5,0m-N; 60,1m-E; 7,0m-N; 80,0m-E; 9,0m-N; 90,0m-E; 10,0m-N; 100,0m-E; 11,0m-N; 90,0m-E; 10,0m-N; 100,0m-E; 10,1m-N; 80,0m-E; 15,1m-N; 100,0m-E; 16,0m-N; 29,0m-E; 35,1m-N; 100,0m-E; 11,0m-N; 150,1m-E; 17,1m-N; 100,0m-E; 12,0m-N; 100,0m-E; 13,1m-N; 100,0m-E; 13,0m-N; 100,0m-E; 13,1m-N; 100,0m-E; 13,1m-N; 62,0m-E; 90,0m-S; 100,0m-W; 13,1m-S; 100,0m-W; 12,0m-S; 100,0m-W; 13,1m-S; 100,0m-W; 13,1m-S; 100,0m-W; 12,0m-S; 100,0m-W; 13,1m-S; 100,0m-W; 11,1m-S; 100,0m-W; 8,0m-S; 100,0m-W; 9,1m-S; 100,0m-W; 8,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 356, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 870.212/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à OSWALDINO FERRAZ GUSMÃO FILHO ME, concessão para lavrar FELDSPATO, QUARTZO, no(s) Município(s) de ITAMBÉ/BA, numa área de 341,73ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°10'05,781"S / 40°45'26,307"W; 15°10'15,542"S / 40°45'26,307"W; 15°10'15,541"S / 40°45'56,103"W; 15°10'21,098"S / 40°45'56,103"W; 15°10'21,097"S / 40°46'19,553"W; 15°08'59,753"S / 40°46'19,547"W; 15°08'59,755"S / 40°45'32,988"W; 15°10'05,781"S / 40°45'32,988"W; 15°10'05,781"S / 40°45'26,307"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°10'05,781"S e Long. 40°45'26,307"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 300,0m-S; 889,4m-W; 170,8m-S; 700,0m-W; 2500,2m-N; 1390,0m-E; 2029,4m-S; 199,5m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 357, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.525/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à CONSTRUFORTE CONSTRUÇÕES FERREIRA MAIA LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de JATAÍ/GO, numa área de 38,53ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°48'42,017"S/51°49'36,375"W; 17°48'42,017"S/51°49'30,686"W; 17°48'43,117"S/51°49'30,686"W; 17°48'43,117"S/51°49'29,577"W; 17°48'44,439"S/51°49'29,577"W; 17°48'44,439"S/51°49'28,696"W; 17°48'45,697"S/51°49'28,696"W; 17°48'45,697"S/51°49'28,036"W; 17°48'47,123"S/51°49'28,036"W; 17°48'47,123"S/51°49'26,416"W; 17°48'48,917"S/51°49'26,416"W; 17°48'48,917"S/51°49'28,716"W; 17°48'49,617"S/51°49'28,716"W; 17°48'49,617"S/51°49'29,986"W; 17°48'50,537"S/51°49'29,986"W; 17°48'50,537"S/51°49'31,196"W; 17°48'51,447"S/51°49'31,196"W; 17°48'51,447"S/51°49'31,766"W; 17°48'52,717"S/51°49'31,766"W; 17°48'52,717"S/51°49'32,776"W; 17°48'54,617"S/51°49'32,776"W; 17°48'54,617"S/51°49'34,216"W; 17°48'56,017"S/51°49'34,216"W; 17°48'56,017"S/51°49'34,496"W; 17°49'03,767"S/51°49'34,497"W; 17°49'03,767"S/51°49'33,567"W; 17°49'04,417"S/51°49'33,567"W; 17°49'04,417"S/51°49'32,839"W; 17°49'05,117"S/51°49'32,839"W; 17°49'05,117"S/51°49'31,251"W; 17°49'05,582"S/51°49'31,251"W; 17°49'05,582"S/51°49'30,416"W; 17°49'25,217"S/51°49'30,417"W; 17°49'25,217"S/51°49'16,168"W; 17°49'26,270"S/51°49'16,168"W; 17°49'26,270"S/51°49'15,479"W; 17°49'27,551"S/51°49'15,479"W; 17°49'27,551"S/51°49'14,636"W; 17°49'28,336"S/51°49'14,636"W; 17°49'28,336"S/51°49'13,499"W; 17°49'30,550"S/51°49'13,499"W; 17°49'30,550"S/51°49'15,306"W; 17°49'32,007"S/51°49'15,306"W; 17°49'32,007"S/51°49'16,743"W; 17°49'33,243"S/51°49'16,743"W; 17°49'33,243"S/51°49'18,216"W; 17°49'38,268"S/51°49'18,216"W; 17°49'38,268"S/51°49'16,951"W; 17°49'41,538"S/51°49'16,951"W; 17°49'41,538"S/51°49'18,218"W; 17°49'44,300"S/51°49'18,219"W; 17°49'44,300"S/51°49'19,881"W; 17°49'47,666"S/51°49'19,881"W; 17°49'47,666"S/51°49'25,987"W; 17°49'46,117"S/51°49'25,987"W; 17°49'46,117"S/51°49'27,916"W; 17°49'43,817"S/51°49'27,916"W; 17°49'43,817"S/51°49'29,979"W; 17°49'42,417"S/51°49'29,979"W; 17°49'42,417"S/51°49'35,717"W; 17°49'43,117"S/51°49'35,717"W; 17°49'43,117"S/51°49'36,990"W; 17°49'45,143"S/51°49'36,990"W; 17°49'45,143"S/51°49'37,586"W; 17°49'53,963"S/51°49'37,586"W; 17°49'53,963"S/51°49'33,151"W; 17°49'48,517"S/51°49'33,151"W; 17°49'48,517"S/51°49'30,717"W; 17°49'49,997"S/51°49'30,717"W; 17°49'49,997"S/51°49'26,717"W; 17°49'51,024"S/51°49'26,717"W; 17°49'51,024"S/51°49'17,317"W; 17°49'49,517"S/51°49'17,317"W; 17°49'49,517"S/51°49'16,017"W; 17°49'47,248"S/51°49'16,016"W; 17°49'47,248"S/51°49'13,213"W; 17°49'44,117"S/51°49'13,213"W; 17°49'44,117"S/51°49'11,767"W; 17°49'37,287"S/51°49'11,767"W; 17°49'37,287"S/51°49'12,716"W; 17°49'35,617"S/51°49'12,716"W; 17°49'35,617"S/51°49'13,716"W; 17°49'34,566"S/51°49'13,716"W; 17°49'34,566"S/51°49'11,216"W; 17°49'33,165"S/51°49'11,216"W; 17°49'33,165"S/51°49'09,716"W; 17°49'31,113"S/51°49'09,716"W; 17°49'31,113"S/51°49'09,116"W; 17°49'26,070"S/51°49'09,116"W; 17°49'26,070"S/51°49'09,841"W; 17°49'24,974"S/51°49'09,841"W; 17°49'24,974"S/51°49'11,732"W; 17°49'23,617"S/51°49'11,732"W; 17°49'23,617"S/51°49'13,557"W; 17°49'20,750"S/51°49'13,557"W; 17°49'20,750"S/51°49'13,967"W; 17°49'19,290"S/51°49'13,967"W; 17°49'19,290"S/51°49'14,316"W; 17°49'17,917"S/51°49'14,316"W; 17°49'17,917"S/51°49'15,555"W; 17°49'22,976"S/51°49'15,555"W; 17°49'22,976"S/51°49'15,716"W; 17°49'24,717"S/51°49'15,716"W; 17°49'24,717"S/51°49'29,904"W; 17°49'06,367"S/51°49'29,903"W; 17°49'06,367"S/51°49'28,884"W; 17°49'07,180"S/51°49'28,884"W; 17°49'07,180"S/51°49'24,693"W; 17°49'04,917"S/51°49'24,693"W; 17°49'04,917"S/51°49'26,496"W; 17°49'03,907"S/51°49'26,496"W; 17°49'03,907"S/51°49'28,223"W; 17°49'02,617"S/51°49'28,223"W; 17°49'02,617"S/51°49'29,826"W; 17°49'01,117"S/51°49'29,826"W; 17°49'01,117"S/51°49'31,516"W; 17°48'56,617"S/51°49'31,516"W; 17°48'56,617"S/51°49'30,316"W; 17°48'54,617"S/51°49'30,316"W; 17°48'54,617"S/51°49'29,216"W; 17°48'53,617"S/51°49'29,216"W; 17°48'53,617"S/51°49'28,491"W; 17°48'52,617"S/51°49'28,491"W; 17°48'52,617"S/51°49'26,716"W; 17°48'52,117"S/51°49'26,716"W; 17°48'52,117"S/51°49'25,716"W; 17°48'51,617"S/51°49'25,716"W; 17°48'51,617"S/51°49'24,836"W; 17°48'50,791"S/51°49'24,836"W; 17°48'50,791"S/51°49'23,932"W; 17°48'49,961"S/51°49'23,932"W; 17°48'49,961"S/51°49'23,081"W; 17°48'49,417"S/51°49'23,081"W; 17°48'49,417"S/51°49'22,516"W; 17°48'47,243"S/51°49'22,516"W; 17°48'47,243"S/51°49'22,916"W; 17°48'44,977"S/51°49'22,916"W; 17°48'44,977"S/51°49'24,616"W; 17°48'43,297"S/51°49'24,616"W; 17°48'43,297"S/51°49'26,311"W; 17°48'41,342"S/51°49'26,311"W; 17°48'41,342"S/51°49'42,769"W; 17°48'43,869"S/51°49'42,769"W; 17°48'43,869"S/51°49'38,366"W; 17°48'43,017"S/51°49'38,366"W; 17°48'43,017"S/51°49'36,375"W; 17°48'42,017"S/51°49'36,375"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°48'42,017"S e Long. 51°49'36,375"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 167,5m-E; 33,8m-S; 32,7m-E; 40,6m-S; 25,9m-E; 38,7m-S; 19,4m-E; 43,8m-S; 47,7m-E; 55,2m-S; 67,7m-W; 21,5m-S; 37,4m-W; 28,3m-S; 35,6m-W; 28,0m-S; 16,8m-W; 39,0m-S; 29,7m-W; 58,4m-S; 42,4m-W; 43,1m-S; 8,3m-W; 238,3m-S; 27,4m-E; 20,0m-S; 21,4m-E; 21,5m-S; 46,7m-E; 14,3m-S; 24,6m-E; 603,7m-S; 419,6m-E; 32,4m-S; 20,3m-E; 39,4m-S; 24,8m-E; 24,1m-S; 33,5m-E; 68,1m-S; 53,2m-W; 44,8m-S; 42,3m-W; 38,0m-S; 43,4m-W; 154,5m-S; 37,3m-E;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

100,5m-S; 37,3m-W; 84,9m-S; 48,9m-W; 103,5m-S; 179,8m-W; 47,6m-N; 56,8m-W; 70,7m-N; 60,8m-W; 43,1m-N; 169,0m-W; 21,5m-S; 37,5m-W; 62,3m-S; 17,6m-W; 271,2m-S; 130,6m-E; 167,4m-N; 71,7m-E; 45,5m-S; 117,8m-E; 31,6m-S; 276,8m-E; 46,3m-N; 38,3m-E; 69,8m-N; 82,5m-E; 96,3m-N; 42,6m-E; 210,0m-N; 27,9m-W; 51,3m-N; 29,5m-W; 32,3m-N; 73,6m-E; 43,1m-N; 44,2m-E; 63,1m-N; 17,7m-E; 155,0m-N; 21,4m-W; 33,7m-N; 55,7m-W; 41,7m-N; 53,7m-W; 88,2m-N; 12,1m-W; 44,9m-N; 10,3m-W; 42,2m-N; 36,5m-W; 155,5m-S; 4,7m-W; 53,5m-S; 417,8m-W; 564,2m-N; 30,0m-E; 25,0m-S; 123,4m-E; 69,6m-N; 53,1m-W; 31,1m-N; 50,9m-W; 39,7m-N; 47,2m-W; 46,1m-N; 49,8m-W; 138,4m-N; 35,3m-E; 61,5m-N; 32,4m-E; 30,7m-N; 21,4m-E; 30,7m-N; 52,3m-E; 15,4m-N; 29,4m-E; 15,4m-N; 25,9m-E; 25,4m-N; 26,6m-E; 25,5m-N; 25,1m-E; 16,7m-N; 16,6m-E; 66,8m-N; 11,8m-W; 69,7m-N; 50,1m-W; 51,7m-N; 49,9m-W; 60,1m-N; 484,7m-W; 77,7m-S; 129,6m-E; 26,2m-N; 58,6m-E; 30,7m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 358, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 862.266/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à EGP EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de CATALÃO/GO, numa área de 49,37ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°55'56,097"S/ 47°47'23,827"W; 17°55'56,097"S / 47°47'40,787"W; 17°55'23,930"S / 47°47'40,792"W; 17°55'23,927"S / 47°47'23,826"W; 17°55'56,097"S / 47°47'23,827"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°55'56,097"S e Long. 47°47'23,827"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 499,2m-W; 989,0m-N; 499,2m-E; 989,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 359, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.756/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDREIRA VOLTA REDONDA LTDA, concessão para lavrar GNAISSE, no(s) Município(s) de VOLTA REDONDA/RJ, numa área de 39,06ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°25'13,769"S/44°02'26,540"W; 22°25'13,769"S/44°02'13,539"W; 22°25'15,769"S/44°02'13,539"W; 22°25'15,769"S/44°02'09,539"W; 22°25'18,769"S/44°02'09,539"W; 22°25'18,769"S/44°02'07,539"W; 22°25'32,769"S/44°02'07,539"W; 22°25'32,769"S/44°02'16,540"W; 22°25'36,769"S/44°02'16,540"W; 22°25'36,769"S/44°02'32,540"W; 22°25'33,769"S/44°02'32,540"W; 22°25'33,769"S/44°02'31,540"W; 22°25'30,769"S/44°02'31,540"W; 22°25'30,769"S/44°02'30,540"W; 22°25'26,769"S/44°02'30,540"W; 22°25'26,769"S/44°02'29,540"W; 22°25'23,769"S/44°02'29,540"W; 22°25'23,769"S/44°02'27,540"W; 22°25'20,769"S/44°02'27,540"W; 22°25'20,769"S/44°02'26,540"W; 22°25'15,769"S/44°02'26,540"W; 22°25'13,769"S/44°02'26,540"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°25'13,769"S e Long. 44°02'26,540"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 371,8m-E; 61,5m-S; 114,4m-E; 92,3m-S; 57,2m-E; 430,6m-S; 257,4m-W; 123,0m-S; 457,6m-W; 92,3m-N; 28,6m-E; 92,3m-N; 28,6m-E; 123,0m-N; 28,6m-E; 92,3m-N; 57,2m-E; 92,3m-N; 28,6m-E; 153,8m-N; 61,5m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 360, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.248/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à ITAJARA MINÉRIOS LTDA, concessão para lavrar TALCO, no(s) Município(s) de CASTRO/PR, numa área de 76,52ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°50'57,001"S / 49°43'13,637"W; 24°51'17,373"S / 49°43'13,637"W; 24°51'17,372"S / 49°43'57,119"W; 24°50'57,000"S / 49°43'57,119"W; 24°50'57,001"S / 49°43'13,637"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°50'57,001"S e Long. 49°43'13,637"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 626,8m-S; 1220,8m-W; 626,8m-N; 1220,8m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 361, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.298/2014, resolve:

Art. 1° Outorgar à CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de CRISTALINA/GO, numa área de 49,18ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°49'41,654"S /47°33'57,395"W; 16°49'41,654"S/47°34'20,687"W; 16°49'42,097"S/47°34'20,687"W; 16°49'42,097"S /47°34'21,465"W; 16°49'42,751"S/47°34'21,465"W; 16°49'42,751"S /47°34'23,298"W; 16°50'03,216"S/47°34'23,298"W; 16°50'03,216"S/47°34'11,569"W; 16°50'02,103"S /47°34'11,569"W; 16°50'02,103"S/47°33'57,395"W; 16°49'41,654"S /47°33'57,395"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°49'41,654"S e Long. 47°33'57,395"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 689,6m-W; 13,6m-S; 23,0m-W; 20,1m-S; 54,3m-W; 629,1m-S; 347,2m-E; 34,2m-N; 419,6m-E; 628,6m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 362, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.299/2014, resolve:

Art. 1° Outorgar à CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de CRISTALINA/GO, numa área de 49,46ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°49'22,840"S/47°33'38,652"W; 16°49'23,782"S/47°33'38,652"W; 16°49'23,782"S/47°33'36,067"W; 16°49'24,969"S/47°33'36,067"W; 16°49'24,969"S/47°33'33,914"W; 16°49'25,464"S/47°33'33,914"W; 16°49'25,464"S/47°33'32,126"W; 16°49'26,240"S/47°33'32,126"W; 16°49'26,240"S/47°33'30,711"W; 16°49'26,714"S/47°33'30,711"W; 16°49'26,714"S/47°33'28,487"W; 16°49'31,465"S/47°33'28,487"W; 16°49'31,465"S/47°33'25,564"W; 16°49'33,244"S/47°33'25,564"W; 16°49'33,244"S/47°33'23,694"W; 16°49'34,967"S/47°33'23,694"W; 16°49'34,967"S/47°33'22,444"W; 16°49'36,121"S/47°33'22,444"W; 16°49'36,121"S/47°33'21,854"W; 16°49'37,309"S/47°33'21,854"W; 16°49'37,309"S/47°33'21,236"W; 16°49'38,655"S/47°33'21,236"W; 16°49'38,655"S/47°33'20,727"W; 16°49'47,802"S/47°33'20,727"W; 16°49'47,802"S/47°33'57,395"W; 16°49'41,654"S/47°33'57,395"W; 16°49'41,654"S/47°33'43,940"W; 16°49'26,948"S/47°33'43,940"W; 16°49'26,948"S/47°33'41,756"W; 16°49'22,840"S/47°33'41,756"W; 16°49'22,840"S/47°33'38,652"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°49'22,840"S e Long. 47°33'38,652"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 29,0m-S; 76,5m-E; 36,5m-S; 63,8m-E; 15,2m-S; 52,9m-E; 23,9m-S; 41,9m-E; 14,6m-S; 65,9m-E; 146,1m-S; 86,5m-E; 54,7m-S; 55,4m-E; 53,0m-S; 37,0m-E; 35,5m-S; 17,5m-E; 36,5m-S; 18,3m-E; 41,4m-S; 15,1m-E; 281,2m-S; 1085,6m-W; 189,0m-N; 398,3m-E; 452,1m-N; 64,7m-E; 126,3m-N; 91,9m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 61, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001378/2016-08 e do Parecer nº 46, de 6 de outubro de 2016, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 71, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 21 de setembro de 2011, aplicado às importações brasileiras de fosfato monocálcico mono-hidratado grau alimentício - MCP, comumente classificadas no item 2835.26.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da Argentina.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro a dezembro de 2015. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

9. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

11. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

12. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 71, de 2011, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

13. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-9298/7357 ou pelo correio eletrônico mcp@mdic.gov.br.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original

Em 12 de abril de 2004, por meio da Circular SECEX nº 20, de 7 de abril de 2004, foi iniciada investigação para averiguar a existência de prática de dumping nas exportações para o Brasil de fosfato monocálcico mono-hidratado, grau alimentício (MCP), comumente classificadas no subitem 2835.26.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da República Argentina.

Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de MCP para o Brasil, originárias da Argentina, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto no art. 42 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 33, de 5 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 10 de outubro de 2005, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica fixa de US$ 132,37/t.

1.2. Da primeira revisão

Em 21 de dezembro de 2009, por intermédio da publicação no D.O.U. da Circular SECEX nº 71, de 17 de dezembro de 2009, foi dado conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de MCP, originárias da Argentina, encerrar-se-ia em 10 de outubro de 2010.

A empresa ICL Brasil Ltda, em documento protocolado em 7 de maio de 2010 neste Ministério, manifestou interesse na revisão para fins de prorrogação do direito antidumping, e, em 9 de julho de 2010, a ICL protocolou no MDIC petição de revisão do direito.

A revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 45, de 6 de outubro de 2010, publicada no D.O.U. de 7 de outubro de 2010. Tendo sido constatado que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à continuação do dumping e do dano à indústria doméstica, por meio da Resolução CAMEX nº 71, de 20 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2011, encerrou-se a revisão com prorrogação do direito antidumping aplicado às importações de MCP, originárias da Argentina, na forma de alíquota específica fixa, conforme a seguir discriminado:

Produtor/Exportador	Direito Antidumping (em US$/t)
Sudamfos S.A.	121,00
Demais empresas	166,55

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 26 de novembro de 2015 foi publicada a Circular SECEX nº 74, de 25 de novembro de 2015, que tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 71, de 20 de setembro de 2011, encerrar-se-ia no dia 21 de setembro de 2016. Adicionalmente, foi informado que, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, as partes que desejassem iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping.

Em 27 de junho de 2016 foi publicada retificação da Circular SECEX nº 74, de 2015, sendo informado que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 71, de 2011, encerrar-se-ia no dia 10 de outubro de 2016, data efetiva de expiração do direito aplicado, conforme revisão anterior.

2.2. Da petição

Em 28 de abril de 2016, a ICL Brasil Ltda., doravante também denominada ICL ou peticionária, protocolou, no Sistema DECOM Digital (SDD), utilizado para as tramitações referentes ao presente processo administrativo, petição de revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de fosfato monocálcico mono-hidratado, grau alimentício (MCP), quando originárias da Argentina.

Com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, em 8 de junho de 2016, foram solicitadas à peticionária informações complementares àquelas fornecidas na petição.

Tempestivamente, a ICL pediu prorrogação do prazo de 20 de junho de 2016. Concedida a prorrogação, a peticionária apresentou tais informações, tempestivamente, em 24 de junho de 2016.

2.3. Das partes interessadas

Uma vez que não foram verificadas importações de MCP da Argentina no período de análise de continuação/retomada de dumping, foram consideradas como partes interessadas, além da peticionária, dos demais produtores nacionais identificados e do governo da Argentina, a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), o produtor/exportador argentino e os importadores brasileiros identificados em períodos anteriores (2011 a 2013), nos termos do inciso V do § 2º do art. 45 do Regulamento Brasileiro.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Regulamento Brasileiro, o produtor/exportador da Argentina e os importadores brasileiros foram identificados por meio dos dados detalhados de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda.

2.4. Da verificação in loco na indústria doméstica

Fundamentado nos princípios da eficiência, previsto no art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, realizou-se verificação in loco dos dados apresentados pela indústria doméstica previamente ao início da revisão.

Neste contexto, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi solicitada anuência para que equipe de analistas realizasse verificação in loco dos dados apresentados pela ICL, no período de 22 a 26 de agosto de 2016, em São Paulo - SP.

Em atenção ao § 3º do art. 52 do Decreto no 8.058, de 2013, após consentimento da empresa, realizou-se verificação in loco, no período proposto, com o objetivo de confirmar e de obter maior detalhamento das informações prestadas pela empresa na petição de início de revisão de final de período e na resposta ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado à empresa, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram obtidos esclarecimentos acerca do processo produtivo de MCP. Por fim, foram consideradas válidas as informações fornecidas pela ICL.

Em atenção ao § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, a versão restrita do relatório da verificação in loco foi juntada aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência do procedimento de verificação foram recebidos em bases confidenciais.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da revisão

O produto sujeito ao direito antidumping é o fosfato monocálcico mono-hidratado grau alimentício, comercialmente denominado MCP, comumente classificado na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH sob o subitem 2835.26.00, exportado pela Argentina.

O MCP é um sal cuja fórmula química é Ca(H2PO4)2, contendo uma molécula de água, com massa molecular de 252,07 g/mol, pH de aproximadamente 4,6 (lama a 20%), praticamente insolúvel em água e insolúvel em álcool. Possui número CAS (Chemical Abstracts Service) 10031-30-8 e INS (International Numbering System) 340i.

Para que seja considerado de grau alimentício, é necessário que o MCP atenda especificações estabelecidas pelo Food Chemical Codex - FCC, código que estabelece os parâmetros de qualidade do MCP a serem utilizados para consumo humano.

O MCP grau alimentício é utilizado basicamente em alimentos. É aplicado principalmente em fermentos químicos, nos quais constitui um dos principais ingredientes juntamente com o bicarbonato de sódio. Os principais produtos que utilizam o MCP em sua composição são, além do fermento químico em pó, farinha com fermento, mistura pronta para bolo, bolos, biscoitos etc.

A tecnologia de fabricação do MCP é basicamente a mesma em todo o mundo. O MCP é obtido através de uma reação ácido-base, ou seja, o ácido (ácido fosfórico) reage com uma base (cal), produzindo sal e água. Eliminando-se a água obtém-se o sal, que é o MCP.

Sendo assim, uma fábrica de MCP contempla basicamente três áreas: área de reação (que é composta por um reator), área de secagem (que é composta por uma torre de secagem) e área de classificação (separação, peneiramento e moagem - que é composta por aero-separador, peneiras e moinho).

Segue abaixo detalhamento do processo de produção do MCP: a) reação: nesta etapa o ácido fosfórico é misturado com a cal hidratada para formar o liquor de MCP. A reação é feita em bateladas que, depois de finalizada, é transferida para o tanque de alimentação do secador; b) secagem: nesta fase o liquor de MCP é alimentado a uma torre de secagem, onde ocorre a secagem do produto. Isto ocorre a uma temperatura de aproximadamente 110ºC. O material seco segue por um sistema de roscas transportadoras e é transferido para um silo de armazenamento; c) classificação: o produto proveniente do silo é enviado para um aero-separador e para as peneiras de classificação. O material mais grosso é moído em um moinho de martelos e retorna para o sistema de classificação até atingir a granulometria do produto. O produto classificado é em seguida transferido para um silo de armazenagem.

O MCP está sujeito a vários regulamentos técnicos e regulamentações da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que são aplicados tanto para o produto nacional, quanto para o produto importado, como segue: Portaria Nº 540 SVS/MS, de 27/10/97; Resolução ANVS/MS n° 383, de 5/08/1999; Resolução ANVS/MS n° 387, de 05/08/1999; Resolução RDC n° 23, de 15/02/2005; Resolução RDC n° 24, de 15/02/2005; Resolução RDC n° 2, de 15/01/2007; Resolução RDC n° 3, de 15/01/2007; Resolução RDC n° 4, de 15/01/2007; Resolução RDC n° 5, de 15/01/2007; Resolução RDC n° 60, de 5/09/2007; Resolução RDC n° 64, de 16/09/2008; Resolução RDC nº 259, de 20/09/02.

3.2. Do produto similar fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil é o fosfato monocálcico mono-hidratado (MCP), contendo uma molécula de água, com massa molecular de 252,07 g/mol, pH de aproximadamente 4,6 (lama a 20%), praticamente insolúvel em água e insolúvel em álcool. Possui número CAS (Chemical Abstracts Service) 10031-30-8 e INS (International Numbering System) 340i.

O processo de produção do MCP fabricado na ICL é composto de 3 etapas: reação, secagem e acabamento. Na primeira etapa ocorre a reação das matérias-primas - ácido fosfórico e cal hidratada - de forma balanceada, para se obter um licor. A segunda etapa constitui-se na secagem desse licor, realizada a uma temperatura de aproximadamente 100ºC. Com a evaporação da água, o sal formado é o MCP. Finalmente, na última etapa, são realizados ajustes no produto de forma a atingir a granulometria desejada e adequá-lo às exigências estabelecidas pelo FCC - Food Chemical Codex, código que estabelece os parâmetros de qualidade do MCP a ser utilizado para consumo humano.

O MCP fabricado pela ICL é utilizado basicamente em alimentos. É aplicado principalmente em fermentos químicos, nos quais constitui um dos principais ingredientes juntamente com o bicarbonato de sódio. Da reação do fosfato monocálcico mono-hidratado com o bicarbonato de sódio há liberação de gás carbônico que faz crescer massas alimentícias. O MCP pode ser utilizado também como fonte de cálcio e fósforo, regulador de acidez, aprimorador de farinha, agente de firmeza e antiumectante em uma gama de produtos alimentícios.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da revisão é normalmente classificado no item 2835.26.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH. Além do fosfato monocálcico mono-hidratado, grau alimentício - MCP, estão incluídos na NCM 2835.26.00, o fosfato monocálcico utilizado em alimentação animal (feed grade), o fosfato monocálcico grau fertilizante, o fosfato tricálcico (sinônimos: fosfato de cálcio tribásico ou ortofosfato tricálcico), o pirofosfato ácido de cálcio (sinônimo: dihidrogeno pirofosfato de cálcio), e o pirofosfato tetracálcico. Praticamente não existe aplicação comercial para esses dois últimos e o fosfato tricálcico é consumido principalmente por indústrias farmacêuticas, indústrias de suco em pó, empresas de resina e alguns distribuidores.

A alíquota do imposto de importação para o item 2835.26.00 foi de 10% ao longo do período de análise de probabilidade de retomada de dano.

Por se tratar de produto exportado por país membro do Mercosul, o produto objeto do direito antidumping é beneficiado com margem de preferência de 100%, conforme previsão do ACE no 18, tendo vigorado, portanto, durante o período objeto de análise, alíquota do Imposto de Importação reduzida a 0%. Adicionalmente, há acordos de preferência tarifária conforme tabela:

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100%
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE36	100%
Chile	ACE -35	100%
Colômbia	ACE59	100%
Equador	ACE59	100%
Peru	ACE58	100%
Israel	FTA	87,5%
Cuba	APTR04	28%
Venezuela	APTR04	28%
México	APTR04	20%

3.4. Da similaridade

O art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da revisão ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da revisão.

Dessa forma, diante das informações apresentadas, ratifica-se a conclusão no procedimento anterior de que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da revisão, avaliando-se em termos de matérias primas, composição química, usos e aplicações, processo produtivo e demais critérios definidos no § 1º do art. 9º do Regulamento Brasileiro.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A peticionária identificou outros produtores de MCP no Brasil. Nesse sentido, a peticionária estimou a capacidade instalada nesse setor com base no Guia da Indústria Química da ABIQUIM (Edição 2013/2014), trazendo as capacidades instaladas de produção para esses produtores: Aksell; Cadisa; Diadema e Iquimm, totalizando [confidencial] t/ano.

Conforme informação da peticionária, essas capacidades reportadas são multipropósito e atendem a produção de diversos outros produtos. Dessa forma, a ICL estimou que algo entre 15% e 20% do total dessa capacidade instalada de produção de [confidencial] toneladas por ano, ou seja, cerca de [confidencial] toneladas por ano, possa ser destinada à fabricação de MCP. Assim, considerando que a ICL produziu [confidencial] toneladas de MCP no ano de 2015, estima-se que a empresa respondeu por cerca de 91,5% da produção nacional naquele período.

Encaminhou-se consulta à ABIQUIM solicitando a identificação dos produtores nacionais de MCP com suas respectivas quantidades vendidas e produzidas. No entanto, não recebeu resposta da entidade até o início da presente revisão.

Desse modo, para fins de análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de fosfato monocálcico mono-hidratado, grau alimentício (MCP) da ICL Brasil Ltda.

Cabe ressaltar que ao longo da revisão serão encaminhadas solicitações de informações aos demais produtores de MCP identificados na petição para fins de apuração do mercado brasileiro e da produção nacional do produto similar.

5. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DE DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1. Da existência de indícios de continuação/retomada de dumping

Na presente análise, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2015, a fim de se verificar a existência de indícios de continuação/retomada da prática de dumping nas exportações para o Brasil de MCP, quando originárias da Argentina. De acordo com os dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, não ocorreram importações brasileiras de MCP originárias da Argentina nesse período.

5.1.1. Do valor normal

A peticionária forneceu 9 faturas de venda de MCP grau alimentício no mercado interno argentino. Tais faturas foram obtidas da empresa argentina BK Giulini, pertencente ao Grupo ICL. Os preços estão na condição de venda ex fabrica e livre de tributos.

As taxas de câmbio foram obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil para a data da venda. Com base nos dados das faturas, apurou-se preço médio ponderado de US$ [confidencial] /t.

Ocorre que a BK Giulini é uma distribuidora e adquire o MCP do produtor argentino Sudamfos. Assim, foi realizado ajuste nesse preço médio de forma a refletir o preço que seria praticado pelo produtor argentino em suas vendas no mercado interno.

Desse modo, foram deduzidos do preço médio da BK Giulini os percentuais relativos às despesas administrativas e comerciais incorridas pela empresa, além de percentual referente ao lucro auferido nas revendas. Esses percentuais foram apurados em relação à receita operacional da BK Giulini, com base em seu demonstrativo de resultados.

Ajustando-se o preço médio da BK Giulini, apurou-se o valor normal na condição ex-fabrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Valor Normal em US$/t

1- Preço nível distribuidor	[confidencial]
2- Despesas administrativas e de vendas da BK Giuliani	[confidencial]
3- Lucro Operacional da BK Giuliani	[confidencial]
Valor Normal (1-2-3)	2.009,56

5.1.2. Da retomada do dumping

Uma vez que não foram verificadas exportações da Argentina para o Brasil no período de análise da continuação/retomada do dumping, avaliou-se a probabilidade de retomada do dumping, caso o direito antidumping em vigor não seja prorrogado. Para tanto, comparou-se o valor normal da Argentina, internalizado no Brasil, com o preço médio ex fabrica da indústria doméstica, nos termos do § 3º do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013.

As exportações de MCP da Argentina para o Brasil foram efetuadas por via terrestre. Assim, para fins de apuração do valor normal internado no Brasil, adicionou-se ao valor normal ex fabrica o frete terrestre, o seguro e as despesas de internação. Para transações entre membros do Mercosul não há imposto de importação e, por ser o produto transportado por via terrestre, não é cobrado Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

O frete, o seguro e as despesas de internação foram apuradas com base em cotações de custos de exportação de MCP da Argentina para o Brasil fornecidas pela empresa de transportes [confidencial] para o período de maio de 2016, conforme dados contidos na petição.

A apuração do valor normal da Argentina internado no Brasil encontra-se detalhada na tabela a seguir:

Valor Normal CIF internado da Argentina em US$/t

Valor Normal Ex-Fabrica	2.009,56
Frete Internacional Terrestre	[confidencial]
Seguro Internacional	[confidencial]
Imposto de Importação (não se aplica ao Mercosul)	-
AFRMM (não se aplica ao Mercosul)	-
Despesas de Internação	[confidencial]
Valor Normal Internado	2.204,76

Para fins de comparação com o valor normal internado, verificou-se que, no período de análise de retomada de dumping, o preço médio ex-fabrica das vendas da indústria doméstica no mercado interno correspondeu a US$ [confidencial] t.

Uma vez que o valor normal CIF internado da Argentina se mostrou superior ao preço ex-fabrica da indústria doméstica, pode-se concluir pela existência de indícios de que, muito provavelmente, haverá retomada da prática de dumping por parte dos produtores/exportadores argentinos, na hipótese de não prorrogação do direito antidumping, visto que esses produtores/exportadores, de forma a serem competitivos no mercado brasileiro, necessitariam praticar preços inferiores ao valor normal nas suas exportações de MCP para o Brasil.

5.2. Do desempenho do produtor/exportador

A fim de avaliar o potencial exportador da Argentina, foram consideradas informações da última revisão, dados estatísticos de exportação dos principais mercados produtores, consumidores e exportadores de MCP, bem como a capacidade instalada na origem investigada e as projeções desses indicadores.

Muito embora a peticionária tenha buscado informações e dados atualizados, não foram identificados elementos que indiquem aumentos recentes de capacidade de produção de MCP na Argentina ou investimentos realizados para aumento dessa capacidade. De acordo com os dados constantes da última revisão de final de período, a capacidade estimada da Argentina para produzir MCP é de [confidencial] toneladas por ano,

Em que pese à indisponibilidade de dados atualizados de produção e demanda no mercado interno argentino, as estatísticas referentes à subposição 2835.26, obtidas junto ao sítio eletrônico TradeMap, indicam queda progressiva das exportações argentinas, causando capacidade ociosa e potencial de disponibilidade do produto argentino.

Comparando-se a capacidade de produção da Argentina de [confidencial] toneladas/ano com o mercado brasileiro em P5, estimado em menos de [confidencial] toneladas, tem-se que a capacidade argentina é consideravelmente superior a todo o mercado brasileiro.

Segundo a peticionária, o cenário de queda das exportações argentinas delineado com o aumento da participação no cenário mundial de novos players como a China trouxe reflexos na capacidade ociosa de produção da origem investigada.

Recorde-se que na última revisão de final de período, a Argentina aumentou em 73%, de P4 para P5, as exportações para o Brasil do produto objeto do direito antidumping, sendo que, de P3 a P4, já havia sido observado movimento ascendente equivalente a 349% das importações originárias da Argentina. Desse modo, tais exportações atingiram [confidencial] toneladas no último período.

Assim, muito embora a Argentina não figure como um dos maiores produtores de MCP grau alimentício do mundo, o fluxo de comércio e a demanda mundial, a proximidade com o Brasil e a participação no Mercosul - fatores que implicam menores custos de transporte e a ausência de imposto de importação - indicam que a Argentina poderá retomar as exportações de MCP para o Brasil a preços de dumping em volumes substanciais, caso o direito seja extinto. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o produtor/exportador argentino identificado como parte interessada possui empresa com estrutura logística de distribuição estabelecida no Brasil, conforme disponível no sítio eletrônico http://www.sudamfos.com.ar.

Tendo em vista a especificidade do produto em questão, não existem muitas publicações técnicas com informações atualizadas e precisas sobre produção, capacidades e mercado de MCP grau alimentício. De todo modo, a peticionária faz menção à publicação Industrial & Food Market Phosphates Market Outlook da CRU International Ltd., de setembro de 2010, o qual indicava que a China permaneceria um grande exportador de fosfatos e que a dinâmica do mercado mundial de MCP foi se alterando com a redução das importações e o aumento das exportações oriundas da China.

Nesse contexto, foram impactados alguns países que tinham exportações para terceiros mercados que passaram a ser abastecidas por produtos chineses. Além da Argentina, os EUA são um desses países, já que suas exportações classificadas na subposição 2835.26 seguem em grande queda. Ou seja, com excedente exportável, as exportações dos EUA podem também ter impactado as exportações da Argentina, que foram decrescentes não só para Brasil como para outros países ao longo dos últimos anos.

As tabelas a seguir foram elaboradas com base em dados extraídos do sítio eletrônico Trademap para a subposição tarifária 2835.26, que abrange o produto objeto do direito. Embora esse item inclua outros produtos, pode-se inferir algumas conclusões mediante a análise da evolução dos dados de importação e exportação de três países: Argentina, objeto do direito em vigor, e China e EUA, grandes consumidores, produtores e exportadores do produto similar.

HS 283526 - Importações Totais

Quantidade (t)	Argentina	Estados Unidos	China
2011	26.419	30.848	1.815
2012	31.972	29.092	1.234
2013	32.302	65.257	3.326
2014	31.549	90.936	4.058
2015	38.909	77.237	1.688

HS 283526 - Exportações Totais

Quantidade (t)	Argentina	Estados Unidos	China
2011	1.930	351.240	118.415
2012	1.738	389.544	153.376
2013	482	266.008	170.117
2014	152	275.518	184.936
2015	73	241.094	239.730

Dos dados acima, é possível inferir a perda de participação do produto argentino no seu próprio mercado, por meio do aumento das importações argentinas ao mesmo tempo em que se observa um aumento das exportações chinesas. Tendo em vista a capacidade produtiva de MCP observada na revisão anterior, há indícios do aumento da disponibilidade do produto argentino e seu provável direcionamento ao Brasil, dada a infraestrutura logística e operacional de comercialização de fosfatos estabelecida no Brasil.

Há, portanto, evidências do potencial da Argentina para exportar MCP para o Brasil a preços de dumping, caso o direito antidumping em vigor não seja prorrogado, tendo em vista que: (i) as exportações de MCP da Argentina para terceiros mercados vem caindo ao longo dos últimos anos, considerando-se o total exportado da subposição 2835.26, em razão de aumento de capacidade de novos players no cenário mundial; (ii) infraestrutura e rede de distribuição estabelecida no Brasil pelo produtor/exportador; (iii) a capacidade instalada argentina superior à demanda brasileira em todos os anos analisados.

Esses fatores indicam que, caso não seja prorrogado o direito antidumping em vigor, a Argentina, muito provavelmente, poderá retomar as exportações a preços de dumping para o Brasil em curto espaço de tempo, e em volume considerável.

5.3. Das alterações nas condições de mercado

No item anterior, já foram evidenciadas as alterações nas condições de mercado. Verificou-se que o aumento da exportação da China já vem impactando o fluxo comercial da subposição 2835.36 do Sistema Harmonizado (SH). Assim, muito provavelmente haverá aumento do potencial exportável da Argentina, haja vista a redução já observada nas exportações de MCP da Argentina para terceiros países, com possibilidade de deslocamento da produção argentina para o Brasil.

5.4. Da aplicação de medidas de defesa comercial

Não foram identificadas medidas em vigor contra MCP da Argentina por parte de outros membros da Organização Mundial do Comércio.

5.5. Da conclusão dos indícios de continuação ou retomada do dumping

Ante o exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente haverá a retomada de prática de dumping nas exportações de MCP da Argentina para o Brasil. Ademais, há indícios de existência de substancial potencial exportador.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de MCP. O período de revisão para determinar se a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano corresponde ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, foi dividido da seguinte forma: P1 - janeiro a dezembro de 2011; P2 - janeiro a dezembro de 2012; P3 - janeiro a dezembro de 2013; P4 - janeiro a dezembro de 2014; e P5 - janeiro a dezembro de 2015.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de MCP importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 2835.26.00 da NCM, fornecidos pela RFB.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Além do fosfato monocálcico mono-hidratado, grau alimentício - MCP, estão incluídos nesse item tarifário outros fosfatos de cálcio, em especial, o fosfato monocálcico utilizado em alimentação animal (feed grade), o fosfato monocálcico grau fertilizante e o fosfato tricálcico. Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, de forma a se obterem as informações referentes exclusivamente ao MCP.

Para efeitos do início da revisão, a depuração consistiu em, a partir da descrição detalhada de cada uma das declarações de importações, bem como das informações constantes da petição de início da revisão, retirar da base de dados fornecida pela RFB as importações de produtos fora do escopo da presente revisão.

Com base nos dados de importação da RFB, registra-se que a indústria doméstica realizou importações no período de análise de retomada/continuação de dano de origens não investigadas, como o México, Estados Unidos da América e China, totalizando [confidencial] toneladas em P3, [confidencial] toneladas em P4 e [confidencial] toneladas em P5.

Para fins de avaliação dos dados de importação, cumpre destacar que a delimitação dos períodos de análise leva em conta a data do desembaraço da Declaração de Importação-DI. Nesse contexto, é possível existir divergências temporais entre os dados apurados de importação da indústria doméstica, conforme item 7.4 - os quais são registrados conforme reconhecimento contábil da transação - e a depuração da importação realizada neste item.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de MCP no período de revisão de indícios de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Argentina	100,0	139,6	76,2	-	-
Total sob Análise	100,0	139,6	76,2	-	-
China	100,0	16,5	14,5	36,5	41,7
EUA	100,0	46,1	25,6	32,8	24,5
México	100,0	-	160,0	1.368,9	440,0
Hong Kong	-	-	-	100,0	316,7
Total Exceto sob Análise	100,0	29,4	26,7	99,3	53,8
Total Geral	100,0	44,0	33,2	86,1	46,7

As importações brasileiras de MCP originárias da Argentina ocorreram somente nos três primeiros períodos. O volume importado aumentou 39,6% de P1 para P2, e reduziu-se em 45,4% de P2 para P3. De P1 a P3, verificou-se redução de 23,8%. A participação das importações originárias da Argentina no total das importações brasileiras de MCP correspondeu a 13,2% em P1, 42,0% em P2 e 30,4% em P3.

Com relação ao volume importado pelo Brasil de MCP das demais origens, foram observados decréscimos de P1 para P2 (70,6%) e de P2 para P3 (9,2%), na sequência, houve aumento de P3 para P4 (272,1%) e nova queda de P4 para P5 (45,8%). Considerando o período de P1 para P5, tais importações apresentaram crescimento equivalente a 46,2%.

Quanto ao total importado, verificaram-se reduções de P1 para P2 (56,0%), de P2 para P3 (24,4%), crescimento de P3 para P4 (159,2%), queda de P4 para P5 (45,75%). Ao se considerar o extremo da série, observa-se retração de 53,3% de P1 para P5.

Neste cenário, é necessário destacar que a partir do decréscimo das importações da Argentina, constatou-se o crescimento das importações da China, que apresentaram aumento de P3 para P4 (151,0%) e de P4 para P5 (14,1%), muito embora, constatou-se que, ao longo do período de retomada/continuação de dano, houve redução das importações dessa origem de 58,3%. Além disso, o México também apresentou evolução de suas importações com base nas importações realizadas da indústria doméstica, conforme observado nos períodos de P3 e P5.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de MCP no período de revisão de retomada/continuação de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Argentina	100,0	132,3	74,5	-	-
Total sob Análise	100,0	132,3	74,5	-	-
China	100,0	16,1	14,6	35,4	38,6
EUA	100,0	42,8	23,4	31,5	24,7
México	100,0	-	147,1	1.256,3	403,3
Hong Kong	-	-	-	100,0	306,4
Total Exceto sob Análise	100,0	28,5	25,6	95,0	50,9
Total Geral	100,0	44,8	33,3	80,0	42,8

Em relação ao valor das importações originárias da Argentina, observou-se elevação de P1 para P2 (32,2%) e queda de P2 para P3 (43,6%). Considerando todo o período de P1 a P3, houve queda de 25,4%.

Quando analisadas as importações das demais origens, foram observados decréscimos de P1 para P2 (71,5%) e de P2 para P3 (10,0%), aumento de P3 para P4 (271,2%) e queda de P4 para P5 (46,5%). Considerando todo o período de revisão, evidenciou-se queda de 49,1% no valor médio importado dos demais países.

No tocante à totalidade das origens, com a exceção de P3 para P4 em que houve aumento de 140,1%, constataram-se quedas sucessivas, de P1 para P2 (55,2%), de P2 para P3 (25,7%), de P4 para P5 (46,5%). Ao se considerar P1 a P5, houve queda de 57,2% das importações de todas origens.

Preços CIF das Importações Totais (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Argentina	100,0	94,7	97,8	-	-
Total sob Análise	100,0	94,7	97,8	-	-
China	100,0	97,9	100,5	96,9	92,5
EUA	100,0	92,9	91,4	96,1	100,5
México	100,0	-	91,9	91,8	91,7
Hong Kong	-	-	-	100,0	96,8
Total Exceto sob Análise	100,0	96,9	96,0	95,8	94,4
Total Geral	100,0	102,0	100,3	92,9	91,7

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada das importações brasileiras de MCP da Argentina apresentou queda de P1 para P2 (5,3%), elevação de P2 para P3 (3,3%) e decréscimo de P1 para P3 (2,2%).

O preço CIF médio por tonelada de MCP dos demais países apresentou queda da seguinte forma: de P1 para P2 (3,1%), de P2 para P3 (1,0%), de P3 para P4 (0,2%), de P4 para P5 (1,4%). Com efeito, de P1 para P5, o preço de tais importações apresentou decréscimo de 5,6%.

Em relação ao preço CIF médio por tonelada da totalidade das origens, observou-se o seguinte cenário: aumento de P1 para P2 (2,0%) e quedas sucessivas de P2 para P3 (1,7%), de P3 para P4 (7,4%), de P4 para P5 (1,4%). Ao longo do período de retomada/continuação do dano, constatou-se queda de 8,3%.

6.2. Do consumo nacional aparente (CNA)

Para dimensionar o consumo nacional aparente de MCP, foram consideradas as quantidades produzidas e vendidas no mercado interno informadas pela indústria doméstica, líquidas de devoluções, as produzidas para o consumo cativo, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Conforme item 4, ressalte-se que ao longo da revisão serão encaminhadas solicitações de informações aos demais produtores nacionais de MCP identificados na petição para fins de apuração do consumo nacional aparente.

Consumo Nacional Aparente (em número índice)

	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Consumo Cativo	Consumo Nacional
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	140,4	139,6	29,4	99,3	100,5
P3	179,1	76,2	26,7	123,9	118,8
P4	153,6	-	99,3	127,4	125,7
P5	159,5	-	53,8	156,2	112,9

Observou-se que o consumo nacional aparente apresentou o seguinte cenário: elevações de P1 para P2 (0,5%), de P2 para P3 (18,2%), de P3 para P4 (5,8%) e decréscimo de P4 para P5 (10,2%). Ao se considerar o extremo do período da revisão, constatou-se aumento de 12,9%.

Registra-se que o consumo cativo foi pouco significativo em relação ao consumo nacional aparente, apresentando participação máxima de 0,2% em P5.

6.3. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado de MCP, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela indústria doméstica, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas supra.

Mercado Brasileiro (em número índice)

	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	140,4	139,6	29,4	100,5
P3	179,1	76,2	26,7	118,8
P4	153,6	-	99,3	125,7
P5	159,5	-	53,8	112,8

Constatou-se que o mercado brasileiro de MCP apresentou o mesmo comportamento e mesmas variações percentuais do CNA, com a exceção de P1 para P5, quando o aumento foi de 12,8%.

Com a exceção de P4 para P5, evidencia-se em quase todos os períodos a expansão do mercado brasileiro de MCP, principalmente de P2 para P3, e ao longo do período de revisão (P1 para P5).

6.4. Da evolução das importações

6.4.1. Da participação das importações no CNA

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no consumo nacional aparente de MCP.

Participação das Importações no Consumo Nacional Aparente (em número índice)

	CNA (A)	Importações origens investigadas (B)	Participação no CNA (B/A)	Importações outras origens (C)	Participação no CNA (C/A)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	100,5	139,6	138,9	29,4	29,2
P3	118,8	76,2	64,1	26,7	22,5
P4	125,7	-	-	99,3	79,0
P5	112,9	-	-	53,8	47,7

Observou-se que a participação das importações investigadas no consumo nacional aparente apresentou crescimento de 2,1 pontos percentuais (p.p.), de P1 para P2, seguida por queda de 4,1 p.p. em P3. Considerando o período de P1 a P3, a participação de tais importações diminuiu 2,0 p.p.

No que se refere às outras origens, houve reduções de 25,3 p.p. de P1 a P2 e de 2,5 p.p. de P2 a P3, aumento de 20,3 p.p. de P3 para P4 e queda de 11,2 p.p. P4 para P5. Na análise de todo o período de investigação de análise de retomada/continuação de ano, a queda totalizou 18,7 p.p.

6.4.2. Da participação das importações no mercado brasileiro

O quadro a seguir indica a participação das importações no mercado brasileiro de MCP.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número índice)

	Mercado Brasileiro	Importações Origem Investigada	Participação Origem Investigada	Importações Outras Origens	Participação Outras Origens
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	100,5	139,6	138,9	29,4	29,2
P3	118,8	76,2	64,2	26,7	22,5
P4	125,7	-	-	99,3	79,0
P5	112,8	-	-	53,8	47,7

A participação das importações originárias da Argentina no mercado brasileiro registrou o mesmo cenário e variações do item anterior.

A participação das demais importações no mercado brasileiro apresentou comportamento semelhante em relação ao analisado no item anterior. Constataram-se quedas sucessivas de P1 para P2 (25,4%) e de P2 para P3(2,4%), elevação de P3 para P4 (20,2%) e decréscimo de P4 para P5 (11,2%). De P1 para P5, foi registrada redução de 18,8 p.p. na participação de tais importações no mercado brasileiro.

6.4.3. Da relação entre as importações e a produção nacional

O quadro a seguir indica a relação entre as importações de MCP originárias da Argentina e a produção nacional do produto similar.

Importações da Argentina e Produção Nacional (em número índice)

	Produção Nacional (A)	Importações Argentina (B)	[(B) / (A)]
P1	100,0	100,0	100,0
P2	173,0	139,6	80,7
P3	172,6	76,2	44,1
P4	189,7	-	-
P5	191,1	-	-

A relação entre as importações da origem investigada e a produção nacional foi reduzida continuamente de P1 para P3: 1,8 p.p. em P2, 3,4 p.p. em P3. Ao se considerar todo o período em que há importações da origem investigada, constatou-se queda de 5,2 p.p.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6.5. Da conclusão a respeito das importações

No período de análise de retomada/continuação de dano, as importações originárias da Argentina foram reduzidas: a) em termos absolutos, tendo passado de [confidencial] t, em P1, para [confidencial] t em P3, quando atingiram o menor volume quando ainda havia importações; b) em relação ao mercado brasileiro, uma vez que em P2 tais importações alcançavam 7,6% deste mercado e em P3 passaram a representar 3,5%, quando atingiram o menor volume quando ainda havia importações; e c) em relação à produção nacional, pois em P1 representavam 9,4% desta produção e, em P3, passaram a corresponder a 4,2 % do volume total produzido no país, considerando o período com existência de importações da Argentina.

Diante desse quadro, constatou-se diminuição substancial das importações da origem sob análise em termos absolutos e em relação à produção e ao mercado brasileiro de, P1 a P3, até o cenário de ausência de importações, conforme observado em P4 e P5.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Como já explanado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de MCP da ICL Brasil Ltda. Dessa forma, os indicadores considerados refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional apresentados pela indústria doméstica, foram atualizados os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Industriais - IPA-OG-PI, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

7.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas de MCP de fabricação própria da ICL, segmentadas por destino, mercado interno e mercado externo. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Vendas da Indústria Doméstica (em número índice)

Período	Totais	Mercado Interno	Part.	Mercado Externo	Part.
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	131,3	140,4	106,9	83,8	63,8
P3	165,9	179,1	107,9	97,5	58,8
P4	150,7	153,6	101,9	135,6	90,0
P5	156,2	159,5	102,1	139,3	89,2

Verificou-se aumento do volume de vendas destinado ao mercado interno no período de revisão, com queda somente de P3 para P4 (-14,2%). Embora tais vendas tenham retomado o crescimento em P5 (3,8% em relação a P4), o volume vendido não retornou aos patamares de P3, maior volume da série.

De P1 para P2, observou-se o maior aumento no volume de vendas internas (40,4%). De P2 para P3, esse volume cresceu 27,6%. Entre os extremos da série temporal, constatou-se aumento acumulado de 59,5%.

Em relação às vendas destinadas ao mercado externo, ocorreu redução do volume somente entre P1 e P2 (-16,2%) seguido de aumentos sucessivos nos períodos seguintes, com crescimento mais acentuado entre P3 e P4. O volume exportado cresceu 16,4% de P2 para P3, 39,1% de P3 para P4 e 2,7% de P4 para P5.Considerando-se todo o período de análise, o volume de vendas destinadas ao mercado externo teve crescimento de 39,3%.

O aumento das exportações em P4 foi concomitante à redução das vendas internas, o que resultou em aumento da participação das vendas do mercado externo no total de vendas da indústria doméstica em 5 p.p. de P3 para P4.

Com relação ao total vendido, verificaram-se aumentos de 31,3%, de P1 para P2, e de 26,4%, de P2 para P3. Já entre P3 e P4, foi observada retração de 9,2%, sendo retomado o crescimento de P4 para P5 (3,7%). Ao se considerar os extremos da série, o volume total vendido apresentou incremento de 56,2%.

7.2. Da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Participação das Vendas Internas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro (em número índice)

Período	Vendas Mercado Interno	Mercado Brasileiro	Participação
P1	100,0	100,0	100,0
P2	140,4	100,5	139,7
P3	179,1	118,8	150,8
P4	153,6	125,7	122,2
P5	159,5	112,8	141,3

A participação da indústria doméstica no mercado brasileiro de MCP apresentou crescimento ao longo do período analisado, exceto para o interstício de P3 para P4, quando apresentou retração de 16,7 p.p. Nos demais períodos foram observados crescimentos de 23,3 p.p., entre P1 e P2, de 6,5 p.p., entre P2 e P3, e de 11,2 p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar os extremos da série, verificou-se crescimento de 24,3 p.p. de P1 para P5.

O crescimento de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de P1 para P5 se deu em razão de o aumento dessas vendas terem ocorrido em proporção superior à expansão do mercado brasileiro.

7.2.1. Da participação da indústria doméstica no consumo nacional aparente

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica no consumo nacional aparente.

Participação das Vendas Internas da Indústria Doméstica no CNA (em número índice)

Período	Vendas Mercado Interno	Consumo Nacional Aparente	Participação
P1	100,0	100,0	100,0
P2	140,4	100,5	139,7
P3	179,1	118,8	150,8
P4	153,6	125,7	122,2
P5	159,5	112,9	141,2

Devido à participação irrisória do consumo cativo no consumo nacional aparente, a evolução da participação da indústria doméstica no CNA foi praticamente idêntica à evolução da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro.

7.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

No cálculo da capacidade instalada, foram considerados a produção máxima diária, apurada a partir de dados históricos, e os índices que mensuram os percentuais de capacidade utilizada e de aprovação no critério de controle de qualidade. Esses índices variam de um período ao outro.

Ressalta-se que em P5, com a implementação do projeto de expansão de capacidade, houve aumento da produção máxima diária considerada no cálculo da capacidade. Em que pese esse aumento, houve redução da capacidade efetiva nesse período, devido ao aumento das horas paradas decorrentes do processo de expansão da linha de produção.

Em P1, foi realizado teste para produção de outro produto na linha de MCP. Já nos períodos seguintes, essa linha produziu somente MCP.

A tabela a seguir apresenta a produção e o grau de ocupação de capacidade instalada efetiva.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em número índice)

	Capacidade Instalada efetiva	Produção Produto Similar	Produção Outros Produtos	Grau de ocupação
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	153,8	173,0	-	107,1
P3	160,2	172,6	-	102,5
P4	145,7	189,7	-	123,9
P5	141,9	191,1	-	128,2

Quanto à capacidade instalada efetiva, verificou-se aumento de P1 para P2 (53,8%), seguido de variações com magnitude inferior nos períodos posteriores. Tal indicador apresentou novo incremento de P2 a P3 (4,2%), sofrendo retração nos períodos seguintes, com decréscimos de 9,0% de P3 para P4 e de 2,6% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, verifica-se ampliação de 41,9% na capacidade efetiva.

Assim como a capacidade, o volume de produção também apresentou aumento de P1 para P2 (73,0%), com variações menos expressivas nos demais períodos. De P2 para P3, o volume produzido se manteve praticamente constante, voltando a crescer nos períodos seguintes com aumentos de 9,9% de P3 a P4 e de 0,8% de P4 a P5. Ao se considerar todo o período de análise, o volume de produção quase dobrou, apresentando crescimento de 91,1%.

Constatam-se dois patamares de magnitude do grau de ocupação da capacidade instalada efetiva ao longo do período analisado. Um patamar inferior entre P1 e P3 e um superior entre P4 e P5, em razão de aumento de 15,7 p.p. de P3 para P4. Esse salto decorreu da conjunção entre dois eventos concomitantes: aumento da produção e redução da capacidade instalada efetiva. De P1 para P5, o grau de ocupação da capacidade instalada cresceu 20,6 p.p.

7.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando o estoque inicial de [confidencial] t. Registre-se que as vendas no mercado interno e no mercado externo encontram-se líquidas de devoluções.

Estoque Final (em número índice)

	Produção	Vendas no Mercado Interno	Vendas no Mercado Externo	Importações (-) Revendas	Consumo Cativo	Outras Entradas / Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	-	100,0	(100,0)	100,0
P2	173,0	140,4	83,8	-	99,3	(328,1)	184,4
P3	172,6	179,1	97,5	-	123,9	202,7	21,6
P4	189,7	153,6	135,6	100,0	127,4	(735,2)	108,7
P5	191,1	159,5	139,3	13,4	156,2	(376,0)	124,6

As outras entradas e saídas são constituídas, sobretudo, por variação de inventário, amostras, reprocesso de produtos fora da especificação e reembalagem de produtos importados e/ou revendidos.

O volume do estoque final de MCP cresceu 84,4% em P2, diminuiu 88,3% em P3, e teve incrementos de 403,4% em P4 e de 14,6% em P5, sempre em relação ao período anterior. Ao se considerar o período como um todo, o volume do estoque final da empresa apresentou aumento de 24,7%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise.

Relação Estoque Final/Produção (em número índice)

Período	Estoque Final (A)	Produção (B)	Relação (A/B)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	184,4	173,0	106,6
P3	21,6	172,6	12,5
P4	108,7	189,7	57,3
P5	124,6	191,1	65,2

A relação estoque final/produção aumentou 1,1 p.p. em P2, reduziu-se em 15,2 p.p. em P3, e teve incrementos de 7,3 p.p. em P4 e de 1,2 p.p. em P5, sempre em relação ao período anterior. Embora o volume de estoque tenha crescido de P1 para P5, a relação estoque final/produção diminuiu 5,6 p.p., devido ao aumento da produção nesse intervalo.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas contidas neste item, elaboradas a partir das informações constantes da petição e verificados in loco, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial, relacionados à produção/venda de MCP.

A metodologia para apuração de emprego se baseou nas atribuições dos centros de custos pertinentes à mão de obra direta e indireta alocada à produção do produto similar. Conforme resultados da verificação in loco, constatou-se que os empregados ligados à produção são multifuncionais atuando em outras áreas de produção, além da área onde se encontra a produção de MCP. Dessa forma, foi necessário realizar o rateio da mão de obra direta e indireta da empresa, conforme centro de custo, para obtenção dos empregados diretamente e indiretamente aplicados ao processo produtivo de MCP, com base no volume de produção de MCP dividido pelo volume de produção total da unidade de produção de MCP.

Em relação aos empregados das áreas de vendas e da administração alocados ao produto similar, foram utilizados os centros de custos relacionados à unidade central da empresa que envolvem atividades de [confidencial]. Ademais, foi realizado rateio de acordo com a participação da receita líquida das vendas líquidas de MCP em relação à receita líquida de vendas total da ICL Brasil.

Com relação aos empregados terceirizados, a peticionária esclareceu que houve contratação da mão de obra terceirizada na produção de MCP em 2011 e 2012, com base no contrato de utilização do complexo compartilhado das operações no sítio de produção.

A tabela a seguir indica o número de empregados relacionados à produção, administração e venda do produto similar pela ICL.

Número de Empregados (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	110,0	110,0	65,0	75,0
Administração e Vendas	100,0	88,9	88,9	111,1	88,9
Total	100,0	103,4	103,4	79,3	79,3

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção apresentou o seguinte comportamento: elevação de P1 para P2 (10%), queda de P2 para P3 (54,5%), elevações de P3 para P4 (30%) e na transição subsequente (15,4%). Entre P1 e P5, houve redução de 25% no número de empregados que atuam na produção de MCP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O número de empregados envolvidos no setor administrativo e de vendas do produto similar manteve-se estável no período de P3 para P4. Já nos demais períodos apresentou as seguintes variações: queda de P1 para P2 (11,1%), elevação de P2 para P3 (25,0%), redução de P4 para P5 (20%). Ao se considerar o período como um todo, observou-se queda de 11,1% neste indicador.

Com relação ao número de empregados totais, verificaram-se reduções de P2 para P3 (33,3%) e no extremo da série (20,7%). Quanto aos demais períodos, constataram-se as seguintes elevações: de P1 para P2 (3,4%), de P3 para P4 (15%), salvo entre P4 e P5, em que houve estabilidade do número de empregados totais.

A seguir, é apresentada tabela sobre produtividade por empregado:

Produtividade por Empregado (em número índice)

Período	Empregados ligados à produção	Produção	Produção por empregado ligado à produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	110,0	173,0	157,3
P3	50,0	172,6	345,2
P4	65,0	189,7	291,9
P5	75,0	191,1	254,9

A produtividade por empregado ligado à produção aumentou ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano (154,9%). Para os demais períodos foram registradas as seguintes transições: elevações de P1 para P2 (54,7%) e de P2 para P3 (119,5%), reduções de P3 para P4 (15,4%) e de P4 para P5 (12,7%).

No que concerne à valorização da massa salarial, a metodologia utilizada seguiu os mesmos critérios adotados na avaliação do número de empregados, com a exceção da mão de obra na linha de produção, uma vez que operacionalmente o sistema contábil da empresa atribui por centro de custo a quantidade de horas apropriadas de trabalho à produção, com o ajuste necessário para a atividade real empregada. Com base nisso, não houve necessidade de rateio para o custo de mão de obra envolvida na produção de MCP, diferente do executado no emprego.

As informações sobre a massa salarial relacionada à produção e à venda/administração de MCP da peticionária encontram-se apresentadas no quadro abaixo:

Massa Salarial (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	129,7	123,5	68,6	88,3
Administração e Vendas	100,0	102,1	117,4	121,5	86,6
Total	100,0	118,6	121,1	89,9	87,6

Sobre o comportamento do indicador de massa salarial dos empregados da linha de produção, em reais atualizados, observou-se aumento nos seguintes períodos: de P1 para P2 (29,7%) e de P4 para P5 (28,6%). Já nos demais períodos, houve comportamento distinto com as seguintes quedas: de P2 para P3 (4,7%¨), de P3 para P4 (44,4%). Tendo em conta o extremo do período de análise, registrou-se redução de 11,7%.

No tocante à massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas do produto similar, pode-se notar que houve redução de P4 para P5 (28,8%) e ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano (13,4%). Nos demais períodos, foram registrados aumentos entre P1 e P2 (2,1%), P2 e P3 (15%) e P3 e P4 (3,5%).

Com relação à totalidade da massa salarial relacionada à produção e à venda/administração de MCP, observou-se redução de 12,4% ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano. Ao longo dos períodos, constataram-se aumentos seguidos de P1 para P2 (18,6%) e de P2 para P3 (2,1%), enquanto que houve reduções de P3 para P4 (25,4%) e de P4 para P5 (2,6%).

7.6. Do demonstrativo de resultado

7.6.1. Da receita líquida

A tabela a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas estão deduzidas dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida (em número índice)

	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	Part.	Valor	Part.
P1	Confidencial	100,0	Confidencial	100,0	Confidencial
P2	Confidencial	148,8	Confidencial	85,5	Confidencial
P3	Confidencial	182,8	Confidencial	106,7	Confidencial
P4	Confidencial	160,7	Confidencial	148,9	Confidencial
P5	Confidencial	220,2	Confidencial	208,9	Confidencial

Conforme se verifica na tabela, ao longo de todo o período sob análise, a receita líquida no mercado interno sofreu retração somente entre P3 e P4, com queda de 12,1%. Foram constatados aumentos de 48,8% em P2, 22,8% em P3, e 37,0% em P5, sempre em relação ao período precedente. De P1 a P5, a receita com vendas internas mais que dobrou, experimentando incremento de 120,2%.

A receita líquida obtida com as exportações do produto similar teve retração de [confidencial]% entre P1 e P2, mas cresceu nos períodos seguintes, apresentando incrementos de [confidencial]% entre P2 e P3, de [confidencial]% entre P3 e P4, e de [confidencial]% entre P4 e P5. Considerando-se todo o período de análise, a receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou crescimento acumulado de [confidencial]%.

A receita líquida total apresentou comportamento semelhante ao da receita com vendas internas, tendo retração somente de P3 para P4 (-7,4%). Para os demais intervalos, os aumentos foram de 39,6% entre P1 e P2, 23,0% de P2 para P3, e de 37,5% de P4 para P5. Considerando-se o período de P1 para P5, verificou-se que a receita total cresceu 118,5%.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, constantes da tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas anteriormente.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (em número índice)

Período	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	106,0	102,0
P3	102,0	109,5
P4	104,6	109,8
P5	138,1	149,9

Ao longo do período de análise, verificou-se elevação do preço médio de venda no mercado interno, sendo que, de P4 para P5, esse preço subiu de forma expressiva, com aumento de 32,0%. Somente de P2 para P3 houve redução do preço, com queda de 3,7%. De P1 para P2, ocorreu aumento de 6,0%, e de P3 para P4, a alta no preço correspondeu a 2,5%. De P1 para P5, o preço médio das vendas internas teve aumento acumulado de 38,1%.

O preço de venda obtido com as vendas para o mercado externo cresceu de forma contínua ao longo de todo o período de análise, totalizando elevação de 49,9%. Assim como ocorreu com o preço médio de venda no mercado interno, o preço médio das exportações também cresceu de forma bem mais acentuada no último período, com aumento de 36,6% de P4 para P5. Em relação aos demais intervalos, os aumentos foram de 2,0% entre P1 e P2, 7,3% entre P2 e P3, e 0,3% entre P3 e P4.

Com o aumento dos preços, verificam-se crescimentos mais expressivos das receitas quando comparados aos aumentos nos volumes de vendas

7.6.3. Dos resultados e margens

Acerca dos demonstrativos de resultados referentes às vendas no mercado interno do produto similar fabricado pela indústria doméstica, a receita operacional líquida foi apurada com dedução dos valores referentes aos fretes.

Verificou-se que a ICL não considerou na apuração do CPV os custos fixos decorrentes de ociosidade (idle). Por se tratarem de custos efetivos, foram incorporados tais custos ao CPV para fins de análise dos demonstrativos de resultados.

As despesas operacionais foram rateadas conforme a participação da receita líquida obtida com a venda do produto similar no mercado interno sobre a receita operacional líquida da empresa.

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtidos com a venda do produto similar de fabricação própria da ICL no mercado interno, considerando-se os custos com ociosidade.

Demonstrativo de Resultados (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	148,8	182,8	160,7	220,2
CPV	100,0	131,7	167,3	141,8	175,6
Resultado Bruto	100,0	363,3	376,5	396,2	776,8
Despesas Operacionais	100,0	118,0	158,9	211,6	203,3
Despesas administrativas	100,0	104,6	121,1	136,2	113,7
Despesas com vendas	100,0	141,9	198,7	131,3	310,1
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	14,4	192,2	524,6	742,1
Outras despesas (OD)	100,0	(119,3)	(26,7)	(44,8)	(2.241,6)
Resultado Operacional	(100,0)	8,2	(47,0)	(116,6)	91,8
Resultado Operacional s/RF	(100,0)	9,1	(11,2)	(20,6)	189,1
Resultado Operacional s/RF e OD	(100,0)	8,2	(11,5)	(21,2)	170,9

Verificou-se contínuo crescimento do lucro bruto ao longo do período analisado, com aumentos de P1 para P2 (263,3%) e de P4 para P5 (96,0%). Nos demais intervalos o lucro bruto cresceu 3,6% de P2 para P3 e 5,2% de P3 para P4. Entre os extremos da série, constatou-se crescimento acumulado de 676,8%, ou seja, o lucro bruto em P5 foi quase [confidencial] vezes o valor verificado em P1. Além disso, nota-se que o lucro bruto em P5 foi quase o dobro do obtido em P4, período em que ocorreu o segundo maior lucro bruto da série.

Já em relação ao resultado operacional, foram verificados resultados negativos em P1, P3 e P4, sendo que neste último período, ocorreu o pior resultado. Em contrapartida, no período seguinte, verificou-se o melhor resultado operacional obtido pela indústria doméstica em todo o período analisado. Verifica-se ainda que o lucro operacional em P5 foi [confidencial] vezes maior que aquele auferido em P2.

Desconsiderando-se os resultados financeiros, continuaram sendo verificados resultados operacionais negativos em P1, P3 e P4. No entanto, constatou-se significativa melhora dos resultados em P4 e em P5, uma vez que ocorreu acentuado aumento das despesas financeiras nesses dois períodos em virtude da aquisição da empresa Fosbrasil (fornecedora de ácido fosfórico) pela ICL. Excluindo-se os resultados financeiros, verificou-se que o lucro operacional em P5 cresceu 142,2%, e que o prejuízo operacional em P4 reduziu-se em 79,2%.

Verifica-se que as outras despesas operacionais, líquidas de receitas (OD) totalizam montante significativo somente em P5. Desse modo não foram constatadas alterações significativas nos demais períodos ao serem desconsideradas tais despesas para fins de apuração dos resultados operacionais. Em P5, o lucro operacional sem resultado financeiro cai 10,4% ao serem excluídas os valores da rubrica "OD", visto que, nesse período, as receitas alocadas nessa rubrica superaram as despesas.

Encontram-se apresentadas na tabela seguinte as margens de lucro associadas aos resultados vistos anteriormente.

Margens de Lucro (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	244,1	206,0	246,6	352,8
Margem Operacional	100,0	5,5	25,7	72,6	41,7
Margem Operacional s/RF	100,0	6,1	6,1	12,8	85,9
Margem Operacional s/RF e OD	100,0	5,5	6,3	13,2	77,6

Conforme se pode observar, a margem bruta foi [confidencial] em todos os períodos, apresentando, sempre em relação ao período imediatamente anterior, aumento de [confidencial] p.p. em P2, redução de [confidencial] p.p. em P3 e incrementos de [confidencial] p.p. em P4, e de [confidencial] p.p. em P5. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 aumentou [confidencial] p.p. em relação a P1.

Verificou-se margem operacional [confidencial] em P1, P3 e P4, sendo que, em P1, ocorreu a pior margem operacional do período analisado. Embora a margem em P2 tenha sido [confidencial], somente em P5 foi obtida lucratividade operacional [confidencial].

Mesmo desconsiderando-se o resultado financeiro, as margens operacionais em P1, P3 e P4 permaneceram [confidencial]. No entanto, conforme já explicitado, devido aos montantes consideráveis de despesas financeiras incorridos em P4 e em P5, verifica-se melhora significativa nas margens operacionais obtidas em tais períodos, ao serem excluídos os resultados financeiros, com aumentos de [confidencial] p.p. em P4 e [confidencial] p.p. em P5.

Conforme já mencionado, as outras despesas líquidas de receitas (OD) representaram [confidencial]. Assim, para os demais períodos, não se verificam alterações consideráveis nas margens quando se exclui tais despesas. A margem operacional em P5 se reduz em [confidencial] p.p. ao se serem desconsideradas as outras despesas e receitas operacionais (OD).

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo de resultados para uma tonelada de produto similar vendido no mercado interno.

Demonstrativo de Resultados (em número índice)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	106,0	102,0	104,6	138,1
CPV	100,0	93,8	93,4	92,3	110,1
Resultado Bruto	100,0	258,8	210,2	258,0	487,1
Despesas Operacionais	100,0	84,1	88,7	137,8	127,4
Despesas administrativas	100,0	74,5	67,6	88,7	71,3
Despesas com vendas	100,0	101,1	111,0	85,5	194,4
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	10,2	107,3	341,6	465,3
Outras despesas (OD)	100,0	(84,9)	(14,9)	(29,2)	(1.405,5)
Resultado Operacional	(100,0)	5,8	(26,2)	(75,9)	57,6
Resultado Operacional s/RF	(100,0)	6,5	(6,2)	(13,4)	118,6
Resultado Operacional s/RF e OD	(100,0)	5,8	(6,4)	(13,8)	107,2

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ao se analisar o resultado bruto unitário das vendas internas de MCP, verificou-se aumento de 158,8% de P1 para P2, queda de 18,8% de P2 para P3, e retomada do crescimento nos períodos seguintes, com incrementos de 22,7% entre P3 e P4, e de 88,8% entre P4 e P5. Considerando os extremos da série, o resultado bruto unitário apresentou aumento de 387,1%.

Já em relação ao resultado operacional unitário, foram observados resultados [confidencial] em P1, P3 e P4, sendo que, em P1, ocorreu [confidencial] resultado operacional unitário do período analisado. Embora esse resultado tenha sido [confidencial] em P2, somente em P5 foi obtido montante significativo de lucro operacional por tonelada vendida.

Mesmo desconsiderando-se o resultado financeiro, os resultados operacionais unitários permaneceram [confidencial] em P1, P3 e P4. No entanto, conforme já explicitado, devido aos montantes consideráveis de despesas financeiras incorridos em P4 e em P5, verifica-se melhora significativa nos resultados operacionais unitários em tais períodos, ao serem excluídos os resultados financeiros, com redução de 79,2% no prejuízo operacional unitário em P4 e aumento de 142,2% no lucro operacional unitário em P5.

Conforme já mencionado, as outras despesas líquidas de receitas (OD) representaram montante [confidencial] somente em P5. Assim, para os demais períodos, não se verificam alterações consideráveis nos resultados unitários quando se exclui tais despesas. O resultado operacional unitário em P5 se reduz em 10,4% ao se serem desconsideradas as outras despesas e receitas operacionais (OD).

7.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1. Dos custos

Verificou-se que a ICL não incluiu os custos fixos decorrentes de ociosidade (idle) na planilha de custos de produção fornecida. Por se tratarem de custos efetivos, foram considerados tais custos na apuração dos custos de produção.

A tabela a seguir mostra a evolução dos custos médios de produção de MCP no período analisado.

Custo de Produção (em número índice)

---	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	100,0	97,3	88,9	94,2	116,0
Matéria-prima	100,0	115,8	111,7	95,2	142,5
Outros insumos	100,0	73,4	57,2	96,7	84,4
Utilidades	100,0	73,1	73,8	69,6	66,0
2 - Custos Fixos	100,0	74,6	80,0	63,2	88,4
Ociosidade	100,0	-	-	-	9,0
Outros Custos Fixos	100,0	132,5	142,0	112,3	150,0
3 - Custo de Produção (1+2)	100,0	90,0	86,0	84,2	107,1

Não obstante a redução contínua do custo de produção unitário de P1 a P4, verificou-se incremento de 7,1% de P1 para P5, visto que ocorreu crescimento acentuado do custo de produção unitário de P4 para P5, com aumento de 27,2%. Observaram-se quedas de 10,0% entre P1 e P2, de 4,4% entre P2 e P3, e de 2,0% entre P3 e P4.

Pode-se constatar que o aumento expressivo do custo unitário de produção entre P4 e P5 se deve, sobretudo, [confidencial] nesse intervalo. Tais custos cresceram 49,7% de P4 para P5.

7.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda no mercado interno ao longo do período de análise.

Participação do Custo de Produção no Preço de Venda (em número índice)

Período	Custo de Produção (A)	Preço no Mercado Interno (B)	(A) / (B)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	90,0	106,0	84,9
P3	86,0	102,0	84,3
P4	84,2	104,6	80,5
P5	107,1	100,0	77,6

Devido à redução contínua dos custos de produção entre P1 e P4, a participação desse custo no preço médio das vendas internas também caiu continuamente nesse intervalo, uma vez que não ocorreram variações nesse preço.

Já no último período, em que pese o aumento expressivo de 27,2% no custo de produção, verificou-se que o preço médio das vendas internas teve elevação ainda mais acentuada, subindo 32,0% de P4 para P5. Assim, verificou-se redução da participação do custo de produção nesse preço médio também em P5.

As quedas na participação do custo de produção no preço médio das vendas internas foram de [confidencial] p.p. em P2 de [confidencial] p.p. em P3, de [confidencial] p.p. em P4 e de [confidencial] p.p. em P5, sempre comparado ao período precedente, perfazendo redução acumulada de [confidencial] p.p. ao longo do período de análise.

7.8. Do fluxo de caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição de início da revisão. Ressalte-se que, devido à impossibilidade de se separar os valores relacionados somente ao produto similar de determinadas contas contábeis, o optou-se por considerar o valor total líquido gerado de caixa, ou seja, considerando a totalidade dos negócios da empresa.

Fluxo de Caixa (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	113,9	88,5	38,6	743,5
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	100,0	160,7	301,7	7.375,0	2.373,9
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	100,0	-	1.450,4	9,1
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	53,5	136,3	90,8	53,7

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa oscilou ao longo do período. A geração de caixa foi positiva em P2 e P3 e negativas nos demais períodos. Ressalte-se em P4 o efeito da aquisição da empresa produtora de ácido fosfórico Fosbrasil pela peticionária com reflexos significativos nas atividades de financiamento e de investimentos da ICL, representando, dessa forma, o esforço financeiro da empresa para integração produtiva de MCP.

7.9. Do retorno sobre os investimentos

A tabela a seguir mostra o retorno dos investimentos, calculado pela divisão do valor do lucro líquido relativo à totalidade dos negócios da indústria doméstica pelo valor do ativo total da peticionária, constante de suas demonstrações financeiras.

Retorno sobre os Investimentos (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	585,0	1.529,6	8.732,5	2.252,5
Ativo Total (B)	100,0	120,4	142,8	407,3	472,6
Retorno (A/B)	100,0	485,9	1.070,9	2.143,9	476,7

Observou-se que a taxa de retorno sobre os investimentos foi positiva em todos os períodos de revisão de dano. Além disso, conforme explicado no item anterior, observa-se a evolução dos ativos totais da empresa a partir de P4, refletindo significativamente no retorno de investimentos na transição de P3 para P4. Dessa forma, com exceção de P4 para P5 em que houve queda de [confidencial] p.p., tal índice apresentou crescente evolução: de P1 para P2 ([confidencial] p.p.), de P2 para P3 ([confidencial] p.p.), de P3 para P4 ([confidencial] p.p.) Ao se considerar os extremos da série, o retorno sobre os investimentos constatado em P5 foi superior ao retorno verificado em P1 em [confidencial] p.p.

7.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	97,8	89,8	16,2	29,4
Índice de Liquidez Corrente	100,0	125,5	140,8	86,4	68,1

O índice de liquidez geral caiu 2,3% de P1 para P2, e 8,1% de P2 para P3. Já em P4, verificou-se redução acentuada de 81,8% em relação a P3, devido à aquisição da Fosbrasil. Embora tenha ocorrido aumento de 80,0% de P4 para P5, o índice nesse último período foi bem inferior ao dos três primeiros. De P1 para P5, verificou-se queda acumulada de 70,5%.

Já o índice de liquidez corrente cresceu 25,6% de P1 para P2 e 12,3% de P2 para P3, caindo nos períodos seguintes, com quedas de 38,7% entre P3 e P4, e de 21,1% entre P4 e P5. De P1 a P5, esse indicador declinou 31,8%.

7.11. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

Incialmente, verificou-se que o volume vendido no mercado interno cresceu 59,5% de P1 para P5, enquanto que o mercado brasileiro se expandiu 12,8% nesse mesmo intervalo. Com isso, a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro passou de 58,6% em P1 para 82,9% em P5.

Constatou-se ainda que o preço médio das vendas no mercado interno se elevou em 38,1% de P1 para P5. Desse modo, a receita líquida obtida em tais vendas teve crescimento ainda mais acentuado que o já expressivo crescimento do volume vendido. De P1 para P5, essa receita cresceu 120,2%, ou seja, mais que dobrou.

O volume produzido apresentou crescimento substancial de 91,1% entre P1 a P5. Com isso, o grau de ocupação da capacidade instalada subiu de 73,3% em P1 para 93,9% em P5.

O lucro bruto obtido pela indústria doméstica em P5 correspondeu a quase [confidencial] o lucro bruto auferido em P1 e a quase [confidencial] do obtido em P4, sendo que a margem bruta [confidencial] p.p. de P1 para P5 e [confidencial] p.p. de P4 para P5.

Em relação aos resultados operacionais, a indústria doméstica passou a ter [confidencial] em P5. Embora tenham ocorrido [confidencial] em P3 e P4, verifica-se que, ao serem desconsiderados os resultados financeiros, tais [confidencial] ocorrem em montantes [confidencial] ao de P1, principalmente quando comparados às receitas de vendas.

Desse modo, constatou-se [confidencial] dos indicadores da indústria doméstica no período de vigência do direito antidumping.

8. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da revisão durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Conforme o exposto no item 7, constatou-se comportamento positivo dos indicadores da indústria doméstica no período de vigência do direito antidumping. De P1 para P5, o volume vendido no mercado interno cresceu 59,5%. Uma vez que, nesse mesmo intervalo, o mercado brasileiro se expandiu em somente 12,8%, a participação da indústria doméstica nesse mercado, que equivalia a 58,6% em P1, passou para 82,9% em P5.

Ademais, o preço médio das vendas no mercado interno se elevou em 38,1% de P1 para P5. Esse fato, conjugado ao aumento do volume de vendas, gerou um incremento, nesse intervalo, de 120,2% na receita líquida obtida em tais vendas, ou seja, essa receita [confidencial] entre P1 e P5.

Verificou-se ainda que o lucro bruto obtido pela indústria doméstica em P5 correspondeu a quase [confidencial] o lucro bruto auferido em P1, sendo que a margem bruta [confidencial] p.p. de P1 para P5.

Em relação aos resultados operacionais, a indústria doméstica passou a ter [confidencial] em P5. Embora tenham ocorrido [confidencial] em P3 e P4, verifica-se que, ao serem desconsiderados os resultados financeiros, tais [confidencial] ocorrem em [confidencial] ao de P1, principalmente quando comparados às receitas de vendas.

Conclui-se dessa forma que, ao longo do período de vigência do direito antidumping, a indústria doméstica não sofreu dano, o que demonstra a eficácia do direito. No entanto, considerando-se [confidencial], em virtude de o MCP se tratar de uma commodity, e tendo-se em conta o potencial exportador da Argentina, pode-se concluir haver indícios de que a não prorrogação do direito antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dano à indústria doméstica.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o volume dessas importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Conforme observado no item 6, não foram identificadas importações objeto do direito antidumping em P4 e em P5. Verificou-se ainda redução do volume importado em P3, quando comparado aos períodos anteriores. Assim, a melhora nos indicadores da indústria doméstica corrobora a conclusão da investigação original de que as importações originárias da Argentina estavam causando dano à indústria doméstica.

Verificou-se na investigação original que, no período de abril de 2003 a março de 2004, a Argentina exportou para o Brasil [confidencial] toneladas de MCP. Esse montante representa 36% do mercado brasileiro em P5 e mais de [confidencial] o volume importado em P2, período em que ocorreu o maior volume de importações originárias da Argentina dentre os períodos analisados na presente revisão. Caso tais importações retomassem o volume observado na investigação original, a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro, mesmo na ausência de importações de outras origens, cairia para 64%.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Porém, considerando a capacidade de exportação da Argentina para o Brasil, a qual se encontra preparada em termos comerciais de disponibilidade e de infraestrutura logística no Brasil, pode-se concluir haver indícios de que, no caso de extinção do direito em vigor, as importações originárias da Argentina muito provavelmente seriam retomadas em volumes consideráveis, o que ocasionaria o retorno do dano à indústria doméstica.

8.3. Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações sujeitas ao direito sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto importado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, verificada quando as importações sob análise impedem, de forma relevante, o aumento de preços que teria ocorrido na ausência de tais importações devido ao aumento de custos.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da Argentina, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB.

Em seguida foram adicionados as despesas de internação e o direito antidumping. Não há cobrança de imposto de importação nas transações entre países membros do Mercosul envolvendo MCP e, tendo em vista que as exportações desse produto da Argentina para o Brasil se dão por via terrestre, o AFRMM também não é devido.

As despesas de internação foram apuradas com base em cotação da empresa [confidencial] que realiza transporte de fosfatos entre Brasil e Argentina. Uma vez que a cotação foi fornecida no início do ano corrente, os valores foram deflacionados para os períodos em que ocorreram importações originárias da Argentina, utilizando-se o IPA-OG-Produtos Industriais.

Em relação ao direito aplicado, a conversão para reais foi feita com base na taxa média de câmbio de cada período.

Por fim, os preços internados do produto objeto do direito antidumping, em reais, foram atualizados com base no IPA-OG, para fins de comparação com os preços da indústria doméstica, também atualizados.

As tabelas a seguir demonstram os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos no período de revisão.

Preço CIF internado do produto objeto do direito antidumping
(em número índice)

	P1	P2	P3
Preço CIF	100	110,6	126,2
Imposto de Importação	-	-	-
AFRMM	-	-	-
Despesas de Internação	100	104,4	111,1
Direito Antidumping	100	116,7	129,0
Preço CIF Internado	100	111,0	126,3

Comparação entre os preços do produto objeto do direito antidumping e do produto similar nacional
(em número índice)

	P1	P2	P3
Preço CIF Internado	100	106,3	113,7
Preço Ind. Doméstica	100	106,0	102,0
Subcotação	100	73,2	(1309,7)

Nos períodos em que ocorreram importações originárias da Argentina, constatou-se que, em P3, não ocorreu subcotação do preço médio CIF internado no Brasil do produto objeto do direito antidumping em relação ao preço da indústria doméstica.

Para fins de se averiguar a possiblidade de retomada de dano à indústria doméstica, na hipótese de extinção do direito antidumping, comparou-se o preço da indústria doméstica com o preço do produto objeto do direito antidumping internado no Brasil, desconsiderando-se o direito, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Comparação entre os preços do produto objeto do direito antidumping e do produto similar nacional
(em número índice)

	P1	P2	P3
Preço CIF Internado, exclusive direito	100,00	105,90	113,56
Preço Ind. Doméstica	100,00	106,01	102,04
Subcotação	100,00	107,45	(45,21)

Nos períodos em que ocorreram importações originárias da Argentina, verificou-se subcotação do preço CIF internado de tais importações em relação ao preço da indústria doméstica de 7,3% em P1 e de 7,4% em P2. Já em P3, não foi verificada subcotação. Cabe acrescentar que, nesse último período, o volume importado foi inferior ao dos períodos anteriores.

Assim, pode-se observar a existência de indícios de que, muito provavelmente ocorrerá subcotação do preço do produto importado em relação ao preço do produto similar fabricado pela indústria doméstica, o que terá por efeito a depressão e/ou supressão do preço do similar nacional, levando, por conseguinte, à retomada do dano à indústria doméstica.

8.4. Do impacto provável das importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica

Consoante art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável das importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Conforme explicitado no item 5.2, as exportações de MCP da Argentina para terceiros mercados vem caindo ao longo dos últimos anos, muito provavelmente em razão do aumento das exportações de novos players no cenário mundial, sobretudo a China.

Desse modo, considerando-se a queda das exportações argentinas de MCP, muito embora mantida a capacidade de produção de MCP prevista na revisão anterior, observa-se provável crescimento da capacidade ociosa, o que se traduz em maior potencial exportador da Argentina para o Brasil, sobretudo em virtude de menores custos de transporte e ausência de imposto de importação nas exportações para o Brasil, além da infraestrutura logística de distribuição do produtor/exportador argentino consolidada na importação.

A capacidade instalada de MCP da Argentina é estimada em [confidencial] toneladas, sendo-se que o mercado brasileiro em P5 foi inferior a [confidencial] toneladas. Assim, pode-se constatar que a capacidade argentina é consideravelmente superior a todo o mercado brasileiro.

No período de abril de 2003 a março de 2004, a Argentina exportou para o Brasil [confidencial] toneladas de MCP, o que representa 36% do mercado brasileiro em P5. Porém, com base nas evidências expostas anteriormente, pode-se concluir que o potencial exportador atual da Argentina é, muito provavelmente, superior ao do período mencionado. Assim, considerando que não ocorreu retração do mercado brasileiro em relação àquele período, pode-se concluir que, na hipótese de extinção do direito, as exportações da Argentina para o Brasil, muito provavelmente retomarão em volumes consideravelmente maiores que os observados no período de abril de 2003 a março de 2004.

Cabe acrescentar que, na última revisão de final de período, a Argentina aumentou significativamente em P4 e em P5 as exportações para o Brasil do produto objeto do direito antidumping, mesmo na vigência do direito. Tais exportações cresceram 349% de P3 para P4 e 73% de P4 para P5, atingindo [confidencial] toneladas nesse último período.

Todos os fatores expostos nesse item indicam que, caso não seja prorrogado o direito antidumping em vigor, a Argentina, muito provavelmente, retomará as exportações a preços de dumping para o Brasil em curto espaço de tempo, e em volume considerável, o que ocasionará a retomada do dano à indústria doméstica.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

Conforme exposto no item anterior, as exportações totais de MCP da Argentina vem decrescendo de forma acentuada, em virtude sobretudo do forte aumento das vendas externas da China, a qual vem deslocando o produto argentino de terceiros mercados. Tais circunstâncias indicam que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, as exportações desse país para o Brasil muito provavelmente poderão ser realizadas em magnitude suficiente para que ocorra o retomada do dano à indústria doméstica.

O mercado brasileiro expandiu-se em 12,8% de P1 a P5. Presumindo-se a mesma taxa de expansão para os próximos 5 anos, tem-se ao final do período um consumo interno de [confidencial] toneladas. Tal consumo permanecerá bem inferior à capacidade instalada da Argentina. Assim, nos próximos 5 anos, esse país, muito provavelmente, manterá potencial exportador suficiente para causar dano à indústria doméstica, na hipótese de extinção do direito.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Inicialmente, cabe analisar o comportamento das importações oriundas das outras origens não sujeitas ao direito antidumping. Uma vez que a indústria doméstica realizou importações de algumas dessas origens, torna-se necessária a exclusão dessas operações para se avaliar a probabilidade de as importações de outras origens causarem dano à indústria doméstica, caso o direito não seja prorrogado.

A tabela a seguir apresenta os volumes importados de outras origens não sujeitas ao direito antidumping, após a exclusão das importações da indústria doméstica.

Importações de Outras Origens, exceto Indústria Doméstica (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	16,5	14,5	19,3	31,8
Estados Unidos	100	46,1	25,6	31,7	23,7
Hong Kong	-	-	-	100,0	316,7
México	100	-	-	-	-
Total Demais Origens	100	29,4	19,0	24,4	27,5

O volume importado de outras origens apresentou redução acentuada entre P1 e P3, com queda de 70,6% de P1 para P2 e de 35,4% de P2 para P3. A despeito do crescimento de tais importações nos períodos seguintes, o volume importado em P5 foi 6,5% inferior ao de P2 e 72,5% menor que o de P1. Ademais, a participação dessas importações no mercado brasileiro correspondeu a somente 8,7%, contra 10,5% em P2 e 35,9% em P1. Esse comportamento indica que, muito provavelmente, essas importações não causarão dano à indústria doméstica na hipótese de extinção do direito antidumping.

Com relação ao desempenho exportador da indústria doméstica, embora tenha ocorrido aumento de 39,3% no volume exportado de P1 para P5, constatou-se que a participação das vendas externas no volume total de vendas correspondeu a somente 14,4% em P5. Ademais, a indústria doméstica sempre operou com capacidade ociosa. Mesmo com a redução dessa ociosidade ao longo do período de revisão, verificou-se que, em P5, a capacidade ociosa representou 46% do total exportado.

Desse modo, não se mostra provável que as exportações irão prejudicar o desempenho das vendas internas, caso o direito não seja prorrogado. Além disso, o aumento do volume exportado gera ganhos de escala e produtividade, com redução dos custos fixos e, por conseguinte, elevação da lucratividade.

Não foram observados outros fatores que provavelmente possam causar dano à indústria doméstica na hipótese de não prorrogação do direito. Em primeiro lugar, não houve alterações nas condições de demanda do produto sujeito ao direito, dado que o mercado brasileiro apresentou crescimento de 12,8% de P1 para P5. Além disso, não foram observados progressos tecnológicos ou impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos, já que a alíquota do imposto de importação para o produto objeto do direito, assim como as preferências tarifárias, se mantiveram inalteradas durante todo o período de revisão. Ademais, tampouco se observaram práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e à concorrência entre eles. Cabe acrescentar ainda que o consumo cativo não se mostrou significativo, representando somente 0,2% do consumo nacional aparente ao longo de todo o período de revisão.

Ante o exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que, caso a medida antidumping não seja renovada, o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica não afastará eventual dano a ser retomado em razão de tais importações.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de retomada do dano

Concluiu-se que, para fins de início desta revisão, há indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, as exportações de MCP da Argentina para o Brasil, realizadas provavelmente a preços de dumping, serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo, o que, muito provavelmente, levaria à retomada do dano à indústria doméstica causado pela prática desleal de comércio.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Propõe-se, dessa forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de fosfato monocálcico mono-hidratado, grau alimentício (MCP), comumente classificadas no subitem 2835.26.00 da NCM, originárias da Argentina, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CIRCULAR Nº 62, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º e 72, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52272.001753/2015-21, decide:

Pprorrogar por até oito meses, a partir de 21 de outubro de 2016, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de barras chatas de aço ligado, usualmente classificadas no item 7228.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 82, de 18 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 21 de dezembro de 2015.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 472, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

A SUPERINTENDENTE, DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução N.º 390, de 31 de agosto de 2001, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 2º, e os termos do Parecer Técnico de Análise N.º 013/2016 - SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa J. A. OLIVEIRA PEIXOTO - EPP, (CNPJ 15.816.051/0001-63) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise N.º 013/2016 - SPR/CGPRI, para a prestação de serviço de ALUGUEL DE CAÇAMBA E DE RECICLAGEM DE RESIDUOS DE PRODUTOS DIVERSOS, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

III - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

PORTARIA Nº 473, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, Inciso III e os termos do Parecer Técnico de Projeto n.º 121/2016 - SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa BOREO INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA., CNPJ: 25.096.598/0001-95 na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 121/2016 - SPR/CGPRI, para produção de PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA) - cód. Suframa 0361; BATERIA PARA TELEFONE CELULAR - cód. Suframa 0636 e UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - SOLID STATE DRIVE), - cód. Suframa 2066 recebendo os benefícios fiscais previstos no Artigo 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º ESTABELECER que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos constantes do Art. 1° desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do §1º, do Art. 7º, do Decreto-Lei n.º 288/67, nos termos do §1º, do Art. 2º, da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação dos produtos constante no Art. 1º desta Portaria, em:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	1,049,729,584	1,134,426,592	1,229,389,904
BATERIA PARA TELEFONE CELULAR	4,270,864	4,724,643	5,205,115
UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - SOLID STATE DRIVE)	2,159,595	2,048,700	1,790,205
Total	1,056,160,043	1,141,199,935	1,236,385,224

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), do Processo Produtivo Básico definido nas Portarias Interministeriais nº 216-MDIC/MCTI, de 20 de novembro de 2006;

II o cumprimento, quando da fabricação do produto BATERIA PARA TELEFONE CELULAR, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial nº 71 - MDIC/MCTI, de 29 de fevereiro de 2012;

III o cumprimento, quando da fabricação do produto UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - SOLID STATE DRIVE), do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 286, de 11 de novembro de 2014, com a alteração promovida em seu Art. 3º pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 246, de 23 de julho de 2015.;

IV a aplicação, decorrente da comercialização e do incentivo concedido aos produtos constantes do Art. 1° desta Portaria, em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), nos termos da legislação pertinente a bens de informática fabricados na Zona Franca de Manaus;

V o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

VI a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

VII o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 953, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 05/10/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 05/10/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.003014/2016-31
Proponente: Federação de Automobilismo do Distrito Federal
Título: Talento Automobilístico do Distrito Federal, Velocidade, Modalidade Campeonato Brasileiro de Turismo 2016 Raphael Reis
Registro: 02DF029192008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.481.027/0001-92
Cidade: Brasília UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 819.000,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3478 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 52755-6
Período de Captação até: 26/01/2017

2 - Processo: 58701.003690/2015-26
Proponente: Federação de Automobilismo do Distrito Federal
Título: Talento Automobilístico do Distrito Federal Modalidade Fórmula 3 Européia Pedro Cardoso 2017
Registro: 02DF029192008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.481.027/0001-92
Cidade: Brasília UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 4.023.374,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3478 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 51615-5
Período de Captação até: 26/02/2017

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 238, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso V, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº 04926.000186/2016-91, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação à Sra. Maria Aparecida Bernardo, do imóvel de propriedade da União, classificado como dominial, localizado à Rua Ana Neri, nº 75, Centro, Município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, com área total de 195,00 m², inscrito sob o RIP nº 4373.0100001-23 e devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Boa Esperança sob a Matrícula nº 27.159, Livro nº 2.

Parágrafo único. A área a que se refere o caput apresenta as características e confrontações descritas no memorial descritivo constante no processo em epígrafe.

Art. 2º A doação a que se refere o artigo 1º destina-se à regularização fundiária, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel, que deve comprovar renda familiar não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 3º Fica a beneficiária impedida de alienar o imóvel por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data da assinatura do contrato de doação, o que deverá estar expresso em cláusula contratual.

Art. 4º A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito da donatária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEYTON DOMINGUES DE MOURA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 7 de outubro de 2016

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0301/2016 de 04/10/2016, 0304/2016 de 05/10/2016 e 0305/2016 de 06/10/2016, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039007440201690 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: BRADY WAGONER Data Nascimento: 19/09/1980 Passaporte: 422102237 País: DINAMARCA Mãe: MARCIA WAGONER Pai: ROBERT WAGONER; Processo: 47039008418201667 Empresa:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Eduardo José Tavares Lopes Data Nascimento: 25/10/1968 Passaporte: N981821 País: PORTUGAL Mãe: Maria da Penha Monserrate Tavares Pai: Artur José Coelho Lopes.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039008064201651 Empresa: M.ROSCOE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUANGXING QI Data Nascimento: 17/10/1987 Passaporte: E67423317 País: CHINA Mãe: FengRong Zhang Pai: EnGui QI; Processo: 47039008071201652 Empresa: M.ROSCOE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHUAI MA Data Nascimento: 21/11/1983 Passaporte: E60407595 País: CHINA Mãe: GUIRONG ZHANG Pai: XINQI MA; Processo: 47039008093201612 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFANIE KASPAR Data Nascimento: 26/05/1980 Passaporte: C4KHMX7HW País: ALEMANHA Mãe: WALTRAUD KASPAR Pai: HERMANN JOSEF KASPAR; Processo: 47039008255201612 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERONIKA SCHÄLLERT Data Nascimento: 25/03/1987 Passaporte: C1WVVFTFW País: ALEMANHA Mãe: ANDREA SCHÄLLERT Pai: MANFRED SCHÄLLERT; Processo: 47039008326201687 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANLING XIONG Data Nascimento: 21/01/1986 Passaporte: G37751320 País: CHINA Mãe: SHIRONG LUO Pai: YISEN XIONG; Processo: 47039008094201667 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CECILIA MARIE LATAPIE Data Nascimento: 05/10/1992 Passaporte: 507506494 País: EUA Mãe: JOYCE MARIE LATAPIE Pai: PHILIPPE LATAPIE; Processo: 47039008122201646 Empresa: UNIDADE TECNICA - PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Maria del Carmen Garduño Fombuena Data Nascimento: 26/03/1976 Passaporte: PAC606062 País: ESPANHA Mãe: María Isabel Fombuena Escudero Pai: Antonio Garduño Rubio; Processo: 47039008223201617 Empresa: FAIVELEY TRANSPORT DO BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Leman Antonio Balza Suarez Data Nascimento: 14/10/1982 Passaporte: 107070393 País: VENEZUELA Mãe: Maria Eugenia Suarez de Balza Pai: Carlos Claret Balza Martinez; Processo: 47039008240201654 Empresa: KPMG CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUST GATIUS GOMEZ Data Nascimento: 13/08/1992 Passaporte: PAC289635 País: ESPANHA Mãe: MARIA TERESA GOMEZ CARDELUS Pai: JUST GATIUS GOMEZ; Processo: 47039008295201664 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASAHITO USHIJIMA Data Nascimento: 18/04/1980 Passaporte: TR6572383 País: JAPÃO Mãe: SACHIKO USHIJIMA Pai: NORIHITO USHIJIMA; Processo: 47039008298201606 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUHIRO TOKUDA Data Nascimento: 21/08/1988 Passaporte: TK1218933 País: JAPÃO Mãe: FUMIKA TOKUDA Pai: NOBUHIRO TOKUDA; Processo: 47039008306201614 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKESHI HORIUCHI Data Nascimento: 11/03/1971 Passaporte: TH3010930 País: JAPÃO Mãe: Yuriko Horiuchi Pai: Kiichi Horiuchi; Processo: 47039008305201661 Empresa: SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD WALTER PABON Data Nascimento: 29/07/1971 Passaporte: 516207846 País: EUA Mãe: Hortensia Salazar Pai: Ricardo Pabon; Processo: 47039008309201640 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RIKIYA MAKINO Data Nascimento: 10/05/1979 Passaporte: TK7755857 País: JAPÃO Mãe: MICHIYO MAKINO Pai: MITSUFUMI MAKINO; Processo: 47039008311201619 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Per Einar Weiseth Data Nascimento: 24/04/1964 Passaporte: 31403784 País: NORUEGA Mãe: Eldbjorg Weiseth Pai: Einar Weiseth; Processo: 47039008313201616 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEIICHI TAKAHATA Data Nascimento: 10/12/1989 Passaporte: TR6470298 País: JAPÃO Mãe: KANEYO TAKAHATA Pai: AKIRA TAKAHATA; Processo: 47039008316201641 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOSHITAKA IIDA Data Nascimento: 15/04/1990 Passaporte: TR3929277 País: JAPÃO Mãe: NARUMI IIDA Pai: AKINOBU IIDA; Processo: 47039008329201611 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NADINE GHANDOUR Data Nascimento: 24/05/1990 Passaporte: 14DP14611 País: FRANÇA Mãe: JOCELYNE ZIADÉ Pai: KHALIL GHANDOUR; Processo: 47039008331201690 Empresa: BUHLER SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN LUTZ Data Nascimento: 03/05/1984 Passaporte: X3099170 País: SUIÇA Mãe: VERENA LUTZ Pai: KARL LUTZ; Processo: 47039008335201678 Empresa: COVESTRO INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN JOSE FARIA LOPEZ Data Nascimento: 25/04/1984 Passaporte: 123301600 País: VENEZUELA Mãe: Luisa Teresa Coromoto Lopez de Faria Pai: Jose Abilio Faria Moniz; Processo: 47039008340201681 Empresa: TOSHIBA AMERICA DO SUL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: TOSHIYUKI KIBE Data Nascimento: 15/03/1968 Passaporte: TR3400863 País: JAPÃO Mãe: MIEKO KIBE Pai: TOSHIYUKI KIBE; Processo: 47039008342201670 Empresa: CRISTIANE FERNANDES ZAGOL - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexandra Knowles Data Nascimento: 02/07/1991 Passaporte: 801859087 País: INGLATERRA Mãe: LYNN KNOWLES Pai: PATRICK KNOWLES; Processo: 47039008345201611 Empresa: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CATARINA ISABEL SIMÕES CRAVEIRO Data Nascimento: 02/03/1981 Passaporte: N631463 País: PORTUGAL Mãe: GRAÇA MARIA SALGADO LOPES SIMÕES CRAVEIRO Pai: EVARISTO MATIAS GIRÃO CRAVEIRO; Processo: 47039008361201604 Empresa: MAREL BRASIL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SYLVAIN BLANCHON FREY Data Nascimento: 31/12/1977 Passaporte: 08CT45184 País: FRANÇA Mãe: MURIELLE BLANCHON Pai: CHRISTIAN FREY; Processo: 47039008375201610 Empresa: SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sabrina Nina Wulf Data Nascimento: 12/08/1985 Passaporte: CH1HNC2RN País: ALEMANHA Mãe: Sabine Wulf Pai: Ali Dener; Processo: 47039008393201600 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRIQUE MANUEL VARELA CORREIA Data Nascimento: 22/11/1972 Passaporte: M441271 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DOMINGOS VARELA CORREIA Pai: HENRIQUE DOS ANJOS CORREIA.

Temporário - Com Contrato - RN 121 - Resolução Normativa, de 08/03/2016:

Processo: 47039007492201666 Empresa: VITORIA FUTEBOL CLUBE Prazo: até 31/07/2017 Estrangeiro: Thimur Khadzhi Muradov Data Nascimento: 24/01/1994 Passaporte: 710962614 País: RÚSSIA Mãe: Ludmila Hadzhi Muradova Pai: Oleg Hadzhi Muradov.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039008371201631 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: André Pierre Marie PORTALIS Passaporte: 16CC26566.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039006289201672 Empresa: NEOPUL - SOCIEDADE DE ESTUDOS E CONSTRUCOES S.A. DO BRASIL. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Mário Rui Alves Maia Passaporte: N451288; Processo: 47039007552201641 Empresa: C.I.I.B - CENTRO DE INTEGRACAO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROMAIN PIERRE RAPHAEL PALAZ Passaporte: 11CV14983; Processo: 47039007586201635 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS ALLISON FOSTER Passaporte: 467897537; Processo: 47039007630201615 Empresa: AIR MOVIE TAXI AEREO E SERVICOS AEREOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL FRED LAWSON Passaporte: 462735730; Processo: 47039007631201651 Empresa: AIR MOVIE TAXI AEREO E SERVICOS AEREOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY REUBEN CHEEK Passaporte: 540426471; Processo: 47039007635201630 Empresa: GF DO BRASIL SERVICO DE SISTEMAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO BERTONE Passaporte: YA5223116; Processo: 47039007637201629 Empresa: GF DO BRASIL SERVICO DE SISTEMAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIELE ROMANO Passaporte: YA4898705; Processo: 47039007662201611 Empresa: KIA MOTORS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG JIN CHO Passaporte: M88617421; Processo: 47039007792201645 Empresa: MOURIK BRASIL SERVICOS DE MANUTENCAO INDUSTRIAL E MARITIMO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RIZAL BIN MOHAMMAD SALIM Passaporte: E5698354D; Processo: 47039007917201637 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAWID PIOTR LAGWA Passaporte: EE3393556; Processo: 47039007920201651 Empresa: DMG MORI BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OLAF KRUEGER Passaporte: C7K1M7T1J; Processo: 47039007921201603 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PARTHIPAN ANANDHAN Passaporte: Z2190577; Processo: 47039007951201610 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: CHRISTIAN ÜBNER Passaporte: C6NPN16RJ; Processo: 47039007964201681 Empresa: CELLINI DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMO LASORELLA Passaporte: YA7943556; Processo: 47039007968201669 Empresa: NEOPUL - SOCIEDADE DE ESTUDOS E CONSTRUCOES S.A. DO BRASIL. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO MARTINS FERREIRA Passaporte: M222973; Processo: 47039008107201606 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SURENDRA SADASHIV PAWAR Passaporte: Z2231039; Processo: 47039008110201611 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIRK WEBER Passaporte: C6YRLG51V; Processo: 47039008117201633 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKUS GOERTZ Passaporte: 503137160; Processo: 47039008207201624 Empresa: JDA SOLUTION DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Omar Martin Cueva Arenas Passaporte: C456742; Processo: 47039008225201614 Empresa: ALUMICENTRO IMPORTACAO E COMERCIO EIRELI - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERHAN BERKER Passaporte: U09319715; Processo: 47039008236201696 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Harald Schrey Passaporte: C5L2CFJ1X; Processo: 47039008241201607 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARMIN KARL WELSCH Passaporte: CG4N0PWW1; Processo: 47039008260201625 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LASSE MIKAEL TURA Passaporte: PU0898857; Processo: 47039008265201658 Empresa: YOROZU AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: OSAMU SOMA Passaporte: TH7446320; Processo: 47039008273201602 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CESAR CLAUDIO DORIA MEDINA CORTEZ Passaporte: 4002214; Processo: 47039008283201630 Empresa: BEADELL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD WINSTON SWARTS Passaporte: E3036383; Processo: 47039008284201684 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 23/05/2017 Estrangeiro: PIERRE CASSEREAU Passaporte: 12DI88524; Processo: 47039008286201673 Empresa: CHAPLEAU EXPLORACAO MINERAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW BROOKS CARSTENSEN Passaporte: 505600293; Processo: 47039008287201618 Empresa: CHAPLEAU EXPLORACAO MINERAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO LEON SALDAÑA Passaporte: 6286540; Processo: 47039008288201662 Empresa: CHAPLEAU EXPLORACAO MINERAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCIANO MATIAS BOCANEGRA Passaporte: AAB045800; Processo: 47039008289201615 Empresa: CHAPLEAU EXPLORACAO MINERAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIOTR LUTYNSKI Passaporte: GK990667; Processo: 47039008292201621 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Giovanni Maceratini Passaporte: YA0256619; Processo: 47039008291201686 Empresa: IDF BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE SISTEMAS DE INSPECAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOE RODRIGUEZ CONTRERAS Passaporte: G10486961; Processo: 47039008294201610 Empresa: FAMAVAL EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL TAVARES FONSECA DE OLIVEIRA Passaporte: M928458; Processo: 47039008308201603 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EZEQUIEL BULANT Passaporte: AAB823916; Processo: 47039008318201631 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL SWACZINA Passaporte: C2CYCZ6RG; Processo: 47039008344201669 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD TUFTS Passaporte: 099092334; Processo: 47039008346201658 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kurt Russell Morris Passaporte: 801469459; Processo: 47039008348201647 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Iulian Dragusin Passaporte: 052732455; Processo: 47039008350201616 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marek Adam Rozycki Passaporte: EA6364177; Processo: 47039008352201613 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Antony Jason Lewis Passaporte: 503996824.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039008155201696 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIANA CAROLINA ARRASCUE ESTRADA Passaporte: 6653816; Processo: 47039008395201691 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIULIO GRASSELLI Passaporte: YA7833707 Estrangeiro: VINCENZO PATAMIA Passaporte: YA1564775; Processo: 47039008401201618 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO FRANCIS ANDRADE Passaporte: H4340201 Estrangeiro: ARLES EPIMENIO MEJIA Passaporte: E321593 Estrangeiro: CAMILO FERNANDES Passaporte: G9962308 Estrangeiro: CLIFTON HUBERT LUIS Passaporte: K1757880 Estrangeiro: DAZMAND JOHN FERNANDES Passaporte: H8999596 Estrangeiro: FRANCISCO MORGADO RODRIGUEZ Passaporte: AAI970875 Estrangeiro: FROYLAN BUSTILLO EUCEDA Passaporte: C407754 Estrangeiro: GNANAMUTHU SEENIVASAN Passaporte: G5798454 Estrangeiro: IVAYLO IVANOV LAZAROV Passaporte: 382997320 Estrangeiro: JOSE OVIDIO REYES MEJIA Passaporte: E507003 Estrangeiro: MARCO ANTONIO CASTRO GARCIA Passaporte: Z043667 Estrangeiro: MICHEAL ANANDARAO PEERUJATI Passaporte: G9947060 Estrangeiro: OSCAR ARMANDO OCAMPO VASQUEZ Passaporte: C250647 Estrangeiro: PATRICIA FABIANA GOMEZ CASTRO Passaporte: AAE517650 Estrangeiro: REINALDO ACOSTA VERDE Passaporte: E250177 Estrangeiro: SHINGAMPHI MUNGLENG Passaporte: G8825344 Estrangeiro: VENKATA SAI KOUNDINYA GEDDAM Passaporte: M7468601; Processo: 47039008412201690 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO DIAZ PENA Passaporte: PE103675 Estrangeiro: ARIF MEHBOOB SHAIKH Passaporte: K3553291 Estrangeiro: ASHISH ASHOK KOLI Passaporte: J9082401 Estrangeiro: EDWIN ROBERTO ESCOBAR ROLDAN Passaporte: 234493798 Estrangeiro: PRASHANTH ROBART HORTA Passaporte: M8185377 Estrangeiro: SOLOMON PUTHUSSERY THAZHATHAPURAM SHAJU Passaporte: H5852581 Estrangeiro: TUSHAR NAVANATH DAVANE Passaporte: M0091985.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041005422201624 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: Akshay Malhotra Passaporte: H8242729 Estrangeiro: Fortunato Duardo Alcagno Passaporte: EC3936605 Estrangeiro: Justine Coton Ranara Passaporte: EC6776118 Estrangeiro: Marco Frederick Castillo Arquillo Passaporte: EC7390299 Estrangeiro: Roel Beron Tago-On Passaporte: EC3419912 Estrangeiro: Rollie Sitchon Lotoc Passaporte: EC4605286; Processo: 47041005654201682 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JOSE ANGEL VILLANUEVA DOMINGUEZ Passaporte: AAJ700102 Estrangeiro: JUAN CARLOS CALO RODRIGUEZ Passaporte: AAC343649 Estrangeiro: SIJMEN VAN DER PLICHT Passaporte: BMLDH3B35 Estrangeiro: SJOERD DIRK FREDERIKS Passaporte: NT1463B89 Estrangeiro: Samuel Ilumin de Guzman Passaporte: EB5203866 Estrangeiro: WILLEM GERRIT VAN DEN BRINK Passaporte: NR15CF371; Processo: 47041005761201619 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JUING ANAK BUGAK Passaporte: K34306584 Estrangeiro: MANTOK ANAK GANUL Passaporte: K34426242 Estrangeiro: MICHAEL JOHN GUY Passaporte: 524441165 Estrangeiro: MICHIEL PAUL TEXTOR Passaporte: NNFLD58R3 Estrangeiro: NATHAN JOSEPH SCIMECA Passaporte: 135861389 Estrangeiro: NOEMI BOCANEGRA HURTADO Passaporte: PAA663477; Processo: 47041005932201600 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JOSE CARLOS REGOS IGLESIAS Passaporte: BB990809 Estrangeiro: JOSE FIGUEIRA OUTEIRAL Passaporte: AAJ874862 Estrangeiro: JOSE MANUEL CARDOSO PIÑEIRO Passaporte: AAA206721 Estrangeiro: JOSÉ AMADOR TEIRA GUDE Passaporte: PAB255018 Estrangeiro: JOSÉ ANTONIO ROMERO RAMA Passaporte: BF138741 Estrangeiro: JOSÉ FRANCISCO FERNANDEZ GARCIA Passaporte: AAC606274; Processo: 47041005935201635 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Nikolaos Vrachnos Passaporte: AN2112155; Processo: 47041005941201692 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: PETER ROENN CHRISTENSEN Passaporte: 203465300; Processo: 47041006030201682 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 13/03/2017 Estrangeiro: DAVID EDWARD FULLERTON Passaporte: GM793964 Estrangeiro: EDGAR CHAPMAN JORDAN IV Passaporte: 530933974; Processo: 47041006014201690 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: JANNEK SALMUTH LASSEN Passaporte: 206850456; Processo: 47041006016201689 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: EUGENIO AGAS MATARUM Passaporte: EC3918177; Processo: 47041006017201623 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JOSE MANUEL COLLAZO OUJO Passaporte: AAA690799 Estrangeiro: JOSE NACASI CELESTE Passaporte: EB9486412 Estrangeiro: JOSE PARADA MARTINEZ Passaporte: AAF036232 Estrangeiro: JOSE PIÑEIRO ABALO Passaporte: AAG327737 Estrangeiro: JOSE RAMON RODRIGUEZ PIÑEIRO Passaporte: AAB761500 Estrangeiro: JOSE TOME GONZALEZ Passaporte: BE545706; Processo: 47041006020201647 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JOSE VILARINO PINTOS Passaporte: PAC511737 Estrangeiro: JOSEL CAÑETE ALON Passaporte: EB5832770 Estrangeiro: JUAN CARLOS VEGA MARTINEZ Passaporte: PAB964741 Estrangeiro: JUAN HERMINIO CLAVERIA CARRILLO Passaporte: AAF350121 Estrangeiro: JUAN JESUS MAYA RIOS Passaporte: BD198057 Estrangeiro: Juan Antonio Vila Maneiro Passaporte: AAG325847; Processo: 47041006021201691 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2018 Estrangeiro: EDWIN VALDUEZA NORIO Passaporte: EB7168210; Processo: 47041006022201636 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JUAN JESUS SANTOS FRAGA Passaporte: BF306353 Estrangeiro: JUAN JOSE SAMPEDRO SANTOS Passaporte: AAG448407 Estrangeiro: JUAN JOSE SERANS PEGO Passaporte: PAB255081 Estrangeiro: JUAN JOSE SIEIRA TUBIO Passaporte: AAE650634 Estrangeiro: JUAN LUIS MARTINEZ LAMELA Passaporte: BA448895 Estrangeiro: VICTOR PEREZ TOURIS Passaporte: AAI440819; Processo: 47041006025201670 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: EDUARDO CAMPIT HERRERO Passaporte: EC3919466 Estrangeiro: JUAN ROSENDO LOJO ABEIJON Passaporte: AAD381991 Estrangeiro: REYNALDO JR. PARRENO MOSQUERA Passaporte: EC0327528 Estrangeiro: ROWELO AGUILAR VILLAS Passaporte: EC5313110 Estrangeiro: RUBEN CASTRO PENA Passaporte: AAI882023 Estrangeiro: RUBEN MARINO MELENDEZ Passaporte: AAK049176; Processo: 47041006026201614 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: SANTIAGO FIGUEIRA PINEIRO Passaporte: AAC994442 Estrangeiro: SERGIO JUNCAL CABALEIRO Passaporte: AAD054857 Estrangeiro: SERGIO SANCHO VILA Passaporte: AAI466994 Estrangeiro: SIMONE HUGHES Passaporte: 706409747 Estrangeiro: STEFAN REIJNIERSE Passaporte: NYFKKR982 Estrangeiro: VALENTIN MARTINEZ PARDINAS Passaporte: AAJ672711; Processo: 47041006028201611 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: VENTURA CAAMAÑO BEIRO Passaporte: AAE614841 Estrangeiro: VICTOR MANUEL DIAZ AGUETE Passaporte: AAI467062 Estrangeiro: VICTOR MANUEL GARCIA GARCIA Passaporte: AAF604664 Estrangeiro: VICTOR MANUEL VICENTE RIAL Passaporte: AAJ874963 Estrangeiro: VICTORIANO MARTINEZ CASTREJE Passaporte: AAB585120 Estrangeiro: YAGO TUBIO ROO Passaporte: PAA199950; Processo: 47041006031201627 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: STEVEN KYLE GIBBS Passaporte: 506683137 Estrangeiro: Teodoro Sayas Sacramento Passaporte: EB5106795 Estrangeiro: VERNNIER RAMOS PEÑA Passaporte: EB9053710 Estrangeiro: VICTOR JR. TENOSO NATIVIDAD Passaporte: EB4547034 Estrangeiro: WALTER GRANT FLETCHER Passaporte: 492988561 Estrangeiro: WALTER JOHN HARRINGTON Passaporte: 483762216; Processo: 47041006032201671 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARRY CECIL COX Passaporte: N7720828; Processo: 47041006034201661 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER MICHAEL JAMES Passaporte: PA2752072; Processo: 47041006037201602 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: FERNANDO DE LA GARZA Passaporte: 529546106 Estrangeiro: SIMON DUDLEY DUFFIELD Passaporte: 509381166 Estrangeiro: STEPHEN PAUL WILSON Passaporte: 466097778 Estrangeiro: TERENCE SENAGOGA Passaporte: 524005794 Estrangeiro: TIMOTHY WILLIAM JODE Passaporte: 518617523 Estrangeiro: TONY WALKER Passaporte: 800726585; Processo: 47041006039201693 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: EDITHO PASINIO BALANG Passaporte: EC3497731; Processo: 47041006041201662 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Cornelis Arie Keegel Passaporte: BMJJ258R3; Processo: 47041006046201695 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: ROEL FERNANDO PANTALEON Passaporte: P0289293A; Processo: 47041006047201630 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JAMES CURRAN Passaporte: 099054947 Estrangeiro: KENNETH GORDON GLASS Passaporte: 801654595 Estrangeiro: SINISA DEMOJZES Passaporte: 087623606 Estrangeiro: TIHOMIR PETROVIC Passaporte: 089488564 Estrangeiro: VICTOR FREDERIC KUNST Passaporte: NXP490275 Estrangeiro: VINCENT TIMOTHY VAN DER TAK Passaporte: NYK6DC3C3; Processo: 47041006044201604 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Konstantinos Kapiris Passaporte: AN0293363; Processo: 47041006045201641 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Chloie Francis Balbino Crisanto Passaporte: EC0071968; Processo: 47041006048201684 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Charlie Laylay Aldovino Passaporte: EC2052666 Estrangeiro: Jesus Jr Abalajon Pamilangco Passaporte: PO241813A; Processo: 47041006049201629 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Sergey Davydov Passaporte: 722058725; Processo: 47041006052201642 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: LEE DAVID HARWOOD Passaporte: 507733760 Estrangeiro: SOW YEW PIN Passaporte: A24908271 Estrangeiro: SUTIMAN BIN SURIF Passaporte: A32483892 Estrangeiro: TAN RONY Passaporte: K27540101 Estrangeiro: WELLINGTON BELIANG ROBIN Passaporte: K27540896 Estrangeiro: WILLIAM ROBERT THOMSON Passaporte: 801782467; Processo: 47041006050201653 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2018 Estrangeiro: Vasileios Sarris Passaporte: AN2640752; Processo: 47041006053201697 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Herbert Dominic Dumaran Jumamoy Passaporte: EC5667760 Estrangeiro: Voltaire Croox Lim Passaporte: EC1075886; Processo: 47041006055201686 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: ANDREW LAURIE BARBER Passaporte: 402664717 Estrangeiro: FRANK ROSING Passaporte: NROKK179 Estrangeiro: GARY ADAMS Passaporte: 504975114 Estrangeiro: JEROEN SCHOUTEN Passaporte: NT9RP0DP7 Estrangeiro: Rutger Marinus Gerrit Postma Passaporte: NP5C86H62 Estrangeiro: SILVAN THOMAS PAGANINI Passaporte: X1731898; Processo: 47041006057201675 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Rama Kota Venkata Subba Rao Gunturu Passaporte: G3594235; Processo: 47041006059201664 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ucha Phutkaradze Passaporte: 08AI32343; Processo: 47041006061201633 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joseph Jr Nieva Gacayan Passaporte: EB7895034; Processo: 47041006064201677 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ramaz Gvianidze Passaporte: 11BA79831; Processo: 47041006067201619 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2017 Estrangeiro: Romeo Sadyangcolor Flores Passaporte: EB6856050; Processo: 47041006071201679 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Zacharias Lioudakis Passaporte: AI2830358; Processo: 47041006074201611 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/03/2018 Estrangeiro: Aris Hedia Quinones Passaporte: EC8307016; Processo: 47041006075201657 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Viktor Sokol Passaporte: EP984397; Processo: 47041006076201600 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: Marcos Pacaldo Barte Passaporte: EC3452295 Estrangeiro: Predelyn Tabujara Dela Cruz Passaporte: EB6299341; Processo: 47041006077201646 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arnel Villaverde Del Rosário Passaporte: EC3095886; Processo: 47041006078201691 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jomar Austria Binaban Passaporte: P0266928A; Processo: 47041006079201635 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Levan Abesadze Passaporte: 10BB37311; Processo: 47041006080201660 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Artem Levytskyi Passaporte: FE029826; Processo: 47041006081201612 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jayson Gatchalian Pastrana Passaporte: EB9224215 Estrangeiro: Jose Cenita Cortez Passaporte: EC3641664; Processo: 47041006082201659 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aristeo Ladines Gagute Passaporte: EC1658551 Estrangeiro: Joven Dacallos Bagadiong Passaporte: EB9165919; Processo: 47041006086201637 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Aleksandr Kornienko Passaporte: 726464548 Estrangeiro: Irakli Chikovani Passaporte: 11BA51026; Processo: 47041006083201601 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marino Llemit Tadlip Passaporte: EB9876147 Estrangeiro: Narjelo James Acha Guias Passaporte: EB7783570 Estrangeiro: Roque Malasa Bersabal Passaporte: EC7196037; Processo: 47041006085201692 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jerzy Tadeusz Trynka Passaporte: EJ0463859; Processo: 47041006084201648 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Anton Kotov Passaporte: 721485219; Processo: 47041006087201681 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Frederick Fresnillo Ramos Passaporte: EB9544944; Processo: 47041006088201626 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jan Wilson Galindez De Guzman Passaporte: EC6819481; Processo: 47041006090201603 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aurel Muraretu Passaporte: 14531747; Processo: 47041006092201694 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zbigniew Szot Passaporte: EH7166397; Processo: 47041006091201640 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Theodoros Theodosiou Passaporte: AK1055323; Processo: 47041006093201639 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: Gary Falco Decena Passaporte: EB2639640; Processo: 47041006094201683 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nerie Pizarra Robles Passaporte: EB8650250; Processo: 47041006097201617 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aleksandr Maslov Passaporte: 712082105; Processo: 47041006098201661 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Evgeny Gorelovsky Passaporte: 717064605; Processo: 47041006100201601 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 9 Mês(es) Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES FERNANDEZ DELA CRUZ Passaporte: EC1336464 Estrangeiro: JHON KLUGH TEMPLA BALATERO Passaporte: EC0619891; Processo: 47041006099201614 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Gerasimos Kavalieratos Passaporte: AI2686547; Processo: 47041006101201647 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Evgeny Kovalev Passaporte: 651232559; Processo: 47041006102201691 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolai Potianikhin Passaporte: 647510773; Processo: 47041006103201636 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Evgeny Permiakov Passaporte: 733678536; Processo: 47041006104201681 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Spyridon Mertyris Passaporte: AN0039545; Processo: 47041006105201625 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Oleksandr Rubanyevich Passaporte: FB920409; Processo: 47041006106201670 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2017 Estrangeiro: Jamshed Dhunjishaw Gazder Passaporte: Z3055966; Processo: 47041006107201614 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jerome Almendras Torres Passaporte: EC3868633; Processo: 47041006108201669 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Geoffrey Neil Johnson Passaporte: A3187766; Processo: 47041006110201638 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Anton Milennyy Passaporte: 752900887; Processo: 47041006111201682 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Alexander Marchenko Passaporte: 725169839; Processo: 47041006116201613 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antonio Santoro Passaporte: YA4551959 Estrangeiro: Catalin Demidov Passaporte: 053604288 Estrangeiro: Graziano Cannata Passaporte: YA1293383; Processo: 47041006117201650 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSELITO MEJIA OLAIS Passaporte: EB9354180; Processo: 47041006123201615 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 23/07/2017 Estrangeiro: ROBERT PRZYBYLSKI Passaporte: EF0415317 Estrangeiro: Sarawut Khumluecha Passaporte: AA2450259 Estrangeiro: Shiju George Passaporte: Z3395262 Estrangeiro: Wojciech Burghard Passaporte: ED8794656 Estrangeiro: Yurii Trofimov Passaporte: FA123041; Processo: 47041006134201697 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Shoib Mohammed Shaikh Passaporte: G0095220; Processo: 47041006145201677 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 23/07/2017 Estrangeiro: Edwin Sulayao Lastrilla Passaporte: EB8126685 Estrangeiro: Haakon Huseby Passaporte: 31470544 Estrangeiro: Laurencio Jr. Maquiquis Cabo Passaporte: EB5950911 Estrangeiro: Ole Johannes Jansen Passaporte: 30975887 Estrangeiro: RONALD ROJO VELASCO Passaporte: EB6947214 Estrangeiro: Ruben Kleven Passaporte: 29419038 Estrangeiro: Rune Steinar Hoegsdal Passaporte: 30197471; Processo: 47041006150201680 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 04/08/2017 Estrangeiro: SANJAY GOPAL BADAMIKAR Passaporte: Z2075797; Processo: 47041006151201624 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/05/2017 Estrangeiro: Eswar Venkatesh Madem Passaporte: K2208565 Estrangeiro: Jithin Reji Passaporte: Z1971591; Processo: 47041006152201679 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 04/08/2017 Estrangeiro: Vasyl Onyshchenko Passaporte: EA063977; Processo: 47041006153201613 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Laurentiu Dumitru-Chirita Passaporte: 053206535; Processo: 47041006154201668 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paolo Landini Passaporte: YA8955299; Processo: 47041006161201660 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: OMAR SPADOLA Passaporte: YA8743276; Processo: 47041006166201692 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stavros Lazarongonas Pas-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

saporte: AN0608273; Processo: 47041006168201681 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Mykhaylo Sarayev Passaporte: FB716719; Processo: 47041006170201651 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Serhii Chernyshev Passaporte: FB477797; Processo: 47041006172201640 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Sergey Sotchenko Passaporte: 729108079; Processo: 47041006175201683 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Dmitry Chavdar Passaporte: 726269051; Processo: 47041006196201607 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2017 Estrangeiro: Nikolaos Margaritis Passaporte: AM1526202; Processo: 47041006197201643 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jonathan Ramirez Sellado Passaporte: EC2576583; Processo: 47041006198201698 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Maxim Gondil Passaporte: 719203977; Processo: 47041006199201632 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Vladimir Melnichenko Passaporte: 722001035; Processo: 47041006200201629 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2017 Estrangeiro: Sherwin Baysa Pascua Passaporte: P0310122A; Processo: 47041006201201673 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Denis Serikov Passaporte: 736220610; Processo: 47041006202201618 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 23/07/2017 Estrangeiro: John Charles Hamilton Mcaughtrie Passaporte: 510705046; Processo: 47041006205201651 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2018 Estrangeiro: IVAN MARTINEZ CABRERA Passaporte: G04464799; Processo: 47041006207201641 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: QUENTIN FLORENCE D. STASSENS Passaporte: EN775236; Processo: 47041006208201695 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: ROY JOHANNES MARIA CAROLUS BEULENS Passaporte: NN35D7K75; Processo: 47041006212201653 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rodmar Montano Saquibal Passaporte: EB9117505; Processo: 47041006215201697 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ioannis Diamantopoulos Passaporte: AM0919197.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039007734201611 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANNIKA MARIA FRICK Passaporte: C86HM515V; Processo: 47039007806201621 Empresa: PHILIPS CLINICAL INFORMATICS - SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alix Anne Bernard Pahaut Passaporte: EK146931; Processo: 47039008285201629 Empresa: ESTALEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAOXUE ZHANG Passaporte: E33139565; Processo: 47039008299201642 Empresa: AGREX DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASASHI MATSUMURA Passaporte: TK 0751090; Processo: 47039008310201674 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JODIE KATHARINE GAMBA RAMIREZ Passaporte: AQ648672; Processo: 47039008364201630 Empresa: SOUTH32 MINERALS SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEREK SCOTT BIDESHI Passaporte: GJ148021; Processo: 47039008384201619 Empresa: DUNE DO BRASIL COMERCIO DE CERAMICA E DECORACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE CONCA CASANOVA Passaporte: PAA774809; Processo: 47039008435201602 Empresa: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QUENTIN RAPHAEL BARBER Passaporte: 483830575; Processo: 47039008437201693 Empresa: ESTALEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYUTARO KUBOTA Passaporte: TK2606162.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039007876201689 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO EZEQUIEL ROMERO Passaporte: AAA596359 Valor Total do Evento (R$): 35200.00 Estrangeiro: MATTHIAS TANZMANN Passaporte: C84F9Y5R7 ; Processo: 47039007962201691 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO EZEQUIEL ROMERO Passaporte: AAA596359 Valor Total do Evento (R$): 19360.00 Estrangeiro: JONATHAN MARK RUNDELL Passaporte: 529441749 ; Processo: 47039008027201642 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY PATRICK JAMES MCGUINNESS Passaporte: 099248960 Estrangeiro: CHRISTOPHER FOOT Passaporte: 800817385 Estrangeiro: DAVID JAMES KYLE Passaporte: 511000496 Estrangeiro: PAAVO OLAVI SILJAMAKI Passaporte: PU6407239 Estrangeiro: SEAMUS WILLIAM MORLEY Passaporte: 536716491; Processo: 47039008124201635 Empresa: ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DA COMPANHIA DE BALLET DA CIDADE DE NITEROI Prazo: 2 Mês(es) Estrangeiro: Phillip Wayne Adams Passaporte: PA5098245 Valor Total do Evento (R$): 13500.00 ; Processo: 47039008217201660 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOANN MACBETH WALKER Passaporte: 447602827 Valor Total do Evento (R$): 26400.00 Estrangeiro: SAMUEL REED VOGEL Passaporte: 487497531 ; Processo: 47039008251201634 Empresa: GLL ENTRETENIMENTO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW WILLIAM SCHORNACK Passaporte: 486243874 Valor Total do Evento (R$): 32400.00 Estrangeiro: DAVID RAPHAEL POLLACK Passaporte: 482524883 Estrangeiro: JEFFREY EDWARD NEUMANN Passaporte: 483822065 Estrangeiro: JOHN WILLIAM STEVENSON Passaporte: 505462521 Estrangeiro: KARL MATTHEW ALVAREZ Passaporte: 545398394 Estrangeiro: MILO JAY AUKERMAN Passaporte: 472919377 Estrangeiro: STEPHEN PATRICK O'REILLY Passaporte: 471319323 Estrangeiro: WILLIAM JOSEPH WILKIE Passaporte: 436735220 ; Processo: 47039008302201628 Empresa: REBOLA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON CHRISTOPHER MULLAN Passaporte: 545843853 Valor Total do Evento (R$): 20500.00 Estrangeiro: BRIAN ROBERT JACKSON Passaporte: 546154774 Estrangeiro: KIM ALTHEA GORDON Passaporte: 506256454 Estrangeiro: SUEMYRA AYEESHA SHAH Passaporte: 488679244 Estrangeiro: WILLIAM PATRICK NACE Passaporte: 506256430 ; Processo: 47039008354201602 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRYAN FREDERICK GIBSON Passaporte: 543683672 Valor Total do Evento (R$): 333000.00 Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN CORNELL Passaporte: 530965787 Estrangeiro: MARTIN CRAIG KIRSTEN Passaporte: 447072140 Estrangeiro: PATRICK MICHAEL DORSEY Passaporte: 432694670 Estrangeiro: THEODORE LEE KEEDICK Passaporte: 506171496 Estrangeiro: VICKY RANIA KARAYIANNIS Passaporte: 422070519 ; Processo: 47039008355201649 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JAN MILOSZ LISIECKI Passaporte: AV7014809 Valor Total do Evento (R$): 54450.00 ; Processo: 47039008363201695 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NICK LUDOVICUS M. PEETERS Passaporte: EM431602 Valor Total do Evento (R$): 16000.00 ; Processo: 47039008365201684 Empresa: IGF - INSTITUTO GENTIL DE FARIA DE PESQUISA E CONSULTORIA EM EDUCACAO E CULTURA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DOMINIC PATRICK TUBB GERRARD Passaporte: 534110122 Valor Total do Evento (R$): 4500.00 ; Processo: 47039008366201629 Empresa: CENA CULTURAL PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TU PHAN SIMONE BRIGITTE TRUONG Passaporte: X0205119 Valor Total do Evento (R$): 1810.00 ; Processo: 47039008387201644 Empresa: LUIS HENRIQUE DALTROZO ALVES PRODUCOES ARTISTICAS - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUELA ABRIL MARTELLI SALAMOVICH Passaporte: 15.369.706-K Valor Total do Evento (R$): 1840.00 ; Processo: 47039008402201654 Empresa: RING PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: COSTANZO PASSARELLI Passaporte: HG367242 Valor Total do Evento (R$): 16065.00 Estrangeiro: DAVID S GILBERTSON Passaporte: 503732731 Estrangeiro: HAMZA EL AZHAR Passaporte: EJ909737 Estrangeiro: JEAN EDOUARD FRANÇOIS JOSEPH CANTINIEAUX Passaporte: EJ738806 Estrangeiro: MARIO ANTONIO IACAMPO Passaporte: YA4978072 Estrangeiro: ROBERT JOSEPH LEONARDI Passaporte: 456747004 ; Processo: 47039008407201687 Empresa: SUBSTANCIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 1 Mês(es) Estrangeiro: Agnieszka Dorota Ozimina Passaporte: EK 4266905 Valor Total do Evento (R$): 25130.00 Estrangeiro: Bartosz Adam Ignor Passaporte: EA 7834213 Estrangeiro: Bozena Barbara Mordal Passaporte: EF 2448551 Estrangeiro: Emil Zbrozyna Passaporte: EK 2699327 Estrangeiro: Maciej Matysiak Passaporte: EK 4691433 Estrangeiro: Mariusz Adam Ciesielski Passaporte: EK 2673000 Estrangeiro: Michal Leszek Kotánski Passaporte: EH 6366260 Estrangeiro: Michal Lis Passaporte: EK 6490535 Estrangeiro: Piotr Lis Passaporte: EB 2054042 Estrangeiro: Radoslaw Rychcik Passaporte: EE 2367943 Estrangeiro: Tomasz Edmund Nosinski Passaporte: EA 2338161 Estrangeiro: Wojciech Jacek Niemczyk Passaporte: EB 3043326 ; Processo: 47039008405201698 Empresa: ESA BOOKINGS E EVENTOS - EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHAHRAM KHOSOSI NIKJEH Passaporte: C74003JM Valor Total do Evento (R$): 8500.00 ; Processo: 47039008404201643 Empresa: I T S INSTITUTO TERCEIRO SETOR Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JEAN YVES MAURICE LOUDE Passaporte: 13AR82372 Valor Total do Evento (R$): 2000.00 ; Processo: 47039008408201621 Empresa: I T S INSTITUTO TERCEIRO SETOR Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO MARTIN CAPARROS Passaporte: AAD431817 Valor Total do Evento (R$): 3000.00 ; Processo: 47039008436201649 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Carlos Miguel Prieto Prieto Passaporte: G15220083 Valor Total do Evento (R$): 122434.60 ; Processo: 47039008439201682 Empresa: I T S INSTITUTO TERCEIRO SETOR Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KATHRYN BONELLA Passaporte: E4101782 Valor Total do Evento (R$): 5500.00.

Permanente - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039008226201651 Empresa: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ELENA BRUGIONI Data Nascimento: 10/05/1979 Passaporte: YA9319201 País: ITÁLIA Mãe: MARIA GIOVANNA CARZOLI Pai: CARLO BRUGIONI; Processo: 47039008264201611 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ELIZAVETA VISHNYAKOVA Data Nascimento: 31/12/1981 Passaporte: 712028707 País: RÚSSIA Mãe: TATIANA DIMITRIEVNA VISHNYAKOVA Pai: GENNADIJ BORISOVIC VISHNYAKOV.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039007842201694 Empresa: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PETER VOGEL Passaporte: C3MFTG79L; Processo: 47039007843201639 Empresa: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ECHEAGARAY ENKERLIN Passaporte: G14462509; Processo: 47039008244201632 Empresa: OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: VIKRAM ADITYA WATAL Passaporte: Z2736272; Processo: 47039008272201650 Empresa: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: UGJAE YU Passaporte: M84882108; Processo: 47039008374201675 Empresa: SOFTLINE INTERNATIONAL BRASIL COMERCIO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: IGOR KOLOMENSKIY Passaporte: 530415288.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039007186201620 Empresa: HOLIDAY INVESTMENTS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID NISTRI Passaporte: YA4078663; Processo: 47039008315201605 Empresa: FAZENDA AVILA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Alfredo Jesus Gutierrez Armenteros Passaporte: 133289310; Processo: 47039007612201625 Empresa: GOLDEN GRAIN COMERCIAL DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEIFOLLAH HAGHIGHI Passaporte: P32099571; Processo: 47039007613201670 Empresa: GOLDEN GRAIN COMERCIAL DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EHSAN YOUSEFI Passaporte: J30579617; Processo: 47039007614201614 Empresa: GOLDEN GRAIN COMERCIAL DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HOSSEIN YOUSEFI Passaporte: K27221432; Processo: 47039008113201655 Empresa: CIEFFE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SAMUEL DISARO Passaporte: YA7781407; Processo: 47039008237201631 Empresa: HARITZ INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES - EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ARTHUR CHRISTOPHER ANTOINE DE RENUSSON D´HAUTEVILLE Passaporte: 13BF60216; Processo: 47039008358201682 Empresa: ECO MURI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIELA EVANGELIA ELISABETH KARAGIZOPOULOS Passaporte: C4YL47FL1.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47041005944201626 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Raymundo Lanchinebre Malinao Passaporte: EB9955846; Processo: 47041006033201616 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: até 22/11/2018 Estrangeiro: ANDREW MARK GARDNER Passaporte: M00063373; Processo: 47041006089201671 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: até 22/12/2018 Estrangeiro: Srinivasa Rao Odisala Passaporte: K3412437; Processo: 47041006112201627 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/12/2016 Estrangeiro: Cristhoper Macapagal Alonzo Passaporte: EC1294090; Processo: 47041006113201671 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/12/2016 Estrangeiro: Nanolito Canda Paulo Passaporte: EB9551205; Processo: 47041006114201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/12/2016 Estrangeiro: Alauddin Passaporte: BJ0951043; Processo: 47041006115201661 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/12/2016 Estrangeiro: STANISLAV POPICHKO Passaporte: EE975621; Processo: 47041006118201602 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/12/2016 Estrangeiro: Oleksandr Cheremnykh Passaporte: EA999110; Processo: 47041006121201618 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: até 15/12/2018 Estrangeiro: Sathish Pulikkathara Sankaran Passaporte: M7189231; Processo: 47041006119201649 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/12/2016 Estrangeiro: Jovanni Sangalang Soliman Passaporte: EC5562672; Processo: 47041006120201673 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/12/2016 Estrangeiro: Md Zahidul Haq Passaporte: BK0910790; Processo: 47041006122201662 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/12/2018 Estrangeiro: Sven Ole Laybourn Passaporte: 206798498; Processo: 47041006125201604 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: até 26/09/2018 Estrangeiro: Andriy Kryvoruchko Passaporte: ER742471; Processo: 47041006127201695 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: até 26/09/2018 Estrangeiro: PAWEL JACEK JUSZCZAK Passaporte: EF8362994; Processo: 47041006132201606 Empresa: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: até 04/12/2018 Estrangeiro: MARK DERRICK TWYNAM Passaporte: A00458292; Processo: 47041006130201617 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Dedhy Rahadian Syah Passaporte: B0688246; Processo: 47041006133201642 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Paparao Sikati Passaporte: K9238746; Processo: 47041006136201686 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 04/08/2017 Estrangeiro: Ajai Kumar Rajbhar Passaporte: N9163243; Processo: 47041006157201600 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 04/10/2017 Estrangeiro: IOANNIS TSAKMAKIS Passaporte: AN0024614; Processo: 47041006158201646 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 09/02/2017 Estrangeiro: SEAN RABBITT Passaporte: 099232090; Processo: 47041006159201691 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 28/10/2018 Estrangeiro: GEOFFREY CEDRIC MARIE JOSEPH DE CAUDRON DE COQUEREAUMONT Passaporte: 15AF61581; Processo: 47041006160201615 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/11/2018 Estrangeiro: Andre Guse Passaporte: 480529976; Processo: 47041006162201612 Empresa: INTERNACIONAL MA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RITIMA LTDA Prazo: até 19/06/2018 Estrangeiro: ZBIGNIEW WALENTY CZERWINSKI Passaporte: EB0167588; Processo: 47041006163201659 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 04/10/2017 Estrangeiro: Panagiotis Kyriotis Passaporte: AN0164969; Processo: 47041006165201648 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 04/10/2017 Estrangeiro: THOMAS LEIVADARAS Passaporte: AN1205711.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47041006235201668 Empresa: MOBILE SOLUTION TECHNOLOGY LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Pierre-Henry Charles Albert Dufetel Passaporte: 14DC47665; Processo: 47041006209201630 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 04/10/2017 Estrangeiro: XIAOFENG ZHANG Passaporte: PE0111170; Processo: 47041006226201677 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: até 28/10/2017 Estrangeiro: ROBERT RESCH Passaporte: P5697686; Processo: 47041006237201657 Empresa: MAP AUDITORES INDEPENDENTES - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIL GARCÊS Passaporte: N353118; Processo: 47041006245201601 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 04/10/2017 Estrangeiro: Zhigang Jian Passaporte: PE01581160; Processo: 47041006252201603 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 04/10/2017 Estrangeiro: SEN LIN Passaporte: PE0111171; Processo: 47041006280201612 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOOYOUL KIM Passaporte: M54029593; Processo: 47041006286201690 Empresa: INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA Prazo: até 02/01/2018 Estrangeiro: MANUEL RODRIGUEZ CORTES Passaporte: AAA324910; Processo: 47041006292201647 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: até 16/10/2017 Estrangeiro: FABRIZIO BIANCOTTO Passaporte: YA0913950; Processo: 47041006350201632 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: até 04/11/2017 Estrangeiro: MATTI TIMO JUHANI PALMU Passaporte: PN0134907; Processo: 47041006345201620 Empresa: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA Prazo: até 10/11/2017 Estrangeiro: JOSHUA RICHARD WHITT Passaporte: 511900426.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): SHINICHI BAN exercer concomitantemente o cargo de Membro Suplente do Conselho de Administração na empresa CONCESSIONARIA DA LINHA 4 DO METRO DE SAO PAULO S.A. Processo: 47039.008254/2016-78, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011364/2015-36.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): SHINICHI BAN exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na empresa VELOCE LOGISTICA S.A. Processo: 47039.008278/2016-27, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011364/2015-36.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): ANGEL SANTODOMINGO MARTELL exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na empresa SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL Processo: 47039.008319/2016-85, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.006442/2014-08.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): CARLOS REY DE VICENTE exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na empresa SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL Processo: 47039.008320/2016-18, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.025250/2013-84.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): ANGEL SANTODOMINGO MARTELL exercer concomitantemente o cargo de Diretor Executivo na empresa AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A Processo: 47039.008321/2016-54, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.006442/2014-08.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): ANGEL SANTODOMINGO MARTELL exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na empresa BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S.A Processo: 47039.008322/2016-07, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.006442/2014-08.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): SHINICHI BAN exercer concomitantemente o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração na empresa MITSUI MOTION MAQUINAS S.A.S.A Processo: 47039.008382/2016-11, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011364/2015-36.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039007693201663 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: José Luis Teruel Carretero Passaporte: AAA784262; Processo: 47039004867201636 Empresa: JOTEL SERVICOS DE CONSULTORIA LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONA MEJARES BANGELES Passaporte: EB4411599; Processo: 47039007224201644 Empresa: MARRAZZO FABRICACAO DE SORVETES E LICORES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA NARDOZZA Passaporte: YA8597308; Processo: 47039008413201634 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oscar Antonio Gonzalez Chong Passaporte: H535434; Processo: 47039005620201637 Empresa: ESTUCON BRASIL LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLORIN BUJOREAN Passaporte: 052128503; Processo: 47039005622201626 Empresa: ESTUCON BRASIL LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IONEL GHENU Passaporte: 051113726; Processo: 47039008103201610 Empresa: OLIMPIO PEDALINHO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIMPIO MAZZERO Passaporte: YA1170783; Processo: 47039008394201646 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FABIO CARRO LABARTA Passaporte: PAB012035; Processo: 47039007909201691 Empresa: INDUSTRIAS SAO MIGUEL LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIRGILIO WHITE CARDENAS Passaporte: I703375; Processo: 47039007527201667 Empresa: AMA SHOES INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL JOSÉ FERNANDES Passaporte: N 255101.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 140 de 22/07/2016, Seção 1, p. 252, Processo: 47039.006041/2016-10, onde se lê: Mãe: FANG LIAN GONG; Pai: LING HUAI LIU, leia-se: Mãe: FANGLIAN GONG; Pai: JINGHUAI LIU.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 5 de outubro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na decisão judicial proferida em sede de liminar nos autos da Ação Trabalhista, Processo Judicial 0000313-92.2016.5.10.0002, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Brasília, bem como com fulcro na Nota Técnica 525/2016/AIP/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o ato administrativo que resolveu pelo deferimento do registro sindical em favor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Novo Mundo, CNPJ 02.097.746/0001-90, Processo 46210.000247/2008-17, até que seja incluído no seu estatuto social que seus "representados são aqueles que exercem suas atividades em regime de economia familiar, sem contar com os empregados e em área não excedente de até dois módulos rurais, de acordo com o Decreto Lei nº. 1.166/71, com redação dada pela Lei nº 9.701/98".

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias nºs 350 e 351, publicadas no DOU nº 194, de 7 de outubro de 2016, Seção 1, página 50, onde se lê: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO, leia-se: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.720 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Rosário (AP) (código OACI: SJNR) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.093920/2016-84.

Nº 2.721 - Inscrever o aeródromo privado Clube de Voo Fazenda Novo Horizonte (SP) (código OACI: SWVN) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.105615/2016-42.

Nº 2.722 - Inscrever o aeródromo privado Berge Vile (RS) (código OACI: SJBW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.155326/2014-22.

Nº 2.723 - Inscrever o heliponto privado Paladino (PB) (código OACI: SWMP) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.095145/2016-00.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 2.648, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.083375/2016-15, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 61-004, Revisão I (IS nº 61-004I), intitulada "Lista de habilitações averbadas pela ANAC nas licenças de pilotos".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 17 de outubro de 2016.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

ANEXO

INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR - IS Nº 61-004 REVISÃO I

1. OBJETIVOS

1.1 Estabelecer e tornar pública a lista de habilitações a serem averbadas pela ANAC nas licenças de pilotos emitidas segundo o RBAC 61.

2. REVOGAÇÃO

Esta IS revoga a IS 61-004H.

3. FUNDAMENTOS

3.1 A Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, institui em seu art. 14, a Instrução Suplementar - IS, norma suplementar de caráter geral editada pelo Superintendente da área competente, objetivando esclarecer, detalhar e orientar a aplicação de requisito previsto em RBAC ou RBHA.

3.2 O administrado que pretenda, para qualquer finalidade, demonstrar o cumprimento de requisito previsto em RBAC ou RBHA, poderá:

a) adotar os meios e procedimentos previamente especificados em IS; ou

b) apresentar meio ou procedimento alternativo devidamente justificado, exigindo-se, nesse caso, a análise e concordância expressa do órgão competente da ANAC.

3.3 O meio ou procedimento alternativo mencionado no parágrafo 3.2b desta IS deve garantir nível de segurança igual ou superior ao estabelecido pelo requisito aplicável ou concretizar o objetivo do procedimento normalizado em IS.

3.4 A IS não pode criar novos requisitos ou contrariar requisitos estabelecidos em RBAC ou outro ato normativo.

Os itens 4 a 7 desta Instrução Suplementar encontram-se disponíveis na página legislação desta Agência (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) na rede mundial de computadores.

que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50314.002667/2014-95, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Arquivar o Processo Administrativo Sancionador nº 50314.002667/2014-95, sem a aplicação de penalidade à empresa OUROFÉRTIL FERTILIZANTES LTDA., CNPJ nº 01.970.616/0001-58, tendo em vista que atualmente os armazéns do Porto de Porto Alegre são ocupados sob regime público.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.020, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.007394/2016-96 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa Deepocean Brasil Serviços Ltda., CNPJ nº 08.932.031/0001-92, por meio do Termo de Autorização nº 836-ANTAQ e da Resolução nº 2406-ANTAQ, ambos de 28 de fevereiro de 2012, para operar como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.021, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.000980/2015-19, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 6.125,00 (seis mil cento e vinte e cinco reais), em desfavor da empresa MP-MAR TRANSPORTE MARITIMO LTDA. - ME, CNPJ nº 00.370.887/0001-00, pela prática infracional ao inciso XVII do art. 21, da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de

VEDADA A VENDA E A ASSINATURA DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.014, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.015487/1999, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a impossibilidade de atendimento de pleito formulado pela empresa J. F. de Oliveira Navegação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.797.070/0001-55, visando à autorização para ampliação da área de acostagem de Terminal de Uso Privado - TUP de sua titularidade, localizado em Manaus/AM, eis que vedada pelo artigo 7º da Portaria SEP nº 110, de 2 de agosto de 2013, e parágrafo único do art. 34 da Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, por se tratar de instalação portuária localizada dentro da poligonal do Porto Organizado de Manaus.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.015, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art.20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.008703/1993, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de aprovação da ampliação do Terminal de Uso Privado - TUP explorado pela empresa Mineração Rio do Norte S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.932.216/0001-46, localizado no município de Oriximiná/PA, com acréscimo de área de 577,40m² (quinhentos e setenta e sete metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), equivalente a 0,26% (vinte e seis centésimos por cento) da área originalmente outorgada pelo Contrato de Adesão (Adaptado) nº 62/2015, de 5 de março de 2015, que consiste na incorporação da Balsa ISPS CODE, nos termos do que dispõe o parágrafo único, II do art. 35 do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, e o art. 50 da Portaria nº 110-SEP, de 2 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.016, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art.20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000031/2006-58, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de novo Contrato de Adesão junto à empresa GE Oil & Gas do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.635.291/0003-70, visando à outorga de autorização para construir e explorar instalação portuária na modalidade de terminal de uso privado - TUP, em área total de 89.437,74m² (oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete metros quadrados e setenta e quatro decímetros quadrados), no município de Niterói - RJ, tendo em vista que foram atendidas as exigências do Instrumento Convocatório nº 21/2015, nos termos do art. 8º e seguintes da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e art. 26 e seguintes do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.017, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art.20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000976/2009-12, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de aprovação da transferência de titularidade do Contrato de Adesão nº 09/2016-SEP/PR, de 10 de maio de 2016, firmado originalmente junto à empresa Exxonmobil Química Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 60.860.673/0001-43, em favor da empresa Ilha Terminal Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 22.935.384/0001-77, nos termos do que estabelece a Portaria nº 249-SEP/PR, de 29 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.019, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.010092/2016-03, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir autorização, em caráter especial e de emergência, com base no § 1º do art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, à empresa BARRA DO RIO TERMINAL PORTUÁRIO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.989.608/0001-77, para realizar movimentação de granel sólido, no Terminal de Uso Privado de sua titularidade, nos termos do Contrato de Adesão nº 23/2014-ANTAQ, localizado no Município de Itajaí, SC, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Resolução.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa BARRA DO RIO TERMINAL PORTUÁRIO S/A do atendimento às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente ao qual a instalação portuária está jurisdicionada.

Art. 3º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), desta Agência, acompanhe a realização das operações ora autorizadas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.025, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003422/2016-04 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada nas 410ª e 411 Reuniões Ordinárias, realizadas em 21 de setembro de 2016 e 5 de outubro de 2016, respectivamente, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Hayasa Navegação Ltda. - EPP, CNPJ nº 23.329.614/0001-17, com sede à rodovia Artur Bernardes, 9777, Tapana (Icoaraci), Belém-PA, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, para operar na prestação de serviços de transporte de carga geral, granéis sólidos, carretas e contêineres, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União e nas rotas internacionais de Porto Velho-RO - Iquitos-Peru, Porto Velho-RO - Francisco de Orellana-Equador, Porto Velho-RO - Letícia-Colômbia e Manaus-AM - Letícia-Colômbia, em portos habilitados ao tráfego internacional, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.359-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.026, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.010130/2016-10, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir autorização, em caráter especial e de emergência, com base no § 1º do art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, à empresa CMPC CELULOSE RIO GRANDENSE LTDA., CNPJ nº 11.234.954/0001-85, para operar madeira de eucalipto no berço sul de seu terminal de uso privado, localizado em Guaíba, RS, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Resolução, em conformidade com o cronograma "Curva de Implementação" apresentado pela citada empresa.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa CMPC CELULOSE RIO GRANDENSE LTDA. do atendimento às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente ao qual a instalação portuária está jurisdicionada.

Art. 3º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), desta Agência, acompanhe a realização das operações ora autorizadas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.027, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.008354/2016-61 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Daneitor Ltda. - ME, CNPJ nº 01.086.363/0001-54, com sede à rodovia Salvador Diniz, nº 1.290, Distrito de Fazendinha, Macapá - AP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, em faixa de fronteira e nas rotas interestaduais de competência da União, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.360-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.028, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002473/2015-20, e tendo em vista o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de alteração da Norma anexa à Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009, na forma desta Resolução.

Art. 2º A alteração de que trata o art. 1º não entrará em vigor e será submetida a Audiência Pública.

Art. 3º Incluir o inciso XIV no art. 2º do Anexo da Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"XIV - Sistema de Desempenho da Navegação (SDN): sistema desenvolvido em ambiente virtual e disponível no endereço eletrônico www.antaq.gov.br para envio e geração de relatórios de informações operacionais das EBNs. (NR)"

.....

Art. 4º Alterar os incisos II, VIII e IX do art. 14 do Anexo da Resolução n.º 1.274-ANTAQ, de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"II - executar a prestação do serviço conforme discriminado no Termo de Autorização, devendo submeter previamente à aprovação da ANTAQ qualquer alteração de caráter permanente no esquema operacional. As alterações aprovadas pela ANTAQ deverão ser comunicadas aos usuários com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante a afixação das modificações do esquema operacional em locais visíveis nas embarcações e nos pontos de venda de passagens;"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

.....

"VIII - a EBN fica obrigada a enviar à ANTAQ, por intermédio do SDN - Sistema de Desempenho da Navegação, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, as seguintes informações coletadas mensalmente por linha de navegação de travessia, conforme a seguir especificado:

a) número total de passageiros e veículos transportados - por tipo;

.....

f) consumo de combustível.(NR)"

.....

"IX - comunicar à ANTAQ e aos usuários, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, qualquer programação de paralisação eventual, periódica ou definitiva do serviço autorizado, sendo que a comunicação aos usuários deverá ser afixada na embarcação e nos postos de venda de passagem;"

.....

Art. 5º Incluir os incisos XV e XVI no art. 14 do Anexo da Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"XV - a EBN fica obrigada a encaminhar previamente à ANTAQ os reajustes e revisões de preços, por intermédio do SDN;

XVI - enviar à ANTAQ, até o dia 30 de abril, as seguintes informações coletadas, por linha de navegação de travessia, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior, conforme a seguir especificado:

a) o Plano de Contas, conforme modelo exposto no Anexo "E" desta resolução;

b) a Planilha de Capital Investido, conforme modelo exposto no Anexo "F" desta resolução; e

c) a Planilha de Dados Operacionais, conforme modelo exposto no Anexo "G" desta resolução. (NR)"

Art. 6º Alterar os incisos XX e XXXIV do art. 23 do Anexo da Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"XX - deixar de enviar à ANTAQ as informações referidas nos incisos VIII, XV ou XVI do art. 14 (multa de até R$ 5.000,00);"

.....

"XXXIV - deixar de comunicar à ANTAQ e aos usuários, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, qualquer programação de paralisação eventual, periódica ou definitiva do serviço autorizado (multa de até R$ 5.000,00);"

.....

Art. 7º Incluir os incisos XLIV e XLV no art. 23 do Anexo à Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"XLIV - Deixar de comunicar aos usuários, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as alterações de caráter permanente no esquema operacional aprovadas pela ANTAQ (multa de até R$ 5.000,00); (NR)

XLV - Praticar tabela de preços sem a anuência prévia da ANTAQ (multa de até R$ 5.000,00); (NR)"

Art. 8º Incluir os arts. 30 e 31 no Anexo da Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 30. O envio de informações a que se referem os incisos VIII e XV do art. 14, da Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 2009, poderá ser realizado, opcionalmente, até 180 dias após a entrada em vigência desta Norma, por intermédio do endereço eletrônico dados.travessia@antaq.gov.br, ou diretamente nos locais de atendimento da ANTAQ. (NR)

Art. 31. O envio de informações a que se refere o inciso XVI do art. 14 será exigido a partir do ano de 2017, devendo ser encaminhado até 30 de abril de 2018. (NR)"

Art. 9º Incluir os Anexos "E", "F", e "G" na Norma anexa à Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 2009.

Art. 10. Os Anexos citados no art. 9º não serão publicados no Diário Oficial da União - DOU e estarão disponíveis na íntegra no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.031, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.003480/1994, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 411ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da lnfraestrutura - REIDI, do projeto proposto pela empresa Terminal de Grãos Ponta da Montanha S/A - TGPM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.441.792/0002-13, relativo à implantação de um tombador e respectivas obras civis no Terminal de Uso Privado - TUP, denominado TUP Ponta da Montanha, localizado no município de Barcarena/PA, outorgado por meio do Contrato de Adesão nº 001/2014-ANTAQ, eis que atendidos os requisitos constantes da Portaria nº 124-SEP/PR, de 29 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 201, de 4 de agosto de 2016, publicada no DOU de 11/08/2016, Seção 1, pág. 46, onde se lê: "Naviaraí;", Leia-se: "Nova Alvora do Sul"

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

PORTARIA Nº 632, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O Diretor-Presidente da VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social vigente, considerando o resultado final do Concurso Público homologado por edital publicado no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2012, resolve:

Convocar os candidatos aprovados no Concurso Público supramencionado para os cargos de ampla concorrência, conforme relacionado no Anexo I desta Portaria.

MÁRIO MONDOLFO
Interino

ANEXO I - POLO MATO GROSSO

A VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público, realizado em 09 de setembro de 2012 no Polo de Mato Grosso, para comparecer ao seu escritório, situado na cidade de Ilhéus-BA, localizado na Av. Soares Lopes, n. 1368, Centro, CEP: 45653-005, até o dia 10 de outubro de 2016 das 09h às 11h30 ou das 14h às 17h30, munido da documentação necessária à admissão, conforme relação publicada no site www.valec.gov.br/concurso2012. Data de admissão, impreterivelmente, até o dia 11 de outubro de 2016, sob pena de desclassificação.

Em caso de dúvidas, solicitamos entrar em contato pelo telefone (61) 2029-6123.

Nível Superior - Mato Grosso

Cargo/Polo	Inscrição	Nome	Class	CPF
Engenheiro Civil / Mato Grosso - PNE	1727078	ERNI PAULO GIOTTO*	23	30382386000

*Obs: Candidato da 1ª colocação da lista de PNE - Portador de Necessidades Especiais e da 23ª colocação da lista de Ampla Concorrência convocado, sub judice.

PORTARIA Nº 633, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O Diretor-Presidente da VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social vigente, considerando o resultado final do Concurso Público homologado por edital publicado no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2012, resolve:

Convocar os candidatos aprovados no Concurso Público supramencionado para os cargos de ampla concorrência, conforme relacionado no Anexo I desta Portaria.

MÁRIO MONDOLFO
Interino

ANEXO I - POLO MATO GROSSO

A VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público, realizado em 09 de setembro de 2012 no Polo de Mato Grosso, para comparecer à sua Sede, situado na cidade de Brasília-DF, localizado na SEP/SUL, Quadra 713/913, Lote E, Asa Sul, CEP: 70.390-135, até o dia 11 de outubro de 2016 das 09h às 11h30 ou das 14h às 17h30, munido da documentação necessária à admissão, conforme relação publicada no site www.valec.gov.br/concurso2012. Data de admissão, impreterivelmente, até o dia 11 de outubro de 2016, sob pena de desclassificação.

Em caso de dúvidas, solicitamos entrar em contato pelo telefone (61) 2029-6123.

Nível Superior - Mato Grosso

Cargo/Polo	Inscrição	Nome	Class	CPF
Engenheiro Civil / Mato Grosso	1362542	WAGNER EDSON RIBEIRO FERREIRA*	2	34416533861

*Obs: Candidato da 2ª colocação da lista de Ampla Concorrência convocado, sub judice.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 76, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO 2016), e a autorização constante no art. 4º, inciso II, da Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.150.000
		ATIVIDADES							
03 062	0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar							1.150.000
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							1.150.000
			F	4	2	90	0	100	1.150.000
TOTAL - FISCAL									1.150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.150.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.150.000
		ATIVIDADES							
03 062	0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar							1.150.000
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							1.150.000
			F	3	2	90	0	100	1.150.000
TOTAL - FISCAL									1.150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.150.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 184ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2016

Início: 14h08.

Presidência: Ronaldo Curado Fleury. Presentes os Senhores Conselheiros: Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente), Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária), Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón, Manoel Jorge e Silva Neto, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Ricardo José Macedo de Britto Pereira e Edelamare Barbosa Melo. Ausente, justificadamente, o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello. Presentes a Ouvidora do MPT Heloisa Maria Moraes Rego Pires e a Vice-Presidente da ANPT, a Procuradora do Trabalho Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro.

Deliberações:

Inversão de pauta.

01 - Processo CSMPT nº 2.00.000.005721/2014-17.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Proposta de criação de Subcâmaras de Coordenação e Revisão do MPT.

Relator: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator pela aprovação da proposta de resolução do CSMPT apresentada às fls. 160/163, e do voto da Conselheira revisora, no mesmo sentido, pediram vistas regimentais sucessivas, os Conselheiros Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Sandra Lia Simón e o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 200ª Sessão Ordinária, 25/02/2016.

Decisão anterior: Permaneceram com vistas regimentais sucessivas os Conselheiros Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Sandra Lia Simón e o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausentes, momentânea e justificadamente, os Conselheiros Manoel Jorge e Silva Neto e Ricardo José Macedo de Britto Pereira. CSMPT, 178ª Sessão Extraordinária, 17/03/2016.

Decisão anterior: Permaneceram com vistas regimentais sucessivas a Conselheira Sandra Lia Simón e o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Ricardo José Macedo de Britto Pereira. CSMPT, 201ª Sessão Ordinária, 31/03/2016.

Decisão anterior: Prossegue com a vista regimental o Conselheiro Ronaldo Curado Fleury. Ausentes, momentânea e justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury e, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 202ª Sessão Ordinária, 28/04/2016.

Decisão anterior: Após a devolução da vista regimental do Presidente Ronaldo Curado Fleury, pediu vista regimental dos autos a Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano. CSMPT, 180ª Sessão Extraordinária, 12/05/2016.

Decisão anterior: Retirado de pauta a pedido do Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 182ª Sessão Extraordinária, 21/06/2016.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, inicialmente, não apreciou a proposição, da Conselheira Edelamare Barbosa Melo, de análise conjunta da matéria relativa a criação de Subcâmaras com a proposta de Regimento Interno da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT, por tratar de tema superado. Em seguida, o Conselho Superior, com ressalva de fundamentação da Conselheira Edelamare Barbosa Melo quanto ao artigo 1º e do Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, relativo ao artigo 2º, decidiu, por maioria, aprovar e editar a Resolução CSMPT nº 130, de 04/10/2016, que dispõe sobre criação, composição, atribuições e funcionamento de Subcâmaras de Coordenação e Revisão no âmbito do Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Restaram vencidos o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, quanto ao artigo 2º e inciso I, do artigo 4º; os Conselheiros Sandra Lia Simón, Edelamare Barbosa Melo e Ronaldo Curado Fleury, parcialmente, no tocante ao § 1º, do artigo 3º; a Conselheira Edelamare Barbosa Melo, com relação aos §§ 3º e 4º, do artigo 3º; o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho, relativamente ao inciso VI, do artigo 4º; os Conselheiros Ricardo José Macedo de Britto Pereira (relator) e Sandra lia Simón, parcialmente, no que tange ao parágrafo único, do artigo 4º; a Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, no concernente a redação do artigo 11; e, quanto ao artigo 16, ficaram vencidos, parcialmente, os Conselheiros Ricardo José Macedo de Britto Pereira (relator), Manoel Jorge e Silva Neto e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 184ª Sessão Extraordinária, 04/10/2016.

02 - Processo CSMPT nº 2.00.000.034475/2015-83.

Interessado: MPT.

Assunto: Encaminha cópia da Resolução CASMPU nº 02/2015, que fixa regras gerais que deverão orientar o exercício de plantão nos ramos do Ministério Público da União.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Revisor: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 206ª Sessão Ordinária, 29/09/2016.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, aprovar e editar a Resolução CSMPT nº 131, de 04/10/2016, que fixa regras para orientar o exercício de plantão nas unidades do Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto da

Conselheira Relatora, vencido parcialmente o Conselheiro Revisor quanto ao artigo 2º, caput e a alínea "a" do mesmo dispositivo. CSMPT, 184ª Sessão Extraordinária, 04/10/2016.

03 - Processo CSMPT nº 2.00.000.008925/2014-00.

Interessado: Associação dos Procuradores do Trabalho - ANPT.

Assunto: Regulamentação, no âmbito do MPT, da gratificação por exercício cumulativo de Ofícios.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Revisor: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.

Decisão anterior: Vista regimental sucessiva aos Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas. CSMPT, 180ª Sessão Extraordinária, 12/05/2016.

Decisão anterior: Renovou pedido de vista regimental o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho. CSMPT, 182ª Sessão Extraordinária, 21/06/2016.

Decisão anterior: Vista regimental comum a todos os Conselheiros do Colegiado. CSMPT, 204ª Sessão Ordinária, 30/06/2016.

Decisão: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária. CSMPT, 184ª Sessão Extraordinária, 04/10/2016.

04 - Processo CSMPT nº 2.00.000.008741/2014-31 - (apensos: 2.00.000.020052/2014-03 e 2.00.000.032221/2015-21).

Interessados: Maurício Coentro Pais de Melo, José de Lima Ramos Pereira, Francisco Gérson Marques de Lima e Outros.

Assunto: Proposta de regulamentação das Coordenadorias Nacionais.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão anterior: O Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho, revisor, diante dos motivos expostos nos autos, declarou sua suspeição. Em seguida, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho determinou a redistribuição do feito a novo revisor, devendo, posteriormente, os autos serem encaminhados, primeiramente, à Conselheira Relatora e após ao (à) Conselheiro(a) Revisor(a). CSMPT, 180ª Sessão Extraordinária, 12/05/2016.

Decisão anterior: Retirado de pauta a pedido do Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 182ª Sessão Extraordinária, 21/06/2016.

Decisão: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária. CSMPT, 184ª Sessão Extraordinária, 04/10/2016.

Término: 17h33.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do CSMPT

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira-Secretária do CSMPT

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.165, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em denúncia apresentada por funcionária da empresa GLEISON MANICA - ME (Nome Fantasia: CHURRASCARIA ARIZONA), CNPJ: 07.433.300/0001-03, localizada na Avenida Bento Gonçalves, nº , 6117, Bairro São José, Porto Alegre/RS, CEP 90540-000, notícia de que estaria ocorrendo a prática de assédio moral, agressões físicas e verbais no ambiente de trabalho;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, X, da Constituição da República;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de GLEISON MANICA - ME (Nome Fantasia: CHURRASCARIA ARIZONA), CNPJ: 07.433.300/0001-03, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003373.2016.04.000/3;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.185, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em certidão acostada aos autos do Inquérito Civil nº 001127.2014.04.000/9 notícia de que trabalhadora da empresa Puras do Brasil S.A., CNPJ: 87.001.335/0469-51, localizada na Avenida Severo Dullius, nº 500, Porto Alegre/RS, teria sido despedida em função de denúncia que seu filho realizou perante o Ministério Público Estadual;

que tal prática viola, em tese, o disposto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, entre outros dispositivos legais;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Puras do Brasil S.A., CNPJ: 87.001.335/0469-51, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003378.2016.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.196, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que ao Ministério Público do Trabalho foi encaminhada denúncia noticiando que no âmbito do empreendimento CEZAR TEIXEIRA - ME (Nome Fantasia: CEZAR 582 - BAR E RESTAURANTE), com inscrição no CNPJ sob o nº 08.636.392/0001-91, e endereço à Rua Câncio Gomes, 775, bairro Floresta, Porto Alegre/RS, CEP 90220-060, haveria trabalho proibido em razão da idade e/ou condição;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola as disposições contidas no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de CEZAR TEIXEIRA - ME (Nome Fantasia: CEZAR 582 - BAR E RESTAURANTE), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003480.2016.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.207, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que foi apresentada denúncia indicando que o âmbito da DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 72.381.189/0001-10, estabelecida na Avenida Industrial Belgraf, 400, bairro Industrial, Eldorado do Sul/RS, CEP 92.990-000, pessoa como deficiência teria sido discriminada, por ocisão de promoções e quando do desligamento; não teria tido seu posto/local de trabalho adequado às suas necessidades, e foi dispensada mesmo estando em tratamento de saúde;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, indica possível violação ao disposto no artigo 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, e nas leis 10.098/2000, e normas regulamentares contidas no Decreto nº 5.296/2004, e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009), 13.145/2015, 8.213/91 e 9.029/95;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de DELL COMPUTADORES DO BRASIL S/A, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003445.2016.04.000/2;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.247, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando,

a partir de relatório fiscal encaminhado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul (SRTE/RS), a notícia de que a pessoa jurídica de direito privado MAC PETRY CONSTRUÇÕES EIRELI - ME (Nome Fantasia: MAC PETRY CONSTRUÇÕES), CNPJ: 24.294.063/0001-66 , mantinha 02 (dois) empregados trabalhando para a empresa DE GRANDI CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 04.477.214/0001-04, na obra localizada na Rua Dom Diogo de Souza, 731 - B, Cristo Redentor - Porto Alegre/RS, o que poderia indicar a existência de irregularidades relativas à contratação de serviços para a execução de atividade-fim;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam o teor dos artigos 2º, 3º, 442 e 455 da Consolidação das Leis do Trabalho e a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de MAC PETRY CONSTRUÇÕES EIRELI - ME (Nome Fantasia: MAC PETRY CONSTRUÇÕES), CNPJ: 24.294.063/0001-66, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003631.2016.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.254, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando,

com base em denúncia protocolada perante esta Procuradoria, notícia de que em estabelecimento do empreendimento CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A., CNPJ : 04.088.208.0001-65 (nome fantasia SEM PARAR) não seria fornecida água águas aos trabalhadores e não existiria local adequado para a realização das refeições";

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam as disposições contidas no artigo nos artigos 7, XXII, da Constituição Federal, 200, inciso VII, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Norma Regulamentadora nº 24;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A., CNPJ: 04.088.208.0001-65 (nome fantasia SEM PARAR), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003608.2016.04.000/8;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 603, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

ICP n.º 08190.112607/16-58.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público informações sobre suposta venda de armas de brinquedo, réplicas ou simulacros de armas de fogo realizada na denominada 'Feira dos Importados', contrariando, eventualmente, os dispositivos da Lei Distrital nº 5.180/13 e da Lei Federal nº 10.286/03;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos; resolve:

Com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando investigar eventual venda de armas de brinquedo, réplicas ou simulacros de armas de fogo realizada na denominada 'Feira dos Importados', e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

TRAJANO SOUSA DE MELO
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 58, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 1ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.042048/16-20, que tem como interessados: PEDRO PAULO BARBOSA GAMA, GILVERLENO NOGUEIRA DO NASCIMENTO, DEUSDETH CADENA FINOTTI, POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL e TERRACAP para apurar a prática de improbidade administrativa por lesão ao erário e enriquecimento ilícito.

ROBERTO CARLOS SILVA

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DOS DIRETOS DIFUSOS

PORTARIA Nº 2, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

A 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Diretos Difusos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.170234/16-30 que tem como interessada a Administração Regional de Ceilândia, a fim de apurar possíveis irregularidades em contratações celebradas por meio do Procedimento Administrativo nº 138.000.574/2015, referente ao evento denominado "Natal Solidário", realizado nos dias 26 e 27 de dezembro de 2015.

HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 37, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em Substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora regimental, o Presidente Aroldo Cedraz declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), André Luís de Carvalho (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Raimundo Carreiro) e do Representante do Ministério Público Procurador Paulo Soares Bugarin. Ausentes, em missão oficial, o Ministro Augusto Nardes e, em férias, os Ministros Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 36, referente à sessão ordinária realizada em 21 de setembro corrente (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Realização do Evento "Oficina de Inovação", no Salão Nobre, para servidores técnicos de EFS da Olacefs, bem como para convidados do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), período de 28 a 30 de setembro.

Posse do Dr. Rodrigo Medeiros de Lima, no cargo de Procurador do Ministério Público junto ao a este Tribunal.

Solenidade de hasteamento da bandeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dia 29 de setembro, ao meio-dia, no Edifício Sede do TCU.

Acordos de cooperação técnica, com diversas instituições no Estado do Espírito Santo, para constituir o Fórum Permanente de Combate à Corrupção (FOCCO-ES) e outros.

Convocação de Sessão Extraordinária destinada à apreciação das Contas da Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 2015.

Elaboração pela Segecex do Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção para organizações públicas.

Do Ministro José Múcio Monteiro:

Determinação à Segecex, aprovada pelo Plenário, no sentido de definir, com a urgência que o caso requer, uma estratégia de atuação para fiscalizar os desinvestimentos da Petrobras.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 22 a 28 de setembro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Recurso: 002.025/2003-3/R001
Recorrente: Francisco Campos de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R002
Recorrente: Irene Alves Pereira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R003
Recorrente: Homero Alves Pereira (espólio, representado por Irene Alves Pereira (CPF 306.941.599-72)
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R004
Recorrente: MARILENE MENDES DA SILVA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R005
Recorrente: CLOVIS ANTONIO PEREIRA FORTES
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R006
Recorrente: SILVANO CARVALHO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R007
Recorrente: Normando Corral
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R008
Recorrente: Antônio Carlos Carvalho de Sousa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R010
Recorrente: LUCIANO ALVES
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 017.006/2007-7/R011
Recorrente: NATALINO MARCIO VIANA DA COSTA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 019.476/2007-2/R001
Recorrente: LUISA LINS DE ALBUQUERQUE HERCULANO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 016.513/2008-2/R001
Recorrente: WORLD SERVICE SERVIÇOS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 016.513/2008-2/R002
Recorrente: LRC SILVESTRE - ME
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 016.513/2008-2/R003
Recorrente: Sidney Mariano de Brito
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 016.513/2008-2/R004
Recorrente: LOCADORA E COMERCIO DE VEÍCULOS ARAGUAIA LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 017.674/2010-7/R001
Recorrente: Alfredo Gomes Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 011.492/2012-0/R001
Recorrente: Jardel Vasconcelos Carmo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 022.809/2012-0/R001
Recorrente: CONSENT - CONSTRUTORA SERVIÇOS E TERRAPLANAGEM LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 032.087/2012-8/R001
Recorrente: MARIA DE SOUSA LIRA
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 012.948/2013-6/R001
Recorrente: José Amsterdam de Miranda Sandres Sobrinho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 012.948/2013-6/R002
Recorrente: Maria Auxiliadora Marques de Lima
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 012.948/2013-6/R003
Recorrente: Suely de Souza Melo da Costa
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 025.653/2013-0/R001
Recorrente: AGAPE CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 003.168/2014-0/R003
Recorrente: FLASHSEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI - EPP
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 004.151/2014-3/R001
Recorrente: Raimundo Nonato Alves Bezerra
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 010.457/2014-3/R003
Recorrente: Enildo Alves
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 014.872/2014-5/R001
Recorrente: EVALDO OLIVEIRA DA CUNHA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 021.830/2014-2/R001
Recorrente: Danubia Loyane de Almeida Carneiro e Magno Augusto Bacelar Nunes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 029.865/2014-0/R001
Recorrente: Alcides Muller
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 032.476/2014-0/R001
Recorrente: Lauri Jorge Gerelli
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 000.974/2015-3/R001
Recorrente: Antonio Valadares de Souza Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 001.014/2015-3/R001
Recorrente: Luiz Carlos dos Santos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 001.096/2015-0/R001
Recorrente: Alexandre Braga Pegado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 001.805/2015-0/R002
Recorrente: José Pereira Freitas da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 005.422/2015-9/R001
Recorrente: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 014.432/2015-3/R001
Recorrente: AUGUSTA BRITO DE PAULA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 016.901/2015-0/R001
Recorrente: Augusto Donizetti Fajan
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 033.135/2015-0/R001
Recorrente: PRIMEIRA REGIÃO MILITAR
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 034.960/2015-5/R001
Recorrente: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 007.815/2016-6/R001
Recorrente: ABNER AKIU DE ABREU
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 014.254/2016-6
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO
Processo: 025.273/2016-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO
Processo: 008.945/2011-0
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES
Processo: 026.367/2016-5
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Contestação
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO
Processo: 026.500/2016-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN
Processo: 275.145/1990-5
Interessado: MARIA ISOLDA SOARES DE ARRUDA, EVELINE MARIA SOARES DE ARRUDA
Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-015.705/2011-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes - OAB/DF nº 41.796 produziu sustentação oral em nome de José Roberto Jung Santos.

Na apreciação do processo nº TC-018.163/2010-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (em substituição ao Ministro Augusto Nardes), o Dr. Ilan Kelson de Mendonça Castro - OAB/MA nº 8.063-A não compareceu para produzir sustentação oral em nome de Marinalva Madeiro Neponucena Sobrinho.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-025.968/2014-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (em substituição à Ministra Ana Arraes). Por conta disso, o Dr. Guilherme Augusto Cardoso não apresentou a sustentação oral requerida em nome de Wilson Abadio de Oliveira, Sebastião Sérgio de Souza, Laís Nicácio da Silva Santos, Paua Fontes Guinati, Elione Aparecida Feitosa Alves, Osvaldo Mitsuharo Nakamura, José Ediberto Celestino dos Santos e Fábio Barbosa Alves.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-033.478/2014-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (em substituição à Ministra Ana Arraes). Por conta disso, o Dr. Adilson Elias Santorello não apresentou a sustentação oral requerida em nome de Emerson Yuzo Togashi e de Helton Cleiton de Souza.

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A PAUTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

O processo nº TC-003.771/2011-3, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi transferido para a pauta da sessão extraordinária de caráter reservado realizada nesta data.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-001.765/2013-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-027.447/2006-7, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-030.129/2015-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-002.998/2014-9, TC-006.166/2012-1, TC-008.786/2011-9, TC-010.290/2008-8, TC-014.264/2016-1, TC-014.955/2012-1, TC-018.754/2016-3, TC-031.837/2013-1, TC-033.800/2015-4, TC-035.116/2011-0, TC-041.557/2012-3 e TC-044.058/2012-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-017.328/2016-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-002.099/2014-4, TC-005.314/2011-9, TC-010.546/2009-4 e TC-011.182/2015-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2477 a 2490.

RELAÇÃO Nº 49/2016 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
ACÓRDÃO Nº 2477/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 do Acórdão 2.891/2014 - TCU - Plenário, e em apensar os presentes autos ao TC 033.881/2013-8 (Relatório de Auditoria), dando-se ciência desta deliberação ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de acordo com o parecer emitido pela SeinfraHid:

1. Processo TC-015.977/2016-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2478/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas/implementadas as deliberações 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.1.4, 9.1.1.5, 9.1.1.7, 9.1.2.1, 9.1.2.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5, 9.1.2.6, 9.1.3.1, 9.1.3.2, 9.1.3.3, 9.1.3.4, 9.1.3.5, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.4.1 e 9.5 do Acórdão 3.382/2010-TCU-Plenário; parcialmente cumpridas as determinações 9.1.1.3, 9.1.1.6, 9.1.1.8, 9.1.1.9, 9.1.1.10 e 9.1.1.11 do Acórdão 3.382/2010-TCU-Plenário; em cumprimento a determinação 9.2 do Acórdão 3.382/2010-TCU- Plenário; e não implementada a recomendação 9.6 do Acórdão 3.382/2010-TCU-Plenário; em fazer a seguinte determinação e adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer emitido pela Sefit:

1. Processo TC-003.406/2016-4 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Hospital de Guarnição de Porto Velho; Ministério da Fazenda (vinculador); Procuradoria-geral da Fazenda Nacional

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar, com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250 inciso II, ao Ministério da Fazenda que encaminhe ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, documentos e informações que comprovem o cumprimento integral da deliberação contida no item 9.2 do Acórdão 3.382/2010-TCU-Plenário;

1.7. Medidas:

1.7.1. apor a chancela de sigilo aos presentes autos, com exceção desta deliberação e do relatório técnico de peça 119;

1.7.2. autorizar, a partir da data desta deliberação, a divulgação de sumário executivo e de informativo do presente monitoramento;

1.7.3. apensar os presentes autos ao TC 011.296/2009-4, no qual foi proferido o Acórdão 3.382/2010-TCU-Plenário, nos termos do inciso II do art. 5º da Portaria Segecex 27, de 19/10/2009;

1.7.4. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; ao Ministério da Fazenda; à Advocacia-Geral da União; à Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro; ao Hospital de Guarnição de Porto Velho do Exército Brasileiro; e à SecexFazenda deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 2479/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o pedido da medida cautelar formulado pela empresa licitante Círculos Comunicação e Produções de Eventos Ltda., tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida; encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à representante e ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae/MA), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-020.474/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Anna Carollinne Fernandes Alves (011.015.703-69)

1.2. Interessados: Faz Promoções e Eventos Ltda. Epp (17.094.878/0001-36); Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (06.053.847/0001-10)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.7. Representação legal: Sidney Filho Nunes Rocha (5746/OAB-MA) e outros, representando Faz Promoções e Eventos Ltda. Epp.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2480/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no *caput* do art. 235 do RI/TCU; indeferir o requerimento de medida cautelar, *inaudita altera pars*, formulado pela empresa Planalto Service Ltda., por estar em desacordo com o previsto no art. 276, *caput*, do Regimento Interno; considerar prejudicado, por perda de objeto, o pedido de ingresso nos autos como interessada formulado pela empresa Planalto Service Ltda.; e encaminhar cópia da instrução de peça 12 e desta deliberação à representante e à Imprensa Nacional, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-025.522/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Imprensa Nacional

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Nerylton Thiago Lopes Pereira (24749/OAB-DF) e outros, representando Planalto Service Ltda..

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 33/2016 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER
ACÓRDÃO Nº 2481/2016 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de acompanhamento constituído em obediência ao comando contido no item 9.1 do Acórdão 2.649/2012 (TC 008.157/2012-0), por meio do qual o Plenário deste Tribunal determinou a constituição de processos específicos para análise de cada uma das irregularidades praticadas nos contratos e licitações objeto da "Operação Galiléia";

Considerando que o processo tem por escopo específico a apuração de fraudes ao caráter competitivo do convite 17/2003, por meio de ajuste entre as licitantes - R&A Construções e Comércio Ltda. e P&C Projetos e Construções Ltda., comprovado pelo testemunho e escuta ambiental entregue à Polícia Federal pela sócia da empresa P&C, Ana Cecília Saraiva Lima (CPF 461.890.752-49);

Considerando que os pareceres constantes dos autos, bem como aqueles constantes do processo TC 008.157/2012-0 não apontam a existência de dano ao erário na execução do contrato decorrente do convite 17/2003;

Considerando que o transcurso do tempo já superou o prazo de prescrição decenal de eventual punição aos gestores, pela ausência de qualquer notificação aos responsáveis; e

Considerando a proposta uniforme da unidade técnica pelo arquivamento dos presentes autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, XXIX, 143, inciso V, alínea "a", 169, II, do Regimento Interno/TCU, em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-042.036/2012-7 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Responsável: Carlos José Ponciano da Silva (557.168.657-04)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 33/2016 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
ACÓRDÃO Nº 2482/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por se referir a fatos que se situam fora da esfera jurisdicional desta Corte de Contas, deixando de avaliar, por conseguinte, o pedido de medida cautelar pleiteado, e remetendo cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas para as providências que entender cabíveis, consoante os pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo após cientificar o representante do decidido, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-026.125/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Edmilson Genuíno Santos Junior, servidor municipal

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/AL

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 33/2016 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS
ACÓRDÃO Nº 2483/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação constante do item 9.2 do Acórdão 105/2015-TCU-Plenário; e em determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 020.808/2014-3, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.434/2015-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo - Alagoas (00.414.607/0002-07)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2484/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar atendidas as medidas constantes dos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.292/2013-TCU-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Plenário; encaminhar cópia deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 9), ao Procurador da República no Distrito Federal Hélio Ferreira Heringer Júnior; e em determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 003.464/2013-0, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.566/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Ministério do Esporte (vinculador); Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2485/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em deferir o pedido de prorrogação de prazo feito pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da conclusão do item 9.1 do Acórdão 756/2015-TCU-Plenário, para que o HCPA cumpra o item 9.3.1 do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.912/2012-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-001.442/2015-5 (SOLICITAÇÃO); TC-011.385/2015-4 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH (15.126.437/0001-43); Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (60.448.040/0001-22); Hospital de Clínicas de Porto Alegre (87.020.517/0001-20); SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (61.699.567/0001-92)

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.4. Órgão/Entidade: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Hospital de Clínicas/UFMG - MEC; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Ministério da Educação e Cultura; Ministério da Saúde (vinculador); Secretaria de Atenção à Saúde; Secretaria de Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado de São Paulo; Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul.

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.8. Representação legal: Nikolai Olegovich Roque Lafaeff (210641-E/OAB-SP) e outros, representando SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; João Carlos Pennesi (30303/OAB-SP) e outros, representando Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Wesley Cardoso dos Santos (16.752/OAB-DF), representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; Jairo Henrique Gonçalves (12226/OAB-RS), representando Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2486/2016 - TCU - Plenário

Considerando o disposto no item 9.3.1 do Acórdão 2.805/2015-TCU-Plenário e a determinação dirigida à Segecex, na sessão de 3 de dezembro de 2014, para que fosse realizada "auditoria da qual resulte avaliação das eventuais vantagens e desvantagens decorrentes da opção pelo RDC nas licitações públicas, em especial quanto ao uso do regime de contratação integrada";

Considerando que, passada a fase de planejamento desta fiscalização, sobreveio uma Solicitação do Congresso Nacional (peça 14), com o objetivo de avaliar os resultados da introdução, na Administração Pública, da figura da Contratação Integrada (TC 033.102/2015-5);

Considerando que levantamento realizado pela Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra) revelou "a existência de apenas uma licitação na modalidade RDC-CI no âmbito da Infraero, três no Ministério da Integração e seis na Valec" e que "Quanto ao DNIT, desde 2012, a autarquia tem se utilizado do RDC-CI, possuindo, em levantamento preliminar, até março de 2015, cerca de 110 licitações homologadas ou aguardando homologação";

Considerando que, em razão dessa discrepância, a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária propôs que as análises se concentrassem nas licitações realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a fim de que a amostra analisada pudesse atender ao critério de significância e similaridade das obras;

Considerando que, por meio do Acórdão 741/2016-TCU-Plenário, o Tribunal autorizou fiscalização no Dnit com vistas a subsidiar a realização do trabalho mencionado;

Considerando os postulados da economia processual e da racionalização administrativa como decorrências do princípio constitucional da eficiência;

Considerando as razões declinadas à peça 15 destes autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em determinar o encerramento do TC 034.974/2015-6 por meio de apensamento definitivo ao TC 033.102/2015-5, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução - TCU 259, de 7 de maio de 2014, bem como do encerramento da fiscalização Fiscalis 544/2015, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.974/2015-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 011.751/2016-9 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Ministério da Integração Nacional (vinculador); Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).

1.7. Representação legal: Keyla Regina da Silva Torres Bosco Matias e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Silvia Regina Schmitt (38.717/OAB-DF), representando Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/a.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 44/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2487/2016 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Relatório de Auditoria de conformidade realizada pela Secex/BA na Universidade Federal da Bahia, tendo por objeto contratos de prestação de serviços logísticos,

Considerando que não foram encontradas pela equipe de auditoria ocorrências de significativa gravidade ou que indicassem qualquer prejuízo para o Erário;

Considerando que a falhas verificadas na auditoria dão ensejo ao aprimoramento da gestão e dos controles internos da autarquia auditada;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica lançados nos autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tagColegiado, por unanimidade, em:

a) recomendar à Universidade Federal da Bahia que institua mecanismos de controle interno para verificar a idoneidade das garantias ofertadas pelos licitantes (Acórdão 498/2011 - Plenário), e que incorpore aos termos de referência dos futuros editais documento anexo contendo modelos de cláusulas de garantia e de seguros, que contenham as salvaguardas necessárias ao adimplemento contratual;

b) dar ciência à Universidade Federal da Bahia de que:

b.1) a teor do art. 56, §1º, inc. III, a fiança bancária com o objetivo de garantir o adimplemento da execução contratual deve ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil;

b.2) considerando o princípio da indisponibilidade do interesse público, o gestor responsável pela condução da licitação tem o dever legal de instaurar procedimento administrativo para apurar a conduta das sociedades empresárias que não atendam aos editais ou não honrem suas propostas, procedendo a aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, em caso de rejeição das justificativas apresentadas (Acórdãos TCU n. 1.793/2011 e 754/2015, ambos do Plenário);

c) arquivar o presente processo após as comunicações processuais regulamentares.

1. Processo TC-032.020/2015-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Dora Leal Rosa (042.485.975-00); Joao Carlos Salles Pires da Silva (356.474.425-87)

1.2. Interessada: Secex/BA.

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2488/2016 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar (peça 1), apresentada, com fulcro no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno, pela empresa Engemax Construções e Serviços Ltda. - ME, acerca da ocorrência de supostas irregularidades (fraude, desvio de finalidade, desobediência à Lei 8.666/1993 e favorecimento em processo licitatório) praticadas nas Tomadas de Preços 12, 13, 14, 15 e 16/2016, conduzidas pela Prefeitura Municipal de Vera Cruz/BA e patrocinadas com recursos federais,

Considerando o aspecto de a documentação em tela poder ser conhecida como Representação, tendo em vista preencher os requisitos de admissibilidade para tanto;

Considerando o registro da Secex/BA quanto ao fato de esta Representação reiterar, em seu teor, aquele da Representação constante do TC-021.199/2016-7, somente dela se diferenciando em função de, naquele caso, o signatário da peça não haver comprovado poderes para falar em nome da empresa Engemax, enquanto neste feito o expediente inicial é assinado pelo sócio administrador da referida sociedade empresária;

Considerando, então, o aspecto ressaltado pela unidade instrutiva de que embora este Tribunal, por meio do Acórdão 2042/2016 - TCU - Plenário, não haja conhecido da Representação constante do TC-021.199/2016-7, nos "considerandos" daquela deliberação explicitou-se a conclusão de que, após constatada a improcedência das supostas irregularidades atinentes à esfera de atuação desta Corte, restaria configurada, naquela peça, a preponderância da defesa de interesses particulares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Representação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade para tanto, em especial o § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993 e o inc. VII do art. 237 do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) determinar o encaminhamento de cópia deste acórdão, bem como da instrução constante da peça nº 3, à representante;

c) arquivar estes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-025.608/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Engemax Construções e Serviços Ltda. - ME, CNPJ 06.124.305/0001-91.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vera Cruz/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secex/PE.

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 42/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2489/2016 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas ordinária do Departamento de Polícia Federal, relativas ao exercício de 2003, que foi organizada de forma consolidada em conformidade com o art. 27 da IN TCU nº 12/1996 (alterada pela IN TCU nº 45/2002) e com a Decisão Normativa TCU nº 49/2002, então vigentes;

Considerando que, por intermédio do Acórdão 2.494/2008-TCU-Plenário, as contas dos responsáveis de todas as superintendências e demais unidades gestoras, exceto as do Amazonas (AM), foram julgadas, tendo sido sobrestadas as contas dos responsáveis pelo Departamento de Polícia Federal (Sede - UG 200015) e as contas dos responsáveis pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas (SRDPF/AM - UG 200073), referentes aos exercícios de 2003 e 2004, nos seguintes termos:

"*c) sobrestar, com fulcro no art. 39, caput, e § 1°, da Resolução TCU n° 191/2006, a apreciação das contas dos responsáveis do DPF Sede - UG 200015, exercício 2003, e da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas (UG 200073), exercícios de 2003 e 2004, até o julgamento do TC 006.930/2004-9, no primeiro caso; e a conclusão dos inquéritos policiais 748/2005 e 128, 129, 130 e 263/2007, no segundo caso.*";

Considerando que o citado Acórdão 2.494/2008-Plenário determinou, ainda, à então 6ª Secex, em seu item 1.7.7, que fosse autuado processo apartado de acompanhamento, contendo as cópias das peças relativas às contas da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas (UG 200073), e que encaminhasse o referido feito à Secex/AM para que efetuasse o acompanhamento do resultado das apurações dos referidos inquéritos em curso na aludida superintendência regional;

Considerando que, tendo sido obtida a documentação referente aos inquéritos policiais no início de 2012, a Secex/AM indicou (Peça nº 16 do TC 031.787/2008-1) que, tendo a citada documentação sido enviada ao TCU, o referido processo de acompanhamento já teria cumprido o seu intento e, assim, propôs o apensamento do feito a este TC-007.843/2004-6, o que foi autorizado por despacho do Relator à Peça nº 19 dos correspondentes autos;

Considerando, pelo exposto, que não subsistem os motivos que ensejaram o sobrestamento deste feito, estando as presentes contas aptas a serem julgadas;

Considerando, de todo modo, que, remanescendo sem apreciação as contas dos responsáveis da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas (SRDPF/AM - UG 200073), referentes ao exercício de 2003, mostra-se indicado determinar à Secex/AM a constituição de processo apartado de contas ordinárias atinentes ao exercício de 2003 para a aludida unidade regional, vez que já houve o prévio entendimento entre os dirigentes da SecexDefesa, como unidade instrutora dos presentes autos, e da Secex/AM, conforme as informações acostadas às Peças nºs 178 e 179;

Considerando, por fim, que constam dos autos os pareceres uniformes sobre o mérito das presentes contas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tagColegiado, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público, em:

a) retirar os sobrestamentos determinados pelo Acórdão 2.494/2008-TCU-Plenário, relativos ao Departamento de Polícia Federal (Sede: UG 200015) e à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas (UG 200073), em razão do trânsito em julgado da decisão do TCU no TC 006.930/2004-9, além do desfecho dos IP: 748/2005 e 128, 129, 130 e 263/2007, todos do DPF;

b) julgar regulares, com ressalva, as contas de Paulo Fernando da Costa Lacerda e Vera Lúcia Costa Guimarães, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, dando-lhes quitação; e

c) julgar regulares as contas de Armando de Assis Possa, Zulmar Pimentel dos Santos, Aurélio de Medeiros Machado, Sandra Cristina de Araújo, Maria Aparecida de Souza, Izabel Maria Ferreira de Araújo, Arnaldo Lionel de Azevedo, Rosimere Rosa dos Santos Cavallim, Luzia Rocha da Silva, Sebastião Ferreira Barbosa, José Carlos Lima e Silva, Anilton Sena de Oliveira, Rogério Sales, Geraldo André Scarpellini Vieira e Marcelo de Oliveira Andrade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei nº 8.443/1992, dando-lhes quitação plena; e

d) fazer a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-007.843/2004-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2003)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.1. Apensos: TC-031.787/2008-1 (ACOMPANHAMENTO) e TC-014.720/2001-1 (DENÚNCIA)

1.2. Responsáveis: Abdon Rezende (CPF 102.942.285-00); Abel Gondim do Nascimento (CPF 104.400.114-34); Adailson Raul Klen de Aguiar (CPF 089.255.308-13); Ademar Stocker (CPF 213.630.480-15); Ademir Gonçalves (CPF 073.802.831-20); Adevan Bonfim Costa (CPF 494.005.171-49); Adriano Ferreira de Amorim (CPF 424.976.124-04); Agripino Oliveira Neto (CPF 059.929.073-00); Alcyon Dalle Carbonare (CPF 301.700.109-10); Aldair da Rocha (CPF 008.814.778-93); Aldemira Almeida Pontes (CPF 293.648.508-82); Algacy Chaves de Almeida (CPF 674.034.924-04); Aline do Nascimento Silva (CPF 043.267.842-53); Almir Silva dos Santos (CPF 098.662.991-04); Almir de Araujo Oliveira (CPF 221.510.104-06); Aloisio Valente Chaves (CPF 310.159.721-87); Alvaro Albino de Lima (CPF 144.684.092-15); Amaury da Costa Medeiros (CPF 074.618.952-49); Amelio Selles Barbosa Junior (CPF 200.544.671-87); Ana Cliver Ribeiro Brasil (CPF 030.596.932-34); Anaisa Viana Bento (CPF 380.428.604-63); André Luiz Diniz Gonçalves Soares (CPF 016.467.327-07); Anerio Nereu Messias Ferreira (CPF 635.142.149-72); Angela Rodrigues de Castro Silva (CPF 124.811.655-00); Anilton Sena de Oliveira (CPF 726.029.376-49); Annibal de Hollanda Bezerra de Mello (CPF 240.876.024-00); Antonio Carlos Caporlingua Paz (CPF 371.385.450-53); Antonio Carlos Costa (CPF 098.744.293-72); Antonio Carlos da Silva Viana (CPF 252.121.923-15); Antonio Dorgeval Andrade Granja (CPF 081.254.653-91); Antonio Jose Evangelista Filho (CPF 097.109.143-91); Antonio João Ribeiro Prestes (CPF 772.124.877-91); Antonio Juenildes Viana Santos (CPF 193.313.805-00); Antonio Nere Cavalcante de Macedo (CPF 032.761.713-68); Antonio Neto de Oliveira e Mendes (CPF 130.555.503-15); Antonio Patrioca de Sa Chaves (CPF 088.863.181-20); Antonio Ricardo Cardoso Payeras (CPF 395.736.990-87); Antonio da Graça Costa (CPF 215.904.273-00); Antônio Borges Filho (CPF 157.472.476-20); Arai Vianna dos Santos (CPF 252.104.167-04); Ariovaldo Peixoto dos Anjos (CPF 144.991.931-68); Aristoteles Lima dos Santos (CPF 256.686.095-53); Arivaldo Menezes Marques (CPF 492.744.817-72); Arlei de Avilla (CPF 342.087.129-53); Armando Correia Garcia Junior (CPF 534.624.837-49); Armando de Assis Possa (CPF 059.379.811-20); Arnaldo Lionel de Azevedo (CPF 769.537.001-06); Aroldo Costa (CPF 548.795.079-20); Augusto Cesar Oliveira Serra Pinto (CPF 350.317.437-00); Aurélio de Medeiros Machado (CPF 281.696.971-15); Benedita Pereira Ribeiro Gomes (CPF 016.950.882-04); Benedito Ventura Junior (CPF 044.468.418-23); Bergson Toledo Silva (CPF 060.886.944-91); Carlito Mendes dos Santos (CPF 375.225.666-49); Carlos Alberto Baima Gomes (CPF 317.297.461-87); Carlos Alberto da Silva Bartz (CPF 174.527.750-15); Carlos Augusto de Carvalho (CPF 020.685.937-69); Carlos Egídio de Jesus (CPF 681.701.907-97); Carlos Mauricio de Abreu (CPF 154.833.716-15); Carlos Portela (CPF 299.380.589-49); Carlos Rogerio Ferreira Cota (CPF 442.414.887-49); Carlos Sergio Beserra da Fontoura (CPF 073.795.013-72); Cecilia Maria dos Santos (CPF 318.143.879-00); Celia Maria Pacheco Anzoategui (CPF 074.730.105-06); Celso Gabriel Castro de Lucena (CPF 312.947.741-15); Celso Souza dos Anjos (CPF 185.224.249-34); Cesar Itiro Nabeya (CPF 179.737.081-20); Cesario Venancio de Souza Neto (CPF 426.048.855-49); Cicero Bezerra da Silva (CPF 035.896.843-72); Claret Israel de Morais (CPF 158.749.401-97); Clarimundo Flores (CPF 237.165.250-49); Claudia da Silva Cruz (CPF 171.634.201-53); Claudio Coelho Lima (CPF 872.559.958-53); Claudio Marcio Teixeira da Cunha (CPF 539.846.336-53); Claudionor da Silva Melo (CPF 250.934.874-49); Clênio Guimarães Belluco (CPF 348.537.401-63); Conceição de Maria Gonzaga Santos (CPF 135.143.423-34); Conrado Agnelo Flores (CPF 296.232.271-91); Cosmo Alves Bezerra de Carvalho (CPF 220.542.604-44); Dagoberto Oask Grandinetti Lemes (CPF 404.302.781-87); Darci Rigo (CPF 101.895.991-20); Decio Lucio de Souza (CPF 115.842.381-00); Delci Carlos Teixeira (CPF 161.775.410-20); Delluiz Simoes de Brito (CPF 209.882.652-49); Denilson Ferreira dos Santos (CPF 984.349.007-00); Deraldo Adolfo Barbosa do Nascimento (CPF 338.014.015-53); Dilson Jose Cerqueira Rodrigues (CPF 075.404.658-32); Dirceu Augusto Silva (CPF 078.067.016-72); Dirceu de Aguiar Batista (CPF 505.871.371-34); Dnivaldo Aderaldo de Oliveira (CPF 061.967.643-49); Domingas da Cunha Oliveira Costa (CPF 473.863.801-78); Domingos Gomes Meneses Filho (CPF 580.299.237-91); Donizeth Roberto Vitor (CPF 432.131.031-87); Donizetti Antonio de Andrade (CPF 149.120.151-72); Eden Barros Mota (CPF 217.246.442-20); Edilene Maria Eliamen da Costa (CPF 119.047.712-20); Edileuza Maria Gomes da Silva (CPF 112.547.502-15); Edivaldo Felix dos Santos (CPF 184.595.011-91); Edmilson Barbosa da Silva (CPF 110.896.874-00); Edna Maria Rodrigues Magalhães (CPF 069.409.192-87); Ednaldo de Macedo Moraes (CPF 150.980.871-04); Ednalva Maria Andrade de Souza Alvarez (CPF 049.286.558-26); Edson Jorge da Silva Filho (CPF 102.017.003-44); Eduardo Alencar de Sousa (CPF 144.226.621-04); Eduardo Siqueira Costa Neto (CPF 594.371.387-53); Egberto Jose de Azevedo (CPF 085.998.401-00); Eli Moura (CPF 535.895.306-00); Eliane Oliveira de Souza (CPF 851.394.407-68); Elionai de Oliveira Bezerra (CPF 444.509.663-68); Elizabeth Felipe (CPF 505.166.126-20); Elsenira Peixoto Barbalho (CPF 373.345.061-20); Elza Eline Ferreira de Araújo (CPF 150.190.551-15); Elza Moura de Sousa (CPF 056.902.932-53); Elzimar de Melo Rodrigues (CPF 115.081.752-68); Ema Mota Machado (CPF 458.447.989-53); Emanuel Renan Cunha Coelho (CPF 261.762.111-15); Emi Kiuchi (CPF 119.619.451-34); Emmy Carnut Rego (CPF 095.431.202-34); Ernani Pereira Filho (CPF 415.938.559-15); Ester Santana de Carvalho Santos (CPF 158.818.493-53); Etiana Duarte Brandao (CPF 027.444.732-00); Euclides Rodrigues da Silva Filho (CPF 073.115.673-00); Eustaquio Marcio de Oliveira (CPF 080.137.646-72); Euvaldo Pontes Hall (CPF 065.601.992-15); Expedito Serrão Martins (CPF 162.881.731-34); Fernando Antonio Ribeiro Campelo (CPF 124.862.643-53); Fernando Faria de Lara (CPF 519.537.229-20); Fernando José Rodrigues (CPF 136.777.804-20); Fernando Mauricio Jose Macha (CPF 362.171.407-30); Francine Voellger Nogueira Gomes (CPF 890.330.517-53); Francisco Airton Franco Filho (CPF 091.771.243-91); Francisco Baltazar da Silva (CPF 528.312.648-04); Francisco Caninde Fernandes de Macedo (CPF 209.988.051-49); Francisco Claudio Bruno Sales (CPF 061.584.633-53); Francisco Fernandes de Souza (CPF 195.712.404-00); Francisco Helton Pessoa (CPF 438.789.627-20); Francisco Jose de Sousa (CPF 273.772.023-00); Francisco Leonidas Gomes da Silva (CPF 101.765.861-72); Francisco Othon de Alencar Gadelha (CPF 308.005.282-04); Francisco Pereira da Rocha (CPF 077.323.412-87); Francisco Sá Cavalcante (CPF 018.705.563-72); Francisco Wilson Vieira do Nascimento (CPF 053.532.463-49); Francisco das Chagas Farias Viana (CPF 286.241.813-72); Francisco das Chagas dos Santos Costa (CPF 084.149.631-53); Francisco de Assis Ferreira de Souza (CPF 271.723.844-15); Francisco de Oliveira Morais (CPF 058.912.563-04); Fábio Trindade da Silva (CPF 726.837.837-87); Genesio Rodrigues Rosa (CPF 608.993.526-34); Geovane Veras Pessoa (CPF 162.189.813-04); Geraldo Andre Scarpellini Vieira (CPF 782.740.101-59); Geraldo Antonio Dias Guimaraes (CPF 187.250.076-53); Geraldo Bertolo (CPF 215.805.290-20); Geraldo Jose de Araujo (CPF 059.557.261-87); Geraldo Sardeiro (CPF 244.966.691-53); Geraldo da Silva Pereira (CPF 318.508.129-34); Gerson Machado (CPF 487.533.359-53); Getulio Silvio Bertoncello (CPF 194.862.199-15); Glaudecir Barbosa de Queiroz (CPF 383.087.462-68); Gledson Campos dos Reis (CPF 309.804.451-91); Graciete Limeira Ribeiro (CPF 136.240.082-34); Gustavo Ferraz Gominho (CPF 052.546.392-53); Hamilton Dias dos Santos (CPF 150.997.091-68); Helanice Candida Ferreira Cavalcante (CPF 079.151.442-00); Helbio Afonso Dias Leite (CPF 198.860.476-15); Helder Lopes da Costa (CPF 170.458.353-53); Helio Spyere do Nascimento (CPF 343.390.191-00); Herli Carlos Soares do Nascimento (CPF 068.129.883-91); Ione Ferreira Brito (CPF 151.594.422-00); Isabel Cristina Mendonça Barreto (CPF 265.610.505-68); Isaque Pinto Silva (CPF 258.584.595-87); Itamar de Souza (CPF 203.803.483-49); Ivaldo Lopes Coutinho (CPF 344.081.181-68); Ivan Ramos Botelho (CPF 162.510.832-04); Ivanete Nunes Guidão (CPF 080.569.352-15); Ivanhoe Martins Fernandes (CPF 297.530.907-49); Ivens Pedro de Castro Holanda (CPF 076.138.318-25); Ivonete da Costa Sales (CPF 227.570.903-72); Ivonete de Lima Oliveira (CPF 403.608.737-15); Izabel Maria Ferreira de Araújo (CPF 224.624.221-53); Jaber Makul Hanna Saadi (CPF 457.871.318-00); Jacira Araujo do Nascimento (CPF 313.890.825-04); Jader dos Santos (CPF 574.291.548-91); Jairo Jose Nunes Pacheco (CPF 062.188.145-72); Jayline Pontes (CPF 917.431.174-34); Jeronimo Macedo Rodrigues (CPF 199.173.172-87); Joacir Avelino Silva (CPF 133.227.024-72); João Batista Morant Braid (CPF 363.160.835-72); João Batista Paiva Santana (CPF 057.528.843-49); João Bosco Costa (CPF 130.622.554-04); João Carlos do Amaral (CPF 430.976.427-49); João Juraci de Gaspari (CPF 199.386.839-91); João Luiz Rangel Teixeira (CPF 176.239.796-04); João Maria da Silva (CPF 057.444.743-15); João Vianey Xavier Filho (CPF 932.089.105-25); Joaquim Claudio Figueiredo Mesquita (CPF 007.306.496-36); Joilson Ribeiro Alves (CPF 357.629.347-72); Jorge Airton Lea Ortiz (CPF 283.146.110-34); Jorge Antonio Mascarenhas Silva (CPF 043.064.655-00); Jorge Florencio Galvão (CPF 100.180.773-15); Jorge Luis da Costa Marta (CPF 199.291.020-00); Jorilson da Silva Rodrigues (CPF 539.910.361-34); Josafa Araújo Ilha (CPF 202.922.520-72); Jose Alexandre Rodrigues da Silva (CPF 863.912.247-49); Jose Alexandre de Caires (CPF 114.116.942-87); Jose Americo Fonseca (CPF 127.209.925-34); Jose Barbosa Barros (CPF 087.695.594-49); Jose Carlos Gevaerd (CPF 057.079.609-10); Jose Carlos Lima e Silva (CPF 029.159.791-20); Jose Carlos Martins de Sousa (CPF 100.393.173-15); Jose Carlos Pinto Policarpo (CPF 116.524.701-15); Jose Cezar de Oliveira Araujo (CPF 362.471.467-87); Jose Constantino de Souza Assis (CPF 644.148.764-00); Jose Ferreira dos Santos (CPF 335.427.404-20); Jose Geovane Martins da Silva (CPF 185.230.561-49); Jose Gilberto Cabral da Cruz (CPF 707.039.497-72); Jose Gladson Rebouças Serra (CPF 231.999.893-49); Jose Marcion da Silva (CPF 400.113.721-68); Jose Maria Leal Mira (CPF 089.343.982-72); Jose Nilton Silva dos Santos (CPF 244.407.010-00); Jose Orlando Leal de Sousa (CPF 079.499.793-72); Jose Ribamar de Melo Bonfim (CPF 079.378.493-04); Jose Romero Maracaja Pires (CPF 885.896.924-34); Jose Senyr das Chagas (CPF 367.972.944-87); Joseny Gomes de Melo Simas (CPF 126.032.284-04); Josias Ferreira Pereira (CPF 075.407.103-06); Josivaldo Alves de Melo (CPF 163.812.384-53); José Benedito Murtinho (CPF 175.798.801-72); José Carlos Araujo Moura (CPF 108.932.535-53); José Carlos de Souza (CPF 095.987.662-68); José Ferreira Sales (CPF 029.414.492-72); José Paulo Rubim Rodrigues (CPF 209.179.370-15); José Roberto Alves dos Santos (CPF 033.219.912-68); José Sidney Veras Lemos (CPF 091.496.603-06); João Bosco de Lima (CPF 766.458.438-87); João Cesar Bertosi (CPF 048.435.413-20); João Luis Rodrigues Nunes (CPF 313.755.451-91); João Luiz Costacurta Cardoso (CPF 393.643.309-78); João Luiz do Prado (CPF 214.765.279-20); João Monte Calheiros (CPF 274.929.744-34); Jucinira Maria de Arruda (CPF 139.041.911-87); Juliano Maciel (CPF 084.260.074-49); Katia Correa Bandeira (CPF 221.045.261-91); Kercio Silva Pinto (CPF 066.156.275-15); Kristian da Silva Raupp (CPF 983.369.249-49); Lacerda Carlos Júnior (CPF 245.874.866-04); Lauriane Elias (CPF 279.485.281-72); Leila Soares Alves da Costa (CPF 179.864.192-53); Leni da Costa Rodembusch (CPF 179.579.230-20); Lenice Mendonça Alves (CPF 416.592.873-91); Leoney Rodrigues de Souza (CPF 348.161.601-59); Leopoldo Jose Costa (CPF 370.780.206-00); Lidimeia Delgado Romao (CPF 298.621.401-00); Lourennir Barbosa Cavalcante (CPF 068.043.144-68); Lucia Maria Lemos de Oliveira (CPF 114.177.302-34); Lucia de Morais Toledo (CPF 284.864.804-00); Luciana Lima de Araujo (CPF 952.060.434-00); Luciano Hermanes Romeiro Damasceno (CPF 293.459.954-04); Lucione Eleuteria Pereira Pinheiro (CPF 292.990.803-30); Luis Cláudio Alves Aguiar (CPF 241.325.863-91); Luis Eduardo Carvalho Machado (CPF 089.775.345-34); Luis Roberto Machado Barboza (CPF 316.457.551-34); Luiz Adalberto Philippsen (CPF 139.428.400-49); Luiz Carlos de Gouvea Horta (CPF 194.510.756-15); Luiz Correia da Silva (CPF 118.873.035-53); Luiz Ernesto Melo Furrer (CPF 479.436.535-72); Luiz Ernesto Young Rodrigues (CPF 038.058.538-31); Luiz Fernando Correa (CPF 303.187.690-34); Luiz Gonzaga Souza Pereira (CPF 084.518.341-91); Luiz Pontel de Souza (CPF 521.028.589-87); Luiz Roberto Dias (CPF 215.159.131-04); Lusenildo Ferreira Felix (CPF 151.665.111-15); Luzia Rocha da Silva (CPF 424.420.446-68); Manoel José de Andrade (CPF 417.499.019-00); Manoel Leorne Aguiar (CPF 046.892.673-91); Manoel Verissimo Carneiro Neto (CPF 437.654.327-68); Manuel de Carvalho Reis (CPF 025.449.203-78); Marcelina Consolata de Oliveira Lima (CPF 149.736.182-68); Marcelo Machado Guedes (CPF 745.338.357-91); Marcelo Monteiro de Barros Fonseca (CPF 241.173.077-20); Marcelo Zaturanski Nogueira Itagiba (CPF 702.282.727-34); Marcelo de Oliveira Andrade (CPF 610.116.571-04); Marcio Marcelino de Oliveira (CPF 274.707.764-00); Marcos Antonio Farias (CPF 357.602.811-00); Marcos Aurelio Jorge da Gama (CPF 403.044.347-87); Marcos Aurelio Pereira de Moura (CPF 598.552.236-91); Marcos Eduardo Cabello (CPF 018.685.169-38); Margarida Finder (CPF 014.662.038-03); Maria Alcina Grangeiro Costa (CPF 843.110.104-00); Maria Antonia Bom Despacho (CPF 318.400.001-04); Maria Aparecida de Souza (CPF 370.130.177-87); Maria Dione Cavalcante de Albuquerque (CPF 286.976.691-20); Maria Diva Gondim (CPF 114.617.301-63); Maria Divina da Mota Oliveira (CPF 221.915.341-04); Maria Jose de Andrade Vieira (CPF 099.829.144-72); Maria Leuda Monteiro da Silva (CPF 058.349.702-06); Maria Lilibete Souza da Silva (CPF 074.936.142-53); Maria Lucia Costa Ribeiro Pacheco (CPF 203.093.330-91); Maria Perpetua Rocha Brito (CPF 061.937.903-06); Maria Sonia Izoton (CPF 351.238.267-34); Maria Zoe Correa (CPF 343.269.289-72); Maria das Graças Brito da Costa (CPF 373.539.931-20); Maria das Graças Malheiros Monteiro (CPF 064.225.272-68); Maria de Fátima Ramos Leite (CPF 141.722.404-53); Maria do Socorro Amorim de Sousa Garcia (CPF 023.506.883-72); Maria do Socorro Maciel Graça (CPF 208.677.002-20); Maria do Socorro Ricarte Nonato (CPF 263.171.841-00); Marileide Muricy Medeiros (CPF 088.470.884-53); Marilza Aparecida Bezerra Moreira (CPF 529.006.651-91); Marina Aureliana da Costa Dourado (CPF 160.225.991-72); Marinalva Alves da Silva (CPF 027.247.327-82); Mario Jose Grachet (CPF 715.124.978-00); Marlene Angelina Brito dos Santos (CPF 250.419.324-68); Marlene Araújo de Lima (CPF 024.924.742-91); Mary Lourdes Sousa de Araujo (CPF 316.200.001-72); Mauro Assumpção Marcellino (CPF 716.251.277-15); Maynard Noleto Sales (CPF 648.543.101-20); Milton Soares (CPF 258.881.371-20); Monica da Silva (CPF 227.229.121-04); Mouzanel Campos Moura (CPF 259.542.101-87); Moyses Eduardo Ferreira (CPF 388.335.908-44); Murilo Roberto Batalha Macedo (CPF 307.508.651-72); Mário Seikei Nakasa (CPF 661.360.328-72); Nage Schleich Haddad (CPF 357.748.439-04); Nasser Ahmad Sati (CPF 013.197.548-05); Natanael Luiz da Silva (CPF 103.011.431-53); Neder Duarte (CPF 382.401.148-49); Nedja Maria Toledo Costa (CPF 469.199.371-15); Neide Marcia Silva de Andrade (CPF 757.294.907-04); Nelson Borges de Lima (CPF 462.832.261-91); Nelson Estevam de Andrade (CPF 105.185.413-04); Nelson Gaspar Alvares Pires Neto (CPF 650.485.475-00); Neusa Maria (CPF 247.915.986-87); Nilde Almeida Azevedo Rodrigues dos Santos (CPF 244.239.201-15); Nilson Antonio Lima Maximo (CPF 102.313.901-49); Nilson Souza (CPF 394.135.519-87); Nubia Maria Carmo Souza (CPF 204.423.195-68); Octavio Brandao Caldas Netto (CPF 419.397.277-15); Odair Jose dos Santos (CPF 069.301.741-49); Olinda Portal Cardias (CPF 064.776.152-15); Olinto Vieira Scaramuzzi Filho (CPF 337.778.457-87); Osvaldo Ferreira Filho (CPF 353.741.109-00); Osvaldo da Silva Matos (CPF 098.703.691-20); Oswaldo Roberto Varella (CPF 180.786.056-68); Paulo Fernando Bezerra (CPF 065.138.404-49); Paulo Fernando da Costa Lacerda (CPF 274.700.167-91); Paulo Machado de Moraes (CPF 202.248.850-49); Paulo Martins Beltrão Filho (CPF 703.916.884-72); Paulo Roberto Ornelas de Linhares (CPF 256.449.710-15); Paulo Roberto Salles de Souza (CPF 549.667.107-82); Paulo Roberto da Silva Cavalcanti (CPF 144.462.271-49); Paulo Sergio Kern (CPF 262.564.100-25); Paulo Silva Rocha Velozo (CPF 264.775.301-63); Pedro Paulo Figueiredo (CPF 509.171.109-00); Pricila Lamper Martinez (CPF 606.939.321-04); Rahildo Pereira Coqueiro (CPF 224.569.611-53); Raimundo Angelo de Carvalho Araujo (CPF 220.952.093-20); Raimundo Nonato Pereira Kzam (CPF 136.988.693-49); Raimundo Nonato Rolim Esmeraldo (CPF 083.753.804-15); Raul Barbosa Evangelista (CPF 084.522.531-68); Regina Celia Silva Pitão (CPF 080.424.657-26); Regina Rodrigues Cezar (CPF 112.914.782-72); Rejane de Melo Horta (CPF 074.658.822-49); Renato Halfen da Porciúncula (CPF 271.316.450-87); Ricardo Amaral Castro Ferreira (CPF 010.892.328-29); Ricardo Ramos Teixeira (CPF 517.833.476-00); Ricardo de Moura Ferreira (CPF 398.802.497-04); Ricardo de Oliveira e Silva (CPF 259.202.271-68); Roberto Camargo Scalise (CPF 510.893.358-49); Roberto Egidio de Albuquerque Lippo (CPF 128.903.324-20); Roberto Precioso Júnior (CPF 597.884.028-87); Robervaldo Soares da Silva (CPF 059.655.944-53); Rodrigo Octavio de Castro (CPF 345.153.996-91); Rogerio Artur Kern (CPF 401.910.790-49); Rogerio Carlos Dias (CPF 489.875.069-91); Rogerio Fernandes Siqueira (CPF 225.952.361-72); Rogerio Gomes Beleza (CPF 346.307.244-00); Rogerio Nogueira Meirelles (CPF 381.737.430-53); Rogerio Sales (CPF 328.403.060-34); Roland Pacheco dos Santos Junior (CPF 286.167.585-34); Rosangela Sallaberry Roedel (CPF 239.211.021-20); Roseli Benghi Efrom (CPF 635.193.309-97); Roseli da Silva (CPF 454.579.059-34); Rosemary Rocha Amora (CPF 091.633.103-25); Rosicleya Baron de Albuquerque Barradas (CPF 231.221.379-68); Rosimere Rosa dos Santos Cavallim (CPF 488.136.641-68); Rubem Albino Fockink (CPF 043.928.171-72); Rubem Paulo de Carvalho Patury Filho (CPF 144.961.351-91); Rui Manoel Martins Monteiro (CPF 701.765.827-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20); Ruy Soares Silva (CPF 289.748.671-68); Samuel Rodrigues Martins de Oliveira (CPF 542.751.137-72); Sandra Camelo Araujo (CPF 376.321.161-68); Sandra Cristina de Araújo (CPF 376.088.511-04); Sandra Pissarra Barbosa (CPF 658.113.807-04); Sandra Soares Lima Omura (CPF 679.615.254-91); Sandro Roberto Viana dos Santos (CPF 803.408.149-34); Sebastiao Carlos Abreu (CPF 216.038.982-04); Sebastiao Carlos Alves Cardoso (CPF 484.300.131-72); Sebastiao Ferreira Barbosa (CPF 009.560.581-91); Sergio Roberto Alves Sebastiao (CPF 297.661.766-04); Severino Moreira da Silva (CPF 272.327.864-68); Silvan Santos Frenzel (CPF 003.108.085-53); Silvia Maria de Lima (CPF 319.107.694-87); Silvio Jezus da Silva (CPF 536.780.440-34); Silvio Rodrigues (CPF 032.401.078-80); Silvio da Costa Santana (CPF 332.543.627-72); Solange Aparecida Soares da Cunha (CPF 257.497.141-87); Sonia Maria Rodrigues Gonçalves (CPF 105.868.902-97); Sonia Silva Duarte (CPF 441.228.107-87); Suziley Teles de Sousa (CPF 477.952.471-72); Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes (CPF 273.930.462-53); Sérgio Roberto Conceição Castro (CPF 179.720.353-34); Sônia Regina Brito Vieira (CPF 221.540.949-53); Talita Maria de Souza Alexandre (CPF 106.740.632-87); Telma Cavalcante Lino (CPF 097.179.191-00); Telma Rodrigues dos Santos (CPF 224.959.161-04); Terezinha de Jesus Setubal (CPF 150.213.941-34); Tito Caetano Correa (CPF 125.421.136-53); Ubirajara Vieira Bello (CPF 117.626.401-04); Ulisses dos Santos Martins (CPF 212.568.295-87); Uriel Borges Pereira (CPF 479.538.109-72); Vailton Alves da Silva (CPF 222.268.695-49); Valdeide Santos Amaral (CPF 269.705.383-20); Valdemir Fontes de Castro (CPF 078.781.172-68); Valdir Luiz Pacheco (CPF 929.278.907-49); Valeria Pereira de Oliveira (CPF 844.959.877-04); Valfredo Roque Pereira (CPF 184.930.335-53); Valter Amauri Fior (CPF 362.055.839-68); Valter Antonio Leite (CPF 023.556.552-00); Valter Tabor (CPF 018.290.668-03); Valério Azambuja (CPF 237.651.511-49); Vera Lara Ramos de Melo (CPF 314.598.621-04); Vera Lúcia Costa Guimarães (CPF 095.547.852-91); Vicente Isaias de Lima Vieira (CPF 198.222.784-20); Vicente Paulo de Faria (CPF 443.774.016-53); Victor da Silva Atantes Junior (CPF 072.721.113-72); Vinicius Simonei Moreira (CPF 651.438.259-20); Viviane da Rosa (CPF 311.001.800-44); Wagner Mesquita de Oliveira (CPF 021.454.787-60); Walace Tarcísio Pontes (CPF 742.765.817-53); Walber Cutrim Santos Filho (CPF 106.614.253-04); Waldemar Nabarrete Junior (CPF 489.170.791-72); Walderi Francisco de Carvalho Oliveira (CPF 079.351.963-20); Walter Figueiredo Portugal Junior (CPF 034.946.396-47); Walter Pereira de Assis (CPF 103.513.534-53); Wandir Rodrigues Yassumoto (CPF 230.987.401-91); Wanessa Carolinni de Macedo Carlos (CPF 606.565.141-91); Wantuir Francisco Brasil Jacini (CPF 179.756.207-00); Wilmar José da Cruz (CPF 179.473.911-49); Wilson Castelo Branco Magalhães (CPF 250.717.773-04); Wilson Martins Valadares (CPF 134.340.206-91); Wilson Salles Damazio (CPF 102.369.704-10); Zulmar Pimentel dos Santos (CPF 023.657.312-87) e Zélia Trindade de Lima (CPF 059.963.252-68).

1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Secex/AM que constitua processo apartado de contas ordinárias da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas (SRDPF/AM - UG 200073), atinentes ao exercício de 2003, para o prosseguimento do correspondente feito, em consonância com as informações acostadas às Peças nºs 178 e 179.

RELAÇÃO Nº 33/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2490/2016 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade instrutiva e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 2228/2016-TCU-Plenário, de modo que onde se lê, no enunciado, "encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 2), ao denunciante.", leia-se "encerrar o processo e arquivar os autos.", e onde se lê, no subitem 1.3, o nome "Conselho Federal de Contabilidade", leia-se "Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-010.651/2016-0 (DENÚNCIA)

1.1. Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2491 a 2513, a seguir transcritos e incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2491/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.705/2011-0.

1.1. Apensos: 008.653/2016-0; 002.331/2015-2; 010.601/2013-9; 016.237/2015-3; 018.665/2016-0; 007.429/2010-0; 027.890/2011-2; e 020.113/2014-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Cobrape - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (58.645.219/0001-28); Jose Roberto Jung Santos (403.576.787-53); Ricardo Braga Vieira (006.884.857-90); e Tecnosolo Engenharia S/A (33.111.246/0001-90).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal:

8.1. Adriana Neder de Faro Freire (18.011/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (peça 104).

8.2. Manuela Felix Maia (13.047/E/OAB-DF) e outros, representando Jose Roberto Jung Santos (peça 90).

8.3. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Jose Roberto Jung Santos e Ricardo Braga Vieira (peças 69 e 70).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, constituído por força do subitem 9.1 do Acórdão 1.452/2011-TCU-Plenário, proferido no bojo do processo TC 007.429/2010-0, que tratou de auditoria nas obras de ampliação do Aeroporto de Vitória/ES, no âmbito do Fiscobras 2010, em desfavor de Jose Roberto Jung Santos, Ricardo Braga Vieira e das empresas Tecnosolo Engenharia S/A e Cobrape - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, c/c art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU (RITCU), julgar irregulares as contas de José Roberto Jung Santos (403.576.787-53), Gerente de Empreendimentos do Aeroporto de Vitória, de Ricardo Braga Vieira (006.884.857-90), Coordenador de Acompanhamento de Contratos, e das empresas Tecnosolo Engenharia e Tecnologia de Solos e Empreendimentos S/A (33.111.246/0001-90) e Cobrape - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (58.645.219/0001-28), condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhes prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada das datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em virtude do pagamento por serviços não executados no âmbito do contrato 041-ST/2005/0023:

Medição	Data do pagamento1.
38	1°/9/20082.
39	24/10/20083.
40	1°/12/20084.
41	2/12/20085.
42	26/12/20086.
43	11/2/20097.
44	17/3/20098.
45	15/4/20099.
46	18/5/200910.

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RITCU, aplicar a José Roberto Jung Santos (403.576.787-53), a Ricardo Braga Vieira (006.884.857-90) e às empresas Tecnosolo Engenharia e Tecnologia de Solos e Empreendimentos S/A (33.111.246/0001-90) e Cobrape - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (58.645.219/0001-28), individualmente, multa no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas do responsável em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Espírito Santo e à Procuradoria da República no Distrito Federal, mencionando, nesse último caso, o Inquérito Civil 1.17.000.000550/2011-37, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RITCU, para adoção das medidas que entenderem cabíveis;

9.7. dar ciência desta decisão aos responsáveis e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e

10. 9.8. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do RITCU, após a adoção das providências determinadas e a efetivação das competentes comunicações.

10. Ata nº 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2491-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2492/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.163/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Val. dos Profissionais da Educação - Mec; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81); Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Construtora Maryelle Ltda (04.426.925/0001-50); Irinaldo Lopes Sobrinho (134.477.003-78); Jenival Silva Nunes (812.660.063-20); M. V. Pereira da Silva (04.220.187/0001-90); Marinalva Medeiro Neponucena Sobrinho (215.688.553-20); Sandra Maria Nunes Mendes (493.009.033-49); Wellington Lopes Neponuceno (809.178.953-04); e Wilson Antonio Nunes Mousinho (196.957.303-10).

3.3. Recorrentes: Sandra Maria Nunes Mendes (493.009.033-49); Wilson Antonio Nunes Mousinho (196.957.303-10); Wellington Lopes Neponuceno (809.178.953-04); Jenival Silva Nunes (812.660.063-20); Irinaldo Lopes Sobrinho (134.477.003-78); e Marinalva Medeiro Neponucena Sobrinho (215.688.553-20).

4. Unidade: Município de Tufilândia/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (12.257-A/OAB-MA) e outros, representando Marinalva Medeiro Neponucena Sobrinho, Irinaldo Lopes Sobrinho, Wilson Antonio Nunes Mousinho, Jenival Silva Nunes, Sandra Maria Nunes Mendes e Wellington Lopes Neponuceno;

8.2. Marcos Paulo Sousa Campelo (5273/OAB-PI) e outros, representando Construtora Maryelle Ltda.;

8.3. Gustavo Sauaia de Oliveira (6600/OAB-MA) e outros, representando M. V. Pereira da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Wilson Antônio Nunes Mousinho, Sandra Maria Nunes Mendes, Wellington Lopes Neponuceno, Jenival Silva Nunes, Irinaldo Lopes Sobrinho e Marinalva Madeiro Neponucena Sobrinho contra o Acórdão 1.409/2013-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para;

9.1.1. reduzir o valor das multas aplicadas aos recorrentes pelo subitem 9.5 do acórdão recorrido, Srs. Wilson Antônio Nunes Mousinho, Jenival Silva Nunes, Irinaldo Lopes Sobrinho, Sandra Maria Nunes Mendes, Wellington Lopes Neponuceno e Marinalva Madeiro Neponucena Sobrinho, para R$ 4.000,00, R$ 1.500,00, R$ 7.500,00, R$ 1.500,00, R$ 2.500,00, R$ 10.000,00, respectivamente;

9.1.2. excluir o débito referente ao subitem 9.3.1 do acórdão recorrido;

9.1.3. excluir do débito constante do subitem 9.3.2 do acórdão recorrido, os seguintes valores:

VALOR (R$)	DATA11.
38,17	23/2/200512.
29,76	7/3/200513.
32,44	27/12/200514.
68,35	23/2/200515.
68,17	15/3/200516.
90,39	15/4/200517.
55,86	10/5/200518.
58,67	16/6/200519.
46,29	31/8/200520.
17,33	1/8/200521.
57,37	1/11/200522.
75,40	12/1/200623.
52,60	30/1/200624.
49,39	27/3/200625.
63,20	3/3/200626.
38,19	24/4/200627.
32,71	2/6/200628.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, aos recorrentes e interessados.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2492-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2493/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.591/2016-1.

1.1. Apenso: 024.330/2016-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de Declaração (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Anaide Vilasboas de Andrade (407.951.877-34); Antonio Carlos Paiva Futuro (509.440.457-15); Gabriel Cedeño Vernaza (729.498.211-20); Gilton Saback Maltez (116.995.821-49); Ivani dos Santos (153.165.721-49); Lucia Helena de Godoy (184.315.181-20); Luiz Antonio Alves de Azevedo (748.362.268-72); Norberto Temoteo de Queiroz (291.131.805-68); Renata Cristina Santos Câmara (033.104.996-18); Valdomiro Luís de Sousa (163.328.061-68); Álvaro Henrique Baggio (404.791.530-00)

3.2. Recorrente: Antonio Carlos Paiva Futuro (509.440.457-15).

4. Órgão/Entidade: Presidência da República (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Secretário de Administração da Secretaria de Governo da Presidência da República, contra o Acórdão 2255/2016-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, e determinar ao Gabinete Pessoal do Presidente da República que dê cumprimento ao subitem 9.2.5 do Acórdão 2255/2016;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada dos respectivos relatório e voto, ao embargante e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2493-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2494/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.987/2014-3.

1.1. Apensos: 015.212/2016-5; 014.811/2015-4; 015.208/2016-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Manoel Messias Sukita Santos (534.531.585-04)

3.2. Recorrente: Manoel Messias Sukita Santos (534.531.585-04).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Capela - SE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Manoel Messias Sukita Santos, ex-prefeito de Capela/SE, em desfavor do Acórdão 2794/2015-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer o recurso de revisão interposto por Manoel Messias Sukita Santos para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe e à Procuradoria-Geral da União da 5ª Região.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2494-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2495/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.829/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

4. Órgão/Entidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).

8. Representação legal:

8.1. Silvia Regina Schmitt (38717/OAB-DF) e outros, representando Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada com o intuito de verificar a existência e a validade das retenções de pagamentos e/ou seguro garantia em função de determinação exarada no TC 021.283/2008-1 para assegurar o resultado da apuração, em curso neste Tribunal, acerca de eventual dano ao erário relativo às obras de implantação da Ferrovia Norte-Sul no trecho de Anápolis/GO a Uruaçu/GO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Coinfra/Siob que promova a reclassificação das irregularidades graves com recomendação de retenção parcial dos valores (IG-R), concernentes aos Contratos 21/2001, 13/2006, 14/2006, 15/2006, 16/2006, 58/2009 e 60/2009 da Valec - Construções, Engenharia e Ferrovias S.A., relacionados às obras da Ferrovia Norte Sul no estado de Goiás, para irregularidades graves com recomendação de continuidade (IG-C);

9.2. comunicar à Valec - Construções, Engenharia e Ferrovias S.A que a reclassificação dos indícios de irregularidades, relativos aos Contratos 21/2001, 13/2006, 14/2006, 15/2006, 16/2006, 58/2009 e 60/2009, para irregularidades graves com recomendação de continuidade (IG-C) não altera a decisão cautelar do Tribunal de Contas da União, confirmada por meio do Acórdão 593/2009-Plenário, pela necessidade de retenção parcial de valores nos referidos contratos e manutenção de eventuais quantias já retidas, ressalvadas as decisões judiciais em sentido contrário, até que esta Corte decida sobre o mérito dos superfaturamentos apontados;

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

9.3.1. instrua em caráter absolutamente prioritário as tomadas de contas especiais apurando os indícios de dano na Ferrovia Norte-Sul em Goiás, submetendo ao relator as propostas de citação dos responsáveis determinadas pelos Acórdãos 2.447/2014-Plenário e 1.498/2015-Plenário;

9.3.2. assegure-se que a instrução dos referidos processos não irá comprometer a instauração de outros processos relevantes pela SeinfraOperações;

9.4. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-R, apontados nos Contratos 21/2001, 13/2006, 14/2006, 15/2006, 16/2006, 58/2009 e 60/2009, relativos aos serviços de construção da Ferrovia Norte Sul em Goiás, não se enquadram no inciso V do § 1° do art. 117 da Lei 13.242/2015 (LDO 2016) (IG-R), tendo sua classificação sido alterada para IG-C (§ 1º do inciso VI do art. 117 da mesma Lei), em razão de os referidos contratos já terem sido concluídos;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2495-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2496/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.872/2013-1

2. Grupo I, Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: José Edivan Félix (ex-prefeito, CPF 299.205.404-63) e Marcos Tadeu Silva (sócio de fato da empresa América Construções e Comércio Ltda., CPF 113.826.864-04)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Catingueira/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em razão da glosa técnica integral de R$ 749.325,00, referente a obras e serviços não aceitos quanto aos recursos repassados ao município de Catingueira/PB por força do Convênio 0278/2005, cujo objeto era a perfuração e instalação de 40 poços tubulares profundos, com rede adutora e sistema de armazenamento, em diversas localidades rurais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "d", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, 57 e 60 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a", 267 e 270 do Regimento Interno, em:

9.1 julgar irregulares as contas de José Edivan Félix e de Marcos Tadeu Silva, condenando-os, solidariamente, a pagar as quantias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma prevista na legislação em vigor;

Débito/Crédito	Valor R$	Data29.
Débito	299.730,00	22/03/200630.
Débito	149.865,00	18/07/200631.
Débito	75.270,00	26/12/200632.
Débito	74.595,00	26/12/200633.
Débito	24.865,00	29/12/200634.
Débito	125,000,00	29/12/200635.
Crédito	853,79	10/04/200836.

9.2. aplicar a José Edivan Félix e Marcos Tadeu Silva multas individuais de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para que comprovem perante o TCU o recolhimento do respectivo valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data deste acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. considerar graves as infrações cometidas e inabilitar José Edivan Félix e Marcos Tadeu Silva, pelo período de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal;

9.5. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis, bem como ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em razão das penalidades aplicadas no subitem 9.4.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2496-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2497/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.044/2016-7

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecexEstataisRJ

8. Advogados constituídos nos autos: Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645) e outros, representando a Petrobras

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para verificar a economicidade e a efetividade do Projeto Mexilhão, planejado com vistas à construção de plataforma de produção, duto de escoamento e planta terrestre de tratamento de gás extraído no campo de mesmo nome.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. recomendar à Petrobras que estabeleça políticas corporativas e normas em relação à criação e à extinção de sociedades de propósito específico, especialmente, caso ainda não disponha, quanto a:

9.1.1 (i) procedimentos, prazos e responsabilidades das etapas dos processos de seleção e indicação dos representantes; (ii) definição da natureza dos critérios técnicos a serem observados no processo de seleção dos representantes; (iii) definição das características e competências desejáveis ou necessárias para os conselheiros representantes das empresas do Sistema Petrobras; (iv) especificação do limite máximo de número de conselhos de SPE em que um mesmo representante pode atuar; (v) definição sobre a qualificação mínima necessária; (vi) regras sobre a percepção de remuneração e/ou vantagens no exercício dessas funções; (vii) regras sobre impedimentos e restrições à atuação como conselheiro em SPE; (viii) mecanismos de controle e acompanhamento do desempenho dos representantes em SPE; (ix) planos e regras sobre capacitação dos representantes das empresas do Sistema Petrobras em SPE; (x) forma e casos de assistência jurídica a ser prestada aos representantes do Sistema Petrobras em SPE; (xi) situações excepcionais que devam ser objeto de tratamento diferenciado; (xii) prazo máximo de participação e recondução dos representantes da estatal nos conselhos das SPE;

9.1.2 códigos de ética/conduta e/ou normas/políticas sobre contratação de bens e serviços, a serem implementados nas SPEs existentes ou nas que forem criadas, em linha com os normativos internos da Petrobras e que estejam enquadradas em critérios de materialidade, risco e relevância, em linha com a recomendação con-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tida no item 6.1 do Código das Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, bem como para contribuir com a gestão dos riscos e com o sistema de controles internos, conforme itens 2.3.1 e 3.6 do mesmo documento;

9.2. dar ciência à Petrobras que a escolha da modalidade de licitação a ser utilizada, bem como a decisão pela exclusão da participação de empresas estrangeiras no certame, devem ser precedidas de parecer técnico, econômico e/ou jurídico que as fundamente, nos termos do princípio do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e dos fatores previstos na legislação, sendo vedadas justificativas genéricas, aplicáveis a qualquer empreendimento;

9.3. arquivar o processo, depois de efetivadas as providências para o atendimento deste acórdão.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2497-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2498/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.043/2012-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame)

3. Embargantes: Alexandre Perez Marques (CPF: 353.956.807-72), presidente da CPL; Jonas de Jesus Ribeiro (CPF: 810.796.727-53), Procurador Federal; Mário Augusto Ronconi (CPF: 830.965.668-87), Superintendente de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio; e Chan Sao Heng (CPF: 546.745.067-00), fiscal do contrato

4. Unidade: Universidade Federal Fluminense (UFF)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Walter Carlos da Conceição (OAB/RJ 102.064), Vinícius Nogueira Costa (OAB/RJ 117.662) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria, em que se apreciam, nesta fase processual, embargos de declaração opostos por Alexandre Perez Marques, Chan Sao Heng, Jonas de Jesus Ribeiro e Mário Augusto Ronconi ao Acórdão 1.230/2016 - Plenário, que não conheceu do pedido de reexame por eles apresentado, por não ser cabível recurso de decisão que determina a conversão dos autos em tomada de contas especial, consoante previsto no art. 279 do Regimento Interno deste Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 não conhecer dos presentes embargos de declaração, por não atenderem aos critérios de admissibilidade aplicáveis à espécie;

9.2. encaminhar os autos à Secex/RJ para que dê prosseguimento à instrução do processo e proceda à notificação dos embargantes.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2498-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2499/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.439/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Comissão Nacional de Energia Nuclear (00.402.552/0001-26); Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsável: Construtora Andrade Gutierrez S/A (17.262.213/0001-94).

4. Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Eletrobrás Termonuclear S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Andre Ribeiro Mignani e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.

8.2. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e outros, representando Construtora Andrade Gutierrez S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria efetuada nas obras da Usina Termonuclear de Angra 3, no âmbito do Fiscobras 2013.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que:

9.1.1. apure e verifique a adequação dos valores pagos e a pagar nos contratos firmados no âmbito da Usina Termonuclear de Angra 3, considerando a correta aplicação do Reidi nos faturamentos, o que acarreta o expurgo dos valores de PIS/Cofins das bases de cálculo dos tributos ISS e ICMS, bem como de outros que porventura possam ser influenciados;

9.1.2. informe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, os resultados das análises e as providências adotadas;

9.2. informar a Eletrobrás Termonuclear S.A. que a apuração a que se refere o subitem 9.1.1 deve ser empreendida em relação a todos os contratos firmados no âmbito da Usina Termonuclear de Angra 3, não apenas os referentes às obras civis e à montagem eletromecânica, mas também aqueles relativos a projetos, consultorias, serviços especializados e fornecimentos de máquinas e equipamentos (nacionais e importados);

9.3. determinar à SeinfraOperações que monitore o cumprimento do subitem 9.1 desta deliberação na forma dos arts. 4º, inciso I, e 5º, inciso I, da Portaria Segecex 27/2009, sem prejuízo de que, em caso de descumprimento, o tema volte a ser abordado no TC 002.651/2015-7, a critério da Secretaria, avaliadas a relevância e a materialidade da questão concreta que venha a ser constatada;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação à Eletrobras Termonuclear S.A. e à Construtora Andrade Gutierrez S.A.;

9.5. apensar o presente processo ao TC 002.651/2015-7, no qual serão enfrentadas as questões especificamente relacionadas ao Contrato NCO-223/83, firmado junto à Construtora Andrade Gutierrez S.A.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2499-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2500/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.486/2013-4.

1.1. Apenso: 014.213/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Responsáveis: Carlos Eduardo Freitas Alves (634.633.772-68); Ester Cândida Chagas da Silva (146.462.502-68); José Roberto Galvão (363.101.828-20); Lidia Paula da Cruz (659.215.002-59); Mirivaldo dos Santos Costa (209.370.592-34); Construtora Trindade Ltda. (13.875.689/0001-40); Ribeiro & Florêncio Serviços Ltda. (09.193.807/0001-62).

4. Unidades jurisdicionadas: Prefeitura Municipal de Itaubal/AP; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex-AP).

8. Representação legal: Francisco Pytter Queiroz Leite (OAB/AP 1.840).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada por equipe de auditoria acerca de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do TC/PAC 432/2011, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Itaubal/AP, cujo objeto é a construção de sistema de abastecimento de água na sede do município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. revogar a medida cautelar concedida em 17/7/2013, revisada em 15/10/2013;

9.2. em face da rejeição das razões de justificativa efetuadas no Acórdão 49/2015-TCU-Plenário e da inexistência de fatos supervenientes capazes de elidir a irregularidade ou atenuar as condutas dos responsáveis, aplicar a Carlos Eduardo Freitas Alves e a Mirivaldo dos Santos Costa, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, se solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para as demais parcelas, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Amapá, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, c/c IN-TCU 71/2012, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote medidas com vistas à apuração dos fatos acerca de eventual constatação da aplicação irregular dos recursos do TC/PAC 432/2011, e, se for o caso, à identificação dos responsáveis, à quantificação do dano e ao ressarcimento do erário, com a efetuação das providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração, pela autoridade administrativa competente, da respectiva tomada de contas especial e com a devida comunicação do resultado a este Tribunal;

9.6. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à Superintendência Estadual da Funasa no Amapá, à Prefeitura Municipal de Itaubal/AP, ao Ministério Público Federal do Amapá, à 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá e à Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amapá;

9.7. determinar à unidade técnica, à luz do art. 47, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014, que efetue o registro da cessação do sobrestamento;

9.8. arquivar o processo.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2500-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2501/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.984/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Auditoria de Natureza Operacional.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Gedeão Timóteo Amorim (011.968.202-87); Ivo Benitez (112.194.911-87); Renata Silva e Souza (516.163.782-04).

4. Órgãos/Entidades: Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia (Suest-RO); Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre (Suest-AC); Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas (Suest-AM).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex-RR).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria de natureza operacional realizada com o objetivo de avaliar os sistemas de controles internos das Superintendências Estaduais (Suest) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nos estados do Acre, Amazonas e de Rondônia, em nível de entidades e atividades, notadamente no que diz respeito ao processo de análise de propostas, concessão e gestão de transferências, inclusive as transferências efetivadas por meio de termo de compromisso no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (TC-PAC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos incisos II e III do art. 250 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. recomendar à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que:

9.1.1. promova ajuste no fluxo de apuração das faltas cometidas, de forma a garantir que o chefe do órgão correcional da entidade, atualmente subordinado ao chefe da Audit-Funasa, reporte-se diretamente ao presidente da entidade, nos termos do inciso III do art. 2º do Decreto 5.480/2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, c/c o item 3.3 do documento "Orientações para Implantação de Unidades de Corregedoria nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal", publicado em 2011 pela então Controladoria-Geral da União, considerando que o fluxo atual tem contribuído para a perda da prescrição sancionatória, conforme evidenciado no PAD 25275.010.178/2013-92;

9.1.2. avalie a pertinência das justificativas apresentadas pelas Suests acerca da manutenção da cessão dos servidores da Funasa a outros órgãos/entidades;

9.1.3. avalie a conveniência e a oportunidade de, em conjunto com as Suests Acre, Amazonas e Rondônia, elaborar lotacionograma ideal especificando a quantidade de servidores necessários, por função e setor, para o pleno atendimento da missão institucional da entidade, considerando, para fins de quantificação do total de servidores necessários, entre outros elementos: distâncias entre municípios, natureza dos objetos aptos a financiamento, meios de deslocamento e intervalos mínimos entre os relatórios de acompanhamento;

9.1.4. avalie, em conjunto com a sua unidade de Auditoria Interna (Audit-Funasa), a viabilidade, a conveniência e a oportunidade de se criarem estruturas administrativas de controle interno nas superintendências estaduais;

9.1.5. avalie a conveniência e a oportunidade de, em conjunto com órgãos federais e estaduais que atuem na temática, estabelecer agenda com fins de criar solução jurídica para os casos de objetos financiados com recursos federais construídos em imóveis não titularizados, bem como critérios para seleção de projetos que abarquem a solução jurídica definida;

9.2. recomendar às Superintendências Estaduais da Funasa no Acre, Amazonas e Rondônia que:

9.2.1. avaliem seus quadros de servidores, em especial no que diz respeito àqueles servidores cedidos a outros órgãos/entidades da administração pública, à lotação nos setores administrativos, ao fluxo de aposentadorias, e adotem as medidas necessárias para minimizar os riscos de descontinuidade na realização das atribuições fins da superintendência;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2.2. adotem providências com vistas ao aperfeiçoamento de seu plano de capacitação e desenvolvimento, de modo que contemple, anualmente, a oferta de ações educativas necessárias ao pleno cumprimento das atribuições de cada setor e servidor, bem como que seja dotado de controles administrativos que permitam acompanhar e monitorar as capacitações realizadas;

9.2.3. adotem providências com vistas a adequar os mecanismos de comunicação interna, avaliando a conveniência e a oportunidade de: i) instituir calendário de reuniões mensais com o Colegiado Regional de Gestão (Corege), entre os integrantes dos setores finalísticos e com todos os servidores da entidade; ii) inserir como tema nas pautas das reuniões programadas a divulgação dos objetivos e das metas da Suest e dos respectivos setores, detalhando o que foi executado e as projeções para o futuro de tais objetivos e metas; iii) realizar reuniões intersetoriais mensalmente, a fim de homogeneizar o conhecimento do corpo técnico quanto à situação administrativa e operacional de cada convênio;

9.2.4. adotem as medidas administrativas necessárias para que sejam armazenados em local seguro e apropriado os processos administrativos atualmente arquivados em dependências não climatizadas e com risco de incêndio e/ou desabamento;

9.3. dar ciência à Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas que foram identificadas falhas no fluxo de tomada de contas especial do convênio Siafi 569537 (EP 0229/06), firmado com o município de Uarini em 20/6/2006, atinentes ao art. 4º da Instrução Normativa-TCU 71/2012;

9.4. determinar à Funasa que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, informações sobre as providências adotadas para implementação do item 9.1 deste acórdão;

9.5. determinar às Superintendências Estaduais da Funasa no Acre, Amazonas e Rondônia que encaminhem a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, informações sobre as providências adotadas para implementação do item 9.2 deste acórdão;

9.6. determinar à Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) que monitore o cumprimento do item 9.4 *supra*;

9.7. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex-RR) que monitore o item 9.5 *supra*;

9.8. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), à Auditoria Interna da Funasa, às Superintendências Estaduais da Funasa no Acre, no Amazonas e em Rondônia e à Controladoria-Geral da União;

9.9. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2501-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2502/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.392/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional - formulada por meio da Proposta de Fiscalização e Controle - PFC n. 81/2016, aprovada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) e encaminhada ao Tribunal por seu presidente, Deputado Leo de Brito - para que o TCU realize fiscalização com vistas a avaliar as medidas adotadas pelo Governo Federal para controlar a incidência de sífilis no país.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento no art. 38, inciso IV, da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. autorizar a realização de fiscalização no Ministério da Saúde com vistas a examinar as medidas adotadas pelo Governo Federal para controlar a incidência de sífilis no país;

9.3. nos termos dos arts. 14, incisos I e II, e 15 da Resolução-TCU 215/2008, informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que:

9.3.1. o prazo para conclusão da fiscalização em questão é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de autuação deste processo, ou seja, 18/8/2016, podendo ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias;

9.3.2. tão logo a fiscalização seja apreciada pelo Tribunal, o acórdão correspondente, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentarem, será enviado à CFFC.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2502-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2503/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.278/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso ao Plenário em Processo Administrativo.

3. Interessado: Fábio Moreira Fabrini (013.326.966-35).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (Ouvidoria).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso interposto por Fábio Moreira Fabrini contra decisão proferida pelo Exmo. Ministro Presidente nestes autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 15, inciso IV do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. não conhecer do presente recurso;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Voto e do Relatório que o fundamentam, à Corregedoria do Tribunal de Contas da União, em face do TC-026.627/2015-9.

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2503-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2504/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.499/2010-7.

1.1. Apensos: 005.995/2015-9; 034.778/2014-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Luíza Francelino de Lima Sátiro (218.456.703-53); Luiz Augusto Barros Júnior (696.973.964-34); Maria de Fátima Granja Ferreira (149.997.304-72); Fabiana Maria Pereira Leite (023.973.064-09); Sinclair Engell de Alencar Ferreira (034.410.954-21); Rosa Maria Rodrigues Oliveira Modesto (963.443.854-72); Genecy Francisco da Silva Junior (019.264.294-43); Francisca Alencar Coelho (618.078.504-04); Luiz Wilson Ulisses Sampaio (084.223.384-91); Raquel Barroso da Silveira (656.645.903-00); Priscila de França Bandeira (037.609.924-04); Nilva Porto Guilherme (421.687.673-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araripina/PE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Araripina/PE, em virtude de possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pela União por meio de transferências legais, convênios e instrumentos congêneres, noticiadas a este Tribunal pelo Procurador Geral do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (MP TCE/PE).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Luiz Wilson Ulisses Sampaio, Raquel Barroso da Silveira, Priscila de França Bandeira e Nilva Porto Guilherme, conforme dispõe o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Luíza Francelino de Lima Sátiro, Rosa Maria Rodrigues Oliveira Modesto, Genecy Francisco da Silva Junior, Francisca Alencar Coelho, Maria de Fátima Granja Ferreira, Fabiana Maria Pereira Leite, Sinclair Engell de Alencar Ferreira e Luiz Augusto Barros Júnior;

9.3. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R$)37.
Luiz Wilson Ulisses Sampaio	20.000,0038.
Luiz Augusto Barros Júnior	3.000,0039.
Priscila de França Bandeira	3.000,0040.
Luíza Francelino de Lima Sátiro	5.000,0041.
Maria de Fátima Granja Ferreira	3.000,0042.
Fabiana Maria Pereira Leite	3.000,0043.
Sinclair Engell de Alencar Ferreira	3.000,0044.
Rosa Maria Rodrigues Oliveira Modesto	3.000,0045.
Genecy Francisco da Silva Junior	3.000,0046.
Francisca Alencar Coelho	3.000,0047.
Nilva Porto Guilherme	3.000,0048.
Raquel Barroso da Silveira	3.000,0049.

9.4. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.6. com fundamento no art. 41 da Resolução-TCU 259/2014, apensar os presentes autos ao TC 017.894/2015-8.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2504-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2505/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.010/2000-4.

1.1. Apenso: 013.480/1999-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superior Tribunal Militar (00.497.560/0001-01)

3.2. Responsáveis: Aldo da Silva Fagundes (000.212.881-00); Antonio Carlos de Nogueira (002.094.571-04); Carlos Aureliano Motta de Souza (090.118.467-53); Carlos de Almeida Baptista (005.128.930-04); Edson Alves Mey (025.120.847-87); Grupo Ok Construções e Empreendimentos Ltda. (24.934.309/0001-17); Luiz de Oliveira Alves (182.583.101-78); Raul Lopes Biangolino (290.244.477-04)

3.3. Recorrente: Grupo Ok Construções e Empreendimentos Ltda. (24.934.309/0001-17).

4. Órgão: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Grupo Ok Construções e Empreendimentos Ltda.

8.2. Ibaneis Rocha Barros Junior (11555/OAB-DF) e outros, representando Carlos Aureliano Motta de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Grupo OK Construções e Empreendimentos Ltda. contra o Acórdão nº 1.160/2016-TCU-Plenário,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2505-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2506/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-011.408/2016-2

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis/Interessado:

3.1. Responsável: José Carlos de Miranda Farias, CPF 090.174.244-49.

3.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco/Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica - SeinfraElétrica.

8. Representação legal: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada para verificar a regularidade dos pré-contratos e contratos relativos às obras da Subestação (SE) Pindaí II; SE Igaporã III; a ampliação da SE Igaporã II; e as adequações nas SE Ibicoara e de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2506-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2507/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.450/2016-9.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsáveis: Constran S/A - Construções e Comércio (61.156.568/0001-90); Consórcio Aterpa M. Martins - Emsa (17.162.983/0001-65); Ecoplan Engenharia Ltda. (92.930.643/0001-52); Josias Sampaio Cavalcante Junior (381.024.981-53); José Lucio Lima Machado (056.030.725-04); Mario Rodrigues Junior (022.388.828-12); Pavotec Pavimentacão e Terraplenagem Ltda. (27.394.840/0001-32).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária - SeinfraHidroFerrovia.

8. Representação legal: Mauricio Santo Matar (322216/OAB-SP) e outros, representando Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada para verificar a execução das obras da ferrovia norte-sul extensão sul (FNS), no âmbito do Fiscobras 2016, referentes aos lotes 1S (64/2010), 2S (65/2010), 3S (66/2010), 3SA (36/2014) E 4S (67/2010), localizados entre a cidade de Ouro Verde de Goiás/GO e a ponte sobre o Rio Arantes/MG, com 539 km de extensão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. Realizar, com fundamento no art. 276, § 2º, do RITCU, as oitivas da empresa Constran S.A. Construções e Comércio (CNPJ 61.156.568/0001-90), da empresa Contécnica Consultoria Técnica Ltda. (CNPJ 24.699.100/0001-16), ambas do Lote 4S, e da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (CNPJ 42.150.664/0003-49), para, no prazo de cinco dias úteis, se manifestem acerca das razões que motivaram a exploração da Pedreira da Fazenda da Confusão do Rio Preto, pois os ensaios da brita demonstraram que ela não atende às exigências da norma Valec 80-EM-033A-58-8006 (Achado III.3), uma vez que o Relatório de Ensaio 1047926-203, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, registrou haver reprovações nos índices de fragmentos lamelares e porosidade do material, os quais se encontram em patamar mais de 100% acima do tolerado pela norma da Valec acima indicada, o que contraindica a aplicação desses materiais em estruturas de concreto armado, considerando a possibilidade do comprometimento da resistência da estrutura gradativamente no decorrer do tempo;

9.2. Realizar, com fundamento no art. 250, inciso V, do RITCU, as seguintes oitivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias:

9.2.1. da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (CNPJ 42.150.664/0003-49), da Construtora Aterpa Ltda. (CNPJ 17.162.983/0001-65), empresa líder do consórcio responsável pelas obras do Lote 1S da Extensão Sul da FNS, e da empresa Ecoplan Engenharia Ltda. (CNPJ 92.930.643/0001-52), supervisora dessa obra, em face do Contrato 64/2010, relativo a construção do Lote 1S da Ferrovia Norte-Sul, Extensão Sul, em razão do suposto superfaturamento decorrente da exploração de apenas uma pedreira (Britago) em detrimento das duas previstas em projeto (Britago e Britagram), onerando dessa forma o erário federal em R$ 22.142.993,02 por conta do aumento da Distância Média de Transporte de brita e rachão, e em razão do pagamento pelo serviço de Fornecimento de Rachão Dmáx = 0,40m, ao preço de R$ 72,32/m³ em detrimento do preço originalmente previsto de R$ 32,19/m³, causando o pagamento a maior de R$ 4.297.573,87, considerando a quantidade de 107.091,30m³ de rachão fornecido (Achado III.1);

9.2.2. da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (CNPJ 42.150.664/0003-49), da empresa Pavotec Pavimentação e Terraplenagem Ltda. (CNPJ 27.394.840/0001-32), empresa líder do consórcio responsável pelas obras do Lote 2S da Extensão Sul da FNS, e da empresa Vega Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 77.728.343/0001-00), supervisora dessa obra, em face do Contrato 65/2010 para que se manifestem acerca das razões que motivaram o descarte da jazida indicada em projeto, Pedreira Encosta, sem que fossem realizados todos os ensaios previstos nas normas Valec 80-EG-000A-29-000080, 80-EM-033A-58-8006 e a norma NBR NM 26/2001, onerando a obra na ordem de R$ 36.511.329,67 (database set/2009), tendo em vista a maior distância de transportes de britas para lastro e de rachão e a substituição do rachão extraído pelo fornecimento de rachão comercial, acima das quantidades previstas em projeto (Achado III.2).

9.2.3. da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (CNPJ 42.150.664/0003-49), para que se manifeste acerca da insuficiência de justificativas para uso de contratação integrada no Edital RDC 6/2014, que originou o contrato 36/2014, em face do disposto no art. 9°, da Lei 12.462/2011 e na jurisprudência do Tribunal, a exemplo do Acórdão 1.510/2013-TCU-Plenário, anterior ao lançamento do edital (Achado III.4);

9.3. determinar à SeinfraHidroFerrovia que:

9.3.1. após o recebimento da resposta à oitiva prevista no subitem 9.1, retro, instrua, de imediato, o processo, submetendo ao relator proposta acerca da adoção, ou não, da medida cautelar em foco; e

9.3.2. quando da instrução referida no subitem 9.3.1, apure e informe ao relator se já foram realizados pagamentos atinentes ao fornecimento de brita destinada a lastro no Lote 4S, objeto da oitiva constante do item 9.1 acima, ficando, desde logo, autorizadas as diligências necessárias para tanto;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, bem como do Relatório de Auditoria, à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (CNPJ 42.150.664/0003-49), ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e às empresas mencionadas nas oitivas elencadas nos subitens 9.1. e 9.2.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2507-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2508/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-011.978/2015-5

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Auditoria.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade tendo por objeto a verificação da regularidade da execução do Convênio 769228/2012 MI, firmado entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da sua Secretaria de Desenvolvimento Regional, e o Estado da Bahia, com interveniência da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), objetivando a implantação de sistemas coletivos de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano em comunidades rurais do semiárido baiano, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. constituir processo apartado, contendo cópia do Relatório de Fiscalização 223/2015 e documentação comprobatória afim, para o tratamento das questões relacionadas ao achado de auditoria tratado no item II.1 do mencionado relatório, denominado "Potencial ocorrência de fraude em licitações, com repartição de lotes entre empresas";

9.2. determinar a realização, no âmbito do processo apartado, com fundamento no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno, da audiência dos seguintes responsáveis:

9.2.1. Jorge Luiz Gonçalves Farias, CPF 110.463.925-49, Diretor de Operações da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa acerca das seguintes ocorrências:

9.2.1.1. encaminhamento dos procedimentos licitatórios à Diretoria Colegiada da Cerb com proposta de homologação das licitações sem que fossem adotadas medidas em razão dos indícios de conluio entre licitantes verificados pelo TCU na análise dos lotes das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme apontado no item "II.1 - Potencial ocorrência de fraude em licitações, com repartição de lotes entre empresas" do Relatório de Auditoria 223/2015;

9.2.1.2. inobservância do prazo recursal estabelecido pelo art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/1993 na análise e classificação das propostas comerciais da Concorrência 120019, caracterizada pela celeridade em que os atos administrativos para adjudicação e homologação do certame foram expedidos;

9.2.2. Sidney Souza Nascimento, CPF 108.860.955-49, Presidente da Comissão de Licitação da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa acerca das seguintes ocorrências:

9.2.2.1. não adoção de medidas em razão dos indícios de conluio entre licitantes verificados pelo TCU na análise dos lotes das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme apontado no item "II.1 - Potencial ocorrência de fraude em licitações, com repartição de lotes entre empresas" do Relatório de Auditoria 223/2015;

9.2.2.2. inobservância do prazo recursal estabelecido pelo art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/1993 na análise e classificação das propostas comerciais da Concorrência 120019, caracterizada pela celeridade em que os atos administrativos para adjudicação e homologação do certame foram expedidos;

9.2.3. Maria da Conceição Santos da Silva e Maria Domícia de Cerqueira Pedreira, membros da Comissão Permanente de Licitação da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativas acerca da não adoção de medidas em razão dos indícios de conluio entre licitantes verificada pelo TCU na análise dos lotes das concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme apontado no item "II.1 - Potencial ocorrência de fraude em licitações, com repartição de lotes entre empresas" do Relatório de Auditoria 223/2015;

9.2.4. Washington Rodrigues de Miranda, Diretor Administrativo e Financeiro, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa em razão do encaminhamento do procedimento licitatório relativo à Concorrência 130002 à Diretoria Colegiada da Cerb com proposta de homologação da licitação sem que fossem adotadas medidas em razão dos indícios de conluio entre licitantes verificados pelo TCU na análise dos lotes da mencionada concorrência, conforme apontado no item "II.1 - Potencial ocorrência de fraude em licitações, com repartição de lotes entre empresas" do Relatório de Auditoria 223/2015;

9.3. com fundamento no art. 250, inciso V, do Regimento Interno (RI/TCU), determinar a oitiva, no âmbito do processo apartado, das seguintes pessoas jurídicas:

9.3.1. Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), entidade fiscalizada, na pessoa de seu Diretor Presidente, Marcus Vinícius Ferreira Bulhões, para que se manifeste, no prazo de quinze dias, acerca da constatação pelo TCU de fortes indícios de conluio entre empresas em processos licitatórios (Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006 - Item II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015) relativas à execução do Convênio 769228/2012 MI, firmado em 12/6/2012 entre a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Desenvolvimento Regional, e o Estado da Bahia, com interveniência da Cerb, para implantação de sistemas coletivos de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, em comunidades rurais do semiárido baiano, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água para Todos - PAT);

9.3.2. Emprenge Construtora Ltda., CNPJ 04.593.605/0001-94, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.2.1. apresentação de propostas de preços (planilha Excel) contendo o mesmo nome do arquivo confeccionado pela Construtora Franco Araújo - lote IV Concorrência 120018;

9.3.2.2. arquivo eletrônico Excel da proposta tendo o mesmo autor do arquivo da proposta da empresa Construtora Franco Araújo - Maurício Régis, que possivelmente diz respeito à Maurício Cavalcanti de Oliveira Régis, preposto da Franco Araújo - lotes IV e V da Concorrência 120018 e lote II da Concorrência 130002;

9.3.2.3. composição de preços unitários idênticas às fornecidas pela Construtora Franco Araújo - lotes IV e V Concorrência 120018;

9.3.2.4. diferenciação da proposta de preços unitários praticamente nos mesmos serviços diferenciados pela Construtora Franco Araújo - lote IV Concorrência 120018;

9.3.2.5. vínculo societário anterior com a Construtora Franco Araújo (formação de consórcios);

9.3.2.6. apresentação, no lote V da Concorrência 120018, de proposta de preços idêntica à disponibilizada pela Construtora Franco Araújo no lote IV da Concorrência 120018, no montante de R$ 3.213.046,31 (três milhões duzentos e treze mil e quarenta e seis reais e trinta e um centavos);

9.3.3. Elite Engenharia Ltda., CNPJ 08.782.693/0001-23, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.3.1. apresentação de propostas de preços (planilha Excel) com formatação similar à adotada pelas empresas Roble Serviços e Engelux, repetindo-se, inclusive, a metodologia de formação dos preços unitários, mediante aplicação de fator kapa sobre os coeficientes de produtividade da mão de obra e sobre os preços unitários dos insumos, tendo por base composição de custos idênticas às das referidas empreiteiras - lote II da Concorrência 120018, lote V da Concorrência 120019, lote III da Concorrência 130002 e lote I da Concorrência 130006;

9.3.3.2. apresentação de proposta de preços no lote II da Concorrência 120018 com valor idêntico ao fornecido pela Engelux Engenharia no lote V da Concorrência 120019 (R$ 3.247.860,84 - três milhões duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos);

9.3.3.3. apresentação de proposta de preços no lote I da Concorrência 130006 com valor idêntico ao fornecido pela Engelux Engenharia no lote III da Concorrência 130002 (R$ 2.742.870,48 - (dois milhões setecentos e quarenta e dois mil oitocentos e setenta reais e quarenta e oito centavos);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3.4. Patrol Construções Ltda., CNPJ 01.086.932/0001-61, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.4.1. possível participação formal no lote II da Concorrência 120019,

9.3.4.2. possível participação formal no lote IV da Concorrência 130002;

9.3.5. Roble Serviços Ltda., CNPJ 05.874.949/0001-34, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.5.1. apresentação de propostas de preços (planilha Excel) com formatação idêntica à adotada pelas empresas Engelux e Elite Engenharia Ltda., repetindo-se, inclusive, a metodologia de formação dos preços unitários, mediante aplicação de fator kapa sobre os coeficientes de produtividade da mão de obra e sobre os preços unitários dos insumos, tendo por base composição de custos idênticas às das referidas empreiteiras - lote I da Concorrência 120018; lote V da Concorrência 120019 e lote IV da Concorrência 130002;

9.3.5.2. possível participação formal no lote V da Concorrência 120019, caracterizada pela divisão dos lotes, na forma exposta anteriormente;

9.3.5.3. vínculo do sócio majoritário com o sócio administrador da Emajo Empreendimentos na pessoa jurídica 3M Serviços Ltda. EPP, tendo ambas concorrido diretamente (lote I da Concorrência 120018 e lote V da Concorrência 120019);

9.3.6. Construtora Franco Araújo Ltda., CNPJ 04.954.329/0001-42, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.6.1. apresentação de propostas de preços (planilha Excel) contendo o mesmo nome do arquivo confeccionado pela Emprenge - lote IV Concorrência 120018;

9.3.6.2. arquivo eletrônico Excel da proposta tendo o mesmo autor do arquivo da proposta da empresa Emprenge - Maurício Régis, que possivelmente diz respeito à Maurício Cavalcanti de Oliveira Régis, preposto da Franco Araújo - lote IV da Concorrência 120018 e lote I da Concorrência 130002;

9.3.6.3. composição de preços unitários idênticas às fornecidas pela Emprenge - lote IV da Concorrência 120018;

9.3.6.4. diferenciação da proposta de preços unitários praticamente nos mesmos serviços diferenciados pela Emprenge - lote IV Concorrência 120018 e lote I da Concorrência 130002;

9.3.6.5. vínculo societário anterior com a Emprenge e com a Construtora Ceará Mendes (formação de consórcios);

9.3.7. Emajo Empreendimentos Ltda., CNPJ 04.209.889/0001-72, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.7.1. inércia na utilização das faculdades conferidas pela Lei Complementar 123/2006, mesmo tendo manifestado enquadrar-se na situação tratada pela referida lei, caracterizando possível participação formal nos lotes I, IV e V da Concorrência 120018 e lotes I e V da Concorrência 120019;

9.3.7.2. vínculo familiar com os dirigentes da empresa Global San Empreendimentos - lote III Concorrência 130006;

9.3.7.3. arquivo eletrônico Excel da proposta de preços tendo a mesma autora do arquivo da proposta da empresa Global San (Iana) - lote III Concorrência 130006;

9.3.7.4. formatação de proposta similar à da empresa Global San no lote II da Concorrência 130002;

9.3.7.5. vínculo do sócio majoritário com o sócio administrador da Roble serviços na pessoa jurídica 3M Serviços Ltda. - EPP;

9.3.8. Metro Engenharia e Consultoria Ltda., CNPJ 07.478.417/0001-03, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.8.1. apresentação de propostas de preços formal, caracterizadas pela repetição dos preços unitários orçados pela Cerb em nove dos dez lotes em que participou nas Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006;

9.3.8.2. vínculo anterior com a empresa Ceará Mendes (formação de Consórcio);

9.3.8.3. possível participação formal nos lotes II, III e IV da Concorrência 130002 e nos lotes I, II, III e IV da Concorrência 130006, caracterizada pela apresentação de proposta que não atendia às disposições editalícias, com preço global superior ao permitido pela Cerb;

9.3.9. Engelux Engenharia Ltda. (atualmente 2MS - Engenharia Ltda.), CNPJ 03.407.182/0001-08, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.9.1. apresentação de propostas de preços (planilha Excel) com formatação idêntica à adotada pelas empresas Roble Serviços e Elite Engenharia Ltda., repetindo-se, inclusive, a metodologia de formação dos preços unitários, mediante aplicação de fator kapa sobre os coeficientes de produtividade da mão de obra e sobre os preços unitários dos insumos, tendo por base composição de custos idênticas às das referidas empreiteiras - lote II da Concorrência 120018; lote V da Concorrência 120019 e lote III da Concorrência 130002;

9.3.9.2. apresentação de proposta de preços no lote V da Concorrência 120019 com valor idêntico ao fornecido pela Elite Engenharia no lote II da Concorrência 120018 (R$ 3.247.860,84 - três milhões duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos);

9.3.9.3. possível participação formal no lote V da Concorrência 120019;

9.3.10. Aço 50 Engenharia e Empreendimentos Ltda., CNPJ 01.604.536/0001-89, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.10.1. participação formal no lote IV da Concorrência 120019, caracterizada pela apresentação de valor superior ao que forneceu para os lotes II e V (R$ 3.270.756,78 - três milhões duzentos e setenta mil setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos), possibilitando a adjudicação à Construtora Ceará Mendes no único lote em que disputou;

9.3.10.2. participação formal nos lote I da Concorrência 130002 e nos lotes I e IV da Concorrência 130006, caracterizada pela apresentação de proposta com valor global com reduzido desconto em relação ao orçado pela Cerb (0,65%);

9.3.11. Construtora Ceará Mendes Ltda., CNPJ 14.752.034/0001-47, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.11.1. apresentação de propostas de preços formal, caracterizadas pela repetição dos preços unitários orçados pela Cerb nos lotes I, II, III, IV e V da Concorrência 120018;

9.3.11.2. desistência de propostas nos lotes I, II, III e V da Concorrência 120019 após a fase de entrega dos envelopes;

9.3.11.3. vínculos anteriores com as empresas Metro Engenharia e Franco Araújo (formação de consórcios);

9.3.12. Global San Empreendimentos Ltda., CNPJ 10.584.369/0001-42, para que, na pessoa de seu representante legal, ante a possibilidade da aplicação pelo TCU da penalidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU, apresente, no prazo de quinze dias, manifestação acerca dos fortes indícios de conluio entre empresas verificados na análise das Concorrências 120018, 120019, 130002 e 130006, conforme destacado no achado II.1 do Relatório de Auditoria 223/2015, notadamente em razão da divisão dos lotes entre as licitantes mencionadas, do reduzido desconto ofertado em relação ao valor estipulado pela Cerb e dos seguintes aspectos:

9.3.12.1. apresentação de propostas de preços (planilha Excel) contendo, no menu propriedades, indicativo de que foi salvo pela empresa Emajo - lote II da Concorrência 130002;

9.3.12.2. apresentação de propostas de preços (planilha Excel) contendo, no menu propriedades, indicativo de que foi salvo por "Iana", de forma idêntica ao arquivo apresentado pela Emajo Empreendimentos Ltda. - lote III da Concorrência 130006;

9.3.12.3. possível participação formal no lote III da Concorrência 130006, caracterizada pela apresentação de proposta que não atendia às disposições editalícias, com preço global superior ao permitido pela Cerb;

9.4. determinar à Secex/BA que identifique e promova, no âmbito do presente processo, com fundamento no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno, a audiência dos responsáveis pelas seguintes ocorrências, no âmbito do Convênio 769228/2012 MI, fazendo-se as diligências que entender necessárias a essa identificação:

9.4.1. não utilização dos levantamentos técnicos preliminares de campo (croquis, desenhos, serviços/obras necessários, quantitativos, etc.) dos SSAA nas licitações realizadas, de forma a atender a contento os requisitos do art. 6, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

9.4.2. construção de "sistemas integrados" de abastecimento de água nos municípios de Araci (localidades de Bandeira 1, Bandeira 2, Volta e Angico), Nova Soure (Cajueirinho, Baixa da Candeia, Penasco e Cova D'Água), Euclides da Cunha (Faz. Recanto, Sucupira do Galo), Queimadas (Bebedouro, Boa Esperança, Abobreira e Faveleira), Jacobina (Angico, Barrocão Velho, Brejo/Angico 2, Cachoeira dos Alves (Caeira dos Alves), Mocambo e Pilões) e Iraquara (Torrinha e Barriguda), os quais não guardam correspondência com o respectivo projeto básico padrão licitado e contratado, aplicável a sistemas individuais;

9.4.3. forma de contratação dos serviços de movimentação de terra (em especial para escavação e reaterro manual de valas em solo de qualquer natureza, exceto rocha) previstos na planilha orçamentária do projeto básico padrão do convênio (elaborada originalmente pela Cerb e aprovada pelo MI/SDR) inadequada e antieconômica, principalmente nos sistemas com longas extensões de rede de adução e/ou distribuição, por não contemplar a execução mecanizada, haja vista a existência desta modalidade no Sinapi, mais eficiente e a um custo bem mais vantajoso para a Administração Pública, em afronta ao princípio da economicidade;

9.4.4. placas de identificação das obras ausentes ou deterioradas, apesar de o convênio ainda estar em execução, ou placas existentes que não indicavam as empresas responsáveis pela construção dos sistemas e os valores envolvidos;

9.4.5. excessivos atrasos na ligação definitiva dos SSAA à rede elétrica da distribuidora Coelba, bem como, nos sistemas contemplados com grupos geradores a diesel, a ausência de fornecimento de combustível, comprometendo a operação dos SSAA e afetando a eficiência e os resultados do convênio celebrado;

9.4.6. distribuição de água aos beneficiários sem qualquer tipo de tratamento na localidade de Jacobina (sistema integrado de Angico, Barrocão Velho, Brejo/Angico 2, Cachoeira dos Alves, Mocambo e Pilões);

9.4.7. não funcionamento do SSAA na localidade de Cordeiros;

9.4.8. liberação da segunda parcela de recursos do convênio sem que o convenente apresentasse a versão definitiva do modelo de gestão a ser adotado para a operação e manutenção dos SSAA, contrariando orientação contida no Manual Operacional dos Objetos Padronizados do programa Água para Todos;

9.4.9. eliminação dos serviços da etapa pós-empreendimento, dentre os quais, o monitoramento dos empreendimentos construídos, que visa garantir que a população usufrua desses de maneira plena, a verificação do nível de satisfação dos usuários em relação aos sistemas construídos e a maneira como utilizam o recurso hídrico e os equipamentos implantados, restando comprometida a avaliação da efetividade do objeto conveniado e aferição de resultados;

9.4.10. ausência de cadastramento no Siconv dos relatórios de execução física e financeira, com fotografias, georreferenciamento do objeto até então executado e percentual de famílias beneficiadas, em atenção à cláusula segunda, subitem 2.2.31 (Das Obrigações - Convenente) do termo de convênio, comprometendo a publicidade das ações desenvolvidas no âmbito do programa Água para Todos;

9.4.11. deficiência na fiscalização concomitante do convênio por parte do concedente (SDR/MI), tendo em vista os problemas de execução e operação nos sistemas de abastecimento implementados;

9.5. determinar à Segecex que que avalie a oportunidade de inclusão no plano de fiscalização do Tribunal da realização de auditoria de conformidade na execução do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água para Todos), em especial nos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA);

9.6. determinar à Secex/BA que, na continuação do saneamento destes autos, indique a peça e, se for o caso, a página do elemento sobre o qual se baseia a análise de cada ponto abordado nas instruções processuais que vierem a ser elaboradas; e

9.7. dar ciência deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, à Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), ao Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República na Bahia, à Controladoria-Geral da União (CGU/BA), à Casa Civil do Governo do Estado da Bahia e aos demais responsáveis e empresas arrolados no processo.

10. Ata nº 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2508-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2509/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-012.167/2016-9

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis/Interessado:

3.1. Responsável: Marcio Pereira Zimmermann (262.465.030-04).

3.2. Interessado: Congresso Nacional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná/Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica - SeinfraElétrica.

8. Representação legal: Fabiano Marcos Zwicker (16.035/OAB/SC) e outros, representando Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada para avaliar o andamento e a conformidade da execução da Pequena Central Hidrelétrica de Santo Cristo - PCH Santo Cristo, Estado de Santa Catarina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, além do relatório de fiscalização 184/2016:

9.1.1. à Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao Ministério de Minas e Energia (MME) e às Comissões de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, para que tomem ciência da atual situação de implantação da PCH Santo Cristo e adotem as providências que julgarem cabíveis;

9.1.2. ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - Iphan - e à Casa Civil da Presidência da República, para conhecimento e providências cabíveis quanto ao excessivo atraso na emissão de pareceres e licenças ambientais que resultaram na inviabilização do contrato de execução da PCH de Santo Cristo, causando prejuízos à Eletrosul e ao país; e

9.2. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2509-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2510/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-029.379/2010-5

2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).

3.2. Responsáveis: Eduardo Calheiros de Araújo (036.771.337-34); Rogerio Calazans Verly (045.159.696-09); Elifas Levi Nolasco Marques; João José dos Santos.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Santa Catarina - Dnit/MT.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público Federal, em razão de suposto superfaturamento na execução de obra emergencial de reforma da ponte sobre o Rio Hercílio, localizada na Rodovia BR-470, km 117+800, objeto do Inquérito Civil Público 1.33.001.000241/2009-99,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fundamento no art. 237, inciso I, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. considerar prejudicada a cautelar pleiteada pelo representante, em face da conclusão das obras objeto da representação;

9.3. acolher integralmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Sr. João José dos Santos (ex-Superintendente Regional do Dnit/SC) e Sr. Elifas Levi Nolasco Marques (então Engenheiro Supervisor da Unidade Local do Dnit em Rio do Sul);

9.4. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, Sr. Eduardo Calheiros de Araujo, Coordenador de Estruturas, à época, e Sr. Rogério Calazans Verly, Engenheiro lotado na Coordenação Geral de Desenvolvimento e Projetos - CGDCESP, da Diretoria de Planejamento e Pesquisas - DPP/Dnit;

9.5. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e ao representante Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina, em face do Inquérito Civil Público 1.33.001.000241/2009-99; e

9.6. arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2510-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2511/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-033.378/2014-2

2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Representação.

3. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS.

4. Interessada: SecexPrevidência.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: SecexPrevidência.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação por meio da qual foi trazida ao conhecimento deste Tribunal possível irregularidade relacionada ao descumprimento da obrigação legal de revisão da concessão de Benefícios de Prestação Continuada - BPC a cada dois anos para avaliação da permanência das condições que deram origem à concessão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelas Srªs Denise Ratmann Arruda Colin (597.888.879-53) e Maria Jose de Freitas (160.617.646-34);

9.3. aplicar à Srª Denise Ratmann Arruda Colin, (597.888.879-53), ex-Secretária da SNAS, e à Srª Maria José de Freitas, (160.617.646-34), Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. apensar os presentes autos ao TC-019.366/2014-0 referente às contas anuais de 2013 da Secretaria Nacional de Assistência Social; e

9.6. dar ciência deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam à Secretária Nacional de Assistência Social e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2511-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2512/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.678/2015-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Levantamento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidades jurisdicionadas: Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento realizado pela Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental) sobre a forma de institucionalização e normatização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), como importante instrumento ambiental para a gestão integrada e o correto gerenciamento de resíduos sólidos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos art. 238 e 250, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que encaminhem ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, o devido plano de ação conjunto para a atualização e a aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com a definição de prazos, atividades e responsáveis, de forma a atender ao disposto no art. 46 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010;

9.2. determinar ao Ministério do Meio Ambiente que encaminhe, no prazo de 90 (noventa) dias, o devido plano de ação para a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, com a definição de prazos, atividades e responsáveis, de modo a dar cumprimento ao art. 12, parágrafo único, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

9.3. recomendar à Casa Civil da Presidência da República que, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com outros órgãos e entidades eventualmente envolvidos na temática, adote as providências necessárias para solucionar os achados identificados no presente levantamento, indicados como riscos à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, atentando especialmente para:

9.3.1. a ausência de participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, da iniciativa privada e da sociedade civil nos comitês previstos pela PNRS, a exemplo do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos (CI) e do Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa (CORE);

9.3.2. a ausência de estratégia de divulgação e apresentação dos objetivos e das diretrizes inerentes à PNRS para os diversos atores nela envolvidos, sobretudo para os entes municipais, como principais executores da política;

9.3.3. as dificuldades técnicas, financeiras e operacionais por parte dos municípios na celebração e manutenção de consórcios para a gestão integrada de resíduos sólidos;

9.3.4. a ausência de delimitação pela PNRS da responsabilidade de cada ator pelas etapas do ciclo de vida dos produtos relacionadas com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e rejeitos; e

9.3.5. as deficiências nos mecanismos de planejamento e controle que impactam na implementação da PNRS nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

9.4. autorizar, desde já, a realização de auditoria operacional com o foco na temática atinente ao cumprimento do art. 54 da Lei nº 12.305, de 2010, à disposição ambientalmente adequada dos rejeitos e do encerramento dos lixões, devendo a SecexAmbiental submeter à prévia apreciação do Relator deste feito, em processo administrativo próprio, a matriz de planejamento com a definição dos objetivos mais específicos para a referida fiscalização;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, além da cópia do relatório de levantamento à Peça nº 16, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; e

9.6. apensar o presente processo ao processo de auditoria operacional autuado por força do item 9.4 deste Acórdão, nos termos do art. 250, I, do RITCU.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2512-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2513/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.583/2016-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento.

3. Responsáveis: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (065.541.211-53); Ana Silvia Bloise (085.678.438-98); Andréia Silveira Athaydes (543.477.000-59); Benedito Fortes de Arruda (088.404.311-87); Bianca Arruda Manchester de Queiroga (771.666.634-72); Carlos Vital Tavares Correa Lima (043.281.674-72); Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz (116.396.791-20); Jesus Miguel Tajra Adad (002.026.906-44); Joana D'arc Uchôa da Rocha (181.168.256-15); Jorge Steinhilber (105.545.997-91); José Martônio Alves Coelho (013.379.393-15); José Tadeu da Silva (720.451.168-91); João Teodoro da Silva (157.714.079-68); Luiz Carlos da Rocha (001.585.787-59); Manoel Affonso Mendes de Farias Mello (012.099.577-87); Manoel Carlos Neri da Silva (350.306.582-20); Mariza Monteiro Borges (244.077.711-00); Maurílio Castro de Matos (034.203.917-22); Paulo Dantas da Costa (026.862.794-00); Regina Celi de Sousa (848.735.588-91); Roberto Mattar Cepeda (540.253.549-34); Sebastião Luiz de Mello (142.501.011-34); Silvio José Cecchi (036.616.348-52); Valdelice Teodoro (357.082.639-20); Walter da Silva Jorge João (028.909.682-00); Wlademir João Tadei (205.117.528-49); Élido Bonomo (621.505.707-00).

4. Entidades: Conselho Federal de Administração; Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselho Federal de Biologia; Conselho Federal de Biomedicina; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Corretores de Imóveis; Conselho Federal de Economia; Conselho Federal de Economistas Domésticos; Conselho Federal de Educação Física; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Conselho Federal de Estatística; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Fonoaudiologia; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Medicina Veterinária; Conselho Federal de Museologia; Conselho Federal de Nutricionistas; Conselho Federal de Odontologia; Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Química; Conselho Federal de Relações Públicas; Conselho Federal de Representantes Comerciais; Conselho Federal de Serviço Social.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal:

8.1. Leandro Coelho Conceição (OAB/DF 30328), representando Conselho Federal de Fonoaudiologia;

8.2. Leandro Coelho Conceição (OAB/DF 30328) e outros, representando Conselho Federal de Nutricionistas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento, pelos Conselhos de Fiscalização Profissional (CFP), das determinações constantes do acórdão 96/2016-TCU-Plenário.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações:

9.1.1. constante do item 9.2 do acórdão 96/2016-TCU-Plenário por todos os conselhos federais de fiscalização de profissão regulamentada;

9.1.2. constante do item 9.3 do acórdão 96/2016-TCU-Plenário pelos seguintes conselhos federais: Conselho Federal de Psicologia; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Administração; Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselho Federal de Biomedicina; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Corretores de Imóveis; Conselho Federal de Educação Física; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Fonoaudiologia; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Nutricionistas; Conselho Federal de Odontologia; Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas; Conselho Federal de Representantes Comerciais; Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (item 149.1 do relatório da unidade instrutiva);

9.2. considerar parcialmente cumprida a determinação constante do item 9.3 do acórdão 96/2016-Plenário pelos seguintes conselhos federais: Conselho Federal de Biologia; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Conselho Federal de Economistas Domésticos; e Conselho Federal de Química (itens 26-33 do voto);

9.3. considerar não cumprida a determinação constante do item 9.3 do acórdão 96/2016-Plenário pelos seguintes conselhos: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Economia; Conselho Federal de Museologia; e Conselho Federal de Estatística (itens 20-21 do voto);

9.4. determinar aos conselhos federais abaixo relacionados que, no prazo de 30 dias da ciência desta deliberação, apresentem plano de ação articulado com seus conselhos regionais, para o cumprimento do item 9.1. do acórdão 96/2016- Plenário:

9.4.1. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional: não apresentou plano de ação e não apresentou a justificativa necessária (itens 84 e 85 do relatório);

9.4.2. Conselho Federal de Estatística: apresentou documento que não guarda relação com o plano de ação para cumprimento do acórdão 96/2016- TCU - Plenário (itens 77-80 do relatório);

9.4.3. Conselho Federal de Biologia (itens 33-37 do relatório da unidade instrutiva), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (itens 67-76 do relatório unidade instrutiva), Conselho Federal de Química (itens 122-128 do relatório unidade instrutiva), Conselho Federal de Economistas Domésticos (itens 54-57 relatório unidade instrutiva): enviaram plano de ação que não se apresenta articulado com seus conselhos regionais;

9.4.4. Conselho Federal de Museologia: entregou o plano de ação do Conselho Regional de Museologia da 2ª Região (itens 99-102 do relatório da unidade instrutiva);

9.5. prorrogar por mais 90 (noventa) dias o prazo para cumprimento do item 9.1 do acórdão 96/2016-TCU-Plenário pelo Conselho Federal de Economistas Domésticos (itens 54-57 do relatório unidade instrutiva), alertando-o que a contagem iniciar-se-á a partir do término do prazo originalmente fixado para cumprimento do acórdão;

9.6. prorrogar por mais 180 dias, contados a partir do término do prazo originalmente fixado, para o cumprimento do item 9.1 do acórdão 96/2016-TCU-Plenário, pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (itens 15-25) e pelo Conselho Federal de Enfermagem (itens 61-66 do relatório unidade instrutiva);

9.7. enviar cópia desta deliberação a todos os conselhos federais de fiscalização de profissão regulamentada;

9.8. dar ciência aos conselhos mencionados no item 9.4 de que o não cumprimento de determinação deste Tribunal poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, VII, do RI/TCU, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do § 3º do referido dispositivo regulamentar;

9.9. restituir os presentes autos à Secex-RS, para o prosseguimento do monitoramento dos demais itens do acórdão 96/2016- Plenário.

10. Ata n° 37/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2513-37/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 52 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Substituta

Aprovada em 4 de outubro de 2016.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 201, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Resolução nº 22.581/2007/TSE, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I da Portaria nº 238 de 29 de dezembro de 2015, publicada no "DOU" nº 249 - Seção 01, fls. 190/191, de 30.12.2015 e no "DJE" nº 232, fls. 2/3, de 30.12.2015, para no Anexo I constar a criação de 29 (vinte e nove) cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária e 29 (vinte e nove) cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa e, no Anexo II, constar a criação de 29 (vinte e nove) Funções Comissionadas - nível FC-06 e a transformação de 308 (trezentos e oito) Funções Comissionadas-nível FC-01 em 308 (trezentos e oito) Funções Comissionadas - nível FC-06 e 14 (quatorze) Funções Comissionadas - nível FC-04 em 14 (quatorze) Funções Comissionadas - nível FC -06, nos termos da Lei nº 13.150/2015 c/c Resolução TSE nº 23.448/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. DOMINGOS COELHO

ANEXO I

Reestruturação das Carreiras Judiciárias

Cargos de Nível Superior				
Situação Atual				
Cargo/ Especialidade	Classe e Padrão Iniciais	Classe e Padrão Finais	Quantidade	Área de Atividade
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	501	Judiciária
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	137	Administrativa
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Contabilidade	A,1	C,13	19	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Taquigrafia	A,1	C,13	07	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Biblioteconomia	A,1	C,13	02	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Medicina	A,1	C,13	06	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Odontologia	A,1	C,13	04	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Análise de Sistemas	A,1	C,13	18	Apoio Especializado
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Psicologia	A,1	C,13	02	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Assistência Social	A,1	C,13	01	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Engenharia	A,1	C,13	02	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Arquitetura	A,1	C,13	01	
Analista Judiciário (TRE-NS) Especialidade Estatística	A,1	C,13	01	
Total de Cargos da Carreira:			701	

Cargos de Nível Intermediário				
Situação Atual				
Cargo/ Especialidade	Classe e Padrão Iniciais	Classe e Padrão Finais	Quantidade	Área De Atividade
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	964	Administrativa
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Contabilidade	A,1	C,13	10	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Mecânica	A,1	C,13	02	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Eletricidade e Telecomunicações	A,1	C,13	03	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Artes Gráficas	A,1	C,13	07	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Segurança	A,1	C,13	12	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Telefonia	A,1	C,13	04	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Operação de Computadores	A,1	C,13	15	Apoio Especializado
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Assistência à Microinformática	A,1	C,13	16	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Programação de Sistemas	A,1	C,13	25	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Enfermagem	A,1	C,13	02	
Técnico Judiciário (TRE-NI) Especialidade Edificações	A,1	C,13	05	
Total de Cargos da Carreira:			1065	
Total de Cargos:			1766	

ANEXO II

Reestruturação das Carreiras Judiciárias
Quantitativo de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas

Situação Atual	Quantidade
Cargos em Comissão	
CJ-04	01
CJ-03	08
CJ-02	28
CJ-01	13
Total de Cargos em Comissão	50
Situação Atual	Quantidade
Funções Comissionadas	
FC-06 Secretaria	76
FC-06 Chefia de Cartório	351
FC-05	08
FC-04	65
FC-03	06
FC-02	00
FC-01 Secretaria	03
FC-01 Assistente	351
Total de Funções Comissionadas:	860
Total de Cargos em Comissão / Funções Comissionadas	910

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 525, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga a Resolução Cofen nº 522/2016.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso das atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905/73, de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a competência do Cofen, estabelecida no art. 22, inciso X do Regimento Interno do Cofen, de baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO o inciso II do artigo 24 do seu Regimento Interno, que dispõe que compete à Diretoria a Administração do Conselho Federal de Enfermagem;

CONSIDERANDO o Despacho do Presidente do Cofen nos autos do PAD Cofen nº 597/2016, de 28 de setembro de 2016, e

CONSIDERANDO tudo o que consta nos autos do PAD Cofen nº 597/2016;

Resolve, ad referendum, do Plenário do Cofen:

Art. 1º Revogar a Resolução Cofen nº 522/2016, aprovada ad referendum do Plenário do Cofen, em 23 de setembro de 2016, e publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2016, na Seção 1, n.º 185, as fls. 129.

Art. 2° Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial da União, todavia, deverá ser colocada para homologação na pauta da próxima Reunião Ordinária do Plenário do Cofen.

Art. 3º Dê-se ciência e publique-se.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
Primeira-Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.122, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Institui e regulamenta o voto eletrônico (on-line), via rede mundial de computadores (internet), para eleição dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, considerando o disposto na alínea 'f', artigo 16, e §3º, artigo 14, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, artigo 3º, II, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e Resolução CFMV nº 958, de 18 de junho de 2010;

considerando o resultado do estudo realizado por Grupo de Trabalho constituído por Presidentes dos CRMVs, conforme PA CFMV nº 2831/2016; e

considerando as discussões ocorridas por ocasião da Câmara Nacional de Presidentes realizada nos dias 31/8 e 2/9/2016;

considerando as discussões e deliberações ocorridas por ocasião da 289ª Sessão Plenária Ordinária; resolve:

Art. 1º Facultar aos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMVs), além das modalidades de voto já regulamentadas na Resolução CFMV nº 958, de 2010, o uso do voto eletrônico (on-line) via rede mundial de computadores (internet).

Parágrafo único. O CRMV que optar pelo uso do voto on-line deve ter como diretrizes e premissas para implementação:

I - sigilo do voto;

II - impossibilidade de o eleitor votar mais de uma vez;

III - fornecimento e utilização de senha individual e intransferível a cada eleitor;

IV - imparcialidade e transparência do procedimento;

V - utilização de sítio eletrônico específico que possibilite acesso aos procedimentos de votação;

VI - possibilidade de auditoria integral e independente do código-fonte;

VII - segurança através de mecanismos eficazes de criptografia de dados e canais de comunicação;

VIII - emissão de relatório prévio ao início da votação (zerézima) que demonstre e ateste a inexistência de votos on-line computados no banco de dados;

IX - emissão de impressão ou armazenamento digital da imagem do registro do comprovante de votação, preservado o sigilo do voto.

Art. 2º O voto on-line será implementado, exclusivamente, por empresa especializada.

§1º A contratação da empresa citada no caput deverá ser feita por processo licitatório, conforme legislação que rege as contratações públicas.

§2º Os custos para implementação do voto on-line serão suportados pelos próprios CRMVs.

§3º O CRMV também deverá providenciar a contratação, por licitação, de empresa especializada para promover a auditoria do processo eleitoral.

Art. 3º O exercício do direito de voto on-line poderá ser realizado a partir de qualquer computador ou dispositivo móvel com acesso à internet, conforme definido no Edital de Convocação.

§1º A votação dar-se-á via acesso ao sítio eletrônico específico e terá início e término no mesmo dia e horários de início e encerramento definidos no Edital de Convocação.

§2º O encerramento da votação eletrônica deverá ocorrer no dia e horário estabelecidos no Edital.

Art. 4º No período previsto no caput do artigo 3º, o CRMV disponibilizará em sua sede pelo menos 1 (um) computador com acesso à internet.

§1º No local destinado à votação, o computador dará acesso apenas ao sítio eletrônico específico mencionado no inciso IV, parágrafo único, artigo 1º, desta Resolução.

§2º O computador destinado à votação deve permanecer em recinto separado do público com uma cabine indevassável que assegure o sigilo do voto, no qual médicos veterinários e zootecnistas eleitores possam exercer o direito de voto on-line.

§3° O eleitor que pretender votar on-line na sede do CRMV deve, para tanto, observar o horário de funcionamento do Regional.

Art. 5º A empresa contratada para implementação do voto on-line disponibilizará senha ao Presidente e a um segundo membro da Mesa Receptora, de modo a possibilitar o acesso simultâneo, no mesmo computador, ao programa eleitoral:

I - no momento do início da votação (zerézima);

II - após o encerramento das votações on-line, permitindo assim a ciência e análise do relatório completo com o resultado final da apuração.

§1º O acesso ao programa eleitoral dar-se-á mediante validação de ambas as pessoas indicadas no caput deste artigo após o fornecimento das respectivas senhas.

§2º O acesso mencionado no caput deste artigo ocorrerá no mesmo sítio eletrônico destinado à votação.

§3º O relatório mencionado no inciso II deste artigo deve conter todas as informações previstas na Resolução CFMV nº 958, de 2010, ou outras que a alterem ou substituam.

Art. 6º O Edital de Convocação das Eleições deve conter, além das informações exigidas na Resolução CFMV nº 958, de 2010, ou outras que a alterem ou substituam:

I - indicação do sítio eletrônico específico destinado à votação eletrônica;

II - indicação do período destinado ao exercício do voto on-line, com identificação do dia e horários de início e encerramento;

III - indicação do horário de funcionamento do CRMV para exercício do voto on-line na sede do Regional, conforme artigo 4º desta Resolução;

IV - configuração para apresentação de fotografia, conforme artigo 7º desta Resolução;

V - outras orientações e informações relacionadas e necessárias aos procedimentos para exercício do voto on-line.

Art. 7º Além dos documentos exigidos nos artigos 18 e 19 da Resolução CFMV nº 958, de 2010, ou outras que a alterem ou substituam, o requerimento de registro de chapa deve ser instruído de fotografia atual, frontal e colorida do candidato a Presidente, conforme configuração a ser definida no Edital de Convocação.

Art. 8º O sistema de votação eletrônica deverá exibir as chapas completas da Diretoria e Conselheiros Efetivos e Suplentes, com nomes e respectivas funções, além de fotografias dos candidatos à Presidência, no qual o eleitor poderá escolher uma das chapas, devendo ser precedidas de números com dois dígitos para identificação, ou voto branco ou nulo.

Art. 9º Os dados cadastrais dos médicos veterinários e zootecnistas eleitores deverão ser fornecidos pelos CRMVs à empresa responsável pelo processo eleitoral, mediante confidencialidade, no prazo que permita o atendimento previsto neste artigo.

Art. 10. Cada eleitor deverá acessar o sítio eletrônico, indicado no Edital de Convocação das Eleições, e promover a ativação de sua senha eletrônica eleitoral, após resposta do questionário de segurança.

Parágrafo único. As orientações relativas ao acesso e ativação, alteração e recuperação da senha eletrônica serão de responsabilidade da Comissão Eleitoral Regional (CER).

Art. 11. Após o horário de encerramento da eleição, estipulado no Edital de Convocação, o Presidente da Mesa Receptora e um de seus membros, constatada a validade dos procedimentos eleitorais eletrônicos, convocarão o(s) representante(s) da(s) chapa(s) e um membro da CER e adotarão as seguintes providências:

I - emissão do relatório da eleição eletrônica, que deve conter:

a) identificação do dia da eleição, horários de início e final, total de votos on-line válidos, em branco, nulos e atribuídos a cada chapa;

b) os nomes dos fiscais e candidatos que houverem comparecido;

c) a causa, se houver, do retardamento para o começo da votação;

d) os protestos e as impugnações apresentadas pelos fiscais, assim como as decisões sobre elas proferidas, tudo em seu inteiro teor;

e) a razão de interrupção da votação, se ocorrida, e o tempo de interrupção.

II - colheita da assinatura dos fiscais presentes, se houver.

III - entrega dos documentos eleitorais aos membros da Mesa Escrutinadora, sob recibo, com indicação de hora, devendo os referidos documentos ser anexados ao respectivo processo eleitoral.

IV - relatório de todos os eleitores que exerceram o voto on-line.

Parágrafo único. Após os procedimentos eleitorais, a CER entregará os documentos eleitorais ao CRMV, sob recibo, com a indicação de data e hora, devendo os referidos documentos ser anexados ao respectivo processo administrativo.

Art. 12. Os casos omissos devem ser resolvidos pela CER, que adotará a legislação eleitoral e a Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, cabendo recurso da sua decisão ao Plenário do CRMV, exceto quando houver candidato à reeleição ao mesmo cargo ou a outro, hipótese em que a subordinação será ao Plenário do CFMV.

Art. 13. Altera-se a redação do §1º, artigo 12, da Resolução CFMV nº 958, de 2010, e acrescenta-se ao citado artigo o §6º, com as seguintes redações:

"Art. 12 (...).

§1º O eleitor tem direito a um voto, por correspondência ou presencialmente, caso em que este revoga aquele.

§6º Para efeito do disposto nesta Resolução, consideram-se presenciais os votos on-line, por urna eletrônica ou por cédula tradicional".

Art. 14. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do CFMV

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 92, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o exercício de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional de dotações Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2016, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina no valor de R$ 483.050,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e cinquenta reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional serão utilizados recursos provenientes da redução/anulação de igual importância das dotações conforme abaixo.

CÓDIGO	RUBRICAS	SUPL .	ANULA
6.3.1.3.02.03.001	DIÁRIAS - FUNCIONÁRIOS	10.000,00	
6.3.1.3.02.03.002	DIÁRIAS - CONSELHEIROS	80.000,00	
6.3.1.3.02.03.003	DIÁRIAS - COLABORADORES	26.000,00	
6.3.1.3.02.04.002	PASSAGENS - CONSELHEIROS	11.000,00	
6.3.1.3.02.04.001	PASSAGENS - FUNCIONÁRIOS	8.000,00	
6.3.1.3.02.05.001	HOSPEDAGENS E ALIMENT. - FUNCIONÁRIOS	8.000,00	
6.3.1.3.01.01.005	BANDEIRAS, FLÂMULAS E PLACAS	20.000,00	
6.3.1.3.01.09.001	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	4.000,00	
6.3.1.3.01.01.007	MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	7.000,00	
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	8.000,00	
6.3.1.3.02.01.017	SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS E VÍDEOS	10.000,00	
6.3.1.3.01.01.002	IMPRESSOS, FORMULÁRIOS E PAPÉIS	2.000,00	
6.3.1.3.02.01.005	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	500,00	
6.3.1.3.02.01.008	SERV.DE LIMPEZA, CONSERV. E JARDINAGEM	3.000,00	
6.3.1.3.02.01.013	ESTAGIOS	6.000,00	
6.3.1.1.01.03.002	PROGR.DE ALIMENT. AO TRABALHADOR-PAT	37.000,00	
6.3.1.3.02.01.031	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	8.000,00	
6.3.1.3.01.02.002	PEÇAS E ACESSÓRIOS	5.000,00	
6.3.1.3.02.01.033	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	3.000,00	
6.3.1.3.02.01.035	POST.DE CORRESPONDÊNCIA INSTITUCIONAL	36.000,00	
6.3.1.3.02.01.028	CONDOMÍNIOS	2.000,00	
6.3.1.3.02.01.032	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	7.000,00	
6.3.1.3.01.01.015	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	22.000,00	
6.3.1.3.02.01.026	LOC. DE BENS MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIP.	14.500,00	
6.3.1.3.01.01.018	MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11.050,00	
6.3.1.3.01.01.017	BENS MÓVEIS NÃO ATIVÁVEIS	4.000,00	
6.3.1.6.01.02.001	COTA PARTE	120.000,00	
6.3.1.4.01.02.002	DESPESAS COM COBRANÇA	10.000,00	
6.3.1.1.01.03.001	VALE TRANSPORTE		37.000,00
6.3.1.3.02.01.018	SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL		40.000,00
6.3.2.1.01.01.001	OBRAS E INSTALAÇÕES		406.050,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELLO ALEXANDRE SEEMANN

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

ACÓRDÃOS DE JULGAMENTO

PED 33/2013
D. do V. O.
EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. NÃO PAGAMENTO DAS ANUIDADES PONTUALMENTE.INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA. PENA. ADVERTÊNCIA.

Verificado que o profissional deixou de adimplir pontualmente as anuidades, configura-se a infração ética-disciplinar descrita no artigo 16, inciso VI da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena advertência, conforme o artigo 17, inciso I da Lei n° 6.316 de 1975.

ACÓRDÃO Nº 316

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em aplicar a pena de advertência nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 19 de março de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 07/2013
S. de A. F. de B.

EMENTA
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. NÃO REALIZAÇÃO REGISTRO DE CONSULTÓRIO. NÃO PAGAMENTO DAS ANUIDADES PONTUALMENTE. COMPROVAÇÃO. PENA. ADVERTÊNCIA.

Verificado que a profissional somente regularizou a situação perante esta Autarquia após ser citada da instauração deste procedimento ético-disciplinar, configura-se a infração ética-disciplinar descrita no artigo 16, incisos V e VI da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena advertência da profissional conforme o artigo 17, inciso I da Lei n° 6.316 de 1975.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 216

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em aplicar a pena de advertência nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 19 de março de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED -DPVAT n° 001/2015
P. B. A.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 416

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à maioria absolver a profissional, vencido o Conselheiro o Dr. Rogério de Souza Alves de Castro.

Brasília, 02 de abril de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 003/2013 -DPVAT
M. C. C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 516

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 02 de abril de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED -DPVAT n ° 004/2014
M. C. C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 616

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 02 de abril de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 05/2013
A. A. de J. B.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. NÃO COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. PENA. ADVERTÊNCIA.

Confirmada a inexistência de documento que comprove a realização da avaliação fisioterapêutica, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo descrita no artigo 25, VII da Resolução COFFITO nº 424/2013, razão pela qual aplica-se a pena advertência da profissional conforme o artigo 17, inciso I da Lei n° 6.316 de 1975.

ACÓRDÃO Nº 116

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em aplicar a pena de advertência nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 02 de abril de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED - DPVAT 19/2013
M. C. C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 716

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 02 de abril de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED DPVAT 23/2013
M. C. C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 816

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 02 de abril de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED nº 37/2013
C. M. B.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR DECORRENTE DE FISCALIZAÇÃO. FALTA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. INÉRCIA DA PROFISSIONAL POR QUASE 5 ANOS. APLICAÇÃO DE PENA. MULTA NO VALOR DE 5 ANUIDADES.

Quando a profissional é autuada para realização do registro de consultório e não o faz, mantendo-se inerte por quase cinco anos, resta configurada a falta ética, sendo aplicada a pena de multa no valor de 5 (cinco) anuidades, nos termos do artigo 17, inciso III da Lei n° 6.316 de 1975.

ACÓRDÃO Nº 916

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, aplicar a pena de multa de 5 anuidades.

Brasília, 02 de abril de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED DPVAT 001/2014
A. A. J. B
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. ASSINATURA DE DOCUMENTO. TRABALHO QUE NÃO EXECUTOU. COMPROVAÇÃO. SUSPENSÃO.

Quando o Representante comprova nos autos do processo a assinatura de documento exclusivo de uso médico pelo Representado, há a configuração de falta ética, sendo imperiosa a suspensão da profissional, pelo prazo de 6 meses, com fundamento no artigo 17, inciso IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO Nº 1016

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, suspender o exercício profissional pelo prazo de 6 meses.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 02/2015
L.N.M
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. PUBLICAÇÃO. MENSAGEM DEPRECIATIVA. REDE SOCIAL. SUSPENSÃO.

Quando o Representado divulga conteúdo que atente de forma depreciativa contra órgão e entidade de classe há a configuração de falta ética tipificada no artigo 35 da Resolução 424/2013, com aplicação da pena de suspensão do profissional pelo prazo de 1 mês, com fundamento no artigo 17, inciso IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO Nº 1116

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, 4 votos a 3, vencida a relatora, condenar o profissional em 1 mês de suspensão do registro profissional.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED DPVAT 12/2013
A. A. J. B
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. PRATICAR ATO NÃO REGULAMENTADO PELO CREFITO. PENA. SUSPENSÃO.

Quando o Representante comprova nos autos do processo a assinatura de documento exclusivo de uso médico pelo Representado, há a configuração de falta ética, com aplicação da pena de suspensão da profissional pelo prazo de 6 meses, com fundamento no artigo 17, inciso IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO Nº 1216

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, suspender o exercício profissional pelo prazo de 6 meses.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Relatora
PED DPVAT 12/2015
D.R. de M.C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 1316

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 13/2013 - DPVAT
A. A. J. B.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. ASSINATURA DE DOCUMENTO. TRABALHO QUE NÃO EXECUTOU. COMPROVAÇÃO. SUSPENSÃO.

Quando o Representante comprova nos autos do processo a assinatura de documento exclusivo de uso médico pelo Representado, há a configuração de falta ética, sendo imperiosa a suspensão da profissional, pelo prazo de 1 ano, com fundamento no artigo 17, inciso IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO Nº 1416

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, por 3 votos a 2, vencido o revisor, suspender o exercício profissional pelo prazo de 1 ano.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 13/2015 - DPVAT
D.R. de M.C
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 1516

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 14/2015 - DPVAT
D.R. de M.C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 1616

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 15/2015 - DPVAT
D.R. de M.C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 1716

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver a profissional.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED DPVAT 26/2013
L. da S. S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1816

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver o profissional.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 39/2015 - DPVAT
D.R. de M.C. e P. B.A.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 1916

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver as profissionais.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 40/2015 - DPVAT
D.R. de M.C. e P. B.A.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DPVAT. FALTA DE ASSINATURA DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 2016

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, absolver as profissionais.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 46/2013
D.S. F.M.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS. DESCUMPRIMENTO. SUSPENSÃO

Quando a Representada deixar de cumprir as obrigações pecuniárias há a configuração de falta ética sendo imperiosa a suspensão da profissional, até o pagamento integral do débito, com fundamento no artigo 17, inciso IV e § 6º, da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO N° 2116

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, suspender a profissional até o pagamento integral do débito.

Brasília, 21 de maio de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED n° 009/2014
E. B. S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DPVAT. SUPOSTA FALTA ÉTICA. ASSINATURA DE TRABALHO QUE NÃO EXECUTOU. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição do profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 2216

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, absolver o profissional, unânime, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 07 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED n° 27/2015
E. B. S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DPVAT. SUPOSTA FALTA ÉTICA. ASSINATURA DE TRABALHO QUE NÃO EXECUTOU. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição do profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 2316

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, absolver o profissional, unânime, nos termos do voto da Relatora

Brasília, 07 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED -DPVAT n° 28/2015
E. B. S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DPVAT. SUPOSTA FALTA ÉTICA. ASSINATURA DE TRABALHO QUE NÃO EXECUTOU. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição do profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 2416

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, absolver o profissional, unânime, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 07 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED nº 03/2015
A. R. de S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO. CONTEÚDO DEPRECIATIVO AO ÓRGÃO DE CLASSE. PENA. SUSPENSÃO 30 DIAS.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética consubstanciada na manifestação de conteúdo depreciativo a órgão de classe aplica-se a pena de suspensão de 30 dias.

ACÓRDÃO Nº 2516

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão de 30 dias. Maioria. Vencido o Conselheiro Dr. Renato Freitas.

Brasília, 19 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 61/2013
B. S. M. S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REGISTRO DE CONSULTÓRIO. COMPROVAÇÃO. ADVERTÊNCIA.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional deixou de promover o registro do consultório após a fiscalização, deixando para fazê-lo apenas após a sua citação em processo ético-disciplinar, aplica-se a pena de advertência.

ACÓRDÃO Nº 2616

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, a condenar o profissional a pena de advertência por maioria, os termos do voto da Relatora, vencido o Revisor.

Brasília, 19 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 64/2013
E. O. M.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REGISTRO DE CONSULTÓRIO. COMPROVAÇÃO. APLICAÇÃO PENA DE MULTA NO VALOR DE 10 ANUIDADES.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional deixou de promover o registro do consultório após a fiscalização, deixando de fazê-lo, aplica-se a pena de multa no valor de 10 (dez) anuidades por infringência ao artigo 105 da Resolução COFFITO nº 08/1978.

ACÓRDÃO N° 2716

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, a condenar o profissional a pena de multa no valor de 10 anuidades, nos termos do voto da Relatora, por maioria, vencidos os Conselheiro Dr. Allan Keyser e Dr. Renato Freitas.

Brasília, 19 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 68/2013
A. C. S. L.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REGISTRO DE EMPRESA. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que a profissional não deixou de promover o registro de empresa, e sim a empresa deixa de fazê-lo sem qualquer ingerência da profissional, a absolvição é a medida que impõe.

ACÓRDÃO N° 2816

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, a absolvição da profissional, unânime.

Brasília, 19 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 55/2013
J. B. A.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS. DEIXAR DE PROMOVER O REGISTRO DE EMPRESA. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO. ADVERTÊNCIA.

Quando restar comprovado nos autos que a profissional deixou de promover o registro de empresa e deixou de pagar obrigações pecuniárias, mesmo com o prazo concedido após a fiscalização, e só o faz ao ser citado em processo ética-disciplinar, aplica-se a pena de advertência.

ACÓRDÃO Nº 2916

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, aplicar a pena de advertência à profissional, unânime, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 19 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 08/2013
M.K.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. SUPOSTA FALTA ÉTICA. FRATURA EM PACIENTE. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

Quando o Representante deixar de comprovar nos autos do processo a configuração de falta ética por falta de provas é imperiosa a absolvição da profissional, com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

ACÓRDÃO Nº 3016

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em ABSOLVER a profissional. Unânime.

Brasília, 21 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 20/2013
V. V. V. Á. S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. NÃO COMPROVAÇÃO. SOLICITAÇÃO DE BAIXA DO REGISTRO DE CONSULTÓRIO. ABSOLVIÇÃO

Quando restar comprovado nos autos que a profissional regularizou as pendências, bem como solicitou a baixa do registro de consultório, a absolvição é a medida que se impõe, nos termos do voto do Revisor.

ACÓRDÃO Nº 3116

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em ABSOLVER a profissional. Maioria. Vencida a Relatora.

Brasília, 21 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED 21/2013
R.B.P.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS. FALTA DE REGISTRO DE EVOLUÇÃO DIÁRIA. COMPROVAÇÃO. INÉRCIA. APRESENTAÇÃO DAS EVOLUÇÕES APENAS NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. PENA DE ADVERTÊNCIA.

Aplica-se a pena de advertência ao profissional quando restar comprovado nos autos que este apenas regularizou sua situação durante o processo ético-disciplinar (audiência de instrução), mesmo após a concessão dos prazos para regularização, pois restou configurada a prática das infrações éticas-disciplinares descritas nos artigos 29 da Resolução COFFITO 424/2013 c/c artigos 12, parágrafo único e 16, incisos V e VI da Lei 6.316/75 e art.3º, III da Resolução COFFITO 387/2011.

ACÓRDÃO Nº 3216

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de ADVERTÊNCIA. Maioria. Vencida a Relatora.

Brasília, 21 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Conselheira Relatora
PED n° 22/2013
A. M. R. S.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. REGISTRO DE CONSULTÓRIO.PRESCRIÇÃO.

Verificado que o auto de infração fora lavrado em maio/2011 imperiosa a declaração da prescrição nos termos do art. 54 da Resolução COFFITO 424/2013.

ACÓRDÃO

Vistos etc., aplicada a prescrição da punibilidade nos termos do artigo 54 da Resolução COFFITO 424/2013.

Brasília, 21 de julho de 2016.
Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva
Relatora
PED n°48/2013
A. V. C.
EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS ATÉ A PRESENTE DATA.

Comprovado que a profissional não está adimplindo as obrigações pecuniárias como determinado por Lei, constituindo, assim a infração ética descrita no artigo 15 da Lei 6.316/75, sendo necessária a aplicação da pena de suspensão prevista no art. 17, §6º da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO Nº 3316

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão até a quitação do débito. Unânime.

Brasília, 21 de julho de 2016.
LÍZIA FABÍOLA ALMEIDA SILVA
Conselheira Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS